Ilustração da capa: *A Inauguração do Brasil em 1927*,

óleo sobre tela de Menotti Del Picchia,
Itapira (SP), Casa de Menotti Del Picchia.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

MARIA JOSÉ CAMPOS

VERSÕES MODERNISTAS DO MITO DA DEMOCRACIA RACIAL EM MOVIMENTO

ESTUDO SOBRE AS TRAJETÓRIAS E AS OBRAS DE MENOTTI DEL PICCHIA E CASSIANO RICARDO ATÉ 1945

São Paulo
2007

MARIA JOSÉ CAMPOS

VERSÕES MODERNISTAS DO MITO DA DEMOCRACIA RACIAL EM MOVIMENTO

ESTUDO SOBRE AS TRAJETÓRIAS E AS OBRAS DE MENOTTI DEL PICCHIA E CASSIANO RICARDO ATÉ 1945

Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Orientadora: Prof. Dra. Lilia Moritz Schwarcz

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
São Paulo
2007

Para meus pais

AGRADECIMENTOS

A todas as pessoas e instituições
que contribuíram para a realização deste trabalho.*

* Esta pesquisa foi financiada pela CAPES durante três anos.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar a constituição de um discurso em torno do ideário da democracia racial brasileira no pensamento de dois autores modernistas: Menotti Del Picchia e Cassiano Ricardo. A constatação da presença de tal concepção no pensamento de autores cujas obras tiveram repercussões anteriores aos escritos de Gilberto Freyre permite aprofundar a discussão sobre o assim chamado "mito da democracia racial" no Brasil. Esta tese procura estudar esse ideário, evidenciando, a um só tempo, a sua difusão entre vários autores, a polissemia decorrente do uso plural da expressão *democracia racial* e a impossibilidade de atribuir sua origem a uma autoria específica. Por meio do cruzamento de várias formas de manifestação do pensamento dos dois autores modernistas – ou seja, da poesia e da literatura de ficção, das obras e dos discursos políticos e das artes figurativas –busca-se ampliar o estudo sobre o ideário da democracia racial no Brasil, descentrando o foco da análise da obra de Gilberto Freyre, autor mais comumente associado a essa noção de *democracia racial*. A investigação dos ensaios políticos em que Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia expressam as suas concepções sobre a formação racial brasileira visa interpretar não só o significado desse ideário na obra dos próprios autores como também o modo de inserção e de divulgação desse discurso no contexto do movimento modernista. Procura-se, assim, recuperar, até 1945, uma parcela da história da criação de uma linguagem política operante entre pensadores brasileiros. Mapeando um campo de discurso e estudando a ação e a transformação que vão se efetuando nesse conceito, busca-se associar o seu desenvolvimento às trajetórias sociobiográficas dos autores que o assumiram e divulgaram-no como uma particularidade da nacionalidade brasileira..

Palavras-Chave: democracia racial, modernismo, Estado Novo, Cassiano Ricardo, Menotti Del Picchia.

ABSTRACT

The present thesis analyzes the constitution of a discourse around the conception of the Brazilian racial democracy in the thought of two modernist authors: Menotti Del Picchia and Cassiano Ricardo. Such conception, found in the thought of authors whose works preceded Gilberto Freyre´s studies, opened the way to a careful examination over the discussion about the so called "myth of racial democracy" in Brazil. This thesis embraces the study around this conception and, along with it, reveals its diffusion among several authors, the polysemy as a result of the plural use of the expression "racial democracy" and the impossibility to attribute its origin to any specific authorship. Through the intersection of the several ways the thoughts of these two authors became manifest – that is, by means of poetry, novels, works, political discourses and figurative arts – this thesis intends to question and enrich the study about the conception of racial democracy in Brazil. It does so by displacing the focus of the analysis on Gilberto Freyre´s work, most currently author associated to the racial democracy theme. The study of the political essays in which Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia expressed their conceptions about the Brazilian racial constitution intends to interpret not only the meaning of this conception in the work of these two authors but also the ways the insertion and transmission of this discourse occurred within the context of modernist movement. The present thesis, thus, intends to recover part of the history concerning the creation of a current political discourse among brazilian intellectuals. Examining the components of the discourse and studying the action and transformation that have impact on the referred concept, this thesis relates the development of this concept to the sociobiographic trajectories of the authors who assumed and conveyed it as a peculiarity of Brazilian nationality.

RÉSUMÉ

Le but de cette thèse est d'analyser la constitution d'un ensemble d'idées concernant la démocratie raciale brésilienne telle que la concevaient et la discutaient deux auteurs modernistes : Menotti Del Picchia et Cassiano Ricardo. Constater la présence de ce thème chez deux auteurs dont les oeuvres, antérieures à celles de Gilberto Freyre, ont eu une certaine répercussion, a permis d'approfondir le débat autour de ce que l'on a dénommé au Brésil "le mythe de la démocratie raciale". Cette thèse se propose d'étudier la conception de ces idées et de mettre en évidence, simultanément, leur diffusion dans l'oeuvre de plusieurs auteurs, leur polysémie découlant de la pluralité des vues exprimées et l'impossibilité d'attribuer l'origine du terme à un auteur spécifique. En comparant les diverses formes d'expression qui ont manifesté les opinions des deux auteurs modernistes – leur poésie, leur littérature de fiction, leurs ouvrages et leurs discours politiques et leurs représentations d'art figuratif – on a essayé d'élargir le cadre des études sur ce thème, en évitant de centrer l'analyse autour de l'oeuvre de Gilberto Freyre, auteur que l'on associe le plus communément à cette notion de démocratie raciale. L'examen des essais politiques de Cassiano Ricardo et de Menotti Del Picchia, exprimant leur façon de concevoir la formation raciale brésilienne, vise non seulement interpréter la signification de telles idées dans l'oeuvre des auteurs eux-mêmes, mais encore analyser les formes d'insertion et de divulgation de leur discours dans le contexte du mouvement moderniste. Ainsi l'on a cherché à récupérer, jusqu'en 1945, une partie de l'Histoire de la création d'un langage politique opérant dans l'esprit des intellectuels brésiliens. En délimitant le terrain du discours et en étudiant l'action de ce concept et sa transformation progressive, on a essayé d'associer son développement à la trajectoire sociobiographique des auteurs qui ont tenu ce discours et l'ont divulgué comme une particularité de la nationalité brésilienne.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

INTRODUÇÃO

Figura 1: Fotografia de um "Baile das Arábias" veiculada em *Panoplia*..... 25

CAPÍTULO 1

Figura 1: Retrato da família de Menotti Del Picchia..... 30
Figura 2: Ilustração de Menotti Del Picchia para o poema *Juca Mulato*..... 40
Figura 3: Ilustrações de Martha Pawlowna Schidrowits para o poema *Juca Mulato*. 42
Figura 4: Painel pintado por Menotti Del Picchia sobre o poema *Juca Mulato*..... 45
Figura 5: Ilustração de Candido Portinari para o poema *Juca Mulato*..... 46
Figura 6: Capa da revista *Panoplia,*..... 85
Figura 7: Retratos de elite veiculados em *Panoplia.* 86
Figura 8: Homenagem de *Panoplia* ao poeta Alberto de Oliveira 87
Figura 9: Ilustrações de Cassiano Ricardo para *Panoplia*..... 88
Figura 10: Residências Paulistas exibidas em *Panoplia*. 90
Figura 11: Desenho de Cassiano Ricardo para o poema de Amadeu Amaral em *Panoplia*..... 94

CAPÍTULO 2

Figura 1: Retratos de elite veiculados em *Novíssima*..... 106
Figura 2: Capa de *Novíssima* 109
Figura 3: Entrevista de Menotti Del Picchia para *Novíssima*..... 111
Figura 4: Poemas de Cassiano Ricardo, com ilustrações de Clodomiro Amazonas..... 112
Figura 5: Logotipo da Editorial Hélios..... 126
Figura 6: Ilustração de Brecheret para o livro de Oswald Andrade..... 127
Figura 7: Ilustração de Di Cavalcanti para o livro *Martim Cererê* (1928). 171
Figura 8: Ilustrações de Di Cavalcanti que retratam o encontro das raças no Brasil para *Martim Cererê*..... 172
Figura 9: "A Negra", de Tarsila do Amaral, 1923. 183
Figura 10: *Abaporu* (1928) e *Antropofagia* (1929), de Tarsila do Amaral..... 183
Figura 11: *Mestiço*, de Cândido Portinari (1934)..... 184
Figura 12: *Café* e *Lavrador de Café* (1934 -1935), de Cândido Portinari 185

CAPÍTULO 3

Figura 1: Ilustração para texto de Cassiano Ricardo veiculada em *A Cigarra*..... 203
Figura 2: Fotografia de Armando de Salles de Oliveira, em *A Cigarra* 204
Figura 3: Ilustração de Anchieta em *A Cigarra*..... 205
Figura 4: Foto de Numa de Oliveira veiculada em *A Cigarra* 206
Figura 5: Capa de *A Cigarra*..... 207
Figura 6: Capa da revista *S. Paulo*..... 223
Figura 7: Vendedor de jornais no centro de São Paulo na revista *S. Paulo*..... 224
Figura 8: Revista *S. Paulo*, jaboticabas..... 226
Figura 9: "Monumento das Bandeiras", Revista *S. Paulo*..... 227
Figura 10: Capa da revista *Brasil Novo*..... 239
Figura 11: Imagem de Getúlio Vargas exibida em *Brasil Novo* 240
Figura 12: Revista *Brasil Novo*, com fotografia de Getúlio Vargas, ao lado do interventor Adhemar de Barros..... 243

Figura 13: Bandeira representada por Livio Abramo, em *Marcha para Oeste*, de Cassiano Ricardo 255
Figura 14: Ilustração de Livio Abramo em *Marcha para Oeste* 258
Figura 15: As três raças de Livio Abramo em *Marcha para Oeste* 259
Figura 16: Mapa do Brasil de Livio Abramo, em *Marcha para Oeste*, de Cassiano Ricardo, publicado em 1940 266

CAPÍTULO 4

Figura 1: *São Paulo de Ontem, de Hoje e de Amanhã* 268
Figura 2: Tarsila do Amaral, na revista *Planalto* 273
Figura 3: Ilustração de Di Cavalcanti, para os poemas de Raul Bopp, em *Planalto* 276
Figura 4: Ilustração de Belmonte, para um poema de Manoel Mendes, dedicado a Osmar Pimentel em *Planalto* 277
Figura 5: Retrato de um negro, com rosto marcado e entristecido, veiculado em *Planalto* 278
Figura 6: Ilustração de Noemia para poemas de Menotti Del Picchia na revista *Planalto* 282
Figura 7: Mapa idêntico ao utilizado por Cassiano Ricardo para ilustrar a obra *Marcha para Oeste* (1940), reproduzido cotidianamente no jornal *A Manhã* (1941-1945) 295
Figura 8: Cassiano Ricardo sorri e observa o presidente Getúlio Vargas 332

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **10**

1 UM REPERTÓRIO PARNASIANO **29**

1.1 Menotti Del Picchia: poeta do vício e da virtude **29**
1.1.1 *Juca Mulato* e outros poemas 37
1.1.2 Crônica social e outras peças literárias 47
1.1.3 Redator político 53
1.1.4 Romances e contos 56
1.2 Cassiano Ricardo: sou poeta porque nasci em São José **72**
1.2.1 *Dentro da Noite* 78
1.2.2 *O Evangelho de Pan* e *Panoplia* 81
1.2.3 *Jardim das Hespérides* e *A Mentirosa de Olhos Verdes* 91

2 UM NOVO PROJETO NACIONALISTA: ENTRE O IDEALISMO E O REALISMO **102**

2.1 ***Novíssima*** **102**
2.2 ***Terra Roxa, Raça*** **e outras obras** **117**
2.3 Editorial Hélios **124**
2.4 Arte e política **132**
2.5 ***A Outra Perna do Saci*** **141**
2.6 ***Chuva de Pedra*** **e** ***República dos Estados Unidos do Brasil*** **146**
2.7 ***Borrões de Verde e Amarelo*** **e** ***Vamos Caçar Papagaios*** **154**
2.8 ***Martim Cererê*** **166**
2.9 O mundo natural e seu encantamento **179**

3 VERSÕES POLÍTICAS DA DEMOCRACIA RACIAL EM MOVIMENTO **187**

3.1 Democracia e crise **187**
3.2 ***A Cigarra*** **201**
3.3 ***Soluções Nacionais*** **209**
3.4 Democracia e raça **220**
3.5 Movimento Bandeira **221**
3.6 ***Brasil Novo*** **235**
3.7 ***O Brasil no Original*** **244**
3.8 ***Marcha para Oeste*** **253**

4 ENTRE A NOITE E O AMANHÃ **267**

4.1 ***São Paulo de Ontem, de Hoje e de Amanhã*** **267**
4.2 ***Planalto*** **272**
4.3 ***Cultura Política*** **286**
4.4 ***A Manhã*** **291**
4.5 Por uma democracia à brasileira **316**
4.6 A inconstância dos mestiços **322**
4.7 Marcha para o oeste **327**

CONSIDERAÇÕES FINAIS **333**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS **355**

INTRODUÇÃO

Este trabalho propõe-se a abordar o pensamento de Menotti Del Picchia e o de Cassiano Ricardo, até 1945, no que se refere, especificamente, à questão da formação racial brasileira. Analisa-se de maneira mais detida o sentido do discurso em torno do caráter harmonioso das relações raciais no Brasil como uma das linhas de força da reflexão desses autores, articulando, de maneira estratégica, as suas formulações sobre a particularidade da nacionalidade no Brasil e, principalmente, sobre o problema da formação e o modo como esses intelectuais caracterizaram a especificidade do Estado brasileiro.

A constatação da presença do ideário em torno da democracia racial brasileira, no pensamento dos escritores modernistas da década de 1920, incentivou a tentativa de um estudo de caráter histórico que permitisse reconstruir certas trajetórias do conjunto de representações que associaram o Brasil a uma democracia racial. A avaliação sobre o percurso e a provável propagação dessa concepção na sociedade da época é realizada a partir da recuperação de certos dados biográficos desses autores, apreciando-se, de forma particular, as trajetórias profissionais de cada um deles.

É importante ressaltar que não se trata aqui de atribuir a uma autoria, ou às duas autorias, ou, mesmo, à vertente dos modernistas a origem da idéia da existência de uma democracia racial no Brasil.[1] Trata-se, sim, de procurar interpretar tal concepção mediante a comprovação de sua difusão entre o maior número possível de autores, o que levaria à impossibilidade de provar empiricamente, ou de estabelecer a rigor, ou de questionar a proveniência ou existência de um termo original para uma representação tão recorrente entre pensadores brasileiros.[2] A formulação de concepções em torno da harmonia das relações

[1] Apesar de este estudo estar concentrado nas obras de Menotti Del Picchia e Cassiano Ricardo, vale assinalar que a abordagem sobre a formação racial brasileira em obras do período, em chaves diversas, é das mais recorrentes. Basta lembrar obras de outros autores modernistas, como *Raça*, de Guilherme de Almeida, publicada em 1925, e, mesmo, *Macunaíma, o Herói sem Nenhum Caráter*, de Mário de Andrade, publicada em 1928.

[2] Para uma crítica às abordagens que procuram interpretar determinadas formas de representações sociais de uma perspectiva da busca pelas origens, ver não só a crítica estruturalista (LÉVI-STRAUSS, 1985) como o trabalho de Norbert Elias: "Quando – consonância com um hábito ainda muito corrente nos nossos dias – se considera a história como uma sucessão de idéias saída da pena de escritores, das elites, é possível brincar sem desagrado ao jogo de salão que consiste em atribuir um prêmio a qualquer pessoa que consiga encontrar um texto que exprima uma idéia e que seja mais antigo que os textos de que dispõem os outros jogadores. O texto recebe o "prêmio de prioridade" e o seu autor a taça de "inventor" da idéia. Quando, pelo contrário, se considera a evolução das formações sociais como a coluna vertebral e o centro nevrálgico do desenrolar da história, compreende-se facilmente que a procura de um princípio absoluto, mesmo o de idéias fixas em livros, é trabalho perdido. Neste *continuum* de indivíduos interdependentes vivendo em grupos não existe nenhum ponto em que uma determinada estrutura social, uma dada formação, uma certa idéia ou qualquer outro produto individual sejam criados *ex-nihilo* ou, para ser mais exacto, pelo poder criador de uma pessoa isolada. Em contrapartida, o que é

raciais brasileiras representaria uma espécie de resposta considerada por esses autores como adequada ao contexto social em que viveram e às expectativas do meio no qual foram inseridos.

A abordagem sobre tal tema, no pensamento desses escritores, interessa na medida em que propicia, a um só tempo, o descentramento da discussão sobre a democracia racial da obra de Gilberto Freyre e uma maior proximidade com o projeto das elites da época, no que se refere à questão das relações raciais no Brasil, no âmbito do embate travado.

Assim, as biografias dos escritores enfocados são tomadas neste trabalho mais como fios condutores para a compreensão da história de um ideário do que propriamente como um problema de pesquisa.[3] No caso em questão, prioriza-se a história das carreiras desses poetas, por se constituírem ambas como fios que permitem o acompanhamento e a investigação sobre os laços sociais e os veículos e espaços constituídos e constituintes que possibilitaram a ascensão, a propagação e a legitimação das concepções raciais que esses autores transportaram, transformaram e ou produziram, como também para inferências sobre um ideário mais amplo e disperso, do qual certamente foram produtos.

A formulação mais detalhada desse ideário e a construção de um número maior de perspectivas sobre o tema da democracia racial podem contribuir também para o conhecimento da distância entre a proposta defendida e aquela que foi efetivamente posta em prática, como resultado do posicionamento político do Estado. Ainda que um ideário não possa se confundir de forma direta com a realidade da prática efetiva de um grupo ou das lides estatais, seu estudo mais detalhado pode revelar as formas de difusão de tal concepção e de sua penetração no pensamento de uma elite atuante naquele contexto.

Muitas vezes, também, o pressuposto de que há um distanciamento, um afastamento radical, entre ideologia e construção social nos convence a prescindir do conhecimento mais detido sobre o léxico simbólico de um grupo ou de uma época. Assim, a maneira como se articulam os recursos simbólicos de determinados autores e o modo como

---

possível observar e verificar são as *origens relativas*, ou seja, rupturas e descontinuidades explicáveis no tecido do desenvolvimento gradual, na transformação lenta e sempre contínua dos agrupamentos humanos e dos seus produtos" (ELIAS, 1995: 200) (Grifos do autor).

[3] Nesse sentido, os dados extraídos de suas autobiografias são importantes, muitas vezes, exatamente por permitirem a apreensão do contraste entre seus ideais em termos de projetos pessoais e estéticos e, suas trajetórias profissionais. Ou seja, os relatos autobiográficos interessam mais por representarem tentativas de construção de imagens positivas enquanto poetas, em confronto com trajetórias profissionais de jornalistas ou de prestação de serviços a políticos, colocando-os na posição de ideólogos do Estado, do que propriamente por permitirem a construção de uma "verdade histórica" a respeito de suas biografias e vidas profissionais. É no próprio processo de recuperação e embate com suas auto-imagens que esses escritores deixam escapar certos dados oficiais que nos permitem reconstruir a trajetória de suas idéias e a identificação e incorporação das

são negociados, no contexto, institucionalizando um modelo formal ou informal de conduta, não são dados freqüentemente a conhecer.

Do ponto de vista metodológico, o recorte, a comparação e a análise das diferentes versões é que vão permitir chegar a uma formulação mais ampla sobre o significado da representação em torno da democracia racial para a época. Uma vez que toda versão opera sempre por contraste com outras, nenhuma versão seria inteligível por si só. A reposição de cada versão em uma série mais ampla ajuda a dar inteligibilidade não só ao objeto particular abordado como ao projeto coletivo em discussão.

O objetivo principal deste trabalho seria, assim, construir uma série temporal abordando algumas das diversas dimensões do discurso em torno da democracia racial brasileira, com base nas obras dos autores selecionados, até o ano de 1945: a dimensão literária, a dimensão política, a dimensão sociológica e a dimensão antropológica. O significado dessa representação em seus trabalhos passa a ser depreendido da série construída, que possui uma lógica própria. Ou seja, de certa maneira, e fazendo um paralelo com Lévi-Strauss, assim como os mitos, as obras pensariam e falariam entre si.[4]

Uma hipótese central que orienta esse tipo de procedimento sustenta que, do ponto de vista da produção discursiva, a consolidação do imaginário que associa o Brasil a uma democracia racial se faz não só a partir da recorrência, da repetição da narrativa, mas também da possibilidade de variação em torno de um mesmo tema relevante para a época, de acordo com a visão e a perspectiva autoral. É na transformação de uma versão em outra que ocorre a possibilidade do manejo dos sentidos que cada autor opera.

De outro lado, é necessário salientar que, de modo geral, esse discurso é pautado por uma certa percepção positiva da convivência entre as diferentes raças no Brasil, sobretudo quando contrastado com o modelo norte-americano e, mais recentemente, o da África do Sul. A imagem da nação brasileira como uma democracia racial seria criada coletivamente, por meio de diferentes registros e formas representacionais, pelos autores que se envolvem no debate, em meio a uma construção tensa, que incorpora contradições e conflitos políticos.

Assim, tomaram-se como versões de referência as formulações de autoria de Menotti Del Picchia e de Cassiano Ricardo. O papel desses poetas na constituição do grupo modernista – como grupo que se pretendia inovador e "candidato" a romper com todo o passadismo artístico, no qual os autores "novos" acreditavam repousar a produção brasileira,

---

mesmas pelos quadros governantes. Sempre que possível e oportuno, optamos por incorporar, de outro lado, dados não oficiais aos relatos, ainda que não seja essa a principal motivação deste trabalho.

[4] LÉVI-STRAUSS, 1991:21.

suas duradouras atuações na imprensa e suas atividades políticas (no caso de Menotti, inicialmente como redator político do *Correio Paulistano,* como deputado e, ainda, como diretor do jornal *A Noite*, de São Paulo; no caso de Cassiano, também como poeta, jornalista, funcionário público e diretor do jornal *A Manhã*, órgão oficial do Estado Novo) – faz com que suas obras sejam especialmente interessantes ao exercício dessa reflexão.

As posições ambíguas de escritores e jornalistas, no ponto de cruzamento entre a literatura – sobretudo, a poesia – e a ação política tornam suas versões em torno da democracia racial brasileira de especial interesse, pois, por se localizarem em um terreno movediço de produção, os autores acabam atuando como mediadores entre campos cruciais para a compreensão da história cultural brasileira: a literatura e a política.

Assis Chateubriand, por exemplo, atribuía a Menotti Del Picchia, por ter sido o líder modernista que ultrapassou o terreno do campo estético para o político e o social, por meio do diálogo com as massas e com o "fermento revolucionário popular", a ponta-de-lança do Estado Novo.[5]

> Lembro-me do movimento que, no ano de 36, Menotti Del Picchia, juntamente com Plínio Salgado [sic] e Cassiano Ricardo, lançou com o nome de "Bandeira".
>
> Era Vargas falando, um ano mais tarde, ao anunciar o Estado Novo.
>
> Pedia o pensador político uma tríplice estrutura, ou fosse, comando seguro, obediência e disciplina consciente, e rumo único e certo.
>
> Pode haver Vargas estado-novista mais puro do que o regime de 37, antevisto por Menotti, nestas palavras?
>
> Aliás, Vargas identificaria, mais tarde, a sua interpretação do movimento de 30 com a Semana de Arte Moderna de 22.
>
> Por outras palavras, o que Menotti perseguia, muito antes de Getúlio Vargas, é o que ele chamava uma "idéia geral de libertação", tanto no ramo artístico como no político.
>
> E falava, abertamente, que a expansão do seu temário seria "guerreira".
>
> Quem quiser encontrar Vargas, que não era mais nosso e sim de Menotti, o terá de corpo inteiro nas suas frenéticas e desabusadas campanhas do "verde-

[5] Menotti Del Picchia foi eleito deputado estadual em 1926 pelo Partido Republicano Paulista, com reeleição em 1928. Em 1950, ingressou no Partido Trabalhista Brasileiro e elegeu-se deputado federal por São Paulo, sendo novamente reeleito em 1954. Como primeiro suplente eleito para o mesmo cargo em 1958, em 1960 assumirá o posto pela última vez, substituindo um deputado falecido.

> amarelismo" e da "revolução da anta" (CHATEAUBRIAND, *Diário da Noite*, 27 set.1962).[6]

Nas obras desses dois grandes amigos, ambos pertencentes à Academia Paulista de Letras e também eleitos para a Academia Brasileira de Letras, de fato, a raça exerceria um papel decisivo como fator explicativo.[7] Na leitura das obras dos autores modernistas, é saliente a importância atribuída às peculiaridades raciais brasileiras para um projeto literário e artístico em gestação. Sobre o poema *Martim Cererê*, publicado por Cassiano Ricardo, em 1928, poder-se-ia afirmar:

> Esse poema propunha uma visão épica da história pátria, exaltava o bandeirismo, buscava uma mitologia nacional, vinculava-se à civilização cafeeira e à civilização industrial. É o poema da terra e das grandes cidades, produto eufórico de um momento eufórico, de um instante de crescimento, de formação de uma consciência de grandeza. Cantava uma raça nova, produto da miscigenação, raça que fora anunciada pelos modernistas desde as primeiras horas do movimento e que deveria produzir um tipo especial de brasileiro – esse filho de todos os povos que constituía um povo original e diferente no mundo, que era feito da percentagem de todos os sangues – do branco, do preto, do índio e de todos os imigrantes. É o canto nascido na crença da "democracia biológica", inventada, aliás, pelo próprio Cassiano Ricardo, ou seja, a democracia fundada na ausência de preconceitos de sangue. O poema engrandecedor dessa raça está em *Martim Cererê* (SILVA BRITO, 1968: 86).

Na reflexão paulatina que esses autores realizaram sobre a adequação e a conveniência do regime democrático no Brasil, como veremos, a troca de idéias entre Menotti Del Picchia e Cassiano Ricardo é contínua e comprovada. Ainda que guardem certas particularidades, as versões que elaboram sobre o tema apresentam concordâncias

---

[6] Esse artigo de jornal foi escrito algum tempo depois de Menotti Del Picchia ter ingressado no partido de Getúlio Vargas, em 1962. Como é sabido, ao contrário do que afirma Chateaubriand, por ocasião do lançamento do chamado "Movimento Bandeira", o "Movimento Integralista", de Plínio Salgado, já representava uma vertente com penetração nacional e com propostas políticas ligeiramente diferentes ou, até, opostas, ao menos do ponto de vista do discurso de seus líderes.

[7] Cassiano foi eleito para a Academia Brasileira de Letras em 1937 e Menotti, em 1943. "O ingresso de Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia [na ABL] durante o Estado Novo (respectivamente, 1937 e 1943) se explica em parte pelos serviços que vinham prestando à testa dos aparelhos ideológicos do regime" (MICELI, 2001: 256).

indiscutíveis e, muitas vezes, mais parecem fragmentos de um mesmo quebra-cabeça distribuídos entre a dupla, tamanha é a coincidência dos encaixes que sugerem.

Dentre os estudos mais recentes e representativos que abordam particularmente a trajetória de Cassiano Ricardo estão o de Mônica Pimenta Velloso (1983) e o de Luiza Franco Moreira (2001). A dissertação de Mônica Pimenta Velloso (1983) procura recuperar o papel da ideologia na elaboração do novo modelo político que vigora durante o Estado Novo e centra sua análise no papel que a cultura vai exercer na estratégia político-ideológica do regime de Vargas. Ela focaliza a obra de Cassiano Ricardo enquanto um autor que confere especial ênfase ao papel da cultura, como base da organização política do Estado, mostrando a importância fundamental desse intelectual na articulação da ideologia que vai legitimar o controle dos aparatos culturais por parte do Estado autoritário.

A trajetória intelectual de Cassiano é reconstituída pela autora por meio de uma análise retrospectiva de seu pensamento desde sua participação no *Movimento Verde-Amarelo* (1926), passando pela organização do grupo "Bandeira" (1936), até alcançar o desempenho do autor como ideólogo oficial do Estado Novo, ao assumir o cargo de diretor do jornal *A Manhã*.[8] Durante esse período, Cassiano assume ainda a chefia do Departamento Político-Cultural da Rádio Nacional, que transmitia crônicas de sua autoria (VELLOSO, 1983:16).

Velloso assinala a indiscutível afinidade de seu pensamento com a ideologia do regime estado-novista, como defensor de uma identidade nacional original, e, até mesmo, com os discursos de Getúlio Vargas. O mito da originalidade nacional será tomado por Cassiano Ricardo como um retrato fiel do Brasil. "Através da categoria da originalidade, o autor irá legitimar o projeto político autoritário, construindo todo um discurso mítico, destinado a resgatar as origens do Estado Nacional, fazendo-as coincidir com a ordem atual" (VELLOSO, 1983:21).

Um ponto importante do trabalho de Mônica Velloso a ser retido é a localização do discurso de Cassiano Ricardo entre os intelectuais que buscaram redefinir o conceito de democracia, afastando-o, ao mesmo tempo, do modelo universalista europeu presente no liberalismo e do plano da política. Segundo a autora, "Cassiano Ricardo considera a democracia como um fenômeno tipicamente brasileiro, apresentando-o como o 'substrato telúrico enraizado no subconsciente da raça'" (1983:13). O governo forte foi defendido pelo

[8] Cassiano Ricardo dirige essa publicação oficial do Governo de Getúlio Vargas, de 9.8.1941 a 1.7.1945.

autor modernista como a forma adequada de assegurar a preservação da vocação democrática brasileira na sua originalidade.[9]

Luiza Franco Moreira (2001) centra também a sua análise em três momentos da carreira de Cassiano, articulando-os: a publicação de *Martim Cererê*, em 1928; a obra *Marcha para Oeste*, em 1940; e a sua participação como diretor de *A Manhã*. Moreira procura compreender o percurso desse autor – da poesia modernista em direção ao cargo de propagandista governamental – por meio da análise não só da poesia de *Martim Cererê* como também da repercussão e recepção que tal obra originou na sociedade brasileira, tendo alguns de seus poemas sido até incluídos em livros didáticos.[10] O livro teria desempenhado um papel didático e pedagógico, educando a juventude com os valores hegemônicos do Estado Novo, como o corporativismo e o nacionalismo.

Luiza Moreira procura recuperar a continuidade no tempo com aspectos da obra intelectual de Cassiano Ricardo, tomados anteriormente de forma isolada. Ela demonstra a proximidade de tópicos centrais de *Martim Cererê* (1928) com *Marcha para Oeste* (1940) e com os artigos de opinião do autor veiculados no jornal *A Manhã*, de 1941 a 1945.

Segundo a tese da autora, a imagem do país transportada nos veículos de opinião do Estado Novo por Cassiano seria uma retomada da representação de nação composta já em *Martim Cererê* e divulgaria uma imagem hierárquica do Brasil. A publicação, em 1940, de *Marcha para Oeste* teria tido impacto positivo na carreira de seu autor, promovendo a sua ascensão (MOREIRA, 2001:28).[11]

Cassiano não teria apenas assumido o cargo de diretor do jornal, mas efetuara a defesa do regime em *Marcha para Oeste*, credenciando-se como artífice e intelectual orgânico do Estado Novo. “Para quem se dá conta que *Martim Cererê* é um texto dos anos 20, a impressão que Cassiano cria é de que seu poema está na origem do governo Vargas. Esta hipótese é surpreendente, mas plausível” (MOREIRA, 2001:158).

---

[9] Cassiano Ricardo contesta, no decorrer de toda a sua obra, a idéia da adoção dos regimes nazistas, fascistas ou, mesmo, comunistas no Brasil, contrapondo-se à vertente integralista de Plínio Salgado e a suas concepções racistas e totalitárias, segundo certas interpretações de Cassiano.

[10] De acordo com relato de Ênio Silveira, que fundou e dirigiu a Editora Civilização Brasileira, além de trabalhar na Cia. Editora Nacional, o fato de serem publicadas quatro edições de *Martim Cererê*, de 1936 a 1947, mostra a receptividade e a consagração do livro. Silveira estimou uma tiragem de 5.000 exemplares para cada edição da obra, número relativamente alto para a época (MOREIRA, 2001:71, 72).

[11] Luiza Moreira recupera dados sobre a carreira de Cassiano Ricardo. “Antes do Estado Novo, Cassiano atuara próximo a rivais políticos de Getúlio. Nos anos 20 havia sido redator do *Correio Paulistano* e ligado ao Partido Republicano Paulista. Nos anos 30, havia articulado o apoio à candidatura de Armando Salles de Oliveira entre intelectuais, organizando o ‘grupo cultural bandeira’ em 1936, e chegando a descrever este político como o ‘estadista moderno’ exemplar em *O Brasil no Original*. (Como se sabe, Armando de Salles Oliveira era o candidato da oposição a Vargas nas eleições que o Golpe de 1937 impediu.)” (MOREIRA, 2001: p. 28).

A formação ideológica do governo de Getúlio Vargas está, sem dúvida, ligada às trajetórias dos membros do chamado "Grupo Verde-Amarelo".[12] Seria difícil estabelecer uma fonte original dessas idéias em só um ou dois desses autores. Talvez o desafio esteja em tentar compreender a ideologia racial que amparou e foi amparada por Vargas durante o Estado Novo como uma gestação coletiva, que se fez no decorrer de vários anos e por meio do desempenho de muitos nomes. Nesse sentido, um ponto importante a ser destacado nos percursos desses autores se refere à oportunidade e facilidade de trânsito entre as diversas classes que suas posições sociais possibilitaram. São eles, como membros de camadas médias, que têm as condições sociais para articular e congregar anseios e significados das mais variadas fontes sociais e, por isso, merecedores de especial atenção, sobretudo para a compreensão da elaboração, divulgação e enraizamento de uma configuração ideológica.

Por sua vez, no contexto do aparecimento do Grupo Verde-Amarelo, a importância do pensamento de Plínio Salgado, como esteio intelectual para o desenvolvimento da ideologia tanto de Cassiano Ricardo quanto de Menotti Del Picchia, só não ficou mais destacada historicamente por motivos de sua concorrência partidária direta de extrema-direita com a vertente varguista. No entanto, os debates e os diálogos com as obras de Plínio Salgado que todos esses modernistas conservadores – absorvidos pela política integrativa de Getúlio Vargas – mantiveram tanto na segunda metade da década de 1920 quanto nos anos de 1930 são fundamentais para a compreensão da formação de uma reflexão peculiar desses autores sobre o tema da formação racial brasileira no período e, também, para a busca e a defesa de um modelo de democracia calcado numa suposta cultura nacional.

Como intelectuais, cujas produções ideológicas atenderam às demandas governamentais, os discursos de Menotti Del Picchia e de Cassiano Ricardo podem ser tomados como matéria expressiva da maneira como foram formulados o tema e os problemas em torno da questão racial no Brasil na época. Este trabalho procura, portanto, avaliar a contribuição desses escritores modernistas para a formulação de uma narrativa que acabou se convertendo em um dos pilares da política cultural do Estado Novo: uma reinvenção do discurso sobre as raças no Brasil (GOMES, 1996:191).

Tais narrativas devem ser inseridas, portanto, no contexto mais amplo de discussão sobre os moldes do processo de "democratização" na Era Vargas, quando a

[12] Aos verde-amarelos estão associados, como é sabido, além de Menotti Del Picchia e Cassiano Ricardo, os nomes de Cândido Motta Filho e Plínio Salgado, mas a gestação do grupo foi congregada em torno de um número mais amplo de intelectuais. Certamente, Alfredo Ellis, Raul Bopp e Alarico Silveira, por exemplo, são constantemente citados por esses autores como interlocutores assíduos no período. Isso, sem se considerar os adversários do movimento, em constante contraponto com o grupo, como Mário de Andrade e Oswald de Andrade.

democracia política havia sido reprimida e havia demanda por parte do governo para que os intelectuais elaborassem um discurso que justificasse a forma ditatorial que assumira o regime. Esses discursos constituíram uma forma, por vezes indireta, de fundamentação do autoritarismo, apesar de haver toda uma retórica em defesa da vocação democrática do País.[13]

Uma noção central para a releitura dos autores que tratam da "democracia racial" apóia-se na distinção da democracia racial "como constatação" e da democracia racial como "um programa, um projeto". Se, de fato, a expressão *democracia racial* ganha proeminência no bojo da discussão da Era Vargas, em que estava em jogo a construção de uma "democracia social" no País, é necessário que se faça um paralelo entre os dois discursos.[14]

Assim como a democracia social não pode ser vista somente como uma mera constatação dos políticos especializados de Vargas sobre algo que o Brasil já possuía, mas como um programa a ser cumprido por um Estado a ser montado, é bastante provável que nas versões dos intelectuais escolhidos existam "níveis de transformação", de modo que o discurso que relaciona democracia e raça carregue com ele a perspectiva não meramente de se constatar a democracia racial no País, mas de se consolidá-la; ou seja, de efetivamente dar forma definitiva a ela. A eficácia de tal discurso e a complexidade do imaginário que se sedimentou serão mais bem compreendidas quando reunidas e concretamente contrastadas suas variações.

A narrativa sobre a democracia racial no País seria, dessa perspectiva, uma variação do discurso sobre a suposta vocação brasileira para uma democracia social, e não "democracia política, simplesmente política" (FREYRE, 1940: 54). É mais especificamente no contexto do Estado Novo que o imaginário em torno da democracia racial brasileira tornou-se mais complexo e se sedimentou, mas não se restringiu ao período, uma vez que esse imaginário repercutiu, por sua sofisticação e popularidade na recepção, em períodos posteriores.

No sentido de ampliar o debate em torno das concepções raciais desses autores, pretende-se enfocar de forma mais detida as maneiras como Menotti Del Picchia e Cassiano Ricardo refletiram sobre os temas "democracia e raça", "democracia étnica", "democracia racial" e "democracia e biologia", bem como suas variações, atribuindo-lhes significados

[13] "Quando se afirma durante o Estado Novo, que o Brasil inaugura uma experiência única em sua história, tal assertiva funda-se precisamente na construção de uma nova concepção, de um novo conceito de democracia. É a partir do entendimento do novo conteúdo deste conceito que nos aproximamos dos objetivos que o Estado Nacional traçou para si. É igualmente a partir desta definição que se clarifica o estatuto de cidadania do novo homem brasileiro que deveria ser 'criado' por esta inédita proposta política" (GOMES, 1988: 215).

[14] Devo e agradeço a percepção da distinção entre as duas dimensões a Pierre Sanchis, que leu e analisou uma versão preliminar do projeto de pesquisa em 2003.

passíveis de serem investigados e interpretados, em contexto e em diálogo com outros autores da mesma época.

Para isso, o reconhecimento de que a história se constitui como uma máquina de deslocamento de significações em movimento, transportando e soterrando sentidos anteriores (ou seja, aqueles a cujo significado autores ou atores do passado atribuíam determinadas representações que não conhecemos *a priori*), torna-se fundamental.[15] Nesse caso específico, este trabalho procura fazer emergir o significado que a expressão "democracia racial" assumiu no pensamento desses autores, certamente bastante distanciado da forma como pode ser percebida atualmente. Essa mutabilidade proporcionará, ao final deste trabalho, outra tentativa de análise do chamado, na literatura acadêmica, "mito da democracia racial brasileira".

Em outras palavras, para compreender o passado, ainda que essa compreensão seja sempre precária, é preciso assumir um distanciamento e uma certa "desconfiança" em relação a noções arraigadas em nosso próprio tempo, muitas vezes, até consensuais e amparadas em convenções tácitas. Uma interpretação que pretenda ser minimamente fiel aos textos sobre os quais se debruça e ao contexto estudado não pode pautar-se por significados do presente, ainda que, freqüentemente, sejam eles, em conjunto, o ponto de partida para a investigação. No caso particular, ao procurar investigar o tema da "democracia racial", é aconselhável não atribuir, *a priori*, dimensões valorativas a essa representação que possam interferir na própria análise.

Obviamente, cada versão é também marcada pela posição de classe de seu autor; ou seja, atende aos seus interesses sociopolíticos. Desse modo, nenhuma versão deve ser analisada de forma ingênua e desinteressada, visto que é também elaborada segundo as circunstâncias biográficas e contextuais do narrador. E não há por que não tentar recuperar o seu sentido em uma chave sociológica. É a junção de fragmentos do pensamento desses autores com o cruzamento de suas posições sociais que permitirá uma percepção mais completa sobre as razões da eficácia da narrativa em torno da democracia racial no Brasil.

Com efeito, procurou-se reconstruir o debate em torno do ideário da democracia racial por meio do acompanhamento do fluxo de questões particulares que a recuperação das biografias e das obras dos autores escolhidos sugeriu como relevantes para uma compreensão mais apurada do problema. Reconhecer que cada autor é induzido a entrar no tema da democracia racial por causa de uma trajetória particular, de uma condição socio-cultural

[15] Roberto Schwarz, em *Ao Vencedor as Batatas* (1977), analisa, tomando como referência a obra de Machado de Assis, os deslocamentos de significação pelos quais passaria o liberalismo no Brasil, um país colonial economicamente estruturado sobre o tráfico escravista.

específica, que torna o seu discurso peculiar no seio do debate geral, não dispensa o conhecimento dos imperativos socioculturais que fazem com que o significado do discurso pessoal não seja compreensível fora de um conjunto maior de prerrogativas coletivas que induzem à inserção do tema na agenda de uma época. Isto é, faz-se necessário enfrentar o conteúdo da própria obra, e não somente suas condicionantes externas.

Nesse sentido, buscou-se recuperar não só as várias perguntas que cada trajetória autoral sugeriu, mas também abrir o leque para a variedade de respostas sobre o tema racial que a discussão das obras estudadas permite articular. Em cada caso particular, procurou-se acompanhar a gênese da idéia da democracia racial e explicá-la por meio das peculiaridades da história de vida de cada autor, sem renunciar a uma possibilidade de explicação em níveis mais abrangentes, quer seja nos níveis das possíveis determinações socioantropológicas às quais o grupo como um todo está sujeito, quer seja até, nas especulações resultantes das possibilidades de uma análise semântica da questão.

Assumir uma perspectiva que privilegie a busca do significado contextual de uma determinada representação não quer dizer desconsiderar os interesses sociopolíticos que sempre estão em jogo. Trata-se de pesquisar novas camadas ou níveis da realidade social para alcançar uma explicação alternativa às existentes. No entanto, sabe-se que a tarefa não se esgotará enquanto a questão permanecer relevante para os grupos sociais, que são produto e produção das suas próprias representações.

O ideário da “democracia racial” parece ser mesmo o resultado das produções de diferentes atores que discutiram seu uso com os demais, respondendo uns aos outros nos mais variados contextos. O mapeamento do campo de discurso e o estudo da ação e transformação efetuada nele próprio possibilitam recuperar uma parcela da história do desenvolvimento de uma linguagem política operante entre pensadores brasileiros de forma bem marcada nas décadas de 1920 a 1940. As leituras de algumas das obras de Menotti Del Picchia e de Cassiano Ricardo são estratégicas no sentido de ampliar o conhecimento dos universos simbólico e lingüístico existentes para que a expressão *democracia racial* adquirisse sentido no contexto sociopolítico de atuação desses autores.

Abordar a questão de um ponto de vista lingüístico significa, neste caso, procurar acompanhar os fios do discurso e compreender como se estrutura a linguagem em torno da concepção de democracia racial empregada pelos autores escolhidos no período histórico estudado. A forma como justificam as instituições políticas existentes – em especial, o Estado brasileiro, do qual fazem parte – torna-se uma porta de entrada para a busca do conhecimento

de uma gramática que será a base para as intervenções, inovadoras ou não, dos diversos outros autores e atores posteriores, no que se refere à discussão sobre as relações raciais no Brasil.

A tentativa de compreensão de certas relações dessa expressão com outros termos presentes no "universo lingüístico" desses autores tem por finalidade permitir o levantamento de hipóteses sobre as "razões culturais" da persistência da associação do Brasil a uma representação de "democracia racial". Interessa indagar, em última instância, se, para além de todo o ideário nacionalista e patriótico que os autores modernistas defenderam e por meio da análise das formas representacionais por eles construídas, é possível inferir em suas concepções fatores culturais e sociais mais abrangentes, para além de suas trajetórias biográficas particulares.

O ofício de escritor obriga os autores estudados a inscreverem em suas obras e trajetórias biográficas, nem sempre voluntariamente, a equação dos problemas de sua época, que são obviamente particularizados em versões forçosamente mediadas pelo crivo pessoal de cada autor. No entanto, os fragmentos de soluções legadas dos períodos anteriores, retomados pelos diferentes pensadores no sentido de ordenar seus discursos e suas ações sociais em seus próprios tempos, formam, em seu conjunto, a matéria que resta para o analista social reconstruir. Trata-se, assim, de não se restringir ao enfoque individual, mas de realizar uma constante tentativa de compreender a reposição e a história de um tema na sociedade estudada.

Certamente, todo esse processo não é intentado sem alguma capacidade de imaginação sobre as transformações históricas pelas quais passaram esses fragmentos. Na verdade, são ruínas descoladas de antigos painéis de representações de épocas anteriores e remontadas em novos termos, mas que se destacam pela notoriedade readquirida em épocas subseqüentes. Tal é o caso da noção de democracia racial, cuja representação apresenta capacidade de sobrevida, como um gato em uma de suas sete encarnações, que teima em reencontrar o seu alimento nos novos contextos.

As obras dos autores são também tomadas como meios pelos quais suas subjetividades autorais são, passo a passo, reinventadas. Nesse sentido, determinadas ausências e certos lapsos de memória chamam a atenção para os processos sociais por meio dos quais o autor/poeta seleciona fatos e características para a produção de feições particulares da sua personalidade e de sua vida, principalmente quando o material analisado reside em obras com pretensões autobiográficas. A compreensão do papel da poesia na formação e na vida de autores como Menotti Del Picchia e Cassiano Ricardo, também induzidos por suas origens sociais a um certo desempenho poético, mostra-se central na discussão.

O domínio da pena, no contexto, funciona como um dos mecanismos sociais que por si só é capaz de produzir uma individualidade singular em determinado ambiente: a unidade indispensável que funciona como uma engrenagem especial no universo social. Ambos os autores tratados pertenceriam a famílias em dificuldades financeiras, mas que ganham posição de destaque em determinados meios e contam com alguns contatos sociais de prestígio, o que lhes permite certa margem de barganha e que lhes propicia o equilíbrio social, ainda que permeado por períodos de instabilidade.

A análise da importância da função mediadora da atividade poética na época para a inserção individual nos espaços freqüentados pelas camadas de maior prestígio, a despeito de uma origem social menos favorecida, é chave para a compreensão da forma específica como o tema racial se articula e se manifesta na obra de cada autor, em um momento em que a competição pelos espaços nos quais os escritores podem exercer suas atividades e ascenderem socialmente é acirrada. O adestramento poético, enquanto fazer artístico etéreo e abstrato, exigia do poeta uma capacidade de abstração das condições sociais, cujo contraponto residia em vislumbrar a transposição das fronteiras de classe no próprio plano social, o que de fato ocorria em determinados níveis, uma vez que viver como homem de letras pressupunha reforçar o corte entre espiritualidade e matéria.

De saída, é necessário destacar que todos os autores modernistas da geração tratada foram formados e educados em um contexto de predomínio da poesia parnasiana, estilo socialmente legitimado do exercício poético no Brasil do início do século XX. O recurso à poesia como forma de distinção e de tentativa de transposição das dificuldades sociais tem sido marcado, especialmente no período parnasiano, pelo ideal de privilegiar a beleza plástica associada puramente à emoção estética. Como contrapartida, verifica-se uma tensão constante entre idealismo literário e condições sociais impostas pela realidade prática, tensão essa que, de uma forma ou de outra, acaba se expressando na poesia dos autores. Em certas situações extremas, soluciona-se a tensão pela fuga e, até, por uma certa predisposição ao desprezo em relação às dificuldades práticas e materiais. Outras vezes, essa tensão era capaz de dotar os autores de uma espécie de máscara idealista, que acabava servindo de impulso para a ação política.

De toda forma, a “aura” de nobreza, conferida pela soma do talento poético com a valorização elitista de uma certa erudição, era uma das formas possíveis de transcendência em relação às diferenças sociais, criando certas afinidades entre membros de origens, com freqüência, distintas. De certo modo, no plano da vida cotidiana, era possível vivenciar ou, pelo menos, idealizar o estabelecimento de instâncias da existência nas quais a igualdade

abstrata de condições e o mérito definissem balizas adequadas de competição social, o que reforçava uma certa “ilusão democrática” vivenciada também em planos sociais mais amplos de simbolização, uma vez que a República já vinha sendo festejada e defendida por grande parte da elite dominante há quase, pelo menos, trinta anos.

É importante assinalar que, no contexto da década de 1920, a reunião dos membros do grupo modernista em torno de uma causa comum, no interior do qual não é possível ignorar uma certa heterogeneidade, deve ser considerada também em virtude da possibilidade de existência de um denominador comum na formação do grupo. No contexto pré-modernista, ou modernista inicial, um dos denominadores comuns é a própria sacralização do fazer artístico e literário. Mesmo a percepção do exercício poético como uma prática desligada das condições materiais mais imediatas, que serviu a esses autores como catalisador grupal, certamente elitista, apagaria, pelo menos em um certo nível de suas relações, as diferenças sociais e econômicas.

A possibilidade imaginária de ignorar ou desprezar as determinações geradas pelas origens sociais ou, mesmo, de abstração da realidade social sofrerá uma inflação sensível com a inversão promovida pela entrada das chamadas “concepções modernistas nacionalistas”. Ao romper com o “passadismo”, esses autores assumirão posturas literárias e políticas de aproximação e de valorização de uma suposta “realidade brasileira”, permeada de contradições, que os farão vivenciar um contraponto em certo nível de suas representações sobre as diferenças sociais a que todos estiveram sempre constrangidos. Talvez seja esse o momento em que os conflitos entre as linhas discordantes fiquem mais evidentes, pois alguns autores passam a assumir posturas e projetos de intervenção direta na ordem social.

Quando, na década de 1930, pela mudança do contexto sociopolítico, esses poetas serão levados a pensar projetos nacionais mais sistemáticos, as ambigüidades geradas pela contradição entre a idealização estética e a realidade social vivida ficarão manifestadas nos mais amplos níveis de sua reflexão. A imagem transcendente de superioridade que os poetas e artistas precisavam sustentar acaba por interferir na forma como apresentarão determinados temas ao público, seja como jornalistas, seja na condição de pensadores sobre a questão nacional. O talento e os recursos poéticos se apresentam não só como necessidade e fonte de prazer estético, mas como uma segunda natureza, um distintivo que confere ao artista uma capacidade especial de tratamento temático.

Ao mesmo tempo em que esses autores herdarão a concepção de haver uma necessária “superioridade” elitista associada a determinadas funções, como a poética, serão levados a refletir sobre condições políticas de defesa e incorporação da população excluída

para o estabelecimento da democracia no Brasil, ainda que, muitas vezes, de forma unicamente retórica, o que geralmente acabava descambando para uma reflexão sobre os limites intransponíveis a essa inclusão.

De outro lado, para circunscrever o tema racial no contexto de suas obras, é imprescindível lembrar que estamos tratando de escritores cuja infância decorreu pouquíssimo tempo após a abolição da escravatura. As representações e as práticas que circulavam em meio à elite eram profundamente discriminatórias em relação aos "novos cidadãos" de cor. A necessidade de dissertar sobre o problema racial permanece e voltará com toda a força no contexto de 1930, quando há uma politização social nos mais diversos níveis. Se até em torno de 1930 a abordagem sobre o problema racial se fazia principalmente no registro estético, como no caso de Cassiano Ricardo, a partir daí o tratamento do problema se insere definitivamente no projeto político nacional.

O fim relativamente recente do escravismo contribuía para que as publicações elitistas primassem ainda em propagar manifestações preconceituosas. Tanto na literatura como nas "fantasias" da elite, os negros, quando apareciam, continuavam sendo vistos como "escravos" em potencial, adaptados aos trabalhos manuais e braçais ou possuidores de uma alma dócil e afeita à servidão e, por isso, com aptidões bastante específicas.

São inúmeros os exemplos na imprensa de São Paulo na época que sugerem a impossibilidade de que os descendentes de origem africana fossem representados como "iguais". Tomemos apenas um, bastante instigante, para efeitos de ilustração sobre as representações dos negros na sociedade paulista da época que antecede o modernismo.

Inserida em uma linha de registro dos eventos sociais em destaque na sociedade paulistana da época, a revista *Panoplia*[16] publica, em 1919, um *flash* de um baile à fantasia, uma noite oriental, na qual o grupo de mulheres da elite social é cortejado por um grupo de negros fantasiados de "escravos" orientais.[17] Como provavelmente nenhum membro daquela elite permitiria se fantasiar em papéis servis, as madames contrataram negros que adornassem as suas fantasias de "senhoras das Arábias", cercadas de escravos pretos por todos os lados. Essa fotografia tem uma importância adicional por retratar o escravo, na fantasia das elites, como prolongamento de sua riqueza material.

[16] Como será visto no capítulo 1, *Panoplia* foi uma revista fundada por Cassiano Ricardo, em 1917, posteriormente dirigida pelo poeta Guilherme de Almeida. A partir de 1919, a revista sai de uma linha apenas literária e artística e transforma-se em um periódico de variedades. Menotti será, então, um dos colaboradores do periódico. Porém, Cassiano já se afastara da direção.

[17] Uma foto anterior, na mesma página da revista, tem como título "Um Recanto de Scherezade" e exibe uma outra imagem, em que outros convidados vestidos a caráter são também exibidos na mesma festa.

Figura 1: Revista *Panoplia*, ano II, n. 7 (s/ data, possivelmente, fevereiro de 1919).

Acervo pertencente à Biblioteca Mario de Andrade, S.P.

No plano das representações, a posição dos negros, associada aos níveis mais baixos da escala social, reforçaria as dificuldades de ascensão de suas camadas. No entanto, a presença social marcante desse contingente não permitia o contorno ou ocultamento da questão, que surge pelas vias mais inesperadas possíveis, como na fotografia tomada como exemplo.

O interesse pela diversidade racial, necessariamente associada às discussões sobre a formação da nacionalidade brasileira, colocou repetidamente o tema sobre o grande contingente populacional proveniente do continente africano na ordem do dia. As obras modernistas, desde o início do movimento, assumiram e refletiram sobre a nossa formação racial, seja por meio das construções literárias ou poéticas, seja por meio de representações gráficas e pictóricas, ainda que muitas delas não pudessem se furtar de uma notória ambigüidade na discussão do problema, mesmo passados quase trinta anos após a proclamação da República.

Acompanhar parte da trajetória de algumas dessas representações e o contexto no qual elas se inserem oferece ao observador a possibilidade de refletir, para além do tema da identidade nacional, sobre a forma como determinados grupos e indivíduos, ao refletirem sobre a própria identidade, revelam uma reflexão subliminar sobre a alteridade, “o outro”, mais próximo ou mais distante, porém sempre tomado como diferente de si.

O propósito de acompanhar o tema racial de acordo com o momento e o ritmo em que aparece na obra de cada autor selecionado para análise neste trabalho determinou uma diferenciação em termos de tratamento e extensão da pesquisa sobre cada um dos autores escolhidos nos diversos capítulos.

No capítulo 1, inicia-se a descrição biográfica dos dois autores e analisa-se sua produção até 1924. Inicialmente, foi dada maior atenção aos trabalhos de Menotti Del Picchia, uma vez que suas obras publicadas nesta primeira fase permitem uma reflexão mais intensiva sobre o tema racial no período. Até a metade da década de 1930, Cassiano Ricardo só publicou livros de poesias. Menotti, ao contrário, fez-se polígrafo desde muito cedo, com publicações de livros de poesias, peças teatrais, contos, novelas e romances. Na medida do possível, a análise privilegiará a perspectiva das representações contidas nas obras referentes à discussão sobre o tema racial.

Em se tratando da fase juvenil desses poetas, sobretudo no caso de Cassiano Ricardo, cuja obra inicial sequer toca a questão racial – totalmente preso que está aos ideais de uma prática poética parnasiana –, busca-se destacar concepções e imagens já presentes na obra, que serão retomadas na fase posterior, quando o tema da raça irá, sim, ocupar o centro de sua atenção. Neste caso, procura-se ainda compreender, pelos dados de sua biografia e pela análise dos poemas, as razões da ausência do tema na obra inicial e o surgimento do mesmo na fase subseqüente.

Nesse sentido, nos capítulos 2 e 3, a atenção entre cada um está mais bem distribuída, para, no capítulo 4, retomar o foco, prioritariamente, nos escritos de Cassiano Ricardo, dedicado ao momento da propaganda do governo de Getúlio Vargas no âmbito federal, enquanto as atividades de Menotti ficarão restritas a São Paulo. Sempre que possível, procuramos estender ao pensamento de outros autores a pesquisa sobre o tema, com o objetivo de ampliar o conhecimento sobre o debate mais amplo entre os demais intelectuais correlacionados a esses autores.

No capítulo 2, o enfoque centra-se na chamada “fase nacionalista” dos autores. Inicia-se com o enfoque da revista *Novíssima*, sob a direção de Cassiano Ricardo, publicada a partir de dezembro de 1923, prosseguindo-se com a virada nacionalista e a formação do chamado “Grupo Verde-Amarelo”, cobrindo também o período de atuação editorial de Menotti Del Picchia e de Cassiano Ricardo como sócios da “Editorial Hélios Ltda”, a partir de 1925. Finalmente, enfocam-se as obras por eles publicadas na segunda metade da década de 1920, que culmina com *Martim Cererê* (1928), de Cassiano Ricardo, reescrita e reeditada por ele praticamente a vida inteira.

No capítulo 3, procura-se resgatar a contribuição contida nos ensaios políticos de Menotti Del Picchia e de Cassiano Ricardo, até 1940, para a reafirmação do Brasil como uma nação caracterizada pela ausência de preconceitos e pela convivência pacífica entre raças e classes. Procura-se também, por meio da leitura e das informações contidas em suas memórias e obras de cunho histórico e político, reconstruir o contexto sociobiográfico do desenvolvimento do discurso dos autores sobre o caráter harmônico das relações raciais no Brasil. A década de 1930 é um período privilegiado para o estudo do tema racial nas publicações da imprensa de São Paulo, que tiveram no papel desempenhado pelos dois modernistas sua contribuição. Ambos atuaram ou colaboraram com os órgãos oficiais de publicidade e propaganda em São Paulo.

Além disso, por meio do enfoque do movimento "Bandeira", fundado em 1936, quando esses autores dirigiram o periódico *Anhangüera*[18], que defendia a ideologia do movimento, busca-se ampliar o escopo da discussão. Trata-se de um momento crucial para a compreensão dos rumos das carreiras desses autores. Posteriormente, dirigiriam também juntos a revista *São Paulo*. Cassiano Ricardo seria designado para liderar a publicação de uma revista equivalente no Rio de Janeiro, de escopo nacional, a *Brasil Novo*.

A década de 1930 é para Cassiano Ricardo um período de reflexão, do ponto de vista de produtividade poética, quando passa boa parte do tempo revisando e reeditando sua obra, principalmente da fase nacionalista. Menotti Del Picchia dedica-se também, além de escrever vários romances de ficção, ao lançamento de duas obras infantis, as quais não serão aqui abordadas pelo fato de a questão deste trabalho estar centrada na década de 1930, mais especificamente no desenvolvimento das trajetórias desses autores no campo da política oficial.

Algumas ilustrações referentes ao tema tratado ou às biografias dos autores, que foram por eles produzidas ou que acompanham as edições de suas obras e das revistas das quais participara0m, quando analisadas, podem auxiliar na compreensão do imaginário racial na época e de seu significado, e por isso serão destacadas. Vale enfatizar ainda que Menotti Del Picchia, além de escritor, era também desenhista, pintor e escultor amador (Cassiano Ricardo também costumava se arriscar na arte do desenho).

Assim, a análise complementar de algumas de suas produções pessoais e imagens ilustrativas pode iluminar, de um outro ponto de vista, as representações que entraram no jogo político para a construção do Brasil como um país exemplar em termos de convivência racial. Nos capítulos 1, 2 e 3 da tese, procura-se entremear a leitura dos textos e das imagens com

[18] Segundo Cassiano Ricardo, os diretores do periódico eram Menotti Del Picchia, Cândido da Mota Filho e ele próprio. Osmar Pimentel era o redator-chefe (RICARDO, 1970: 110).

dados biográficos dos autores, com o objetivo de possibilitar certa visão contextual de alguns dos dados selecionados. Nesse sentido, a leitura crítica de suas autobiografias, das correspondências localizadas e dos recortes de jornais revela-se de grande importância para recuperar alguns recortes em torno da atuação profissional dos dois autores selecionados.

No capítulo 4, estudam-se os momentos da vida profissional desses dois intelectuais em projetos que ampliaram os seus campos de atuação. Já como ideólogos atuantes na imprensa durante o Estado Novo, quando estiveram em contato com um público mais amplo, o estudo dos periódicos aos quais os autores estiveram associados pode acrescentar novos elementos relativos às representações referentes ao desenvolvimento do ideário da democracia racial no Brasil.

Como é sabido, Cassiano Ricardo atuou como diretor do jornal *A Manhã*, no Rio de Janeiro, a partir de 1941, e Menotti Del Picchia foi diretor do jornal *A Noite*, de São Paulo, a partir de 1942. Nesse contexto, mantiveram contato com muitos outros nomes da imprensa. A leitura dos periódicos permite, pela possibilidade de agregar a opinião de outros autores sobre o mesmo tema, uma ampliação considerável do debate.

Outras publicações também auxiliarão a análise, como a revista *Planalto*, publicada no início da década de 1940, e *São Paulo, de Ontem, de Hoje e de Amanhã*, boletim publicado pelo Departamento de Publicidade de Imprensa e Propaganda de São Paulo, dirigido inicialmente por Menotti Del Picchia, depois por Cassiano Ricardo, que passou o bastão para Cândido Motta Filho, também no início da década de 1940, um outro dos integrantes do grupo Verde-amarelo.

No último capítulo, procura-se refazer o percurso teórico que orientou a pesquisa e retomar o diálogo com os autores contemporâneos que discutem o chamado, na literatura acadêmica, "mito da democracia racial" no Brasil, para, já informada pelos resultados da pesquisa, tecer, no mesmo capítulo, as considerações finais.[19]

Mediante o acompanhamento das obras e das trajetórias profissionais de Menotti Del Picchia e de Cassiano Ricardo, buscamos tornar possível perceber, no tempo, o dinamismo de significados em jogo para a configuração de uma representação que associa, de forma recorrente, o Brasil a uma "democracia racial".

---

[19] Para conhecimento da longa discussão nas Ciências Sociais em torno do termo e do significado da "democracia racial" no Brasil, ver a retomada da questão por Antonio Sérgio Guimarães no livro *Classes, Raças e Democracia* (2002), principalmente capítulos 4 e 5. Ver também um texto mais recente (2004), "Intelectuais negros e formas de integração nacional", no qual o autor mostra como a ideologia da democracia racial, nos anos de 1940, ganhou rapidamente a adesão dos intelectuais negros, sendo integrada na luta anti-racista. Para uma abordagem antropológica da questão, ver ainda Peter Fry (1996, 2005) e Lilia Schwarcz (1999, 2004).

1 UM REPERTÓRIO PARNASIANO

> *Nada mais difícil, entretanto, do que quebrar padrões formais já solidificados. Difícil avaliar bem o que é a "tirania das sílabas", o poder de um hábito em assunto de arte, a força incoercível dos moldes acadêmicos, a subjugação do poeta a uma forma que era preciso arrebentar a martelo pra veleidade de qualquer mudança de rumo* (Cassiano Ricardo, 1970).

1.1 Menotti Del Picchia: poeta do vício e da virtude

Abordar os perfis peculiares de dois poetas que assumiram o estilo parnasiano, mas que não se limitavam estritamente à estética impessoal da "arte pela arte", proposta pela escola parnasiana européia, é o tema deste capítulo. Em lugar de compor versos despojados de sentimentos pessoais, Menotti Del Picchia inseriu em seus poemas preocupações engajadas no contexto da vida social de sua época. Cassiano Ricardo, por sua vez, apesar de burilar seus poemas com um rigor técnico parnasiano, projeta uma melancolia mais próxima ao perfil de um poeta romântico, poética contra a qual justamente os parnasianos europeus se insurgiram.

Paulo Menotti Del Picchia nasceu em 20 de março de 1892, na cidade de São Paulo, na ladeira São João, e faleceu em 23 de agosto de 1988, também na capital paulista.[20] Os pais, Luís Del Picchia e Corina Del Corso Del Picchia, eram provenientes da região da Toscana, na Itália central. Menotti foi o filho caçula de uma família de mais cinco irmãos: Carolina, José, Liberal, Luís e Ranieri.

Com o pai atemorizado pelo desemprego na capital, em 1897, a família muda-se para a pequena Itapira, no interior do estado de São Paulo, cidade com a qual se vinculará afetivamente. Segundo o autor (1972:31), o pai, excelente pintor, arriscava-se também como poeta arcádico, além de desenvolver as atividades de arquiteto, construtor e jornalista. Admirava Dante, sentindo-se influenciado pela tradição clássica italiana. Essa polivalência artística do pai pode ter contribuído para o desenvolvimento da personalidade artística

[20] O autor faleceu aos 96 anos vítima de insuficiência cardíaca.

multifacetada que Menotti viria a apresentar.[21] Ele atribuía sua base católica à formação religiosa infundida por sua mãe e à sua participação nas missas como coroinha quando criança. Com o irmão José, aprenderá as primeiras lições na arte do desenho.

Em Itapira, o futuro modernista realiza o curso primário, de 1900 a 1903, no Grupo Escolar "Dr. Júlio de Mesquita". Inicia o curso ginasial em Campinas, no "Ginásio Culto à Ciência", tradicional estabelecimento educativo da cidade. Em 1904, estréia com uma crônica de natal no jornal *Cidade de Itapira*. Em 1906, transfere-se de Campinas para Pouso Alegre, no sul de Minas Gerais, onde estuda no "Ginásio Diocesano São José", centro de um bispado famoso por seu ginásio.

Figura 1: Retrato da família de Menotti Del Picchia (jovem assentado no alto da porteira vestido de branco).

Nota-se, à esquerda, um negro de chapéu e descalço, em pé, entre os membros da família. Retrato pertencente ao acervo da "Casa de Menotti Del Picchia", em Itapira-SP.

Já nessa época, começa algumas "aventuras" na escultura, na poesia e no jornalismo, como fundador e redator-chefe de *O Mandu* (julho de 1908), jornalzinho dos bacharelandos externos de Pouso Alegre, que teria vida curta. No final de 1908, conclui o

[21] Segundo Menotti, o pai, Luís Del Picchia, tinha também vocação para político, com idéias ligadas ao socialismo e ao anarquismo, de transformação da realidade social. "Uma coisa apenas não sabia fazer: ganhar dinheiro" (DEL PICCHIA, 1972: 24). Menotti relata que a origem de seu nome estaria na admiração do pai por Garibaldi, pois o revolucionário italiano teve um filho com a brasileira Anita Garibaldi com o mesmo nome. No momento do batismo o padre sugeriu um nome cristão para contrabalançar o ímpeto revolucionário; daí resultar dessa negociação o nome Paulo Menotti. Da mãe, Corina, guardara também a imagem do "não-preconceito racial". "Mamãe ria unindo no mesmo carinho o preto simpático e jovial e o filhinho pávido, branquíssimo e louro. Essa mistura racial no âmbito doméstico instilava em mim, desde criança, o horror a qualquer discriminação" (1972: 25). A mãe representara, para ele, "a força e o comando" do grupo doméstico (1972: 28).

curso de Ciências e Letras. Em 1909, matricula-se na Faculdade de Direito de São Paulo, finalizando o curso em 1913 como o segundo aluno da turma. Em 1910, perde sua mãe, então com 49 anos, na cidade de Itapira.

Para manter-se na capital durante o curso de Direito, Menotti Del Picchia consegue emprego no Seminário Episcopal, como escriturário, arranjado pelo bispo dom Nery, cuja amizade com o pai dele se iniciara em Pouso Alegre (MG). Fora também de dom Nery a sugestão de que Menotti estudasse em Pouso Alegre.[22]

Seu primeiro casamento ocorre em 1912, com Francisca da Cunha Rocha Salles (apelidada "Pitutica"), herdeira dos fazendeiros de Itapira José Gomes da Cunha Salles (apelidado Juca Salles) e Francisca Avelina da Cunha Salles. Com ela, teve oito filhos: Ulpiano, Hélio, Wanda, Astyris, Miriam, Mário, Fulvio e Sulamita. Um ano depois de casado, no mesmo ano de 1913 em que se bacharela em Direito, publica seu livro de estréia: *Poemas do Vício e da Virtude*[23], de viés parnasiano.

Seu contato pessoal com poetas parnasianos de prestígio parece datar de muito cedo: em 1903, o escritor Coelho Neto visitara Itapira; no colégio de Pouso Alegre, estivera em constante contato com a poesia, tanto que em suas memórias registra a decisão de tornar-se poeta durante uma aula em que o professor recitara o poema "As Pombas", do parnasiano Raimundo Corrêa; já em 1907, entre 14 e 15 anos, publica seus primeiros poemas no jornal literário dos alunos do ginásio na cidade mineira; e recorda também ter conhecido Olavo Bilac em Itapira, o mesmo que proferiria posteriormente uma conferência sobre literatura na Faculdade de Direito em 1910, quando Menotti era ainda estudante.

Apesar disso, o autor afirma não ter tido grande fascinação na infância pela figura do poeta, "personalidade monótona e cassete", e ter preferido ao poeta nessa fase primeira de sua existência "o preto que dava estalos pela boca premendo com o dedo a bochecha negra e panda" (1972: 31). Anos mais tarde, Menotti atribuirá ao "destino" sua profissão.

Resultado dos caprichos do destino ou não, a carreira poética de Menotti conquistará um fôlego apreciável. Logo no início de *Poemas do Vício e da Virtude* (1913) nota-se já uma das tônicas mais recorrentes na futura poesia do autor: em contraste com a

[22] "No colégio estavam ainda Guilherme de Almeida, que viria a ser o príncipe de nossos poetas e Plínio Salgado, meu companheiro na jornada modernista, futuro grande escritor e chefe do movimento integralista. Todos adorávamos D. João Batista Correa Nery. Justo foi o monumento que lhe ergueu a cidade de Campinas da qual era filho" (DEL PICCHIA, 1972: 81).

[23] O primeiro livro de Menotti é dedicado a Corinna Del Picchia, mãe do autor, há poucos anos falecida, e ao amigo José Galhanone de Oliveira.

realidade, a importância atribuída à ilusão, como elemento fugaz, mas necessário e que alimentaria a existência.

> Ilusão! Deixai-a, que ando
> A pensar que, nesta vida,
> Mais se ilude a gente quando
> Crê não estar iludida (1913:14).

A obsessão pelo amor inatingível, a expectativa sexual, muitas vezes frustrada, e a busca do sonho impossível são motivos que levam o autor a constatar a separação entre ideal e realidade. De outro lado, a realização dos sonhos/desejos/ideais corresponde, na poética do autor, à chegada de um vazio: "Possuir é se perder alguma coisa doce: a esperança", ou "Possuir é se arrastar, já descrente e saciado, o cadáver de um sonho" (1913:17).

> Também a concepção de uma poesia vista como uma escultura de palavras modelada pelas mãos do poeta fica evidente já nesses anos iniciais da vida literária de Menotti. O ofício da arte de esculpir o mármore ao lidar com versos, metáfora tão característica do parnasianismo, expressa-se em alguns poemas, chegando a seu ponto alto em "Pigmalion". Junte-se a isso as imagens salpicadas de vênus, cupidos, medusas e danaides, próprias de uma linguagem clássica relida.

Outro estribo no conjunto dessas poesias é a emoção panteísta, traço romântico já em poetas como Gonçalves Dias, que se estendeu aos parnasianos brasileiros, notadamente na poesia de Olavo Bilac. Como é sabido, apesar da valorização da métrica e da forma, no Brasil o parnasianismo não logrou se libertar dos excessos sentimentais românticos que o estilo europeu havia eliminado. Na poesia de Menotti, lírios e murtas falam, o arado é tomado como força ativa, cérebro e estômago, personificados, dialogam como se fossem capazes de manifestações de sensibilidade autônoma.

D'Annunzio e Zola são referências explícitas no livro. No entanto, mais marcante ainda nesta fase inicial da poesia de Menotti é o forte apelo aos elementos populares que entrecruzam seu imaginário e que servirão de canal mais imediato para o diálogo com os temas brasileiros da fase modernista: desde a figura de Satanás, que surge já no primeiro poema em uma fuga quase satírica, até a presença de elementos da *commedia dell'arte*.

Temas da pobreza real em contraste com o sonho de uma fada rica ("Vestidinho branco"), imagens bíblicas, como no poema "Santa Luzia", uma homenagem ao olhar da santa, e, mesmo, elementos regionalistas típicos dos ambientes rurais já marcam presença. Confira poemas como "Serenata Caipira", "Ode ao Arado" ou "A Filha do Sr. Antônio", que tornam a poesia de Menotti certamente acessível a um público mais amplo.

No entanto, ao abordar certos temas românticos com um viés sensacionalista ou ao enxertar nos versos toques repentinos de erudição – com referências a episódios históricos e imagens clássicas, comuns nos discursos acadêmicos da época –, Menotti produz no leitor atual a percepção de um distanciamento, um hiato intransponível entre o autor e sua matéria poética. Quando, por exemplo, aborda a dor e a morte de uma mãe faminta por não conseguir alimentar o seu filho senão com o sangue de seu seio, em meio de descrições dolorosamente apelativas, Menotti lança mão do argumento cientificista e cita Darwin, universalizando o drama.

> "Em primeiro lugar, é evidente que os impulsos instintivos, na humanidade têm diversos graus de força. Uma mãe jovem e tímida, arrojar-se-á sem hesitação no maior perigo para salvar a filha."
>
> (*A Origem do Homem*, v. I, citado por DEL PICCHIA, 1913: 23)

No final de 1913, momento da formatura de Menotti, a obra *Poemas do Vício e da Virtude* seria duramente criticada por Oswald de Andrade, em *O Pirralho*, autor ainda desconhecido por Menotti (DEL PICCHIA, 1972).[24] O livro foi chamado de "asmático e ridículo" pelo comentador "Azambuja, *administrador*" (n. 115, de 01.11.1913), em ataques irônicos e pessoais ao escritor estreante.

> Mas o livro todo nada mais é que uma série insonsa de baboseiras muito mal ditas. Nenhum lampejo, nem ao menos espontaneidade que é a desculpa, ou melhor, o elogio que se costuma atirar aos que não fazem arte, se nota nos poemas da virtude... Vícios sim, há-os de toda a espécie. Versos mal feitos e,

[24] *O Pirralho*, periódico satírico do qual participavam muitos membros da elite letrada de São Paulo e também associado à comunidade italiana local, costumava dar destaque aos eventos das escolas e academias da capital paulista. Com jovens profissionais vinculados à Escola de Direito, o periódico noticiava os destaques e principais eventos da instituição. O n. 115, de 01.11.1913, por exemplo, traça o perfil bem humorado dos formandos daquele ano. Dentre características classificatórias caricaturais, como o "mais ajuizado", o "mais político", o "mais fútil", o "mais convencional", o "mais tolinho", o "mais pedante", Menotti se destaca na turma como o "MAIS ESCULTOR", o que mostra que os dotes artísticos do autor já eram divulgados para seus colegas. Um dos poemas de *Poemas do Vício e da Virtude* ("Versos a esmo", 1913:71) é dedicado *"Aos bacharelandos em Direito de 1913 affetuosamente, M.D.P."*.

> às vezes até, cincadas *hermistas* (“X.T.”, em *O Pirralho*, n. 119, 29.11.1913) (Grifo do autor.).

Essas críticas gerariam réplicas de defesa veiculadas por Menotti na imprensa local e novos ataques à “medíocre pessoa” do poeta (Jacintho Góes, em *O Pirralho*, n. 120, de 06.12.1913). O interessante na crítica assinada por Jacintho Góes é o fato de tentar desautorizar os elogios de personalidades literárias consagradas, como Osório Duque Estrada, e insinuar a presença de interesses pessoais por trás dos elogios feitos pelo jornal *Gazeta de Notícias* ao atribuir talento a Menotti. O mesmo periódico (n. 122, de 20.12.1913) destaca ainda outras críticas que circularam na imprensa em torno das “gravíssimas cincadas de gramática elementar, sem qualquer possibilidade de justificação” constatadas nos poemas de Menotti.

Quase um século depois do lançamento do livro de Menotti seus poemas permanecem ainda bastante indigestos.

> Versos chapados como “o fecundo prazer da carne e dos sentidos”, “porque o maior dos bens é o que não se alcança”, “plantando flores e colhendo espinhos, sonhando sonhos e fazendo versos”, ou então “Mulher! És mais do que eu a tentação do Mundo”, revelam um acadêmico aprendiz, bastante jejuno em matéria de cultura poética, incapaz de assumir riscos de criação metafórica ou de mobilizar a variedade dos recursos expressivos da linguagem (MICELI, 2004:179).

Em meio à miscelânea de tentativas de Menotti para forjar uma personalidade poética, que vai desde o popular, passando pelo religioso, até o clássico – isso só em sua obra de estréia –, fica mesmo difícil estabelecer uma linha interpretativa para o pensamento do autor, ao menos nessa fase inicial.

Talvez a saída seja empreender a análise a partir do jogo de oposições entre vícios e virtudes, presente no título da obra de estréia do autor. Por meio do acompanhamento dessas oposições, torna-se possível inferir alguns elementos fundamentais na formação acadêmica de Menotti.

Já o primeiro poema do livro mostra a ambição em torno dos tesouros oferecidos por Satanás, ao mesmo tempo em que lança mão das tentações “malignas” que a alegoria do

Demônio freqüentemente aciona: “reinos, tesouros, mulheres, fama, glória e braçadas de louros”.

Paralelamente, Menotti insere em outros poemas versos com uma série de imagens bíblicas, descrições sobre o amor e a arte, fazendo o jogo com o que se poderia classificar como virtude, associada, várias vezes, à renúncia da vontade. “Virtude é esperar; possuir é se arrastar, já descrente e saciado o cadáver de um sonho” (1913:17). O vício, nesse caso, seria quedar-se diante das inclinações do coração e dos desejos, realizando-os.

No poema em que a mãe procura saciar a fome do filho, a despeito de sua dor, encontramos a “virtude”. Menotti parece também associar às virtudes a compaixão. O fascínio exercido pela lua é comparado ao exercido pela mentira, “suave e deliciosa”, que Menotti vê numa mulher. Aliás, aqui aparece uma associação entre a mentira e a ilusão. Daí sua ligação às virtudes, e não aos vícios, em um jogo de mão dupla entre os dois pólos.

> A mentira é orvalho e o sonho planta e rega.
> A mentira nos dá o que a vida nos nega.
> Falasse só do sonho e nunca o realizasse
> Que me importava a mim contanto que falasse? (1913:60)

A literatura de Menotti oscilará, com efeito, entre realidade e ilusão, exaltando e negando ora um pólo, ora outro, visto que, para o autor, realizar um sonho é decepcionar-se. É o que reafirma ao citar uma epígrafe de Amadeu Amaral, no poema “Mistério Íntimo”[25].

> Feliz que trazes dentro da alma apenas
> A dor de um ideal sem esperança.
> Que não conheces a maior das penas
> – a tristeza do sonho que se alcança. (1913:65)

Nesse espírito é que o autor retoma o mito grego de Pan e Siringe no poema “Visões Pagãs” (1913:94)[26].

---

[25] Amadeu Amaral Penteado (1875-1929), além de poeta parnasiano, foi um estudioso do folclore caipira paulista. Destacou-se também na sociedade da época por ser um divulgador do escotismo como caminho para o aperfeiçoamento humano.

[26] Em *As Metamorfoses*, de Ovídio, Mercúrio, filho de Júpiter, disfarçado de pastor, conta o episódio da transformação de Siringe em flauta, enquanto a tocava e narrava o fato para adormecer Argos. Argos é o guardião de cem olhos, encarregado por Juno de vigiar a ninfa Io, de quem não se descuidava, por estar sempre

Como seria bom se o homem, no momento
Da posse, visse a amada esfumar-se, fundir-se
Num verde caniçal... num sussurro de vento...

Menotti compara também o sentimento amoroso ao percurso rumo ao calvário, por meio de uma seqüência de imagens católicas associadas à paixão de Cristo. Em "Tercinho D'Ela", por exemplo, o autor desfila um conjunto de declarações amorosas como se fosse uma ladainha.

Segundo João de Scantimburgo, contemporâneo de Menotti Del Picchia na Academia Paulista de Letras, o autor teve uma formação filosófica frágil, com leitura pouco profunda dos autores alemães: "de Kant, do qual aprendeu alguns conceitos na Faculdade de Direito, de Schopenhauer e Nietzsche.[27] No mais, recebeu a influência do simbolismo mágico de D'Annunzio e da prosa fulgurante de Saint Victor" (*Revista da APL*, abril de 1992: 42).

De todo modo, é também à leitura didática dos autores alemães que pode ser atribuída de modo mais imediato a presença da insistente oposição entre Deus e o Diabo, o bem e o mal, o sonho e a realidade, a virtude e o vício, enfim, entre o idealismo e o materialismo, nos primeiros poemas de Menotti.[28] A discussão subliminar que o autor carrega de forma oscilante está certamente ligada ao debate filosófico em torno da separação, ou não, entre corpo e alma, freqüente na literatura filosófica do final do século XIX. Como o próprio parnasianismo retomava o paganismo, sem abrir mão do catolicismo, não é difícil compreender a leitura "eclética" que Menotti propõe sobre esses temas.

---

com parte dos olhos em vigília, enquanto os outros olhos descansassem. Io, por sua vez, havia sido violentada e transformada por Júpiter em novilha para que Juno, irmã e esposa ciumenta do deus, não a reconhecesse. Siringe, a náiade mais famosa da Arcádia, havia sido perseguida por Pã, segundo o relato, até ser transformada por suas irmãs, as ninfas das águas, em caniços palustres desiguais, os quais Pã cortaria e com eles faria uma gaita. Argos, deleitado pela música, adormece, e Mercúrio corta-lhe a cabeça, que é atirada do alto de um rochedo. Os muitos olhos de Argos são retirados por Juno e colocados nas penas do pavão.

[27] Nietzsche pode ter-se tornado conhecido de Menotti por intermédio de D'Annunzio. No poema "Ecce Homo" (DEL PICCHIA, 1913:121), escreve Menotti:

"A vasa junto à neve; o bem ao pé do mal;
O sublime mesclado às cousas mais impuras;
Monstro que às vezes é um anjo das alturas;
Deus que de quando em quando é um sórdido animal!
[...]
Um animal, um Deus, um tudo, um nada: Ecce-Homo!"

[28] Schopenhauer é o pensador que introduz o corpo no terreno da reflexão filosófica. Para ele, a vontade de vida se manifesta no corpo, e por isso todo o mundo é a representação da vontade. A forma de acesso ao conhecimento, ao verdadeiro, à essência, dá-se, assim, para esse filósofo, pela supressão da vontade. Menotti parece ter feito uma apreensão livre desse tipo de filosofia que transporia para seus poemas. (Agradeço à filósofa Márcia Rezende informações sobre o filósofo alemão.)

Após sua formatura, Menotti retorna a Itapira, exercendo as atividades de advogado e jornalista, paralelas às ocupações de fazendeiro e político da região, inclusive candidatando-se ao cargo de vereador. Nesse período, o contato com o mundo rural servirá de pretexto para a inspiração literária, pois os seus contos e romances serão posteriormente povoados por caboclos e personagens que transitam entre o campo e a cidade.

Dirige, na época, o jornal *Cidade de Itapira* e funda outro, em 1915, *O Grito*, cujo nome será mudado, em 1916, para *Tribuna Itapirense*. Não abandona, apesar do acúmulo de atividades, a literatura, escrevendo ininterruptamente antes de despontar como um dos líderes e dos mais entusiastas participantes e divulgadores da Semana de Arte Moderna, de 1922. Em 1917, publica o poema bíblico *Moisés* e a sua obra de maior repercussão, que o tornaria nacionalmente conhecido e escritor consagrado: o poema *Juca Mulato*, editado inicialmente numa tipografia em Itapira, com uma tiragem de apenas quinhentos exemplares.[29]

1.1.1 *Juca Mulato* e outros poemas

A publicação do poema *Juca Mulato*, não só tornaria Menotti conhecido para além das fronteiras de São Paulo como se transformaria em um dos símbolos do mestiço na época, inspirador das idéias que o poeta defendia no terreno político.[30] Além das inúmeras

---

[29] A obra foi impressa nas oficinas gráficas do jornal *La Pátria Degl'Italiani*, de propriedade de Rodolfo Palladini, que aceitou ser editor do poema.

[30] Das muitas notícias de jornais que exemplificam a disseminação posterior do símbolo social criado por Menotti, citarei como exemplo uma dos anos de 1940 e outras duas do final da década de 1950.

A primeira foi publicada em *A Noite*, de São Paulo, em 10.05.1946, intitulada "Juca Mulato entre os negros" e assinada por "Fernando". Diz o jornalista: "Ora, esqueci-me a fazer essas considerações tão somente porque antes de ontem, em companhia de Ciro Mendes, e do outro Fernando, o de Barros, tive ocasião de ver como o "Juca Mulato", de Menotti Del Picchia continua, cada vez mais vivo, na boca e no coração do povo. Pois não é que numa das comemorações com que se iniciaram as festas do 13 de Maio, uma entidade dos negros, a associação Palmares, dramatizou esplendidamente uma das cenas daquele poema? [...] Menotti Del Picchia que lá estava, também, em meio dos negros que o admiraram, e que não fizeram economia de palmas para o seu poema, mais uma vez constatou essa verdade, que só os donos de uma artezinha para os amigos íntimos, teimam, ainda – oó raiva! ó despeito! – em desconhecer."

A segunda notícia: "O Sr. José Maria Alkmin saudando a Menotti Del Picchia contou que ele e o Sr. Juscelino Kubitschek, em sua adolescência decoraram todo o 'Juca Mulato' e disputaram um prêmio no teatro, pela interpretação". ("Consagração ao poeta que é a voz da raça brasileira", *O Jornal*, Rio de Janeiro, 17.12.1959).

A terceira notícia publicada no *Diário da Noite*, por Assis Chateubriand, em 18.12.1959, rememora a amizade entre ele e Menotti, desde o período que antecedeu a prisão dos dois pelo governo de Getúlio Vargas, em 1933. Enaltece o amigo: "Quatro homens, a meu ver, entenderam a força anímica do cruzamento brasileiro: Gonçalves Dias, Machado de Assis, Euclides da Cunha e Menotti. Juca Mulato é a redação impessoal de nossa imaginação. É um grande livro, é um livro de raro gosto, feito com um talento inconfundível, por um romancista vibrante,

edições que teve o poema, seus trechos foram reproduzidos em livros didáticos, ampliando a divulgação da obra.[31]

Menotti freqüentemente atribuía ao seu personagem o mérito de suas vitórias, tanto no campo político como no literário, reinventando o símbolo que criara.[32] O livro recebe elogios de escritores consagrados, como Coelho Neto e Olavo Bilac. Obviamente, o tratamento poético implementado ao enredo, no que se refere às inquietações do autor em torno do problema da mestiçagem, já em 1917, é fundamental para a compreensão do imaginário que culminou com o sucesso da obra.

O poema *Juca Mulato* (1917) poderia ser associado simplesmente ao ingresso de Menotti na literatura de cunho regionalista, por via da temática da miscigenação se não fosse o fato de o pensamento de Menotti, já por essa época, constituir-se como a confluência complexa de uma mentalidade ao mesmo tempo romântica e parnasiana, realista e naturalista, que cultuaria as paisagens exteriores por uma via marcadamente místico-panteísta.

Juca Mulato é a narração das desventuras espirituais de um caboclo "forte como a peroba e livre como o vento" que cisma de se apaixonar pela filha da patroa. O livro se divide em nove partes seqüenciais que formam o enredo do poema, a saber: Germinal, A serenata, Alma alheia, Fascinação, Lamentações, Presságios, A Mandinga, A voz das coisas e Ressurreição.

Em "Germinal", descreve a natureza que circunda a personagem e se inscreve no "rosto moreno" e no "corpo moço" do mulato, que terá como destino a aflição de desejar e cultuar o "impossível": um amor inatingível. O poema expressa a completa integração do mestiço como uma força da natureza.

> Como se sente bem recostado no chão!
> Ele é como uma pedra, é como a correnteza,
> uma coisa qualquer dentro da natureza
> amalgamada ao mesmo anseio, ao mesmo amplexo,
> a esse desejo de viver grande e complexo

---

que dispõe de fontes poderosas de abastecimento espirituais e de uma vasta fantasia". (Recortes de notícias pertencentes ao catálogo da "Coleção Menotti Del Picchia", CEDAE, IEL, UNICAMP).

[31] Segundo Ênio Silveira, a obra *Juca Mulato*, de Menotti Del Picchia, de 1917, tornou-se um *best-seller* na época, vendendo mais de 10 mil exemplares a cada dois anos (MOREIRA, 2001: 72).

[32] É o que se confirma em sua entrevista ao *Diário de S. Paulo*, em 12.10.1954, ao ser reeleito deputado federal por São Paulo. Seu primeiro mandato fora conquistado nas eleições de 1950. Disse Menotti: "Sabem quem foi o meu grande cabo eleitoral? Não sabem? Pois eu lhes digo: o meu grande cabo eleitoral foi o meu velho amigo Juca Mulato! É um colosso! Colocou milhares de cédulas sem gastar um tostão! Notabilíssimo!".

que tudo abarca numa força de coesão (1917/1923: 24).

Menotti compara Juca a uma semente que germina, no seu anseio de florescer. Compara a agilidade e a força de Juca com a de um poldro e a de um touro; seu equilíbrio viril, com a elegância dos barcos. A cor da noite confunde-se com o corpo de Juca.

O crescente, recurvo, a treva, em brilhos frange,
e na carne da noite imerge-se e se abisma,
como num peito etíope, a ponta de um alfange.

Juca mulato cisma...
A natureza cisma. (1923: 26)

Juca Mulato passa a sofrer do mal de amor. Para expressá-lo, pega a viola e canta sua "Serenata"[33], na qual compara sua alma sonhadora, cheia de espinhos, a um leito de rio repleto de pedras.

"Alma alheia" registra a mudança na alma de Juca e os conselhos de seu cavalo, Pigarço, que, por sua vez, "tem alma como a gente", para que Juca esqueça da tentação dos olhos da mulher.

Em "Fascinação", Juca, novamente, cede à vertigem do amor, que passa a habitar homem e mundo. "Tudo ama!"

Em "Lamentações" e "Presságios", chora a dor que o oprime ("Sou um caboclo do mato, que ronda a luz de uma estrela") e decide, para concluir a seção, tratar-se de "artimanhas do Demo e coisas de feitiço".

Vai, por isso, procurar um "negro feiticeiro", cujo encontro está descrito em "A mandinga". Roque, o feiticeiro, porém, nada pode fazer pelo herói, pois não conhece a cura do amor impossível. O remédio está no esquecimento. "Juca Mulato, esquece!".

Em a "Voz das coisas", Juca, ao desejar fugir, ouve a repreenda do cedro, da torrente, da estrela, da floresta, do azul, enfim, da terra.

Juca Mulato, és meu, não fujas que eu te sigo...
Onde estejam teus pés, eu estarei contigo.

[33] Conforme nota na segunda edição, as quadras de "Serenata" serão substituídas às originais.

[...]

Tu queres esquecer? Não fujas o tormento...

Só por meio da dor se alcança o esquecimento.

Não vás. Aqui serão teus dias mais serenos,

Que, na terra natal, a própria dor dói menos... (1923: 77)

Figura 2: Ilustração de Menotti Del Picchia para o poema *Juca Mulato.*

A natureza representada adquire expressões antropomórficas perante um personagem que parece contracenar com ela.

"Tu és qual um sapo a querer uma estrela..." (1921:38). Nada resta ao caboclo de Menotti Del Picchia senão ouvir "a voz das coisas" e enraizar-se na terra, no seu "pedaço de chão".

O final do poema, "Ressurreição", traduz o retorno de Juca ao seu "lugar" de origem, ao regredir do desejo de "querer ser feliz".

Consolou-se depois: "O Senhor jamais erra...

Vai! Esquece a emoção que na alma tumultua.

Juca Mulato! Volta outra vez para a terra

procura o teu amor, numa alma irmã da tua.

Esquece calmo e forte. O destino que impera,

um recíproco amor às almas todas deu.

Em vez de desejar o olhar que te exaspera,

procura esse outro olhar, que te espreita e te espera

que há por certo um olhar, que espera pelo teu..." (1923: 83, 84)

Duas metáforas possíveis sugeridas nas estrofes finais do poema merecem ser retidas: o "Senhor", não só como Deus, mas como o "patrão", marido da patroa, que sempre tem razão e que encarna a voz do próprio autor; e a importância do significado da *terra*, não só como lugar de origem, mas como "espaço social" que demarca uma condição e uma posição, que o poema aconselha que não seja transposta por um ideal "impossível". Essa opção colocaria fim ao conflito existencial de Juca: cada qual no seu lugar.

Esse conservadorismo social estará presente no pensamento político de Menotti Del Picchia. Já o tema da raça entremeará vários de seus contos e romances, e perpassará tanto suas obras ficcionais como as de cunho histórico que viria a publicar posteriormente. Registre-se o fato que os termos *mulato* e *caboclo* são indistintamente utilizados para identificar Juca. Menotti parece não se importar com essa distinção, vinculando a figura de Juca a um mestiço de origem rural e de cor escura.

Júlio Dantas, escritor de língua portuguesa, ao divulgar o livro em Portugal e fazer o comentário apologético de *Juca Mulato*, ressalta o "parnasianismo ardente e paradoxal – mármore e sangue, bronze e nervos" do autor.[34] Aliás, o comentarista ressalta o caráter escultural da descrição das figuras de Juca Mulato e de seu cavalo Pigarço, "figura de bronze", ambas esculpidas pela pena de Menotti.[35] O caráter quase humano que adquirem as formas naturais no poema, o cavalo como o companheiro com o qual Juca conversa sobre seu "amor inconsciente" pela filha da patroa e as suas mágoas são características evidenciadas pelo comentador.[36] "É o gênio triste da raça que soluça na ingênua paixão de Juca Mulato. É a dolorosa e ardente ternura brasileira que canta na sua voz. O caboclo quer ser ave, e fonte, e rocha, floresta, e tempestade".[37]

---

[34] Júlio Dantas (1876-1962) – Escritor e dramaturgo português que na década de 1910 foi considerado um dos expoentes máximos da língua portuguesa. Tornou-se popular com a obra *Ceia dos Cardeais*, publicada em 1902. Acadêmico reconhecido, de 1921 a 1923 assumiu o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros. Na década de 1940, tornar-se-ia embaixador no Brasil.

[35] Segundo Ênio Silveira, a obra *Juca Mulato*, de Menotti del Picchia, de 1917, tornou-se um *best-seller* na época, vendendo mais de 10 mil exemplares a cada dois anos (MOREIRA, 2001:72). A terceira edição de 1921 é o terceiro milheiro da obra. Em entrevista ao *Estado de S. Paulo*, em 20.03.1982, Menotti afirmou que o livro já tinha na ocasião mais de cem edições e era um dos marcos decisivos de virada da literatura parnasiana, ao lado de *Os Sertões* e *Jeca Tatu*.

[36] O comentário de Júlio Dantas será incorporado como prefácio da obra a partir da segunda edição do poema (1919). Nessa segunda edição de Juca Mulato (1919), Menotti anuncia o preparo de seis novas obras.

[37] Raquel de Queiroz assim interpretou o personagem Juca Mulato: "Encarnação nova do Pery alencariano, Juca Mulato é o mestiço lírico e sonhador, entregue aos devaneios e suspiros do seu amor impossível pela filha da

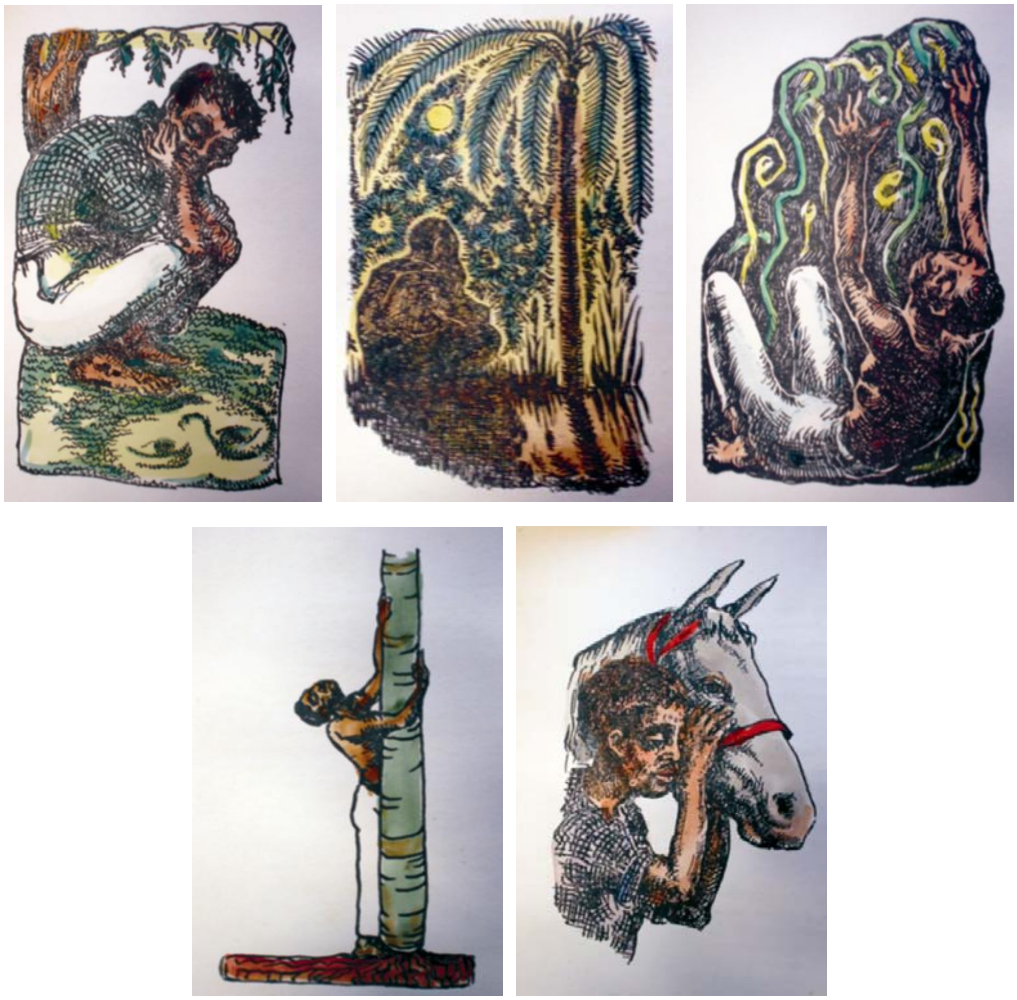


Figura 3: Ilustrações de Martha Pawlowna Schidrowits para o poema *Juca Mulato* (edição de 1947).

Juca é representado em formas análogas aos seres naturais: a imagem da terra reflete um rosto humano. Juca ora parece uma pedra, ora um vegetal que brota do solo, ora um tronco de árvore. Na última ilustração, surge como um "semelhante" em relação ao seu cavalo.

Moisés (1917) é o seu primeiro poema sacro, cujo mote é a oposição corpo e alma, matéria e espírito, deserto real *versus* sonho da terra prometida.[38] Em forma de peça teatral, o diálogo entre Amoç e o filho ou Akhar apresenta a alternância de pontos de vista e a

patroa. Obra de transição, contudo, já representava um contraste aos marmóreos sonetos dos parnasianos com o seu ritmo livre e sua rima casual, naquele idílio campestre" (*O Estado de São Paulo*, 26 de agosto de 1988).

[38] Menotti Del Picchia abre o poema com duas epígrafes, uma da Bíblia e outra de Fausto, que exprimem o espírito da obra. "Eu vos conduzirei fora da aflição do Egito, no país dos Cananeus, num país extra-vazante de leite e de mel. Moisés – Êxodo, L. II, C. III. V. XVII". "Na sede do infinito, ó alma em vão te abrasas: prende-te ao solo o corpo; o corpo não tem asas... não tem, não pode ter. Mas todos por instinto já sentiram por certo o mesmo que em mim sinto: cobiças de transpor, anseios de subir (Goethe – Fausto, quadro III - cena II, trad. De Castilho)". Na edição de 1958, aparece um poema de Amadeu Amaral que se refere ao *Moisés* de Menotti Del Picchia e salienta a contraposição entre os "espinhos" da vida e o "jardim de encantos" dos sonhos, oposição essa que só encontraria termo na velhice e na morte.

contraposição entre a esperança e a persistência pelo encontro de Canaã e a realidade de um deserto cujo fim não se avista.[39]

Menotti explora também nessa obra comparações e metáforas que associam corpo e natureza, sangue e água: "a água sangra e mina como sangue da ferida" (1917/1958:45) ou natureza e paixões humanas: "Esta areia é voraz como o desejo humano, como vossa ambição e como a vossa mágoa..." (1958:51).

O poema termina com o anúncio pelo filho da continuidade da busca de um desejo que não encontra termo. "E o filho, encarnando uma geração nova, com os olhos fitos num sonho distante, parte buscando a mentira de Canaã" (1958: 94), esclarece um narrador-crítico oculto, ao fim do poema.

As Máscaras (1920) é um poema, também em forma de peça teatral, que enfoca novamente a oposição entre ideal e realidade, nos dois primeiros atos, por meio do diálogo entre Arlequim, representando um desejo, e Pierrot, um sonho.[40] No terceiro ato, entra em cena Colombina, a mulher, formando o triângulo amoroso, que será o mote do conto. O poema descreve o corpo dos atores, comparando-os com "elementos" sublimes: Arlequim e Pierrot têm mãos brancas que mais parecem lírios, Colombina é loira como os raios de sol e como as moedas antigas. Arlequim e Pierrot são as duas faces opostas e inseparáveis do amor de Colombina. "Quando tenho Arlequim, quero Pierrot tristonho, pois um dá-me o prazer, o outro dá-me o sonho! Nessa duplicidade o amor todo se encerra: um me fala do céu... o outro me fala da terra!" (1920/1946: 92)

Em 1922, Menotti publicará outro poema em formato teatral, *A Angústia de D. João*[41], cujo enfoque é o debate entre Don Juan Tenório e Fausto, novamente tomados como vozes de dois pontos de vista opostos: Fausto representa uma visão do amor e da mulher como representações, ainda que mentirosas, a serem buscadas e cultuadas na vida terrena, ao passo que D. João defende a beleza perfeita como algo que só pode existir na imaginação do

---

[39] Na segunda edição do poema *Moisés* (1924), Menotti localiza o momento de realização do poema como 1913/1914, apesar de só ser publicado em 1917. Segundo o autor, já nesse seu "primeiro poema" pressentira o "instinto de imperiosa necessidade de renovação estética". Nesse mesmo prefácio, ele assinala o anacronismo dos ditames parnasianos no Brasil no período que antecedeu o modernismo, responsável pela crítica reacionária que receberia o livro. A associação direta entre estética e política é uma forte recorrência no pensamento de Menotti. "O povo que possuía a mais avançada e democrática organização política do universo era tributário servil de uma anacrônica teocracia literária, de que eram calafriantes czares os srs. Heredia e Banville"(DEL PICCHIA, 1917/1924: VIII, IX).

[40] Epígrafes do poema: "No fim do teu labor viste murcidas hastes nas rimas, a ostentar um verso antigo... A idade ardente e juvenil encheu-te de vaidade... Esqueceste o Eclesiastes" e "Do ineditismo foste à procura. Inda provas um travo de amargor ao ver por tudo, gelhas... Mas julga-te feliz se, com idéias velhas, fizeste frases novas".

[41] O poema é dedicado a Carlos de Campos e Alarico Silveira.

seu criador. Os traços físicos da mulher loura e branca são destacados na seleção dos versos que formam o poema.

FAUSTO

Enganas-te, D. João. Nas nossas pobres vidas
sempre os Faustos terão as suas Margaridas.
Fugir-lhe, não querê-la, é inútil desatino:
aquela que há de vir, vem do próprio destino!
Um dia, por acaso, a encontras, loira e bela,
e a reconheces logo: “És tu? – Sou eu...” É ela!

D. JOÃO

Não! não compreenderás o prazer que consiste
Em se amar, como eu amo, um ser que não existe!
Plasmei-a dentro em mim e fi-la minha Eleita.
Chama-se essa mulher: a Beleza Perfeita!
[...]
A eleita que sonhei enxergo-a, mas, que queres!
vive disseminada em todas as mulheres.
[...]
Existe em toda parte, e cada mulher bela
esconde no seu corpo alguma coisa dela!
Esta guarda-lhe o olhar: aquela, as carnes brancas;
uma a forma do torso; outra a fuga das ancas.
Tomando de uma a cor, de outra um traço indeciso,
desta, o corte do lábio e daquela um sorriso,
eu fragmento a fragmento, a amada recomponho,
pois em cada mulher, há um pouco do meu sonho!

O ideal de uma mulher loira e bela, representada por Menotti em diversos poemas como figura inatingível e onírica, surgirá ilustrado no painel pintado pelo autor em uma fazenda no interior de Minas Gerais, como retrato da filha da patroa com a qual Juca Mulato sonhara.

Figura 4: Painel pintado por Menotti Del Picchia em uma fazenda do interior de Minas Gerais sobre o poema *Juca Mulato.*

A filha da patroa é representada no alto da tela; é retratada loira e localizada no céu e próxima à lua, à estrela e à casa, que parece significar uma referência à civilização. Enquanto Juca surge novamente associado à natureza, ao baixo, à enxada e aos animais. O negro mandingueiro ocupa o centro da base do quadro. Na foto em preto e branco, com a imagem do painel invertida, o autor observa a própria pintura. Fotografias pertencentes ao acervo da "Casa de Menotti Del Picchia", em Itapira-SP.

Juca Mulato chama a atenção, sobretudo, pelo esforço e pelo "excesso" de comparações entre o mestiço e outros "materiais", como pedras, plantas e animais, que acabam funcionando como expressão e extensão da própria "natureza" da alma. Se, de um lado, é possível ler nesse posicionamento de Menotti o intento de se ater aos moldes parnasianos, quando o escritor se posiciona como expectador e procura observar a vida por um prisma estético (homens, natureza e movimentos vistos de fora), de outro lado, os materiais comparativos tornam-se fundamentais para a decodificação da visão socioracial do

autor, por simbolizarem e expressarem algo de profundo no homem, a matéria-prima da espécie. Na chave parnasiana, os materiais assumirão uma importância fundamental como expressão da própria condição humana.

Outras ilustrações nas muitas edições que teve a obra *Juca Mulato* auxiliam na percepção do mestiço, de acordo com o pensamento de Menotti Del Picchia, como uma extensão do mundo natural.

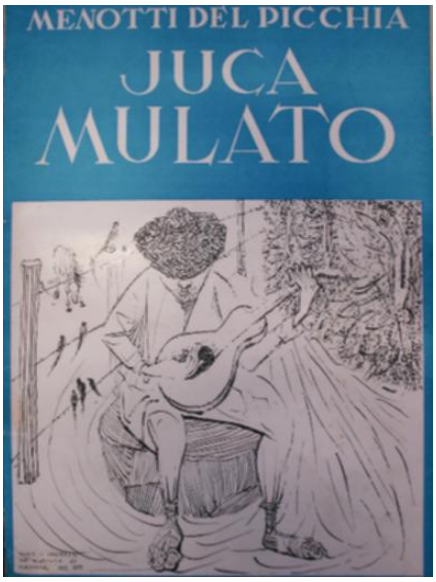


Figura 5: Ilustração de Candido Portinari para o poema *Juca Mulato.*

A cabeça de Juca está escondida sob o chapéu e os pés se assemelham à madeira ou a raízes. Exemplar pertencente ao acervo da Biblioteca Mario de Andrade.

No caso do filho de imigrantes italianos, cuja inserção nos símbolos do catolicismo também é notória, os materiais e, conseqüentemente, o aspecto externo dos seres assumem o lugar da vontade divina, expressa de forma intrínseca e, por isso, no âmago da natureza dos seres. Vale a pena destacar no parnasianismo de Menotti, quando comparado ao sentido do estilo originário europeu de culto da beleza pura, a novidade de se pesquisar materiais ou espécies vegetais e animais que serviriam como expressão não só poética, mas intrínseca a uma condição mestiça.

Inúmeras vezes, também, na obra de Menotti o próprio termo *raça* é utilizado como expressão do mais “profundo”, da essência do homem. A natureza aparece, assim, como fonte privilegiada de metáforas sobre a condição humana, trabalhadas e transformadas

artisticamente. As metáforas não deixam, contudo, de serem uma chave fundamental para a análise da compreensão sobre as relações raciais tais como são percebidas e vivenciadas pelos autores.

O mestiço é representado por meio de metáforas que o colocam no mesmo plano de outros fenômenos naturais, como a pedra, a árvore, a correnteza; e não mais como um acidente ou uma anomalia resultante do cruzamento de espécies díspares e incompatíveis. Enfim, sob a pena de Menotti, o mestiço encontra-se "naturalizado" no plano literário.

1.1.2 Crônica social e outras peças literárias

Em 1918, ao receber o convite para trabalhar no *Correio Paulistano*, em São Paulo, Menotti Del Picchia muda-se sem a família para a Capital. O prestigioso *Correio Paulistano* era o diário mais antigo da cidade (1854), um jornal governista pertencente ao Partido Republicano Paulista, que servia como veículo oficial de expressão do pensamento das oligarquias paulistas no poder. No entanto, por não conseguir o cargo que ambicionava, Menotti transfere-se para Santos, como redator de *A Tribuna*, onde permanece durante dois anos. Nessa fase, convive com escritores ligados ao parnasianismo e à literatura regionalista, como Ribeiro Couto, Vicente de Carvalho, Martins Fontes, Valdomiro Silveira e Ibrahim Nobre.[42]

Menotti retorna a São Paulo, como diretor de redação de *A Gazeta*.[43] Como cronista social, escreve para o *Correio Paulistano* uma série de artigos, a partir de 1919, com

[42] Santos foi o berço de muitas personalidades de destaque: Vicente de Carvalho (1866-1924), "o poeta do mar", escritor parnasiano natural da cidade, republicano e abolicionista, foi membro das Academias Paulista e Brasileira de Letras; Martins Fontes (1884-1937), poeta parnasiano santista formado em medicina, fundou com Olavo Bilac em Paris uma agência de propaganda dos produtos brasileiros no meio da década de 1910; Ribeiro Couto (Santos, 1898-1963), escritor e magistrado, marcadamente influenciado pelo simbolismo, exerceu largamente a atividade jornalística. Acometido pela tuberculose e em busca de climas favoráveis à saúde, trabalhou no interior paulista na década de 1920. A partir de 1928, desenvolveu sua carreira diplomática em consulados europeus. Foi eleito para a Academia Brasileira de Letras em 1934. Na década de 1940, será um dos redatores do jornal *A Manhã*, dirigido pelo amigo de Menotti Del Picchia, Cassiano Ricardo. Ibrahim Nobre e Valdomiro Silveira não nasceram em Santos, mas trabalharam na cidade. Ibrahim Nobre formou-se em direito e tornou-se delegado de polícia no interior do estado, sendo em Santos o titular da Delegacia de Polícia. Sua figura teria inspirado Menotti Del Picchia na construção da personagem de um delegado interiorano que perseguirá o bandido "Dente de Ouro" na novela publicada em 1921, sintetizada neste capítulo. Valdomiro Silveira (1873-1941) também fomou-se em direito. Foi contista regional que procurou fixar em seus contos os costumes paulistas interioranos. Foi um pioneiro no gênero, pois começou a publicar contos na imprensa sobre os caboclos na década de 1890.

[43] *A Gazeta* foi adquirida por Cásper Líbero (1889-1943), em 1918. Cásper Líbero era filho de um dos fundadores do Partido Republicano Paulista (PRP), o médico Honório Líbero. Formado em direito na Faculdade do Largo de São Francisco, assumiu o jornalismo como profissão, defendendo desde a década de 1920 um discurso ao mesmo tempo progressista, nacionalista e regionalista, que atribuía a São Paulo a frente no processo de desenvolvimento nacional. Na década de 1920, foi simpatizante do fascismo e, posteriormente, do integralismo.

os pseudônimos "Helios" e "Aristhofanes", quando se aproxima dos escritores Oswald de Andrade e Mário de Andrade, e do escultor Victor Brecheret.

Menotti associa, em suas memórias, o seu relacionamento amigável com Oswald de Andrade à publicação e divulgação do poema *Juca Mulato*.[44] A partir de então, desenvolverá uma intensa convivência não só com Oswald e Mário, mas também com Anita Malfatti e, posteriormente, Tarsila do Amaral, formando com eles o chamado "Grupo dos Cinco" (AMARAL, 2003:66).[45] A obra de Brecheret encantará Menotti.[46]

As crônicas de Menotti para o jornal do PRP, ou seja, para o *Correio Paulistano*, formam uma miscelânea de notícias e impressões sobre variedades que demonstram uma considerável liberdade de expressão e autoridade no sentido de colocar temas na agenda diária e interferir nas opiniões correntes. Com muitos recursos de linguagem, o autor demonstra capacidade de persuasão, mesmo quando expressa as opiniões mais polêmicas.

> Tudo em nós é lenda. O diabo foi Carlos Gomes e Alencar inventarem o tal Peri, o índio romântico que conhece harmonia e contraponto e que, como um

[44] No prefácio de *O Homem e a Morte*, na edição de 1968, Menotti parece ter confundido as críticas feitas sobre *Poemas do Vício e da Virtude*, em *O Pirralho*, em 1913, com o poema *Moisés*, ou trata também de outra crítica por mim não localizada. De toda forma, as datas memorizadas por Menotti também são confusas, pois o autor só voltará a morar em São Paulo em 1919. "Não conhecia ainda o criador de 'Memórias de João Miramar' quando, ainda estudante, na Academia de Direito de São Paulo, publiquei o poema 'Moisés'. Oswald, então incorporado ao grupo parnasiano de Emílio de Menezes, pela revista 'O Pirralho' tornada famosa pelas caricaturas de Voltolino, criticou, com a oswaldiana mordacidade, o poema que já era, de certa forma, uma insurreição lírica. [...] Por dois anos o perdi de vista. Foi, pois, para mim uma surpresa – e, na ocasião, estava almoçando no Hotel Migliori, onde então morava – ver o censor do meu 'Moisés' surgir com aquele sorriso que a todos desarmava e a irradiar uma simpatia que a todos seduzia. Apresentou-se e disse em resumo: 'Daysi lera o 'Juca Mulato'. Queria conhecer o autor. Daysi era seu último amor e estava muito doente. Acordaria em ir com ele fazer uma visita?" (MENOTTI, 1968:X).

[45] No entanto, a relação de nosso autor com algumas dessas personalidades já apontava para certas fragilidades. "Se havia em nosso movimento um instintivo genial como Oswald, havia um homem de cultura e erudição como Mário de Andrade, profunda e rapidamente informado do que se passava no mundo literário e artístico na Europa como na América. Menotti, de sua parte, não era um homem de formação regular, sistemática. Daí a razão, em textos seus, de citações, lado a lado, de D'Annunzio, Romain Rolland e Taine. Chegamos mesmo a combinar com o Mário que lhe fossem dadas aulas, visando informar Menotti de maneira mais racional. Mas Menotti era a tribuna da Semana. Ele, da redação do *Correio Paulistano*, conseguia uma divulgação para nossas idéias que jamais teríamos tido sem seu auxílio e colaboração" (depoimento de Rubens Borba de Moraes à Aracy Amaral, em 20.08.1968). Rubens Borba de Moraes era de origem rural aristocrática, com formação na Suíça, e participou dessa fase da história do grupo (AMARAL, 2003:85).

[46] Menotti relata seu encontro com Brecheret e suas obras de arte:

"Ninguém o conhecia. Ninguém ouvira falar desse nome afrancesado, pouquissimo nacional e muito sonoro. [...]

O primeiro a dar o brado fora Di Cavalcanti. Parara, pasmo, diante de uma **medalha comemorativa do centenário**, onde os cavalos, a pátria, os gênios da raça faziam grupos maravilhosos. [...]

Hélios, Di e Oswald procuraram-me, anunciando-me a América que havia descoberto. Eu, precavido, desiludido, desconfiei. No outro dia, após um almoço no qual Brecheret – que eu via pela primeira vez – não disse uma palavra, fui ao Palácio das Indústrias. Colheu-me a mesma surpresa! E, com meus quatro amigos, começamos a clarinar a glória de quem era tão grande e tão humilde. São Paulo possuía um dos maiores artistas da América". (DEL PICCHIA citado em PELLEGRINI, 2000:16)

> rouxinol, garganteia nu e emplumado, nas mais complicadas árias do teatro lírico nacional. Foi uma péssima propaganda essa, um mau serviço.
>
> E agora, para conservarmos o prestígio dos nossos historiadores, para apresentarmos ao estrangeiro pau-brasil e índios, precisamos andar encharcando de tinta vermelha pedaços de bálsamo e amarrando às pressas penas de galo nos rins e nas cabeças de caboclos pintados com demãos de ocre e aguarrás (HELIOS, Crônica Social: "Pau Brasil", 6jul.,1920 in Barreirinhas, 130-131).

Nessa época, um recorte significativo, que mostra não só a postura e a visão de um dos principais cronistas de o *Correio Paulistano* como de uma parcela mais ampla da elite letrada paulistana em torno da presença dos negros e mestiços na sociedade brasileira pode ser destacado do evento em torno da temporada do conjunto musical "Oito Batutas", em outubro de 1919, em visita à capital paulista[47] (BESSA, 2005). Até então, não era comum a apresentação de um grupo de músicos com integrantes marcadamente negros, dentre eles Donga e Pixinguinha, em espaços ocupados e de circulação preponderantemente elitistas.

Como diretor de *A Gazeta* e cronista social no *Correio Paulistano*, Menotti esteve diretamente ligado à campanha feita pela imprensa de valorização e apoio ao grupo em excursão por São Paulo.

Instigante é a forma como o filho de imigrantes italianos, já em 1919, constrói a sua identificação "simpática" com relação aos "Oito Batutas".[48] Menotti Del Picchia contrasta a temporada erudita de apresentações de espetáculos estrangeiros na capital ("Príncipe Ygor", "Reunier e Dentale") em alternância com a "temporada caipira", representada pela música dos "Oito Batutas", e dá as boas-vindas à segunda, afirmando "melhor compreender os catiras nacionais", se comparados aos estrangeiros e estrangeirismos cultuados cotidianamente pela elite paulistana (representados no artigo pela música romântica de Puccini e Chopin) e aos "sapateados russos", recentemente em cartaz. Note-se as metáforas vegetais relacionadas aos músicos "de cor".

---

[47] Os "Oito Batutas" era formado pelos músicos China (violão e voz), Donga, (violão), Jacob Palmieri (ganzá), João Pernambuco (violão), Luís de Oliveira (bandola), Nelson Alves (cavaquinho), Pixinguinha (flauta) e Raul Palmieri (violão) (BESSA, 2005).

[48] Observe-se que há muita semelhança entre a crônica sobre os Batutas e o exercício literário presente no poema *Juca Mulato* e algumas das peças de ficção de Menotti.

> Ouvi-os ontem. Ao subir as escadas que me conduzem ao eito, um pranto de violões me acariciou o ouvido. Reconheci logo os velhos amigos de antanho, corpos de madeira guardando no seu bojo vibrante a alma sonora de todos os caipiras enamorados... Uma flauta fazia proezas, enquanto as vozes másculas zalumavam, no ritmo igual de uma nênia da selva.
>
> – Quem são?
>
> – Os "oito batutas"...
>
> Imaginei oito Marinuzzis; os últimos batutas que por aqui andavam traziam cabeleira flamejante e casaca impecável... Eram, porém, oito bravos e fortes caboclos nortistas, trazendo a S. Paulo do "Triptico" pucciniano o pranto musicado da roça...
>
> [...]
>
> Eu, que – ironia do azar ou do destino – tenho assento na secção mais elegante do "Correio", sinto em mim uma alma tão próxima da gente rude, da nossa terra, que ao ouvir o pranto dos violões, se alvoroçam meus nervos em ressurreições interiores e revi, numa evocação retrospectiva, noites claras de lua nos terreiros da fazenda, onde de cócoras, triste e noctâmbulo, o Belarmino, meu ex-pagem, arrancando ao pinho toda a angústia profunda da sua alma de caboclo, cantava trovas ingênuas como esta:
>
> Perguntei se me queria.
>
> Suspirou...Ficou calada...
>
> Cabocla quando quer bem,
>
> Baixa os olhos, não diz nada...
>
> O violão! O canto monótono do caiçara dolente! O gemido da flauta boêmia! Poesia profunda e estranha, que contagia tudo da sua dor imponderável.
>
> Tudo isso fiquei a cismar ouvindo os "Oito Batutas"[49]. [...] (Hélios, *Correio Paulistano*, 22.10.1919).

Virgínia Bessa nota a diferença de tratamento nos artigos da imprensa sobre a recepção aos "Oito Batutas" entre o Rio de Janeiro e São Paulo: enquanto a imprensa paulista enfatizava o "aspecto sertanejo" e o "caráter regional" do conjunto (note-se que Menotti os

[49] Em uma crônica publicada em *O Pão de Moloch* (1921), Menotti considera o violão como o instrumento da raça, concordando com o personagem Policarpo Quaresma. É como se o violão representasse uma música autóctone. "Era um grupo, noctâmbulo e boêmio de serenatistas, que tocava no violão – ó o divino instrumento da minha raça! – uma toada caipira, doce como um beijo de Inocência e sadia como um fruto sumarento da minha terra" (1921:82) Inocência é a personagem do romance de Taunay que já fazia parte do imaginário interiorano da época.

denomina “caboclos nortistas”), no Rio de Janeiro o destaque era colocado na variedade sonora apresentada no repertório dos músicos. Em São Paulo, é “curioso notar que nenhuma dessas notícias fez menção ao fato de todos os membros do grupo, com exceção de João Pernambuco, serem cariocas e, vivendo na capital federal, também altamente urbanizados” (BESSA, 2005: 94).

É como se Menotti utilizasse termos metafóricos tácitos, capazes de identificar o grupo de mestiços e negros sem fazer referência direta à identidade racial dos mesmos. Por outro lado, nesse período, a presença dos negros não é assumida como um problema e a mestiçagem, tratada exclusivamente por meio da noção de caboclo, permite a criação de um viés regionalista que dissocia a participação dos negros na problemática da identidade paulista: os negros são identificados como nortistas.

Nas crônicas que publica na mesma época, quando aborda a viabilidade de se produzir uma arte brasileira, Menotti vai declarar serem as manifestações artísticas fruto do estado racial do povo. A condição tumultuária da arte brasileira do período histórico retrospectivo seria resultado da separação das três almas/raças que formariam nossa índole nacional.[50]

> Essa miscelânea – fruto de uma época tumultuária, onde as raças em luta não se haviam acamado no sedimento de uma raça nova e única – anda por aí a atestar a origem complexa de nossa nacionalidade.
>
> Fundidas num só povo, amalgamadas no seu tipo definitivo, modificadas pela reação do ambiente, todas essas levas emigratórias resultaram o tipo nacional que é hoje a expressão etnológica do nosso povo. Unificado, pois, o expoente da nossa raça, assimilado ao meio, é natural que dele brote uma arte espontânea e sua.
>
> Os seus artistas, ao criarem a sua arte, vão procura-la na alma complexa que os anima, remontando, porém, como ponto de partida, as primitivas extrinsecações estéticas do nosso povo. Essa será, naturalmente, a base da nova concepção artística brasileira. (Aristophanes, 2 fev.1920, *apud* BARREIRINHAS, 1983: 72,73)

[50] A dicotomia relacional entre corpo e alma, necessidade e fantasia, é muito freqüente nas crônicas de Menotti, com análises do tipo: “O homem necessita de sonho para a alma, como de pão para o corpo” (*apud* BARREIRINHAS, 1983:128; *Correio Paulistano*, 7 jun.,1920, p. 1).

Menotti vê o caboclo como uma "colcha de retalhos de nacionalidades" (idem, 97). No entanto, não toca na questão do mestiçamento com o negro quando trata do tema, referindo-se, mais freqüentemente, às misturas dos novos imigrantes. Quando fala em origem cabocla trata do assunto como se a mistura fizesse parte de um passado remoto. Daí tratar o caboclo, tanto quanto o índio, como figuras, em via de desaparecimento no contexto do progresso industrial, sobretudo em um estado progressista como São Paulo. Essas raças seriam absorvidas por uma "raça forte", o tipo "definitivo do brasileiro vencedor" (idem, 103). Nessa fase do pensamento de Menotti, a raça negra não aparece como participante do projeto de assimilação racial em prol de um novo tipo étnico.

A fixação de um tipo étnico definido levaria ao surgimento de uma estética original, formada pelo amálgama de tipos afins. Esse tipo étnico estaria presente, indubitavelmente, em São Paulo, lócus, segundo Menotti, do *futurismo racial*.

> S. Paulo – berço de um futurismo racial, industrial, econômico – é o berço do futurismo cultural, a própria diversidade etnológica de seu povo tirou à índole da coletividade esse carrancismo que anquilosa as nações secularmente cristalizadas em determinadas normas de vida, e o seu cosmopolitismo tornou complexa e violenta a estrutura social da sua existência. A diversidade de características raciais em choque criou uma teoria de fecundas violências e, socialmente, S. Paulo foi o Estado futurista por excelência (Hélios, 11 fev. 1922, apud BARREIRINHAS, 1983:317).

Em janeiro de 1921, Menotti Del Picchia recebe em almoço no Trianon uma homenagem como escritor pela publicação do poema *As Máscaras* (1921), da qual participaram Oswald de Andrade e outros modernistas, reunidos no ano seguinte para a realização da Semana de Arte Moderna. É agraciado com um discurso de Oswald, que o consagra como um dos escritores inovadores da época e recebe uma máscara de autoria de Brecheret.

Nesse mesmo ano, Menotti lança-se, com o irmão José, no empreendimento cinematográfico, criando a empresa "Independência Filme", pioneira no cinema falado no Brasil, segundo o próprio autor.[51] Sua família passa a residir em São Paulo. Em 1921, vê

[51] "Alvorada da Glória", "Acabaram-se os Otários" e "O Campeão de Futebol" são três filmes lançados pela "Independência Filmes". Outro empreendimento do autor na época parece ter sido a participação na revista *Papel e Tinta*, com Oswald de Andrade, publicação anunciada pelo cronista "Hélios" em 23 de abril de 1920 (BARREIRINHAS, 1983: 116).

encenada no Teatro Municipal de São Paulo a peça teatral de sua autoria, “Suprema Conquista”, pela Companhia Dramática Nacional.

1.1.3 Redator político

Pode-se considerar que a carreira política de Menotti Del Picchia em São Paulo inicia-se em 1920, quando assume o cargo de redator político do Correio Paulistano, pois em 1921 já respondia na condição de porta-voz do presidente do Estado de São Paulo, Washington Luís, para quem também redigia textos. Ao eclodir a Semana de Arte Moderna, em 1922, o grupo modernista contava com o apoio não só do presidente de São Paulo como tinha também no jornal do Partido Republicano Paulista, um canal aberto para suas manifestações. Foi na condição de redator político do jornal do partido que dominava a política brasileira que Paulo Menotti Del Picchia discursou como articulador do acontecimento e orador oficial, em fevereiro de 1922, na segunda noite do famoso evento artístico no Teatro Municipal de São Paulo, marco na história sociocultural paulistana.[52]

Segundo o seu relato autobiográfico, Menotti conquistara o cargo de redator político do *Correio Paulistano* ao substituir o advogado Antônio Covello, ausente na ocasião da reforma do ensino lançada por Washington Luís.[53] Covello pediria demissão logo depois, aborrecido com o artigo publicado por Menotti sobre o tema, sob a orientação de Alarico Silveira, secretário de Educação à frente da reforma.[54] Menotti assim descreveu seu oponente em suas memórias:

---

[52] A importância do papel de Menotti naquela conjuntura é perceptível. Sérgio Buarque de Holanda, por exemplo, na avaliação que faz do movimento de 1922, afirma: “Foi Menotti Del Picchia quem deu o primeiro grito de alarme contra tal estado de coisas e abriu caminho assim para a nova geração mais audaz e mais fecunda em talentos. *Moyses*, esse grito de alarme não era um poema moderno para a época mas era moderno para São Paulo” (*apud* ALVES, 1971:67).

[53] Antônio Covello ficara famoso na década de 1910 por seu desempenho como advogado. *A Cigarra*, de 11.12.1914, noticia com a manchete “Echos de um processo sensacional” o sucesso do advogado após o reconhecimento da inocência de Julio Manetti e Elia Del Sole pelo júri e pelo Tribunal de Justiça, em um caso de assassinato “por estrangulamento” de uma mulher, de nome Ema Bellini. Os temas associados a assassinatos de mulheres por “legítima defesa da honra”, além de serem freqüentes na época, vão desempenhar um papel importante na ficção de Menotti Del Picchia.

[54] Alarico Silveira ocupou, em 1918, na administração de Washington Luís, como prefeito de São Paulo, o posto de diretor de Salubridade Pública. Como governador, Washington Luís o nomeou secretário do interior, abrangendo os assuntos de educação e saúde, quando assumiria a tarefa de realizar a grande reforma do ensino, que tomou o nome de Reforma Washington Luís. Era bastante informado quanto aos problemas sanitários associados a tuberculose, especialmente, em São José dos Campos. Desde jovem, interessou-se também pelos assuntos ligados à sabedoria popular.

> Em Antônio Covello, espírito íntegro e ardoroso, a mestiçagem reagia dentro da vacilação que lhe criava sua dicotomia étnica. O orgulho do brasileiro nato, filho de mãe brasileira e a ternura pelo pai, o italiano que saltara um oceano fascinado pela aventura de construir no acaso um novo destino. Todo imigrante é um forte. O italiano, latino e cristão, sentia, nos donos da terra – os brasileiros – a afinidade de um irmão que chegava mais tarde na terra que o luso descobrira e desbravara. "Todos no Brasil somos estrangeiros – sentenciava Washington Luís – a diferença é que uns vieram antes e outros depois". O filho do italiano, porém, sofreu o complexo do "cristão novo". Agarrou-se com mais ardor à terra natal para dar a si mesmo maior segurança, ostentando uma brasilidade bravia na ânsia de expulsar o meteco da sua origem e orgulhoso de ostentar a sua cidadania na pátria que o pai lhe acabara de escolher.
>
> Registro essas reflexões para explicar a perplexidade que me causou, bruscamente, um convite que Covello me fez. Foi na redação do *Correio Paulistano* do qual ele era então redator político e eu mero cronista social.

O convite feito por Antônio Covello, que deixara Menotti perplexo, seria para a criação e participação em uma sociedade de filhos de italianos. Na compreensão de Covello, segundo Menotti, a comunidade italiana, além de ser a mais copiosa, era também a mais integrada e ligada à terra. Se coordenados, os filhos de italianos, sem representar uma cisão partidária, gerariam no interior do PRP um agrupamento homogêneo, com grande mobilidade tática. Mas Menotti foi terminantemente contra essa idéia.

> Expliquei: a criação de uma Sociedade de Filhos de Italianos seria um óbice ao processo de absoluta integração do nosso plasma étnico num povo que não deve ter nenhum preconceito de cor, de credo ou de origem. Caracterizados os brasileiros "filhos de italianos" como elementos à parte, dissociados do plasma nacional, seria, criando amanhã a casta de filhos de sírios, de espanhóis, de judeus, de alemães, de japoneses, desmantelar a nossa unidade étnica a qual, rica de tantos e tão vivos elementos vai, democraticamente, apresentando ao mundo a mais cristã e bela das comunidades humanas baseada na generosa raiz étnica nascida do milagre português que fundiu, originariamente, o homem branco com o índio moreno e absorvendo o negro que foi como que o carvão que nutriu o fogo do

> maravilhoso cadinho étnico. Não, eu não poderia aceitar a proposta. Ao contrário: era meu dever, como brasileiro, combatê-la.
>
> A sociedade morreu no nascedouro.

De acordo com o relato de Menotti, sem o propósito de ferir Covello, ele mesmo faria uma alusão ao episódio na imprensa da época, assim como em uma sessão da Câmara, posteriormente, já como deputado estadual. No entanto, não se tocaria mais na proposta de tal sociedade.[55] O fato de ter assumido posteriormente o cargo almejado no órgão perrepista é um indício de que as idéias e os projetos defendidos por Menotti prevaleceram sobre os de seu concorrente, até mesmo no que se refere à percepção do Brasil como um "cadinho étnico".

O cargo de chefe de redação do *Correio Paulistano* já era ambicionado por Menotti Del Picchia desde sua mudança de Itapira para São Paulo, em 1918. Mas, por motivos políticos, segundo o autor, o cargo fora inicialmente preenchido por Antônio Covello. Também nas crônicas sociais que escreve para esse jornal o autor defende o modelo assimilacionista de "todos os contingentes étnicos" para a formação da nacionalidade.[56]

> No fundo, porém, nos largos extratos sociais estrangeiros, o sentimento de integração existe, palpitante e sincero, que entre nós se tem traduzido nessa prodigiosa força que amalgama, no formidável núcleo nacional, todas as levas sadias de imigrantes que para aqui acorrem dispostos a colaborar para a grandeza de sua pátria de eleição, que se transforma na pátria de seus filhos ("Crônica social: a questão racial", assinada por HÉLIOS, *Correio Paulistano* de 15 de setembro de 1921).

O amplo trânsito de Menotti na condição de jornalista na capital paulista dava ao autor a possibilidade de acesso às representações das diversas classes e seus modos de vida. Essas representações, no âmbito do arsenal selecionado pelo autor, vai-se constituir como o substrato cultural que ganhará vida própria nos seus romances e contos. Os dilemas sociais que o autor percebia nesse movimento serão reapresentados em suas peças de ficção.

---

[55] Na reunião de seus discursos parlamentares, publicada em 1927, consta, de fato, a referência a tal querela (DEL PICCHIA, 1927: 28).

[56] As crônicas de Menotti na imprensa da época foram reunidas no trabalho de Yoshie Sakiama Barreirinhas, *Menotti Del Picchia O Gedeão do Modernismo: 1920-22*. Os temas são os mais variados possíveis e a seleção inclui algumas crônicas que discutem a formação racial brasileira. No entanto, o chamado "problema do negro" não é diretamente tratado pelo autor na época. Quando se refere à questão racial, dirige-se ao "caboclo", ao "jeca" e às diferentes levas de imigrantes estrangeiros. Note-se na citação que o modelo assimilacionista referido é para as "levas sadias" de imigrantes.

1.1.4 Romances e contos

O primeiro romance de Menotti Del Picchia, *Flama e Argila,* é publicado em 1920. O autor inicia a obra salientando a dicotomia entre desejo/sonho e satisfação do desejo/esvaziamento da alma presentes na consciência de Brenno, protagonista do romance.[57] O significado da dicotomia flama *versus* argila fora explicitado em uma das crônicas sociais do autor, quando Menotti defendeu a compatibilidade entre a atividade artística/poética e a política, duas dimensões concomitantes no homem. "Há, pois, uma dualidade imanente em cada ser destinado a espalhar a beleza na terra: a flama ardente do sonho e a espessa argila das contingências e das necessidades..." (*apud* BARREIRINHAS, 1983:140; *Correio Paulistano*, 22 jul., 1920, p. 3).

Imagens panteístas e analogias entre animais e humanos servirão de base para as descrições das paisagens rurais e naturais, cenários que serão atravessados pelas personagens no romance de estréia. Mitos bíblicos fundadores, como Adão e Eva, ou nomes relacionados a figuras "doentias" da história italiana (como Scevola e Tirch) serão invocados nas explicações da psicologia humana no livro. Toques de erudição, por meio de referências a autores e mitos clássicos, serão também artifícios literários utilizados por Menotti para atrair os leitores.

O tema central enfocado em *Flama e Argila* está associado à decadência dos costumes na sociedade cafeeira de São Paulo, no período pós-escravagista, centralizado nos conflitos vivenciados em torno da instituição indissolúvel do casamento. Aliás, a condenação de Menotti a essa instituição será tema de discussão freqüente em sua literatura. Brenno é um fazendeiro de café, casado com Wanda, mas envolvido em um romance erótico e proibido com Elza, esposa de Aldo.[58] O centro urbano mais próximo das fazendas é Heliópolis, cidade

---

[57] Menotti deixa entrever por meio da fala de seus personagens o jogo dicotômico entre realidade e ilusão, inerentes, em sua percepção, à existência humana, e por isso tema persistente em suas obras: "– A felicidade é tão pouca na vida, Brenno, que os homens sentiram a necessidade de falsificá-la, inventando a ilusão" (1920:174), lamenta Mattoso, em um dos diálogos. De outro lado, transparece a resignação religiosa de Elza frente à vida, em contraponto às concepções de Mattoso: " – Não. Devo aceitar a vida tal qual ela é, não como quer fazê-la o sonho desvairado de um homem. Julga você, Brenno, que se pode tomar o mundo e plasmá-lo à nossa vontade como o polegar do escultor plasma a argila? Não. Então aceitemos a vida como o Senhor no-la deu..." (1920:176).

[58] Paralelamente ao desenrolar da trama que envolve a relação extraconjugal de Brenno e Elza, Paulo Mattoso, seu colega de ginásio e no curso de direito, tem também o seu drama enfocado. Mattoso é um bem sucedido fazendeiro casado com Zilda, por amor, mas que cisma que a esposa está apaixonada por Oswaldo Torres, que também a amaria. Mattoso tenta abordar e tratar sua infelicidade conjugal por meio de uma visão racionalista do problema, afirmando ser o mais razoável assumir uma atitude "altruísta" em relação aos dois amantes e promover ele mesmo o divórcio para deixar a esposa livre, insinuando a possibilidade de adultério. No entanto, no desenrolar dos acontecimentos, em meio a uma crise de nervos, acaba por assassinar Zilda. Brenno defende o companheiro no processo (apesar de, em seu íntimo, duvidar do mérito jurídico da questão, ou seja, da inocência do amigo no caso), usando o argumento da "legítima defesa da honra". Mattoso sai absolvido e embarca para a Europa. Impressionado pelo desfecho dos acontecimentos em torno do problema do adultério e da tragédia de Zilda, Brenno sente-se culpado e decide romper definitivamente seu relacionamento com Elza. Muda-se para o Paraná com a esposa oficial, onde recebe a notícia de um novo casamento de Mattoso.

de interior, onde o "falar mal" é a distração das pessoas. O tédio acompanha o dia-a-dia dos habitantes da região, "pobres diabos vegetando em Heliopolis", na fala de um dos moradores.[59]

Em torno das personagens centrais, as personagens de cor, negros e caboclos, são descritas no romance nos papéis de serviçais, freqüentemente de forma passageira, como no caso do "velho Roque, ex-escravo" do pai de Brenno, trabalhador na fazenda, ou de um bêbedo preto, com o qual o fazendeiro cruza na estrada, caído, a quem procura ajudar erguendo-o "paternalmente".

> Um bafo tresandando a pinga e sarro enojou o moço. Saltou para a sela e o preto ficou berrando na estrada deserta e branca de luar:
> Por que é que eu padeço tanto?
> Quais são os pecados meus?
> Não fiz mal nenhum aos homens,
> Nem fiz mal nenhum a Deus...
> Brenno pensou que aquele homem era como uma nódoa sujando a pureza do silêncio e da noite. (1920:18)

Imagens estereotipadas sobre os negros são recorrentes na literatura de Menotti, que não poupa palavras duras ao descrever as situações marginais e sombrias dos mesmos no ambiente social da época, freqüentemente associadas à condição racial dos sujeitos definidos como ex-escravos.[60] O estigma da cor orientará inúmeras descrições do autor. Na periferia da

---

[59] Esse romance, segundo Menotti, desenvolvido ainda quando residia em Itapira, parece bastante marcado pela experiência do autor como fazendeiro. Nas obras de Menotti sempre aparece uma ou outra referência autobiográfica, como a coincidência do nome da cidade com o pseudônimo do escritor e o próprio nome de Paulo Mattoso, homônimo de Paulo Menotti. O adjetivo "matoso" (selvagem) parece ser uma referência ao descontrole emocional da personagem, que terminará por assassinar a esposa. Mattoso é caracterizado por Brenno como "um filho da natureza" (1920:227). De outro lado, no final do livro, Menotti procura justificar a identidade de suas observações sobre a psicologia da mulher com as do romancista alemão Suderman (autor de *Capricho de Mulher*) como pura coincidência ou "repetição de fenômeno mental", afastando a possibilidade de plágio, como alguns poderiam deduzir e acusar. De todo modo, os romances de Menotti são tentativas de adaptação dos argumentos presentes nos romances europeus da época, com o ambiente brasileiro. Daí a centralidade do problema racial em muitos enredos de Del Picchia. O ambiente de jornais e a posição de articulista, que faziam alternar os mais variados temas na agenda de Menotti, desde discussões estéticas até casos de crimes ocorridos na época, colocando o problema do direito e das classes populares na ordem do dia, ajudam a compreender as opções literárias de Menotti.

[60] Em apresentação dos editores, certamente autorizada por Menotti, para a edição de 1946 de suas obras completas ("Novelas"), foi feita uma síntese do pensamento do autor em *Flama e Argila*. "A questão sexual, o drama da incompreensão dos cônjuges, o divórcio mudo dos que se acasalam através de um equívoco sentimental, formam a temática do autor em vários trabalhos, surgindo, porém, de toda a trama ideológica, o 'leit-motiv' fundamental do criador de 'Flama e Argila', que é o imperativo categórico do natural, da realidade biológica, dessa como 'base física da vida', que se rebela a todo o cerebralismo. Assim é com o repontar de um Otelo no raciocinante e altruísta Matoso" [...]. Em seus romances e novelas, Menotti Del Picchia parece transpor sua interpretação sobre o naturalismo de Émile Zola para o contexto brasileiro.

fazenda de Brenno, por exemplo, o narrador descreve os grupos de caboclos e negros em suas colônias e seus costumes atrasados e condenáveis durante a festa da colheita.

> Caboclos bebiam cerveja e ofertavam-na, rindo, limpando o bigode na manga do paletó, às caboclinhas tímidas, encurraladas num grupo junto da tulha.
>
> Dois violeiros do Sítio Baixo entravam sob os aplausos da turba; um era alto de olhos fulvos, de gato, rindo um riso claro enquanto afinava as toeiras, apertando as cravelhas. Outro era nanico e capenga, com os pés esparralhados e enormes.
>
> Os pretos rodeavam as fogueiras. Agitavam-se chocalhos; [...] Roncavam as puitas, tutucavam os carimbós; uma voz em falsete, gemicava uma toada. [...]
>
> Benedicto berrou:
>
> – Abra a roda!
>
> Arrepanhando a saia de ganga, uma preta saltou na roda, regamboleando desnalgada em boleios lascivos. Ora parava, serena, seios esbambados, gingando, guinchando vagidos. [...]
>
> Um calor fétido erguia-se daquelas formas crepusculares; ouviam-se os estalidos das achas gretadas, dos gomos de bambu fumarentos, estalejando na fogueira. [...]
>
> Brenno aproximou-se do samba. A turba vincou-se em alas. Elza, Wanda e Nini Antunes chegaram. A negrada, delirante, martelava a pele dos bombos que respondia com estouros.
>
> No alto a noite era limpa e pejada de estrelas.
>
> Uma preta, com os seios esbagachados tremelicando no peito, agitava-se em meneios moles, serenos. De repente, num grito, estremeceu e atirou-se, em pinchos de nalgas, em sarocoteios de ventre, em um bailado selvagem, erótico e guerreiro.
>
> Nini Antunes corou; Wanda e Elza acharam indecente aquilo; pediram a Breno que as acompanhasse para ver o catira. *Era outra raça e outra gente*; havia na dança dos caboclos uma preguiça dengue, uma monotonia de profunda tristeza, faltava imaginação àquelas criações coreográficas rudimentares e as cantigas que zalumavam tinham a tibieza e a cadência de uma profunda nostalgia. Parecia um canto de desterrados.
>
> [...]

> Os caboclos, em fila, batiam palmas e sapateavam ao choro das violas. Sempre assim, eternamente assim (grifo nosso.) (1920: 46-49).

Aqui, fica visível a separação operada no pensamento do autor entre negros e caboclos, na descrição da umbigada/samba, paralela à apresentação da música dos "catiras". Atente-se também para a descrição estereotipada dos traços físicos dos figurantes, associados aos costumes rurais e à linguagem forjada por Menotti para conferir autenticidade ao relato, com a presença de onomatopéias que confundem sons humanos e animais. No diálogo entre Brenno e Elza comenta-se a música dos negros ouvida nos terreiros. A filosofia de Menotti e o dilema dos amantes proibidos se misturam ao fatalismo do verso ouvido.

> *"Destorcido, negro cuéra*
> *Eu fui e sempre serei,*
> *Um negro como eu na Orópa,*
> *Meus culéga,*
> *Um negro como eu na Orópa*
> *Inté servia p'rá sê rei!"*
>
> – Interessante, disse Elza para ferir o silêncio.
>
> – Singular. O nosso preto é monarquista por índole, porque também é escravo por temperamento. Adora as coisas grandiosas por um defeito imaginoso da raça. Quanto a esses improvisos às vezes têm um relevo sentimental notável; o mais das vezes são meros motivos musicais, sem sentido e vazios, que obedecem unicamente à acústica das rimas.
>
> [...]
>
> Brenno escutava. O verso, avozeado numa toada triste, resumia uma ilustração dolorosa da humanidade contingente.
>
> *Quem ama morena, á atôa!*
> *A sina se cumprirá*
> *Pois, por mais que a gente fuja,*
> *Mais procura a se intregá.*
>
> Elza estremeceu. Teve uma ponta íntima de cólera contra os pretos [...] (1920: 50-52).

Outra personagem que ilustra a percepção de Menotti sobre a situação dos negros no mundo rural encontra-se na pessoa de "Tio Bento", a que Brenno conhecia desde criança.

O negro é apresentado a partir da caracterização de seu “olhar manso”, de onde se derivaria “toda a submissão humilde de sua alma de escravo” (1920:194), cujas mãos de tecelão de cangalhas, após trinta anos de atividade repetitiva, “moviam-se como por instinto”. A alma do negro “poderia ter-se calejado como suas mãos rijas”. Brenno se mostra perplexo diante da condição do velho, caso exemplar da impossibilidade de compreensão do sentido da humanidade. O rosto de Tio Roque, outro negro da fazenda, é descrito como chupado, “de símio” (1920:200).

A noção de “temperamento”, que orientaria o sentimento da pessoa em relação à vida, é um dos argumentos recorrentes na explicação das ações desenroladas no romance. O amor do negro Benedicto por Maria Rita é descrito como fruto de uma “predisposição inconsciente”. Por conseqüência, a possível estabilidade no casamento do casal de negros (um amor para toda a vida) decorreria, segundo o narrador, do pendor sentimental de uma “alma tosca”. Brenno associa a “satisfação” percebida por ele na vida dos pobres ao comodismo e à resignação dos mesmos, em contraste com o constante descontentamento dos ricos.

> Era isso mesmo: bem-aventurados os pobres de espírito, porque não têm desejos. A vida era aquilo: um rancho, uma mulher e a luta! Humanidade!... Humanidade!... Como era complexa a sua desvairante finalidade. E, naquela tarde, pensando em Mattoso, em Elza, em Wanda, Brenno lamentava não ter nascido um desgraçado assim... (1920: 203,204).

A relação descrita pelo romancista na obra entre homem e mundo natural é de extensão, ambos portadores dos mesmos sentimentos e sofrimentos. A piedade humana se estende aos animais e vegetais que sofrem. Quando derrubaram a mata para o plantio, essa relação de “fraternidade” entre caboclos e vegetais se expôs por meio de uma leitura emocional sobre o evento que Menotti faz sobressair.[61]

> Os camaradas, limpando com o pulso o suor da fronte, mediam-no com os olhos. Havia quem murmurasse com pena: “coitado...”. Os caboclos sentiam o sofrimento da planta. Um machado zunia e cravava-se na escorça; uma lasca rodopiava, mais dois machados mordiam-no. Os golpes pareciam

[61] Da mesma forma, Menotti descreve a relação de Brenno com a terra, metáfora de um corpo de mulher. “Agora, porém, a terra entontecia-o; era qual uma amante sensual e virgem; tinha seduções estonteantes e sempre fecundas; o amor do homem por ela era criador e prolífico. Linda moça de cabelos verdes, com os olhos espelhentos das lagoas virados para os seios hirtos das montanhas manando o leite dos arroios... Ele amava-a com um amor turbilhonante e inquieto, que tinha carícias aveludadas de sementeiras e delírios sádicos de derrubadas” (1920, p. 220, 221).

> facadas num peito. A brecha abria-se, em ângulo, até o cerne; as fibras pareciam nervos e a polpa era vermelha como carne. Rolava por terra. E outros, e outros ainda... E a floresta abria-se como um ventre desvirginado (1920:220).

O imperativo biológico na explicação da condição humana na literatura de Menotti é reafirmado até mesmo em sua seleção de crônicas publicadas na imprensa, cujo primeiro volume, *O Pão de Moloch*, surge em 1921. Em "O *loulou* e o Patusco", o autor associa as desigualdades sociais às raciais por meio de metáforas que distinguem dois cachorros e suas donas. A crônica é construída como se resultasse da observação de uma cena na rua testemunhada pelo cronista.

Uma *miss* loura, de origem inglesa, passeia na rua com seu *loulou*, "um pedaço de algodão", "um fidalgo muito consciente da nobreza de sua estirpe". Na outra calçada em frente, uma mulata passeava com seu vira-lata, chamado Patusco, "feio, peludo, com ares de velhaco e mal criado". Ao avistar o *loulou*, Patusco atira-se sobre ele, em atitude "pouco cortês", "consciente que na raça canina não há esferas sociais". Segundo Hélios, Patusco levou a pior, mas, apesar de mordido, por ser "cabeçudo", tentou novamente o ataque.

> Veio a mulata. Não defendeu Patusco. Respeitosa, servil, notei-lhe nas pupilas fuscas um ódio surdo contra o desgraçado pondengo, e um quase desculpa ao *loulou* aristocrático. (1921:12)

O que mais surpreende na crônica é a forma como Menotti associa, ao final, o atrito entre os cachorros à ordem social e política. Com isso, numa atitude "pastiche", faz a crítica às vertentes filosóficas que para ele pretenderam combater a desigualdade, de forma, ao mesmo tempo, ingênua e maliciosa.

> E se Trotsky e Lenine, em lugar deste pacífico e ordeiro Hélios, tivessem, da minha sacada, contemplado a cena, que pensariam sobre Rousseau, os Enciclopedistas, Kropotkine e quejandos arquitetos das reformas sociais.
>
> A igualdade dos homens... A eterna história do *loulou* e do Patusco (1921:12).

Outro momento em que Menotti associa psicologia, política e manifestações estéticas com expressões materiais da sociedade, de forma bastante descomprometida, pode

ser exemplificado pela crônica “Fisionomia das Casas”, quando o autor experimenta uma antropomorfização das residências. Ao mesmo tempo, faz uma analogia entre bolchevismo e democracia com promiscuidade/orgia, por meio de alusões às formas e os materiais de construção das casas numa repetida visão panteísta.

> Cada casa acusa o temperamento do inquilino, há as lúgubres como projetos assassinos; ficam atocaiadas atrás das moitas, lembrando bandidos prontos para o assalto; há outras devassadas, quase impudicas na sua expressão de oferta. Outras, modestas, discretas, têm a graça recatada da gente séria. O cortiço lembra a fábrica, o mercado, o circo de cavalinhos; na promiscuidade das portas, na orgia das frestas, cubículos, janelas, há um quase bolchevismo arquitetônico, uma democratização das pedras e das linhas.
>
> [...]
>
> Vendo essas casas fico a pensar nos brâmanes, na metempsicose, no tumulto de almas dispersas animando todas as coisas, como se as pedras tivessem nervos e sentidos, sonhassem, vivessem, sofressem como a mísera argila de que surgiu Adão (1921:74).

Data também de 1921 a publicação de *A Suprema Façanha*, livro que, a partir da segunda edição, mudará seu título para *Dente de Ouro* Romance de Costumes Nacionais (1923). No livro, descreve a aventura de um delegado de polícia recém-nomeado para trabalhar no interior paulista e seu enfrentamento com um perigoso bandido da região. O mistério de Dente de Ouro confunde-se, no desenrolar da trama, com o mistério de um ambiente agreste e bárbaro, que se transfere para o nativo, geralmente o mestiço, que emerge como extensão ou fruto desse ambiente natural. Dente de Ouro é descrito como um “caboclo eqüestre”, um ser perigoso, que mantém Maria Luiza ligada a ele, como vítima de sua devoção doentia. O novo delegado, por sua vez, apaixona-se por ela.[62]

Perseguido e acuado pelo delegado, Dente de Ouro termina por morrer, depois de, numa demonstração de força e coragem, arrancar e atirar as próprias vísceras na escolta que o perseguia, numa cena final sanguinária e monstruosa de um drama sertanejo. Menotti escreveu os capítulos do livro como folhetim para *O Jornal do Brasil*. Nessa época, acumulava, segundo

[62] No final do romance, Maria Luiza e o delegado decidem não ficar juntos, pois, segundo o delegado, narrador em primeira pessoa da novela: “Nosso passado era muito triste. Esqueci-a. Ela me esqueceu”. (1923:225)

suas memórias, o trabalho de escritor e jornalista com o de administrar uma fábrica de relógios que montara. A trama é tomada pelo autor como própria da terra pátria.

> Escrito, pois, ao correr da pena, entre duas ordens na oficina, entre dois artigos de jornal, reputo-o o mais sincero dos meus livros. [...] Mas, o que mais amo nessas páginas é a ambiência mental e física em que se desenvolve sua trama, tão brasileira, tão nossa (Prefácio de 1923)[63].

Ainda em 1921, Menotti Del Picchia publica o romance *Laís*, dedicado a Oswald de Andrade. Apresentado em argumento muito similar a *Flama e Argila*, o livro enfoca os dramas amorosos de casais imersos no tédio da vida interiorana de Piquiri e envoltos por uma política provinciana imoral e desprezível. O autor empresta o seu pseudônimo "Hélio" a um dos personagens, além de localizar a nova cidade nas proximidades da mesma Heliópolis do seu primeiro romance, fazendo conexões com personagens ali focalizados.[64] Nesse romance, Menotti insere ainda a redação de um jornal de oposição e seu embate com a situação. A leitura dessa obra, no entanto, pouco acrescenta em relação ao romance de estréia.

Mais uma vez, com analogias e exemplos sobre a história de Roma e episódios clássicos da Bíblia e da literatura universal, o autor procura refinar o enredo, além de defender certa harmonia formal na fatura do romance.[65] O panteísmo permanece em descrições que mobilizam uma natureza viva e expressiva das emoções que envolvem a vida das personagens. De outro lado, Menotti não abandona o organicismo e se refere a Piquiri como uma "célula" do organismo administrativo nacional, assim como cita Lombroso ao referir-se a certos tipos mestiços ligados ao crime. No gênio da raça e no surgimento de homens de outra

---

[63] Menotti afirma em suas memórias que o romance *Dente de Ouro* foi baseado em sertanejos reais, presentes nos relatos e reportagens jornalísticas da época (DEL PICCHIA, 1972a (2ª etapa): 90-94).

[64] Hélios foi o pseudônimo mais utilizado por Menotti como cronista social do *Correio Paulistano*.

[65] Apreciações sobre músicos com Debussy e Wagner pelas personagens misturam-se a referências sobre o cubismo, além de Menotti introduzir comparações súbitas de seus personagens situadas no ambiente interiorano paulista com figuras clássicas: "Guella saltou da rede com o terror de Lady Macbeth diante do espectro de Banko" (1931/1921:166). Algumas vezes, Menotti introduz o tom satírico às descrições: "Pavoroso desovava uma cita do *De Bello Gallico*, num latim silabado, jurando que os legionários de César aplicavam a catapula à guisa de estilingue, nos cercos da Britannia; Guella, que não admitia emendas, pois latinizava ex-catedra, desembainhou um trecho de Suetonio, longo como uma espada, dando a edição, a página, de onde o desenconchara. [...] Falsificou o título como a citação; roubou a Lucrecio para dar a Suetonio. 'No *De Natura Rerum*... Pois não!' " (1931/1921:103).

"têmpera" no futuro, o narrador deposita a esperança da inauguração "na terra de Anchieta da verdadeira República" (1921/1931:185).[66]

A Mulher que Pecou (1922) é dedicado a Mário de Andrade[67]. A obra procura abordar, do ponto de vista "psicológico", as personagens em uma novela e três contos diferentes.

A novela que dá título ao livro narra a tragédia de Nora, esposa de Nello, filho de Marotti, um imigrante italiano radicado em São Paulo, dono de um bar freqüentado por marmoristas e pintores. Marotti é um garibaldino que transfere a sua mentalidade "heróica" para seu filho, impondo a partida do mesmo para a guerra e separando o casal.[68] Durante a estada de Nello na Europa, Marotti falece, deixando Nora desamparada.

Em busca de uma passagem para o continente europeu onde localizaria o marido, a jovem senhora conhece uma "mulata", "ardilosa e piedosa" (1922:54), cafetina, proprietária de um *rendez-vous*, que propõe a ela a venda do seu corpo para um industrial inglês rico, "loiro", até obter o dinheiro para a viagem. "E a parda convenceu Nora de que *ele* lhe daria o dinheiro que tanto ambicionava" (1922: 56) (grifo do autor). Depois de uma série de encontros clandestinos e alcançado o valor monetário necessário, Nora vai para a Europa, retornando ao Brasil, assim como Nello, ao fim da guerra. No entanto, o inglês Mr. Stephenson, apaixonado, descobre a localização da nova casa da amante e passa a vigiá-la. Pressionado por Nello, Nora revela seu segredo. O conto termina com o assassinato trágico da mulher, interpretado no tribunal pelo advogado de defesa de Nello, que não a perdoara.

> Caíra no divan, cabelos desfeitos. Ele frio, hostil, contemplava mudo a mulher que havia pecado. Lembrou-se de que devia ter a mesma implacável angústia da adúltera do Evangelho diante da tristeza pálida do Cristo. E ela, sem que ele houvesse insistido, contara tudo. Tudo... Fora horrendamente minuciosa e heroicamente sincera. Alucinado, não a julgara. Não a pudera julgar... Havia nos seus nervos e no seu sangue, na violência atávica do seu instinto exacerbado pelas chacinas da guerra, o egoísmo que não raciocina e a sanha que não perdoa...
>
> [...]

---

[66] Segundo Menotti, a primeira edição de *Laís* esgotou-se em poucos meses. "Meu editor passara a ser Monteiro Lobato, o verdadeiro pai do livro para as massas" (DEL PICCHIA, 1972a: 72). O editor de *Flama e Argila* e da segunda edição de *Juca Mulato* (1919) foi Jacinto Silva, proprietário da Casa Editora "O Livro".

[67] Diz a dedicatória: "Meu caro Mario Morais de Andrade, A V., pontifice da Idea Nova, quero dedicar meu livro de Arte Antiga. Escrevi-o para documentar que os 'futuristas' de S. Paulo, quando o público o exige, também fazem 'psychologia'... A Arte, porém, não será mais linda? Essa pergunta procurarei responder com o 'Homem e a Morte', que plasmei dentro do nosso sonho de Renovação. M.D.P."

[68] O conto parece dialogar com certos fragmentos e episódios da vida de Menotti, pois, além de seu pai ser garibaldino e conviver com artesãos, seu irmão Luiz morreu na Primeira Guerra Mundial como soldado.

> – Sim, senhores jurados, quando Nello Marotti teve a prova de que sua mulher era culpada, fez o que todo o homem de honra faria: matou-a![69]

O segundo conto do livro "Uma História" é o relato, na primeira pessoa, de uma moribunda ao médico que dela cuida no leito de morte.[70] Maria Célia é filha do senador Laurentino Fraga, industrial muito rico, dono de uma fábrica de tecidos. Quando completara vinte anos, o pai quis obrigá-la a casar-se com o professor Mário Sérgio, médico moço, com grande fama, Mas a moça resistiu e, em meio à crise, fugiu de casa na hora do casamento. Saíra vagando pela cidade de São Paulo, até que um rapaz dela se aproxima no Trianon e a leva de automóvel para um chalé, onde a personagem se embriaga de champanha. "Depois, perdi a consciência. Foi quando ele me desonrou" (1922:130). Após o episódio, passa a ser explorada por um cáften durante quatro meses. Mário Sérgio, o noivo abandonado, encontra-a e pretende perdoá-la por amor, mas acaba assassinando o cáften. Para protegê-lo, Maria Célia assume a autoria do crime e, abandonada pelos pais, decide suicidar-se no cárcere ingerindo um corrosivo. Mais uma vez, a crise dos indivíduos ocorre em meio a uma crise dos valores acompanhada de transformações sociais, desencadeando os crimes; cadeia essa que é o alvo preferido da atenção de Menotti Del Picchia.

No terceiro conto, "Um Homem", retorna a personagem do caboclo como protagonista da cena, desta vez de nome Albino Barroso.[71] O relato é inicialmente feito por um advogado localizado em Rio Preto, tido como defensor dos pobres. "A sentimentalidade plástica dos caboclos só por isso me apelidara 'Defensor da Pobreza'. Confiavam em mim ingenuamente, correndo minha fama os municípios das redondezas" (1922:143).

O advogado conta que fora procurado por Albino Barroso, "um pardavasco alto, de corpo harmonioso e rijo, olhos súplices, chapéu de feltro na mão nervosa e larga", tido na região como poderoso assassino. O advogado demonstra uma "estranha simpatia" pela figura e pela "sentimentalidade angustiada" do caboclo. Em certo ponto da narrativa, toma cena o ambiente em que o caso é relatado: a sala de danças de um *bungalow* da hípica, onde o

---

[69] Novamente, como se vê, Menotti enfoca o problema do adultério e do argumento da inocência do marido em "legítima defesa da honra", um dos temas preferidos por ele nos contos. O autor parece escrever sob os efeitos de um contato diário com os crimes e encadeamentos da página policial.

[70] O médico desempenha papel virtual no conto de Menotti, pois não responde às perguntas e nem intervém no relato da moribunda. Sua presença é percebida apenas como vocativo.

[71] O nome da personagem é bastante significativo com relação à simbologia que Menotti procura associar à figura desse mestiço, pois albinismo significa "uma anomalia congênita, caracterizada pela ausência total ou parcial do pigmento da pele, dos pêlos, da íris e da coróide", enquanto barroso quer dizer "da natureza do barro" ou, como alternativa, "diz-se do bovino de pêlo branco-amarelado e do eqüino com pêlo da cor do barro escuro" (cf. Dicionário Aurélio).

professor Orris Motta está cercado de convivas que o escutam. Dr. Orris considera a história de Albino como "um dos mais belos documentos de alma" (1922:59).

Para tornar o caso mais atraente, o advogado Orris assume a voz do mulato Albino, como se reproduzisse fielmente as suas palavras, transformando a maior parte do conto novamente em uma narrativa em primeira pessoa.[72] Albino se apresenta como um ex-administrador de uma fazenda da região pertencente a Laerte, seu "irmão de criação" (1922: 153) e herdeiro do abastado coronel Marcolino de Barros.[73] "Eu era filho de uns agregados da fazenda, gente de estimação, antiga. Quando meus pais morreram, eu passei para a casa grande, onde minha tia era mucama e criava o dr. Laerte, órfão de mãe"(1922:152).

Laerte crescera franzino e triste, enquanto Albino, tornando-se seu protetor, era "rijo como cerne de madeira de lei" (1922:152). Quando ambos tinham catorze anos, o coronel, líder político da oposição, foi assassinado durante as eleições. Com a morte do pai, o tio de Laerte torna-se seu tutor e leva o sobrinho para estudar na capital, separando-o do irmão de criação, já que Albino não aceitou mudar-se para a cidade grande.

Nesse conto, assim como em *Juca Mulato*, o caboclo é comparado à espécie dos eqüídeos. "Imagine, seu doutor, meu caráter arisco e selvagem, bravio e livre como um poldro novo, metido dentro da gaiola estreita do palacete da rua Vergueiro... Bati o pé; não fui" (1922:154). Também nesse conto, com a saudade do irmão, o mulato dialoga com um cavalo: "O dia todo passava-o na cocheira falando ao cavalo do meu irmão ausente: Ele volta, bainho, volta. Não fique triste assim, bainho, porque é feio ficar triste... A gente precisa ser homem, bainho" (1922:156). Da mesma forma, sua personalidade mostra-se durante todo o tempo como um caboclo rústico, ingênuo e crédulo: "Seu doutor acredita em coisa feita?" (1922:160).

Com vinte anos, Albino assume o lugar de administrador da propriedade. Em seguida, Laerte, já formado e casado, retorna à fazenda com a bela esposa Estella e um colega

---

[72] Menotti introduz na fatura da novela certos pontos críticos com relação ao "realismo" da narrativa, discutidos pelas próprias personagens, mas sem extrair disso maiores conseqüências. Esses pontos críticos são colocados pela própria audiência do Dr. Orris na sala da hípica, sugeridos por comentários do tipo: "Albino Barroso falava assim difícil? – interrompeu a senhora Torres com uma gargalhada clara" (1922: 153) ou "O senhor me dá a ilusão exata de que estou ouvindo a história de Albino Barroso pela própria boca do caboclo" (1922: 155).

[73] Na sociedade brasileira, a figura do "irmão de criação", em certos contextos, parece estar associada a um modo particular de relação, misto de afeto e de submissão, como mostra o conto de Menotti. A imagem do "irmão de criação" dialoga com personagens análogas no mesmo terreno, como a "mãe preta" e o "pai João" no imaginário literário. O "irmão de criação", em certos casos, surge como uma figura bastante problemática e condensadora de conflitos, tendo em vista o papel simétrico que a relação de irmandade idealmente sugere em termos de fraternidade. É certamente uma das grandes figuras ambíguas no imaginário social brasileiro, relacionada a uma forma específica de agregação, exatamente por se situar na fronteira entre a servidão e a igualdade, a fraternidade e a diferença de origem, principalmente quando a relação é vista como permeada por diferenças "de raça" ou "de cor", como no caso do conto de Menotti Del Picchia.

igualmente bonito e forte, o Dr. Mauro Salles. Perturbado pela presença de Estella e pressentindo o perigo, Albino trata casamento com uma das "morenas" da região, com o objetivo de afastar as tentações e não trair o irmão. Porém, "os olhos da patroa" (1922:166) não lhe saíam da cabeça, e Estela se manifestou contrária ao casamento, o que fez Albino desistir do matrimônio. Laerte, cada vez mais enfraquecido, cai doente.

> A doença de Laerte chumbara-me à sua cabeceira. D. Estella saía com o Dr. Mauro. Mas sua atitude para comigo era estranha: dominava-me. Eu evitava porque tinha vergonha de sentir que a obedeceria ao menor gesto de mando, como se eu não fosse um homem forro. Entretanto, seu doutor, eu tinha o orgulho de ser o caboclo mais desempenado e enérgico das redondezas, respeitado pela decisão e pela valentia. (1922:168)

Novamente, do ponto de vista da liberdade, Albino assume uma posição ambígua no conto, entre a submissão de um empregado livre e cego pela paixão e a liberdade de um homem forro numa cultura escravocrata. A atração de Albino por Estella cresce. Mostrando-se envolvida por ele, a patroa afirma que Laerte é o único impedimento à felicidade dos dois. O conflito interno de Albino vai aumentando e ele passa a enxergar em Laerte um rival. "Eu sei que tenho uma alma de criança, que sou incapaz de fazer mal só por maldade, que não faria injustiça nem a um mosquito" (1922:170). Albino novamente se compara também a um animal.

> Não posso explicar bem: à minha máscula rijeza de músculos irritava a sua fraqueza doentia. Reparei que os animais também têm disso: os fortes odeiam os fracos a ponto de os perseguirem e matarem só porque são fracos. É um ódio físico, impulsivo, que está no mistério do nosso instinto. Mas essa raiva se desfazia em piedade, uma piedade imensa e humana, que me enternecia, às vezes, até as lagrimas (1922:184).

O envolvimento de Albino com a esposa do "irmão de criação" chega ao ápice quando Estella beija o caboclo. "Eu vibrava todo, dos pés à cabeça, como se ela fosse um vento forte e eu uma árvore num descampado" (1922:184). Albino decide, finalmente, matar Laerte, empurrando-o em um abismo. O mulato toma, então, consciência de uma natureza viva e mística a sua volta, bem como a revolta contra sua pessoa, a condenar o seu crime. "Uma

borboleta esvoaçava, insistente, em torno da minha cabeça. Adiante, umas rolinhas mariscavam areia... Um inhambu, bem no meio da restinga, gritava: 'Caim! Caim! Caim!" (1922:188).

Ao retornar à sede da fazenda, no entanto, o protagonista depara com Estella nos braços de Mauro Salles.[74] Ao contrário da solução final apaziguadora no poema *Juca Mulato*, em uma cena sanguinolenta e antropofágica, Albino dá cabo à vida do casal. Mais uma vez, a narrativa da tragédia de Albino se encerra com o veredicto do advogado, o Dr. Orris, num jogo em que o ponto de vista moral do narrador secundário e da personagem cabocla por ele criada (narrador preferencial) se confundem, assim como o ângulo trágico de análise determinado pelo próprio autor.

> Compreendi tudo, seu doutor. Vi quanto era infame essa mulher... Ela amava o outro, o doutor Mauro e me fizera de instrumento calculado do seu crime. Não sei bem o que fiz. Uma rajada de loucura alucinou-me. Quando voltei à razão, eu sentia uma coisa pegagenta e quente no rosto, nas mãos, no peito. Pela boca, onde fiapos de pano e de carne grudavam-se nos meus dentes, o sangue escorria. No chão, lacerada, hedionda, com os olhos vazados, o peito em pedaços, jazia a massa informe de um corpo de mulher...
>
> ***
>
> – Era uma fera o seu Albino Barroso, Dr. Orris – disse, após um silêncio, a senhora Torres.
>
> O professor, calmo, acendeu um cigarro e terminou:
>
> – Albino Barroso não era uma fera, senhora Torres. Era muito menos e muito mais que isso...
>
> – Que, afinal?
>
> – Um homem! (1922: 195,196)

O ser humano como presa de um destino e de uma natureza incontornável, – com os protagonistas, senão sempre pelo menos em parte do relato, jogados ao sabor de forças naturais incontroláveis – é uma concepção cara ao moralismo corriqueiro e tolerante de Menotti. A caracterização do mestiço e do desequilibrado mental como feras, entre o animal e o homem, entrevista no diálogo final citado, também é um ponto de tensão bastante recorrente nas construções de Menotti Del Picchia. O autor parece mesmo confundir noções como

[74] A personagem de Mauro Salles funciona como uma eminência parda no conto. A sua participação e responsabilidade como amante de Estella não são discutidas, até porque Albino é o narrador-participante do evento.

corpo/raça, vontade/características psíquicas, natureza/sociedade, inspirado por uma leitura peculiar de autores alemães, como Schopenhauer e o romancista Suderman.[75]

Nos três contos descritos, o autor procura relacionar também o problema dos códigos jurídicos e da análise criminalística com pareceres relativistas sobre o direito. Isso realça sua tentativa de explicar os crimes por conformações individuais e subjetivas. O terceiro conto é relatado a partir de um ângulo já bastante restrito pelo próprio recurso à narrativa em primeira pessoa. A abertura de um prisma secundário de visualização nesse conto, mediante o recurso à voz do advogado, tem como efeito o reforço das "razões subjetivas" do protagonista, uma vez que o jurista assume a "máscara" de Albino na descrição da tragédia. Isso fica mais claro na postura defendida por D. Orris, no início do conto.

> A história de Albino Barroso, que eu vou contar quando chegar a senhora Torres, ensinou-me mais que todos os meus tratados de criminologia. Constatei com esse caso de clínica psiquiátrica, que há dois direitos em guerra; o que os peritos do direito criminal escrevem nos livros de doutrina e condensam nos projetos de códigos e o direito humano, complexo, absurdo, subjetivo, que cada um sente e raciocina e dificilmente explica ou defende... Não há um determinado caso jurídico de delito em tese, com sua sintomatologia específica, autorizando o dogma legal de um artigo de código, implacável e estreito, onde se enquadrem todos os delinqüentes que consumaram um delito aparentemente visado por esse artigo do código... A apreciação empírica e exterior de um delito é quase sempre errônea. Cada crime é uma coisa aparte, única, diferente (1922: 149,150).

No último conto do livro, "Divino Pecado", Menotti descreve uma cena do paraíso recentemente perdido, no qual Eva, "branca e loira", toma consciência da "delícia suprema do pecado" e dialoga com Adão, em meio a uma natureza mística e traiçoeira. Adão, assumindo a sua cumplicidade no feito, conclui que a perda do pecado significou também a sublime invenção do amor, "coisa inédita, feita de dor suprema".

---

[75] Menotti incorpora o determinismo racial e social quando se propõe a elaborar contos com pretensões "realistas" e abordar determinados aspectos críticos da sociedade da época. O autor parece bastante influenciado pelos autores racistas, pois nesses contos o mestiço surge sempre como um ser problemático e "degenerado". No romance *Lais*, Del Picchia se refere a Lombroso ao descrever uma personagem. "Canastra era um latagão cobreado, olhar soslaiante, 'lombrosiano'" (DEL PICCHIA, 1931/1921:112). O naturalismo também marca uma presença perceptível nas interpretações literárias de Menotti.

A preferência de Menotti por uma arte voltada à condução das massas e aos elementos populares é perceptível na crítica "quase" elogiosa que Mário de Andrade faz por ocasião da publicação de *O Homem e a Morte* (1922).[76]

> É preciso distinguir entre os criadores artistas, os que mais se preocupam com a Arte e os que mais se preocupam com a vida – elemento originário da arte. Aqueles tornam-se na quase totalidade artistas de elite. Estes atuam mais poderosamente sobre as massas. Se ambas as classes são igualmente beneficiadoras da beleza, sob o ponto de vista humano, os artistas da Vida são mais fecundos que os artistas da Arte. Os artistas da arte são gozados pelo pequeno número. Os da vida tornam-se mandatários e reis. Vejo Menotti entre os últimos. *Moisés*. *Juca Mulato*. *Pão de Moloch*. *A Mulher que pecou*. Possui uma força tal, uma tal eloqüência persuasiva, um brilho tão diurno, um otimismo por tal forma popular que poderá conduzir as multidões. Se criar, pregar, desenvolver (verso, prova ou ação – sempre poemas) uma teoria, uma orientação política e social, creio que reproduzirá entre nós a influência dum Tolstoi, dum D'Annunzio, dum Barrès.
>
> Mas que Menotti se precavenha contra a gente da terra. Bilac também gritou um lindo gesto. Aurora! Erupção! Trabalho! Gritaria. E o crepúsculo rápido. E a noite geral. E uma lua fria, vagabunda pelo céu. Liga Nacionalista[77].
>
> O melhor será mesmo não adquirir essas pretensões. Continue a dar-nos obras magistrais como "O Homem e a Morte".

Mário de Andrade deixa transparecer nesse comentário um certo temor com relação às pretensões políticas de Menotti. O que parece assustar Mário é a "enérgica vitalidade" (DEL PICCHIA, 1922/1968: XXX) que acompanhava a capacidade de distanciamento da realidade e a força persuasiva das idéias de Menotti, talvez, perigosas quando acrescidas de poder político. Como diz Mário, melhor mesmo seria se Menotti se

[76] A crítica de Mário de Andrade será publicada nos números 8 e 9 de *Klaxon* e se transformará no prefácio da segunda edição do livro.

[77] A movimentação nacionalista sob a liderança intelectual de Olavo Bilac teve início em 1915, quando o poeta retornou da Europa pregando a renovação moral e cívica do país, por meio de uma proposta de organização militar da juventude. A Liga Nacionalista foi fundada em julho de 1917 e envolveu nomes como Júlio de Mesquita Filho, Sarti Prado, Waldomiro Vergueiro e Abelardo Vergueiro César, que apoiavam a necessidade de um movimento intelectual no sentido de promover o ressurgimento e a revitalização da vida política no Brasil. A mocidade acadêmica se organizou em torno da direção do Professor Vergueiro Steidel na Escola de Direito.

restringisse ao campo literário, pois ele previa que não paravam aí as pretensões "magistrais" do autor de *Juca Mulato*.

Menotti Del Picchia, em suas crônicas da década de 1920, afastando-se da recusa de engajamento parnasiana, já tentava mostrar que arte e política não deveriam ser entendidas como atividades incompatíveis, apesar de ser opinião correntemente aceita que não deveriam ser confundidas. Segundo o autor, o poeta, cuja particularidade residiria em ser o detentor do domínio sobre a técnica literária – ou seja, em ser considerado o mais apto a lidar com o verbo – seria igualmente detentor de talento para uma vivência prática que o possibilitava casar a sua atividade com a política. "O poeta é um animal racional que pode governar os outros, uma vez que lhe entreguem um mandato nas mãos" (HÉLIOS, *Correio Paulistano*, 22 jul. 1920). De outro lado, a crítica, ao seu modo de ver na época, deveria ser uma atividade restrita aos especialistas.

> Eu penso que a crítica é uma função aristocrática, que deve ser exercida pelos estetas. O senso das multidões é medíocre, mesmo porque a humanidade não pode ser só composta por artistas. A arte não é para as massas: é para os eleitos (Hélios, *Correio Paulistano*, 20 set., 1920).

Em 1924, é publicado um pequeno volume de sua autoria, *O Crime D'Aquela Noite*. O dilema em torno do resultado da mestiçagem é reconstruído pelo autor simbolicamente por meio do drama de uma família, cuja filha é vítima de um crime hediondo. A jovem senhora, proveniente de uma família abastada, ao se encaminhar para uma visita a uma amiga, é estuprada em um dos pontos ermos de São Paulo na época: na praça Buenos Aires. O crime e o criminoso são descritos por Menotti com todos os adjetivos e estereótipos associados ao ato do estupro.

> À luz tíbia do lampião mortiço viu, atônita, duas escleróticas brancas, raiadas de sangue, numa cara negra e um bafo de pinga e de sarro enojou-a. Ouviu um como gemido de besta fera no cio. O pavor paralisou-a. Sentiu que era atirada ao chão com violência e a última impressão que guardou da tragédia, foi recorte nítido de quatro caninos aguçados, como os de um gorila, que emergiam da boca de um monstro negro, de narinas chatas e silvantes e o contato de duas mãos asquerosas apalpando-lhe o corpo, rasgando a seda, impacientes e bestiais. E perdeu os sentidos (1924: 50-51).

Pouco depois do crime, Beatriz constata estar grávida. A família e seu marido mergulham no drama e na ansiedade para conhecer a cor do bebê esperado, horrorizados diante da possibilidade de "invasão do sangue do intruso, do incubo de ébano" (1924:86) na família. Segundo o relato, a família preocupava-se com "a cor... sobretudo a cor" (1924:95) do feto.

Para aliviar a condição traumática da filha, a mãe de Beatriz leva-a para a fazenda da família, onde, por acaso, encontram uma velha mucama negra da moça, uma "ex-escrava cabinda" (1924:116). A mucama conta que sua neta, Ritinha, aparecera grávida para seu desgosto e estava sumida de casa. Casualmente, Beatriz sai para um passeio pelo bosque para colher flores e encontra – numa cena descrita de maneira deprimente – um bebê "pretinho", em um embrulho de trapos, que havia sido estrangulado pela negra mãe desnaturada.

Apesar de Beatriz dar à luz posteriormente a um menino "branco" e "lindo", para alívio e felicidade de todos na família, seu estado mental fica comprometido. Em um momento de alucinação nervosa, termina também por estrangular seu próprio filho recém-nascido.

Aqui, transparece, em sua forma completa, o tipo de operação corrente nos enredos anteriores de Menotti: os delitos e os crimes se estendem de um indivíduo para outro, e daí para a sociedade, sem que se possa imputar a culpabilidade ou atuar a justiça. O crime acontece em virtude de uma pulsão incontrolável e instintiva do ser humano que contagia o social. Além de o autor atribuir à mulher uma fonte "natural" inesgotável de descontrole emocional, no caso brasileiro e, por isso, na grande maioria dos enredos, como procurei mostrar, o crime e a infelicidade se propagariam pelo contato dos brancos com os negros, mulatos e mestiços.

1.2 Cassiano Ricardo: sou poeta porque nasci em São José

Nascido três anos depois de Menotti Del Picchia, em 26 de julho de 1895, na cidade de São José dos Campos, Cassiano Ricardo Leite era filho de Francisco Leite Machado e Minervina Ricardo Leite.[78] Viveu a primeira infância na Fazenda Santa Tereza, de propriedade de seu pai, um pouco distante e de difícil acesso na época. Mas seu contato com a cidade de São José data de muito cedo, pois cursaria o primário no grupo Olympio Catão, inaugurado em 1892 e localizado numa travessa esquerda ao lado da igreja Matriz, no coração

[78] O ano de nascimento de Cassiano Ricardo pode ter sido 1894, pois na anotação do pai e no próprio registro de nascimento aparece esta data. Para uma discussão sobre a controvérsia com cópias dos documentos, ver MONTEIRO, 2003.

da cidade. Os pais mantiveram também uma residência urbana durante esses anos iniciais de formação do futuro poeta.

O estímulo à poesia parece ter vindo da apreciação de sua mãe por essa arte, além de um tio, o qual, segundo o próprio autor, era bom poeta. Sua família, extensa, exercia profissões liberais em São José e tinha participação nos órgãos da imprensa local, dando oportunidade para que o pequeno Cassiano publicasse seus poemas. Em 1904, ele cria um jornalzinho manuscrito, *O Ideal*, no qual idealiza o exercício da profissão de jornalista como "proprietário" de uma folha.[79] No mesmo ano, encontram-se publicações de versos do autor, assinados por Cassianinho Ricardo, tanto no *Almanach de São José dos Campos* como em *O Caixeiro*, órgão dos empregados do comércio da cidade**.**[80]

Em fevereiro de 1909, Cassiano Ricardo, estréia como diretor da revista mensal *Íris*, que contará com seu irmão, Aristides Leite, como redator.[81] Com o propósito de enobrecer a imprensa e de contribuir para o progresso da terra, a revista expõe o que considera como valores sagrados: "Deus, Pátria e Liberdade" Além do mais, enaltece "o BEM, o BELLO e a VERDADE" como virtudes a serem cultuadas pela juventude (n. 1, p. 2). O ideal de zelar pela harmonia entre os cidadãos fica expresso já na capa da revista: "Aceita-se colaboração desde que não contenha ofensa a pessoa alguma".

A defesa do esperanto como uma língua internacional que propiciaria uma maior possibilidade de comunicação entre os diversos povos, também é defendida no periódico em diversos artigos[82]. Os poemas de Cassiano publicados em *Íris* expressam algumas concepções românticas de compaixão pelos pobres e oprimidos, como em "O Mendigo" (p. 5, n. 1). Os fenômenos da natureza como entidades ativas e a noite associada ao negro e à dor são expressões presentes nos poemas publicados pelo principiante poeta joseense em *Íris*. No n. 10, de novembro de 1909, publica-se o soneto "Mater Dolorosa", dedicado ao poeta Paulo Setúbal.[83]

---

[79] Em 1906, *O Ideal* torna-se o órgão dos alunos do Grupo Escolar, dirigido pelo menor Cassianinho Ricardo.

[80] Eis uma quadrinha de Cassianinho:

> Eu tenho apenas dez anos
> Não posso muito saber,
> Mas espero em meu bom Deus
> Que ainda hei de aprender. [...] (*O Caixeiro*, 22.12.1904).

[81] Os outros participantes do jornal, inicialmente, serão J. Bittencourt de Sá, também como diretor, e J. Dellas Sobrinho, com redator. A partir do quarto número (maio de 1909), o último nome já está ausente da capa. Em outubro, entram dois novos diretores: Theodoro Mascarenhas e A. Quartim.

[82] Cassiano era conhecedor do esperanto.

[83] O poeta Paulo Setúbal seria uma das vítimas da tuberculose, doença certamente conhecida por Cassiano Ricardo desde a infância. No número de novembro de 1909 da revista *Íris*, sai o poema que retoma o tema, "Tuberculosa", do colaborador Casimiro Cunha.

Dorme o anjinho no esquife. Um riso tênue, enflora
Os frios lábios seus que já tiveram vida!
– Tão cedo veio a morte – a parca denegrida –
E tirou-lhe, cruel, de sua existência a aurora...
[...]
E chora a pobre mãe, num sentimento fundo,
Ao ver a última vez a criancinha morta –
Que a rir, se libertou das ilusões do mundo!

Em 1910, o pai de Cassiano Ricardo, Francisco Leite Machado, dirigiu um jornal local, *A Tribuna*, que contou com a atuação do filho escritor, já adolescente. Além disso, Francisco Leite Machado exerceu o cargo de vereador em São José, também no início da década de 1910, mas logo depois entrou em decadência política e financeira, optando por mudar-se com a família para São Paulo. Sabe-se que Cassiano Ricardo cursou o ginásio no Colégio Nogueira da Gama, em Jacareí, como aluno interno. As condições e as oportunidades encontradas em São José não favoreceriam a permanência da família na região.

No final do século XIX, o Vale do Paraíba passava por uma fase de declínio econômico, com a saída dos fazendeiros das áreas rurais, cujas terras estavam esgotadas pelo plantio do café em sua fase tardia. Inúmeras das chamadas "cidades mortas" ocupavam a região, e o crescimento da cidade seria, nesse contexto, condicionado por fatores bastante particulares, pois a cidade transformar-se-ia em estância sanatorial.

A infância e a adolescência de Cassiano coincidem com o período inicial da chamada "fase sanatorial" da história de São José dos Campos, quando a procura da cidade pelos tuberculosos já era perceptível e estava em curva ascendente.[84] Se, de um lado, essa condição trouxe uma possibilidade de desenvolvimento urbano e comercial alternativa para a localidade, de outro, a cidade passou a ser evitada por aqueles que temiam a chamada "peste branca", agravada pela pobreza dos doentes.[85]

[84] O período que se denomina "Fase sanatorial na história de São José dos Campos" corresponde à primeira metade do século XX, marcante para o panorama arquitetônico da cidade. Paralelamente, desenvolve-se também uma arquitetura moderna e industrial no município.

[85] Os dados sobre o início desse ciclo na história de São José são imprecisos, mas estão associados por alguns noticiários e historiadores à figura de um médico de nome Dr. Mário Galvão, vítima da doença, que foi tratado com sucesso por um grande especialista de São Paulo, Dr. Clemente Ferreira. Posteriormente à cura, esse especialista teria aconselhado Galvão a se instalar em São José para exercer a medicina, em virtude da proximidade da cidade com a capital e também pela experiência adquirida pelo colega com a própria doença. Dr. Clemente passaria a partir de então a encaminhar pacientes tuberculosos para lá. De outro lado, existem registros da excelência do clima de São José dos Campos na imprensa desde o meio da década de 1880. Na virada para o século

O próprio jornal *O Caixeiro*, que publicava os poemas da família de Cassiano Ricardo, de 27 de julho de 1905, tentava alertar os membros da câmara municipal para a necessidade de um serviço de higiene e desinfecção de edifícios, acompanhado por medidas que evitassem o desenvolvimento da tuberculose na cidade.[86]

> Consta que prédios onde faleceram doentes dessa moléstia e outros onde estiveram em tratamento pessoas atacadas, não foram convenientemente desinfectados e alguns estão aí por alugar e outros já foram alugados. [...]
>
> O descuido nesse caso acarretará sobre nós dois grandes prejuízos: o desenvolvimento dessa moléstia e o descrédito da cidade quanto à sua salubridade.

Há relatos orais de que muitos visitantes, usualmente, entravam com um par extra de sapatos a tiracolo, para jogar fora na saída os sapatos velhos usados dentro da cidade e não levarem "nem a poeira de São José".[87] O temor de contração da doença era tamanho que muitos transeuntes utilizavam lenços para protegerem boca e nariz quando cruzavam o que consideravam área de risco.[88]

XX, os jornais já registravam a fama da salubridade do clima da região particularmente para a cura da tísica. A crença nos efeitos positivos ou negativos de uma região (condicionantes geográficos) para o agravamento de doenças e, por extensão, na climatoterapia, ou climaterapia, para a cura de alguns males certamente contribuiu para o crescimento da procura da cidade pelos doentes, principalmente os pobres, que não tinham condições de se deslocarem para Campos do Jordão, localidade também famosa na época pelos efeitos terapêuticos do seu clima contra a tuberculose pulmonar. No decorrer do tempo, o crescimento do número de pensões, consultórios, farmácias e, depois, de sanatórios foi sendo notório em São José dos Campos. O acesso à cidade havia sido facilitado pela inauguração da Estrada de Ferro Central do Brasil, em 1876, conectando Rio de Janeiro e São Paulo. Para uma história da cidade de São José, ver SIQUEIRA (1991), BITTENCOURT (1998) e DIAS (2000).

[86] O mesmo jornal veicula a notícia da morte trágica de Elviro Ricardo Leite, uma "criança de 15 anos", vítima de um disparo de uma arma de fogo, "a qual disparando traiçoeiramente, victimou-o de vez, satisfazendo assim o cumprimento de Destino impiedoso e cruel". O discurso ao túmulo do adolescente foi feito por Licinio Leite Machado, cujo sobrenome idêntico ao do pai de Cassiano, reforça mais ainda a hipótese de ser o adolescente morto de forma chocante um parente muito próximo ao poeta menino (*O Caixeiro*, 11.05.1905).

[87] Cf. depoimento de Celso Paiotti para o vídeo "Sou Poeta Porque Nasci em São José", produzido pela UNIP, sob a direção de Lucimara Rett, em convênio com a Fundação Cassiano Ricardo, sobre as relações do autor com a cidade e a "lenda" lá corrente de que Cassiano Ricardo não gostava de São José dos Campos. Em suas memórias, Cassiano em nenhum momento menciona o problema da tuberculose associado a sua cidade de nascimento.

[88] É difícil não inferir dessas informações a idéia de que grande parte desses doentes miseráveis, vítimas da tuberculose, eram negros e mulatos. Alfredo Ellis informa que "a mestiçagem paulista teria pouco a pouco, isolado o negro, cujo cruzamento com o branco era recente e raro. O próprio meio físico da região planaltina acabaria por selar a sua sorte, já que, para o autor, o negro e o mulato caminhavam para a esterilidade, apresentando uma 'mortalidade pela tuberculose pulmonar nove vezes maior do que o branco, no planalto'"(MONTEIRO, apud FERREIRA, 2001: 334, 335). Segundo Bittencourt, esse período ainda hoje é tratado com reservas, devido à complexidade do assunto. "O alto grau de miserabilidade da maior parte dos tuberculosos confundia-se com a pobreza dos joseenses, conferindo à cidade um caráter caótico e de acampamento irremediavelmente infectado que afugentava não só sadios, mas também o capital necessário para agilizar a anêmica economia local" (BERTOLLI *apud* BITTENCOURT, 1991:28).

No início da década de 1920, a situação já era vista por muitos como insustentável. O jornal *Correio Joseense* encetou uma campanha em vários editoriais de apelo aos agentes públicos e aos doentes de tuberculose em favor de medidas profiláticas da doença em uma cidade que já havia se transformado inegavelmente numa "conhecidíssima estação de saúde".[89] Ainda que tenha utilizado manchetes e palavras sensacionalistas, a doença e a "liberdade descontrolada" na qual viviam os doentes eram tidas como uma ameaça à segurança local, e a querela evidencia os conflitos entre os segmentos citadinos sobre o uso do espaço urbano e a imagem que deveria assumir a cidade.

> Essa liberdade hoje se converte em verdadeiro atentado a vida dos cidadãos. E nem pode ser por menos essa licença que os doentes gozam de lançar suas cusparadas nas vias públicas, sem a menor cerimônia, sem o menor escrúpulo, cinicamente, com a maior malvadez possível, fechando seus corações a todo o amor do próximo, da comiseração e da piedade.
>
> [...]
>
> Não estranhamos, pois, que com o nosso descaso, hajam pessoas em S. Paulo e Rio que se admirem das famílias que aqui residem, expostas sem amparo, às vicissitudes da sorte, sujeitas aos perigos amplíssimos de uma infecção diária e constante, que nos cercam por toda parte, como um circo de ferro e de fogo que nos comprime com um castigo terrível e seu flagelo de morte. Por hoje, pedimos aos doentes que pensem nisso. Pensem e reflitam. Um escarro no chão pode ser a desgraça de muitos lares, o infortúnio de muita gente (*Correio Joseense*, 11 de abril de 1920, primeira página).

Provavelmente, a condição da cidade natal como instância sanatorial contribuiu para as escolhas familiares posteriores, que interferiram nos rumos da vida profissional do poeta.

Mudando-se para a capital, o pai do escritor fez questão que os filhos fizessem cursos superiores. Os dois irmãos, Aristides e Wanda, escolheram o de Medicina e Cassiano

[89] Apesar das campanhas para a construção de um sanatório em São José, que envolveram diversas personalidades, como por exemplo, o prefeito de São Paulo A. Prado, já em 1903, houve demora na construção das instalações. Devido ao alto custo do empreendimento, só em 1918 iniciou-se a construção dos sanatórios, apesar de as instalações para doentes serem bem anteriores. "A grande afluência de doentes ao município, fez com que surgissem instalações hospitalares a partir do final da primeira década do século XX" (BITTENCOURT, 1998:34). Em 1935, por decreto, São José passou a ser classificada com instância climatérica, com um projeto de planejamento e zoneamento urbano colocado em prática.

optou pelo de Direito.[90] Depois de fazer os estudos preparatórios, Cassiano Ricardo matriculou-se no curso de direito de uma incipiente escola, denominada "Universidade de São Paulo", de caráter não governamental.

Cassiano Ricardo fez o curso de Direito até o terceiro ano nessa recém-fundada universidade livre dirigida pelo médico Eduardo Guimarães, mas que funcionou durante poucos anos em São Paulo.[91] Não teve, portanto, formação, como Menotti Del Picchia, na prestigiosa Faculdade do Largo São Francisco. Segundo o próprio autor (1970:4-6), com os conflitos políticos gerados em torno da competição dessa nova instituição com a Faculdade de Medicina, de iniciativa governamental, essa universidade financiada por recursos privados acabou por ser extinta.[92] Assim, Cassiano Ricardo foi transferido para a Faculdade Livre de Direito no Rio de Janeiro, vinculada à antiga Universidade do Brasil.[93] Seu diploma foi concedido em março de 1918, na capital federal.

---

[90] Segundo Cassiano Ricardo (1970), Aristides e Wanda iniciaram o curso de medicina em São Paulo. Aristides finalizou o curso em Belo Horizonte e Wanda só alcançou o segundo ano.

[91] A revista *Panoplia*, dirigida por Cassiano Ricardo naqueles anos, homenageou o fundador dessa universidade. Muito admirado por Cassiano Ricardo, o médico e escritor foi saudado com uma fotografia: "Homenagem da Panoplia" ao "Dr. Eduardo Guimarães, digníssimo reitor da Universidade de S. Paulo" (n. 2, de julho de 1917). No mesmo número, Guimarães publicou o artigo "Princípios de Biologia Geral".

[92] As instituições livres ofereciam vários cursos. A primeira, a "Universidade de São Paulo", parece ter sido das mais importantes, principalmente pelo curso de medicina. No entanto, a qualidade do ensino privado parece ter sido questionada na época, em meio aos conflitos políticos em torno dessas instituições, pois Cassiano defendeu em suas memórias o ponto de vista contrário. Essa universidade foi criada em virtude da "Lei Rivadávia" (1911), que facultava o ensino livre no País e permitia a expedição de diplomas válidos, independentemente do reconhecimento oficial. Sustentada com recursos próprios ou privados e sob rígidas inspeções, essa universidade particular foi extinta em São Paulo em 1917, pressionada também pela revogação da mesma lei. Foi autorizada, assim, a transferência dos estudantes da instituição paulista para outras faculdades reconhecidas oficialmente. Um dos argumentos alegados pelo governo na época, que o depoimento de Cassiano deixa entrever, era com o número excessivo de acadêmicos que entrariam no mercado se a cidade mantivesse as duas universidades, com duas faculdades de direito e de medicina, e o conseqüente desemprego. Outro argumento corrente era contra o acúmulo de vencimentos dos professores que atuavam ao mesmo tempo como funcionários públicos no governo e recebiam somas dos "pobres alunos" na iniciativa privada. De toda forma, o investimento de Cassiano Ricardo na atividade poética parece estar diretamente ligado também às dificuldades que encontrou para sua formação de bacharel. Para se ter uma idéia, em 1918, a Universidade Livre de Direito, no Rio de Janeiro, teve suas aulas suspensas em virtude da debandada de alunos e professores por uma epidemia de gripe. Os estudantes foram aprovados por decreto (CALMON, 1940).

[93] Na pensão onde residiu no Rio de Janeiro, como estudante de direito, conviveu com vários gaúchos, dentre os quais Cassiano cita Gonçalves Viana, Moisés Antunes Viana, Raul Bopp, Homero Vaz do Amaral e André Carrazoni, jornalista e poeta que dirigirá o *Correio do Povo*, em Porto Alegre, em 1930, e que será um dos diretores da empresa "A Noite", na década de 1940. Cassiano Ricardo afirma ter conhecido Carrazoni em 1916, ainda quando estudante de direito em São Paulo. A amizade e a carreira dos dois estarão sempre entrelaçadas por laços não só de amizade, mas de interesses comuns.

1.2.1 *Dentro da Noite*

A estréia de Cassiano Ricardo como poeta deu-se com o livro *Dentro da Noite* (1915), publicado quando tinha 20 anos.[94] O acadêmico Garcia Redondo, em carta endereçada ao autor, que viria a ser publicada como prefácio do livro, assinala o caráter profundamente melancólico do poeta estreante. Segundo Garcia Redondo, a obra não poderia ser considerada um espelho da existência, por não retratar a alternância própria da vida entre riso e dor, pois traduzia unicamente tristeza e desânimo. Na verdade, o clima sombrio e de culto à melancolia e ao fúnebre contrariava mesmo o receituário parnasiano.[95]

Expressões como "visão do poente", "spleen", "crepúsculo", "luz fria e funérea", "íntimus dolor", "dor da natureza" e "vultos de ciprestes" são algumas das inúmeras imagens entristecidas que recheiam a obra.

É notória já nesse primeiro livro a presença de um jogo poético contrastando cores, que ganham auras particulares. Algumas vezes, essas imagens surgem explicitamente associadas ao monoteísmo. Concomitantemente, a obra é especialmente marcada pela recorrência de imagens de personificação da natureza. No contexto de melancolia poética em que o autor se expressa, a tristeza aparece como intrínseca aos fenômenos naturais, que se humanizam e assumem o estatuto de sujeitos.

> O ocaso tem a cor de estranhas ametistas
> desfeitas pelo céu tristíssimo e profundo...
> Nesta hora – hão de dizê-lo ao certo os panteístas
> a tristeza de Deus pressente-se no mundo... (1915: 13)

[94] Vários são os homenageados por poemas no livro de Cassiano Ricardo, como era praxe na época. O primeiro da lista é Arthur Caetano da Silva, cunhado do autor, seguido por Juarez Almada Fagundes, Luiz Xavier Telles, Gonçalves Vianna e muitos outros (conta-se mais de vinte homenageados no seu livro de estréia, dentre os quais Spencer Vampré). Essas homenagens testemunham, com efeito, a preocupação de Cassiano em inserir-se em um amplo círculo social, parte da estratégia de demonstração de relações sociais de prestígio. O exemplar existente na Biblioteca Mário de Andrade contém a dedicatória ao Dr. Arthur Motta, datada de dezembro de 1915.

[95] Ao contrário dos livros de estréia de Menotti, Cassiano é saudado e cataloga uma série de críticas elogiosas a todas as suas obras iniciais, que reiteram o domínio da técnica parnasiana a que foi capaz o autor. Armando Prado o considera, em virtude de seus poemas, um "artista de raça".

Cassiano revela sensibilidade em relação a certas situações especiais à condição humana, como melancolia, loucura, iminência da morte e deficiência física – como expressa no poema para a ceguinha, cuja dor da alma afirma compreender (1915:21), ou no poema em que parece ouvir dois velhinhos despedirem-se da vida –, em atitude romântica. As cores assinalam características intangíveis na matéria.

> O outro, num gesto mudo, agita as mãos trementes...
> Os seus cabelos são quais flocos de arminho.
> feitos da nívea cor das coisas inocentes...
> E numa invocação, suave como um carinho,
> passa como que ouvindo o adeus da natureza,
> como que procurando um estranho caminho,
> um caminho talhado entre a Sombra e a Tristeza... (1915: 38)

A concepção de uma natureza portadora de uma "alma", à semelhança dos seres humanos, propicia a expansão da tristeza do escritor à "alma incompreendida dos vegetais..." (1915: 20). Essas analogias entre a dor humana e a dor das "coisas" fazem com que a tristeza do homem e a tristeza do poeta surjam como extensão da tristeza intrínseca e natural no mundo. A tristeza do mundo expressa-se no enigma da noite e no mistério da poética panteísta do autor.

> as Árvores senis e pensativas,
> imersas num cismar próprio de coisas vivas.
> [...]
> As Árvores, nesta hora, eu as contemplo
> quais vultos a rezar, no misterioso templo
> da Noite erma e profunda... (1915: 117)

Pouca relação é possível deduzir entre a realidade social de Cassiano Ricardo e a poesia de *Dentro da Noite*.[96]

[96] Em entrevista concedida a Silveira Peixoto, em 1941, Cassiano Ricardo considerou a obra *Dentro da Noite* como pertencente a sua fase lírica. A partir de *O Evangelho de Pan* (1917), entraria na fase parnasiana (Revista *Planalto*, n. 9, de 15.IX.1941, cf. capítulo IV).

> O jovem Cassiano, então com 20 anos, não se refere, nem sequer de passagem, a nenhuma figura próxima da família ou a seus amigos, não tendo incluído em seu livro de estréia nenhum poema de amor, nenhuma experiência erótica explícita. Os toques esparsos de misticismo não chegam a caracterizar um sentimento bem definido de religiosidade. Tampouco incorporou algum elemento das paisagens naturais de sua região, nem alusões a personagens do universo de experiências infantis e de primeira mocidade numa cidade do interior (MICELI, 2004:181).

Em um mundo melancólico, habitado por fadas e conchas saudosas, onde “a noite sonha”, “as flores desmaiam”, “o céu fulgura”, a fuga da realidade social por meio da poesia parnasiana de expressão panteísta parece surgir como a saída mais honrosa para uma sensibilidade que aparenta pouca abertura para uma escritura mundana de sua condição. A poesia, instância da beleza, minimamente também se relaciona de maneira direta com a vida.

Aliás, os poemas do primeiro livro de Cassiano, com suas sílfides, ondinas e sereias, mais parecem dialogar com o imaginário associado a uma mitologia nórdica e escandinava, às vezes cristã, do que propriamente com os mitos greco-romanos. De toda forma, “exilado do mundo” (1915:49), o poeta identifica-se e situa-se “dentro da noite”. Imagens relacionadas ao sombrio, à solidão e ao luto serão uma âncora freqüente nas poesias do autor, tributárias não só do parnasianismo como também do simbolismo.

> Concentrado em meu ser, longe dos homens, sinto
> a ilusória emoção, o indefinido anseio
> de procurar ouvir o segredo indistinto
> que a paisagem noturna esconde no seu seio...
> E há momentos de calma, em que eu pressinto,
> No silêncio das coisas naturais,
> ou no êxtase do meu recolhimento,
> neste contemplativo isolamento,
> a tristeza sem fim dos quedos vegetais... (1915:118)

1.2.2 *O Evangelho de Pan* e *Panoplia*

Em 1917, Cassiano Ricardo publicou *O Evangelho de Pan*, obra poética com a qual obteve sucesso.[97] Também em 1917, já exercia a profissão de jornalista, com algum prestígio.[98] Dividiria com o proprietário, Pedreira Duprat, nesse mesmo ano, a direção da elegante revista *Panoplia*, em São Paulo, adquirindo maior experiência nessa atividade.[99]

Em *O Evangelho de Pan* (1917), Cassiano Ricardo seguiu uma linha de aprofundamento de suas concepções poéticas panteístas e parnasianas. A começar pelo título, o autor já anuncia o caráter preceptivo e doutrinal da natureza na filosofia que adotará, ao mesmo tempo em que demonstra afirmar seu interesse e a importância que atribuirá aos mitos, agora preponderantemente ligados a um imaginário greco-romano, ao classicismo e ao parnasianismo. De outro lado, inquietações humanistas tomam o lugar de pano de fundo na poesia do autor, pois se percebe sua preocupação em formular e reafirmar uma orientação cosmológica naturista, em pleno contexto da Primeira Guerra Mundial.

Por meio da descrição de uma natureza generosa, em que estão associados, em alusão ao éden, amor, fertilidade e frutos, verificam-se metáforas que mobilizam variadas cores e materiais. Ao éden é também associado o louro, ou a cor dourada. Da mesma forma, aos vegetais são atribuídas metáforas de uma vida sexual ativa.

> desse mundo florido, em que aos beijos e aos estos
> da seiva, o pólen gera os pomos; o Éden louro
> em que o outono, em seu flavo escrínio, aos ventos lestos,
> derrama, do jardim da lenda, os frutos de ouro... (1917:8)

---

[97] Muitos são os autores que apresentam pareceres elogiosos ao livro de Cassiano Ricardo, dentre acadêmicos e não acadêmicos. Nas páginas finais de *Atalanta* (1923), Cassino reúne críticas de vários autores aos seus livros anteriores, dentre eles Augusto de Lima, Osório Duque Estrada, Medeiros e Albuquerque, Clovis Bevilaqua, Hermes Fontes e João do Rio, dentre outros. Esses autores estão atentos para os processos de deslocamento de sentido pelos quais passam os mitos quando tomados de um contexto e transportados a outro. Alguns enfatizam certas dimensões universalistas dessas criações mitológicas, validando os procedimentos poéticos de Cassiano Ricardo.

[98] Além disso, nasce o primeiro filho de Cassiano Ricardo, em outubro de 1917, homônimo do pai.

[99] É difícil imaginar como Cassiano conseguia conciliar os estudos na Universidade Livre de Direito no Rio de Janeiro com a direção de Panoplia, em São Paulo, em 1917. Provavelmente o autor trabalhava à distância ou o fato de ser um curso “livre” de direito possibilitava uma maior flexibilidade.

Dentre os mitos gregos, a “Lenda de Pan” é selecionada por Cassiano como fórmula poética, força omnímoda presente em todos os seres. Pan é o mito que personifica as forças naturais; é o deus das florestas e a expressão da terra, re-elaborado pelo autor joseense para exprimir o resgate de seus ideais, tanto humanos quanto poéticos. Na sua concepção, o homem compartilha da mesma unidade fundamental que anima todas as coisas. Homem e matéria seriam da mesma natureza. Daí a identificação do próprio autor com a terra, o mar, o céu...

A selva florida, ou o bosque sagrado, aparece como o templo do culto à vida, à natureza e ao seu deus Pan. “Ó Natureza, sois o excelso evangelho em que cultuo Pan!” (1917: 18). Assim como o homem contém, ao mesmo tempo, alma e matéria, fogo e treva, bem e mal, a árvore desempenhará, sob a pena de Cassiano Ricardo, o papel de mediador simbólico entre o céu e a terra. Homem e universo natural, sangue e seiva encontram analogias: o homem surge dividido em uma alma voltada para o céu e os pés descendo como raízes presas à terra.

> Homem, síntese viva, em que tudo se espelha
> sinto, dentro em meu ser, o resumo de tudo:
> na alma o fogo eu transmudo em divina centelha,
> num oceano de treva as lagrimas transmudo.
>
> O sangue, que as paixões acende e o ódio estimula,
> dentro em meu coração, em que a maldade humana
> blasfema, é o mesmo sangue ou fluido, que circula
> num tronco; é a seiva em flor, que as frondes engalana.
>
> Posto entre o céu e a Terra, invejo o áureo destino
> de uma árvore voltada à luz, que o azul encerra,
> pelo caule subindo a algum sonho divino,
> pela raiz descendo às entranhas da Terra... (1917:11)

Assim, o autor recria em versos a lenda grega do deus Pan, da Arcádia antiga, que é desenvolvida em diversos poemas no decorrer do livro. Pan é descrito como um fauno, entre o divino e o horrendo, com mãos e corpo de homem e patas de animal, envoltas em pêlo, com chifres de ouro cravados no crânio, a amedrontar os seres da floresta. Esse ser mítico permite

ao poeta a reflexão sobre os contrastes e, assim, novamente, sobre a mediação entre o céu e a terra, entre o divino e a matéria.[100]

> Dizia-se também que eram seus pés a imagem
> do universo inferior: os animais, as plantas,
> a Terra. E quem o visse, indômito, selvagem,
> caprípede, a correr, no bosque, sobre tantas
> escarpas, pelo vão das pedras, dentre as fur-
> nas, certo um deus o não cria (1917:17).

No poema "O ideal de Pan" (1917:21), o deus árcade persegue a ninfa *Syrinx*, que, ao ser alcançada pelo fauno, metamorfoseia-se em planta. Torturado pela perda de seu ideal amoroso, Pan corta a planta e faz dela uma flauta, que passa a tocar, produzindo a "música" da natureza.[101]

A flauta de Pan passa a chorar sobre a terra, nos sons da natureza, os bárbaros lamentos do deus. A dor e as lágrimas de Pan se espalham e transmudam em fontes e rios. A terra chora a morte do deus extinto e é também sacralizada pelo poeta.

Na seqüência, o livro celebra a terra, o mar e o céu, em diversos poemas, cujas imagens se associam aos temas: "Oásis Verde", "Éolo", "A Montanha", "Magnólia", "Nereida", "Coral", "Sereias", "Pérola", "Tarde", "Noite", "Estrela cadente", "Estrela D'Alva", "Hino ao Sol" etc.

Cassiano descreve a vida dos "seres" da floresta utilizando todos os seus recursos panteístas. O movimento do rio, no interior da selva, é expresso por meio de metáforas sentimentais: suas águas são comparadas a lágrimas, que descem sussurrando até palpitarem pelo sertão bravio. Os minerais, os vegetais e os animais, que adquirem nos poemas vida e alma, são associados à faculdade de amar. O contraste entre o céu e a terra, o amor e a impossibilidade (ilusão) são uma constante nos poemas. É o que se constata, por exemplo, no

---

[100] Pan é o filho de Hermes (Mercúrio) e da ninfa Dríope. Além de personificar o deus dos rebanhos e da natureza, o prefixo pan entra na composição de muitas palavras, exprimindo a idéia de "tudo", "universal". Segundo Cândido Motta Filho, no discurso de sua recepção à Academia Paulista de Letras, Pan "é a divindade nascida na argila informe e que assim solidariza o Céu com a Terra" (MOTTA FILHO, 1936: 29).

[101] Representações do fauno serão esculpidas por Victor Brecheret, no início da década de 1940. Uma das versões, em granito, que expõe os pés animalescos do deus emergindo da terra, foi alocada no parque Tenente Siqueira Campos (Trianon), na cidade de São Paulo. "A peça é um exemplar em torno de um tema que, pela associação sensual e bucólica que sugere, se torna predileto do escultor, reaparecendo no vocabulário de suas obras desde 1910" (PECCININI, 2004:135). A imagem esculpida por Brecheret do deus que emerge do solo, pode ser interpretada como uma referência à discussão sobre o problema da autoctonia, ao representar um ser com os pés imersos na argila.

monólogo da rã, prisioneira entre o amor de uma estrela e um coração mergulhado na lama, situação que a coloca numa posição irreconciliável entre o ideal e o real (1917:115).

Um dado a assinalar em *O Evangelho de Pan* é o conjunto formado pelas epígrafes do livro, que parecem ter sido selecionadas a dedo por Cassiano.[102] Um longo trecho de Victor Hugo (*Le Satyre*) abre *O Evangelho*. A seção "Terra" (1917:53) é também aberta por um pequeno trecho de *Le Satyre*, seguido de perto por um pequeno extrato de exaltação da natureza e da terra florida.

> O dieux! l'arbre est sacré, l'animal est sacré,
> l' homme est sacré; respect á la terre profonde!

Novamente, a seção "Mar" é aberta com a epígrafe de celebração da terra, do oceano e da natureza, "... Terra florida, verde oceano! ó natureza, sois o meu Evangelho!" (1917:131), assim como a seção "Céu", que se inicia pela exaltação dos astros e fenômenos celestes, associados à luz, ao branco, à prata e ao ouro.[103]

Na metade do livro, Cassiano Ricardo já havia destacado um trecho de seu próprio poema "A Lenda de Pan", que figura isolado (como epígrafe) e sugere uma concepção hierárquica inserida na própria natureza por meio da representação do corpo do Deus Pan, presente no pensamento do autor.

> ... eram seus pés a imagem
> do universo inferior: os animais, as plantas,
> a Terra. (1917:83)[104]

Com o mesmo prefixo "pan", a revista *Panoplia* (pan = tudo, todos; e plio = mais numeroso, em maior número) começou a circular em junho de 1917, como "Mensário de Arte,

[102] O *Evangelho de Pan* é dedicado ao Dr. Eduardo Guimarães, fundador e reitor da Universidade de S. Paulo, como foi visto. Mais uma vez são muitos os homenageados no livro, em grande parte, colaboradores de *Panoplia*. Nenhuma mulher foi incluída na lista. São eles: Wenceslau de Queiroz, Julio Ruas, André Carrazoni, Octavio de Alencastre, Francisco de Souza Carvalho, João Pedreira Duprat (proprietário de *Panoplia*), Dr. César Netto, Fabio Luz, Antunes Vianna, Aristêo Seixas, Gustavo Teixeira, Paulo Labarthe, Alfredo de Assis, Licinio Machado, Theodoro Mascarenhas, Raymundo Reis, Dr. Adalberto Garcia, Rangel do Amaral, Dr. Armando Prado e Dr. Mario Galvão.

[103] A seção "Céu" é dedicada ao Dr. Armando Prado.

[104] O trecho é dedicado a João Pedreira Duprat, que dirigirá a revista *Panoplia* em parceria com Cassiano.

Sciência e Literatura". Fazendo jus ao significado da palavra "panóplia"[105], a apresentação da capa da revista foi feita inicialmente com a estampa de um escudo e um elmo, ou seja, com a parte superior de uma armadura de cavalheiro da Idade Média e duas penas cruzadas no plano posterior, com motivos decorativos florais em estilo *art-nouveau*, logo abaixo, em torno do sumário de cada número localizado na própria capa. Esse tipo de símbolo aponta, provavelmente, para a pesquisa incipiente de uma identidade artística, que procura, pelo menos do ponto de vista formal, reunir todas as vertentes literárias de São Paulo[106].

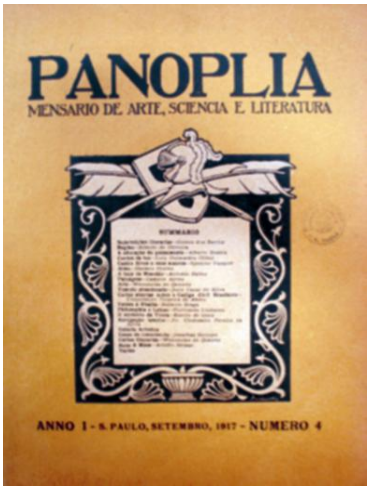


Figura 6: Capa da revista *Panoplia*, ano I, n. 4, setembro de 1917. Exemplar pertencente ao acervo da Biblioteca Mario de Andrade.

Em uma espécie de editorial de abertura, no número 1 ficam expressos os objetivos da revista, de independência e desejo de reunir e contar com a colaboração de todos os grupos cultos da capital, sem considerar tendências divergentes.

> Esta revista não se filia, outrossim, a nenhum dos grupos literários ou simplesmente jornalísticos, que porventura existam no Estado de S. Paulo, máxime nesta capital. Quer a todos, em geral; a todos aprecia, acata e respeita na medida dos seus merecimentos, e não se põe, todavia, ao serviço submisso de nenhum deles. "Panoplia" compõe-se, imprime-se e,

[105] Panóplia [Do gr. *Panoplia*] 1. Armadura de cavaleiro da Idade Média.2. Escudo no qual se põem diferentes armas e com que se adornam paredes. 3. Troféu. 4. Casa de Armas. 5. Obra que versa sobre armaduras antigas. (Cf. dicionário Aurélio).

[106] Não é difícil deduzir, nesse contexto, no qual o regionalismo e o parnasianismo despontam como duas das principais linhas literárias, que a proposta de uma "panóplia" remeta à heráldica, relacionada por sua vez, à origem dos brasões e das famílias e, por extensão, ao tema da identidade histórica, por meio da criação literária. Não é o caso de aprofundar a discussão sobre o tema neste trabalho, mas de chamar a atenção para o fato de que a

> ao depois, circula para agradar ao público, como repositório, do que ela de melhor puder colher nos três ramos intelectuais de que cogita. E, no desempenho dessa tarefa, não medirá sacrifícios, nem desperdiçará suas forças em selecionar inteligências de determinada grei, nem malbaratará tampouco o tempo em tecer loas e cantar hossanas aos que, no pináculo arenoso do seu orgulho, se julgam em plano inatingível. Para "Panoplia", entre os que merecem ser considerados acima da poeira terrena da mediocridade, não existe o *maior*; existem apenas inteligências superiores e espíritos solidamente cultos, para quem, sem os preâmbulos que os de real valor dispensam, ela franqueia desde já gostosamente as suas páginas. (n. 1, p.1-2).

Agrupados nos três domínios que a revista pretendia abranger, surgem na última página os nomes dos muitos colaboradores que a revista conseguiu agregar (número crescente no decorrer da seqüência das publicações), muitos dos quais tinham o privilégio de ter a fotografia publicada após a crônica ou o artigo de sua autoria.[107] Além disso, *Panoplia* se prestava a apresentar retratos de membros destacados da elite paulistana (freqüentemente na seção "Homenagem de Panoplia"), incluindo fotografias de moças de famílias prestigiosas, assim como de certas personalidades do interior do Estado.

Figura 7: Retratos de elite veiculados em *Panoplia.*

1- Homenagem de *Panoplia:* Dr. Eduardo Guimarães, Digníssimo Reitor da Universidade de S. Paulo (n. 2, julho de 1917).
2- Vida Social Senhorita Esther Reichert, gentilíssima filha do Sr. Dr. Theodoro Reichert, ilustre advogado do nosso foro (n. 2, julho de 1917).

Acervo da Biblioteca Mario de Andrade.

---

questão da identidade estava colocada no plano simbólico nesses termos para Cassiano Ricardo, na direção da revista. A revista opta, pelo menos do ponto de vista do discurso formal, por reunir e harmonizar todos os grupos literários.

[107] No número 3, por exemplo, o barão de Duprat, Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, tem a sua fotografia estampada.

Aliás, a primeira página do número 1 abre a série de exibições das figuras de elite com a fotografia de duas filhas de Campos Salles, netas de Bernardino de Campos, conforme assinala a legenda. No mesmo número, é também homenageado Dr. Altino Arantes, "Digníssimo Presidente do Estado".[108] Além de várias páginas com essas fotografias das personalidades de relevo, artistas, acadêmicos e poetas parnasianos, como Olavo Bilac e Alberto de Oliveira, têm igualmente veiculados os seus retratos, acompanhados ou não de suas biografias ou comentários de obras.

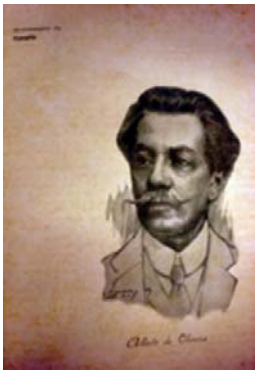


Figura 8: Homenagem de *Panoplia* ao poeta Alberto de Oliveira (n. 5, outubro de 1917).

Acervo da Biblioteca Mario de Andrade.

Cassiano tinha também em *Panoplia* um espaço para publicação de seus próprios poemas, muitas vezes, acompanhados de seus expressivos desenhos. Seu estilo parnasiano e sua predileção pelas formas ideais e bem acabadas ficam expressas nas escolhas da revista em seus números iniciais. Está explícita também a admiração do poeta joseense pelas referências consideradas cultas e eruditas, e a importância por ele atribuída ao discurso cientificista na época.[109] Esses parâmetros, que orientavam a feitura da revista sob sua direção, acabam por revelar a irrelevância de certa realidade social brasileira não só para o autor como também para grande parte dos membros da elite letrada na época.

No número 5, sai também publicada uma comunicação do presidente da República, Wenceslau Braz, logo abaixo de sua fotografia, em torno da entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial. O presidente apela aos cidadãos para que, em momento tão

[108] Altino Arantes presidiu o estado de 1916 a 1920.

[109] Escritores românticos, como Castro Alves e José de Alencar, têm suas biografias e obras estudadas, por Spencer Vampré e Arthur Motta. Spencer Vampré (1888-1964), advogado, jornalista e jurista que, em 1917, ingressou na Faculdade de Direito como professor substituto de Filosofia e Direito Romano, tornando-se catedrático em 1925. Foi também membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e da Academia

delicado, reduzam gastos e intensifiquem a produção. Assim, a Revista era imbuída do caráter oficial de utilidade pública e social.[110]

Figura 9: Ilustrações de Cassiano Ricardo para *Panoplia.*

"A Noite", em azul (n. 1, junho de 1917) e "Alva", em verde (n. 2, julho de 1917). São figuras femininas associadas aos fenômenos da natureza. Acervo da Biblioteca Mario de Andrade.

No número 2, Gomes dos Santos, principal redator no primeiro ano da revista, relembra a sua participação e o surgimento da *Revista Nova*, em Portugal, por volta de 1900, expressão das novas reivindicações literárias na virada do século. O jornalista compara os objetivos e ideais de *Nova* com os de *Panoplia*, a seu ver, menos imbuída de anseios de transformação.

> A *Panoplia*, como a maior parte das revistas de hoje, corresponde a outras preocupações. A geração atual é mais serena e mais construtiva; tem residência na Torre de Marfim e não desce à rua a envolver-se nas paixões do século. Faz arte, mas não faz sistemas. É de índole branda e, ao mesmo

Paulista de Letras. Arthur Motta era advogado. No campo das letras, dedicou-se à área de história literária. Em 1929, Motta assumirá o cargo de primeiro secretário da APL.

[110] Armando Prado colabora nessa fase em alguns números de *Panoplia*, com seus escritos do livro *Sem Rei, Nem Roque*, ainda inéditos na época. *Panoplia* apresenta artigos de tão variados escopos e estilos que, por vezes, lembra os almanaques, comuns em São Paulo na segunda metade do século XIX. Análises em torno do Código Civil Brasileiro misturam-se a crônicas do cotidiano e cenas da vida social da elite paulistana, com descrições de espaços e costumes urbanos. Na página 68 (n. 2) há um artigo intitulado "Tradições e reminiscências paulistanas", de Afonso de Freitas, que versa sobre os costumes e terminologias raciais paulistanas na segunda metade do século XIX: "[...] em qualquer das classes sociais paulistanas, *rapaz* e *rapariga*, eram invariavelmente filhos de negro, bem como em *menino* ou *menina*, *moço* ou *moça*, presumia-se sempre o pigmento branco, pouco importando se em dose variável. Indiferente à coloração da pele era o termo *moleque*, indistintamente aplicado a branco, preto e mulato. Em compensação, *garotos* nunca existiram em S. Paulo, não havendo, portanto, em nossa boa terra, notícia das chamadas – *maltas*" (Grifos do autor). A seção "Momento Literário" tinha por função apresentar pequenos informes sobre as últimas novidades sobre os autores e o mundo das letras na cidade.

> tempo, de processos vigorosos. Desassociou-se das realidades, para se ligar mais intimamente à perfeição. Quase perdeu de vista o mundo e o objetivo de sua aspiração para a beleza radiosa. O equilíbrio social da época permite-lhe cultivar a idéia pura, sem que a perturbem os ecos das paixões políticas (n. 2, jul. 1917, p.48).

Cassiano Ricardo permanece no cargo de diretor da revista por pouco tempo. No final de 1917, os dois últimos números da revista saem condensados em um só exemplar e sob a direção unicamente de Pedreira Duprat. Nas páginas finais, *Panoplia* comunica ao público a saída da direção da revista "do jovem poeta do *Evangelho de Pan*", ao mesmo tempo em que anuncia a remodelação do periódico com a entrada de uma nova diretoria, formada pelos "nomes aureolados" de Homero Prates, Guilherme de Almeida e Di Cavalcanti, o último incumbido da parte artística na próxima fase. *Panoplia* promete promover em seu novo momento o mesmo "triunfo com que foi recebido o primeiro pelos espíritos cultos e superiores de nossa terra" (n. 6 e n. 7, de dez. 1917).

A partir do segundo ano (janeiro de 1918), a revista torna-se um mensário de arte e literatura somente. De fato, modifica-se e passa por um processo de modernização. Mas a qualidade da publicação cai um pouco e, na prática, deixa de ser mensal. A estampa da nova capa se inspira na anterior, surgindo com um outro desenho de elmo e um grande número de armas que se cruzam em diagonal, tendo na parte central o sumário.

A nova diretoria procura a modernização por meio da modificação do conteúdo da revista e da proposição de novos temas. A começar pelo editorial de Homero Prates no primeiro número da nova fase. Com o título "Arte regional", procura discutir a relação entre nacionalismo e universalismo em arte. É fácil, porém, perceber que a discussão do autor permanece engessada em certas concepções idealistas sobre arte, demonstradas ao argumentar sobre os limites de uma prática artística que se alimente unicamente de motivos regionais ou brasileiros.

> Precisamos criar as nossas letras, proclamam, a nossa independência artística, como se um país – maravilhoso não há dúvida – mas ainda em formação e composto na sua quase totalidade de analfabetos, pudesse inventar, do dia para a noite, uma entidade espiritual (consciência, personalidade moral ou que melhor nome tenha).

> Antes de tudo, é necessário que se saiba que a Arte é e sempre foi uma preocupação de iniciados, uma recreação de eleitos. Existe como existe o azul, as árvores, as estrelas e todas as coisas belas diante das quais passa indiferente o comum dos humanos. A arte é precisamente o lado nobre da vida, a face luminosa da existência e é natural que tudo que é inferior e medíocre, numa palavra, vulgar, está por isso mesmo, fora dos seus domínios, do seu âmbito de atividade e de sonho (Ano II, n. 1, jan. 1918, p. 1-2).

Os poemas de Guilherme de Almeida e as ilustrações de Di Cavalcanti passam a ocupar várias páginas nessa segunda fase. Artigos sobre Rodin, Serge Milliet e o pintor Rocco ilustram também as pretensões modernistas da nova direção, de colocar o público em dia com os interesses artísticos europeus do momento. Uma nova seção que exibe as residências paulistas, é também inaugurada no segundo ano da revista, que vai-se transformar, enfim, em um periódico de variedades.[111]

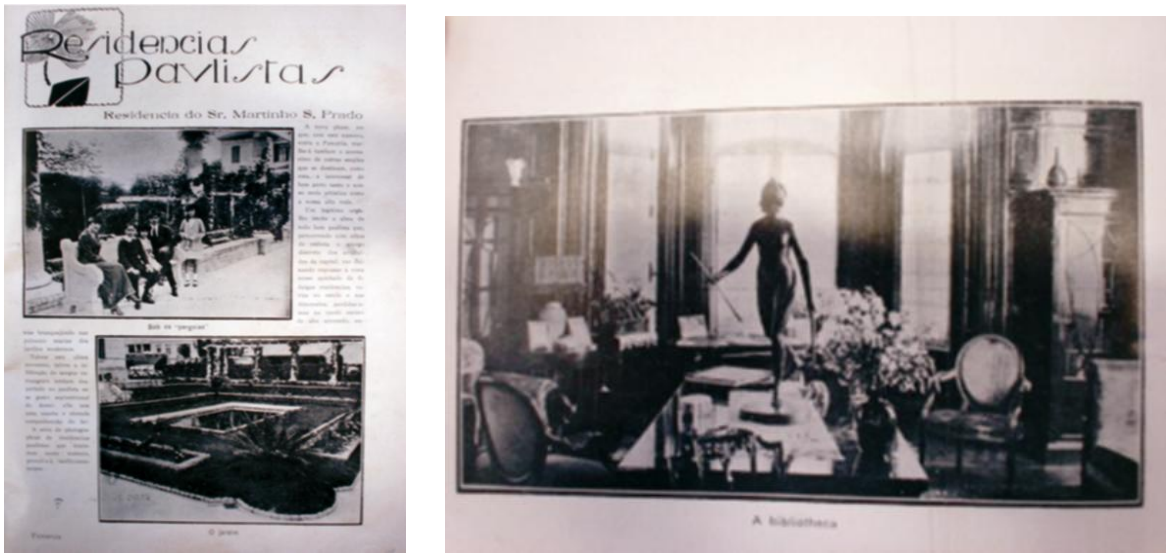


Figura 10: Residências Paulistas exibidas em *Panoplia.*

Residência do Sr. Martinho Prado, com a biblioteca no detalhe: uma estátua da deusa Diana habita o ambiente (Ano II, n. 1, jan. 1918). Exemplar pertencente ao acervo da Biblioteca Mario de Andrade.

Menotti Del Picchia, despontando no cenário paulistano como escritor de destaque, passa também a colaborar em *Panoplia*, com publicação de seus poemas e

[111] A primeira "fidalga residência" exibida é a do Sr. Martinho Prado, com suas salas, salões e biblioteca. No segundo número, aparece a Vila Kyrial, de propriedade do deputado José de Freitas Valle.

participação no noticiário.[112] Nessa fase, Menotti assumirá o lugar de cronista prestigioso e aberto às modernas inovações, filho do dinamismo urbano próprio de uma metrópole em franca efervescência cultural.

Paralelamente às atividades jornalísticas, Cassiano Ricardo tentaria nesse período a carreira de advogado em São José e São Paulo. No entanto, as dificuldades iniciais fizeram com que acabasse se instalando em uma cidade menor. Em 1918, estimulado por seu cunhado gaúcho, Arthur Caetano, estabelece-se no sul, com o objetivo de exercer a profissão de advogado, acompanhado pelos pais, pela mulher e o filho, fixando residência na cidade de Vacaria.[113] Em 1920, o pai adoece, sendo levado por Cassiano para Serra Negra, em São Paulo, mas falece naquele ano.

1.2.3 *Jardim das Hespérides e A Mentirosa de Olhos Verdes*

Ainda durante o período que residiu no sul, Cassiano parece ter trabalhado em dois livros de poemas. *Jardim das Hespérides* (1920) contém alguns poemas de *Dentro da Noite* (1915), a maior parte dos poemas de *Evangelho de Pan* e outro tanto de inéditos. Nota-se também nessa obra um certo "excesso" de epígrafes, demonstração da preocupação constante do autor em identificar a base filosófica de seu pensamento poético panteísta.

Cassiano Ricardo abre seu segundo livro com uma epígrafe da obra *Visão dos Tempos*, de Theophilo Braga, sobre um anacoreta velho que, ao voltar para sua gruta, exalta a condição privilegiada da natureza como "evangelho", ou seja, como manancial de preceitos e de ensinamentos.[114]

---

[112] No final de 1918, *Panoplia* é vendida. A qualidade da publicação cai mais ainda nessa terceira fase, que passa a ter como subtítulo "Magazine Mensal Ilustrado". A revista se mantém, entretanto, como um espaço alternativo para os mundos artístico e literário veicularem suas informações e divulgarem as últimas novidades. Uma seção sobre cinema é incorporada, além de flagrantes do mundo político e de eventos sociais ocorridos na capital paulista. No ano seguinte, Menotti Del Picchia continuaria a contribuir com poemas para a revista, que, de outro lado, sintetizava e fazia a propaganda da segunda edição de *Juca Mulato* (1919), com prefácio de Júlio Dantas.

[113] "Havia me tornado amigo de Arthur na Universidade, e seu admirador por uma atitude que ele assumiu no *Correio Paulistano*, a cujo diretor, Carlos de Campos, se apresentara como recomendado de Rui Barbosa" (RICARDO, 1970: 9). Arthur Caetano dirigiu, inicialmente, o movimento revolucionário de 1923, no Rio Grande do Sul, contra a ditadura de Borges de Medeiros. Vale lembrar que Getúlio Vargas, como deputado do mesmo partido, apoiava Medeiros na época.

[114] É bom ressaltar que Theophilo Braga, além de poeta da chamada "Escola coimbrã do parnaso", é um teórico literário português bastante influenciado por H. Taine, que vê a literatura como expressão dos organismos sociais vivos, influenciada pelo meio, raça e momento. Braga, em sua leitura positivista da literatura, considera como elementos literários dinâmicos as criações espontâneas e a presença dos escritores de gênios. A raça, a tradição, a língua e a nacionalidade são considerados elementos estáticos. Braga considera ainda existir uma dependência

"É para mim um livro a Natureza
Que de todos os outros me dispensa" (1920:3).[115]

A concepção poética de Cassiano Ricardo torna-se clara no conjunto da obra. Em sua percepção, toda a matéria parece portadora de uma determinada forma de consciência, a terra é considerada mãe comum de todos os seres e o autor concebe o homem como uma síntese do universo. Por outro lado, uma forma fetichista de consciência é associada ao homem primitivo.

Compreendi que tudo quanto existe
tem consciência dum íntimo destino.
a matéria não é passiva e inerte,
como os cegos filósofos declamam;
não tem a bruta irracionalidade,
que lhe atribuem pecos moralistas.
Quando vivia o homem inconsciente,
nessa mudez da primitiva graça,
ele adorou os animais, as plantas,

---

necessária entre atividade intelectual e meio social. Os gênios, para ele, são aqueles que conseguem representar uma civilização em sua profundidade, assentada sobre bases étnicas e tradicionais. *Visão dos Tempos* Epopéia da humanidade (1894) é uma obra em quatro volumes que contém toda a produção poética do autor de 1864 a 1894. São os seguintes os tomos: I. Ciclo da Fatalidade; II. Ciclo da Luta; III. Segundo Ciclo da Luta; IV. Ciclo da Liberdade. Inspirado no pensamento de Augusto Comte, os quatro ciclos respectivamente corresponderiam, do ponto de vista poético: ao período inicial e "ante-histórico" da humanidade, quando a espécie não conheceria a imutabilidade das leis naturais; ao período de universalismo helênico e romano; ao terceiro período do regime católico-feudal; e, por último, à dissolução do regime católico-feudal, com o surgimento do Estado Moderno. Afirma o autor: "A epopéia da humanidade, não tem somente por fim o consagrar todas as civilizações do passado, conciliando-as na obra da solidariedade que produziram; não visa proclamar o triunfo do presente, pela supremacia da razão sobre as forças da matéria, pela liberdade sobre o prestígio da tradição; compete-lhe dar corpo, universalizar a esplêndida Utopia do futuro, a que Augusto Comte chamou a idade normal, e que Herder estabelece com um vigoroso argumento de dedução. 'Se lançarmos um olhar para trás, se notarmos que todos os seres inferiores parecem dirigir-se para a forma humana; que, de mais a mais, não achamos no homem senão o primeiro gérmen apenas esboçado do que ele deve ser no seu destino real, é então necessário convir que o homem, seja por que modo ou por que via for, deve elevar-se a um destino mais alto, ou então, que toda a conexão ou plano da natureza, não passam de sonho e engano'. Se o homem se separou da animalidade, a que está ligado morfologicamente, as forças que o transformaram subsistem, e sob a ação d'elas, é hoje apenas o esboço do organismo superior que realizará a existência normal, afetiva, especulativa e prática, tanto individual como coletiva" (1894:XXI).

[115] Na seção "A Lenda de Pan", repete-se a longa epígrafe de abertura do *Evangelho de Pan*, de Victor Hugo, seguida por outro trecho de Theóphilo Braga, localizado também na obra *Visão dos Tempos*, que associa poesia popular e primitivismo.

O princípio de Grimm, que não há mentira na poesia
do povo é a luz que faz compreender melhor

fez de tudo miríficos Fetiches. (1920: 87)

Em “Oração à Pedra”, Cassiano expressa a sua admiração pelo “sofrimento” silencioso da pedra, numa comunhão que irmana ambos, já que o poeta anseia o dia da sua transmutação em poeira.

Sofres, como a alma sofre, e conténs o teu grito;
não como eu, que derramo, em ais o sofrimento,
sobre as negras paixões deste mundo maldito [...] (1920:68).

Com o poema “Homo Sapiens”, o autor imagina uma cadeia evolutiva, iniciada por Pan, mas que acabaria por alcançar o mito de Édipo. De forma análoga a Pan, que corria atrás das ondinas ou dríadas, o *homo sapiens* correria atrás da glória, assim como Édipo buscaria um ideal enganoso, atrás de terras inexistentes.

A seção “Microcosmo” tem também como motivo de abertura uma série de epígrafes, dentre elas: “És tudo: oceanos, rios e florestas” (1920:189), do parnasiano Olavo Bilac. *Jardim das Hespérides* contém ainda o poema “Atalanta”, nome que dará título ao seu próximo livro, a surgir em 1923, articulando a cadeia que formarão essas obras iniciais do autor na chamada “fase parnasiana”.

No período que transcorre em Vacaria, Cassiano Ricardo não abandona uma perspectiva parnasiana com traços de melancolia. A ambiência poética criada pelo autor permanece marcada por traços críticos e pessimistas com relação à existência, pelo menos do ponto de vista poético.

O autor abre *Atalanta, a Mentirosa de Olhos Verdes* (1923) com um poema sobre a luz da alvorada, cuja tônica, contudo, é a noite passada, a “ressurreição do que se foi depressa”, isto é, a lembrança da perda e do sofrimento de ontem.[116]

O jogo com as cores se acentua nessa obra em metáforas que buscam traduzir os fenômenos naturais, principalmente por meio de analogias em relação a processos relativos ao corpo. A passagem do período “noturno” para o amanhecer, por exemplo, é traduzida por

---

as concepções primitivas do homem. (1920:15)

[116] São três as epígrafes que abrem a obra: uma de Emerson, sobre a importância do pensamento grego, associado à natureza, à perfeição dos sentidos e à expansão espiritual e artística, considerado como “estado” (etapa no sentido evolucionista) pelo qual todos os homens passariam em determinado momento da vida; a segunda cita Ibsen, sobre a poesia assumida como direcionamento, mas não como moldura; e a terceira é de

meio de metáforas, como o “sangue que escorre” e “montanhas que surgem grisalhas”, em alusão ao embranquecer dos cabelos. Também uma certa dramaticidade em torno das cores é criada por meio de expressões como “cor de treva”, “monstruosa e negra”, “nódoas de sangue”, etc. A luz do dia comunga-se com o branco; o amarelo, o louro, o ouro, as chamas. À alvorada associam-se o vermelho e o sangue.

Figura 11: Desenho de Cassiano Ricardo para o poema de Amadeu Amaral em *Panoplia* (n. 1, junho de 1917).

A “Tarde” é representada como uma personagem feminina, na mesma linha de personificação dos fenômenos naturais, seguida pelo autor em seus poemas da fase parnasiana. Acervo da Biblioteca Mario de Andrade.

O autor lamenta o sentimento de tédio e de saudade a que se encontra condenado.

> Alba! noiva do sol, o teu rúbeo sorriso,
> qual de uma flor vermelha o botão indeciso,
> (Ah! eu não sei dizer toda a poesia deste
> pudor primaveral do oriente, róseo instante!)
> tem o virgem rubor do sangue, que bebeste
> nas feridas de luz da noite agonizante... (1923:11).

Schopenhauer. Diz o filósofo alemão citado por Cassiano Ricardo: “Se foi um Deus que criou o mundo, eu não queria ser esse Deus...”.

A própria natureza, por vezes dúbia, negra e ensolarada, criadora de um mundo glorioso e torpe, parece não satisfazer aos anseios de perfeição do poeta, que a descreve como ambígua e cheia de mistérios e expressa seu ímpeto de morte em diversos poemas.[117]

> Ó Natureza! são teu sonho aquelas rosas
> que sangram no verdor das redouças gloriosas.
> Sonho grego e divino! A Terra, com certeza,
> guarda o sangue do Olympo em taças de beleza!
> Pela negra razão de tudo quanto existe,
> pelo mundo abismado em chagas cancerosas,
> pela dúvida atroz em que o mundo consiste,
> pelos brancos rosais com que a vida apoteosas,
> ó Natureza! Tu, que és mãe e me traíste;
> tu, que és luto e esplendor, que és luxúria e avareza,
> que és glória e sofrimento, ó mãe bárbara e triste;
> pela negra razão de tudo quanto existe,
> dá que eu possa morrer um dia, ó Natureza!
> esquecido do mundo e de tanta torpeza,
> sob a palpitação destas frondes gloriosas,
> neste abismo vermelho e esplêndido de rosas! (1923: 26,27).

Na entrada de um bosque a visão misteriosa de uma loura de olhos verdes impressiona um andarilho, que se confunde com a própria figura do poeta. A loura desaparece, sem que ele possa alcançá-la. Em seguida vem o crepúsculo, com suas manchas de dor, e com a noite e as estrelas, a dúvida. O relâmpago ruge, a terra brame em cólera. O

[117] Muitas vezes, os poemas de Menotti e Cassiano parecem receber influência de reminiscências de versos famosos de Baudelaire em “Fleurs du mal”:

> “La nature est un temple où de vivants piliers
> Laissent parfois sortir de confuses paroles ;
> L’homme y passe à travers des forêts de symboles
> Qui l’observent avec des regards familiers.
>
> Comme de longs échos qui de loin se confondent
> Dans une ténébreuse et profonde unité,
> Vaste comme la nuit et comme la clarté,
> Les parfums, les couleurs et les sons se répondent ”.

poeta ferido, “a alma uivando de bruços” (1923:38), persiste em perseguir a ilusão, bate à porta de um velhinho, que decifra o enigma.

O destino do peregrino é comparado ao de uma árvore: quanto mais avança seu sonho em direção ao céu, mais suas raízes descem em direção à terra (1923:63). A morte surge na fala do velho como algo que não existe em verdade, pois seria proveniente do ilusório sentimento do “eu”.

> Vives como um reflexo: e morres, porque a vida
> não é tua! É da Terra. É de todas as cousas.
> É da flor que vermelha a corola incendiada (1923:65).

Toda busca por uma existência gloriosa seria, ela mesma, uma ilusão. Atalanta, metáfora da ilusão perseguida, mesma quando alcançada e vencida na corrida, ofereceria ao vencedor as mãos vazias, pois na vida o bem não alcançado seria a própria razão do viver.

> Foge, adiante de ti, ó encantada virtude,
> e quando na amplidão da vida a julgas perto,
> vês que o azul da distância os teus olhos ilude,
> vês que o teu coração continua deserto... (1923:68).

O poema “A dança das borboletas” é um desfile de metáforas com cores e pedras preciosas: purpurina, “rubis mais vivos que brasas”, safiras, folha amarela, chuva de ouro, topázio, chuva de tinta, desenho policrômico, arco-íris a dançar etc. Aqui, constata-se a importância atribuída por Cassiano Ricardo aos materiais, concepção cara ao estilo parnasiano.

> Começa a dança, corriqueira,
> Purpurina;
> vem a primeira bailarina,
> vem outra mais, outra vestida de amarelo,
> outra de branco, nívea loura buliçosa,
> e, no delírio, airoso e belo,
> baila mais outra como pétala de rosa... (1923:95)

No entanto, no fim da descrição do baile de borboletas a solução poética de Cassiano, como em tantos outros momentos, caminha para metáforas fúnebres, mediadas por imagens sangüíneas, associadas às tragédias.

> E, última borboleta
> enormemente preta,
> vem estoutra, por fim,
> rajada de carmim.
> Vem da noite, talvez,
> toda luto e viuvez.
> [...]
>
> Mas o bando gazil, fragílimo quedou-se,
> numa palpitação purpurina de brasas,
> como si o surpreendesse o sangue que ela trouxe
> borrifado nas asas... (1923: 97).

Toda busca por uma existência gloriosa seria uma ilusão. Atalanta, metáfora da ilusão perseguida, mesmo quando alcançada e vencida na corrida, ofereceria ao vencedor as mãos vazias, pois na vida o bem não alcançado seria a própria razão do viver.[118]

O autor retorna ao culto pagão da natureza e ao do deus Pan, internalizados nas vivências humanas. Assim como no pensamento de Menotti Del Picchia, flama e argila, alma e corpo tornam-se dois pólos inseparáveis da matéria, seja ela inorgânica ou orgânica.

> Lama e estrela, perfume e escória, fogo e argila,
> húmus, seiva, luxúria, espasmo, clorofila,
> tudo o que a natureza unigênita encerra,
> sonha em meu coração exilado da Terra (1923:123-126).

[118] Atalanta é descrita em Ovídio como uma donzela encantadoramente bela e veloz que vivia sozinha na floresta. Só se casaria com quem pudesse vencê-la numa corrida. Caso derrotado, o candidato ao casamento seria punido com a morte. Hipomenes, bisneto de Netuno, por ela se apaixona e decide enfrentá-la na competição, pedindo auxílio à deusa Vênus para o intento. Invocada pelo belo e corajoso jovem, Vênus o ensina a vencer Atalanta, arremessando maças de ouro pelo trajeto demarcado para a corrida. Atraída pela beleza dos frutos, Atalanta se atrasa e perde a competição. O vencedor recebe seu prêmio, porém esquece de prestar a Vênus as

Não por acaso Cassiano Ricardo constata em “A Voz das Cousas” existir um vozerio humano dentro da floresta, algo como a “poesia subterrânea da matéria...” (1923:127).

Nada resta ao viajante senão alimentar a esperança, fazer de cada ideal um fruto não merecido, mas que permita uma razão para a existência e embeleze a vida, função de todo sonho. O olhar pessimista e mórbido do autor, freqüentemente simbolista, que reúne o grandioso e o ínfimo como dimensões inseparáveis da vivência humana, é uma constante que acompanha, sem tréguas, o poeta de São José nesta fase. O jogo impressionista de cores é também um artifício poético permanente.

Como para Menotti Del Picchia, mentir, cantar, sorrir e pensar são os remédios poéticos para as traições e enganos, as desilusões, as ânsias de felicidade não satisfeitas; enfim, para a “noite” apavorante e a dúvida que “ensangüenta o horizonte da vida”. A fuga pela esperança é a chave para o cárcere da existência, o outro lado do passado sombrio que se abre para o futuro.

> Dentro da vida, tu serás a árvore presa
> pela raiz, com que agrilhoa a Natureza,
> livre a fronde, a cantar sobre a própria torpeza!
>
> Terás tudo! a ilusão, o esplendor da saúde.
> Mas, no horror do teu ser, cultiva esta virtude:
> não desencantes nunca o céu que ora te ilude (1923:140).

No final do livro, quando Cassiano apresenta as críticas publicadas sobre suas obras anteriores, Augusto de Lima esclarece sobre o significado do panteísmo em um poeta nascido nos trópicos, como Cassiano Ricardo.

> Para os gregos, Pan era uma existência real e pessoal a que o antropomorfismo emprestava as qualidades humanas. Para os modernos, desaparecida a fábula da figura humana, *Pan ficou sendo a Natureza na sua generalidade mais ampla*. De um ente real e pessoal passou a ser uma fórmula poética. O poeta do ‘Jardim das Hespérides’ pertence à segunda categoria dos cultores do helenismo. De *Hellade* aproveitou as fórmulas para

---

devidas ações de graça. Tomada de cólera, a deusa provoca no jovem um súbito desejo e o casal profana um templo sagrado. Ambos, como castigo, são transformados em leões.

> vazar em versos de ardor tropical, todo o seu panteísmo, não mitológico, mas vivo e animado de uma filosofia substancialmente naturista, sacudida e agitada pelas incertezas e paixões do nosso tempo. (in RICARDO, 1923: 151) (Grifo nosso.).

Na região Sul, enquanto se dedicava às atividades poéticas e amadurecia o repertório parnasiano revisitado, Cassiano Ricardo envolveu-se com o jornalismo e a política partidária, freqüentou residências de coronéis e assumiu certas alianças ao defender, como advogado, pessoas que se contrapunham politicamente ao general Firmino Paim, partidário de Borges de Medeiros, a quem Cassiano faria também oposição ostensiva por meio do jornal *Pátria*, que dirigia ao lado de seu amigo André Carrazoni, gaúcho e maragato, com quem travara contato quando estudante de direito.[119]

Entre "maragatos" e "pica-paus", apoiou os ideais políticos dos primeiros. Nessa época, apoiou também e tornou-se amigo de Assis Brasil, o candidato que se opunha à ditadura "borgista", havia vinte e cinco anos no poder.[120] Temendo represália e aconselhado por companheiros, seu retorno para a capital paulista deu-se quando se iniciou a revolução no Rio Grande do Sul contra Medeiros.

Cassiano recordará mais tarde a "luta áspera" que travara no sul a "duras penas". Por duas vezes fora quase assassinado pelos opositores políticos.[121]

> Não sendo político-partidário, sempre fui um participante, como há pouco disse, de ideais políticos. [...]
>
> O certo, porém, é que esse idealismo besta sempre me perseguiu. Podia eu viver muito bem no Rio Grande, já que era estimado e lá deixei depois grandes amigos, corajosos, acolhedores e leais, mesmo entre os borgistas. Não há brasileiro de coração mais aberto que o gaúcho. Pra quê e por que (auto-critico-me agora) fui mexer com os pica-paus? (Revista *Manchete*, 17 de junho de 1967).

---

[119] Cf. RICARDO, 1970:13-16.

[120] Assis Brasil foi um dos fundadores do Partido Republicano Rio-grandense. Com uma vasta experiência em lutas políticas, participou, em 1923, do movimento armado no RS, que teve fim com a assinatura do Tratado de Pedras Altas. No movimento de 1930, apoiou Getúlio Vargas e fez parte do Governo Provisório, como ministro da Agricultura, mas depois renunciou ao cargo.

[121] O envolvimento de Cassiano Ricardo com a crítica político-social parece datar do início de sua carreira jornalística em São José dos Campos, pois em suas memórias afirma que quando fundou *Quatro Paus* acabou atingindo "certas figuras" da cidade.

O poeta nascido em São José dos Campos faleceu em 14 de janeiro de 1974. Na "Sessão de saudade dedicada à memória do acadêmico Cassiano Ricardo", promovida pela Academia Brasileira de Letras, dentre vários nomes que discursaram em pesar por seu falecimento, um merece ser, desde já, destacado: Aurélio Buarque de Holanda. O depoimento do conhecido lexicógrafo brasileiro é importante por reavivar o aspecto panteísta da obra de Cassiano Ricardo, em sua relação com o que ele denominará "panteísmo étnico", por sua vez, correlacionado com a concepção de democracia racial que o poeta desenvolverá alguns anos depois, já na década de 1930. Afirma o filólogo:

> Pois bem, há traços muito curiosos em Cassiano. Eu observaria na sua poesia três fenômenos que eu caracterizo com três palavras talvez criadas por mim mas em cuja criação não existe maior mérito. Eu diria que ele foi um poeta pancrônico, porque todas as épocas, todas as idades figuram na sua poesia, desde a Antigüidade, sua presença constante em a "A Frauta de Pã". [...]
>
> Nos seus cinqüenta e tantos anos de poesia, de fazimento de poesia, nos seus cinqüenta e tantos anos de fazer poético, Cassiano passa por todas essas experiências e, revelando-se o poeta pancrônico, ele será ao mesmo tempo um poeta – digamos – pan-étnico, porque todas as raças, todas as etnias estão presentes em seus versos.
>
> São traços curiosos esses que estou apontando e creio que não estarão errados. É um poeta ecumênico. Poucos haverá no mundo com tanta amplitude de território. É o latifundiário do livro. [...]
>
> Mas, ao mesmo tempo assinalo outro fato que indicarei por outra palavra também modestamente criada por mim, um pantomismo. Todas as terras, todos os lugares estão presentes na poesia de Cassiano. Desde São Paulo – "São Paulo Municipal", aquele poema de São José dos Campos e São Paulo como Estado. Foi um paulista admirável, de grande patriotismo. Mas o Brasil, a Ásia, todos os continentes, todas as terras o interessavam [122] (Grifo nosso).

De fato, "todas as raças" estarão presentes na poesia da fase nacionalista de Cassiano Ricardo, após 1924, quando o autor vai definir sua pesquisa em prol da busca de uma identidade nacional.

---

[122] *Revista da Academia Brasileira de Letras*, v. 127, jan./jun. 1974, p. 18-19.

No caso desse autor, o panteísmo praticado em virtude de seu ofício de poeta é certamente um dos substratos fundamentais, sem o qual não se compreenderão as bases profundas em seu pensamento do ideário integrador da diversidade racial, ancorado também em uma prática poética de procura da beleza e da harmonia desde a sua infância, que permanecerá presente em seus escritos no decorrer de toda sua carreira de escritor e jornalista, cujo desenvolvimento conheceremos nos capítulos seguintes. Por meio do panteísmo, o autor estabelecerá conexões e analogias entre o mundo natural e o universo social brasileiro, de acordo com suas percepções. Esse conjunto de correlações se constituirá como um dos eixos principais da interpretação que Cassiano Ricardo apresentará sobre a formação racial brasileira, posteriormente conectada pelo autor a um projeto de nação.

2 UM NOVO PROJETO NACIONALISTA: ENTRE O IDEALISMO E O REALISMO

> *Surgiu a antropofagia que, depois, projetada no campo social, surgiu como ideologia política de esquerda. Já em moda no tempo. O verde-amarelo evoluiu para a direita. E nós, com Cassiano Ricardo, entre outros, marchamos para o centro, com o movimento político da "Bandeira", a pleitear, no Brasil, uma democracia orgânica que garantisse todas as liberdades, uma democracia que realizasse a justiça social, uma democracia contrária ao liberalismo amorfo incapaz de conter as forças sociais dentro da ordem e da disciplina. Aí é que estava o grande pensamento político da Semana de Arte Moderna. Era um nacionalismo absolutamente pragmático.* (Menotti Del Picchia, em debate na Câmara dos Deputados com Plínio Salgado, em 22 de fevereiro de 1962).

2.1 *Novíssima*

Ao contrário de Menotti Del Picchia, durante a Semana de Arte Moderna de 1922, Cassiano Ricardo ainda não havia se instalado na capital paulista. Após sua passagem pelo Sul, e já de volta a São Paulo, segundo as memórias do próprio Cassiano, o autor estabelece-se como advogado, em parceria com Francisco Pati, e entra também para a redação do jornal governista *Correio Paulistano*, onde passa a atuar como jornalista, até 1930, ano em que o jornal seria fechado pelos revolucionários.[123] No *Correio Paulistano* já trabalhavam seu cunhado Arthur Caetano, além de seus futuros companheiros do grupo Verde-amarelo, Menotti Del Picchia, Cândido Motta Filho e Plínio Salgado.[124]

---

[123] (Cf. RICARDO, 1970:33-35) Francisco Pati nasceu no interior de São Paulo, na cidade de Amparo. Desenvolveu uma longa carreira de escritor e jornalista na capital. Na década de 1920, tornou-se também redator do jornal *Folha da Noite*. Foi eleito para a Academia Paulista de Letras em 1941.

[124] Cândido Motta Filho integrou o grupo do movimento modernista desde o período que antecedeu a Semana de 1922. Era filho de um jurista envolvido com o partido perrepista. Formou-se em direito em 1918 e exerceu, principalmente, atividades ligadas ao Poder Judiciário e ao jornalismo. Na literatura, centrou seus trabalhos na área de crítica literária. Além de redator e, posteriormente, redator-chefe do *Correio Paulistano*, foi diretor, no final da década de 1920, do *São Paulo Jornal*, empastelado com a Revolução de 1930. Na década de 1930, trabalhou para os *Diários Associados*, de Assis Chateaubriand. Plínio Salgado, por sua vez, tornou-se escritor e jornalista sem realizar curso superior. Talvez seja o autor do grupo à enfrentar maiores dificuldades financeiras, por ter perdido o pai aos 16 anos. Nasceu no interior de SP, em São Bento do Sapucaí. Foi colega de Menotti e de Guilherme de Almeida

Nessa época, em 1923, o Movimento Modernista já estava em andamento. No final daquele mesmo ano, Cassiano Ricardo funda a revista *Novíssima*, também em parceria com Francisco Pati e José Lannes – mais um advogado que também trabalhava como jornalista no jornal do PRP –, o que permitirá o trânsito desses escritores entre diversas correntes literárias da época.[125] A revista terminará por desempenhar papel fundamental para a história do movimento nos anos seguintes, apesar de Cassiano resistir inicialmente às idéias modernistas.[126]

Segundo Menotti Del Picchia, ele conheceu pessoalmente Cassiano exatamente quando o poeta de São José dos Campos dirigia a *Novíssima*, revista literária com a qual ele e outros modernistas colaborariam. A partir de então, Menotti e Cassiano considerar-se-iam amigos inseparáveis (DEL PICCHIA, 1932:29; RICARDO, 1970: 33,138)[127].

Menotti Del Picchia e Plínio Salgado já haviam ficado amigos anos antes, após a conciliação entre os dois em virtude dos conflitos em torno de suas diferentes posturas literárias. Na época, Menotti defendia inovações na literatura e criticou em sua coluna a obra

---

no curso ginasial em Pouso Alegre. Trabalhou como professor e agrimensor e fez política interiorana. Desde jovem, iniciou a colaboração em jornais, até ser convidado por Nuto Santana, orientador da seção literária do *Correio Paulistano*, para trabalhar na Capital, inicialmente como revisor. O outro integrante do grupo, freqüentemente citado, Alfredo Ellis Júnior, tem uma trajetória com muitos pontos em comum com Menotti Del Picchia, sobretudo na década de 1920, pois igualmente se inseriu no *Correio Paulistano*, onde também encontrou Cassiano e Plínio. Formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo e foi também deputado estadual, pelo PRP, no período de 1925 a 1930. Era filho de um senador. Suas principais pesquisas foram centradas na área da história de São Paulo.

[125] Em suas memórias, escritas na década de 1970, Cassiano assim descreve sua entrada para o *Correio Paulistano*: "Como vim a ser redator do *Correio Paulistano*? Redigindo-lhe a secção judiciária, e sentando-me no Tribunal de Justiça, ao lado de Noé Azevedo que redigia a do *O Estado de São Paulo*. Encontro feliz esse" (RICARDO, 1970: 35). O autor de *Evangelho de Pan* relembra em sua autobiografia os nomes que freqüentavam o *Correio Paulistano*, durante o movimento modernista, onde igualmente trabalhou de 1923 a 1930. "Alguns episódios do *Correio Paulistano* que eu já ia esquecendo: o jornal do P.R.P. se tornou o quartel-general nosso, na 'Revolução sem Sangue'. O secretário Antônio Carlos da Fonseca e mais Agenor Barbosa, Brasil Gerson, Fausto de Almeida Prado Camargo, Francisco Pati, Genolino Amado, Hélio Silva, Hermes Lima, Alcides Cunha, João Raimundo Ribeiro, José Lannes, Vítor Azevedo, Nóbrega da Siqueira, Osvaldo Costa, formavam o grupo intelectual do P.R.P. e alguns deles se puseram ao lado dos guerrilheiros verde-amarelos. A redação era freqüentada por elementos da velha guarda partidária, como Washington Luís (que tão bem compreendeu Brecheret), Júlio Prestes, Ataliba Leonel e outros políticos da situação vigente, mas nenhum deles estranhava que o órgão conservador virasse revolucionário" (RICARDO, 1970: 41). Ataliba Leonel, formado também na Faculdade de Direito, participava da política tanto no interior como na capital. Júlio Prestes era filho de Fernando Prestes, vice-presidente de São Paulo e homem de confiança de Washington Luís. Como é sabido, J. Prestes venceria G. Vargas nas eleições de 1930, mas Washington Luís foi deposto por Getúlio.

[126] Para um estudo mais completo sobre o periódico, ver o trabalho de Maria Lúcia Guelfi, *Novíssima* Contribuição para o Estudo do Modernismo (1987). A revista será inicialmente impressa pela Rossetti e Rocco, "uma importante gráfica que havia em São Paulo nessa época" (GUELFI, 1987:20). Segundo Yone Soares de Lima (1985): "Tratava-se de uma revista de grande efeito gráfico, executada na Tipografia de Rossetti e Rocco, cujo titular, José Rossetti, era já então considerado um técnico capacitado" (1985:40). A partir de meados de 1925, será impressa pela "Editorial Hélios", de propriedade dos irmãos Del Picchia e de Cassiano Ricardo, de acordo com as memórias do último.

[127] "O Sr. Menotti Del Picchia, assim se expressa: [...] Cassiano está ligado à minha vida mental de uma maneira íntima e absoluta, porque foi com ele que, em São Paulo, levantei, em 1923 e 1924, depois da Semana de Arte Moderna, a bandeira da revolução literária, iniciando o movimento de idéias que atingiu a todos os setores da vida intelectual brasileira" (*Revista da ABL*, 1956, julho a dezembro, p. 170).

neoparnasiana de estréia de Plínio, *Thabor* (1919). Posteriormente, Plínio aderiu ao movimento modernista e participou da Semana de Arte Moderna de 1922, mas nunca seria adepto dos "excessos" vanguardistas.[128]

O primeiro número de *Novíssima* viria a público em dezembro de 1923.[129] A participação de Cassiano na direção desse periódico se confunde com o processo de sua adesão ao modernismo e de revisão de sua postura poética, assim como permitiu a consolidação de seu envolvimento com os integrantes do Movimento Modernista que já trabalhavam no jornal do PRP.

A resistência inicial de Cassiano ao modernismo parece estar diretamente ligada a sua visível preferência na época, pelas formas poéticas parnasianas e pelo perfeccionismo métrico que cultivava (provavelmente associado por ele às exigências de um certo ideal de "culto à pura beleza"), resultado do aprendizado sobre os ideais poéticos que desenvolvera desde a sua infância e adolescência com dificuldades, a despeito do contexto de decadência financeira de seu pai.

A trajetória do autor se constitui como um caso paradigmático da transição de uma estética parnasiana para uma poesia modernista e nacionalista no Brasil. Seus poemas da segunda metade da década de 1920 situam-se exatamente nessa transição, momento sugestivo para apreciação dos problemas gerados pela crise do estilo poético parnasiano e de um saber associado às prerrogativas de padrões estéticos, que acabaram por ficar associados ao "passado" e a serem "substituídos" por formas mais livres de expressão.[130] Essas serão convencionalmente ligadas ao chamado "modernismo renovador" e, por extensão, às necessidades de desenvolvimento de uma poesia nacionalista do período.

---

[128] Segundo Plínio Salgado, ao relembrar o cotidiano do jornal na década de 1920, Menotti Del Picchia funcionava como uma espécie de "centro-avante da turma" do *Correio Paulistano*. Além de encabeçar a seção das crônicas sociais com os escritos de "Hélios", era quem manipulava a nota política, após reunir as informações no Salão Nobre, onde o presidente do Estado trocava idéias com nomes importantes, como Júlio Prestes, Ataliba Leonel, Carlos de Campos e Flamínio Ferreira. O texto era conferido pelo próprio Washington Luís. A sala dos jornalistas era freqüentada por políticos de todos os locais, interior e capital. Cada pasta tinha seu encarregado, mas todos os jornalistas trocavam idéias constantemente e discutiam, desde as apresentações artísticas até relatos policias sobre os crimes hediondos de cada dia (cf. SALGADO, *Obras Completas*, v. XX, 1956:343-353, Editora das Américas).

[129] Maria Lúcia Guelfi já constatou que a revista *Novíssima* tinha muitos pontos em comum com a antiga *Panoplia*, não só visualmente, como na forma, no conteúdo e até pela presença dos mesmos colaboradores, como Alberto Seabra, Armando Prado e Afonso de E. Taunay. "Entre os colaboradores de *Panóplia* contamos, por alto, vinte e seis que também colaboravam em *Novis*. Além de diretor, Cassiano Ricardo colaborava com seus poemas parnasianos e com desenhos. A revista prima pelos ornamentos: desenhos, fotos, cercaduras, iluminuras, papel brilhante e as homenagens a figuras de destaque do mundo social, político e artístico, com a dedicatória 'Homenagem da *Panóplia*'. Até o subtítulo do primeiro ano se parece com o de *Novis*. 'Mensário de Arte, Ciência e Literatura'" (1987: 155).

[130] Cf. MORAES, 1978.

O problema da especificidade da função do poeta e do conhecimento exigido ao seu desempenho e excelência teve que ser repensado. Colocou-se em risco o prestígio social vinculado a essa função e a identidade do próprio sujeito do fazer poético. As dificuldades em realizar a difícil passagem para uma maior liberdade de expressão poética em um autor como Cassiano, cujo domínio bem sucedido da técnica parnasiana era notório e socialmente reconhecido, podem ser vislumbradas tanto por meio do enfoque da mudança ocorrida em suas obras na época como pela apreciação de sua atuação na direção e no decorrer da história de *Novíssima*. Tal publicação elitista assumiu como objetivo primeiro promover o culto "ao bom gosto", por meio de uma ampla cobertura das modalidades de manifestações artísticas.[131]

As marcas da direção de Cassiano Ricardo em *Novíssima* podem ser conferidas pelas semelhanças entre as diretrizes das duas revistas sob sua direção na capital paulista. Assim como *Panoplia* de 1917, *Novíssima* é voltada às camadas elevadas da sociedade e nasce com o discurso de "integrar" todas as vertentes literárias de mérito na Capital. Cassiano parece ter sido também o responsável pela articulação dos mais diversos colaboradores para o periódico, sem considerar injunções de tendências políticas ou estéticas, o que contribuiria para a inserção, a incorporação e a propagação da "nova" estética modernista em ambientes mais resistentes.

Da mesma forma que *Panoplia*, *Novíssima* prima pela qualidade dos materiais e pelo "bom gosto" das imagens visuais, selecionadas segundo os padrões da época, sinais inegáveis do público-alvo da revista. Permanece também o espaço para o destaque de certos membros da elite paulistana, seja para a divulgação de fotografias das filhas moças pertencentes à "elite social", seja para a presença de personalidades de prestígio, como o presidente do Estado Carlos de Campos, cuja foto é exibida no terceiro número.

[131] A partir do número 3 (fev.1924) a revista terá como subtítulo: "Revista de Arte, Sciência, Literatura, Sociedade, Política". Saíram oito números no ano I, quando a produção foi conjunta entre Rio e São Paulo. No ano II, a revista se restringe a São Paulo. No número 2, aparece o nome do diretor no Rio, Bittencourt de Sá. A partir do número 6 (jul.ago 1924) a sociedade se constitui em editora ("Edições Novíssima"). No número 7, o subtítulo da revista passa para "Modernismo. Nacionalismo. Ibero-Americanismo". A partir do número 11(ago.set.1925), anuncia-se o surgimento da "Editorial Hélios", que passa a imprimir *Novíssima*.

Figura 1: Retratos de elite veiculados em *Novíssima.*

1- O Exmo. Snr. Dr. Carlos de Campos, presidente do Estado de São Paulo.

2- Dina Giordano, gentilíssima filha do Sr. Nicola Giordano e de sua Exma. esposa, Sra. Elisa Silvia Giordano, da nossa "elite" social (n. 3, fev. 1924).

Exemplar pertencente ao acervo da Biblioteca Mario de Andrade – S.P.

Para o número de estréia, Cassiano parece ter restabelecido em São Paulo os antigos contatos do círculo social presente na revista *Panoplia*. Estarão entre os colaboradores de estréia, entre outros: Armando Prado, Affonso d'E. Taunay, Vicente de Carvalho, Alberto Seabra, Alberto de Oliveira, Batista Pereira, Plínio Salgado, Altino Arantes e Amadeu Amaral.[132] O editorial de abertura equivale a uma carta manifesto, no sentido de assumir o projeto de integração de todas as tendências da capital, tal qual se propôs *Panoplia*.[133]

> NOVISSIMA, porquê? NOVISSIMA não será, como se lhe podia inferir do nome, destruidora do passado e da tradição. Oscula as mãos à velhice, cujos ensinamentos encerram a poeira dourada dos séculos, a sabedoria dos

[132] Como se vê, a revista procurou inicialmente conciliar acadêmicos tradicionais, com parnasianos e outros nomes influentes na sociedade paulistana da época, além de abrir espaço para determinados escritores entre os "novos". Alberto Seabra foi um médico de renome, que procurava conciliar os estudos em medicina com conhecimentos sobre a alma e o inconsciente. Em 1911, fundara uma tradicional farmácia de homeopatia. Na década de 1910, foi também professor de medicina na universidade dirigida pelo médico Eduardo Guimarães. João Baptista Pereira nasceu no Espírito Santo, mas exerceu a profissão de advogado no foro de São Paulo. Na década de 1930, foi presidente do conselho deliberativo da Sociedade Metapsíquica de São Paulo (extinta). Durante o Estado Novo, tornou-se membro do Conselho Administrativo da Caixa Econômica Federal.

[133] O nome "Novíssima" parece ter sido escolhido em referência à *Revista Nova*, publicada em Portugal na virada do século, como se viu no capítulo anterior, pelo artigo de Gomes dos Santos em *Panoplia*. Posteriormente, muitos autores modernistas serão incorporados ao grupo de colaboradores, como Guilherme de Almeida e Oswald de Andrade, além de congregar Monteiro Lobato. A primeira capa da revista é uma ilustração feita por Paim. No número 4, a capa é ilustração de Lasar Segall.

> milênios, o prestígio da eternidade. Mas não abjura de um credo renovador. É uma lei natural. A própria vida é renovação. Por outro lado, com ser a proclamadora dos novos valores, pelo culto do mérito, não segue a revolução dos novos espíritos; segue-lhe a evolução ascensional. Não abomina nenhuma escola, em assuntos de arte ou literatura; não faz seleção de capacidades, entre o maior e o menor, entre o mais novo e o mais velho, entre os deste e os daquele grupo. Basta-lhe o cunho da inteligência; seja nos laivos de ouro antigo, seja na iluminada esthesia do instante que passa. De uma coisa em particular é que NOVISSIMA se faz servidora: é da Beleza, que é o fito da arte, sejam quais forem a sua forma, o seu meio de expressão. (n. 1, dez, 1923, p. 1)[134]

No número inicial, a passagem de Cassiano Ricardo pelo Rio Grande do Sul fica assinalada por dois artigos em torno da "redenção" do Estado no extremo sul do Brasil: um sobre Baptista Pereira e suas conferências acerca do assunto e outro sobre Assis Brasil, "o mais alto representante da democracia brasileira", ambos com retratos estampados nos artigos. Assis Brasil também assina um artigo de colaboração nesse número.

Nos artigos provenientes da própria redação da revista, aparece um discurso de exaltação dos valores republicanos e do direito, "que é a poesia da vida social", de louvor à liberdade, "sereia dos oprimidos", e da igualdade entre os homens. Aí estava um diálogo claro, apesar de indireto, com os acontecimentos que obrigaram Cassiano a abandonar o Rio Grande do Sul, ameaçado pelos partidários de Borges de Medeiros. Os objetivos de *Novíssima* casam-se com os ideais de livrar o Sul da ditadura borgista.

> "Novíssima" tem um credo de liberdade: detesta, por isso, os inimigos do povo. Ama o princípio da autoridade, aspira à felicidade da comunhão: odeia, por isso, os usurpadores de toda casta, os ambiciosos de governança, os falsos apóstolos da democracia. No altar do Brasil unido, pela grandeza dos seus destinos, pela imortalidade da sua glória, guardando uma herança ciclópica de tradições liberais – eis o programa político de uma revista que se inicia nas lides do pensamento e da cultura tendo por lema e princípio o evangelho da pátria (n. 1, dez, 1923, p. 7).

[134] Este trecho será novamente reproduzido por ocasião do editorial no primeiro aniversário de *Novíssima*, em dezembro de 1924.

Outra característica da fase inicial da revista é o incentivo ao incremento das relações entre Brasil e Itália, com destaque para os interesses literários da comunidade de imigrantes italianos em São Paulo. Aliás, é visível a preocupação da revista em mostrar a nova fase de prosperidade que a Itália estava atravessando após os problemas advindos da Primeira Guerra. O número 4 da revista dedica-se a restabelecer a imagem do país e favorecer as relações comerciais entre as duas nações.

> São Paulo é produto da colaboração italiana, em harmonia com o nosso espírito de hospitalidade acolhedora. São Paulo, por isso mesmo, é uma prova eloqüente, maravilhosa, inexcedível, do quanto vale a fraternidade desses dois povos amigos, voltados ao mesmo sonho de grandes realizações em prol da finalidade humana (n. 4, mar./abr, 1924, p. 1)

As personalidades de Mussolini, "a figura da lei, varonil nas concepções da ordem, da lei expressão-humana, da lei revelação do direito", e D'Annunzio, "o sentimento da raça latina", "a encarnação da poesia dinâmica, que pulsa no coração coletivo", o criador do símbolo do "poeta-soldado" – isto é, integrado nos ideais da estabilidade coletiva, no espírito da beleza e na majestade da lei –, são homenageadas e também "colaboram" com seus escritos em *Novíssima*.[135]

A mudança de Cassiano Ricardo em direção a uma estética modernista nacionalista ocorre paulatinamente, após o conhecimento das diversas vertentes literárias adversárias no cenário da época, quando a intenção de conciliar tendências conflituosas parecia um horizonte ainda possível ao autor. Certamente, sua aproximação com os colegas do *Correio Paulistano* levou o poeta neoparnasiano a uma procura por alternativas coerentes com suas vivências anteriores, de forma a não permitir que a ruptura com o passado comprometesse totalmente suas concepções estéticas e, mesmo, os laços sociais tão satisfatoriamente criados, mas que o possibilitassem fazer a transição necessária aos "novos tempos".

[135] Menotti Del Picchia iniciou sua onda de elogios à figura de Mussolini no início da década de 1920, com as crônicas de Hélios. Quando Marinetti apoiou o programa político do ditador, foi aplaudido por Menotti.

Figura 2: Capa de *Novíssima*, com ilustração de Belmonte, ano I, n. 2, jan. 1924.

Acervo da Biblioteca Mario de Andrade.

No artigo "A nova concepção de Beleza no credo literário de 'Novíssima'", assinado por Cassiano e Francisco Pati, discute-se o problema da renovação estética. A busca da beleza permanece em suas concepções como um ideal ao qual o poeta não deve renunciar, ainda que a forma e o meio de expressá-la possam ser renovados, assim como os seus motivos. O artigo defende a renovação estética como necessidade humana e social do espírito, mas, a um só tempo, procura preservar as virtudes do parnasianismo por ter restabelecido a necessidade da forma no "domínio das letras". Mais interessante é assinalar nesse mesmo artigo a preocupação dos autores com os "efeitos colaterais" da renovação literária, como a ameaça de "vulgarização" que formas mais livres de expressão poderiam gerar e proporcionar ao ofício renovado, o que confundiria a legitimidade da prática poética.

> A graça do espírito, a originalidade da concepção, não colidem com a segurança da técnica, com o desvelo da forma, que é uma obediência às leis fundamentais. O que não se coaduna com a missão da Beleza é a insubmissão daquele que se subleve por não ter adquirido a segurança da técnica, que se subleva para mascarar a penúria dos seus recursos; porque, neste caso, é isso que queríamos dizer, a libertação resulta da incompetência. A desordem, que no primeiro caso seria graça, passa a ser mero refúgio de

> poucas luzes. Não se deve confundir a insubmissão do iluminado com a insubmissão da conveniência, do comodismo, do menor esforço, da improbidade expressional.
>
> E o nosso maior receio é justamente que aquela dê margem nos seus exageros ao exercício desta. (n. 4, mar./abr., 1924, p. 7)

Menotti Del Picchia vai se valer do espaço de *Novíssima* para a publicação de suas crônicas políticas e suas opiniões sempre em favor do governo Carlos de Campos, como redator do jornal do PRP. Plínio Salgado colabora desde o primeiro número. Será assíduo na seção "Impressões de Leitura", mantida praticamente no decorrer de toda a história do periódico.

Em sua seção, o autor fará elogios às obras que preservavam certo espírito estético, ainda que tolerasse algumas inovações. Não deixou de fazer críticas em relação a determinado estilo "modernista", uma vez que *Novíssima* nasceu contrária às vanguardas que concedessem autonomia "excessiva" às artes. Plínio Salgado criticará Mário de Andrade, Oswald de Andrade e Manuel Bandeira, por não valorizarem as experimentações ou as inovações intencionais que percebe nas poesias desses autores.

> Mas em matéria de Modernismo não se pode deixar de notar a grande admiração da revista por Menotti Del Picchia. Um estudo deste escritor, com seu papel peculiar dentro do modernismo, poderia nos revelar o papel deste periódico no movimento. Ele foi realmente o guru espiritual do grupo até *Novís*. encontrar o nacionalismo. Aí, então, Menotti passa o cargo para Plínio Salgado. Não é à toa que os dois se tornam, na segunda fase da revista, os seus diretores ao lado de Cassiano Ricardo. Foi apenas a oficialização de uma influência que já se faz sentir na primeira fase. (GUELFI, 1987: 109).

NOVISSIMA

Menotti Del Picchia falou á Novissima sobre o momento literario brasileiro

Menotti Del Picchia

Figura 3: Entrevista de Menotti Del Picchia para *Novíssima* (n. 6, jul./ago., 1924).

Acervo da Biblioteca Mario de Andrade.

Cassiano Ricardo publica em *Novíssima* seus poemas, inicialmente da fase parnasiana, mas, já a partir do final do primeiro ano de publicação, assume a posição de articulador das concepções da vertente que ficará conhecida como "verde-amarela". Dois de seus poemas, "Sonho de Árvore" e "Rosas de Espuma", da fase parnasiana, saem ilustrados por Clodomiro Amazonas. "Carnaval na floresta" já será tido como pertencente à fase verde-amarela. Além disso, Cassiano tinha ali a possibilidade de fazer a propaganda de suas atividades profissionais como advogado, em parceria com Francisco Pati e Teodoro Sampaio Filho, juntamente com as inúmeras outras propagandas de bancas advocatícias que a revista veiculava.[136]

[136] Nas memórias de Cassiano, publicadas na década de 1970, a parceria em banca advocatícia com o filho de Teodoro Sampaio desaparece. Teodoro Sampaio era um dos poucos negros (era baiano) desempenhando cargo e funções considerados de elite na sociedade paulistana da época.

Figura 4: Poemas de Cassiano Ricardo, com ilustrações de Clodomiro Amazonas (n. 5, de maio/jun., 1924 e n. 6, de jul./ago. 1924).

Acervo da Biblioteca Mario de Andrade.

A partir do número 6 (jul.ago.1924), a sociedade editorial que publicava a revista dirigida por Cassiano Ricardo passa a se constituir como “Novíssima” Editora. No número 7 (set./out. 1924), a denúncia das imitações estrangeiras, que trairiam as “expressões genuínas” de nossa raça, surge com toda a energia, por meio de uma citação do sociólogo fluminense Oliveira Vianna.

> Até hoje todo o nosso trabalho consistiu em imitar, e grosseiramente, o estrangeiro. Desde a nossa lei suprema, a Constituição, até os processos de burlar essa mesma lei, é tudo copiado. Excetuando os centros mais remotos, no interior do país, ainda não contaminados pelo arrivismo, os nossos costumes são grotescos arremedos. A arte, a suprema expressão da alma de uma raça, mercê da qual, mais do que pela história, se perpetuam os povos como os indivíduos, e revivem, evocados pelo gênio, civilizações multiseculares extintas, a arte, entre nós, com exceções escassas, nada tem de nosso, porque é o maior e o mais vergonhoso galicismo. Já os sociólogos estão mostrando “a singularidade curiosa de que em todo o universo habitado, mesmo entre os indígenas da Califórnia e os habitantes da Papuásia, só existe um homem que é para o meio nacional em que vive, para as ambiências regionais, que o cercam e para o grupo social, de que é

> molécula integrante, tão insensível e refratário, como os cegos de nascença para os aspectos da natureza que os envolve: – é o brasileiro culto" (p. 7).[137]

Um autor que publicou em *Novíssima* e parece ter tido uma participação considerável na elaboração das futuras diretrizes do Movimento Verde-Amarelo é Alarico Silveira. Como secretário do Interior, viajava acompanhado pelos jornalistas do *Correio Paulistano*. Plínio Salgado, por exemplo, atribuiu a idéia de escrever *O Estrangeiro* (1926) a uma viagem feita com Alarico Silveira à zona de Araraquara, por volta de 1922 (PEIXOTO, 1940: 83).[138]

Comparando com o ensaio "O Sonho da Raça", publicado em *Novíssima*, de autoria de Alarico Silveira, já é possível vislumbrar o esboço de algumas diretrizes que serão desenvolvidas pelo grupo nacionalista de São Paulo. Suas idéias e preocupações aparecem dispersas entre os líderes dos Movimentos Verde-Amarelo e Anta.

O autor pretendia reconstruir a epopéia dos paulistas, cuja voz da raça apontaria, segundo ele, desde o início da colonização, em meio à luta dos europeus contra os indígenas, sempre em direção a oeste. Silveira funde, assim, a história passada com o projeto presente de conhecimento e avanço para o interior do Brasil.

> A trezentos anos de distância, porque de novo, essa Voz de O'este?
>
> Já não há mais tupis, nem tupiretama.
>
> E todavia estamos, os de São Paulo, outra vez, face a O'este.[...] Um apelo, um anseio, porque, conservados, embora, os marcos que nos estão, artificialmente, dividindo, façamos nós, a gente paulista, que parou em Corumbá, algo maior e melhor que as mesquinhas contendas sul americanas (n. 6, jul./ago, 1924, p. 11).

Na concepção de Alarico Silveira, o padre José de Anchieta é tomado como o mediador que permitiria "a fusão simpática e incruenta das estirpes", caraíbas brancos e tupi.

---

[137] É Oliveira Vianna o sociólogo citado.

[138] Novíssima apresenta Alarico Silveira como um autor voltado às "causas nobres da beleza e da pátria", além de ser irmão dos "ilustres" Agenor Silveira e Valdomiro Silveira. É no período que a lavoura cafeeira desloca-se da zona mogiana para a zona araraquarense que Alarico Silveira, como secretário do Interior e da Instrução Pública do governo Washington Luís, acompanhado por Plínio Salgado, viaja para a região araraquarense. O interior paulista do oeste cafeeiro atraía, na época, um grande número de imigrantes nacionais e estrangeiros. Segundo Plínio Salgado, seria essa circunstância que inspiraria o romance.

Ainda que seja necessária uma longa digressão sobre o tema, é sempre bom recordar que a concepção de que o padre José de Anchieta e a Companhia de Jesus teriam estimulado a harmonia entre as raças branca e indígena é uma idéia corrente entre a elite paulista desde, pelo menos, o período que antecedeu a virada do século XIX para o século XX. Basta conferir as chamadas "Conferências Anchietanas", acontecidas na capital paulista no final do século XIX.[139]

Mais precisamente em 1896, por ocasião das comemorações do III Centenário do padre José de Anchieta, reuniram-se em São Paulo intelectuais e autoridades para colocar em relevo a importância do papel de Anchieta para a compreensão da história do Brasil, passando em exame a ação dos jesuítas no País.[140]

Dentre os autores que proferiram conferências, estavam Eduardo Prado, idealizador e organizador do evento, Brasílio Machado e Joaquim Nabuco, cujas palestras seriam novamente reeditadas, em 1979, pela Comissão Nacional de Comemoração do Dia de Anchieta, "marcos basilares dos estudos anchietanos".[141]

A conferência feita por Eduardo Prado na Faculdade de Direito de São Paulo, em 20 de agosto de 1896, "na presença dos lentes da Faculdade, do Presidente do Estado, Dr. Manuel Ferraz de Campos Sales, do Bispo Diocesano, D. Joaquim Arcoverde Cavalcanti Albuquerque, de autoridades e representantes do clero, grande número de senhoras e cavalheiros e sob a presidência do Dr. João Monteiro, vice-diretor da Faculdade" (PRADO e

---

[139] Sou grata a Pierre Sanchis pela indicação sobre o evento e a bibliografia relacionada.

[140] Além dos autores citados abaixo, pronunciaram conferências sobre o tema: Arcebispo Francisco de Paula Rodrigues, Teodoro Sampaio, Padre Américo de Novaes e João Monteiro. Foram publicadas ainda, mas não pronunciadas, as conferências de Couto de Magalhães, do Cônego Manoel Vicente da Silva e de Joaquim Nabuco. Foram planejadas, mas não realizadas, as de Rui Barbosa, do Conselheiro Antonio Ferreira Vianna e de Capistrano de Abreu.

[141] É largamente conhecido que a família Prado foi uma das mais tradicionais e influentes da oligarquia paulista. Articulou a vida européia com a sociedade paulistana nos séculos XIX e XX, e um grande número de intelectuais ilustres. Na biografia de Eduardo Prado (1860-1901), Cândido Motta Filho, que freqüentou a casa dos Prado na infância, lista dentre os amigos de Eduardo Prado: Afonso Celso, Joaquim Nabuco, Eça de Queiroz, Júlio Mesquita, Rio Branco, Capistrano de Abreu, Rui Barbosa, além de muitos outros. A matriarca da família, D. Veridiana Prado – mãe de Antonio (1840-1929), Martinho (1843-1906), Caio (1853-1889) e Eduardo (1860-1901) – por ocasião do centenário de nascimento, recebeu como homenagem dos *Diários Associados*, em São Paulo, "uma série de conferências assim programadas: 1. Wanderley Pinho: 'Dona Viridiana Prado Animadora da Sociabilidade Paulista do Segundo Reinado e do Início da República' 2. Gilberto Freyre: 'Dona Viridiana Prado como Introdutora Diplomática da Civilização Européia' 3. Sérgio Buarque de Holanda: 'Os Prados como Fixadores dos Brasileiros nas Glebas Brasileiras' 4. Cândido Motta Filho: 'D. Viridiana e o Antiprovincionismo no Meio Aldeão Paulista da Segunda Metade do Século XIX' 5. Spencer Vampré: 'D. Viridiana Como Conheci'[...]", dentre outras conferências (MOTTA FILHO, 1967:27-29). Motta Filho (1967) relata que D. Viridiana contava entre seus empregados uma mucama negra, tratada com estima, um índio bororó, criado por ela, trazido pelo amigo Couto de Magalhães, que aprendeu o ofício de cozinheiro, além de um cocheiro suíço, conhecido na capital. D. Veridiana reunia, assim, as três raças a lhe auxiliarem em sua casa.

OUTROS, 1897/1979:1), retomava a história da obra de Inácio de Loiola e a fundação da Companhia de Jesus no sentido da "conquista espiritual do Novo Mundo".[142]

Na conferência "O Catolicismo, a Companhia de Jesus e a Colonização do Brasil", Eduardo Prado argumentava que no processo de conquista da América os crimes de crueldade contra os indígenas, "dos representantes das chamadas raças superiores contra os indivíduos das raças denominadas inferiores" (1979:21), teriam sido maiores se a conquista tivesse sido efetuada por países protestantes, e não católicos, como Portugal e Espanha. Para o autor, "o método católico" guardara a vantagem de ensinar a caridade entre os fortes e fracos e de não permitir a eliminação de uma raça pela outra, promovendo a fusão entre raças opostas.[143]

> O que a ciência ensina é a lei da sobrevivência do mais forte e do mais apto, é a eliminação do fraco e por isso, hoje, n'África, o branco quer apenas sobreviver sacrificando o negro. É rigorosamente científica esta política. Para a religião, a unidade da raça humana, e, portanto, a fraternidade, é um dogma e para a ciência essa unidade é, quando muito, uma hipótese. Isto explica tudo (1979:22).

Para Eduardo Prado, dentre os europeus, os portugueses seriam os povos que melhor se aliariam às diferentes raças, condição necessária e atestado de sua força nas regiões equatoriais e tropicais, pois sem a fusão do sangue ibérico com o índio e o africano sua raça não poderia florescer nas regiões quentes.

> Ufane-se aquela de todas as suas grandezas; tenhamos nós o nosso orgulho; é o de sermos um povo que deve a sua existência, não à trucidação de uma raça inteira, hecatombe que o protestantismo não impediria no sul, como não

[142] O ambiente da primeira conferência realizada na Catedral da Sé, que antecedeu a de Eduardo Prado, pelo arcediago Francisco de Paula Rodrigues, em 17 de julho de 1896, foi assim descrito no volume: "O templo achava-se repleto, notando-se a presença do Dr. Presidente do Estado, secretários do interior, justiça, senadores, deputados, lentes da Faculdade de Direito e escolas politécnica e normal, funcionários públicos, médicos, advogados, grande número de famílias, etc." Nota-se no discurso de Francisco de Paula Rodrigues a preocupação em mostrar que na missão do apostolado católico, a liberdade, a igualdade e a fraternidade seriam conciliáveis com a doutrina cristã. "E tudo isso ao mesmo tempo que ela definia pela precisão de seus dogmas, a dignidade da pessoa humana e pregava por toda parte a igualdade, que ela realizava sem esquecer os direitos sagrados da autoridade. Em parte alguma se conciliaram tão bem os direitos da liberdade com os direitos da autoridade, como em frente da doutrina católica" (PRADO e OUTROS, 1897:1-10).

[143] Eduardo Prado afirma ainda que "o protestantismo, desprovido de todas as expressões afetivas e emocionantes do culto católico, é uma abstração, é uma negação, e o selvagem não compreende abstrações e tem sede de certeza e de positivas afirmações" (1979:22).

> soube impedir noutras regiões, mas à fusão de raças opostas de origem, e que o catolicismo, renovando o seu antigo prodígio da cristianização e da absorção dos bárbaros, soube também na América ensinar, civilizar, abençoando a união fecunda das raças, de que deveriam brotar tantas nações (1979:24).

Prado declara sua admiração pelo caboclo e pelo mameluco, representantes autênticos do País. À Companhia de Jesus caberia a fundação da cidade de São Paulo.[144]

> Varnhagen, porém, era partidário da exterminação do índio, e, no seu singular patriotismo, odiava o caboclo brasileiro.
>
> E o caboclo é, no entanto, um homem que todos devemos admirar pela sua força e porque, afinal de contas, ele é que é o Brasil, o Brasil real, bem diferente do cosmopolitismo artificial em que vivemos, nós, os habitantes desta grande cidade. Foi ele quem fez o Brasil.
>
> Foi o filho do português e do índio, o homem chamado desprezivelmente *mameluco*, que descobriu este grande país, e este enorme fator histórico não teria aparecido, se a catequese, a redução, o aldeamento, isto é, a domesticação do índio, não tivesse sido feita por jesuítas (1979: 26).

Ao analisar as *Conferências Anchietanas*, textos considerados pela Igreja como de fundamental importância, Pierre Sanchis comenta o conjunto organizado por Eduardo Prado.

> Nesses textos todos articula-se uma explicação global do Brasil pela sua origem, quase que como um mito cosmogônico, em que, pela mão da Igreja, e singularmente dos jesuítas, plasma-se uma "pátria": um território, uma raça, uma língua. Não deixa de ser profundamente significativo o realce

[144] Joaquim Nabuco, na conferência "Significação Nacional do Centenário Anchietano", também avalia positivamente a ação da Companhia de Jesus em relação às raças."Acreditais, se não fosse o catolicismo, que o Brasil seria o grande bloco de continente que vai das Guianas do Amazonas às Missões do Paraná? [...] Quanto à população, acreditais que sem o catolicismo tivesse sido possível fundir pelo modo por que o foram, em uma nacionalidade homogênea, o indígena, o português e o africano? O indígena? Duvidais de que sem a ação do catolicismo o indígena teria sido exterminado pelo mais bárbaro dos cativeiros após as mais terríveis de todas de todas as razias? O branco? Duvidais de que a raça branca e os seus cruzamentos adquiriram, nessas atrozes correrias, nesses costumes de rapina humana, instintos que fariam do brasileiro o igual do caçador de escravos sudanês? O africano? Supondes, se não fora o catolicismo, que o negro bárbaro da África daria em pouco tempo esse sublime tipo de resignação e doçura, que foi tanta vez o nosso escravo, o qual, escravo pelo cativeiro e pelo castigo, achava ainda meio de fazer-se escravo voluntário pela gratidão e pelo amor? Ou pensais que tudo isso se teria dado mesmo sem a Companhia de Jesus?" (NABUCO, 1979:82).

> dado por Gilberto Freyre (*Ordem e Progresso*, I, p. 33) à conferência esquecida de Eduardo Prado como a de um precursor, "um dos primeiros a por em relevo a importância da obra luso-católica da América Tropical". Junto com a contribuição de Nabuco, ela representa de fato a primeira síntese dos elementos que constituirão até hoje a visão antropológica clássica – e conservadora – do Brasil. A colonização portuguesa e católica foi uma colonização diferente, branda, "etnicamente criadora", operando "através da mistura de raças (aplausos)". Ela constitui até hoje "o nosso orgulho: não devemos a nossa existência à matança, mas a união fecunda das raças". Mistura, unidade, fusão, homogeneização, integração são aqui as palavras-chave (SANCHIS, 1987:10).

Eduardo Prado conclama a todos que os descendentes dos mamelucos e índios, primitivos moradores de São Paulo, cujos avós foram civilizados pelos jesuítas no povoado de Piratininga, fossem honrados pelos paulistas de seu tempo. Em suma, a identidade racial mestiça torna-se já, em São Paulo, valor positivo.

2.2 *Terra Roxa, Raça* e outras obras

Na década de 1920, a idéia de resgatar a figura de José de Anchieta como um dos ícones fundantes da vida paulista pode ser atribuída à campanha levada a cabo pelo grupo da revista *Terra Roxa e Outras Terras* em prol da compra de uma carta do jesuíta localizada em Londres e escrita por ele em 1579.[145] Ao discurso de Paulo Prado no momento da recepção da missiva no Brasil, adquirida pelo montante de "30 sacas de café", responde e agradece o diretor do Museu Paulista, instituição para a qual foi doado o documento, Affonso Taunay.[146]

---

[145] *Terra Roxa... e outras terras* foi lançada em janeiro de 1926. Teve sete números publicados, que expressaram o anseio de voltar-se para o interior do Brasil, para a pesquisa sobre a nacionalidade. Sob a direção de Couto de Barros e António de Alcântara Machado e tendo como secretário e administrador Sergio Milliet, a revista abrigaria artigos, propaganda e, principalmente, críticas sobre a produção da vertente verde-amarela, com destaque para as obras de Menotti e Cassiano. A campanha a favor da compra da carta começa no primeiro número. Os discursos acima serão publicados no número de 27 de abril de 1926, quando a carta chega ao país.

[146] Afonso d'Escragnolle Taunay (1876-1958) nasceu em Florianópolis, mas formou-se em engenharia no Rio de Janeiro em 1900. A partir de 1917, foi diretor do Museu Paulista e, a partir de 1923, tornou-se diretor dos Museus do Estado de São Paulo. Foi membro da IHGB, da IHSP, da APL e da ABL (1929), dentre outras instituições culturais. Dedicou-se aos estudos historiográficos e adquiriu vasta cultura, tornando-se também lexicógrafo. De 1934 a 1937, foi professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP.

Taunay se refere a Anchieta como o "taumaturgo do Brasil" e associa o apreço pelos primitivos, tão caro aos ideais modernistas e nacionalistas em voga, à atitude cristã de Anchieta.[147]

> À cidade anchietana ofertais uma relíquia rara e preciosa de seu fundador, relíquia da mais subida valia. Não um objeto que recorde a vida material de Joseph de Anchieta e sim a exteriorização dum pouco de sua mentalidade profunda e de sua alma imortal; demonstração daquela inteligência poderosa e invulgarmente culta que poetava em latim e musicava em tupi, encarava, com enorme descortino, as condições do desenvolvimento do Brasil, e tinha a curiosidade imensa das cousas da natureza. E sobretudo a ânsia pela apreensão dos recessos das faculdades primitivas daqueles irmãos brutos, de pele vermelha, a quem imenso se afeiçoara por amor a Cristo (n. 5, p.1, 27 de abril de 1926).

Como é sabido, simultaneamente à discussão da questão da brasilidade, crucial para os modernistas a partir de 1924, ocorreria a ruptura no interior do movimento, com a polarização entre o grupo que assumiria a frente da revista *Terra Roxa e Outras Terras*, do qual participavam Mário de Andrade e Oswald de Andrade, além de contar com o patrocínio de Paulo Prado, adversário do grupo Verde-amarelo, integrado por Cassiano Ricardo, Del Picchia, Plínio Salgado e Cândido Motta Filho. O diálogo das obras desses autores de grupos antagônicos, ao menos formalmente, como uma espécie de auto-imagem em negativo, é notória.[148]

Mário de Andrade romperia temporariamente sua amizade com Menotti Del Picchia em 1926, mesmo ano em que entrou para o Partido Democrático, que faria oposição aos perrepistas.[149] Talvez fosse também dessa época a recordação de Cassiano Ricardo sobre um momento de irritação de Mário de Andrade com o autor de *Juca Mulato*.[150] "Só uma vez Mário ficou brabo de verdade, mas sem o gênio festivo do Oswald; foi quando Menotti (não

[147] Paulo Prado era sobrinho de Eduardo Prado.

[148] Na revista *Terra Roxa e Outras Terras* há um viés crítico ao autoritarismo fascista na Itália, por exemplo. À pergunta "Que penso do fascismo", o entrevistado da revista, Blaise Cendras, responde: – "Não penso nunca nisso, porque Mussolini proibiu de pensar". (n. 2, de 3.2.1926)

[149] Segundo Daniel Barbosa de Andrade Faria, a ruptura se deu em virtude da crítica acerbada de Menotti contra o terceiro livro de Mário, *Losango Cáqui*. (FARIA, 2004: 107)

[150] Segundo Cassiano Ricardo, Mario de Andrade não gostava dele. "Sei que Mário não me apreciava e até gostou que Cassiano Nunes não houvesse incluído meu nome numa antologia modernista" (1970: 39).

me lembro ao certo o motivo da desavença) o chamou de ‘macacão mascavo’” (RICARDO, 1970: 38).[151]

Divergências pessoais e políticas sobrepunham-se a projetos estéticos discordantes, ainda que, muitas vezes, todos esses autores trabalhassem lado a lado e concretizassem alianças em torno de interesses comuns.[152] *Terra Roxa e Outras Terras* publicou o artigo de crítica de Menotti ao livro de Mário de Andrade *O Losango Caqui*, assim como a resposta de Mário, parágrafo por parágrafo, com as agressões recíprocas (n. 2, de 03.02.1926, p. 4). Diz Menotti:

> “O Losango Caqui” justificava-se há três anos. Nesse tempo tudo servia. Até as partituras do Bródo. Hoje é uma cousa ridícula. Um abuso tardio e inoportuno, sempre melhor que o “Oeil de Boeuf” porquê, pelo menos, o “Losango” é livro pessoal e escrito em língua brasileira.

De outro lado, Mario de Andrade:

> Menotti é o dó-de-peito da ignorância. Vaidoso petulante e ridículo. Isto ele carecia de ouvir dum companheiro que sabe respeitar e lembrar publicamente as qualidades nativas que ele tem mais desaproveita pela ambição do luxo fácil. Porém a vida da consciência é fatal.

O livro *Raça* (1925), de Guilherme de Almeida, recebe uma crítica favorável de Sergio Milliet, que assume o papel de crítico literário em *Terra Roxa e Outras Terras*.[153]

---

[151] Plínio Salgado faz de memória a descrição de Menotti Del Picchia e Cassiano Ricardo: “Os retratos: Menotti, alourado, nervoso, passando os dedos pelos cabelos, andando de um lado para outro (raramente o vi sentado), exprimia-se com eloqüência ao expor suas idéias sobre literatura, arte ou política. Ao contrário, Cassiano de um moreno característico dos caboclos do Vale do Paraíba, falava mais pausado, como em confidências, exceto quando se inflamava numa exposição crítica ou expandindo seu pensamento relativo a questões estéticas, o que fazia com grande sagacidade” (*apud* RICARDO, 1970: 35).

[152] “Se observarmos os colaboradores dos diferentes periódicos, veremos que alguns nomes eram quase sempre os mesmos. Chegando ao cúmulo de ter sido Oswald de Andrade um dos colaboradores mais assíduos de *Novís.* E Plínio Salgado ter deixado também suas colaborações nas páginas de *Antropofagia*. E, apesar da crítica que um grupo fazia ao outro, normalmente seus órgãos de divulgação faziam a propaganda de todas as obras publicadas, não importando o grupo a que pertenciam seus autores. *Terra Roxa e Outras Terras*, por exemplo, anuncia as principais obras do “Verde-Amarelismo” (GUELFI, 1987:135).

[153] O livro R*aça* é um desfile de metáforas que misturam a policromia percebida na natureza do Brasil tropical, com imagens católicas, primitivas e fetichistas e as três raças correspondentes, além de se referir aos mestiços.

> Três caminhos se cruzam – um branco, um verde
> e um preto – três hastes da grande cruz.

> Aí está o símbolo simples que Guilherme desenvolveu no seu último poema intitulado "Raça". Brasil: o branco, o verde, o preto misturando-se, confundindo-se num só tronco, formando a cruz mal feita, "a nossa cruz", sob o cruzeiro. E com o desenvolvimento desse tema rebatido, Guilherme conseguiu, ainda, deslumbrar, embebedar de santa poesia, os leitores mais exigentes, os críticos mais apegados às chapas modernistas. É que ele tocou na corda musical: na nossa brasilidade[154] (n.1, de 20.01.1926, p. 6).

De outro lado, o livro de Menotti Del Picchia lançado pela Editorial Hélios como primeiro número da série "Novíssima", *Chuva de Pedra,* é considerado por Sergio Milliet um "bom livro passadista" (n. 1, de 20.01.1926, p. 6).

Em torno da análise da obra de Cassiano Ricardo *Borrões de Verde Amarelo*, Milliet acusa as fortes influências de Guilherme de Almeida sobre o poeta de *Evangelho de Pan*, que considera até positivas, e de Menotti, que considera "neutras". No entanto, constata também influências consideradas "ruins", como de Júlio Dantas e Martins Fontes. O crítico situa os poemas de Cassiano em "pleno simbolismo brasileiro" e ainda um "campo de batalha" entre várias influências.

> O ultimo verso é um achado magnífico. Confesso. Mas, repito-o ainda, não falta talento no livro de Cassiano. Talento, imagens, facilidade, fluência, eloqüência, tudo em abundância. Só falta personalidade. E não falei ainda da influência grande de Menotti e daquela, agudíssima, de Guilherme de

---

E o branco que veio do norte, e o verde
Que veio da terra, e o preto que veio de leste.

derivam um novo caminho, completam a cruz
unidos num só, fundidos num vértice.

Fusão ardente na fornalha tropical de barro ver-
melho, cozido, estalando ao calor modorrento
dos sóes imutáveis (sic)[...] (1925:24)

[154] É nessa crítica elogiosa a Guilherme de Almeida que Milliet fará a afirmação "só se é brasileiro sendo paulista, como só se é universal sendo de seu país" que provocará uma "Carta Protesto" de Mário de Andrade publicada no número seguinte (n. 3, de 27.02.1926, p.4), e posteriormente a réplica de Milliet. O tema discutido pelos autores se refere ao problema do regionalismo paulista. Diz Mário de Andrade: "Pois me parece, Sergio companheiro, que o sentimentalismo não está em gemer gozando os desejos que nascem no corpo e no espírito porém em se deixar levar por vaidadinhas rompantes e afirmativas sem realidade e perigosas. Perigosa como a de você que é desnacionalizante, irritante, errada. O Brasil é um vasto hospital. Amarelão de regionalismo e bairrismo histérico. Visão de míope sem futuro e sem presente. Cuidado com o saudosismo! É sintoma de decadência. Sergio, você errou, Sergio."

> Almeida, a tal ponto profunda nos bons poemas do livro, que nem vale a pena citar versos (n. 2, de 03.02.1926, p. 3).

Aliás, Guilherme e Menotti eram na época poetas já conhecidos fora de São Paulo. Pelo menos é o que deixa entrever o longo poema de Gilberto Freyre datado de março de 1926, *Bahia de todos os santos e de quase todos os pecados*, no qual o autor saúda a miscigenação e as cores baianas, mas critica seus oradores e, subliminarmente, a admiração dos baianos por algumas personalidades de "fora".[155]

> gente da Bahia!
>
> preta parda roxa morena
>
> cor dos bons jacarandás de engenho do Brasil
>
> (madeira que cupim não rói)
>
> [...]
>
> negras velhas da Bahia
>
> vendendo mingau e vendendo angu
>
> negras velhas de xale encarnado
>
> e de mole peito caído
>
> [...]
>
> sob corpos ardendo suando de gozo
>
> muquecas da preta Eva
>
> caruru vatapá azeite de dendê
>
> cachos de gordas bananas
>
> [...]
>
> mulatinhos de fala fina
>
> literatos que tomam a sério Mario Pinto
>
> Serva
>
> requintados que lêem Guilherme de Almeida e Menotti Del Picchia
>
> patriotas que dão viva ao sr. Pedro Lago

[155] Exemplar pertencente ao acervo do IEB-USP. Na década de 1920, Guilherme de Almeida viajará ao Sul do Brasil e ao Nordeste, com o objetivo de criticar o regionalismo, que inicialmente considerou um localismo estreito a ser combatido pelo modernismo. Como é sabido, vai encontrar oposição não só do grupo nordestino de Gilberto Freyre como de Augusto Meyer, no Sul do Brasil.

chegado do Rio pelo Ruy Barbosa

e outros com saudade do doutor Seabra.[...]

É interessante notar ainda que a comparação com o modelo americano da situação brasileira em termos de relações raciais aparece já em *Terra Roxa*, que avalia negativamente nossa situação. Na seção "Outras Terras", afirma-se:

> Poucas serão as pessoas que ignoram que, nos Estados Unidos, os descendentes dos antigos escravos atingiram um grau de cultura incomparavelmente superior ao dos nossos negros. Os daqui, por vários fatores, permaneceram colocados no mais baixo nível de civilização. Tem havido, é verdade, exceções. Mas estas, diante da grande maioria inculta, desapareceram praticamente. Em Norte-América, ao contrário, os negros sofreram a pressão de um meio cultural homogêneo, denso e superior, e reagindo, conseguiram alcançar um standard de civilização bastante elevado. Há lá, aos milhares, advogados, médicos, professores, jornalistas, engenheiros, escritores, industriais, milionários, banqueiros, etc. – todos negros. Entre eles como entre os brancos, há uma aristocracia, uma classe média e a arraia miúda. Ora, a nova geração afro-americana está empenhada em dar à sua literatura e à sua arte o cunho típico, racial, afastando-se quanto possível, da influência avassaladora dos brancos. (n. 7, 17.09.1926, p. 1)

Em torno do grupo Verde-amarelo, outros autores vão se reunir para aprofundar as pesquisas sobre o tema da brasilidade. Raul Bopp, por exemplo, antes de se ligar ao grupo da Antropofagia, de Oswald de Andrade, formou com Plínio Salgado uma dupla para aprofundar o estudo da língua tupi. Esses autores procuravam recuperar antecessores nacionalistas que o ajudassem a descobrir os vínculos tradicionais e as raízes profundas da cultura brasileira. Pioneiros regionalistas, como Valdomiro Silveira e Monteiro Lobato, foram relidos por esses estudiosos. Posteriormente, "surge, em seu lugar, outro grupo, com os mesmos elementos: o Grupo da Anta, já com um programa de estudos brasileiros e às voltas com a obra de Alberto Torres, Barbosa Rodrigues, Couto de Magalhães, Roquette-Pinto, Alarico Silveira" (RICARDO, 1970: 39).[156]

[156] Alarico Silveira era irmão de Valdomiro Silveira, considerado o pioneiro na literatura regionalista brasileira por vários paulistas.

Basta conferir as obras de Alberto Torres publicadas no meio da década de 1910 para perceber a força do legado das concepções nacionalistas que esses autores modernistas buscarão recuperar. Esses escritores conservadores destacarão, ao lado de Oliveira Vianna, Alberto Torres como um dos pioneiros na reflexão e construção de um projeto democrático adequado a um Brasil autêntico, crítico e distante das obsessões imitativas de transplantação de instituições e princípios europeus que as elites passadistas haviam desenvolvido.[157]

Em 1931, Cândido Motta Filho publica, como resultado de suas pesquisas o livro *Alberto Torres e o Tema da Nossa Geração*, com prefácio de Plínio Salgado.[158] Membros do grupo Verde-amarelo consideram Alberto Torres o apóstolo do "realismo social" no Brasil.[159] No que se refere à questão racial, os argumentos de Torres servirão de fundamentação para os modernistas de São Paulo viabilizarem uma direção otimista para a discussão, deixando de lado a importância dos argumentos ancorados na pureza ou na superioridade racial absoluta.

> A ambição ao domínio universal, das raças teutônicas, fundada na pretensão da sua superioridade, é um ideal político conhecido, que conta a seu serviço com a autoridade de uma ciência e de uma literatura, com a força econômica, o poder militar, aparente superioridade, física e mental, a real vantagem atual, destas raças. É uma pretensão infundada e injusta; e a todas as razões com que a ciência contemporânea respondeu à ciência dos imperialistas, o Brasil – museu vivo de etnologia e esplêndido laboratório de experimentação étnica – pode juntar documentos irrefutáveis. O teutão, localizado no Brasil, prospera ou declina, em função do meio físico ou da vida social, nas mesmas condições que o branco de origem européia meridional, o preto e o índio.

---

[157] Para Plínio Salgado, além dos autores citados, Euclides da Cunha e Farias Brito seriam os dois autores que inspirariam os escritores nacionalistas (PEIXOTO, 1940: 83).

[158] Para Luiz de Castro Faria: "Cândido Motta Filho foi uma figura extremamente importante: aluno da Escola de Direito de São Paulo, onde depois foi professor, pertenceu a movimentos nacionalistas da década de 1920, foi integralista, dirigiu o Departamento de Imprensa e Propaganda de São Paulo, foi membro da Academia Brasileira de Letras, ministro do Supremo Tribunal Federal, ministro de educação no momento de criação do ISEB, tem uma obra escrita volumosa." (FARIA, 2002:134)

[159] O pensamento de Alberto Torres é dos mais bem informados para a sua época em termos de discussão sobre a questão racial. O autor teve contato com o pensamento de Franz Boas e tentava dirimir certos preconceitos que considerava sem base científica, mas que orientavam o pensamento elitista brasileiro em sua época e as políticas imigratórias. Curiosamente, ao contrário de uma influente corrente da época, em sua versão o autor duvidava da concepção de que o cruzamento entre as raças produziria "progresso étnico" e achava preferível evitá-lo. De toda forma, em meio às suas preocupações patrióticas, A. Torres estabeleceu uma proposta política de defesa das raças inferiorizadas, como se depreende do trecho a seguir: "É o dever patriótico que incumbe aos brasileiros; e se alguma posição lhes cabe, na obra da civilização humana, esta posição não pode ser outra senão a de luta por seus patrícios, porque esta luta corresponde, precisamente à prática de uma única política imposta ao mundo, no presente: defender as raças e os povos colocados em nível de inferioridade por força de fatores do passado, de forma a permitir que, de posse de fatores cultos e racionais, manifestem, desenvolvam e aperfeiçoem suas qualidades naturais, tomando cada um a posição que lhe couber na sociedade cosmopolita" (1914: 197).

> Mas, apesar disto, a teoria continua a ser tema da polêmica política e eixo da luta das hegemonias, das influências, das supremacias (TORRES, 1914:137).

Luiz de Castro Faria, ao tratar da obra de Oliveira Vianna, comenta a identificação promovida pelos autores na década de 1930 entre obra de Alberto Torres e o pensamento desenvolvido por Vianna.

> Considere-se que Motta Filho é autor do ensaio *Alberto Torres e o tema da nossa geração*, publicado em 1933 (sic) pela Livraria Schmidt. O prefácio desse livro, escrito pelo chefe do integralismo Plínio Salgado, expressa claramente o sentido dominante da idéia de geração nos discursos da época:
>
> "[...] tal a situação brasileira quando a nossa geração de após-guerra começou a atuar. Desde aqueles dias começamos a dedicar todo o esforço ao estudo das questões do país. A grande obra de Oliveira Vianna trazia à nossa geração novas luzes para o conhecimento integral das populações brasileiras. E foi por esses dias que a obra de Alberto Torres avultou, aos nossos olhos como um grande nome."
>
> Esse "nós" abrangia os principais intelectuais à direita, centro e esquerda do período. Alberto Torres foi uma referência obrigatória para os nacionalismos de todas as tendências (FARIA, 2004:124).[160]

A idéia associada ao Brasil como um grande "laboratório de experiência étnica", em que as teorias européias das superioridades raciais não se comprovariam, é uma idéia presente já no pensamento de Alberto Torres que os nacionalistas verde-amarelos certamente conheceram desde a década de 1920.

2.3 Editorial Hélios

Em 1925, no bojo da movimentação verde-amarela, Cassiano Ricardo e os irmãos Del Picchia (RICARDO:1970,37) fundam a Editorial Hélios, responsável pela publicação de

[160] O livro sobre Alberto Torres tem o prefácio datado de 23.06.1931, mas no decorrer do texto afirma-se que o ensaio foi escrito em 1926.

obras que procuravam delinear os fundamentos do nacionalismo e do projeto político que compartilharia o grupo nos anos seguintes, fundindo as organizações.

Por meio dessa editora, os líderes verde-amarelos publicariam uma coleção também intitulada "Novíssima", "destinada a fixar o atual momento literário modernista", conforme anunciavam em cada nova publicação. O primeiro volume da série "Novíssima" lançado pela "Hélios" é *Chuva de Pedra* (1925), de Menotti Del Picchia; o segundo, *Borrões de Verde e Amarelo* (1925), de Cassiano Ricardo; e o terceiro, *O Estrangeiro*, de Plínio Salgado (1926).

> Para imprimir tais obras, Menotti e Cassiano fundaram a Editora Hélios Ltda., estabelecida à Rua Asdrúbal do Nascimento, 100, que, num Manifesto estampado na própria revista *Novíssima* n.º 11 (ago/set/25), se firmava como "empresa gráfico-editorial". Os fundadores se propunham a colocar à venda em livrarias, por todo país, suas primeiras edições "artisticamente organizadas, atinentes ao movimento literário e cultural brasileiro" (LIMA,1985:41).[161]

A série "Novíssima" é praticamente um monopólio dos membros do grupo, com publicações de obras dos autores a ele pertencentes.[162]

> Nesta preocupação de externar seus ideais nacionalistas, o grupo verde-amarelo não os restringia apenas "à linguagem específica na prosa e na poesia", como afirma Menotti em sua *A Longa Viagem*; mas os exaltaria também, e insistentemente, no aspecto gráfico e estético das publicações que traziam agora o timbre "Hélios".
>
> Coerentes com seu pensamento, valeram-se de elementos visuais, como as cores da bandeira brasileira, distribuídas pelas capas, em tarjas, molduras, títulos e mesmo em ilustrações, quando havia. Essa presença gráfica do nacionalismo aparecia na própria marca da empresa que, curiosamente, variava entre o perfil indígena e o globo estrelado com a faixa "ordem e progresso", imagem representativa da bandeira nacional. Este símbolo vinha

[161] Algumas obras tinham, de fato, a procedência e o endereço da editora: "Editorial Hélios – Magalhães, Ricardo e Comp. R. Asdrúbal Nascimento, 100 – São Paulo". Depois o endereço muda para R. Santo Antonio, nº 19.

[162] Cassiano Ricardo afirma que a coleção de publicações da Editorial Hélios se constituiu como "a primeira brasiliana aparecida em nosso país" (1970:37). Em algumas edições, a "Série Novíssima" vinha acompanhada pela propaganda: "Edição da Sociedade dos Bons Livros dos Autores Nacionais".

> centralizado ora na capa dianteira, ora no canto inferior da segunda capa externa (LIMA, 1985:41).

Sairiam ainda pela série, em 1926, várias obras, dentre elas:

- *A Outra Perna do Sacy*, de Menotti Del Picchia (ficção)
- *Toda Nua*, de Menotti Del Picchia (contos)
- *Vamos Caçar Papagaios*, de Cassiano Ricardo (poemas)
- *Raça de Gigantes*, de Alfredo Ellis Júnior (ensaio histórico)
- *Introdução ao Pensamento Nacional* – O Romantismo, de Cândido Motta Filho (ensaio literário)

Em 1927:

- *A Anta e o Curupira*, de Plínio Salgado
- *Discurso às Estrelas*, de Plínio Salgado
- *O Curupira e o Carão*, de Cassiano Ricardo, Menotti Del Picchia e Plínio Salgado
- *Por Amor do Brasil* (Discursos Parlamentares), de Menotti Del Picchia

Em 1928:

- *República dos Estados Unidos do Brasil*, de Menotti Del Picchia
- *Martim Cererê*, de Cassiano Ricardo

Figura 5: Logotipo da Editorial Hélios.

A Editorial Hélios buscava atuar também no mercado com outras linhas editoriais. Publicava obras não apenas vinculadas ao movimento Verde-amarelo, mas até de autores tidos como adversários a essas concepções. É o caso da obra *A Estrela de Absinto* (1927), de Oswald de Andrade, que sai em edição mais luxuosa se comparada às produções costumeiras da editora.[163] Alcântara Machado, ao retornar da Europa, reúne suas crônicas de viagem pela Europa no volume *Pathé-Baby* (1926). Em 1927, publicará também *Brás, Bexiga e Barra Funda*, pela mesma editora. *Sem Rei nem Roque*, volume anunciado por Armando Prado desde *Panoplia*, é finalmente publicado pela Hélios, em 1926.[164]

Figura 6: Ilustração de Brecheret para o livro de Oswald Andrade, publicado pela Editorial Hélios (1927).

A Editorial Hélios não se restringiu apenas à literatura.[165] Prestava-se não só a serviços de impressão de teses acadêmicas, como de cartilhas informativas e outros trabalhos

[163] Segundo as memórias de Cassiano Ricardo, Oswald imprimira outra obra na tipografia da editora: *Primeiro Caderno do Aluno de Poesia* (RICARDO, 1970:37).

[164] Armando Prado é uma figura emblemática na discussão sobre as representações em torno da questão racial entre a elite paulistana na virada do século. Segundo Darrel E. Levi: "O tema da raça lança uma luz adicional sobre a complexidade dos laços familiares ao considerarmos a posição de Armando Prado, o primo mulato de Antonio, Martinico e Eduardo. O pai de Armando era Eleutério Prado (1836-1905), primo irmão de Antonio, companheiro de viagens à Europa e amigo íntimo até os últimos anos da década de 70. Depois de uma rebelião por um casamento ao qual a família negou permissão, Eleutério começou a viver abertamente com duas cozinheiras negras. Como resultado, foi ofendido pela maioria dos Prado mais velhos, que o apelidaram "o negreiro". Eleutério educou seus filhos, e o mais velho, Armando (nascido em 1880), tornou-se o orador de sua turma da Faculdade de Direito, editor de jornal, diretor de arquivo estadual, historiador amador e deputado estadual e federal. Muitos dos mais jovens Prado, mais notavelmente Paulo e Antonio Junior, eram amigos de Armando e seus irmãos, o que de alguma maneira atenuava a estranha posição ocupada pelos Prado mulatos." (LEVI, 1977: 129)

[165] A segunda edição de *A Mentirosa de Olhos Verdes*, com algumas modificações ligadas à nova fase de Cassiano Ricardo, foi publicada pela Hélios, em 1926. Grande é a lista de autores menos conhecidos que tiveram suas obras publicadas pela Editorial Hélios: *O Gaúcho*, de Paulo de Freitas (1926); *À Margem dos Cariris*, de Zenon Fleury Monteiro (1926); *De Pé no Chão*...(Ensaios de Psicologia Rural) Aspectos Regionais Paulistas, de Dario de Jesus (1926); *Morrer na Véspera*, de Rocha Ferreira (1926); *De Mãos Postas*, de Cleomenes Campos, (1926); *A Garganta do Diabo*, de Antonio Carlos da Fonseca (1926), com ilustrações de Menotti Del Picchia; *Boitatás*, de Saturnino Magalhães (1926); *Espelho Mágico* (1926), reunião de crônicas sobre Olavo Bilac, de

tipográficos comerciais. Imprimiu obras na área de medicina e psiquiatria, como *Contribuição ao Estudo do Simbolismo Místico nos Alienados* – um caso de demência precoce paranóica (1927), do especialista em psicanálise Osório César. Na área de direito, a editora aposta em algumas obras, como *A Função de Punir*, de Candido Motta Filho (1927).[166]

Uma obra que obteve bastante sucesso na primeira edição foi o romance *O Estrangeiro* (1926), de Plínio Salgado.[167] A primeira tiragem esgotou-se rapidamente e a segunda foi lançada no mesmo ano, tornando conhecido o autor.[168] Com o sucesso de *O Estrangeiro*, Plínio foi homenageado pelos colegas de *O Correio Paulistano*. Na ocasião, fez

---

Mello Nogueira; *Pedro Famalicao & Cia*, de Albertino Moreira (1927); *No País das Tartarugas* (Aspectos Amazônicos), de Armando Luís Silveira da Motta (1927); *Este é o Canto da Minha Terra...*, de Antonio Constantino (1927); *Maria* (poesias), de Laurindo de Brito (1927); *Reticências*, de Santa Melillo (1927); *Primeiras Labaredas*, de Jonny Doim (1927); *Volúpia Maternal*, de Yaynha Pereira Gomes (1927); *A Comédia do Coração* (Peça Teatral), de Paulo Gonçalves (1927) e *O Ermitão que se fez Diabo* (1928), de José Ferreira de Mello Nogueira, dentre outros.

[166] Uma tentativa que parece não ter tido continuidade foi a de lançamento de edições populares de "contos nacionais". Em 14 de agosto de 1926, foi publicado *O Isidoro*, de Plínio Salgado. O formato editorial escolhido transformava a publicação em uma oportunidade de espaço a mais para propagandas e divulgação das biografias e obras dos autores envolvidos no movimento nacionalista. No exemplar, a propaganda da obra *O Estrangeiro* é feita nos seguintes termos: "É o romance em que, pela primeira vez, são focalizadas no caldeamento das correntes imigratórias, no Brasil, as duas expressões da alma nacional: a dúvida e a esperança".

[167] Oliveira Vianna parece ter enviado elogios à obra *O Estrangeiro*, pois Plínio Salgado responde sua correspondência com agradecimentos.

S. Paulo, 10 de outubro de 1926

Presado Sr. Dr. Oliveira Vianna,

Recebi sua carta com a mais viva alegria. A sua obra formidável, que tanto admiro, dá a suas palavras um valor que extraordinariamente me desvanece.

Devo-lhe uma explicação, porém, quanto á parte final de sua carta, ou antes, uma resposta á suggestão que me faz. Acho que a obra de ficção é um complemento indispensável á obra sociologica. O sociologo, por exemplo, estuda, expõe, explica a existência do fazendeiro. Mas ele não póde estampar, ao vivo, a dôr do fazendeiro, a farra do fazendeiro, a alegria do fazendeiro. A ficção concretiza no episodio o phenomeno psycho-social; é uma espécie de illustração á obra de bases scientificas. Tornam-se necessarios muitos romances como o meu, numa época em que há trabalhos gigantescos como o seu.

Aquelle grande plano que me suggere deve ser tratado pela sua pena. Que prodigioso seria! Dum ponto de vista mais geral o Sr. já realizou isso, nas"Populações Meridionais". Mas S. Paulo dos dias atuaes está pedindo uma fixação urgente.

A mim, falta-me a sua cultura, a sua capacidade de estudo e realização, sobretudo, tempo. Sou um homem sem tempo, e o meu estylo reflete a minha vida: tive de recorrer á syntese, que ás vezes resvala pela obscuridade, para despejar esta onda de impressões e sentimentos, de intuições, de audições secretas de marchas obscuras, que tumultuam dentro de mim.

Além do mais, soffro a doença da poesia, que me exalta, diante dos phenômenos e me impossibilita, por excesso lyrico o desenvolvimento scientifico dos themas.

Esses os motivos por que não posso acceitar o seu conselho, que tanto me honra, porque de tanto e tanto me julga capaz.

Immensamente agradecido pelas suas palavras, aqui continúa, muito seu admirador, enthuasiasta admirador, o confrade e contemporâneo

Plínio Salgado.

(Correspondência pertencente ao acervo da Casa de Oliveira Vianna – Niterói – R.J).

[168] Segundo as lembranças de Plínio Salgado, a primeira edição esgotou-se em vinte ou trinta dias (PEIXOTO, 1940: 83; SALGADO, 1956: 373). Recebeu críticas e comentários de Tristão de Athayde, Nestor Victor, Jackson de Figueiredo, Monteiro Lobato, Motta Filho, Andrade Muricy, Agripino Grieco, José Américo de Almeida, dentre outros escritores.

uma conferência, cujo conteúdo terá repercussão para a vertente nacionalista conservadora, denominada "A Anta e o Curupira".[169]

O Estrangeiro (Crônica da Vida Paulista) (1926) tem a sua narrativa desenvolvida a partir da chegada de Ivan, um imigrante russo, a Piratininga, à procura de trabalho. As personagens têm seu trânsito entre a grande e a pequena cidade, a fazenda ou o sítio e o sertão. São "paulistas antigos", pequenos proprietários rurais, caboclos e estrangeiros em busca de uma nova pátria que se relacionam na trama do enredo.

O tema central é o problema do choque dos primeiros ocupantes do território paulista (família Pantojo), "raça" em decadência e sem "energia", com a chegada dos imigrantes italianos (família Mondolfi), em franca ascensão econômico-social. O livro expressa, assim, o perigo da decadência do elemento nacional diante da concorrência estrangeira.

A esperança de uma sociedade americana diferente da Rússia ocupa o pensamento de Ivan:

> Aqui, sem prerrogativas de nascimento, sem brazões nem escudos de armas, efetiva-se o ciclo da evolução social. O homem entra pela porta da escravidão e sai pela da opulência. E apenas os fracos sucumbirão na luta, em que se forja o Deus-Cíclope-Indivíduo (1926:19).

São as diferentes raças que se encontram para o surgimento de um novo tipo racial e uma alma coletiva ainda não definidos no estágio histórico de uma terra jovem, segundo o narrador.

> Fora, irmanados numa horda bárbara, mulatos, negros, caboclos, italianos, espanhóis e turcos englobavam sotaques babilônicos de procedências díspares fraternizadas no idioma germinal, em torno da fogueira alta na noite alta (1926:119).

Ivan torna-se administrador de uma das fábricas da família Pantojo (burguesia paulista), com sucesso nos negócios.[170] Duas possibilidades de resposta em torno dos ideais

[169] A festa foi realizada no salão nobre do *Correio Paulistano*, quando foi entregue ao autor um bronze simbólico e lida a conferência (SALGADO, 1955:10). Essa conferência "seria considerada o Manifesto da nova corrente em que se dividia o Movimento Modernista" (GUELFI, 1987:135).

[170] A esperança de Plínio Salgado para a descoberta e construção da nação é depositada na personagem Juvêncio, literato em constantes incursões (forma metafórica de novas bandeiras) pelo sertão.

igualitários perturbam a personagem russa criada por Plínio Salgado, que demonstra insatisfação diante de qualquer uma das soluções – a comunista ou a liberal –, a última associada a um determinado tipo de catolicismo.

> A fábrica de Ivan, organizada por um sistema novo, surgia no panorama das indústrias como um bloco inicial de terra firme da Canaã vindoura.
>
> Na terra paulista, entre os sonhos de aventuras e de grandeza, o ideal cristão de igualdade, – tal o concebiam os apóstolos comunistas –, ou o ideal também cristão de desigualdade harmônica, – tal o pensamento católico-burguês –, nem um, nem outro, poderiam satisfazer os secretos intuitos de Ivan. Intuitos tenebrosos de vingança.
>
> Assim pensava; e procurava construir o seu pequeno mundo, tomando como princípio a própria ambição humana, o faro da Fortuna, como ele o denominava. (1926:152)

A personagem de Plínio Salgado deixa entrever que a proposta de uma "nova" forma de relacionamento com os preceitos igualitários das doutrinas em voga já havia se disseminado por meio do discurso de certos católicos, ou seja, a proposta de uma forma "orgânica" de ordem social, em que a proposta de construção de uma "desigualdade harmônica" seria um maneira de respeitar e conciliar o Estado e a ordem jurídica com os preceitos cristãos.[171]

Em *A Anta e o Curupira*, Plínio Salgado procura delimitar algumas das diretrizes do movimento Verde-amarelo.[172] Em São Paulo, o autor constata a presença de três feições condicionadas pelo meio em que se desenvolveram: a sertaneja, a rural provinciana e a urbana. A ação do meio sobre o homem, do ponto de vista físico e moral, seria um fato inegável, ao qual estaria submetida também a arte. Uma obra de arte mais humana seria

[171] Uma publicação que discutiu, por meio de artigos de vários autores, a relação entre Igreja/Estado, catolicismo/liberalismo/fascismo, foi a revista *Hierarquia*. Dirigida por Lourival Fontes, o primeiro número da revista foi publicado em agosto de 1931 e contou com colaboradores de diferentes vertentes: Plínio Salgado, Sergio Buarque de Holanda, Oliveira Vianna e Tristão de Athayde. A tensão criada para a defesa da liberdade sem abrir mão do princípio da autoridade nos artigos de alguns autores é visível. A discussão se inscreve em debate maior sobre a interferência da Igreja Católica no Estado brasileiro pós 1889 e pós 1930.

[172] O "Movimento da Anta" seria resultado das transformações pelas quais passou o grupo Verde-amarelo e culminaria com a reação às propostas do "Movimento Antropófago", liderado por Oswald de Andrade. Nesse sentido, reafirmaria a busca pela pureza e a influência tupi na formação da civilização brasileira. O símbolo da "anta", assumido pelo grupo, foi caracterizado como um motivo "genuinamente brasileiro", adequado a criar no país uma nova consciência da nacionalidade. Em 17 de maio de 1929, publicou, no *Correio Paulistano*, o "Nhengaçu Verde Amarelo", com as novas diretrizes do movimento.

aquela que resultasse e retratasse fatalidades étnicas, geográficas, climatéricas, o ritmo de trabalho, desequilíbrios culturais, ou seja, tudo que fizesse parte da nacionalidade.

Enquanto via a "crise negra" nos Estados Unidos ainda como uma incógnita para o futuro americano, já o sentimento de brasilidade seria, no Brasil, o resultado da herança e do sangue tupi, melhorado pelas misturas raciais.

> Eu creio que esse sentimento tem raízes profundas na Nacionalidade porque provém da primeira raça. O sangue negro, o português, o espanhol, o italiano, o alemão, o asiático, tudo aqui entrou, mas não o destruiu. Modificou-o, para melhor; de sorte que, quando ele não atua na imediata colaboração biológica, faz-se sentir pela presença, no meio cósmico. Ele se reflete em todas as manifestações vitais do país. Creio que ao caboclo brasileiro está destinado um grande papel no mundo. Não já agora, mas hão de ver (SALGADO,1927:12).

A "nostalgia do Oeste", que determinaria as incursões dos bandeirantes, provavelmente teria sido plantada no nosso sangue pelos primeiros cruzamentos de raças com o elemento tupi, fonte da unidade racial brasileira. O autor nega a superioridade racial européia, argumentando que a situação brasileira nesse ponto seria mais favorável. A nossa brasilidade, definida pela ausência de preconceito étnico, nos colocaria em direção ao encontro da "quinta raça".

> O preconceito da superioridade das raças, lembra José de Vasconcellos, é um argumento de combate. Ora, nós brasileiros, preocupados com as conclusões dos europeus, assentamos que o maior vexame a que nos poderão expor é o dizerem que não somos uma raça absolutamente latina. E vamos mais longe: além de nos horrorizarmos ante a informação de viajantes que nos dizem negros; além de nos indignarmos se um globbe-trotter se referir a nossa origem tupi, ou simplesmente contar que ainda há índios no Brasil, – vamos mais longe, lamentamos que o nosso país não tivesse sido colonizado pelos holandeses, que aqui não houvessem triunfado as armas do Nassau, ou mesmo de Villegaignon, ou Cavendish... Repudiamos as nossas três origens! Mais longe ainda: quando outros povos começam a entrar aqui com o seu contingente, tratamos logo de os deprimir, ao mesmo tempo em que nos submetemos a eles... Assim é o nosso *snobismo* (1927:18).

O autor atribui, assim, ao elemento indígena a fração contributiva responsável pela particularidade brasileira. O Tupi seria o denominador comum que engendraria a nossa unidade racial e que havia propiciado a adaptação do branco no trópico. Os elementos capazes de rejuvenescer a língua brasileira também estariam no tupi, segundo o autor, depois de séculos de artificialismos e imitações da cultura européia a que fomos condenados por uma formação jesuítica e clássica.

> Em relação ao índio, penso que ele nos dará a chave de inúmeras revelações. Ele é incontestavelmente, o fator preponderante na formação dessa grande raça harmoniosa do futuro, constituída de elementos de todas as raças adaptadas na América do Sul. O grande sonho imperialista desse povo vai realizar-se um dia sem efusão de sangue, mas numa eucaristia de sangue de todas as raças no matrimônio da humanidade (1927:19).

Enquanto na Europa o primitivismo e o regresso aos materiais seriam artifícios ilegítimos, no Brasil até mesmo a presença de caracteres onomatopéicos de origem indígena poderiam ser considerados indícios de brasilidade, o nosso substrato americano, sob as aparências regionais, o que poderia mostrar a existência de uma identidade moral e de sentimentos na "raça brasileira" (SALGADO, 1927:20).

2.4 Arte e política

Menotti seria eleito deputado estadual pelo mesmo Partido Republicano Paulista em 1926, substituindo Luís Pereira de Campos Vergueiro, que passara para o Senado. Plínio Salgado também se elegeria deputado estadual pelo PRP, indicado por Júlio Prestes.[173] Juntos, formaram na Câmara a "dupla verdamarela".

Segundo sua memórias publicadas no início da década de 1970, a vaga lhe fora articulada por Carlos de Campos, líder do governo paulista na Câmara Federal e sucessor na presidência do Estado, homem que Menotti considerava ter tido um papel decisivo em sua carreira política. De Carlos de Campos, presença assídua no jornal do PRP, o autor guardara a imagem de um temperamento pacífico e "generoso", preocupado em dar esmolas a mendigos

[173] Plínio Salgado foi eleito para a Assembléia do Estado em 1928.

negros nas noites frias da cidade de São Paulo.[174] Na ocasião, seguiram o exemplo do líder outros freqüentadores do *Correio Paulistano*: coronel Ataliba Leonel, Júlio Prestes e Flamínio Ferreira Pinheiro Machado, diretor geral do jornal e também colaborador para o êxito de Menotti como jornalista político. Foi ao lado desses senhores que Menotti Del Picchia participou da Revolução de 1924, saindo vitorioso, pelo menos temporariamente.

> Cumprindo sua promessa Carlos de Campos obteve da Comissão Diretora do Partido Republicano Paulista minha indicação para deputado Estadual. Um "ukase" dessa editorial cúpula política localizou minha candidatura numa zona na qual mal pusera o pé. Eu então mal conhecia Sorocaba, Itapetininga, Tatuí, Capão bonito, etc., cidades em algumas das quais apenas tinha estado de passagem na Revolução de 1924 e que iria representar no Congresso do Estado. Podia orgulhar-me dessa imprevista escolha ao arrepio da tradição perrepista porquanto eu era um novato da política partidária e preteria candidatos imanentes da vasta região. Sendo, porém, redator político do órgão máximo do PRP, não iria circular como um corpo estranho, porquanto o partido funcionava como uma força unitária cobrindo todo o Estado. Não deixava, porém, de ser chocante que um deputado – aliás, tão jovem e sem raízes numa tradição partidária regional, nem ligado ao clã de algum soba político pertencente à poderosa casta do coronelato interiorano como os Junqueiras, os Lacerda Franco, os Leoneis, os Rodrigues Alves, os Prestes – preterisse algum filho da terra já com direitos hereditários a uma cadeira na Câmara.
>
> Eu, entretanto, como redator político do "Alcorão" perrepista e já popular como poeta – seria mais um milagre do "Juca Mulato"? – não encontrei nenhuma oposição em territórios eleitorais para mim virgens. Minha primeira eleição como Deputado Estadual realizou-se a 12 de julho de 1926, sendo reeleito em 28 de fevereiro de 1928. Duas legislaturas foram a abertura da minha longa carreira política. Ambas as eleições decorreram pacíficas, pois eu já sabia de antemão com quantos votos seria eleito (DEL PICCHIA, 1972: 203).

[174] O autor assim relembra o episódio: "Encontramos, como que enrolado em si mesmo dentro dos trapos da roupa em frangalhos, um preto velho, mão trêmula escondida a esmo para a noite. Nem parecia nos ver. Balbuciava, com voz gosmenta, talvez já cozida pela bebedeira, monocordicamente: – Uma esmolinha pelo amor de Deus..." (DEL PICCHIA, 1972: 180).

Conforme relembra Cassiano Ricardo, durante o governo de Júlio Prestes, ele também teve oportunidade de tornar-se deputado estadual, o que não se concretizou.

> Júlio Prestes estava na chefia do governo do Estado e havia acompanhado – como estadista de idéias novas que foi – tudo quanto escrevíamos.
>
> Chamou-nos a palácio, em determinado momento, para um bate-papo cordial, literário e político, dizendo-nos, a mim, Plínio e Menotti, que nos queria fazer deputados estaduais na primeira e próxima eleição. "Vão procurar os chefes de cada região a que pertencem e digam a eles que é este o meu propósito."
>
> Foram Menotti e Plínio eleitos. Sem vocação partidária, fiquei à margem por não me haver acertado com o Coronel Cursino, chefe do PRP em São José dos Campos. Outros convites havia eu de receber em várias ocasiões mas o resultado seria o mesmo: negativo (RICARDO, 1972: 45).

Os vasos comunicantes do projeto estético verde-amarelo com o discurso político nacionalista que os autores desenvolveram pode ser confirmado pela leitura de *O Curupira e o Carão*, coletânea lançada em 1927, que reúne artigos publicados no *Correio Paulistano* de 1922 a 1927 por Menotti, Plínio Salgado e Cassiano. Os autores se dizem unidos pela "afinidade de sentimentos" e pela "coincidência de objetivos" no sentido da renovação nacional, política e literária, o que formaria uma corrente de idéias. A arte seria tomada pela sua mais alta função, em direção à busca de manifestações genuinamente brasileiras.

> Através das colunas do *Correio Paulistano* e da Rádio Educadora Paulista que, a partir de 1927, passa a irradiar os seus artigos, os verde-amarelos encetam uma inflamada campanha contra o liberalismo, percebendo-o como uma ameaça à nacionalidade. O voto secreto, a soberania popular, partidos de oposição, enfim, tudo aquilo considerado como corolário do discurso liberal é violentamente combatido enquanto corpo estranho à nacionalidade (VELLOSO, 1983: 65).

O ponto comum que serviu de apelo para o grupo e de ponto de contato com o movimento modernista como um todo foi uma espécie de neo-indianismo, elemento essencial para a definição da particularidade nacional para esses autores, como foi visto no texto de Salgado. Como desdobramento dessa fase é que surgiria o Movimento da Anta, com

intenções de aprofundar as pesquisas em torno da língua tupi e da "redescoberta de Anchieta", defensor dos selvagens e a mais remota filiação do indianismo romântico (OLIVEIRA LIMA, 1889: 653; RICARDO, 1970: 36). O conceito de consciência cósmica, associado às origens raciais diversas, também é recorrente no pensamento dos três autores.[175]

O Curupira representaria, segundo eles, o espírito renovador do movimento, enquanto o Carão, "o pássaro que não muda de penas", representaria o passadismo, os incapazes de renovar-se e mudar de idéias. A Anta seria eleita o "totem racial" dos verde-amarelos por ser o totem da raça tupi. A afirmação de um "homem síntese" brasileiro, resultado da reunião das raças em um meio geográfico particular, desconhecido da cultura dos filósofos, é uma preocupação constante no pensamento desses autores.

Plínio Salgado reafirma a expressão inédita de ausência de preconceitos raciais como uma característica própria de nosso povo. O autor vê em São Paulo, especialmente, a efervescência de uma brasilidade baseada no não-preconceito racial.

> Todos os Estados do Brasil passarão pelos ciclos por que transita São Paulo; mas, por enquanto, é o nosso Estado que, antes de qualquer outro, sente os efeitos deste tumultuar de aspirações, de anseios, que se multiplicam e se fundem numa expressão inédita de povo, em que os prejuízos raciais, os preconceitos seculares, se destroem na luta formidável para, livre de todas as peias, o indivíduo se projetar fortemente delineado na sua inconfundível originalidade (SALGADO, 1927:32).

Cassiano Ricardo afirma ser contrário às pretensões de uma arte "supra locum", pois esta só poderia ser "incaracterística". Para o autor, a universalidade seria uma conseqüência da originalidade da arte e a busca da originalidade, um objetivo inegociável para os brasileiros contra todas os anseios de importações de culturas alheias.

Tanto a descida da Anta, totem tupi, em direção à conquista de tupiretama no período pré-descobrimento quanto a nossa formação mais recente de entrada de imigrantes de todas as proveniências seriam marcos profundos na formação de nossa originalidade vital. Nesse sentido, o autor reitera a afirmação dos companheiros de ser o nosso panorama racial único em todo o mundo. Seria necessário encontrar um meio eficaz para representar a nossa

[175] O mexicano José de Vasconcellos – com a idéia de formação na América de uma "raça cósmica" – é um dos autores freqüentemente citados pelos integrantes do Grupo Verde-Amarelo.

realidade, de forma direta e prática, voltada aos estudos de nossos problemas, em condições de produzir uma literatura própria.

> Em política, a mesma coisa. Não é possível acreditar em fórmulas de felicidade coletiva importadas de outros países com uma temperatura moral e política diferente da nossa. O providencialismo do voto secreto é outra flor de retórica (1927: 53).

Para o autor joseense, nesse momento, o Curupira, ou Caapora, seria o símbolo mais adequado para representar a permeabilidade do homem brasileiro, particularidade inédita "no drama em que vai cessar a dispersão de todas as raças para elaboração do homem-synthesis" (1927:66). O curupira seria a melhor representação da alma nacional em sua permanente inquietude.

> Admira-me como não tem ainda um monumento esse grande símbolo de unidade nacional, essa síntese de unidades étnicas, de identidades humanas e de características de idades. Mas, não com o granito, e sim com nosso trabalho, vamos homenageando o "caapora", que está longe, acendendo o seu fogo no mato (1927:69).

Menotti Del Picchia, por sua vez, proclamaria a liberdade da forma poética como adequada a traduzir a paisagem e os assuntos brasileiros (1927:57), criadora de originalidade e idealismos orgânicos. O autor manifesta rejeitar a "geleira de mármore de Carrara" do parnasianismo, que impediria a manifestação estética de cada temperamento individual, mas também os preceitos da escola futurista de Marinetti ou de qualquer escola. Só os anseios de liberdade bastariam para justificar o agrupamento em torno do movimento modernista, pois qualquer orientação teórica que tivesse a pretensão de criar "escolas" e ditar preceitos tenderia a enjaular a criatividade individual.

> Mas, se atendermos à realidade das cousas nesta frescura do amanhecer brasileiro – veremos que nós, de todos os povos do mundo, somos o único povo onde a vida, cheia de humanidade nova, "ainda aturdida pelo rumor da gênese", poderia ser novamente surpreendida na sua fonte de elaboração misteriosa, do mesmo modo por que os poetas da antiguidade a surpreenderam nos tempos límpidos, feitos de indecisão e alvorada. Que

> coisa teria, até hoje, evitado o contacto dos nossos imaginativos e criadores com que esse mundo de material inédito, que está na tragédia cósmica do Amazonas, na conquista do trópico, no drama em que vai cessar a dispersão de todas as raças para a elaboração de homem-syntesis, na substância constitutiva do nosso idioma sem cultura de filósofos e sem ódio de gramáticos e, se quiserem ainda, no mundo ainda verde da teogonia indígena, com suas criações de infinita poesia e com os símbolos de incomparável verdade humana? (DEL PICCHIA, 1927: 65).

Plínio Salgado e os verde-amarelos elegem Raul Bopp como um representante dos valores autenticamente nacionais, por ser ele grande conhecedor do território brasileiro, viajante pelo interior, sem ter tomado conhecimento do território europeu. A arte de Bopp seria uma comprovação da existência de uma "feição puramente americana, brotando da terra e da raça" (1927:74).

Em "Nem Rui, nem Jeca", Cassiano Ricardo enfatiza que o erro de Rui Barbosa foi partir de juízos *a priori*, baseados em uma cultura humanista européia, afastados da observação e das verdades étnicas e sociais brasileiras. De outro lado, a visão ufanista de uma terra brasileira dadivosa, que dispensaria a necessidade de esforço do homem interiorano, causa de sua indolência, incultura e analfabetismo, seria igualmente equivocada. Contra o último equívoco, o autor propõe a afirmação do espírito bandeirante para conquista do território de um ponto de vista geográfico e econômico. É marcante no pensamento de Cassiano Ricardo a concepção da existência e da necessidade de definir uma "natureza" brasileira, da qual derivariam verdades sociais iniludíveis.

> Esses preconceitos são crassas revelações de uma velha mentalidade radicalmente divorciada dos fenômenos naturais que nos cercam e das verdades substantivas que o simples contato com a realidade brasileira, nos faz aprender (1927:87).

Plínio Salgado também atribuirá a Anchieta a mediação matrimonial do branco com indígena, responsável pela expansão bandeirante.

> Acredito que, além do meio cósmico, há também o meio étnico. E, não fosse esse meio étnico, pelo qual passaram os europeus nas longas décadas pré-bandeirantes, e o branco não entraria no sertão. O matrimônio celebrado por

> Anchieta, das duas raças, que se defrontaram como noivas, possibilitou as investidas – mais tarde – dos Fernão Dias, dos Raposo Tavares, dos Paschoal Moreira e Anhangueras" (SALGADO, 1927:92).

O modernismo brasileiro, para Plínio Salgado, começaria com a recuperação do papel do indígena na formação da nacionalidade, propiciando a criação de uma arte local com elementos exclusivamente brasileiros. Proclamar a revolução da Anta, para o autor, significaria reafirmar a nossa liberdade social e política perante os movimentos e preconceitos europeus.[176]

> Do ponto de vista de nossa política imigratória, podemos dizer que a Anta será uma espécie de "dominador comum" (sic) das expressões fracionárias do conjunto étnico brasileiro. Nestas condições, pondo de lado os preconceitos de cultura e civilização próprias que cada raça traz para aqui; relegados para o plano das inutilidades os ideais de predomínio dos grupos co-imigrantes, ideais que são patentes na política "*jus-sanguinis*" dos países de emigração: desaparecidas no Novo Mundo incompatibilidades nacionais do Velho Continente – tudo se reduzirá a um caminhar uniforme para a realização de um tipo futuro americano, a "quinta raça", como a denomina José de Vasconcellos (1927: 95).
>
> Menotti Del Picchia considerou seus discursos parlamentares dessa época como a contribuição do pensamento político da ala verde-amarela para a reconstrução nacional.[177] Nesses discursos, manifesta-se o anseio do autor em encontrar uma expressão "genuína" da nacionalidade, contra a adoção de idéias postiças, marco também do seu ideário na literatura. O autor avalia a conjuntura da época como um momento de "anarquia espiritual": ao mesmo tempo em que elogia alguns homens lúcidos, detentores das "forças salvadoras" da tradição política brasileira, faz um apelo no sentido da manutenção do "espírito democrático" e da "harmonia íntima" da família tradicional brasileira.[178]

---

[176] Plínio Salgado atribuía a Oliveira Vianna a idéia dos sertões como o lócus das grandes reservas nacionais, fonte de toda a brasilidade (1927:96).

[177] Muitas das idéias que Menotti propagava na Câmara Estadual podem ser contempladas na obra *Por Amor ao Brasil – Discursos Parlamentares* (1927). Por essa época, a orientação nacionalista do movimento modernista já se consolidara. O volume contém uma nota com as congratulações do presidente Júlio Prestes pelos discursos de Menotti.

[178] Sobre o envolvimento de Menotti e Cassiano com o PRP e as razões sociopolíticas das diferenças ideológicas com os "democráticos", ver Miceli (2001: 88-105).

Além do mais, denuncia o papel exercido por Rui Barbosa na criação de um "idealismo utópico", que "envenenaria" as elites nacionais, criando uma mentalidade "litorânea" e platônica, que fechara os olhos para a realidade brasileira.[179] Contra esse estado de coisas, Menotti opõe o "idealismo orgânico", consciente dos fatores históricos que entrariam na formação nacional. Ele aponta essas formas de "idealismos" como um par dualista em conflito no País.

> O mal-estar dos espíritos decorre da ignorância dos fatores históricos que estão processando a formação nacional. O homem culto, mas pouco vidente e prático, tenta, após malsinar a sua raça, dar-lhe uma estrutura político social moldada pelo seu pensamento. Ainda não preparado, o organismo nacional resiste; a lucta de idéias faz-se conflito armado (1927: 22).

O idealismo utópico representaria um pensamento retrógrado, afastado da evolução política brasileira, e ter-se-ia incorporado na oposição levada a cabo pelo Partido Democrático. Menotti coloca-se como um porta-voz da geração nova, que quer solucionar a crise de acordo com as "diretrizes vitais" do espírito nacional, assinalando a importância do "pragmatismo racial" no Brasil.

> É o *idealismo orgânico*, de que fala Oliveira Vianna, o movimento pragmático que parte do "hinterland" para o litoral, oriundo de um sábio instintivismo, criado pela adaptação de nossa civilização ao meio ambiente. [...]
>
> Esse *idealismo orgânico* não é injusto porque não malsina: analisa e julga. Sua função primacial é colher as permanências psicológicas de nosso povo, para riscar as fronteiras de nossa consciência, afirmá-la autônoma e precisa, em face das nações mais cultas do universo (1927: 24, 25) (grifos da publicação).

Menotti reclama a falta de "espírito de relatividade" dos utopistas ao não considerarem as possibilidades físicas e espirituais da ação do homem brasileiro, de acordo com o meio em que está inserido, seu espaço e seu tempo. "Eu amo o caipira e o caboclo, com

[179] Rui Barbosa foi tomado na época como a encarnação de um símbolo de defesa em favor do liberalismo e dos ideais igualitários, e por isso foi duramente combatido pelos defensores de certos argumentos positivistas e organicistas.

quem me igualo e me orgulho (*muito bem*) e cujo heróico esforço cantei em todos os meus livros" (1927: 28) (grifo da publicação). Afirma amar o Brasil como ele é, elogia a solução racial e exalta a democracia genuinamente "brasileira".[180] O autor associa o caldeamento das raças ao instinto igualitário e democrático do povo brasileiro.

> Etnicamente, por um prodígio de assimilação racial, solucionou o problema do caldeamento das raças, absorvendo, para a formação de um tipo étnico único, o indígena, o preto, evitando-nos o drama racial que tanto preocupa os Estados Unidos. [*Muito Bem*]
>
> Socialmente, mercê do instinto igualitário que preparou, desde a aurora colonial, o nosso *actual regimem*, processou a fraternidade – como admiravelmente observou Washington Luis – sendo, pois, o único povo da terra que inaugurou, no sentido mais lato e legítimo da palavra democracia (1927: 30) (grifos da publicação).

Saber que havia uma realidade brasileira irrevelada, ou seja, a preocupação de "revelar o Brasil aos brasileiros", concretizando a consciência da terra, aparece em inúmeros trechos escritos por Menotti Del Picchia.[181] A percepção de haver uma correlação entre os ideais democráticos e a "fraternidade racial brasileira" permite a autores como Menotti olhar com reservas o quadro apresentado no caso norte-americano e evidenciar as vantagens da nossa formação. A idéia de estar o Brasil caminhando para um "tipo étnico único" por meio da miscigenação indicaria a possibilidade de uma solução "prodigiosa" para o problema da diversidade racial, já em andamento. De outro lado, esses autores, por meio da aproximação dos conceitos de democracia e raça, apresentam, de modo articulado, aos novos imigrantes e estrangeiros uma maneira de colocar em valor as especificidades brasileiras. Em São Paulo, autores como Menotti projetariam a imagem de uma sociedade aberta à imigração, vinculada a um modelo harmônico e fraterno de sociedade.

---

[180] Ver, nesse sentido, também os textos de Plínio Salgado, Menotti Del Picchia e Cassiano Ricardo em *O Curupira e o Carão*, de 1927.

[181] Na continuação dos discursos, Menotti traça a gênese do Partido Democrático e critica sua plataforma, principalmente o voto secreto e a defesa da liberdade feita pelos democráticos como demagogia. Em seguida, descreve o PRP e o que seria sua ação político-administrativa. A fundamentação de sua posição será exposta nos ensaios políticos que escreverá após 1930.

2.5 *A Outra Perna do Saci*

Em 1926, Menotti publica dois livros de contos, *Toda Nua* e *A Outra Perna do Saci*, ambos pela "Série Novíssima".[182]

Nesses contos, o autor faz referência a Freud, ao focalizar as características psicológicas das personagens, porém continua a explicar o destino dos indivíduos por meio de determinações de ordem biológica, usando freqüentemente argumentos em torno do problema dos atavismos. Muitas vezes, o narrador expressa uma visão realista ou pessimista do humano, cuja "bondade" é vista apenas como disfarce para o interesse. Personagens da cor negra surgem esporadicamente, algumas vezes, na pele de seres dóceis e bondosos. Assim o padre Eusébio, do conto "O Árbitro":

> O chefe dos vigilantes era Padre Eusébio. Chegara a diácono e era tonsurado. Parecia esculpido num tição. Era preto como a dor de uma viúva. A perfídia caricatural dos apelidos grudara-lhe, como um selo, a designação de "padre Corvo".
>
> [...]
>
> Eu não sentia hostilidade no padre vigilante. Ele era bom e era suave. Preto, com um nariz esmurrado de boxador, era simpático porque sua fisionomia tinha muita doçura. E sua voz era de mel.
>
> [...]
>
> Eusébio estava radiante, bom e simples, agradecia à Providência dadivosa, que o integrara no seu destino único, pondo-o em contato com a terra que fora a madrasta e a consoladora da sua raça. Seu avô – quem seria – um cabinda semi-bárbaro, arrastado, a chibata, da cabana da tribo ao porão do navio negreiro, sentira a alforria transitória naquelas horas em que o sol é um castigo de brasa nos rins exaustos, junto da terra-roxa do cafeeiro nascente, engolido depois, sem pompas de enterro, pela boca de uma cova esgoelada no seu ventre.

[182] *Toda Nua* contém os contos: "O Apóstolo" (dedicado a Plínio Salgado e Cassiano Ricardo), "O Disco" e "O Árbitro". *A Outra Perna do Saci* contém, além do conto que deu título à obra: "O Homem que não Era", "O Romancista", "Nascimento e Morte de Fulgêncio Freitas, Funcionário Público e Herói Popular". Na segunda edição de *Toda Nua* (1932) serão compiladas as duas obras e será incluído ainda o conto "O Herói". A epígrafe de *Toda Nua*: "Eu quis ver a Vida toda nua... Ela era bela e horrível como a verdade".

> Ela, a terra, a mãe de todos, lhe dera um simulacro da liberdade perdida e a compensação tardia mas redentora da paz dentro da morte (1926:99-165).[183]

O panteísmo também permanece como força expressiva nos contos, em paralelos contínuos entre homem e natureza.[184] Descrições dos corpos das personagens como louros, "corpo branco", ou caboclo "cor de bronze" e matizes variados são freqüentes. Aliás, o caboclo reaparece como um ser integrado "panteisticamente" na natureza, como filho da terra e irmão dos animais e árvores, fixado ao universo interiorano. Os pretos são comparados a animais, descritos como fanáticos e totemistas. O corpo é tomado, freqüentemente, como expressão e espelho da alma e da vida.

Em 1928, Menotti retoma a contraposição entre idealização e realidade ao publicar *O Amor de Dulcinéa*, poema em forma de diálogo entre D. Quixote e Sancho Pança. Aqui, Menotti inverte a relação entre idealismo e empirismo presente na obra de Cervantes, pois o escudeiro passa a representar o idealismo e a credulidade, enquanto D. Quixote assume a faceta do empirismo e da necessidade. Enquanto Sancho vê gigantes, D. Quixote avista apenas moinhos de vento. O autor estabelece ainda aqui, mais uma vez, a oposição entre carne e barro, entre alma e luz.[185]

---

[183] Menotti, em atitude de justificativa para o viés realista emprestado ao conto "O Árbitro", confessa:

"Sou católico, apostólico, romano. Creio na doutrina cristã e na justiça. Não escrevi este conto com espírito de irreverência. Há nos sacerdotes a mesma contingência humana que há nos advogados, servidores da lei e da justiça.

E porque alguns deles não sejam puros de costumes, não caem dos seus nichos as imagens de santos. Nem porque alguns advogados sejam trampolineiros, a justiça não deixa de ser a aspiração mais nobre e legítima da sociedade organizada. M.D.P."

[184] No conto "O Disco" afirma o autor: "[A alma] Nasce como uma flor no espírito. Tem a evolução normal e passa pelos estágios das estações do ano, da primavera floral ao inverno assassino. Umas são mais carregadas de vitalidade e de clorofila. Absorvem, na sua formação, mais energias e mais vida. Algumas, mesmo, nos exaurem. Sugam todo o húmus de crença ingênua, de curiosidade inquieta e esbanjam as melhores reservas de nossa vontade de viver..." (1926: 71).

[185] Menotti procura atualizar o tema. Na terceira parte da obra, localiza, em 1928, a cena de Sancho Pança agonizando em seu quarto, afirmando que "a humanidade continua a mesma: fetichista, imbecil, heróica e bela" (DEL PICCHIA, 1928:47). No prefácio, o autor propõe o transporte do cavalheiro e seu escudeiro para o território nacional:

"Este D. Quixote era uma velha obsessão do meu espírito. Escrevi-o em setembro de 1928 – conservando a forma exata com que o poema se gestou dentro de mim.

Sancho, o supremo idealista, é o microcosmo eterno da humanidade, que se completa com o espírito adjetivo do Cavalheiro da Triste Figura.

Heróis comuns a todas as latitudes geográficas, vivem seu instante nacional no território brasileiro da língua deste poema, porque são os dois pólos universais do próprio homem, cidadãos de todas as pátrias, alegorias internacionais do egoísmo e da espiritualidade. M.D.P."

> SANCHO
>
> D. Quixote! Elevai a vossa alma à estupenda altura da missão de um herói de legenda! A terra é vil; a vida é churda; a carne é lama: vosso espírito é luz e vosso olhar é chama! E longe de o arrastar pelo instinto, de rastros, erguei o pensamento ao resplendor dos astros! Tendes fome?
>
> D. QUIXOTE
>
> Si tenho! Sonho com caçarolas!
>
> SANCHO
>
> Comei pólen de flor no prato das corolas...
>
> D.QUIXOTE
>
> Estás louco, meu Sancho? Este estômago rude com tropos de poesia a fome não ilude... Quando ele ruge assim, o meu pobre desejo de idealismo é vão: pão é pão, queijo é queijo...(1928:18)

Em co-autoria com Alfredo Ellis, Menotti Del Picchia publica, também em 1928, *O Tesouro de Cavendish Romance Histórico Brasileiro*.[186] A mestiçagem paulista é dissecada por meio de referências aos ancestrais europeus e indígenas, eles mesmos, "gigantes de bronze", descendentes de "nobres estirpes", cujo físico belo e robusto denunciaria um caráter forte e uma vontade firme, em meio a polêmicas sobre linhagem e fidalguia nos diálogos das personagens. Nesse romance de aventuras tecido a partir de dados históricos, as principais metáforas raciais veiculadas pelos autores referem-se a minerais e metais, ainda que os vegetais e frutos surjam algumas vezes.

> Um guapo rapaz se tornara João. Louro como fora o pai, esguio em o porte todo britânico, mas não sem os índices de ancestralidade materna, nas linhas duras e rígidas da sua fisionomia, onde se retratavam o judeu, pelo nariz um pouco aquilino e o índio pelos malares em ligeira saliência. O amendoado tênue dos olhos azuis traíam o temperamento ardente do lusitano. Maria, muito mais nova, era também a linda mescla dos dois ramos raciais de seus

[186] No entanto, no prefácio do livro, Menotti atribui a obra inteiramente a Ellis, afirmando que apenas leu os originais, eximindo-se de maiores sugestões. O único ponto de discordância entre os dois autores, segundo Menotti, em relação à construção do romance, se refere ao papel e à imagem negativa dos jesuítas que o romance de Ellis divulga, adversária aos bandeirantes e mamelucos. "Penso que à obra jesuítica – principalmente à missão de Anchieta, o Santo da Nacionalidade – devemos a conservação do espírito de independência nacional, porquanto a obra de cristianização do índio não era uma absorção política, uma distenção do imperialismo ibérico, mas apenas sua incorporação ao ritmo de civilização universal" (DEL PICCHIA e ELLIS, 1928:9).

> pais. De cor ajambada, com olhos enormes, a denunciar o impetuoso sangue israelita, fartos cabelos lisos alourados a cercar um rosto redondo de malares largos, era, de fato, um conjunto de encantar (1928: 46, 47).

Ainda que nesse romance Ellis admita a presença de negros em São Paulo durante o bandeirismo (cf. p. 201), a mestiçagem, que geraria a "nova raça", é continuamente analisada em termos de europeus e indígenas, no sentido de se construir uma reflexão sobre a unidade brasileira. Em meio a uma discussão entre Dom Simão (castelhano), Francisco Spinelli (milanês) e Raposo Tavares, o mameluco João procura apaziguar os ânimos.

> – Eu não queria provocar competições de nacionalidades. Somos nós, nativos e forasteiros, os formadores do brasileiro de amanhã, que terá de ser neto de portugueses, de castelhanos, de italianos, de alemães, de ingleses e de índios com muita mistura. Somos todos brasileiros, ou porque aqui nascemos ou porque aqui vivemos. Levantemo-nos, portanto, e bebamos pela grandeza da pátria brasileira! Pela raça de gigantes! (1928: 137,138).

Em *Raça de Gigantes A Civilização no Planalto Paulista*, também de autoria de Alfredo Ellis, lançado pela mesma Editorial Hélios, em 1926, como quarto volume da "Série Novíssima", a tentativa de criação de uma identidade paulista regional, com vistas a uma expansão para todo o País, já havia ocorrido.[187]

Ao contrário do romance, *Raça de Gigantes* é uma obra com pretensões de se constituir como um estudo científico sobre o tema. Ellis cita vários historiadores e teóricos da raça, como Broca, Lamarck, Le Bon e, principalmente, Lapouge, que fundamentariam suas análises e conclusões. Os capítulos seguem a seqüência de descrição das raças no Brasil, começando pelo ibérico, o índio, o mameluco até chegar, finalmente, ao negro, logo após uma apresentação teórica preliminar sobre o conceito de raça e os conhecimentos acumulados pelo autor sobre o tema até então.

Com relação à mestiçagem, o autor afirma existirem mestiços fecundos e mestiços estéreis. O cruzamento do índio com o português seria extremamente fecundo e "eugenésico", o que, em larga escala no decorrer do tempo, teria levado à formação de uma "sub-raça", a paulista. O mesmo não aconteceria com o cruzamento entre o branco e o negro.

---

[187] A epígrafe do livro é de Saint Hilaire, que se referiu aos mamelucos de S. Paulo como "raça de gigantes".

> Este cruzamento entre branco e negro, parece ser do tipo *homogenesico disgenesico*, isto é, fecundos os primeiros cruzamentos entre branco e negro produzindo o mulato que por sua vez cruzando com o branco é fecundo até uma determinada geração, quando se esteriliza, cousa que está acontecendo com a gradual eliminação seletiva do mulato, que vai desaparecendo da nossa população (ELLIS, 1926: 78).

Ellis concorda com Taunay, que afirmava que o africano não teria participado na formação da população paulista no período inicial da colonização.[188] Segundo esses autores, até a primeira metade dos setecentos o negro seria praticamente desconhecido em São Paulo, só existindo em casos raros. O elemento negro em São Paulo surgiria mesmo no período da mineração.

Tendo em vista as raças constitutivas da população do estado, explicar-se-iam os caracteres psicológicos dos paulistas, tão "fixos" quanto os caracteres físicos. A associação entre formação racial e democracia, tão cara ao pensamento de Cassiano Ricardo na década de 1930, está presente no pensamento de Alfredo Ellis. Uma fecunda seleção étnica advinda da mestiçagem com o sangue indígena e as mesmas condições de vida para todos levariam a uma sociedade democrática em São Paulo, desde o remoto passado.

> Nem um só título de nobreza, nem uma só expressão distintora separava esses, que teriam possuído algumas gotas de sangue azul perdidas entre as massas de glóbulos muito rubros de sangue burguês, do restante da população plebéia do planalto vicentino. O regímen democrático que constituiu o *"modus vivendi"* dessa gente, muito simples e rústica, de outras eras, foi tão intenso que, mesmo esses elementos procedentes de alguma forma das casas mais nobres da península, não se pejavam para o *in breading* geral, que constituiu a formação da gente paulista e para a qual o sangue do aborígine caudalosamente concorreu. O meio rude e sertanejo paulista foi um agente democratizador tão pujante que, em S. Paulo primitivo, não houve, distinção de classes, nem mesmo para com os mamelucos, só exceptuando naturalmente os índios, escravos e forros, sendo que, raríssimamente, uma ou outra família, talvez atavicamente, se lembrava de justificar sua ascendência, procedendo, mais a uma *puritate sanguinis* do que propriamente a uma *nobilitate probanda* (ELLIS,1926:296).

[188] A obra citada de Taunay é *História Geral das Bandeiras Paulistas.*

Paulatinamente, por meio do debate entre vários autores, fica visível um projeto no sentido de delinear o conjunto de características que definiriam especificamente uma identidade paulista, diferente de outras identidades no universo da brasilidade. No contexto político da época, o domínio das oligarquias paulistas, por meio de um modelo tomado como "liberal", colocaria na agenda desses autores a necessidade de estabelecer correlações dessa identidade com certos ideais "democráticos" das camadas dirigentes, ao menos do ponto de vista do discurso. Assim, os autores vão tentar encontrar na própria formação racial e histórica paulista uma "essência democrática".

2.6 *Chuva de Pedra* e *República dos Estados Unidos do Brasil*

Tomemos agora como objeto de análise as obras poéticas dos verde-amarelos Menotti e Cassiano publicadas pela "série novíssima".

Em *Chuva de Pedra* (1925)[189], de Menotti Del Picchia, apesar de o autor pretender uma mudança mais radical em termos formais (afirma ser este seu "primeiro livro de versos", enquanto os anteriores seriam "poemas", com "estrutura traçada sobre plano premeditado"), repete-se o mesmo artifício panteísta ao qual o autor estava constantemente associado no período anterior: mãos de nuvens que quebram pedaços de gelo, riachos que correm com seus pés invisíveis, roupas que dançam em fila. O "eu/alma" surge como metáfora da fumaça que voa, do coqueiro ansioso, "a esteira de prata no espelho dos rios". Temáticas tidas como tipicamente brasileiras são introduzidas no livro "de versos".

Em "Meus heróis", Menotti expõe a transposição sofrida por figuras clássicas gregas para um cenário de realidade nacional em seu próprio imaginário, mostrando o contraste entre o mundo clássico e suas vivências em paisagem brasileira:

[189] O exemplar de Mário de Andrade na coleção do IEB contém a dedicatória de Menotti ao autor, registrando a forte presença do neo-indianismo a que se inclinarão os verde-amarelos: "Ao Caríssimo Mário de Andrade – um dos caciques de nossa taba – com um abraço do Menotti. S.Paulo, 14-12-1925." O livro propriamente dito é uma oferenda à famosa pianista Antonietta Rudge Miller, amante de Menotti, com quem o autor manterá o romance de toda uma vida: "Este livro, engendrou-o tua genialidade. A poesia que o anima fluiu do teu espírito único. É tua música encarnada no meu verbo. Tu foste a artista, eu o artífice paciente. Ao teu gênio, ao teu coração irmão e amigo, dedico religiosamente". Os dois amantes só se casarão oficialmente em 1968, após a morte da primeira esposa de Menotti, D. Pitutica, poucos meses antes. Menotti contava então 76 anos, e Antonieta Muller, 82 anos. Antonieta ficara viúva em 1953 do primeiro marido, Charles Müller. Menotti foi "divorcista" durante todo esse período, defendendo na imprensa ardorosamente a causa. Cassiano Ricardo e sua terceira esposa, Maria de Lourdes Fonseca Ricardo, foram padrinhos do casamento de Menotti e Antonieta.

quando fitava o truculento Aquiles,
via, na memória, a errante estátua eqüestre
do lendário Dente de Ouro
montado no seu redamão de narinas fumegantes...
Quando pensava em Ulisses,
seguia um bando de ciganos [...]. (1925:13)

Esse mesmo movimento se apresentará no poema “Meus Deuses”, no qual os deuses latinos trazidos pelos pais de Menotti, “sátiros caprípedes”, “lindas sereias”, “níveas ninfas” são transplantados para a nova pátria, onde a Mãe D’água “sabia bruxedos tão bem como as Circes homéricas”. No final do poema, os deuses importados são expulsos:

Mas os sacis-pererê, ciumentos e ferozes
morderam o pescoço dos centauros
e enxotaram da mata os faunos forasteiros.
O caapora espantou com a fumaça
do seu anestesiante cachimbo
os deuses emigrados...
E só ficaram os manitós selvagens.
E eu me prosterno aos pés dos manipanços! (1925: 15,16).

Na paisagem urbana, Menotti descreve becos povoados por mulheres “endomingadas”, homens fumadores de cachimbo e gramofones loucos que parecem roucos. O amor pelo corpo da cigana, comparado a uma fruta tropical, enquanto o pensamento caminha até o convés dos navios “para ir buscar os beijos falsos das francesas” são imagens que retratam o jogo entre elementos tomados como nacionais em contraste com os estrangeiros nos poemas do autor.

A saudade surge como “doença da raça” (1925:71), o espelho como um “retângulo de luar”. No charco, “os grilos músicos” juntam-se ao “jazz-band” dos sapos para uma ópera futurista.

No “Jardim Tropical” (1925:31), rezam lírios de mãos postas, cravos deixam escorrer sangue das pétalas, papoulas tornam-se arcebispos. É a humanização das flores, a vivificação das coisas e animais, a mesma transposição empreendida em “O Aranhol” (1925:33) e “O que dizem as cousas” (1925:43). As metáforas que relacionam mundo natural

e corpo humano marcam os poemas de estréia de Menotti Del Picchia na fase nacionalista. A temática das raças aparece também nos poemas, mesmo naqueles que tratam da paisagem urbana de São Paulo ou da Baía da Guanabara, no Rio de Janeiro, também transformada em imagem poética antropomórfica.

Jardim da Luz. Uma sabrada
de sol faísca sobre
o casco de um bombeiro
que apaga o incêndio tentalico
do olhar de uma mucama de azeviche
negra e bela como um bárbaro fetiche. (1925:57)

Ou:

A Urca taciturna anacoreta
resiste à tentação das nuvens
que dançam em seu redor como mulheres nuas.
[...]
Uma barca ondulante
acena o tropismo racial e nômade das travessias [...] (1925:59,60).

Amor, pátria, corpo e paisagem natural se confundem em mais de um poema, por meio dos exercícios panteístas de Menotti.

Belo corpo floral... Belo corpo
aromal...
país louro e selvagem
única do meu olhar...
Por ela passeia minha mão
Langue.
Tuas veias azuis são riachos de sangue,
teu peito é um vale de beleza estranha,

onde se ergue a cada lado de uma montanha,
em cujos píncaros que enrista
o meu beijo faz proezas de alpinista (1925:82).

A temática racial reaparece na obra *República dos Estados Unidos do Brasil* (1928), o que corresponderia, segundo o próprio Menotti Del Picchia, ao seu ingresso efetivo na fase em que se enquadrou "na corrente literária nacionalista denominada 'verdamarela'", quando seu pensamento tomaria nova direção, "despindo os poemas de todo erotismo para integrá-los numa objetividade formal impressionista e, às vezes, numa voluntária ênfase pseudo-épica ou polêmica" (1928/1958: 15).

O livro se divide em oito seções: Cenário, Canto Inaugural, História, Arcos de Bambu, Paisagem, Nobiliarquia, Coração e Babel. Novamente, o panteísmo marca a poética do autor, cujas memórias de infância reconstroem seu amor pela terra "onde o Senhor ensaiou o drama americano, inaugurando as experiências vitoriosas da nova civilização" (1928:5), ou seja, a América e, particularmente, o Brasil.

O sol latino
raiou na manhã lusitana
sonora de arcabuzes e de prantos de guitarras
e teu amante marinheiro,
filho do bacharel e de Paraguaçu,
com pé bandeirante riscou as fronteiras
da maior pátria americana.

Depois os reis magos do universo
vieram nos navios
ofertar-te as primícias de todas as raças
e, como a hóstia feita com trigo de todos os celeiros,
um povo forte e livre comungou a consciência
da Pátria Nova! (1928:8).

Em "Canto Inaugural", a mestiçagem racial é saudada em versos que exaltam a riqueza de uma terra brasileira que surge como um corpo feminino e saudável. Mais uma vez,

o autor desenvolve a relação metafórica terra/pátria/corpo tão característica do pensamento político da época. A raça negra, ou crioula, aparece, como sempre, associada à morenidade da terra. Elementos associados por outros autores à brasilidade, como a preguiça de *Macunaíma*, de autoria de Mário de Andrade, surgem reinterpretados em novos contextos poéticos.

> Terra morena
> de carne capitosa e tropical
> embalando com o leque das palmeiras
> a preguiça do seu corpo mestiço e virginal,
> terra ardente
> de carne voluptuosa e aromal,
> recendendo a baunilha e a canela
> como uma crioula banhada
> de orvalho matinal...
>
> Que linda terra minha terra natal! (1928:9-13)

Na seção “História”, surge o poema “A Inauguração” (1928:17), que descreve a inauguração da futura República dos Estados Unidos do Brasil, com a chegada das caravelas de Cabral e a recepção feita pelas “delegações da terra”: “pássaros, parasitas, caciques e serpentes”, carijós, botocudos, bororós e “pajés bêbedos de sangue tapuia”. No poema o autor homenageia o governador de São Paulo, na presidência do país:

> E Pedro Álvares Cabral
> para inaugurar a pátria de Washington Luís
> fincou na terra uma cruz.

Segue-se o poema “Batismo” (1928:19), que descreve o momento da chegada do Brasil menino, nos braços de D. Pedro I, no riacho do Ipiranga, para a cerimônia de criação de uma democracia brasileira:

> Ouviu-se um grito imenso
> que repercutiu nos quatro pontos cardeais

anunciando ao universo
que acabava de nascer a maior democracia dos
[trópicos!]

Menotti saúda a bandeira e a noite africana, registra a presença dos negros, com recurso a onomatopéias e expressões que identificam a cor da pele, como “carne de piche da tropa africana” (1928:23), dos quilombos e da violência do escravismo, da “senzala-presídio cercada pela matilha de capitães do mato” e do “sinhô branco pronto para deflorar noivas”, ou seja, do fazendeiro que, “de botas e requenque, é pior que um régulo de Badumbê!”. A língua brasileira surge como o presente de natal recebido pelo menino Jesus dos três reis magos.

Os três reis fizeram um acampamento das raças
e ensinaram o povo menino
a falar a língua misturada
de Babel e da América. (1928:26).

O trio romântico é constituído pela saudade, pelo banzo e mal de *pays*.

Menotti mistura à apologia patriótica um tom sátiro, que chega a ridicularizar o processo eleitoral, em que se trocava o voto por um par de botas e, de repente, a urna era roubada debaixo das barbas de um coronel.

Na “Tarde Fazendeira” (1928:48), nascem os mestiços:

Tarde cabocla
Com banzo de pretos nas sombras
carícias de escravas mulatas
nas palmas dos longos coqueiros.
[...]
foi numa tarde como esta que vieram ao mundo os mestiços da
raça...

Aos pretos, é associada a execução dos trabalhos braçais para os senhores brancos: “A preta velha lava roupa branca”. A serra Jabaquara abrigaria os negros:

Espinha dorsal do planalto
trincheira de sílex e basalto
erguida pela terra contra o mar,
teus contrafortes agasalharam a liberdade africana
incorporando a raça negra à espécie humana,
serra do mar (1928:52).

Menotti deixa entrever os conflitos entre índios e brancos na formação do Brasil e trabalha ainda metáforas que associam os aborígines brasileiros ao mundo vegetal e à madeira:

Cacique Jequitibá, onde está tua tribo?
Foi o homem branco
de pele macia e de passos miúdos
que apunhalou teus guerreiros?
[...]
Cacique Jequitibá: no festim da tua morte
teu inimigo branco fará com teu corpo
a trave do seu teto
o berço do seu filho
e a caixa do seu ataúde...(1928:53, 54).

Com “Nobiliarquia”, Menotti homenageia uma série de personalidades da história do Brasil (Anchieta, Paes Leme, Bilac, Aleijadinho, Pinheiro Machado, Rui Barbosa e Euclides), até alcançar Jeca, poema em que pretende descrever o “drama da raça” no Brasil. O livro termina com “Torre de Babel”, no qual o autor descreve a confluência dos imigrantes e a confusão de línguas na cidade de São Paulo.

Quando adentra a década de 1930, Menotti já havia constatado que um dos principais problemas do Brasil estava no processo de desenvolvimento de uma democracia nos trópicos. No romance *A Tormenta* (1932), no qual o autor procura reconstituir os acontecimentos históricos na cidade de São Paulo durante a Rebelião de 1924, tensões em

torno da adequação de um regime democrático no Brasil tornam-se claras.[190] Vale retomar o prefácio do livro, datado em 1931.

> A República Tropical não é o Brasil. Pode ser o Brasil ou qualquer outra democracia organizada em curtos séculos sobre o trópico pela convergência de um cosmopolitismo no qual haja nítido predomínio da cultura ocidental.
>
> *
>
> [...]
>
> A formidável inquietação da República Tropical é o movimento espasmódico de uma ciclópica matriz social parturejando a Era Nova. Toda a gestação é dolorosa e todo o parto cruento.
>
> *
>
> Após a tormenta virá o Caos. Após o Caos, a Aurora. A grande ambição é fixar esses três momentos cíclicos que nos darão a Pátria Nova. A Tormenta já se desencadeou. É dentro do Caos, no qual se debate a República Tropical, que foram escritas estas palavras de desespero e de sangue (1932: 5).

Menotti utiliza na obra analogias que permitem constatar na civilização tropical os mesmos problemas detectados no processo de evolução e crescimento de uma planta. As falas de seus personagens deixam entrever a orientação naturalista que permeava a visão do autor sobre o desenvolvimento e os problemas de transplantação de uma civilização nos trópicos (1933/1958: 20). De várias formas, afirma, porém, virtudes da sociedade brasileira em formação.

> Ali, como em toda a República Tropical, processava-se a verdadeira fraternidade política: não havia preconceitos de cor, de credo ou de origem. Três clubes misturavam nos seus salões, colonos vindos de todas as pátrias, subsistindo uma única divisão de classes, essa, aliás, de caráter mundial: a da

[190] Em *A Tormenta*, Menotti Del Picchia reconta de forma romanceada a revolta de 1924, em São Paulo. A cidade fictícia é Sidéria, no estado do Cruzeiro, uma das Federações da Republica Tropical. As personagens do romance são visivelmente inspiradas em personalidades reais da época, artistas modernistas e políticos.
O próprio protagonista do romance é Paulo, homônimo de Menotti. Alguns nomes de óbvia alusão aos escritores e artistas modernistas são: Saul Stop (Raul Bopp), o casal Sancho Guerra e Sibila (Oswald de Andrade e Tarsila do Amaral), Marciano (Cassiano Ricardo), Nabor (Villa-Lobos) e Plauto (Plínio Salgado). Personalidades políticas como Ataualpa (Ataliba Leonel), Dr. Bonifácio (Carlos de Campos) e o rebelde General Teodoro (Isidoro) também são retratadas nas páginas do romance. Por meio dos episódios associados à rebelião, Menotti propicia ao leitor *flashes* e percepções sobre a sociedade paulista da época.

> fortuna. Essa divisão é que tornava um desses clubes o "aristocrático", mas nos seus bailes, realizados com elegância e luxo, viam-se, no fundo, os mesmos colonos vindos do continente europeu, asiático ou africano, somente colonos que haviam tido mais sorte e feito mais depressa sua fortuna (1932/1958: 177,178).

Outro romance publicado por Del Picchia também no início da década de 1930 é *O Despertar de São Paulo (Episódios do Séc. XVI e do Sec. XX em São Paulo na terra bandeirante)* (1933). O autor retoma, na primeira parte, episódios fictícios do período da fundação de São Paulo, em cenas cujos personagens são Nóbrega e Anchieta ("o Santo da raça") e "índios e mamelucos ilustres", pioneiros no bandeirismo, em uma cidade de vida "nascente semi-selvagem" (1933: 133), mas que fundaria uma nacionalidade.

Passado, presente e futuro se fundem no romance, pois no primeiro ferreiro de São Paulo já estaria o "gérmen humilde do futuro parque industrial paulista", segundo as imagens registradas por Menotti (1933: 29). Na segunda parte, o autor recria uma "epopéia paulista do século XX na terra dos bandeirantes", com "romantizações de pequenos episódios reais" (1933:203) sobre a Revolução de 1932, quando "tipos fortes da raça" se uniriam em defesa do bandeirismo paulista. "Raça de gigantes... [...] Os gigantes da Piratininga constitucionalista destacaram-se, como estátuas de bronze, dos clarões das granadas e das explosões cegantes dos canhões ditatoriais" (1933: 203). Contra a ditadura de Getúlio Vargas e em defesa de uma forma brasileira de democracia, Menotti argumentará em seus escritos nos anos seguintes, como veremos no próximo capítulo.

2.7 *Borrões de Verde e Amarelo* e *Vamos Caçar Papagaios*

Em *Borrões de Verde e Amarelo* (1925), Cassiano Ricardo procura recriar a história do Brasil utilizando uma espécie de epopéia poética.[191] Inicia a descrição com o

---

O panorama político que antecede o conflito, do ponto de vista de Menotti, também é descrito. "Nada perturbava um largo ritmo de fraternidade coletiva, expressa na unidade de um partido político e organicamente forte, embora não o iluminasse o idealismo de um programa" (1932/1958: 20).

[191] Em 14.01.1926, ocorreu a primeira impressão, pela Editorial Hélios, de *Borrões de Verde e Amarelo*, que saiu com data de 1925. A segunda edição saiu em 24.08.1926 e um pouco diferente da que a precedeu. Essa segunda edição (1926) tem como poema de abertura a exortação aos imigrantes "louros", enquanto na primeira edição tal tema só aparece depois da descrição do descobrimento. Cassiano Ricardo dedica o livro a Flamínio Ferreira, diretor do jornal do PRP (*Correio Paulistano*), e aos companheiros Menotti Del Picchia e Plínio Salgado, em homenagem pelo "apreço intelectual e pessoal".

descobrimento do País, focalizando a chegada das treze caravelas portuguesas e a paisagem em terra, onde acontece o encontro entre selvagens e portugueses. As praias, as árvores, as plumagens, os caminhos, a terra, as cores, os sons... as raças, enfim, são os signos escolhidos que se entrecruzam no desfile das imagens do poeta verde-amarelo. As personagens aparecem sempre descritas por meio de uma imagística da cor, orientadora da narrativa.

Ó louro imigrante que trazes
a enxada ao ombro
e, na roupa em remendos
azuis e amarelos
o mapa de todas as pátrias! (1925:23)[192]

As três raças participam do mesmo destino que desembocará na construção da nação.

... e homens filhos do sol (os índios)
homens filhos do luar (os lusos)
homens filhos da noite (os pretos)
aqui vieram sofrer, aqui vieram sonhar (1925:24).

A descrição da terra é feita por meio de símbolos religiosos e de imagens panteístas, nos quais frutos e árvores, por exemplo, lembram corpos de mulher, numa paisagem pintada com pinceladas de mil cores e sons, onomatopéias que simulam a vivência de um mundo tropical. Montanhas se assemelham a gigantes de pedras e borboletas dançam como em um baile. As paisagens e personagens são caracterizadas por cores que funcionam como emblemas identificadores que definem o clima da narrativa do autor.

Não sei que Deus foi esse
que pintou a nossa terra
de verde tosco e de amarelo
fosco,

[192] Em 1953, esse poema de Cassiano Ricardo foi gravado em bronze em monumento aos imigrantes no Rio Grande do Sul.

e que deixou cair da palheta
encantada
em cada borboleta, em cada
cousa
um borrão de alvorada (1925:26).

Associações entre cores, pedras ou metais preciosos, frutos, corpos de mulher e prazer sexual ficam muito freqüentes na fase nacionalista de Cassiano. As mulheres são freqüentemente identificadas por meio de imagens naturistas, quando não "selvagens" ou "primitivas". Parecem, segundo o autor, "filhas do mato". Frutos tropicais são associados à sexualidade própria da região e as árvores lembram mulheres enraizadas no solo. O vermelho é a cor do pecado.

Dia das uvas cor de vinho ou de esmeralda, em
bagas de veludo.
Dia dos cambucis cheirosos e carnudos
e das jabuticabas pretas trescalantes como beijos
estalados.
Dia dos frutos escandalosos
e mais vermelhos do que pecados;
dos mamões e limões que pareciam, pendurados,
seios de bicos verdes e apontados.

Cada árvore lembrava um vulto de mulher
que balançasse os ramos como braços longos e
úmidos
para abraçar lascivamente a quem lhe fosse
chupar o sangue aos frutos que eram feitos
de carne rosiclér (1925: 31-34).

De outro lado, o autor associa ao Brasil a "terra dos papagaios". Imagens tipificadoras e estereotipadas surgem em "Carnaval"[193], cujo enredo é construído no meio da floresta, como se fosse primitivamente vivenciado e produzido por pássaros, anfíbios, insetos multicores e plantas várias. Cultura e natureza (carnaval e floresta tropical) são manifestações unidas por meio de analogias.

> Mas para terdes
> idéia exata desse estranho carnaval
> lembrai-vos que os cipós são serpentinas verdes
> numa trama infernal;
> e que a lua depois, por trás das trepadeiras,
> é uma cabeça arlequinal que espia o carnaval... (1925:39)

No entanto, a nostalgia e as metáforas fúnebres ainda são elementos de solução poética, permanecendo em descrições como em "O enterro da tarde". Em poemas como "Plenilúnio", a angústia do poeta parece forçosamente retornar e se manifesta por meio de metáforas que associam pátria e angústia, como na imagem que descreve "dor de minha terra" (1925:63-65).

O contraste entre cores extremas, o preto e o branco, surge em contrapontos como "carvão e giz", em que o primeiro é associado à noite, o quadro negro riscado pelo giz é comparado ao vaga-lume que pisca na amplidão noturna. A terra aparece novamente, associada ao corpo feminino e às frutas, ao "sabor tropical", como no poema "Apego à terra" (1925:44).

> Agarrado ao teu corpo,
> sinto que estou amarrado
> nas tuas tranças lúbricas de sol (1926:36).

A natureza permanece povoada por imagens antropomórficas. Morros têm cabeças e "borrões de noite negra" mancham a pele das onças-pintadas. A alvorada encontra com a noite no pêlo da onça, e a mulher autóctone (indígena) tem sua aparição análoga ao nascimento de uma manhã.

---

[193] O mesmo poema foi publicado no número 4 de *Novíssima*, com leves mudanças.

Começou a escorrer, pela cabeça
Negra
de um morro ainda noturno
o fogo límpido da alvorada.
Nisto uma onça pintada
Saltou do mato como um gato
enorme e elástico
que trouxesse no pelo colorido
borrões de noite negra e man-
chas amarelas de arrebol.
***
Foi quando a manhã indígena
à semelhança de uma caçadora
saiu por trás da montanha verde
e, esticando o horizonte em forma de arco,
lhe arremessou de pronto uma flecha de sol (1925:49).

Após um incêndio no mato, as árvores são queimadas e parecem “gente”.

Agora o vulto de carvão em cada tronco
semelha um negro revoltado preso ao solo,
agitando nas mãos uma tocha vermelha (1925:57).

O “Dedo de Deus” também se transforma em mensagem da natureza para os homens.

Apontando o destino aos homens, em silêncio,
vejo o “Dedo de Deus”, imovelmente ergui-
do para as estrelas, para o Ideal ... (1925:87).

O mundo predominantemente sombrio da fase parnasiana de Cassiano Ricardo se abre para um Brasil matutino, colorido e festivo, país em que animais e plantas, no dia quinze de novembro, preparam para comemorar (1925:90). Passando pela floresta e diversas

paisagens associadas ao sertão e ao bandeirismo, Cassiano descreve ainda o mundo rural e a fazenda, chegando a temáticas típicas de um ambiente urbano que fazem referência ao cinema (1925:121).[194] Cita desde Iracema, no Ceará, até o gaúcho no pampa, harmonizando, assim, no plano simbólico todos esses ambientes tomados pelos seus contrastes.[195] O autor alterna imagens que formam um jogo entre realidade e ilusão, e parece optar pela segunda, como em "Pássaro Enfermo" (1925:97) ou "Malazarte" (1925: 101, 102). Mas o sonho acaba, às vezes, acompanhado pela decepção, como em "Canção da hora morta" (1925:113).

> Ó douda felicidade,
> Ó mais furtivo de todos os bens!
> Há quantas noites é que te espero
> E tu não vens... e tu não vens.

Já nesse primeiro livro da fase nacionalista a noite e o luto estão associados pelo poeta à mulher de raça negra e à sujeira, assim como o louro se associa à luz, procedimento que é possível verificar em poemas como "Remorso".

> Como uma negra imunda
> descera a noite vagarosa, va-
> gabunda
> com os seus lampiões de gás
> louro pálido
> sobre a tristeza do beco ... (1925:105)

Assim como na fase de *O Evangelho de Pan*, que associava o éden à luz, aos frutos de ouro e ao Sol, na fase verde-amarela, a cor negra aparece associada à sombra e à

[194] Em anotações do exemplar de *Borrões de Verde e Amarelo*, pertencente a Mário de Andrade, na biblioteca do IEB, o autor registra o ufanismo no qual havia caído Cassiano e outros modernistas, além de assinalar momentos em que reconhece imitações de poemas de Guilherme de Almeida e Manuel Bandeira. Uma das anotações faz a crítica do difícil momento modernista de virada nacionalista pelo qual passavam esses autores: "Cassiano descobre a todo instante imagens lindas mesmo. Porém, a gente sai dum livro destes, Menotti, Cassiano, mesmo o Gui de 'Meu' com a resolução firme de nunca mais escrever uma imagem", lamenta Mário de Andrade (p. 55). O advogado de Guilherme de Almeida, autor da obra "Meu", acusou Cassiano de plágio, mas o poeta verde-amarelo respondeu as acusações, ainda em maio de 1927 (ver artigo "Terra Papagalorum", de Brito Broca, em *A Gazeta*, de 25.02.1958).

[195] Nessa obra, Cassiano desfila imagens que identificam diversos pontos geográficos, como se percorresse o mapa do Brasil, ao mesmo tempo que retoma "flashes" de diversos acontecimentos históricos, enaltecedores da nação, assim como S. Paulo e seus bandeirantes "audaciosos".

treva. Por analogia, à raça negra fica reservado o lado fúnebre do País. A raça africana no Brasil é, pela pena de Cassiano, associada à morte, ao escuro, ao assombrado, ao chumbo, ao cativeiro das lavouras de café, à crucificação e, depois, a Palmares, ao sangue, à redenção, mas, sobretudo, a uma história de luto, ainda que Cassiano se refira a isso, esporadicamente, como "um luto de glória". Curiosamente, samba e luto são parceiros nesta fase de experimentação e renovação literária do poeta. Veja-se, por exemplo, o poema "Sangue Africano", no qual os negros produzem "lá fora" sons e ritmos associados ao primitivo:

> Lá fora, no terreiro da fazenda,
> a dança trágica e noctâmbula dos pretos,
> de sarabanda em bamboleios de perna bamba,
> no resmungo sem fim do bumbo ou do urucungo
> no arrasta-pé grosseiro e fúnebre do samba
> que retumba na noite lúgubre que descamba:
> é o choro surdo e entrecortado do batuque,
> no bate-pé que enche de assombro o próprio chão...
> [...]
> O meu Pai João, por que choraste?
>
> ***
>
> E ele nem me voltou o rosto do carvão.
> Como um grito de dor, dentro do coração,
> pareceu-lhe escutar o clamor da senzala.
> E grandes lágrimas de opala,
> lhe estrelaram a face negra, à hora do jongo,
> como se o pobre preto, em sua noite escura,
> conseguisse acender as estrelas do Congo... (1925:136-139).

Borrões de Verde Amarelo pode ser interpretado, portanto, como um momento de levantamento de temas, imagens, fenômenos naturais, regiões brasileiras (como no poema "Amazônia") capazes de criar e valorizar as coisas que seriam tipicamente nacionais, entre os quais: os rituais compartilhados, suas frutas e clima, e a mistura de raças. Aliás, a própria expressão "borrões" aponta para certa indefinição do autor quanto à epopéia nacionalista a ser estampada de forma poética em sua narrativa. É um novo momento de exploração da

potencialidade das cores e materiais a serem mobilizados como suportes que possam representar a identidade brasileira por meio de uma história ou de um "mito verdadeiro" sobre a nação.

Em *Vamos Caçar Papagaios* (1926), o autor desenvolve o mesmo tema da formação e história da nacionalidade, tomando novamente como evento de partida o descobrimento do Brasil, que será trabalhado de forma bem mais acabada no decorrer das várias edições de *Martim Cererê* (1928).[196]

O autor pretende traçar a gênese da nação tomando como foco inicial a chegada dos marujos. Desde o mar, o céu claro e o dia "branco" indicam aos marinheiros a promessa de "mundos nunca vistos nem sonhados". A presença de um Porto Seguro e de um Monte Pascoal era anúncio de um grande futuro.

> Tudo isto eram sinais de alguma terra maravilhosa
> ou pelo menos de alguma ilha
> onde uma natureza mansa lhes dizia
> haver fruitas gostosas (1926: 17).

O jogo com as cores persiste, mas o autor incorpora um bom número de termos de origem tupi, como signos de autenticidade de uma poesia nacional. Cresce ainda mais a freqüência de descrição de imagens, que passam pelo inventário de aves típicas, frutos tropicais e sensações.

> À sombra de altivas palmeiras
> caciques contavam seus feitos
> tocando boré no rumor da pocema
> tomando cauim nas festanças da taba:
> heróis de coroa e de tanga,
> com frexas de sol na uiriçaba
> andavam caçando onças brabas
> e papagaios decorativos.

[196] Cassiano Ricardo considerava que as obras *Borrões de Verde Amarelo*, *Vamos Caçar Papagaios* e *Martim Cererê* formavam uma trilogia, sendo as duas primeiras obras polêmicas e a terceira expressão de uma síntese estudada sobre a formação étnica, territorial e social brasileira.

> Um cheiro de moita orvalhada
> fazia pensar em goiaba e pitanga (1926:13-14).

Ou em “Profecia”:

> E quando a noite veio
> o vulto negro de um jequitibá
> arremedou o capelão da armada
> erguendo a lua como uma hóstia iluminada
> num altar de carvão... (1926:21).

Nesse contexto, os papagaios marcam presença com uma algazarra de cores e gritos simulados. Em uma seqüência de rituais e motivos que foram marcos históricos da consolidação oficial da nação brasileira, como “A Primeira Missa”, “O Batismo”, “A Noite Africana”, “Anchieta, o Primeiro Poeta”, “A Conquista das Esmeraldas” e “A República Negra”, Cassiano Ricardo procura traçar seu percurso poético nacionalista. Com esse tipo de procedimento, o autor parece selecionar marcos inaugurais explicativos, ao mesmo tempo em que vai associando certas características estereotipadas aos habitantes do País, sobretudo sua primitividade original.

> Ilha onde havia mulheres nuas anhangás a
> sonhar com histórias de luas e cantos bar-
> baros de borés em poracés batendo os pés.

Uma das associações principais e mais persistentes no pensamento de Cassiano Ricardo na fase nacionalista pode ser vislumbrada no poema “A noite africana” (1926:24). A negra recebe a função de nutriz, ou ama de leite, a dar de mamar à criança selvagem “nascida num berço de plumas vermelhas”.

Todo o trabalho que o autor já vinha desenvolvendo segundo o estilo parnasiano e que se referia à descrição de percepções subjetivas sensoriais dos fenômenos naturais ou dos próprios sentimentos, associações de uma poética tradicionalista, como noite/negro/luto, é transferido para signos identificadores e que podem ser associados à nação brasileira. As três raças, tema dos mais recorrentes e que serve como motivo de

descrição das particularidades do processo de ocupação territorial brasileiro, serão repetidamente retomadas.

Temas sacros, como os Reis Magos (1926:29), surgirão novamente encarnados nos papéis das três cores raciais tomadas como originais, cada uma com sua contribuição para a fundação do País, conjugando imaginário católico e composição social. Numa interpretação que se quer descompromissada e bem humorada, o negro é associado ao ininteligível, ao irracional e ao primitivo.

> E vieram três reis encantados:
> um branco, um vermelho e um preto.
>
> O rei vermelho trouxe uma penca
> de pássaros verdes, peles de onça,
> e uma porção de papos de tucano.
>
> O rei branco que andou cavalgando
> as ondas de anil com cabelos de luas
> trouxe uma cruz de sangue em cada vela
> e um pouco d'água azul do mar.
>
> O rei preto rezou qualquer cousa
> falando em mandinga e em candonga
> (gritava lá dentro das árvores
> a primeira araponga) (1926:30).

O tratamento em torno do bandeirante e do tema da conquista surge de forma incipiente em "O rasto das pedras verdes", ou "As Minas de Prata", mas a presença dos metais ficará cada vez mais freqüente.

> Quando o Brasil era menino
> foi que entrou pelo mato cheio de onça
> levando muita pólvora e muito chumbo

pra caçar esmeraldas.
E que andou a brincar com seu próprio destino.
(Cada alvorada era uma estampa cor de rosa)
E então ele caçou uma porção de papagaios
e enamorou-se de uma indígena formosa (1926:43).

O sertão do Brasil é retratado como um hábitat de cores e sons, tomado pelo barulho produzido pelo dia, representado em forma de uma natureza anímica e humanizada. Por meio da aplicação de palavras que sugerem a presença da vida de modo metafórico, os fenômenos naturais sertanejos são humanizados ou animados, como no poema "Pantomima".

O dia azul soltou um grito de araponga.
O macaxeira de cabelos encarnados,
botou pra fora da restinga o cabeção de songa-monga

pegou tatamanhá no aroma da caatinga
e madrugou no pé por moitas de aguapé.
E ao vê-lo disparar tão vivo e tão veloz
um tronco mascarado de amarelo
com um ar de bom humor fiou a barba de cipós
e gargalhou em flor como um polichinelo (1926:50).

O argumento das três raças é recriado em incontáveis versões, em poemas em que a "cor" é o elemento central para a articulação e a cristalização das metáforas.[197] A epopéia das raças com suas variadas encarnações históricas é o argumento poético responsável pela maior parte das poesias de Cassiano, afinal, como no trecho do poema "Proclamação":

E abro uma história do Brasil
toda figuras e borrões de cores, pintalgada

[197] Traços físicos são, às vezes enfatizados nos poemas, como nos versos:
"A índia amorosa de cabelos lisos
mais negros que os frutos de guamixana" (1926:65).

de homens de espada, de homens pretos, de homens
brancos; de tiradentes com cabeças de alvora-
da, com garibaldis de chapéu redondo em ca-
valgada ...

E então, de dentro dela
salta um soldado azul de dragona amarela
e grita: viva a República! (1926: 100, 101).

É na contramão desse movimento ufanista de construção de uma identidade idealizada para o País que podem ser compreendidos certos poemas de Mário de Andrade em livros como *Clan do Jaboti* (1927). As fábulas estão presentes no discurso do autor, porém ele reagiu às publicações de Menotti e Cassiano com uma alternativa de aproximação estética em relação ao uso e significado das cores e, mesmo, ao tema das raças, que subvertia a ordem e o ritmo verde-amarelo. Confira-se o poema "Lembranças do Losango Cáqui" (ANDRADE, 1927:37). Enquanto Menotti divinizava, em certos poemas, a cor branca e Cassiano caracterizava a uiara por sua formosura, Mário escrevia poemas como:

Meu Deus como ela era branca!...
Como era parecida com a neve...
Porém não sei como é a neve,
Eu nunca vi a neve,
Eu não gosto da neve!

E eu não gostava dela...

Ou "Poema" [198] (ANDRADE, 1927:75):

Neste rio tem uma iara...
De primeiro o velho que tinha visto a iara
Contava que ela era feiosa, muito!

[198] Este poema foi também publicado em *Terra Roxa e Outras Terras* em 1926.

Preta gorda manquitola ver peixe boi.

[...]

De toda forma, a busca por circunscrever uma identidade nacional é um objetivo que tornou esses autores interlocutores entre si e leitores das obras dos adversários, o que permitiria definir campos complementares no Modernismo paulista. Em autores como Cassiano Ricardo, a preocupação nacionalista em abordar a formação racial brasileira sem perder a referência da busca pela "beleza" é verificada pela forma como o autor a reencontra nas cores, nos frutos, na exuberância da natureza tropical. Não por acaso certos poemas encarnam um exagero ufanista ímpar no contexto da história da literatura brasileira.

2.8 *Martim Cererê*

Obra de maior repercussão de Cassiano Ricardo, o poema *Martim Cererê* (O Brasil dos meninos, dos poetas e dos heróis) narra a história de como as três raças – o índio, o negro e o branco – colaboram para a constituição de um menino brasileiro (1928:3-5).[199] *Martim Cererê* é uma síntese, que não dispensa uma certa bricolagem de versos, a expressão mais acabada do tipo de poética experimentado por Cassiano Ricardo nas duas obras anteriores.[200] Aos temas iniciais da fase nacionalista, o autor vai juntar novas lendas e fragmentos de motivos tidos como folclóricos para reencontrar a construção histórica do processo civilizatório brasileiro.[201]

Vale assinalar que depois de *Martim Cererê* Cassiano Ricardo vai publicar duas outras obras poéticas, *Canções de Minha Ternura* (1930) e *Deixa Estar, Jacaré* (1931),

[199] Cassiano Ricardo enviava suas obras para inúmeras personalidades a cada nova edição. Quando presidente do Estado do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas, por exemplo, agradece, elogia o livro *Martim Cererê* e caracteriza Cassiano Ricardo como "forte expressão da mentalidade nova do Brasil" (correspondência pessoal de Getúlio Vargas para Cassiano Ricardo, de 14 de junho de 1928) (Acervo pertencente à Fundação Cassiano Ricardo, em S. J. dos Campos, SP). As ilustrações da obra de 1928 são de Di Cavalcanti.

[200] O autor afirmará posteriormente, justificando a sua adesão tardia ao modernismo: "Não poderei omitir, porém, por falsa modéstia, minha pequena mas leal contribuição ao Modernismo, ligada a 22, mas datada de 28: o poema 'Martim Cererê' que é uma síntese das obras por mim escritas na década de 20" (RICARDO, 1973:29).

[201] Segundo Jerusa Pires Ferreira "No M. C. (Martim Cererê) dá-se a dimensão poética ao mito, no mesmo tempo em que se pretende dar a dimensão histórica. Em **Palavra Levantamento**, lê-se: 'Cassiano tem uma visão mítica da história anulando-se fronteiras rígidas entre as duas coisas'. Diríamos que ele aproxima duas realidades muito difíceis de serem separadas". ("Martim Cererê e seus mitos", *O Estado de São Paulo*, 23.05.1970, Caderno 2). A obra *Palavra Levantamento na Poesia de Cassiano Ricardo* é de Mário Chamie.

também resultados de compilações de obras anteriores. De 1931 a 1943, não será levada a público nenhuma outra obra poética de sua autoria. Ou seja, tem-se praticamente um intervalo de doze anos, durante os quais o autor vai reeditar as versões anteriores de *Martim Cererê,* com algumas modificações. De 1928 a 1945, a obra foi reeditada oito vezes, em edição sempre modificada, apesar de, desde a segunda edição de 1930, anunciar-se que a edição seria definitiva.[202]

Foi também por volta de 1928, quando Cassiano ingressou no serviço público, que exerceu o cargo de censor teatral e cinematográfico, abandonando o ofício de advogado. Firmou-se mesmo como funcionário público, em constante contato com políticos importantes, como se verificará no decorrer da década de 1930. Nesse período, dedicar-se-á prioritariamente a esse setor. Assumirá uma postura perante a política e o jornalismo de muito maior participação e procura de intervenção, ainda que limitado por suas funções. Em 1929, será requisitado para trabalhar comissionado no Palácio do Governo. Quando veio a Revolução de 30, já atuava como auxiliar de gabinete de Júlio Prestes.

As reflexões sistemáticas que apresentará a partir de 1935 sobre a formação do Estado terão como forma de expressão a prosa. A partir de 1935, como se verá no próximo capítulo, o autor assume como escritor a tarefa de publicar prioritariamente ensaios de cunho político com pretensões sociológicas. A poética desenvolvida na fase nacionalista, no entanto, vai entrar na obra de Cassiano como estrutura e instrumento de retórica, em virtude da necessidade de recuperação dos mitos formadores da brasilidade, sem os quais, a política não sobreviveria, segundo o próprio autor.

Martim Cererê (1928) é a retomada em várias versões do encontro das raças no Brasil.[203] Cassiano Ricardo utilizou, no decorrer do poema, diversos motes para alcançar a mesma tônica: o encontro nupcial dos índios com os brancos e a aglutinação dos africanos a esse processo. Os navegadores europeus são considerados pelo poema como demiurgos que recebem as boas vidas dos nativos.[204]

Vale assinalar ainda que Cassiano Ricardo escolheu como epígrafe de *Martim Cererê* (O Brasil dos meninos, dos poetas e dos heróis) uma formulação de Plínio Salgado sobre o menino brasileiro, representação infantil da pátria, segundo Salgado:

---

[202] A edição definitiva só surgirá mesmo com o falecimento do autor, em 1974. Até então, todas as edições surgiram diferentes das anteriores.

[203] O livro foi dedicado "À ALICE, flor de carinho para as minhas horas de inquietação e de procura, graça e alegria do meu espírito ESTE LIVRO", a primeira esposa do autor. Em 1929, Cassiano, já viúvo, casou-se pela segunda vez, com a irmã da primeira esposa.

[204] A obra está dividida em sete partes com os seguintes subtítulos: Martim Cererê; a indígena formosa chamada Uiara; chegou o dia português e quis casar com a uiara; a uiara lhe disse: vai buscar a noite; a noite veio... então nasceram os gigantes, heróis das três cores; a marcha dos soldados verdes; a minha xícara de café e o meu jornal.

> Si ele foi o curumi das tabas, o moleque das senzalas, deve ser também o italianinho das nossas fazendas de café e o escoteiro das nossas escolas. É a criança travessa. E, como criança, é a própria imagem da Pátria.

O poema tem a narrativa em forma de lenda/fábula. Inicia-se com a descrição da vida de um menino tapuio inserido no ambiente da natureza tropical.[205] O autor introduzirá o poema com a presença dos brancos na terra. Logo em seguida, entra o negro.

> Certa vez, depois que os brancos
> tomaram conta da terra
> apareceu no mato um homem preto
> falando em mandinga e candonga. [...]
> pegou o moleque selvagem
> que brincava no caminho! [...]
>
> E como todo criador que quer fazer a criatura
> à sua imagem
> levou a criança travessa
> p'ra sua mãe-preta criar. [...]
> Então o negro da Angola
> levou o garoto p'ra escola
> que o primeiro ioiô branco
> fundara junto ao barranco
> à borda do campo em flor. [...]
>
> Hoje o Martim Cererê
> é aluno do grupo escolar.
> E anda a jogar futebol
> nas ruas cheias de sol (1928:3-5).[206]

[205] A versão de 1932 parece mais carregada em termos de imagens e cores no sentido de descrever uma natureza tropical exuberante, povoada de animais, plantas e rios.

[206] Segundo o poema, o nome Martim Cererê seria uma mistura do martim pescador ou de Martim Afonso com saci pererê.

Aqui, são novamente as cores, os caracteres raciais e o largo processo de mestiçamento que identificam as personagens do poema e procuram construir uma imagem lírica de Brasil: a "indígena formosa" chamada Uiara; o português vindo do mar; o marujo branco; o morubixaba, dono da taba; a noite africana; o branco feiticeiro; a mãe-preta; o zambi; os gigantes, heróis das três cores; o índio; o herói negro; Manuel Preto; os soldados verdes; um grande exército colorido de imigrantes; o bacharel e a cabocla; o matuto; a preta velha manquitola, dentre outros.[207] Em tom de contador de histórias o narrador vai descrevendo um a um seus personagens:

> À noite, em redor da fogueira
> o pagé conta aos netos pequenos
> a história da "moça bonita
> muito bonita, muito clara [...]" (1928:8).

Metáforas que transmudam animais ou seres humanos em fenômenos da natureza são experimentadas pelo autor, muitas delas certamente decorrentes de operações herdadas da fase parnasiana de Cassiano, reforçando a presença de um nacionalismo panteísta na obra do poeta.

> A noite era uma onça mansa
> que vinha brincar com a criança selvagem (1928:10).

> Ou
> Mas no outro dia
> Saltavam os dias de papo amarelo
> De dentro do gravatá (1928:14).

[207] Para Luiza Franco Moreira: "O relato da origem de uma nova raça, apresentado nas três primeiras seções iniciais do livro, busca compor a imagem de uma harmonia de raças no Brasil. Cada grupo de poemas é antecedido de uma epígrafe em prosa que lhe formula o tema: a primeira seção focaliza os índios, a segunda os europeus e a terceira os negros. Nesta metade inicial, a narrativa enfatiza a contribuição das três raças para o Brasil. Para a figura materna, Cassiano aproveita um personagem folclórico: a bela Uiara, apresentada como 'indígena formosa'. Ela encanta um marinheiro português mas, para se casar, impõe a condição de que ele traga a noite a seu país 'matinal'. O marinheiro atravessa o mar e volta com a 'noite africana' em navios negreiros. Os filhos da Uiara e do marinheiro são a nova raça brasileira – 'gigantes', ou ainda 'heróis das três cores' que sintetizam as três raças. O relato dessa união mítica estabelece uma origem biológica não só para o povo brasileiro, mas, sobretudo para as relações raciais amorosas que predominariam no país" (2001:36).

Ou ainda
Aquela cruz meio torta de estrelas
que começou a cintilar sobre nossas cabeças
dentro da noite fria era o prenúncio
da terra nova, abarrotada de surpresa,
pronta a aceitar os foragidos de outras
pátrias,
os degredados que ficassem pela praia [...] (1928:18).

O que a leitura das obras da fase nacionalistas de Cassiano Ricardo mostra em considerável grau é o casamento do panteísmo místico com o imaginário sobre as raças no Brasil, sistematicamente praticado pelo poeta. Ao nosso ver, é exatamente esse panteísmo que permitirá associar, de forma subliminar, a terra-mãe, pela mediação da cor e sensações formais, ao elemento humano autóctone e às respectivas características psicológicas que vão se conectando de forma pautada, assim como ao português e ao negro.[208] "Chegou o dia português e quis casar com a uiara" (1928:15). O português, ou Pedro Álvares Cabral, é apresentado como o homem celeste e corajoso, "acostumado a segurar relâmpagos pela cauda" (1928:16). A raça africana é logo simbolizada como a noite distante a ser transportada pelo marujo branco, por exigência da bela uiara para o casamento: "A noite morava lá longe porque ao começo era só dia" (1928: 20).[209]

[208] Muitas vezes a chamada "raça vermelha", ou seja, os indígenas surge de forma oculta nos versos, pela alusão à cor atribuída à terra/raça, cuja presença é subliminar. O autor faz um trocadilho entre gentil (autóctone) e gentil (característica psicológica), tipo de artifício que permitirá a conexão, mediante as identidades lingüísticas (sobretudo pelo uso de rimas), dos adjetivos raciais e, por extensão, de determinadas características com a identidade nacional. Dessa forma, haverá o trânsito de um campo semântico a outro por meio de semelhanças na percepção visual ou lingüística, costurando fragmentos díspares.

"E como a terra fosse de árvores vermelhas
E se houvesse mostrado assaz gentil
Deram-lhe o nome de Brasil."

[209] De outro lado, o dia será novamente associado aos brancos ou loiros.

Dia alemão porque louro demais
saiu do quarto escuro.
E por sinal que ia esquecendo acesa
a lâmpada da lua
lá dentro do quarto. (1928/1930:109)

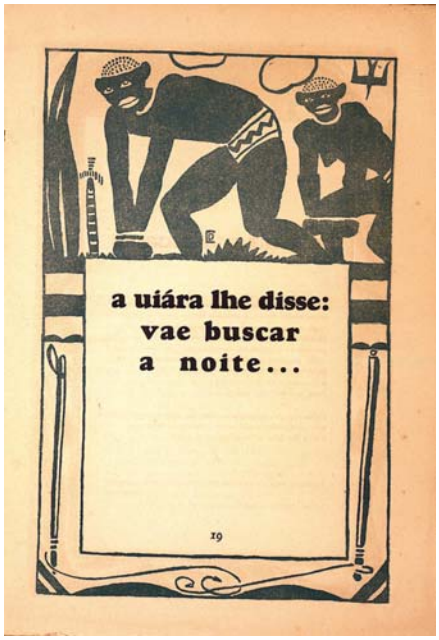


Figura 7: Ilustração de Di Cavalcanti para o livro *Martim Cererê* (1928).

A escravidão dos negros é representada na ilustração. Cassiano Ricardo poeticamente representa a raça africana por meio da analogia dos negros com "a noite". (Exemplar pertencente ao acervo do IEB – USP)

A idéia de ser o Brasil uma terra pronta a ofertar frutos amarelos (ou "de ouro") e a servir de abrigo a outros povos está presente no poema desde a primeira edição.

A questão da autoctonia e do enraizamento do homem será discutida por meio das inúmeras comparações poéticas que o autor fará entre os vegetais e o homem que se fixa na terra. No poema "Terra Amorosa" a própria terra reclama aos estrangeiros que partem a sua generosidade:

> Quando vieste com fome, tremendo de frio,
>
> eu dei-te a carne dos meus frutos,
>
> o conchego das plumas quentes, o mel puro [...] (1928:21).

A mãe-preta é lembrada em versos, assim como Pai João e a morte de Zambi, em diversos poemas que abordam os negros.[210]

[210] O suicídio de Zambi é o desfecho do poema "A Morte do Zambi" (1928:25), em que negro e morte surgem, mais uma vez, enlaçados.

Cada criança ainda em botão
chupava ao peito de carvão de uma ama escrava
a alva espuma de um luar gostoso tão gostoso
que o pequerrucho resmungava
pisca-piscando os olhinhos de topázio
cheios de gozo (1928:23,24).

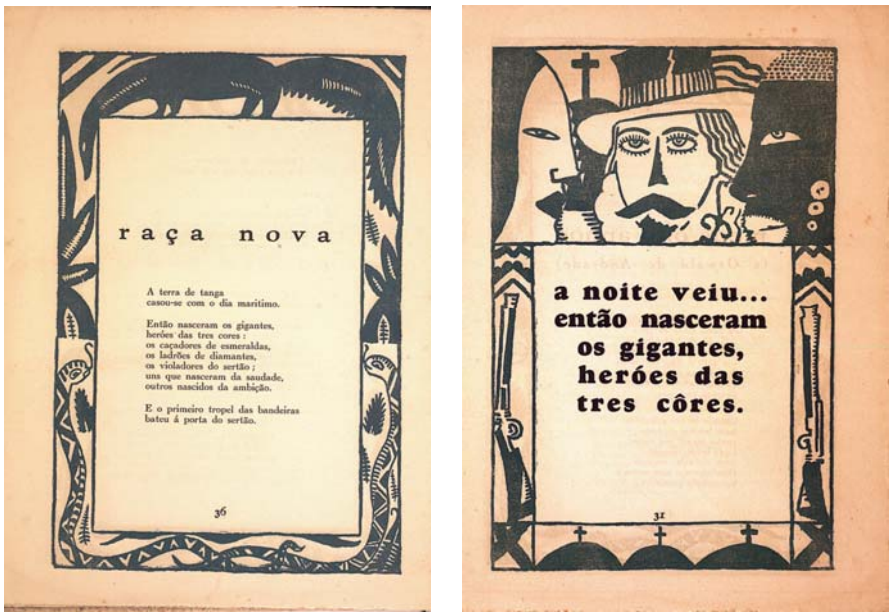


Figura 8: Ilustrações de Di Cavalcanti que retratam o encontro das raças no Brasil para *Martim Cererê* (1928).

Na representação das três raças, curiosamente, dois rifles são apontados para o índio e o negro, em referência à violência do processo colonial, em meio à impassibilidade dos rostos estampados e dos crucifixos católicos inseridos na imagem. A poética de Cassiano Ricardo procuraria, por sua vez, refletir a beleza e a harmonia da formação racial brasileira. Acervo do IEB – USP.

Os retratos dos heróis que nascem são pintados de diferentes materiais: a lápis vermelho, a carvão e a giz (1928:34).[211] No entanto, a violência não está ausente do encontro entre as raças:

E o luso das glórias marinhas
formando a legião das três raças em cruz,
encheu de chumbo e relâmpagos

[211] Em um só poema, Cassiano cita "Botafogo, Manuel Preto, Cunha Gago, Anhaguéra, Gato e Raposo", como bandeirantes que enfrentaram o imenso território e o sertão brasileiros. (1928: 37)

o cano de seu arcabuz!

Catapruz! (1928:35).

A árvore fará, novamente, em várias passagens, o papel de mediador entre o céu e a terra. O português e a uiara são comparados a duas "árvores agarradas uma na outra pelas mesmas raízes" (1928:39).

No entanto, note-se que, no plano simbólico, o casamento inaugural entre as raças acontece com a presença da raça negra, mas não por sua participação no cruzamento. Sua presença é apresentada no poema como crucial, porém ocorre à margem do casamento em si e da civilização que será fundada com o evento a partir do casamento inter-racial. Permanece associada ao plano da natureza.[212]

Metais e pedras preciosas estão presentes nos poemas.

Onde havia diamantes de todas as cores

para a coroa de todos os reis.

E onde havia tanto ouro

que dava pra construir uns duzentos castelos

...e onde uma onça faminta

passeava os olhos amarelos... (1928:57).[213]

---

[212] Cassiano associa à raça africana a "total" negritude.

Pituna é preta:
pois cada preto
era mais preto que a Pituna
asa de corvo ou de graúna
não era mais preta
do que preta mina
que chegou no navio
negreiro
que nem carvão pra oficina
das raças (1928:48).

[213] Cassiano Ricardo associa aos caboclos o bronze (1928/1932:106). Pedras e metais preciosos são associados aos bandeirantes.

E o Tietê conta a história dos velhos gigantes,
ao tempo em que S. Paulo colocava os sapatões
atrás da porta.
e os sapatões amanheciam cheios de ouro...
e os sapatões amanheciam cheios de esmeraldas...
e os sapatões amanheciam cheios de diamantes...(1928/1932:133).

Assim como há uma hierarquia entre metais e pedras preciosas mais ou menos valiosos, Cassiano parece sugerir uma hierarquia de valores entre as raças.

Os pés de café são comparados a soldados verdes (1928:61) a avançar em direção aos sertões. A história de Piratininga é especialmente enfocada, quando São Paulo e seus imigrantes são saudados.

Muitas vezes, a analogia entre espécie vegetal/noite/morte é sutil:

> Em cada fronde abichornada
> dormia uma noite fechada
> que ao receber a primeira foiçada,
> se desmanchou num orvalho de estrelas
> de todas as cores! (1928:68).

As etapas de amadurecimento e secagem dos grãos de café são associadas às cores verde, amarelo, vermelho e preto (“vestidos de luto”) (1928:81). Campo e cidade encontram-se no comércio de café. Com sua xícara de café e seu jornal, símbolo da modernidade, o poeta especula:

> Então eu penso em mil cousas bonitas.
> [...]
> E vejo a primeira missa
> num quadro de Victor Meirelles
> (Árvores apostólicas
> erguiam os braços
> deixando cair em cachos
> a manga da túnica verde) (1928:92).

Em “Marcha Final” as raças se encontram em um longo poema que encerra o livro, e toma como motivo inicial o imaginário cristão:

> Quatro raças em cruz,
> Quatro pingos de sangue
> feitos de luz.
> [...]
> Desde o primeiro sofrimento:

> viu o Brasil que carregava sobre os hombros
> a cruz do descobrimento:
> a cruz do cruzamento,
> a cruz da crucificação,
> a cruz da minha devoção. [...] (1928:111).

Menotti Del Picchia, em comentário elogioso, à época da publicação da obra, esclarece sobre os materiais dos quais são feitas as três raças.

> Nesta terceira edição de Martim Cererê, Cassiano Ricardo torna consciente o que a sua intuição de vate entrevira na concepção da formidável alegoria que há no casamento da Uiara (a terra ainda virgem) com o Mareante Branco (a civilização ocidental) precisando da Noite (o braço escravo) para tornar fecundo o simbólico himeneu.
>
> O pensamento é alto e grandiosamente poemático. O Negro entra, assim, no caldeamento racial como carvão de pedra na liga dos metais ilustres. Sem ele não flui o jato de bronze líquido com que se fundem os super-homens e os heróis.
>
> Somente os grandes poetas como Cassiano Ricardo sabem adivinhar e dizer essas coisas grandes em símbolos cegantes de majestade e de beleza (*in* RICARDO,1932:137).

Muitos anos mais tarde, Cassiano vai reafirmar a associação metafórica entre a noite e a raça africana, firmada em *Martim Cererê*.[214]

> Os homens que vinham da África tinham a Noite na cor e no símbolo da pele. Provado que a noite havia chegado, a Uiara casa com o luso, cumprindo a promessa feita. Desse casamento racial nascem os "gigantes de

[214] Na quarta edição, de 1934, de *Martim Cererê*, a descida dos Tupi, vindos das cordilheiras para o litoral é enfocada por Cassiano Ricardo. O poeta se refere ao roteiro "d'oeste" (1934:148), cita trechos de Taunay (*História Geral das Bandeiras Paulistas*) e registra a presença dos negros em S.Paulo, nos primeiros séculos coloniais (1934:56). Com isso o autor procura fundamentar historicamente o seu poema. Os bandeirantes são aqueles que enfrentam uma natureza selvagem e assustadora de um Brasil virgem; a imagem de um sertão brasileiro vivo combatido por um bandeirante que abre e fixa os caminhos a serem trilhados é recolocada. Além de pesquisar maior número de elementos históricos, elementos "realistas" são incorporados aos poemas, como no caso de "O Navio Negreiro" (1934:43); a cor negra da noite é novamente relacionada aos africanos que chegam cobertos de "sujeira", "encarvoados".

> Botas” que haviam de conquistar o Brasil, então chamado Pindorama ou “Terra Papagalorum” nos vetustos mapas da época (RICARDO, 1973:30).

Imagens anímicas serão ainda a forma de expressão mais freqüente para recriar o cenário interiorano brasileiro, mesmo nas edições posteriores de *Martim Cererê*. A presença dos africanos nos poemas também torna-se mais marcante à medida que as novas edições da obra vão surgindo.

> O sertão ficava quieto...
> Havia qualquer coisa de inenarravelmente humano
> No grito africano
> Que punha alma na solidão do sertão...
>
> E o mato ficava tranqüilo...
> E a onça preta descia
> Pra ouvi-lo...(1928/1932:103)

As associações entre raças, cores e fenômenos naturais permanecerão como um dos principais parâmetros de organização do discurso de Cassiano Ricardo, quando o poeta apresentar a sua visão sobre a formação sócio-racial brasileira, como base e orientação para um projeto de estado, a partir da segunda metade da década de 1930.

Pouco depois da efervescência do movimento Verde-amarelo, em 31 de julho de 1929, tomaram posse na Academia Paulista de Letras: Afonso de d’Escragnolle Taunay, Alfredo Ellis Junior, Alfredo Pujol, Artur Mota, Cassiano Ricardo, Cleomenes Campos, Guilherme de Almeida, Léo Vaz, Lourenço Filho, Menotti Del Picchia, Otoniel Mota, Plínio Salgado, Rubens do Amaral, Sud Menucci e Veiga Miranda. Saudaram os ingressantes os veteranos Amadeu Amaral e Spencer Vampré, uma vez que o presidente honorário da Academia e também presidente do Estado de São Paulo, Júlio Prestes, não pôde comparecer.

Spencer Vampré, em seu discurso de recepção, afirmou ser a Academia uma instituição de culto à beleza e da arte pela arte e os ingressantes, nomes aclamados pela opinião pública. Sem dogmas e preconceitos literários, a Academia seria um lugar de acolhida de poetas, romancistas, historiadores, críticos ou jornalistas, educadores ou filólogos. Os

homens de letras comporiam um mundo de idealismo e de sonhos, jamais submetido ao puro materialismo prático.

> Constituímos e devemos constituir sempre um templo em que só viva a Beleza, e em que não penetrem ódios, nem cismas, nem partidos, nem ambições, nem vaidades, nem lutas; templo em que o culto da língua e o culto da pátria, irmanados e identificados, em cada dia cresçam e resplendam (VAMPRÉ in *Revista da APL*, 12 de setembro de 1941).

Para os ideais acadêmicos defendidos até então, a política estaria oficialmente afastada da instituição, uma vez que a lida com o mundo prático ficaria fora dos horizontes dos letrados, ao menos do ponto de vista do discurso. A partir da década de 1930, esses ideais, mesmo enquanto discursos acadêmicos, tenderão, porém, a ser revistos, pois os políticos e os letrados explicitarão as intenções de aproximar um projeto político nacionalista em consonância com a instituição acadêmica, como se verá nos capítulos seguintes.

Canções de Minha Ternura foram poemas publicados por Cassiano Ricardo em 1930. Apesar de compilar alguns poemas da fase nacionalista, a maioria dos versos dialoga com os escritos da fase parnasiana do autor, com a repetição de temas, versões ou, mesmo, versos com motivos próprios daquela fase do poeta[215], como no poema "Distração":

> Cansado de buscar na terra o que procuro,
> em meio do caminho encontrei o homem puro:
> "Não viste, ó lenhador feliz que estás cantando
> [...]
> uma princesa pela tua porta?"
> [...]
> não ouvi passo algum, nem canto, nem lamento
> que me ferisse o ouvido e me pusesse atento,
> a não ser ... o rumor das águas no regato
> e o barulho sem fim das árvores no vento... (1930:13).

[215] "Toada lírica", "Trémolos de frauta", "A mentirosa de olhos verdes", "Melodia do crepúsculo", "A noite que passou", "Pássaro enfermo" são alguns dos poemas do livro, em contraste com a fase nacionalista desde *Borrões de Verde Amarelo*, quando os poemas tratavam praticamente somente de motivos ufanistas. "O bacharel e a cabocla", da fase nacionalista do poeta, também foi incluído no livro.

Em 1931, Cassiano publica *Deixa estar, jacaré,* obra na qual volta a substituir em muitos poemas a ladainha nacionalista pelo lirismo.

> Mas olhe, escute uma coisa:
> quando a felicidade é tão grande
> que chega a passar da conta,
> porque, como diz o povo:
> deixa estar, jacaré...
> a lagoa há de secar (1931:12, 13).

Algumas referências do momento nacionalista são retomadas, por meio de alusões às cores e às raças, por exemplo, quando o autor se refere à manhã futurista, na qual "o sol é um bugre vermelho" (1931:44) ou aos "gigantes bandeirantes" (1931:18). O tema da tristeza surge novamente, em contraponto mais equilibrado em relação à ilusão da felicidade, que pode ser encontrada numa linda manhã de sol ou na aproximação dos opostos.

> Ó meu amigo macambúzio
> mesmo você, não fique triste;
> já que felicidade não existe
> e onde ela está ninguém nos conta,
> adote logo este sistema:
> seja feliz por faz de conta (1931:37).

Ou:

> Pra quem está triste no mundo de Cristo
> e quer fugir à realidade da hora presente
> nada melhor do que tomar o trem que passa
> e ir pra Saudade ou pra Esperança
> que são os dois lados mais opostos do mundo
> e os dois lugares mais distantes da vida... (1931:67).

As concepções panteístas não perdem força: corpos, vegetais e fenômenos naturais confundem-se em sensações, gestos, sentimentos e restos humanos.

> Meu consolo, entretanto,
> é esta manhã paulistana da gema.
> Esta manhã que nunca é triste
> Porque é a coisa mais nova que existe!
> esta manhã que de manhã bem-cedinho já desce
> do trigésimo andar de um arranha-céu cor de rosa
> e vem brincar com os vendedores de pão, isto é,
> com os homens que acordam mais cedo no mundo (1931:23).

Vale a pena conferir, o poema “Depois da queimada”.

> Depois da queimada
> a noite desce com um cheiro de terra tostada
> num forno de estrelas.
>
> Um tronco, que ficou de pé sobre os ossos das árvores,
> suspende devagarzinho, na ponta dos galhos,
> que parecem dedos tortos de carvão,
> a lua esvaída em sangue de luar
> como si houvesse acabado de decepar
> e ainda segurasse pelo cabelo
> a cabeça amarela do incêndio... (1931:38)

2.9 O mundo natural e seu encantamento

A julgar pela leitura das obras poéticas de Menotti Del Picchia e de Cassiano Ricardo durante a década de 1920, a mediação entre a poesia parnasiana de sua fase anterior e

a poesia nacionalista pós-1924 será encontrada no “naturismo panteísta”. É o panteísmo que permitirá o estabelecimento de conexões literárias entre o céu e a terra, o real e o fantástico, o natural e o humano.

Esse modo de aproximação com a chamada “realidade brasileira” levará esses autores a reforçarem certas formas de associação, viabilizadas pela analogia das cores, constatadas simultaneamente nos elementos raciais e no mundo natural, subdividido entre os fenômenos (naturais ou climáticos: dia, noite, alvorada, vento etc) e os reinos animal, vegetal e mineral, tal qual são “descobertos” nos trópicos, com suas características tomadas como intrínsecas. Os artifícios panteístas servirão como veículo para o desencadeamento de um processo de naturalização do social/humano e, de outro lado, de humanização e encantamento da natureza. O mundo natural, trabalhado pelos poetas brasileiros parnasianos, é apresentado como um mundo misterioso e mágico.

Não por acaso, talvez, as associações mais freqüentes com relação aos índios e negros, mas principalmente em se tratando dos mestiços, fazem-se em termos de referências aos vegetais e aos frutos típicos, para além das existentes entre os minerais/metais, muito freqüentes também no pensamento de Menotti Del Picchia e de Cassiano Ricardo, especialmente quando tratam do tema do bandeirismo paulista, caro aos integrantes do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.[216]

Além de estar diretamente associada à discussão sobre a autoctonia, enquanto produção natural da terra, ou sobre a possível civilização que nascerá de sua argila, a metáfora do “vegetal humano”, produzido pelo solo tropical e paulista, servirá como meio para a reflexão sobre um homem tipicamente brasileiro: o índio ou seu descendente mestiço, localizado na selva ou no sertão e que não foi corrompido em sua pureza pela civilização litorânea ou transplantada. Trata-se, de outro lado, da caracterização do “homem enraizado” ou de seu processo de enraizamento, com a acentuação em sua identidade paulista.

Um significado relevante que pode ser destacado nesse contexto é que, ainda quando esses autores associam o negro ao carvão, trata-se do mesmo referencial, tomando-se o significado do carvão vegetal, obtido pela carbonização da madeira, ou do carvão mineral, resultante da combustão incompleta de material orgânico, ambos da cor negra. Negro e morte ainda aqui caminham juntos.[217]

---

[216] A representação da exuberância e especificidade tropical da colônia encontrou uma de suas principais chaves no inventário das espécies da flora brasileira, com ênfase em seus frutos.

[217] A reflexão sobre a morte associada ao problema da alteridade tem uma larga tradição na antropologia. Nesse caso, a associação entre a raça negra e a morte tem como contrapartida a produção do distanciamento do outro,

Eduardo Viveiros de Castro, ao analisar o tema da inconstância da alma dos ameríndios e a longa história associada ao imaginário do selvagem inconstante, documentada pelo autor, desde o padre Antonio Vieira, passando por Varnhagem, até Gilberto Freyre e Sergio Buarque de Holanda, sugere a importância da recuperação da história do tema:

> Taylor já observou que a naturalização dos índios da América tropical fez-se sobretudo em termos do reino vegetal (1984:233 n.8). Para um exemplo que a autora não usa, veja-se, com efeito, o contraste de Gilberto Freyre (1933:214-215) entre a "resistência mineral" dos Inca e Azteca – a metáfora aqui é o bronze, não o mármore – e a resistência de "pura sensibilidade ou contratilidade vegetal" dos selvagens brasileiros. Valeria a pena fazer a história dessa imagística, que por vezes, como na página vieiriana, recorda irresistivelmente a composição de Arcimboldo (2002:185).[218]

A despeito de trabalharmos com outro tipo de fonte, de fato, um recorte da história dessa imagística pode ser facilmente visualizado por meio da produção do período modernista, seja tomando-se obras literárias dos poetas, como Menotti e Cassiano, seja à vista de representações figurativas da época em obras de pintores como Tarsila do Amaral e Candido Portinari.

Do ponto de vista das representações sobre a organização social brasileira, o modernismo deixou seu legado sobre o tema, em que negros e mestiços, de maneira recorrente, ficaram associados à terra, ao trabalho braçal, à agricultura e aos vegetais. Do ponto de vista da organização do "corpo social", os mestiços e pardos aparecem nas imagens e ilustrações freqüentemente com os pés descalços e de forma marcadamente destacada, seja

---

pois, em termos estruturais, a identificação do mais distante é dada pela identificação com a morte, isto é, o "eu" mais distante é o "eu" morto.

[218] O texto de Anne-Christine Taylor citado é "L'Americanisme Tropical, Une Frontiere Fossile de L'Ethnologie?" e a obra de Freyre é *Casa Grande e Senzala.* Um pouco mais à frente, afirma Viveiros de Castro: "O tema das 'três raças' na formação da nacionalidade brasileira tende a atribuir a cada uma delas o predomínio de uma faculdade: aos índios a percepção, aos africanos o sentimento, aos europeus a razão, numa escala que, como em Freyre, evoca as três almas da doutrina aristotélica" (2002:187). Segundo Taylor: "La 'naturalisation' des Noirs s'oriente plutôt vers une assimilation a l'animalité, tandis que celle des Amazoniens semble s'orienter davantage vers une assimilation au règne vegetal, paradigme majeur de la naturalité por l'Amazonie au XIX e siécle" (2002:233). Uma hipótese a ser considerada é se esse tipo de representação corrente não é devido ao fato de a América Central ter sido colonizada com base na exploração mineral, enquanto a África ficou associada à diversidade de sua fauna, sendo os negros representados como uma extensão da diversidade animal do continente. Como a autoctonia foi discutida e representada em termos naturalistas, tratar-se-ia de uma decorrência direta da conexão que se estabeleceu com os diversos tipos de colonização que foi levada a cabo em cada região, uma vez que a colonização africana foi sobretudo escravista (tomado-se o negro como um mediador entre o humano e o animal).

pelas enormes dimensões proporcionais desses membros, quando comparados ao tamanho das cabeças e do resto do corpo dos humanos representados, seja pelo destaque que os membros recebem nas pinturas e desenhos em termos de planos e formas.

O corpo estabelece a mediação entre os pés e a cabeça, os extremos da ordem social, o alto e o baixo, o céu e a terra, que as representações também retratam simbolicamente. O tamanho dos pés pode ser, nesse sentido, relacionado à proximidade naturalizada dos negros e mestiços com a terra que se quer representar. Em um registro de cunho "organicista", as cabeças dos negros e mestiços surgem, outras vezes, oprimidas pelo trabalho braçal ou escondidas nas imagens sob enormes chapéus, como no caso de algumas das pinturas de Cândido Portinari, ou são representadas de forma diminuta, como no caso de certas imagens na obra de Tarsila do Amaral.

"A Negra", de Tarsila do Amaral, por exemplo, não esconde seu aspecto de escultura em argila ou em pedra (jamais em mármore), mal disfarçado pela ausência de cabelos numa cabeça de dimensões já reduzidas, a oferecer ao observador um seio e a ocultar o outro, sob a desproporção de seus membros e de seu corpo. "Mãe-preta" deixa à mostra, de outra feita, em seu fundo de faixas geométricas, a presença de uma folha verde sobre a qual se acomoda, quase como extensão do corpo. A imagem revela um certo sentido panteísta, acentuado pela vivacidade da pedra esculpida, animada ainda mais pelas cores e formas de uma natureza ardente, para além da "monumentalidade que empresta ao que emerge da terra" (AMARAL, 2003:120). De outro lado, a imagem da pedra ocre e nua se naturaliza: é a própria mulher integrada na natureza, na terra que a produziu.

> Pela primeira vez apresentava-se um negro numa tela com tal destaque e força, conscientização em sua projeção embora inconsciente, posto que Tarsila pintava quase que envolvida numa atmosfera peculiar, da presença do negro em sua formação, em sua infância, dentro da paisagem a que a artista se sentia pertencer, como é assinalado pelas folhas da vegetação (AMARAL, 2003:120).

Figura 9: *A Negra*, de Tarsila do Amaral, 1923.

No caso do "Abaporu" ou de "Antropofagia", da mesma artista, as cabeças são representadas de forma diminuta, enquanto os pés são superdimensionados. Além da visível analogia formal entre humanos e vegetais, pés e raízes, observa-se nessas figuras humanas "estranhíssimas" (MICELI, 2003:144) que o aspecto escultural dos corpos dialoga paralelamente com o parnasianismo em sua ênfase à idéia da escultura em movimento e aos materiais empregados, sobreposta à discussão a respeito da autoctonia e do enraizamento do homem no Brasil.

Figura 10: *Abaporu* (1928) e *Antropofagia* (1929), de Tarsila do Amaral.

Vale recordar, nesse sentido, a afirmação do marido de Tarsila do Amaral, Oswald de Andrade, quando contempla pela primeira vez o presente recebido da esposa, em 1928: "É o homem, plantado na terra" (AMARAL, 2003:279).[219] Humanos e plantas misturam-se sob o

[219] Segundo diversos autores, "A Negra" (1923), "O Abaporu"(1928) e o quadro "Antropofagia"(1929) formam uma série.

aspecto formal de maneira mais nítida em “Antropofagia”, distinguindo-se quase que somente pela cor da “pele” ou da “seiva”. O sol representado nada mais é do que uma laranja partida ao meio, ou seja, um “fruto de ouro” pela metade, imagem tão ao gosto dos poetas parnasianos. Céu e terra encontram-se no fruto de ouro e na cor do astro terrestre.

Em comentário sobre a obra “Mestiço”, de Candido Portinari, Mario de Andrade destaca também o aspecto monumental da pintura e as estereotipias associadas aos negros e mestiços, comuns na sociedade e na literatura da época. Andrade estabelece ainda as comparações da pintura com o bronze “eterno” à vista da cor e da forma representadas, compatíveis com o material utilizado, que confirmariam a “natureza” do monumento.

> O soco da Vênus de Milo na “Natureza Morta”, os colonos no “Café”, a própria massa do “Morro” grande não pesam, são superfície. Mas já neste “Morro”, certos elementos como o bezourante avião transatlântico, único fantasma sonoro (faz uma bulha!...) da obra de Portinari, revelam a lei da atração. E isso culmina nessa monumental figura do “Mestiço”, obra prima que aturde na sua maravilhosa força expressiva, doloroso nos estigmas de bondade, de paciência e de imbecilidade que leva, sofrido nessas mãos de trabalho em que a “neve *sachlichkeit*” não esqueceu de enegrecer as unhas, mas ao mesmo tempo obra de arte esplêndida em que o óleo, sem desmentir à sua natureza, consegue no entanto um peso e uma eternidade de bronze. E o “Preto da Enxada” não lhe fica quase nada atrás (“Portinari”, *Diário de S. Paulo*, 15.12.1934, p. 6).

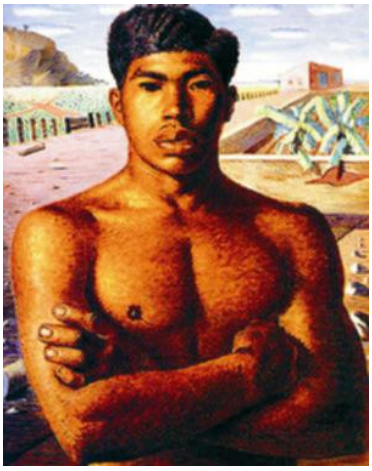


Figura 11: *Mestiço*, de Cândido Portinari (1934).

Em algumas pinturas, pode-se notar o “tom mestiço”, representado pelos diversos gradientes de cores próximas ao barro, tonalidade freqüentemente acionada para identificar a fusão racial, marcada pelo pigmento amarronzado, e que, ao mesmo tempo, funciona como símbolo de associação e fixação do elemento mestiço à terra, em inúmeras formas metafóricas. Nesse sentido, as metáforas que relacionam humanos e vegetais podem ser interpretadas como simbolização do enraizamento dos negros e mestiços às áreas interioranas, como se fossem árvores cujas raízes proveriam da terra, nutridas pelo barro genuinamente brasileiro.

Essas relações tornam-se também evidentes em Portinari. Na pintura “Mestiço”, aliás, enquanto o homem cruza os braços, as folhas das bananeiras, ao fundo, cruzam-se e duplamente, esboçam os “X” em paralelo. A cor do cerne da árvore derrubada é representada com a mesma cor da camisa do “Lavrador de Café”. Tons róseos unem terra, vegetal e figura humana: mestiços e plantas emergem da terra.

Figura 12: *Café* e *Lavrador de Café* (1934-1935), de Cândido Portinari.

A possibilidade de comparação ou uma certa maneira de produzir formas análogas (metáforas) entre o mundo natural e a sociedade, com suas diferentes raças, é que sustentará, ao nosso ver, a concepção de democracia racial desenvolvida no pensamento dos poetas aqui tratados nas próximas décadas. Uma visão hierárquica em ambos os campos semânticos (natural e social) vai amparar a concepção ambígua de democracia, em termos de relações humanas, que esses autores irão conceber, simultaneamente, sob dimensões de fraternidade e de reconhecimento de diferenças de ordem e subordinação. Nesse sentido, é bom recuperar

uma epígrafe de *O Evangelho de Pan*, extraída de um poema de Cassiano Ricardo e repetida em outras de suas obras parnasianas.

> ... eram seus pés a imagem
> do universo inferior: os animais, as plantas,
> a Terra (1917:83).

3 VERSÕES POLÍTICAS DA DEMOCRACIA RACIAL EM MOVIMENTO

> *Si os problemas raciais brasileiros não são "orgânicos" mas apenas "psicológicos" – não nos assoberba a questão negra, o "racialismo autóctone" contra o ádvena, e se possuímos, como absorvedora força de caldeamento essa inata ausência de preconceitos de cor, de credo e de origem – o Brasil surge perante o mundo como a terra feliz que processou, em toda a sua plenitude, a "democracia étnica", a mais soberba forma, inédita e cristã, da fraternidade humana* (Menotti Del Picchia, 1935).

3.1 Democracia e crise

Com a Revolução de 1930, Menotti perde seu mandato de deputado estadual. Assistirá, na condição de jornalista, à derrocada do último governo legal, de Júlio Prestes, dedicando-se, a partir de então, principalmente, à carreira de escritor e à de jornalista na imprensa alternativa ao jornal governista do PRP, fechado pelos revolucionários.

A experiência acumulada com o cargo de cronista político do jornal perrepista permite ao escritor o cacife necessário para realizar um empreendimento de maior fôlego, com o objetivo de divulgar suas próprias idéias políticas. É no contexto da crise de 1930 que Menotti Del Picchia estréia como ensaísta político, com a publicação do livro *A Crise da Democracia* (1931), gênero sobre o qual centrará a análise do tema racial neste capítulo.[220]

---

[220] Na década de 1930, Menotti continua a dedicar-se às obras de ficção. Em 1932, como foi visto no capítulo anterior, publicou *A Tormenta* e *O Despertar de São Paulo*. Além disso, lançou dois livros infantis: *Viagens de João Peralta e Pé de Moleque* e *No País das Formigas - Novas Aventuras de João Peralta e Pé de Moleque*, pelas Edições Melhoramentos (sem data, possivelmente 1933 e 1936, respectivamente). Trata-se das aventuras de dois pequenos companheiros: Pé de Moleque é um menino negro, filho de Benedita, a cozinheira do Sr. Nazário, pai de João Peralta, um menino branco. Pé de Moleque compartilha das fantasias, brincadeiras e traquinagens de João Peralta. Apesar de desenhar uma estreita amizade entre os dois, Menotti deixa entrever na relação dos meninos desníveis de posição e privilégios, pautados e reforçados pelas diferenças de classe social, de cor e de raça. A sociedade das formigas é também caracterizada no segundo livro como uma sociedade em que as diferenças de funções e trabalhos estão ligadas a diferenças hierárquicas e de capacidade para o comando. Ou seja, a propensão à hierarquia é constatável e legitimada no próprio mundo da natureza, segundo a visão passada por Menotti em algumas das passagens das duas obras infantis. Nas aventuras infantis escritas pelo autor, portanto, fica também esboçada a percepção de existirem diferenças e obstáculos raciais provenientes de uma certa "ordem natural".

Outro gênero que Menotti desenvolve na década de 1930 é o romance de aventuras, na entreface da ficção científica. Em 1930, Del Picchia publica *A República 3.000* (a partir da 2ª edição passa a se chamar *A Filha do Inca*); em 1936, *Kalum*; e, em 1938, *Cummunká*. Nos três romances, índios, negros, brasileiros brancos e

No decorrer dos anos de 1930, em seus artigos jornalísticos e em suas pesquisas, nota-se o esforço intelectual do autor para, paulatinamente, ampliar a discussão política sob uma forma persuasiva e conciliadora com um projeto nacionalista que pudesse lidar com os problemas das diversas regiões e dar conta de soluções para o Brasil como um todo, sem desagradar os grupos políticos de São Paulo. Tal estratégia permite que ele escape às pressões políticas e estabeleça uma "razão política" para além dos interesses dos grupos, pelo menos no nível do discurso.

Cassiano Ricardo, por sua vez, após a Revolução de 1930, tendo em vista os contatos que estabelecera no Sul e como funcionário do governo de São Paulo, é reincorporado ao novo governo "revolucionário", sem se considerar desleal a Júlio Prestes. "Afinal, exercia eu um cargo efetivo, sem obrigação de me exonerar e deixar de servir a São Paulo por motivo de mudança de governo" (RICARDO, 1972: 45).

Cassiano perde, sim, por causa da instabilidade política, o cargo efetivo de censor cinematográfico (ao ser nomeado o pintor Di Cavalcanti para seu lugar), mas não deixa de atuar como servidor público. Durante as várias trocas de governo pós-1930, por meio de rearranjos políticos e da criação de cargos burocráticos, assume o importante cargo de diretor do expediente do Palácio do Governo do Estado de São Paulo. Também, dedicar-se-ia às atividades literárias como escritor de longos ensaios sociopolíticos, porém somente a partir de 1935.

No primeiro ensaio político de Menotti Del Picchia, publicado em 1931, *A Crise da Democracia*, cujo objetivo final é contraditar as premissas que sustentam os ideais democráticos como orientação política adequada a quaisquer circunstâncias, elabora um

---

imigrantes tornam-se personagens que ilustram os conflitos provocados por discrepâncias culturais que se chocam. No caso de *Cummunká,* trata-se da organização e incursão de uma bandeira pelo interior do Brasil. A bandeira é organizada por um jornal da capital paulista, em plena crise financeira, denominado o "Rebate", com o intuito de fazer reviver uma epopéia sertanista em pleno século XX para atrair leitores e contornar a crise do jornal. (Para uma análise sobre a relação das construções utópicas de Menotti com o pensamento autoritário, ver o trabalho "Utopia e Modernismo Conservador no romance 'CummmunKá' de Menotti Del Picchia", de Gilson Leandro Queluz *in SÆCULUM* – Revista de História[12], João Pessoa, jan./jun.2005).

Essas obras de ficção dialogam de maneira perceptível com o contexto da época e só não serão abordadas de forma mais detida nesta exposição em virtude de se privilegiar a trajetória dos autores tratados na década de 1930 em seus aspectos relacionados às preocupações com a política oficial e os problemas propriamente ligados ao Estado, direção assumida por todos os membros do grupo "Verde e amarelo".

Cabe enfatizar, mais uma vez, que mesmo nas obras de Menotti Del Picchia pertencentes ao gênero ficção, publicadas na década de 1930, a diversidade racial brasileira é um tema central, retomado pelo autor modernista sob vários prismas.

Duas outras obras merecem ser citadas: *Pelo Divórcio* (1932), na qual o autor faz a defesa da introdução do divórcio no sistema jurídico brasileiro, e *Jesus Tragédia Sacra* (1933). Em *Jesus,* inspirado pelo Evangelho de São Mateus, o autor aborda o tema do "choque das duas civilizações que decidiam o destino do mundo no Pretório de Pilatos"(1933: 5). O autor utiliza imagens que descrevem a pureza da alma de Cristo associadas à cor branca de seu corpo, loiro e de olhos azuis, em passagens como: "Agasalha com as mãos mais brancas que as ovelhas" (1933:34).

balanço panorâmico sobre as teorias democráticas em vigor no mundo e analisa suas condicionantes.[221] Assumindo uma perspectiva evolucionista, afirma que a humanidade é constantemente animada pelo instinto de aperfeiçoamento, sempre em direção a uma etapa superior.

> A mistura das raças, as interpenetrações nacionais, não são mais que a prova dessa ânsia coletiva de aperfeiçoamento. Os ciclos de civilização esparsos, que Spengler estuda como organismos animados por culturas que nascem, desabrocham em toda sua plenitude e morrem, devem ser tomados, não isoladamente, mas como tentativas do esforço comum a toda a humanidade realizando a totalidade da sua própria evolução (1931: 8).

Menotti afirma que o "vazio" da distância entre as realizações já efetivadas e as aspirações contínuas de avanço a um estágio superior acaba sendo suprido por fórmulas obscuras e supersticiosas; ou seja, pelo misticismo, que, no entanto, é eterno pela condição humana e permaneceria sempre na forma de resíduos. Este seria o caso da democracia, que o autor analisa como um dos mitos de sua época. No entanto, para ele, os mitos teriam utilidade imprescindível para o equilíbrio dos grupos sociais e serviriam como remédios para a angústia social.

> A análise dos mitos nos dará a surpreendente revelação dos próprios desejos e aspirações recalcadas pelos homens, tomando formas idealísticas, poéticas e teogônicas, das quais difícil lhes é agora desembaraçar-se. [...]
>
> A essência de um Deus ou de um santo não é muito diferente dos modernos mitos sociais: "democracia", "liberdade", "voto secreto", "capital", palavras e locuções que ressurgem o prestígio combativo dos antigos ideais religiosos (1931: 10, 15).

A história da humanidade seria marcada, de outro lado, pela constante diminuição de abstrações e preconceitos, e pelas adequações das realizações técnico-científicas, justapondo-se novas descobertas à mentalidade em contínua renovação. No período industrial,

[221] A epígrafe do livro é de Vilfredo Pareto e retrata o propósito da obra: "Aujourd'hui nous sommes dans le période descendante de la liberté et ascendante de l'organisation". No prefácio, datado de "outubro de 1929 a fevereiro de 1930", Menotti anuncia um segundo volume, no qual tratará do problema da organização social, econômica e política do Brasil, em particular. Tal volume só será publicado em 1935, com o título *Soluções Nacionais*, cuja primeira parte reproduzirá, com modificações, *A Crise da Democracia*, de 1931.

ele constata um marcante conflito entre a vida experimental e os preconceitos de sentimentos, que caberia às elites dirimir.

> Pela ação reajustadora das suas elites, deve, pois, a humanidade, procurar sempre operar uma enérgica revisão dos valores sociais, processando reformas destinadas a tornar lógica a adequação da sua mentalidade à realidade utilitária das suas conquistas técnico-científicas (1931: 15).

Contra Rousseau e os ideais libertários do século XVIII, os quais, segundo ele, teriam negado a existência de disparidades naturais entre os homens, Del Picchia afirma que a liberdade, a igualdade e a fraternidade não passam de mitos ou princípios ideológicos concebidos por abstrações e fora de qualquer pragmatismo. Na opinião do autor, ainda, o desenrolar da Revolução Francesa e o período napoleônico terão provado tal afirmação. O fascismo italiano também seria uma prova da falência da democracia.

O poeta modernista parece alimentar uma admiração especial por Gustave Le Bon, pois cita várias obras do escritor.[222] A psicologia das revoluções e a tentativa de compreensão dos fenômenos associados à idéia das "multidões" serão temas caros a Menotti.[223] Oliveira Vianna, Alberto Torres, Assis Brasil, Nina Rodrigues, Azevedo Amaral e Alcântara Machado são alguns dos autores brasileiros por ele catalogados. Oliveira Vianna é o autor brasileiro que tem o maior número de obras citadas por Del Picchia.[224]

A noção de vontade geral e a de vontade da maioria seriam ficções sem aplicação prática, na visão de Del Picchia. A vontade geral, tal como concebida por Rousseau, colocaria em risco a sociedade.

---

[222] Pelas indicações da bibliografia na obra de Menotti, o autor tentava fundamentar suas análises e conclusões em leituras de variado naipe: desde G. Le Bon , H. Taine e H. Spencer, passando por A. Tocqueville, W. Frank, G. Sorel, O. Spengler, V. Pareto, Ortega y Gasset; teóricos anarquistas como P. Proudhon; autores católicos com J. Maritain; e ainda nomes ligados à psicologia social como T. Ribot e G. Wundt, dentre vários outros autores pouco ou nada conhecidos atualmente. Marx, Engels e vários críticos de suas teorias também são lembrados.

[223] Para uma análise sobre alguns aspectos do tema da multidão no pensamento de Menotti, consultar a tese *O Mito Modernista* , de Daniel Barbosa Andrade de Faria (2004).

[224] No ótimo livro de Luiz de Castro Faria, *Oliveira Vianna De Saquarema à Alameda São Boaventura, 41 – Niterói O autor, os livros, a obra*, o comentador mostra a importância de Vianna, como um pensador, sobretudo, "fundador de discursividades" e por isso, indicador de caminhos para toda uma linha de escritores de sua época. Gustave Le Bon é um dos autores-fonte de Vianna que foi repetidamente lido e revisto pelos autores brasileiros desde o século XIX. Castro Faria afirma ainda que "Oliveira Vianna foi um autor fluminense revelado em São Paulo. Os primeiros capítulos publicados de *Populações Meridionais* aparecem na *Revista do Brasil*. A ligação com o grupo do jornal *O Estado de São Paulo* e com Monteiro Lobato é clara até meados dos anos 1920" (FARIA, 2002:133). Menotti considera Alberto Torres "um dos mais, senão o mais profundo dos pensadores brasileiros" (DEL PICCHIA,1935:206).

> A “VONTADE GERAL” colhida assim na sua mais larga escala, só poderia representar a das classes menos cultas, o largo estrato basilar da pirâmide do agregado, onde graças a mais rudimentar ignorância se estratificam os resíduos inferiores da sociedade. Se o ideal social é a evolução rumo do píncaro piramidal sobre o qual se acastelam as “elites” – os que assimilaram maior soma das experiências técnico-científicas e éticas – é claro que, não formando elas maioria, a “vontade geral” trai as finalidades mais nobres do grupo, porque dimana das suas células mais numerosas mas menos nobres. A vontade geral rousseauneana, coarctando as manifestações da minoria, presidiria as leis do regresso, não dotando a direção governativa do grupo com as forças mais cultas orientadoras das mais úteis e elevadas aspirações humanas (1931: 77, 78).[225]

Segundo o autor de *Juca Mulato*, o sufrágio universal não passaria de um grosseiro sofisma, haja vista não ter o grupo social uma única vontade, mas muitas. As aspirações seriam freqüentemente heterogêneas e desarmônicas. A maneira como funcionava a máquina eleitoral seria degradante para a ética, e a solução pelo voto secreto falha como expressão da vontade livre, pois nas democracias modernas o voto seria uma mercadoria, cujo pagamento era feito quando não em numerário, com concessões de toda natureza, como empregos e vantagens pessoais.

> As democracias modernas, vendo falirem sucessivamente todos os sistemas de sufrágio, ainda se agarram a eles, no desespero de salvar o mito da democracia política. Algumas, já desiludidas, mudaram de rumo, aceitando, afinal, que o mal está no próprio regime e não apenas nos processos (1931: 94).

Para o autor enfocado, a felicidade do homem não poderia ser alcançada pela revolução política, ao contrário do que alguns de seus contemporâneos imaginavam. Ele vê a persistência da crença na democracia como manifestação da busca de realização do sonho de perfectibilidade e das tendências fetichistas do homem, numa tentativa de auto-perpetuação mítica. “Propaga-se por contágio” (1935:99). A manutenção dos ideais democráticos impediria uma visão realista e pragmática da sociedade.

[225] Todos os destaques em maiúsculas nas citações estão presentes nas obras de Menotti Del Picchia.

> O governo do grupo social deve ser uma utilidade e, como tal, deve ser transportado para o campo realístico e orgânico das necessidades imperativas da harmônica sistematização do agregado. O que sempre está em jogo, na humanidade, são os interesses. Os interesses das várias classes que formam o corpo social de uma nação, não somente são diferentes como chegam a ser conflitantes. Daí o absurdo de se imaginar uma vontade geral, abstrata, soberana e harmônica, feita com a refração das vontades individuais regendo, com unidade de ação e de espírito, o todo nacional (1931:115).

Menotti analisa também a igualdade como um ideal místico. Afirma que o princípio da "igualdade legal", pregado pelas constituições democráticas, é contrariado pela própria condição humana, pois qualquer igualdade inicial e potencial seria superada e denunciada pela desigualdade "à medida que as unidades biológicas desdobram sua atividade no tempo" (1931: 119).[226]

O organismo estatal deveria ser estruturado obedecendo às condições econômico-geográficas, étnicas e intelectuais de cada país, cujos princípios não poderiam se fixar segundo doutrina única baseada na igualdade.

> Toda a ilusão e, daí, as crises que agitam os agrupamentos sociais hodiernos, resulta da aceitação utópica e lírica dessa paridade de nível basilar, refractando-se na unidade harmônica de uma autônoma vontade do grupo (1931:120).

Disparidades físicas individuais, tendências díspares para a passividade da obediência e para o imperativo do comando, maior ou menor capacidade intelectiva e inadaptação ao meio ou separação voluntária da corrente pelas experimentações de uma moral nova seriam provas da desigualdade inerente aos homens em sociedade. No mundo, a democratização da vida teria sido ocasionada pela revolução técnica, e não por mudanças reais nos valores.

---

[226] Em nota de rodapé, o autor afirma que o mito da igualdade se alimentaria por meio de sofismas. "Confusão da *igualdade* com a *justiça* – que destrói a justiça. A justiça, de fato, implica uma certa igualdade, mas igualdade *geométrica* ou de proporção (tratar um e outro proporcionalmente ao seu mérito) ou não igualdade *aritmética* ou de *grandeza absoluta* (tratar um e outro identicamente qualquer que seja o seu mérito); de forma que confundir justiça com essa segunda sorte de igualdade, com a igualdade pura e simples, é justamente destruir a justiça" (DEL PICCHIA, 1935: 107).

Menotti descarta analisar o elemento “fraternidade”, apesar de o ter utilizado como argumento em seus discursos parlamentares ao enaltecer o caldeamento racial brasileiro.

> Não nos deteremos no exame da fraternidade, outro componente da tríade clássica em que se alicerça a democracia política segundo a velha concepção, porquanto, herança multissecular do cristianismo, a fraternidade não é mais que um princípio ideológico, sem ponderável atuação prática no domínio das forças e das combinações sociais (1931:123).

O problema da liberdade seria de natureza econômica, e não política. A liberdade só poderia ser concebida organicamente, de acordo com a realidade social a que se refere. A gratuita defesa do liberalismo estaria ligada a uma condição patológica, pois representaria uma tendência anárquica no sentido de quebrar a ordem.

> A LIBERDADE só é um direito enquanto encarada como a possibilidade de realização total das faculdades do ser respeitado o direito igual dos seus semelhantes. Considerada pragmaticamente, é o esforço pessoal de ampliação moral e intelectual do ser dentro de um critério geral de interesses justificados pelas necessidades do agrupamento social em determinado tempo e lugar (1931:125).

O autor argumenta que a liberdade individual seria proporcional à capacidade de cada indivíduo na competição social, estando em desacordo com o ideal de igualdade.

> O critério imperativo da liberdade é sua relatividade e sua limitação. A faculdade de seu exercício não provém de um direito – o que é pura ideologia – mas de realidades concretas e mensuráveis. A liberdade de pensamento supõe cultura e inteligência; a liberdade física pressupõe saúde e ausência de defeitos orgânicos. Todas essas escravidões a que está sujeito o homem – ignorância, doença, pobreza, inaptidão profisssional – tornam absurda a idéia da liberdade política. O conceito de igualdade integra-se no de liberdade, imposta por defeitos físicos ou mórbidos, intelectuais ou culturais e econômicos, que cria a desigualdade fatal entre os homens (1931:129).

Menotti vê a democracia moderna como “um mero estado social”, um regime transitório, proveniente da reforma religiosa, da revolução política e da revolução técnico-científica, que provocaram a ruptura da ordem hierárquica em muitos planos, com a socialização da instrução e a libertação racionalista de preconceitos. Muitas vezes, a influência de autores brasileiros, como Oliveira Vianna, torna-se evidente nas suas formulações.

> A interpenetração das raças, acorrendo livremente aos melhores centros de produção, anulou a possibilidade estática da aristocracia de casta. A facilidade de comunicação e contágio do pensamento tornaram absurda a detenção do poder em mãos de oligarquias, que apenas dificilmente sobrevivem porque inda exploram os últimos mitos da democracia política. Isso justifica a atual instabilidade dos governos, aliás, problema instintivamente consagrado no rotativismo da magistratura política preconizada pelas constituições democráticas (1931:137, 138).

O domínio dos grupos tenderia a circular entre seus membros e passaria, por direito, a mãos mais enérgicas e inteligentes. O imperativo da vontade da maioria não poderia ser preservado, por subtrair o estímulo individual de aperfeiçoamento e reconhecimento social. Por outro lado, uma visão romântica da liberdade e da igualdade traria como conseqüências uma enorme desigualdade de condições econômicas e a substituição de uma aristocracia por uma plutocracia. Haveria um deslocamento mítico do ideal político para o campo econômico.

> AS VERDADES político-sociais são sempre transeuntes, porque o mecanismo dos comandos dos grupos é o rotatismo das elites. A que domina em nome de certas idéias, que refletem as necessidades instantes, são vencidas pela elite que se cristaliza em oposição, portadora das novas idéias representativas das novas necessidades. A fórmula de governo é mera ficção e pouco importa, senão no plano da psicologia social, uma vez que o instinto dos agregados quer apenas um perpétuo rotatismo de elites e é imanente nela uma contínua e mecânica capacidade de reajustamento (1931:140,141).

O autor vê a própria idéia de governo, o Estado e a sua concepção como mitos dos mais persistentes, mas também transitórios. Ao examinar as doutrinas “utópicas” em voga na

Europa – o comunismo, o anarquismo, o marxismo, o socialismo, o bolchevismo e o fascismo –, vê o último com maior simpatia, por atacar de frente o idealismo libertário. Todas essas doutrinas significariam golpes fatais na antiga doutrina da democracia política.

> O ESTADO NÃO É MAIS, na realidade, que uma utilidade transeunte do grupo social ainda necessária à contínua procura de melhores fórmulas destinadas a garantirem o completo desenvolvimento individual. Mito de prática utilidade, tem uma função coordenadora e asseguradora do equilíbrio molecular do grupo polarizado em torno da sua idéia enquanto imprescindível. O Estado antigo foi centralizador e absorvente. Os progressos da democracia, estimulando o individualismo descentralizador e atomístico, tendem a diluir mais a idéia do Estado e a dar-lhe uma conceituação relativamente mais orgânica e positiva (1931:161).

Para Menotti, o mérito de um governo não deveria ser medido por valores absolutos ou pela lógica de sua estruturação, mas por sua eficácia e sua correspondência às necessidades de um estágio de determinada sociedade. Nesse sentido, elogia o governo imperial germânico pelo seu "hibridismo republicano-monárquico, pragmaticamente lógico no seu paradoxo teorético". Por ser uma convenção, o Estado seria organicamente amoldável às circunstâncias sociais e históricas.

Em um contexto de crítica e decepção com o liberalismo, que havia se generalizado na sociedade brasileira da época, Menotti procura ampliar o debate chamando a atenção para a necessidade de reorganização social por meio de uma liderança qualificada para exercer o poder e direcionar o país no contexto de grandes transformações e turbulências generalizadas. Nessa fase, o autor questiona as bases das concepções democráticas e procura repensá-las em novos termos.

Em 1932, Cassiano Ricardo, como funcionário público, presencia, com satisfação, a nomeação de Pedro de Toledo como interventor federal no Estado de São Paulo.[227] "Ninguém melhor por seu passado ilustre e serviços ao país. Amigo que ele havia sido de meu pai, ao tempo de Hermes, recordei-lhe o fato, quando ele me designou pra Secretário da Interventoria" (RICARDO, 1972: 50). Como ocupante desse cargo, o autor de *Martim Cererê*

[227] Pedro de Toledo (1860-1935), advogado paulista formado pela Faculdade de Recife, com uma longa atuação na área pública, foi o quarto interventor de São Paulo após a Revolução de 1930 (sucessor de João Alberto Lins de Barros, Laudo Ferreira de Camargo e Manuel Rabelo). Foi um dos fundadores e também membro da Academia Paulista de Letras. De interventor paulista, Pedro de Toledo transformou-se em Comandante Civil da Revolução Constitucionalista de 1932.

acompanha todo o desenrolar da Revolução Constitucionalista. Vê Pedro de Toledo ser aclamado governador pelos paulistas, assim como a sua queda no final do episódio.[228]

Quando eclode a Revolução Constitucionalista em São Paulo, Menotti Del Picchia, apresentado por Cassiano Ricardo a Pedro de Toledo, o chefe do Estado como representante dos revolucionários de 1930, participa do evento no cargo de auxiliar de gabinete do governador de São Paulo, assim que o mesmo foi aclamado após plebiscito.[229] Como depoimento pessoal sobre a Revolução, publica o livro *A Revolução Paulista Através de um Testemunho do Gabinete do Governador* (DEL PICCHIA, 1932). O autor inclui na obra alguns documentos de época – como telegramas, artigos de jornais e resenhas sobre os campos de batalha – além da descrição de alguns "personagens" fundamentais para o desenrolar da trama. Pauta, porém, seus escritos principalmente nas impressões que vai reunindo durante os meses de conflito.[230]

Paulo Menotti Del Picchia vê a Revolução de 1932 em São Paulo como um desdobramento da Revolução de 1930. "Fatalidade dos trágicos contágios. Excitação moral e espiritual criada pela angústia" (1932:8).[231] Para ele, as determinações sociais atuariam independentemente da vontade humana consciente. A história obedeceria a movimentos cíclicos, e os indivíduos, enquanto "inócuas moléculas raciocinantes" (1932: 11), estariam sujeitos aos movimentos próprios de toda evolução social.

O congraçamento em torno da ideologia liberalista, observado em muitos de seus contemporâneos, estaria ligado às crises econômicas mundiais de 1929 e 1930, que teriam repercutido nacionalmente. Para o autor, no entanto, os grupos organizados a favor da Revolução de 1930 teriam "rasgado" todo o programa liberal logo depois, com a finalidade de implantar a ditadura. O período de 1930 a 1932 seria marcado por inquietações políticas, anseios constitucionalistas e preocupação com a autonomia das províncias.

---

[228] "É preciso ainda ser dito, um pouco que seja, sobre o 'papel de *Martim Cererê* na revolução bandeirante de 1932'. É que durante a Revolução Paulista, a todo momento ouviam-se no rádio poemas do livro que marcou como um divisor de águas o Movimento Modernista, podendo-se dizer que, a partir dele, marcou-se de forma definitiva a chamada ala nacionalista do movimento artístico-literário" (MONTEIRO, 2003: 76).

[229] Segundo Cassiano, além de Menotti Del Picchia, trabalhou no gabinete de Pedro de Toledo, como colaborador, também por ele convidado, Cândido Motta Filho.

[230] O autor procura reconstruir em linguagem literária o ambiente paulistano da Revolução Constitucionalista, usando símbolos e metáforas com os quais caracterizava a região, como na passagem seguinte: "Um lindo sol louro e um céu puro e azul. Na praça em que Anchieta fundara o Colégio alteando o primeiro templo da civilização junto à esplanada do Carmo, onde a bravura bandeirante deveria, nas frágeis palissadas bater, com Tibiriçá e Brás Cubas, as forças bárbaras da terra coligadas na famosa confederação dos tamoios, o povo burburinhava sussurrante" (DEL PICCHIA, 1932: 10).

[231] Assim como o ensaio *A Crise na Democracia*, o texto é entremeado por expressões e argumentos oriundos da psicologia e psicanálise. A explicação pautada na atuação de elementos "não conscientes" e alheios à vontade dos indivíduos é uma constante na argumentação do autor.

> Mudados os homens e não as instituições na sua essência, feitas tentativas parciais de cura não traçadas dentro de um plano geral que refundisse anatômica e fisiologicamente todo o organismo da nação, o Brasil continuou em alarmante decadência (1932:13).

O autor se preocupa em distinguir a identidade paulista no contexto do Brasil como um todo. Segundo Menotti, o Brasil seria uma nação desigual, composta por diversos povos, com múltiplas e contrárias aspirações e interesses. O próprio mapa do País, com seus acidentes de relevo, indicaria a variedade e os conflitos de mentalidades entre os povos que habitavam o território. O espírito pacífico e civilizado do paulista não se ajustava – ao contrário de outras regiões brasileiras ainda em fases sociais primárias – à falta de um código constitucional e a um regime de força.

> Em primeiro lugar aos paulistas repugnava o poder discricionário. Povo eminentemente jurídico, tendo atingido o período industrial, somente concebia a vida comum dentro de garantias especificadas numa lei básica, orientadora e asseguradora do seu trabalho. A fórmula de governo ditatorial num país vasto como o nosso e de interesses tão antagônicos, exprimia uma contínua ameaça ao trabalho organizado, pois uma medida de ordem geral visando à solução de um problema referente a um ponto longínquo do país, poderia, imprevistamente, perturbar a economia paulista e sua organização agrícola, comercial e industrial. Daí seu instinto de compreender a necessidade de uma carta constitucional estável e intangível para sobre ela poder traçar seguramente seu plano retilíneo de trabalho (1932: 15).

No sentido de manter a unidade nacional, o autor propõe uma forte descentralização do organismo político, dirimindo as contendas entre os estados e mantendo a harmonia entre eles.

> Somente uma sábia divisão administrativa, uma forte descentralização, assegurarão a desejada coexistência das pátrias regionais reunidas na pátria histórica e comum. A confraternização brasileira depende de uma inteligente e segura criação de autonomias regionais, baseada em meditados tratados econômicos, em eqüitativa visão administrativa. Cessariam dess'arte os

> antagonismos e as rivalidades, os conflitos e os choques cujas conseqüências futuras não nos é dado medir (1932: 14).

Segundo Menotti, a população de São Paulo, em particular, não conseguia fugir aos instintos e anseios jurídicos de levar uma vida baseada na lei, isso por estar já inserida na fase industrial de desenvolvimento. A longa e humilhante ocupação militar e a decepção com a não restauração financeira pós-revolução de 1930 acabaram por levar os piratininganos à luta civil. “Demais, como estímulo vivo de reação, atuava o brio exacerbado de um povo altivo, atavicamente rico de tradições de honra, alicerçado numa estirpe da mais rútila aristocracia moral, fecundo e criador orgulho de raça” (1932:15).

Para o filho de imigrantes italianos, a ditadura era, na época, o único regime conveniente para a maior parte do Brasil, mas não para o Estado de São Paulo. As diversas regiões haviam demonstrado não sentir necessidade do regime legal por suas atitudes em relação à empreitada constitucionalista. A região Norte, por sua organização rudimentar, pobreza de suas populações interioranas, baixa capacidade política e sob o domínio de famílias poderosas e de tiranias locais, etc., não possuiria capacidade e força de independência.

> Minas está no regímen meramente agrícola, com populações disseminadas pelos seus latifúndios. Se sua gente tem uma alta consciência cívica, a revolução não a atingiu, porque Minas é co-proprietária do movimento de 30.
>
> Quanto ao Rio Grande, onde vagamente dealba a fase industrial, sendo um povo pastoril e tendo vivido sempre sob a disfarçada ditadura que lhe criou o culto e sincero positivismo dos seus chefes não sente a necessidade imperiosa de S. Paulo pelo restabelecimento das garantias legais, sem as quais não sabe e não pode este processar o seu trabalho (1932: 20, 21).

A ilusão paulista residia em querer estender o regime constitucional para o resto do País. Seria necessário antes compreender o espírito regional, levando-se em consideração a “psique coletiva” e os ambientes dos diferentes estados. Segundo Menotti, fatores étnicos seriam condicionados por determinantes ambientais decisivos nas diferenciações regionais. Nesse momento, o autor fala em “realidades brasileiras”, e não em uma só realidade nacional.

> Nunca achei o fator étnico decisivo, atribuindo a maior riqueza de um grupo às qualidades humanas do mesmo. O plasma etnológico das várias regiões é

> mais ou menos o mesmo. Os elementos alienígenas que afluíram aqui ou acolá, não tiveram uma força intrínseca de aperfeiçoamento do material humano, mas foram atraídos pela maior prosperidade da região. Esta foi que influiu no seu índice de progresso e no acúmulo da sua riqueza. Não faço, pois, por gentileza, justiça sentimental aos brasileiros de todos os climas. Observo, alego e provo. O homem é igual, a terra e o ambiente é que são diferentes.
>
> Mas essas diferenças existem, marcadas, inelutáveis, físicas, evidentes. E não há de ser a improvisação sociológica dos novos gênios que enxameiam pelo país depois da revolução de 30 que modificarão com doutrinas e palavras uma realidade tangível e gritante. O tal sentido das realidades brasileiras, de que agora tanto se faz gasto e que já em 1922 nós, literatos paulistas apontávamos ao Brasil, não ensina amálgamas improvisados impossíveis, prodígios de nivelamentos nacionais com uma centralização cuja conseqüência seria a irradiação de leis idênticas para meios econômicos e agrupamentos humanos diferentes (1932: 22).

Apesar de avaliar que São Paulo saíra engrandecido da batalha de 1932, tornando-se mais "consciente de si mesmo" e de suas diferenças, Menotti confirma, tendo em vista o desfecho do conflito, suas idéias contrárias à democracia como regime adequado ao País como um todo. Faz coro ainda a José Américo de Almeida, que defendia a introdução de um sistema legal misto no Brasil, respeitando-se as "diferenças regionais".

> Si é exata uma recente entrevista dada aos jornais pelo escritor José Américo de Almeida – prefiro falar no escritor porque creio mais neles que nos políticos – o brilhante romancista acha que convém ao Brasil um regime eclético, meio ditatorial e meio democrático. A resenha desse trabalho, que em síntese li numa folha depois de escrito quase todo este livro, põe suas idéias talvez de acordo com o que disse no segundo capítulo deste volume.
>
> O último movimento armada demonstra plenamente o que há de justo na observação do escritor ministro. O Brasil não está em todo o seu território preparado para a decantada democracia. Não são os regimens ideais nas teorias que devem ser aplicados aos povos, mas os regimens que se adequam às realidades desses povos que devem ser preferidos.

> Essas idéias não são em mim de última hora. Estão contidas nas páginas da "Crise da Democracia", livro já velho na catalogação das minhas obras.
>
> Esse sistema misto seria ideal para o Brasil. S. Paulo terá que fatalmente viver sob o regime constitucionalista, de auto-governo, porque assim o demonstrou querer até pelas armas de seu povo. Mas os que preferirem o regime ditatorial combatendo os ideais paulistas, estão dentro de uma razão e de um direito. S. Paulo, vêm-no agora seus pensadores depois que passou a paixão do momento, não tinha direito de querer impor aos seus irmãos de federação uma forma de governo que eles não desejavam. Reciprocamente eles não têm que se imiscuir nas fórmulas políticas que o povo bandeirante prefere.
>
> E é possível contentar a todos. O ministro José Américo, que é, sem favor, uma das mais claras inteligências do Brasil, sentiu em toda a sua plenitude, a gravidade do problema e, propondo essa fórmula mista, não fez mais que interpretar uma necessidade e uma aspiração das várias regiões do país.
>
> Já demonstrei, dentro da lógica histórica, as razões que se justificam a manutenção, pelo menos transitória, do regimen ditatorial em outras unidades da federação. Os estudiosos que acompanharam meu pensamento certamente me terão dado razão. Mas S. Paulo, pelas causas expostas não pode viver senão sob o regimen da lei (1932: 240, 241).

A diversidade regional deveria ser considerada na reflexão sobre os regimes mais adequados a cada situação. Em muitos casos, o autoritarismo seria, portanto, a solução para uma nação ainda não completamente definida, como o Brasil. O regime legal seria adequado a São Paulo por uma questão de "temperamento" da população estadual. Menotti defendia, dessa forma, a independência do Estado paulista diante dos demais, pensamento que compartilharia o grupo paulista insatisfeito com o desenrolar do movimento revolucionário de 1930. Um dos focos da insatisfação estava certamente localizado no núcleo do antigo Partido Republicano Paulista, do qual Menotti fazia parte, não inteiramente destituído de poder, mas enfraquecido na conjuntura e procurando se reerguer.

3.2 *A Cigarra*

Passado o ápice do conflito de 1932, Cassiano Ricardo reassume, como anteriormente, o cargo efetivo de diretor do expediente com os novos interventores.[232] Enquanto isso, Menotti procura atuar na imprensa alternativa, na Capital paulista. Desde o início da década de 1930, ele ficara à mercê dos altos e baixos que atingiam a imprensa em virtude dos conflitos políticos.[233] A partir de fevereiro de 1933, Menotti torna-se diretor de uma revista, *A Cigarra*, ligada aos *Diários Associados*, de propriedade de Assis Chateaubriand, cargo que desempenhará até julho de 1939.

Segundo Chateaubriand, a prisão dele e de Menotti, em julho de 1933, pela polícia de Vargas, teria sido provocada pela publicação, em *A Cigarra*, por ocasião do primeiro aniversário da Revolução de 1932, de fotografias sobre o evento. O jornalista descreve as péssimas condições da prisão onde foram encarcerados e a reação de Menotti.

> Nunca vi encarcerado tão insolente e mais destituído de medo. Neguei-lhe solidariedade às diatribes, que fazia contra o general Waldomiro de Lima, com um silêncio cauteloso (CHAUTEAUBRIAND, *Diário da Noite*, 27. set., 1962).

Durante os mais de seis anos em que Menotti dirigiu *A Cigarra*, a revista passaria por algumas transformações[234], a começar pelo fato de que, a partir de abril de 1934, deixou

---

[232] Os sucessores de Pedro de Toledo foram Valdomiro Castilho de Lima, Armando de Salles Oliveira, José Joaquim de Melo Neto e Ademar de Barros.

[233] Em fins de 1931, Menotti havia dirigido *A Razão*, outro jornal de cunho nacionalista (PEIXOTO, 1939). *A Razão* seria empastelada, pouco tempo depois, nos tumultos de 1932. Plínio Salgado também foi redator no mesmo jornal, fundado por Alfredo Egídio de Souza Aranha. Plínio retornara de viagem à Europa em 1930, onde travara contato com Mussolini. Data de 20 de junho de 1930 a carta que escreveu à Menotti: *"Conversamos longamente com o Mussolini, que, pegando-me pelo braço, num gesto de entusiasmo, desejou-me, calorosamente, o triunfo completo do nosso movimento de idéias. [...] Façamos do Brasil uma grande Nação! Acabemos com velha mentalidade! Sejamos jovens e fortes na terra jovem!"*. (Correspondência pertencente ao acervo da Casa de Menotti Del Picchia).

[234] *A Cigarra*, fundada por Gelásio Pimenta em 1914, tornou-se uma das mais tradicionais publicações paulistas. Anteriormente à entrada de Menotti Del Picchia, fora reformulada e dirigida por Paulo Pinto de Carvalho, que assumiu o cargo logo após a Revolução de 1930. Antes mesmo de tornar-se diretor, Menotti já era um de seus colaboradores assíduos, com crônicas e poemas, ao mesmo tempo em que a revista fazia a propaganda dos livros lançados pelo modernista. Cassiano Ricardo também enviava suas colaborações. Segundo Paulo Pinto de Carvalho, ao anunciar o nome do novo diretor, em 1933, a aproximação da direção da revista com Menotti aconteceu logo após a Revolução de 1932. "Uma maior intimidade com o autor de 'Juca Mulato' me veio evidenciar a nossa completa identidade de sentir o momento atual. Procurara o poeta e nele também encontrara o político com a mesma comunhão de ideal e inda mais o chefe espiritual de uma geração de artistas e o profissional que *A Cigarra* precisava para se tornar a mais completa expressão da cultura paulista" (*A Cigarra*, n. 435, janeiro de 1933). Durante alguns meses de 1933, no período em que era um semanário, Menotti dividiu a direção da revista com o poeta Guilherme de Almeida,

de ser um semanário para ser um mensário ilustrado. Logo que assumiu a direção do periódico, cuja capa em sua nova fase estampou a ilustração de um bandeirante, o autor anunciou como principal proposta do periódico mostrar a grandeza do progresso econômico e da cultura de São Paulo. Prometeu oferecer um amplo e variado cardápio para testemunhar o progresso local.

> Mas não é só a literatura que interessará a "A Cigarra". São Paulo em todas as manifestações da sua vida – econômica, política, agrária, citadina, rural – se espelhará na "A Cigarra", que deixa uma vez por todas de ser a revista apenas das moças, para ser a **revista de todos os paulistas.**
>
> Este é meu programa. Agora me ajudem! Estamos na era da cooperação! (Grifo do autor). (DEL PICCHIA in *A Cigarra*, fev.1933, 2ª quinzena).

Menotti prega pela imprensa "a união de todos os paulistas" e a defesa irrestrita dos interesses de São Paulo, seja por seus deputados na Constituinte em andamento, seja perante o Governo Federal (cf. *A Cigarra*, março de 1933, p. 6). Nesse sentido é que, já no número de estréia da revista, há a defesa de um certo nacionalismo que não eliminasse os *regionalismos*, pois o próprio conceito de pátria seria, segundo o autor, proveniente "da soma dos regionalismos". O autor procura conciliar a defesa do nacionalismo sem abrir mão de defender sua região.

> Ama-se a pátria porque dentro dela está essa região. Combater o regionalismo é, portanto, combater indiretamente a própria pátria. [...] O regionalismo é a força que vincula o homem à terra, é o canal do bem querer que um homem tem para com seu país. (fev. 1933, p. 24)

O bandeirismo retorna como uma das âncoras simbólicas que orientarão o periódico. Por intermédio de *A Cigarra*, Menotti procura exaltar as qualidades e os traços marcantes da identidade dos paulistas, presentes já em bandeirantes como Anhanguéra, Raposo, Borba Gato e Paes Leme. No número de 8 de julho de 1933, Cassiano Ricardo publica "A História dos Gigantes de Botas", com ilustrações de Rosasco. O conto é uma síntese do poema *Martim Cererê*, em formato de prosa poética. Uma das ilustrações é

---

também colaborador, mas logo depois volta a ser o único diretor. A partir de agosto de 1939, o redator-chefe da revista passaria a ser Frederico Chateaubriand.

inspirada na maquete do “Monumento aos Bandeirantes”, de Victor Brecheret. As três raças são representadas em diferentes funções no desenho de Rosasco.

Figura 1: Ilustração para texto de Cassiano Ricardo veiculada em *A Cigarra*.

Enquanto o índio surge na imagem ao lado como indicador de caminhos, outra figura surge atrás, com uma trouxa na cabeça, sugerindo a “terceira raça”. Ilustração veiculada em *A Cigarra*, de 8.7.1933. Acima, a projeção de uma bandeira, que faz referência ao “Monumento das Bandeiras”, do escultor Victor Brecheret. Exemplar pertencente ao acervo da Biblioteca Mario de Andrade.

O semanário ilustrado dirigido por Menotti procura, nessa fase inicial, expressar e divulgar o dinamismo e o progresso de São Paulo, por meio de uma movimentada alternância de temas e imagens, muitas delas em rotogravura.[235] Retrata personalidades sociais e acompanha as atividades de figuras públicas, como ministros e governadores, no âmbito

[235] Em março de 1933, a revista publicou os nomes dos colaboradores. “Colaboram na *A Cigarra*, a revista que Menotti dirige: Affonso Schmit, Alfredo Ellis Filho, Antonio A. Machado, Abner Mourão, Armando Bertoni, Brenno Pinheiro, Brito Broca, Cláudio de Sousa, Cassiano Ricardo, Cornélio Pires, Correia Junior, Cleomenes Campos, Colombina, D. José Paulo de Barros, Fontoura Costa, Francisco Karam, Gustavo Barroso, Guilherme de Almeida, Galeão Coutinho, Godofredo Rangel, Gustavo Teixeira, Gabriel Marques, Helena Rudge, Hélios, Julio César da Silva, Judas Isgorogota, João Caldeira Filho, Luiz Amaral, Monteiro Lobato, Martins Fontes, Mario de Andrade, Motta Filho, Mello Nóbrega, Mario Gracciotti, Oswaldo Orico, Orígenes Lessa, Oliveira Ribeiro Netto, Philemon Assumpção, Paulo Setúbal, Plínio Salgado, Rubens do Amaral, Raul Bopp, Sud Menucci, Viriato Correa, Veiga Lima, Veiga Miranda e outros”.

federal. Também, exibe a prosperidade de algumas empresas e o desenvolvimento das instituições paulistas, além de documentar a inauguração de monumentos históricos.[236]

De outro lado, reserva um espaço considerável para o entretenimento dos leitores, com seção de caricaturas e charadas, defesa da eugenia e culto ao corpo, com exibição dos esportes elegantes, além de manter um caderno feminino – em dia com a moda parisiense –, com seção de culinária e receitas de crochê e bordados. Outras seções significativas são as de contos e novelas, nacionais e estrangeiros, e mais resenhas sobre os novos lançamentos literários. Notícias dos astros e filmes de Hollywood têm também sua seção cativa.[237]

Em agosto de 1933, *A Cigarra* documenta a entrada de Armando de Salles Oliveira como interventor de São Paulo e apresenta os nomes do secretariado de governo, com um aberto elogio à nova equipe.

Figura 2: Fotografia de Armando de Salles de Oliveira, com a lista dos secretários de governo, em *A Cigarra*, de 26.8.1933.

Acervo da biblioteca Mário de Andrade.

Uma das figuras mais veneradas pelo periódico é mesmo José de Anchieta, a quem muitos autores paulistas associaram a fundação de São Paulo. A revista promove um concurso de poesias, cujo tema é Anchieta, para homenagear um dos "bardos da identidade de São Paulo", e publica as vencedoras, sempre com ilustrações do jesuíta, "O Santo da Raça", freqüentemente circundado pelos indígenas. Antonio de Alcântara Machado colabora com um artigo sobre os milagres que Anchieta havia consolidado.[238]

---

[236] Em muitos pontos, a revista assumiu propostas e um certo estilo já veiculado em *Novíssima*. A preocupação em veicular retratos de figuras de vulto da elite paulistana foi preservada pelo diretor.

[237] O fato, talvez, de estar à frente de uma revista freqüentemente consumida pelo público feminino fez com que Menotti mantivesse uma relação especial com esse público. Muitas vezes, o autor chegou a defender idéias avançadas para a época nesse sentido, por exemplo, a de que o direito ao voto fosse estendido às mulheres.

[238] O artigo "Três Milagres de Anchieta", por Alcantara Machado, foi publicado no número de agosto de 1933.

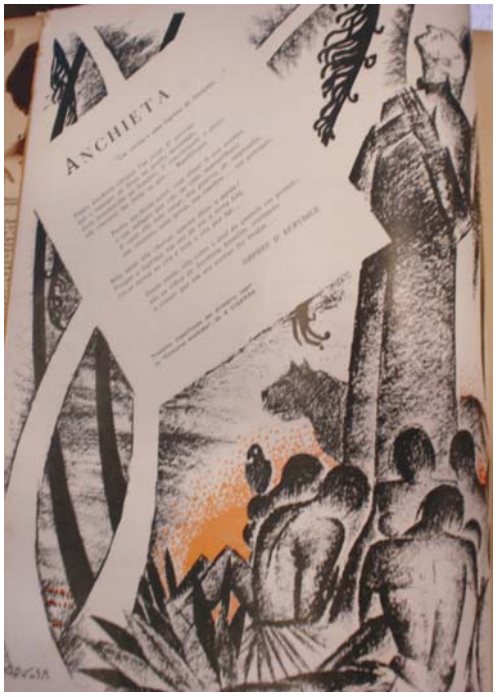


Figura 3: Ilustração de Anchieta em *A Cigarra.*

José de Anchieta representado entre os indígenas com a cabeça voltada para o céu, enquanto os índios voltam-se para a terra. O poema ilustrado é assinado por "Orfeu D'Euridice", classificado em primeiro lugar no concurso de sonetos sobre Anchieta, promovido por A Cigarra, em março de 1933. Acervo da Biblioteca Mário de Andrade.

Encontram-se também nos números de *A Cigarra* esparsas representações sobre a raça negra, seja como personagens de contos estrangeiros, nos quais são retratados como feiticeiros exóticos em rituais sangrentos, seja como seres misteriosos de nações distantes, além de aparecerem com freqüência nas charges americanas que ocupam páginas inteiras e coloridas do periódico. É interessante notar que representações sobre o negro passam a conviver na revista, lado a lado, com a exibição de figuras da elite paulistana, como se fossem temas compatíveis e pertencentes a um mesmo universo, a despeito do contraste que se cria com a proximidade entre as diferentes linguagens. De todo modo, as representações associadas aos negros são o fetichismo ou posições sociais servis.

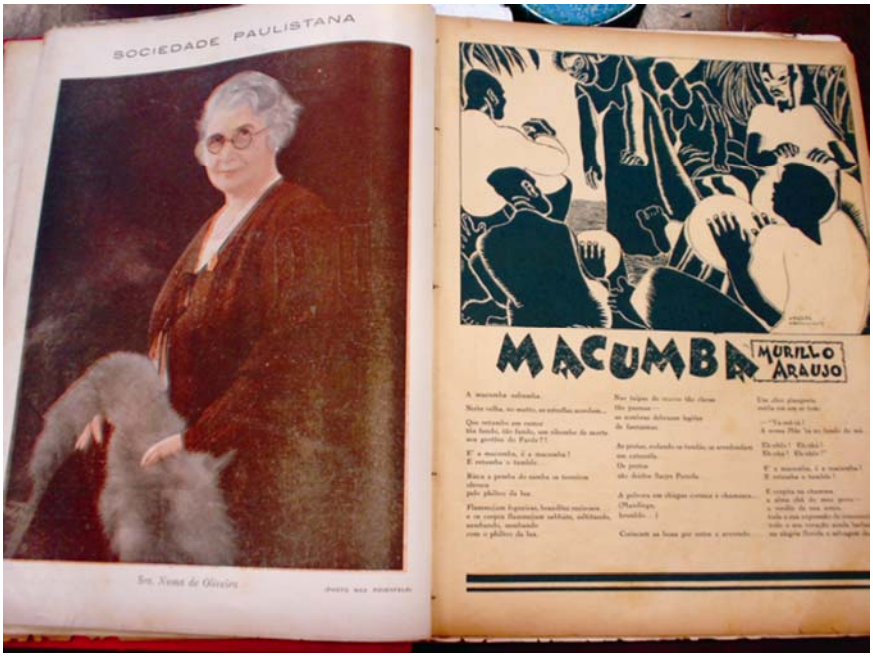


Figura 4: Foto de Numa de Oliveira veiculada em *A Cigarra.*

Sra. Numa de Oliveira, da sociedade paulistana, com sua pele, em contraste com um grupo de negros, em ritual de macumba. Imagens veiculadas em *A Cigarra*, de 16.7.1933. Acervo da Biblioteca Mario de Andrade.

Segundo Del Picchia, o traço característico do paulista seria a capacidade de dedicação ao trabalho árduo. A própria história paulista provaria a capacidade de resistência e de esforço sem tréguas empreendido pelo povo originário da região, como havia também demonstrado a união dos paulistas durante a Revolução Constitucionalista.

Com o pseudônimo de Hélios, em 9 de setembro de 1933, Menotti escreve um editorial intitulado “O Trabalho Paulista”, saudando a capacidade “miraculosa” que todos os naturais de São Paulo possuíam. O verdadeiro brasão dos paulistas seria, para Menotti, o símbolo do trabalho, componente nivelador e central da defesa do trabalhismo feita pelo autor de *Juca Mulato*. O “trabalhismo paulista”, industrioso e incansável, seria a maior virtude local do povo. Menotti combina bandeirismo com trabalhismo, dois dos grandes símbolos que orientarão a ideologia do Estado Novo, poucos anos depois.[239]

> A característica primacial do homem paulista é o trabalho. [...]
>
> O trabalho foi, é e será a senha da gente bandeirante. [...]
>
> Que coisa admirável o trabalho paulista. Como ele exprime bem a índole do nosso povo. É por isso que afirmamos que, no brasão da gente heróica das

[239] Para um estudo do contexto e uma visão ampla sobre o “trabalhismo” e várias dimensões do simbolismo a ele associadas no contexto brasileiro, ver o livro de Angela de Castro Gomes, *A Invenção do Trabalhismo* (1988).

> bandeiras, mais que o símbolo do desbravador dos sertões virgens, devia surgir a figura de um homem recurvo sobre a leira: o homem do trabalho, isto é, o desbravador de todas as forças vivas da natureza! Que nobreza há no gesto do semeador! Que grandeza há na atitude do operário curvo sobre a incude, fazendo fagulhar o ferro no ventre escuro da oficina! E, armoriando um brasão, tem ele mais sentido, mais imponência humana que todas as alegorias heráldicas inventadas até hoje. O símbolo do trabalho: eis o verdadeiro brasão da gente paulista.

A passagem do "9 de julho" é sempre destacada pelo diretor de *A Cigarra*. Mesmo após a sua prisão, em 1933, a revista veicula, em termos mais amenos, nos anos seguintes, a passagem da importante data na história de São Paulo. Constitucionalismo paulista e democracia caminhariam juntos. Em agosto de 1935, por ocasião do terceiro aniversário da Revolução Constitucionalista, Menotti manifesta-se em editorial:

> Foi a 9 de julho de 1932, que a inclinação democrática inerente à alma brasileira mais uma vez se fez sentir, na impaciência de uma eclosão, contra a ordem excepcional, a força de circunstâncias, reinante no país e que deveriam ser sacudidas de vez, mercê do zelo paulista pela tradição de nossa cultura e sob o imperativo do consenso jurídico que tem sido o padrão mais glorioso da nossa mentalidade.

De modo geral, a revista professa a defesa do regionalismo, ao mesmo tempo em que defende a manutenção da idéia de uma pátria brasileira. O número de fevereiro de 1936 (n. 23) traz na capa uma imagem carnavalesca, na qual figuram um arlequim, uma baianinha e um marinheiro, símbolos da diversidade de identidades, confraternizando-se.

Figura 5: Capa de *A Cigarra*, de fev. 1936.
Acervo da Biblioteca Mario de Andrade.

O editorial intitulado “Retrato do Paulista”, no entanto, é um trecho do discurso do interventor Armando de Salles Oliveira, por ocasião do aniversário de São Paulo, quando prega a necessidade do fortalecimento da unidade nacional e faz alusão ao levante comunista do ano anterior.[240]

Segundo o político, uma identidade “grave e reservada”, aparentemente presa a interesses materiais, impedia que os paulistas fossem vistos com justiça por quem conhecesse os paulistas “de longe”. O líder defende a manutenção das diversidades regionais, em sua multiplicidade de tradições e costumes, que constituiriam a grandeza do país. Fundamentando-se em metáforas organicistas de formar a nação um conjunto de diferentes órgãos constitutivos de um corpo solidário com partes componentes de uma mesma integridade espiritual, Armando Salles defende a diversidade regional apoiado nas bases de uma unidade territorial “democrática” e nacional.

> O que se sente é que todos nós, brasileiros, guardamos na alma um único modo de ser, uma mesma religião, um mesmo instinto de pátria. Pois foi tudo isto que quiseram romper e extinguir há dois meses. Uma horda brutal, conduzida por agitadores sem pátria, tentou apoderar-se do Brasil, do Brasil livre, do Brasil democrático, do Brasil cristão.

No editorial seguinte, de março de 1936 (n. 24), sob o título “Carnaval Paulista”, *A Cigarra* defende a existência de particularidades da festa nacional a tomarem forma na alegre e carnavalesca capital paulista.

> O carnaval de 1936 veio demonstrar que os festejos de Momo já adquiriram em São Paulo, características locais. Pode-se dizer que a metrópole paulista já ganhou foros de atração dos mais sedutores nesses dias de alegria carnavalesca.
>
> O entusiasmo do povo bandeirante, contido habitualmente na discreção (sic) civilizada de seus gestos sóbrios, como que eclode ao sortilégio dos guizos do Rei da Folia, para mostrar-se esfuziante, nos salões e nas ruas, durante o Carnaval.
>
> [...]
>
> S. Paulo já possui o “seu” carnaval.

[240] Segundo Angela de Castro Gomes: “A Lei de Segurança Nacional e o fracasso da ANL (fechada em julho de 1935), seguidos do episódio da liquidação do levante conhecido como Intentona Comunista (novembro de 1935), tornaram a repressão implacável e a manutenção de qualquer tipo de resistência impossível. [...] É preciso

À medida que a década de 1930 vai avançando, é notória a contínua despolitização pela qual *A Cigarra* passa, isso se considerarmos a freqüência com que as questões políticas são tocadas. Cada vez mais, o mensário passa a ser ocupado por contos e novelas estrangeiros, sobretudo americanos. O cinema e a moda adquirem maior proeminência, até que a finalidade do periódico se restringe, quase unicamente, ao entretenimento, até antes de Menotti deixar definitivamente a sua direção, em 1939.

3.3 *Soluções Nacionais*

O argumento da existência de uma nacionalidade particular brasileira, nuançada pelas diferenças regionais, vai fundamentar, portanto, a reflexão e a rejeição dos autores pertencentes à ala verde-amarela em relação à democracia política. Já no início da década de 1930, os escritos de Menotti Del Picchia procurariam desenvolver, de forma sistemática, como visto de maneira preliminar, os argumentos que amparavam essa recusa.

A tentativa de circunscrever as especificidades constitutivas de uma identidade nacional passaria a demarcar fortemente a discussão sobre a natureza do Estado e do sistema político adequado ao Brasil. No bojo desse debate, os limites às idéias democráticas no país foram vislumbrados em perspectivas de diversos autores.

A obra *Soluções Nacionais*, publicada por Del Picchia em 1935, reproduz como primeira parte *A Crise da Democracia*. Na segunda parte, o autor procura interpretar as razões da crise propriamente brasileira, tendo como quadro geral afirmações anteriores.[241] Ele constata, mais uma vez, um dos grandes fenômenos da formação da nacionalidade brasileira: a ausência de preconceitos raciais.

A capacidade de amalgamação portuguesa, responsável pelo processo que salvaria o Brasil do problema do "quisto africano", levaria o País, lentamente, à harmonização espiritual, constituindo-se em um dos elementos positivos para a união nacional. Menotti atribui ao brasileiro um "profundo e fecundo individualismo" (1935:173), com espírito aventureiro e de grande mobilidade, que marcaria a personalidade brasileira.

---

assinalar que neste período o país viveu sob estado de sítio/estado de guerra, tendo sido criado um Tribunal de Segurança Nacional." (1988: 191)

[241] Na abertura da segunda parte, Menotti afirma ter sido a primeira parte do livro resultante do movimento de idéias de 1922. O autor tratará, em seguida, de vários temas referentes à formação do Estado e da nacionalidade, segundo a sua visão. Nesta versão, privilegiamos o recorte em torno de dois temas principais: democracia e raça.

> Mamelucos, brancos e negros irmanam-se numa instintiva antevisão da sua função histórica. Nasce, assim, um tipo específico de civilização americana, caracterizado pela ausência de preconceitos de cor, de credo e de origem, encarnando, prática e em toda sua plenitude, o verdadeiro espírito da humana fraternidade (1935:169, 170).[242]

O plasma inicial entre o índio e o português, após o descobrimento, seria enriquecido por participações das mais variadas. Contribuíram franceses, espanhóis, holandeses e negros, cujo início do tráfico dataria de meados do século XVI, além de outros contingentes imigratórios posteriores. A complexidade do problema racial brasileiro seria devida ao amplo processo de fusão no estrato racial primário.[243]

> SÃO EVIDENTES as razões que confraternizam os aportados na terra nova: a ausência de preconceitos raciais; a falta de sedimentação de castas; o violento individualismo descêntrico do homem empenhado na construção da própria fortuna; a não existência de uma "raça histórica", culta, fixada, rica; a certeza do heterogenismo das várias raças reunidas na pátria adotiva; o sentido de propriedade projetado de cada indivíduo no comum patrimônio da civilização, uma vez que este não é originário de civilizações longínquas, mas fruto do trabalho atual, que a cada hora completa uma parte ainda inexistente do organismo econômico, político e cultural do país [...].
>
> O AMÁLGAMA de harmonização espiritual vai-se operando lentamente, apressando mais a homogeneidade psicológica de uma "raça nacional", na impossibilidade de se obter uma "raça histórica". Os tipos se uniformizam mais celeremente, dentro de cada ambiência geográfica homogênea, não apresentando mais, em certos Estados, aquela pitoresca e colorida diversidade que tanto chocou a Du Petit Thouars. "A mistura das classes, vista nas ruas, é de aspecto extravagante e muito desagradável e não menos repelente para a vista e para o olfato". Esse espetáculo perde-se hoje no nível de uma já

[242] Em nota que imediatamente antecede esta citação, Menotti, por sua vez, insere um trecho de Baptista Pereira de *A Formação Espiritual do Brasil* que parece afirmar a preservação histórica de uma certa elite dos cruzamentos raciais livres. Diz Baptista Pereira: "Por mais que o jesuíta proclamasse a igualdade, por mais que as Cartas Régias da Metrópole a garantissem – o índio e o negro nunca conseguiram vencer a fatalidade que os tornava socialmente inferiores. Devido a isso, as classes de elite desenvolveram-se à margem dos cruzamentos – com as inevitáveis exceções individuais – esperando que o português de jaleco, que aqui aportava como aguadeiro, hortelão, estivador, ou fâmulo de escada abaixo, se encarregasse de refinar as classes inferiores, para o cabo de três ou quatro gerações recebê-las, já branqueadas e eugenizadas, no seu grêmio" (DEL PICCHIA, 1935: 69).

[243] Todas as maiúsculas iniciais nas citações estão destacadas na obra enfocada.

> apreciável igualdade. Mas a heterogeneidade racial é comum em todo o território, com predominâncias de determinadas etnias (1935:179,180).

Menotti se apóia em Oliveira Vianna, na obra *Populações Meridionais do Brasil* (1920), para fundamentar o seu argumento da persistência de diferenças regionais, históricas e étnicas na formação da população brasileira.

> É costume entre nós se falar do povo brasileiro como se fosse uma massa homogênea e única, distensa, em perfeita igualdade através de uma vastíssima superfície de oito milhões de quilômetros quadrados e guardando por toda ela a mesma densidade social e a mesma unidade de composição e de estrutura. Os que assim pensam *nenhum* se deu ao trabalho de demonstrar as diversas peças e elementos de que se compõe esse vasto organismo, para ver como ele se formou e como ele funciona.É natural que tenham apenas uma idéia vaga, ou uma idéia incompleta, ou uma idéia falsa. Levam em conta a unidade da raça, da civilização e da língua, e não sei o que mais, mas não querem levar em conta a diversidade dos habitats, a sua ação durante três ou quatro séculos, as variações regionais no caldeamento dos elementos étnicos e principalmente a inegável diferença de pressões históricas e sociais sobre a massa nacional, quando exercidas ao norte, ao centro e ao sul. (OLIVEIRA VIANNA, *apud* DEL PICCHIA, 1935: 180)

As massas brasileiras seriam desniveladas em decorrência do pluralismo genético, com suas combinações étnicas das mais variadas.

> UM DESNIVELAMENTO geral se verifica nas massas humanas brasileiras, mesmo nas regiões onde estão mais unificadas. Esse fenômeno decorre do pluralismo genético e das combinações étnicas as mais variadas. Se cada raça “não tem um caráter original”, não deixa de ter um caráter adquirido, isto é, uma maneira de ser, sentir e agir, determinada pelo meio econômico (1935: 182, 183).

O fato de o “caráter adquirido” ser condicionado pelo ambiente econômico no qual se insere faria com que a resistência ao novo meio variasse segundo a índole de

determinado tipo imigratório, preservando a heterogeneidade de acordo com as diversas regiões. Menotti assim avalia essa situação específica.

> A situação normal do "emigrante" dentro do ambiente eleito para sua fixação é sempre artificial e precária. Ele é o "estrangeiro", o ádvena e sofre, como é natural, as injunções da sua posição de deslocado. O filho percebe, na sua aguda sensibilidade o drama do pai "sem pátria". Daí agarrar-se ele à terra que lhe serviu de berço, valorizando mais sua condição, que não é dúplice como a paterna. Essa reação hipertrofia, na generalidade dos casos, o seu nativismo. No instintivo conflito da mentalidade que surge em cada lar de emigrante, o filho toma sempre o partido da pátria nova. O seu subconsciente repele os percalços da precariedade da posição do emigrado, sempre inferior em relação aos nativos. E assim como o "cristão novo" exacerba a fé na qual ingressou de recente data, assim o filho de emigrante excele em nativismo (1935:184).

Ao avaliar o fenômeno da formação da nacionalidade também em termos de superação de conflitos psicológicos entre pais e filhos, Menotti conclui que a integração do País em uma "raça nacional" ocorreria sem maiores problemas, com a adoção pelos filhos dos valores da nova terra e, no caso brasileiro, pela diluição dos raros quistos étnicos com a força absorvedora da ausência de preconceitos, própria da nossa "sábia" forma de colonização.[244]

Ao comparar o caso brasileiro com o problema racial nos Estados Unidos, afirma o autor que o Brasil teria sido afastado do perigo de um desmembramento étnico pela "raça mesclada e informe" que integrava a "raça nacional". Logo após discorrer sobre a situação do imigrante e comparar com o caso norte-americano, Menotti Del Picchia descreve a condição do Brasil como uma "democracia étnica" e elogia novamente o propósito humano da nossa forma de colonização. A democracia adequada a um país como o Brasil, com suas particularidades nacionais, não deveria obedecer de modo direto ao receituário europeu, pois

[244] Menotti vê a inibição às correntes imigratórias ao País como verdadeiro atraso à expansão agrícola, tendência essa contrária também à "tradição de fraternidade brasileira" (1935: 257). Como filho de imigrantes, o autor defende o favorecimento de políticas imigratórias, propondo a admissão dos imigrantes como um dos princípios gerais do Estado brasileiro, exceção feita a "certos tipos humanos". Para Menotti, a tradição agrícola do País, fonte inesgotável da riqueza nacional, tornaria urgente a solução do problema agrícola, visto por ele como um "problema de colonização", e por isso diretamente ligado à imigração. Diz Menotti em suas soluções e contribuições para a organização do "Novo Estado Brasileiro": "A imigração será por todas as formas facilitada, admitidos, porém, tipos humanos sadios moral e fisicamente. Providenciar de forma a assimilar e nacionalizar o ádvena, impedindo o enquistamento de núcleos étnicos e syngeticos (*sic*)". (1935: 279) O autor atribui ao Brasil, oportunamente, a "missão que lhe coube por destino" de "processar a fraternidade universal" (1935: 282).

deveria respeitar as dimensões específicas de sua realidade. Assim, na linguagem de Menotti a democracia ressurge acompanhada de um adjetivo que permitisse a sua redefinição.[245]

> SI OS PROBLEMAS raciais brasileiros não são "orgânicos" mas apenas "psicológicos" – não nos assoberba a questão negra, o "racialismo autóctone" contra o ádvena, e se possuímos, como absorvedora força de caldeamento essa inata ausência de preconceitos de cor, de credo e de origem – o Brasil surge perante o mundo como a terra feliz que processou, em toda a sua plenitude, a "democracia étnica", a mais soberba forma, inédita e cristã, da fraternidade humana (1935:185).

Menotti cita, em seguida, um artigo de Gilberto Freyre, publicado no *Diário de S. Paulo*, para o qual ele mesmo colaborava, uma vez que o órgão era também de propriedade de Assis Chateaubriand. Na qualidade de diretor dos "Diários Associados" de Pernambuco, Gilberto Freyre anuncia para todo o Brasil a realização do "Congresso Afro-Brasileiro", em Recife.

> RECIFE, 10 (Pelo telégrafo) – O Afro-Brasileiro, ou muito me engano, ou não será bem um Congresso, mas uma espécie do que os americanos chamam um "round-table". Nenhuma solenidade. Nenhuma oratória, nem exploração demagógica ou sentimental. Apenas um grupo de estudiosos de assuntos afro-brasileiros reunidos para discutir, mas discutir em voz de conversa, com a maior calma, a maior objetividade deste mundo, aqueles problemas um tanto esquecidos pelo arianismo oficial. O curioso é que esses estudiosos são cientistas, artistas e eruditos de renome, e são também estudantes de medicina e de direito, alunos de ginásio, babalorixás, cozinheiras, operários, trabalhadores negros de engenho. É de toda essa gente, há trabalhos que vão ser lidos nas reuniões do afro-brasileiro e publicados depois nos seus anais: trabalhos de Rodolpho Garcia e do negro Rufino, de Cunha Lopes e do babalorixá Anselmo.
>
> Os fins do Congresso Afro-Brasileiro são bem claros. Ele visa organizar um material riquíssimo de estudo a que não se tem prestado a atenção merecida.

[245] Menotti recorta de Alberto Torres a idéia: "Brasileiros, o nosso afeto patriótico deve abranger, numa igual e completa cordialidade, os descendentes dos portugueses, dos negros, dos índios, dos italianos, dos espanhóis, dos eslavos, dos alemães, de todos os outros povos que formam uma nação" (1935:185).

> Material cuja interpretação não poderá ser imediata. Há de se fazer, mas aos poucos, com o vagar das interpretações cuidadosas e honestas.
>
> Do que os organizadores do afro parece que não se arreceiam, é das conclusões a que os possa levar a interpretação desse material, talvez inflamável. Mas, não podem nem devem se anteciparem conclusões. O que seria a negação de todo o espírito científico.
>
> O Afro-Brasileiro, que hoje se reúne às 15 horas, com toda a simplicidade, numa sala do Santa Izabel, talvez venha a ser o inicio de um movimento considerável, de cultura e de ação social. A primeira tentativa seria de clarificação do ambiente brasileiro no sentido de se separar o preto do escravo (como já queria Nabuco, que neste mesmo Santa Izabel, fez a campanha da abolição) e de se reconhecer no negro assim reabilitado, uma raça capaz, e com contribuições já notáveis para o desenvolvimento nacional. Ao mesmo tempo que cheia de possibilidades e aptidões magníficas.
>
> Por muito tempo nos dominou um arianismo ridículo, vingado a preconceitos de classes e de exploração econômica. À medida que as próprias elites sociais, artísticas e acadêmicas foram de sangue negro-mulato, o escultor Aleijadinho, mulato o compositor José Mauricio, mulato o poeta Natividade Saldanha – aquele arianismo pretensioso foi aumentando de ridículo.
>
> O Afro-Brasileiro representa uma reação necessária. O sangue negro, no Brasil, não deve ser vergonha para ninguém. Nem o sangue negro nem a influência africana, que alcança a todo o brasileiro sincero e autêntico, como uma enorme "mancha mongólica" que se tivesse alastrado por toda a alma nacional (*Diário de São Paulo*, destaque na capa, 16 de novembro de 1934).[246]

Como se vê, Freyre defendeu que os brasileiros, mesmo quando membros de uma elite branca, deveriam assumir a "porção negra" de sua identidade. Repare que Gilberto Freyre fala em "aptidões magníficas" quando se refere à "raça negra". O autor associa aos negros determinadas características ligadas às suas capacidades especiais.

Menotti Del Picchia foi também, nesse período, um dos colaboradores mais assíduos do *Diário de S. Paulo* e um dos propagadores das vantagens de nossa formação racial. Em 7 de dezembro de 1934 (p. 6, "Editoriais"), o autor publica uma síntese de seus estudos

[246] Na bibliografia de *Soluções Nacionais*, Menotti Del Picchia não faz referência a *Casa Grande e Senzala*.

sobre “o sentido e as conseqüências do processo da colonização portuguesa no Brasil”, enaltecendo a contribuição lusa para a formação e a “excelência do cerne étnico da nacionalidade.”

> Todos os variados elementos étnicos que aqui se fundem, labutam e prosperam, encartam-se entre os devedores. Não fosse Portugal, povo de instinto sábio, e uma aristocracia autóctone, hostil ao ádvena, teria impedido sua simbiose racial, criando os mais sérios problemas étnicos dentro das fronteiras nacionais. Em primeiro lugar, sofreríamos do “quisto africano”, larga e irredutível mancha epidérmica jamais fundida no plasma racial, tal qual uma tatuagem bárbara marcando em nós uma poderosa idiossincrasia étnica. Em segundo lugar teríamos o país dividido em duas partes: o colonizador branco infenso a cruzamentos, dominando pelo rifle e pela chibata, a confusa mestiçagem atropelada pelos sertões. Em terceiro lugar, admitida a fusão, teríamos uma raça degenerada fraca, diluída em tipos étnicos inferiores.

Poucos dias antes, em artigo intitulado “Salazar”, Menotti escrevera em apoio à introdução de um governo forte e autoritário no País, respeitadas as nossas particularidades nacionais. O autor defenderá um governo forte, porém diferente do estilo apresentado por Getúlio Vargas.

> Qual ditadura? Do caudilho bestial ou do político ardiloso? Francia ou Getúlio Vargas? Não. O problema torna-se nítido: fascismo ou comunismo.
>
> A autoridade que ressurge das nações não é mais individualista: é uma força de direção social, de coesão social, que dimana das suas próprias moléculas. É uma única direção. Em lugar de se permitir a evasão ou o aniquilamento da energia estatista pelo caos anárquico e libertário, dirige-se essa energia para um só rumo. É por isso que o comunismo não fala em ditadura de A ou de B, mas de uma classe: o proletariado. É por isso que o fascismo fala na ditadura de outra classe: a elite.
>
> “Salazar”, o livro admirável desse admirável Antonio Ferro – livro que deve ser lido por todos, pois é um evangelho de civismo – aponta a segunda. Portugal hoje está sob uma ditadura da elite: moral e intelectual. Portugal é hoje uma das nações econômica e politicamente mais bem organizadas.
>
> O “fascismo” pode ser essência de um regime, mas não é um processo uniforme. Si, para caracterizá-lo nas suas aplicações práticas, lhe dermos os

> nomes dos seus expoentes nacionais, podemos dizer que o mussolinismo, o hitlerismo e o salazarismo são três tipos de governo originário do mesmo espírito, mas diferentíssimos nas suas aplicações realísticas.
>
> A ambiência econômica, a essência espiritual de cada povo determinam bizarros polimorfismos da reação fascista o que faz crer que o fascismo brasileiro, cujo advento é eminente, não terá os mesmos característicos que os citados. Não temos aqui o problema judaico, como não parecem tê-lo Portugal e Itália. Não será um combate mortal ao capitalismo, pois o Brasil, país novo, necessita da tonificante fecundação de novos e copiosos capitais estrangeiros.
>
> Não creio que seja pensamento de Plínio Salgado, o iluminado animador do integralismo dar combate aos moinhos de vento do judaísmo brasileiro, terra onde só a imaginação criaria um ausente conflito de preconceitos de cor, de credos e de raças.[247]

Menotti, ao mesmo tempo em que revela apoiar o discurso de Gilberto Freyre, que procurava redimir a mestiçagem com o sangue negro, diagnostica inúmeros problemas decorrentes da diversidade racial e do processo de mestiçagem no Brasil nas suas mais variadas formas, que impediriam, a rigor, a adesão a um sistema democrático no país. Pelo menos são essas as idéias que o autor vai desenvolver nas páginas seguintes de *Soluções Nacionais*.

A causa da *inconstância* do brasileiro estaria na própria mestiçagem. A não continuidade da vontade, em virtude da falta de unidade racial e do mestiçamento, seria um impedimento simultaneamente orgânico e coletivo a uma direção conjunta.[248]

> A falta de constância nos objetivos do homem brasileiro decorre da diversidade da sua "índole étnica". Cada grupo imigrado inda conserva inata

[247] *Diário de S. Paulo*, 2 de novembro de 1934, p. 6 (Editoriais). Del Picchia cita Paul Valéry, ao comentar o livro *Salazar*, de Antonio Ferro: "Valéry dá a imagem do que um homem superior deve entender por ditadura: uma energia consciente de sistematização social quando diluídas as três forças caracterizantes da ordem: autoridade, continuidade e unidade". Já em 1943, Menotti Del Picchia negará, em artigo do jornal *A Manhã*, de 16 de fevereiro (p.4), contra Osório Borba, que estaria "difamando a sua imagem", seu envolvimento com o fascismo. "Fingindo desconhecer a larga batalha que travei contra o fascismo, pela imprensa, pelo livro, pela tribuna e pelo rádio, desde 1917, como fartamente documentei, recorre ao processo de rebuscar velhos escritos meus dos anos em que estávamos em plena paz, quando era um direito nosso o livre exame dos acontecimentos [...]".

[248] Menotti Del Picchia contradita Paulo Prado (*Retrato do Brasil*) na afirmação de que a cobiça, a luxúria e o romantismo teriam levado a sociedade à decadência: "Ao contrário: a cobiça dilatou quase sempre fronteiras; a luxúria provocou o movimento colonizador, como na fase inicial do povoamento no Brasil; o romantismo não vai além da expressão inócua e lírica do pensamento coletivo, em determinada época, provocando recalcamentos salutares, germens do fecundo espírito revolucionário." (1935:191) Em outras palavras, onde Paulo Prado viu vícios, Menotti encontrou virtudes.

> uma “direção psíquica”, isto é, inda age em determinada direção, rumo de determinadas finalidades sociais, iluminadas por determinado idealismo.
>
> Projetada essa índole no campo social, conflita ela com índole diversa. A multifariedade dessas “direções psíquicas”, molecularmente antagônicas, determina uma incapacidade do grupo para a harmonização da sua psique. Não havendo uma harmonização, não há uma direção. A vontade fica sem continuidade. [...]
>
> Nos mestiços, a falta de “continuidade psíquica” é inata resultante do próprio conflito espiritual que sua mescla orgânica representa. E os mestiços concorrem para marcar inda mais a *versatilidade* manifestada pelo todo coletivo (1935: 191, 192) (grifo do autor).

Menotti atribui também a tristeza brasileira, constatada por autores como Paulo Prado, à mestiçagem.

> Em certos restos de fim de raça, como estudou Lobato, vem essa tristeza do próprio depauperamento orgânico. Mas nas populações cultas deve ser atribuída ao desencontro psíquico do xadrez étnico, dos caracteres exóticos, frutos da mestiçagem. (1935:194)

Coletivamente, o Brasil sofreria com a falta de unidade psíquica, conformando um povo triste e com “recalcamentos sociais e raciais”. Segundo o autor, a “raça nacional”, em processo de fusão, teria como características essenciais a bondade, a generosidade, a capacidade para o trabalho e o espírito de fraternidade. No caráter nacional, Menotti constata também defeitos capitais: a versatilidade, a tristeza e o ceticismo.

No Brasil, o “amoralismo político” (1935: 223) estaria associado ao fato de o cidadão, a despeito de suas qualidades pessoais e morais, ser obrigado a agir no interior de uma falsa estrutura de Estado.

> O REGIMEN – nossa *caricatural democracia* – é o caldo propício ao fermento de todos os micróbios da corrupção. É o domínio da mais franca irresponsabilidade. Legitimada a representação na anonímia do voto secreto, o investido pela delegação fundamenta na treva da câmara indevassável a origem do poder político que encarna. [...]

> À mística do "sufrágio" soma-se a mística "povo" e temos a mística do "mandato", a que se dá, nas democracias, a expressão litúrgica de uma delegação quase divina. E o divino está sempre à margem e acima da moral. (1935: 224, 225) (Grifo nosso.)

Menotti detecta ainda o conflito de culturas no Brasil, expresso por meio de duas mentalidades antagônicas: a da elite culta (denominada "litorânea") e a do homem rural (*hinterland*). Menotti cita, mais uma vez, Oliveira Vianna, agora embasado nas idéias presentes na obra *Evolução do Povo Brasileiro*. A não consideração dessas diferenças levaria à inadequação do direito e do regime eleitoral no País. Ao não serem cumpridas as leis, a sociedade estaria sujeita a turbulências de toda natureza.

> AS CONDIÇÕES DE VIDA das elites litorâneas, para as quais foi sendo elaborado nosso direito eram matematicamente diferentes das grandes massas espalhadas em climas os mais diversos, em ambientes geográficos os mais diferentes, em agrupamentos sociais de densidade demográfica a mais díspar. Daí o erro de unificação substancial do direito, irradiado de um centro culto, em contínuo contacto com a sociedade, para um sertão impérvio, insulado, por falta de meios de veiculação práticos, de toda a civilização.
>
> O direito não teve pois, nas massas brasileiras, nenhuma ponderável aplicabilidade. Daí a falta de uma profunda consciência jurídica do nosso povo, a ausência operante da justiça e a elaboração espontânea de um direito ilegal, à margem da decorativa e complexa legislação que servia às minorias ou ancilosava nos códigos. A matéria eleitoral foi sempre uma farsa e nosso regime democrático uma grotesca burla. O eleitor era recolhido em massa nos cercados dos "viveiros" para o rodeio cósmico da eleição, recebendo aí a marca do coronel sob a forma de um chapéu ou de um par de sapatos. Com essa pantomima legal, simulava-se a legislação dos governos (1935: 228, 229).

As leis brasileiras, elaboradas por uma elite litorânea, exprimindo o inconsciente de "cerebral ocidentalismo", não se adequariam à realidade do País, ao estabelecer a mesma norma para homens com hábitos tão distintos como o amazonense, o paulista e o gaúcho. Por isso, Menotti defende ardorosamente o "autonomismo" das províncias, associa-o à organização da nação e vê a Revolução de 30 e a "guerra paulista de 32" como reação ao espírito de centralização.

> DAR A CADA PROVÍNCIA suas leis típicas, aderentes às suas condições de vida não é fomentar energias descêntricas, mas harmonizar os vários grupos, pacificando sua turbulência, estimulando sua nobre emulação, consolidando, pela independência de interesses sempre crescentes, o progresso e a unidade nacionais. Incitar essas províncias é acicatar o descentralismo, sob a forma agressiva da imposição e do predomínio de castas políticas, a que elas respondem com um militante e até cruento autonomismo. É tão vivo o sentimento autonomista – vivo porque lógico e por assim dizer biológico – que a intromissão do poder federal dentro da Paraíba, nas vésperas da revolução de 30, por governo de origem paulista, deu como resultado a reação da sensibilidade do próprio autonomismo paulista. O ditador de 30, que simbolizava a intangibilidade desse autonomismo, era recebido como um salvador pela população de S. Paulo.
>
> AUTONOMISMO quer dizer sentido específico da própria identidade histórica, política econômica e social. É tão resistente essa realidade, que o unitarismo legal não a desfigura, sobrestando seu instinto, pela sua repulsa à lei, à força coercitiva desta. [...]
>
> AUTONOMISMO significa organização. Organizar a nação é tipificar, regular e harmonizar, com leis descentralizadas e próprias, seus vários grupos humanos e econômicos, já caracterizados pela elaboração histórica, pela índole e, sobretudo, pelo ambiente geográfico (1935: 239, 240).

A sociedade brasileira necessitaria aniquilar o artificialismo e organizar o “Estado Novo” (1935:284), de forma a refletir a verdadeira fisionomia brasileira, conforme suas diversas índoles conformadas por particularidades históricas e geográficas. O mito democrático não seria adequado ao País.

> “Democracia” é um ideal de perfeição política e administrativa, inda distante para as fórmulas primárias e meramente instintivas da nossa civilização. É uma finalidade alta e nobre para a qual devemos caminhar, mas irrealizável na fase atual de nossa cultura (1935: 269).

Seria necessário dissipar o engano feito ao povo sob o rótulo democrático ilusório, encontrando formas “realistas” para as instituições de acordo com as particularidades regionais, diversas, em virtude das diferentes índoles originárias das variadas modalidades de

caldeamento racial. Inadaptação das leis ao brasileiro, crescente sentimento separatista e presença de grupos artificiais no poder central são alguns dos problemas detectados por ele.

3.4 Democracia e raça

É importante destacar que a versão de Menotti deixa sobressair uma oposição fundamental e irreconciliável, segundo a sua visão, entre o sistema democrático e a diversidade racial, associada à multiplicidade regional, que ele presume existir no País. O autor argumenta exaustivamente, como foi visto, que a democracia seria inadequada a um país com tendências étnicas e regionais tão díspares. Entraves de caráter étnico se entrelaçariam com determinações ambientais, o que tornaria inviável a democracia no Brasil.[249]

O raciocínio levado a cabo por Menotti sobre a diversidade racial brasileira seguia uma direção contrária em relação ao raciocínio democrático, pois considerava a diversidade racial de origem um obstáculo intransponível para a construção de uma sociedade em moldes igualitários. O imperativo original de determinantes raciais díspares impediria a viabilidade da democracia no Brasil, ao menos naquele contexto histórico.

> Estamos acostumados a nos declarar e a nos pensar como democratas, seja qual for o lugar que ocupamos no jogo político, mas houve um tempo em que a democracia, como a felicidade, era uma idéia nova na Europa. Houve um tempo, muito mais distante, em que a própria palavra foi inventada. Há 2500 anos, o aristocrata ateniense Clístenes reuniu o conjunto do povo (*dêmos*) à facção que chefiava e impôs uma transformação radical das instituições atenienses. A partir de então, deixou de ser importante de quem se era descendente, real ou ficticiamente: quando se era nascido ateniense, tinha-se o direito de participar do poder dentro da cidade, de ser membro da

[249] Dentre os estudos mais representativos que abordam a trajetória de Menotti Del Picchia está o trabalho de Daniel Barbosa de Faria (2004), no qual analisa as imagens de heróis sacrificiais e vítimas expiatórias acionadas por Mário de Andrade e Menotti Del Picchia, como argumentos reiterados por eles no decorrer das décadas de 1920 e 1930 que confluiriam para as interpretações e mitificações do movimento modernista. A interpretação da obra de Menotti contida na tese de doutoramento de Faria esclarece alguns pontos relacionados à visão do autor modernista sobre o problema da democracia e a formação do Estado. "Na percepção de Menotti, no Brasil dois problemas se acumulavam. A deficiência mítica da democracia e o desgoverno devido ao desconhecimento dos instintos nacionais. Daí a necessidade de uma geração de intelectuais capazes de interpretar corretamente o país, delineando instituições, mas simultaneamente dotados do dom poético da fabulação dos mitos; virtudes que Menotti dizia perceber em sua geração,

> Assembléia do povo. Estas foram as condições que criaram a democracia, embora a palavra seja um pouco posterior. Com a democracia ateniense, nossa história viveu uma transformação decisiva da qual somos ainda hoje, herdeiros[250] (VERNANT, 2001: p. 219).

Como se pode depreender da citação, o fundamento do raciocínio democrático grego é antagônico em relação ao raciocínio racialista, uma vez que o primeiro funda a sociedade ateniense independentemente da origem ou descendência.[251] Como deixa entrever Jean-Pierre Vernant, em uma sociedade em que determinantes de origem ou descendência, "reais ou fictícios", interferem nas condições do estabelecimento de uma igualdade de direitos, inviabiliza-se ou dificulta-se a manutenção dos ideais democráticos.

Com as longas citações das obras de Menotti, procurou-se demonstrar que a crença em aptidões decorrentes de origens raciais, ou determinações atávicas, impedia o poeta modernista de uma abertura política que engendrasse a defesa de um regime democrático "pleno" no Brasil, ainda que, ao menos formalmente, o autor se achasse defensor da "democracia".

3.5 Movimento Bandeira

Durante os anos que antecederam a entrada do Estado Novo, Menotti Del Picchia e Cassiano Ricardo, paralelamente, persistem com uma atuação constante também na imprensa oficial, enquanto procuram continuar o desenvolvimento de uma reflexão mais sistemática sobre um projeto nacional.

---

cujo momento de eclosão teria sido a Semana de Arte Moderna de 1922. Neste sentido, havia uma promessa de regeneração, dado o rumo certo da 'nova geração', 'anti-liberal' e 'antidemocrática'" (FARIA, 2004: 196).

[250] Trecho do "texto de apelo que uns vinte cientistas – especialistas da Antiguidade e matemáticos assinaram para que fosse organizada uma comemoração pelas reformas de Clístenes." (VERNANT, 2001:219)

[251] Segundo o etimologista Mário Eduardo Viaro: "Democracia vem do grego demokratía 'poder do povo', composto de dêmos+kratía. O radical de dêmos é vinculado a uma raiz indo-européia *dâ 'dividir, retalhar, rasgar em pedaços', sob uma forma *dâ-mo-s, que especificamente significa 'divisão social', 'parcela da população'. Em sânscrito, baseado na mesma raiz há o verbo dâti 'cortar, separar' e no próprio grego há o verbo daíomai com o sentido de 'cortar em partes', donde outras palavras como: daís 'porção, refeição, oferenda', daitrón 'porção'. Da mesma raiz são ainda a palavra delu no antigo eslavo e Teil no alemão, ambas significando 'parte, parcela'. Essa raiz é muito prolífica, ocupando várias páginas do seguinte dicionário: POKORNY, Julius. *Indogermanisches etymologisches Wörterbuch*. Bern/München: Francke, 1959, p. 175-179. Quanto ao termo 'raça' vem do italiano *razza*, mas de onde vem o termo italiano é bastante obscuro. " (Correspondência pessoal de 10 de outubro de 2005).

Na administração de Armando de Salles Oliveira, tanto como interventor federal quanto como governador, a partir de 1935, Cassiano Ricardo torna-se amigo pessoal do líder e uma presença fundamental, novamente como chefe de gabinete. Sempre que oportuno Menotti Del Picchia é chamado a auxiliar Cassiano nas atividades jornalísticas perante o governo.

Um momento de suma importância para a compreensão da história do ideário em torno da democracia racial entre certos intelectuais de São Paulo é o chamado *Movimento Bandeira*, do qual Menotti participa ativamente, em 1936, ao lado do poeta de São José dos Campos e outros modernistas, quando recebem o apoio de Armando de Salles Oliveira.[252] Pouco tempo depois, Menotti Del Picchia tornar-se-ia o primeiro diretor do Departamento de Propaganda e Publicidade do Estado de São Paulo.

Uma publicação governamental importante, paralela ao projeto de consolidação da idéia e da realização do *Movimento Bandeira*, é a revista *S. Paulo*, dirigida por Cassiano Ricardo, Menotti Del Picchia e Leven Vampré.[253] Foi a primeira inteiramente em rotogravura no País, patrocinada pelo governo paulista, e que circularia pelas mãos da elite política da época, de janeiro a dezembro de 1936, com enorme sucesso.[254]

A fermentação estimulada e produzida em torno dessa publicação é impressionante. Define-se como objetivo demonstrar as contribuições decisivas de São Paulo "para a formação política da nacionalidade".[255] O noticioso pretende destacar e documentar todas as dimensões do desenvolvimento do Estado – agricultura, pecuária, pesca, indústria, educação, esporte, lazer, policiamento, arquitetura, arte, etc. – assim como exibir e enaltecer os feitos do governo e demonstrar, explorando os recursos fotográficos disponíveis em toda sua potencialidade, os

---

[252] Assinam o "Manifesto do Movimento", publicado na imprensa em julho de 1936, além de Menotti Del Picchia e Cassiano Ricardo, Affonso de E. Taunay, Alcântara Machado, Almeida Prado, Fonseca Telles, Guilherme de Almeida, Mário de Andrade, Paulo Prado, Paulo Setúbal, Plínio Barreto, Rubens do Amaral, Reynaldo Porchat, Waldomiro Silveira e Vicente Ráo. A comissão executiva inicial é formada por Cassiano Ricardo, Mário de Andrade, Menotti Del Picchia, Paulo Setúbal e Valdomiro Silveira. Cândido Mota Filho também participou de forma ativa. Como é sabido, Mário de Andrade romperá com o movimento pouco tempo depois.

[253] Leven Vampré ingressou na Escola de Direito de São Paulo em 1908, na mesma turma de Guilherme de Almeida e um ano antes de Menotti Del Picchia, de quem foi contemporâneo na instituição.

[254] Ricardo Mendes estudou o periódico, lançado em 31.12.1935, que procurava retratar o desenvolvimento de São Paulo durante a administração de Armando de Sales Oliveira e visava à propaganda política. "O que importa é que o periódico constitui um dos primeiros veículos de propaganda política com uma roupagem modernizadora" (MENDES, 1994). O depoimento de Cassiano sobre a revista também merece ser registrado: "Posto à venda o primeiro fascículo, numa cifra de 40.000 exemplares (cifra enorme na época), a revista *São Paulo* esgotou-se em menos de uma semana. Revista espetacular, que era, pra divulgação dos empreendimentos bandeirantes, com informações escritas em três línguas, espicaçava a atenção de quem quer que fosse. Remetida para o estrangeiro, causou sensações, talvez superior à revista de mesmo tipo publicada na Rússia. Vicente Rao, ministro de Getúlio, mostrou-a ao Presidente que se havia declarado interessadíssimo em conhecê-la". (RICARDO, 1970:69) Ainda de acordo com Cassiano, Lourival Fontes também se pronunciou: "São Paulo é uma revista que ultrapassa a quaisquer outras publicações do gênero" (RICARDO, 1970: 70).

[255] Em diversos números são encontradas as opiniões da elite sobre a revista. Empresários, políticos, generais, consulados, acadêmicos, militares, etc. enviavam seus elogios para a redação.

avanços e o progresso paulistas. As fotografias enfocam desde os detalhes mínimos de uma planta, com exibição de fotografias sempre em grandes dimensões, até vistas panorâmicas das cidades, passando por montagens espetaculares. Procura obter, assim, uma associação entre micro e macrodimensões, em que tudo se apresenta pelo ângulo de sua grandiosidade.[256]

Figura 6: Capa da revista *S. Paulo*, março de 1936.
Acervo da Biblioteca Cassiano Ricardo, em S. José dos Campos, SP.

Com manchetes como "O sentido paulista da vida brasileira quer dizer: organização"[257], o tipo de perspectiva que a revista cria é associado pelo texto às dimensões das realizações de uma "raça de gigantes"[258], cujo pensamento e ação pretende reproduzir. Algumas vezes, as reportagens são exibidas em versões também em inglês. Montagens de fotografias de mulheres e crianças, brancas e belas, como "expressões típicas" da raça bandeirante também entremeiam as publicações. O desenvolvimento de São Paulo é exibido de todas as formas, desde o avanço com a criação da universidade até em textos que possibilitem demonstrações do tipo: "Constroem-se três casas por hora, na capital bandeirante".[259]

[256] As manchetes são bem sugestivas da glorificação que se pretende atribuir a São Paulo: "A maior indústria agrícola do mundo"; "Uma cidade em 5 anos"; "Reformatório Modelo"; "Edifícios modernos de S. Paulo"; "Polícia especial" etc.
[257] Ano I, n. 1, janeiro de 1936.
[258] Ano I, n. 1, janeiro de 1936.
[259] Ano I, n. 1, janeiro de 1936.

Figura 7: Vendedor de jornais no centro de São Paulo na revista *S. Paulo.*

Acima a manchete: "O sentido da vida paulista quer dizer: organização". Publicação da revista *S. Paulo,* de janeiro de 1936. Acervo da Biblioteca Cassiano Ricardo, em S. José dos Campos, SP.

Como visava à instituição de um "governo bandeirante", o símbolo mais enfocado é o bandeirante mesmo, que aparece em ilustrações diversas, em emblemas de coragem e ousadia, como os representados pelos escoteiros. O chapelão bandeirante é um dos signos destacados nessa reconstrução epopéica, que assume: "o presente é a reafirmação portentosa do passado". Os bandeirantes, "antigos paulistas", são destacados como os grandes protagonistas da expansão geográfica brasileira.

A Semana de Arte Moderna de 1922 colocaria São Paulo como "o centro da mudança para uma nova mentalidade", voltada ao estudo e ao esclarecimento da realidade brasileira, segundo a revista *S. Paulo*. Poemas modernistas que exaltam ou retratam visões próprias dos paulistas são publicados. Muitos são os colaboradores da revista, dentre eles Mário de Andrade. O poema "O Canto da Raça", de Cassiano Ricardo, é publicado: "Amo S. Paulo em meio à multidão de seus operários".[260] À sombra paulista, estaria em andamento o milagre do surgimento de uma "raça cósmica", que "começa do índio e vem parar no imigrante, que traz na roupa, em remendos variegados, o mapa de todas as pátrias". [261]

O café aparece em vistas aéreas das plantações; no poema de Menotti Del Picchia como uma planta que "fala" com o colono; em reproduções do quadro "Cafezal", de Cândido Portinari; em textos em que a bebida é percebida na sua universalidade, por ser degustada

[260] Ano I, n.6, junho de 1936.
[261] Ano I, n. 6, junho de 1936.

"pelos povos de todas as raças".[262] Aliás, as frutas e flores cultivadas no Estado de São Paulo são um destaque em diversas reportagens e fotografias.

Interessante é notar como esses autores procuram associar a identidade regional às produções agrícolas e, por tabela, fazem analogias entre humanos e vegetais. O número de novembro/dezembro de 1936 tem como destaque o tema "Frutas da nossa terra: jaboticabas". Homens e frutos são interligados por meio de semelhança entre cores, sabores, durabilidade, etc. Numa retomada de artifícios panteístas, que associam às jabuticabas uma linguagem própria, tal e qual a do "terrunho", define o periódico:

> As jaboticabas são das nossas frutas mais típicas.
>
> Quando quase maduras, a sua cor anda na poesia popular romantizando galanteios e enchendo as trovas com que o sentimentalismo brasileiro sonoriza violas enternecidas.
>
> Doces, mas de um doce discreto, são tão brasileiras que só nós mesmos podemos saboreá-las. Amadurecem depressa e devem ser colhidas logo. Depois de apanhadas, devem ser degustadas sem demora porque se deterioram facilmente. São, portanto, frutas mais da nossa intimidade e falam para o nosso paladar a linguagem singular e suave do terrunho.[263]

[262] Ano I, n.1, janeiro de 1936.

[263] Na década de 1930, a associação dos políticos com os símbolos eleitos para definir e consagrar uma identidade brasileira e paulista, por meio de espécies nativas, como a jabuticaba, é freqüente nos periódicos. O *Diário de S. Paulo*, de 7 de novembro de 1934 (capa) anuncia a abertura da temporada da "deliciosa frutinha indígena", pelo prefeito da capital de São Paulo. "A jaboticaba – afirmação que corre exclusivamente por conta do repórter – é a fruta mais gostosa do mundo, como a jaboticabeira é a mais simpática das árvores frutíferas. Em nenhuma outra encontramos tanta vontade de oferecer ao homem os seus frutos, assim aos milhares, aos milhões [...]. É essa generosidade espontânea, típica da floresta brasileira, de que a linda baga roxo-negro é nativa. [...] Em São Paulo existe, já incluído entre as suas tradições o costume de inaugurar-se oficialmente a temporada da jaboticaba. O solene sacrifício oficial dessa deliciosa filha dos trópicos deu-se ontem, em S. Miguel, na chácara do coronel João Gabby, para onde seguiu, acompanhada pelo sr. João Gabby Junior, uma caravana formada pelos srs. Fábio Prado, prefeito de São Paulo e senhora, d. Renata Crespi da Silva Prado, Ruy Mendonça e senhora; Arthur Motta Filho e senhora; Assis Chateaubriand e Abelardo Vergueiro César."

Figura 8: Revista *S. Paulo*, nov./dez. 1936, jaboticabas.
Acervo da Biblioteca Cassiano Ricardo em S. José Campos, SP.

A fotografia de Armando de Salles Oliveira aparece em página inteira na revista *S. Paulo*, com a legenda: "Sua Excelência O Senhor Doutor Armando de Salles Oliveira Governador do Estado de S. Paulo", logo após uma imagem de uma estátua em mármore do bandeirante Fernão Dias.[264] Sua iniciativa de solicitar ao Congresso a construção do monumento das Bandeiras é aclamada.

Aliás, a campanha impetrada pela revista para a construção desse monumento é uma constante durante a sua existência. A revista mostra a maquete do projeto, exalta o escultor Brecheret, expõe a sua concepção e discute as razões de sua localização na capital paulista, retomando o projeto em vários de seus ângulos, incluindo o ponto de vista idealista.

> Não há quem desconheça a concepção de Brecheret. É uma arrancada de Bandeirantes, para a conquista da Terra Virgem. É um instantâneo da vida de uma Bandeira apanhado com impressionante felicidade. Tudo, ali, é força, movimento e ação. Os homens, surpreendidos numa subida, caminham para o alto: é o idealismo paulista em ação. Alguns homens, ajudando com um braço a puxar o batelão, com o outro sustêm companheiros desfalecidos de fadiga ou de febre: é a solidariedade indispensável para o triunfo. Dois bandeirantes, os chefes, vão na frente, a cavalo: é o princípio da autoridade, o mais forte esteio da civilização que o

[264] Ano I, n. 4, abril de 1936. O bandeirante aparece na capa do exemplar.

> comunismo tenta destruir. As figuras decrescem em tamanho: é a hierarquia, inseparável da disciplina, e um dos mais belos princípios da organização social, porque permite ao que está no ponto mais baixo ascender por si mesmo à posição mais alta. Na frente do grupo, a grande figura de mulher que representa a terra virgem, em cuja conquista os bandeirantes partem, mostra que eles sabem o que querem e para onde vão: é o pensamento dominando a ação.
>
> E como de tudo isto, de autoridade, de disciplina, de hierarquia, de solidariedade, de ação inteligente e construtora, de um largo, generoso e fecundo idealismo – de tudo isto é que o Brasil precisa, propõe-se que esse monumento seja levantado numa Praça de São Paulo, atestando o desejo dos paulistas de renovar os princípios e os feitos que construíram o fundamento da nacionalidade. (Revista *S. Paulo*, n. 7, julho de 1936)

Eis aí não só a "concepção de Brecheret" na época, mas o delineamento da organização que o estado deveria assumir, segundo a direção da revista.

Figura 9: "Monumento das Bandeiras", Revista *S. Paulo*, fev. 1936.
Acervo da Biblioteca Cassiano Ricardo em S. José Campos, S.P.

Iniciado oficialmente em julho de 1936, em São Paulo, apesar de ter começado meses antes, o *Movimento Bandeira* sai inicialmente como uma "bandeira intelectual" com o objetivo de buscar o verdadeiro sentido e a originalidade da nacionalidade. Assinam o Manifesto do Movimento, publicado na imprensa em julho de 1936, além de Menotti Del Picchia e Cassiano Ricardo: Alcântara Machado, Almeida Prado, Fonseca Telles, Guilherme

de Almeida, Mário de Andrade, Monteiro Lobato, Paulo Prado (representado por Mário de Andrade), Paulo Setúbal, Plínio Barreto, Rubens do Amaral, Waldomiro Silveira.[265]

Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia afirmam não ser o movimento uma bandeira política, mas consideram salutar que gere conseqüências no campo da política, uma vez que suas diretrizes poderiam iluminar os caminhos do estado para a promoção do bem social. Tais diretrizes do movimento seriam consolidadas por meio da articulação de uma simbologia por Menotti e, de forma bem mais detalhada e argumentada, posteriormente, por Cassiano, que as utilizaria repetidamente nos anos seguintes em suas obras e na imprensa, como será verificado. O movimento nasce atrelado ao governo estadual, e esses intelectuais na época estão já totalmente envolvidos com a propaganda governamental em São Paulo. Isso fica declarado nos objetivos estabelecidos pela direção do Movimento Bandeira.[266]

Na década de 1930, esse movimento, contrapondo-se à vertente integralista de Plínio Salgado, congrega a maior parte dos demais integrantes verde-amarelos, com outros intelectuais, como Mário de Andrade e Monteiro Lobato. Sai em defesa de um certo nacionalismo que se opunha a todas as influências estranhas à vida brasileira.[267] Nesse sentido, faz a crítica não só do fascismo e da democracia liberal como da entrada do comunismo no País, considerado pelo movimento como incompatível com a índole pacífica e os fundamentos cristãos da sociedade brasileira. Pretende ser um movimento síntese. Dentre seus objetivos constam:

- Colher e produzir material para a fixação do nosso pensamento construtivo, dando ao Departamento de Publicidade do Estado elementos de persuasiva, atraente e prática socialização e procurando, assim, influir em todo o território nacional e exterior, em função de propaganda da cultura e da organização paulista e brasileira;
- Realizar, no sector espiritual, as atribuições que lhe forem conferidas pelo Estado.

[265] Cândido Motta Filho também participou do movimento. Como é sabido, Mário de Andrade romperá com o "Movimento Bandeira" pouco tempo depois. Na lista publicada na imprensa, constam ainda os nomes de Affonso Taunay, Reynaldo Porchat e Vicente Ráo.

[266] O movimento tem como lema A DEFESA DO PENSAMENTO BRASILEIRO. Seus objetivos principais, de forma sintética, são: 1) Coordenar toda a ação intelectual do Estado, fixada nos princípios da disciplina, hierarquia e culto da tradição bandeirante; 2) Elevar o nível geral da cultura; 3) Dedicar-se á interpretação do sentido da nossa história; 4) Fazer revisão de conceitos e preconceitos e esclarecer a população; 5) Dar uma função social à arte e à literatura, utilizando-as como processo de integração nacional; 6) e 7) citados no corpo do texto; 8) Abrir um largo inquérito sobre as aspirações gerais das populações paulistas; 9)Organizar bandeiras de penetração intelectual; e 10) Velar pelo livro.

[267] Aliás, o número 9 da revista *S. Paulo*, de setembro/outubro de 1936, publica o programa do Movimento Bandeira, elaborado por Menotti Del Picchia, tal e qual reproduzido no livreto *Ensaio de Exposição do Pensamento Bandeirante*, exposto na seqüência.

Aliás, antes, em 1934, dois anos após ter surgido a Ação Integralista Brasileira, Plínio Salgado publicara *A Voz do Oeste* (Romance-poema da época das bandeiras), em que reconstruíra o bandeirismo por meio de um romance sobre os primórdios da história de São Paulo. O intuito do autor na obra seria narrar a "história da alma brasileira no alvorecer dos primeiros impulsos da Nação". Segundo ele, os episódios narrados baseiam-se não em documentos históricos, mas na "mitologia do selvagem americano".

O romancista procura explicar a atração dos itinerários sertanistas em direção ao oeste, como resposta ao chamado do que Alarico Silveira havia designado como a "voz do oeste". O livro é, assim, um apelo para a necessidade de uma reconstrução sistemática da história das bandeiras, que permitisse uma visão do conjunto e uma explicação sobre o fenômeno. Plínio Salgado constata como predestinação do povo paulista "conquistar continentes" e "construir uma Grande Nação". O autor explica o fenômeno das bandeiras remontando à formação racial ("solicitações do sangue") de seus heróis, um fator fundamental para seu estudo, segundo o integralista.

Na esteira de "O Sonho da Raça", de Alarico Silveira, enfocado no capítulo anterior, Salgado retoma o mito do encontro dos tupi, vindos da Bolívia, com os europeus brancos na zona litorânea brasileira, por meio da fala do índio Antônio, em contato com um grupo bandeirante em retorno para o interior continental.

> Um dia, a Nação Tupi desceu das grandes montanhas negras, além do grande rio, para lá da várzea chata e barrenta. Os tupis vieram conquistar o país das palmeiras. Os brancos também vieram do lado do mar. As duas Nações se casaram. Nasceram muitos filhos. Agora, a Mãe-Terra tem saudade da raça Tupi. Mas o sangue dos Tupis entrou na carne dos brancos. Os filhos das duas Nações terão de voltar à Mãe-Terra.
>
> Gonçalo disse, como que meditando:
>
> – O caminho dos paulistas não terá fim...
>
> Eles devem marchar sempre...
>
> E o jovem fidalgo pensava na maravilhosa aventura, cujos primeiros episódios ele próprio ia ajudar a escrever. Já nenhum preconceito de raça ou de casta o prendia ao Velho Mundo. Ali estava ele, branco, tendo ao lado Rui Moreno, judeu, no meio dos mestiços, junto a um velho cacique. Todas as nações se desfaziam ali para se tornarem elementos de uma nova Pátria.

> O Brasil era moço como a própria mocidade que cantava nas suas veias. A aventura era bela como um sonho de Amor. Olhou para Rui Moreno. O jovem hebreu sentia acordar no íntimo do seu espírito o velho messianismo da sua estirpe:
>
> – É mister caminhar muito tempo, para alcançar as montanhas de ouro?
>
> No fundo das tradições bíblicas, surgia desperta a miragem eterna de Canaã. (SALGADO, 1934/1978: 28, 29).

O processo de caldeamento étnico no planalto piratiningano seria, tal como no pensamento de Alarico Silveira, patrocinado por José de Anchieta, que celebraria de forma fundadora, o matrimônio de duas raças diferentes. Salgado desafia os historiadores da epopéia bandeirante a uma pesquisa sistemática do fenômeno, tarefa que seria empreendida por Cassiano Ricardo na segunda metade da década de 1930.

> Ainda não apareceu o artista que modelasse num só bloco harmonioso as linhas esparsas dos acontecimentos dando unidade ao que se apresenta fragmentário, pulverizado na poeira dos arquivos, nas memórias parciais de crônicas da época ou nos trechos fúlgidos de romancistas e poetas. [...]
>
> Falta à história das Bandeiras uma unidade de conjunto, a fixação do equilíbrio, a harmonia firme dos lineamentos que assinalam, de uma maneira extraordinária a uniformidade do sentido, do espírito e até mesmo do instinto que constitui a essência de todo o panorama dos tumultuosos episódios da grande fase da Conquista (Idem: 94,95).[268]

Em reportagem publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, em 29 de abril de 1937, que reproduz um dos discursos de Cassiano Ricardo em defesa do Movimento Bandeira, ficam expostos os pontos de divergência entre o Integralismo, de Plínio Salgado, e a Bandeira do modernista de São José dos Campos. O autor procura mostrar que a identidade do movimento bandeira é alternativa e contrastiva em relação ao integralismo de Plínio salgado, apesar de todos os pontos em comum.

[268] No pensamento de Plínio salgado, ao contrário de Cassiano Ricardo, como se verá a seguir, o negro não foi pioneiro nos primórdios do bandeirismo. “Em São Paulo, havia raríssimos pretos naquele tempo” (SALGADO, 1934/1978: 67).

> O integralismo é internacionalista e a 'Bandeira' é antiinternacionalista. O integralismo é contra a liberdade individual, como acontece nos Estados de que ele é a cópia; a 'Bandeira' é pela valorização do brasileiro como indivíduo e como ser social.
>
> O integralismo é contra o federalismo a 'Bandeira' é federalista.
>
> O integralismo é contra a democracia, porque é pela ditadura; a 'bandeira' é pela democracia e mais propriamente por uma democracia social nacionalista.
>
> Ainda mais, continuou o orador: o integralismo é pelo racismo que semeará a discórdia entre os brasileiros, substituindo a nossa máxima cristã do 'amai-vos uns aos outros' pela máxima canibalesca do 'odiai-vos uns aos outros; a 'Bandeira' é pela fraternidade humana, pela harmonia de todas as raças que vêm procurar a felicidade debaixo do nosso céu.
>
> Mas há outra diferença ainda.
>
> O integralismo é um partido político-eleitoral, embora se diga contrário à existência dos partidos político-eleitorais; a 'Bandeira' não é um partido político-eleitoral, mas sim um movimento de cultura e nacionalismo e só político em tal sentido superior e impessoal.

Fato é que o Movimento Bandeira se propaga em vários núcleos fundados na capital, nas faculdades, inclusive, e por todo o interior de São Paulo, mas acaba por ultrapassar suas fronteiras, com filiais abertas em outros estados. Em diálogo com a produção já antiga do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo sobre o bandeirismo paulista, a simbologia referente ao tema seria rediscutida e re-significada por esses autores para conformar um "novo" projeto de nação.

> O movimento Bandeira recebe o apoio da alta oficialidade. Personalidades como Góes Monteiro, Gaspar Dutra, Juracy Magalhães parabenizam a iniciativa do grupo, demonstrando a sua solidariedade ao empreendimento.
>
> A entidade adquire esfera de ação nacional, tendo órgãos filiados nos mais diferentes Estados: São Paulo, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte. A estruturação de seus departamentos abrange os seguintes setores: cultura, arte, esporte, operário, serviços sociais, escolar, universitário, propaganda, imprensa, estados, municípios, diversões, feminino, etc...O jornal Anhangüera, fundado em

> junho de 1937, funciona como porta-voz das idéias do grupo. A sua divisa é "Por um Brasil nosso e original; por uma democracia social genuinamente brasileira" (VELOSO, 1983: 100, 101).[269]

Dirigido por Cassiano Ricardo, Menotti Del Picchia e Cândido Motta Filho, *Anhanguéra* torna-se o veículo de divulgação do movimento. Contou como redator principal Osmar Pimentel. Além de ser um periódico pró-candidatura Armando de Salles Oliveira à presidência, o jornal apresenta, de uma forma crítica, a postura política do governo de Getúlio Vargas, assim como também critica abertamente os adversários ao candidato paulista. No primeiro número, José Américo de Almeida é bombardeado pelo jornal de todas as formas, e a sua retórica "de efeito" é considerada desordenada e leviana, quando comparada à argumentação "construtora" e sóbria do engenheiro Armando de Salles.

Mais uma vez, o povo de São Paulo é destacado como aquele que processaria a verdadeira fraternidade entre as raças.

> O colorido desse multifário tesouro racial, a complexidade psicológica dele decorrente, a reação da geografia no homem, elementos tipificadores da "substância brasileira", "Anhanguéra" defenderá contra todas as deformações e contra todos os deformadores.[270]

No documento *Ensaio de Exposição do Pensamento Bandeirante* (s.d.), em que o autor se propõe a mostrar a feição individual como encara o Movimento Bandeira, Menotti Del Picchia defende o "comando seguro" (autoridade forte) e a "disciplina consciente" (cooperação de todos os brasileiros).[271] Segundo Del Picchia, o movimento foi criado em defesa da originalidade brasileira, com o objetivo de trabalhar pela união nacional e pela reorganização do novo Estado, de acordo com processos brasileiros e sem empréstimos alheios à história do País.

---

[269] Segundo também Cassiano Ricardo (1970:110), o primeiro número da revista *Anhangüera* apareceu em 26 de junho de 1937 e definia-se pela candidatura de Armando de Salles Oliveira à Presidência da República.

[270] *Anhanguéra*, Ano I, n. 1, 26.06.1937 (Acervo da Casa de Menotti Del Picchia, Itapira, S.P.). No primeiro número, consta o nome de Gilberto Freyre como futuro colaborador. "O sr. Gilberto Freyre, o ilustre sociólogo de 'Casa Grande e Senzala', telegrafou à 'Bandeira' aceitando a inclusão de seu nome entre os colaboradores do 'Anhanguéra' e declarando-se vivamente interessado pelo movimento de cultura e nacionalismo iniciado pelos escritores de S. Paulo".

[271] O documento é redigido na forma de um questionário, por meio do qual Menotti Del Picchia procura dirimir as dúvidas de um interlocutor oculto a quem responde perguntas do tipo: "Qual a posição da 'Bandeira' perante o operariado?". Em seguida, Menotti apresenta o programa de atividades do movimento, com a descrição de seus objetivos.

Nesse sentido, a “Bandeira” seria contra a implantação do comunismo, do fascismo ou da liberal democracia no Brasil. O movimento defenderia a criação de um tipo específico de Estado que seguisse a “tradição nacional”. O Brasil conformaria uma realidade totalmente diferente dos problemas encontrados na Itália, Alemanha, Rússia ou qualquer outro país.

> No Brasil não há nada disso. Não há nobres, nem plebeus, pois todos são virtualmente operários; não há riquezas excessivas nas mãos de uns, nem miséria absoluta entre os outros, pois porque a nossa organização econômica é ainda incipiente, podendo-se resolver o problema da eqüidade econômica por uma simples organização melhor; a terra do Brasil não está nas mãos de latifundiários: - há terra demais para homens a menos. [...] não podemos sequer dizer que temos classes definidas, pelo que não sabemos, entre os brasileiros, onde começa o patrão e quando o operário deixa de ser operário, pois o operário industrial é aqui o gérmen de um chefe de indústria e cada colono o embrião de um fazendeiro ou de um sitiante (s.d.: 6).

A “Bandeira” combateria as “utopias internacionalistas” e procuraria criar no Brasil uma “consciência de Pátria”, sem empréstimos às soluções estrangeiras, adequadas a realidades outras. Em respeito ao “instinto de organização brasileira” e às condições dos diversos grupos territoriais, Menotti faz novamente a defesa do federalismo como condição vital da manutenção da unidade nacional. Segundo o autor, o federalismo acompanharia a divisão histórica do Brasil em “capitanias” e “províncias”, e seria condizente com a formação do País.

O autor procura re-significar o conceito de democracia, diferenciando-o da liberal democracia, procurando adequá-lo aos objetivos do movimento e à “realidade brasileira”.

> Essa é a sua concepção da “democracia”: uma democracia que tenha armas para defender a si mesma, assegurando os princípios de autoridade e de hierarquia, uma democracia que se realiza não politicamente, como economicamente. A democracia da “Bandeira” poderá ser denominada: “Democracia Social” (s.d., 8).

Do desenvolvimento da ação bandeirante, processar-se-ia a seleção dos elementos mais capazes para o comando, pela competência, energia e civismo. No que se refere à questão racial, a “Bandeira” sairia em defesa, segundo Menotti, da mais nobre realização da

democracia brasileira: a de ter dado ao mundo uma lição cristã de não preconceito racial e fraternidade humana.

> Os fascistas falam em “problema judaico”, em lutas contra o “capitalismo forasteiro” etc., esquecidos de que o Brasil, tendo o maior dos problemas raciais, resolveu genialmente e cristãmente esse problema, assimilando todas as raças e processando a fraternidade, pois nossa história nunca denunciou a existência de preconceitos de cor, de credo e de origem. Os bolchevistas falam em necessidade de “pão, terra e liberdade”, esquecidos de que o Brasil tem pão demais, terra demais e liberdade demais. [...]
>
> Racialmente, que defende a “Bandeira”?
>
> A “Bandeira” defende aquilo de que o Brasil mais se deve orgulhar: “O ter dado ao mundo uma lição do mais alto sentido cristão elidindo, no seio do seu povo, quaisquer preconceitos étnicos”. Criar problemas nesse campo é estragar a mais bela e mais nobre realização da democracia brasileira: “a fraternidade humana”. (s.d.: 11, 12).

Novamente, Menotti passa a defender a fraternidade para com os imigrantes estrangeiros e a união e fusão das raças para a formação de uma “Raça Nova” e contra os “imperialismos forasteiros”. Além disso, Menotti Del Picchia propõe a criação de uma “escola de chefes” que sejam capazes de “conciliar capital e trabalho” (cf. p. 13).

> A “Bandeira”, sendo pela “justiça social”, é pela reforma moral dos costumes. Por isso, ela criará uma “escola de chefes”, os quais se destacarão pela sua competência e pela sua moralidade. O capital é um dos fatores do progresso e o natural aliado da mão de obra. A conciliação do capital e do trabalho é finalidade primordial da “Bandeira” [...].
>
> O Brasil, ironicamente denominado um “deserto de homens e idéias”, precisa estimular o aparecimento de “homens com idéias”. Quer, porém, que sejam homens “com idéias orgânicas”, oriundos do estudo dos nossos problemas e da experiência prática na sua solução. O desenvolvimento da ação bandeirante irá, automaticamente, denunciando quais os mais cultos, os mais capazes. O próprio consenso coletivo processará a seleção dos “elementos de comando” (s.d.: 13).

Como se vê, Menotti procura selecionar os mais capazes para o governo fora dos parâmetros do sufrágio universal. A idéia de não existência de preconceitos étnicos, no pensamento do autor, caminha *pari passu* com a idéia da não existência de luta de classes ou entraves ao trânsito entre as camadas sociais no Brasil, argumentos que sustentariam o projeto de uma "democracia social" no País, independentemente da discussão sobre a igualdade política.

Na busca de uma organização "racional" do Brasil, o autor procura demarcar as funções de cada um segundo sua capacidade, o que implica, segundo a sua perspectiva, a restrição da liberdade de uma forma "real e positiva" e a limitação das ações humanas de acordo com a fronteira de cada função. Quanto ao Estado, hierarquicamente organizado, o autor enquadra a sua demarcação de acordo com o que ele denomina de a tradição "bandeirante". "E esse Estado já está esquematicamente traçado dentro da tradição nacional, isto é, dentro da organização das 'bandeiras' que fixaram as divisas geográficas do país" (s.d.: 10).

3.6 *Brasil Novo*

Após o golpe de 1937, no início de 1938, Ademar de Barros é designado por Getúlio Vargas o novo interventor. Já em fevereiro de 1938, os jornais noticiam o apoio ao golpe de 10 de novembro pela dupla Menotti e Cassiano, em visita ao Rio de Janeiro. Os poetas paulistas avaliaram que o golpe teria sido recebido com "júbilo pelas populações paulistas". Na entrevista, os poetas retomam todo o pensamento que uniu a dupla desde a campanha verde-amarela, "dois homens de letras, duas sensibilidades diferentes animadas pelo mesmo pensamento político construtor". O objetivo dos dois teria sido, sempre, a realização da democracia "em seu sentido brasileiro". Menotti fez as seguintes declarações, na entrevista, "corroboradas também pelo sr. Cassiano Ricardo".

> Desde 1924, um grupo de intelectuais paulistas procurava um sentido novo para uma "democracia", dentro de um Estado que fosse, como o criado pelo golpe genial do presidente Vargas "nitidamente brasileiro". Era a "marcha para o oeste", a "renovação da mentalidade política" que ele pleiteava, quer pesquisando umas realidades no movimento "verde-amarelo', quer preconizando o advento de um Estado-Forte, defensor de uma originalidade

> contra as ideologias forasteiras que procuravam deturpá-lo e entre o "liberalismo" desarmado e retórico, que era o caldo dentro do qual se desenvolviam os extremismos (*A Nação*, 3 de fev. de 1938).

Nessa ocasião, os dois escritores foram também recebidos por Getúlio Vargas no Palácio do Catete (*A Nota*, 5 de fev. de 1938). A posse de Cassiano Ricardo na Academia Brasileira de Letras havia ocorrido há pouco tempo, em dezembro de 1937. Pelo seu discurso na ABL, apresentava uma reflexão bastante desenvolvida em termos do problema da adequação da democracia a um país com as particularidades brasileiras. É em defesa de uma democracia que respeitasse "as originalidades" nacionais e contra a democracia política, baseada no sufrágio universal, que ele direciona sua comunicação.[272] O autor conclamou os acadêmicos a uma prática literária que não pairasse somente na região da fantasia. No contexto de construção de um novo Estado, o importante seria moldá-lo de acordo com as "realidades concretas". O autor proferiu um discurso em que a expressão *democracia racial* substituiu as expressões *democracia biológica ou étnica*, anteriormente utilizadas por ele e por Menotti.

> Democracia é movimento social e a bandeira foi "o grupo social mobilíssimo" caminhando por todos os lados em função política democratizante.
>
> Contra a propriedade imobiliária, que gera a aristocracia, o seu objetivo era a propriedade mobiliária, que democratiza a riqueza individual. Contra a tendência "vertical" dos núcleos de concentração econômica ela era o "ímpeto" horizontal que nunca os deixaria crescer apenas verticalmente. Contra os quistos étnicos que impossibilitariam a nossa *democracia racial*, como o da república negra, ela foi a força descêntrica e niveladora. E enquanto se acentuava o regimen feudal dos grupos fixos, nas casas grandes, a bandeira "democratizava" a sociedade colonial, misturando-lhe os elementos e mobilizando-os para a corrida das minas. Nenhum exagero haverá em se dizer que ela não só realizou a sua *democracia social e instintiva*, dentro de cada agrupamento, como também foi a base democrática de nosso grupo nacional (RICARDO, 1938: 68, 69) (grifos meus).

[272] Em *O Curupira e o Carão*, de 1927, Cassiano Ricardo também já protestava contra o estabelecimento da democracia política no Brasil. "O nosso problema fundamental não está, portanto, na continuação das campanhas cívicas, que Rui encetou. Nem nas curiosas experiências do partido democrático. Não é com o voto secreto e outras medidas teóricas propugnadas pelos continuadores do velho idealismo empírico que havemos de construir a maior pátria do continente" (in SALGADO, PICCHIA e RICARDO, 1927: 87).

Para Cassiano, não haveria democracia, mas democracias: “democracia imperial”, “democracia igualitária”, “democracia liberal”, “democracia social” (1938:77), sendo esta última um fenômeno tipicamente brasileiro, o que tornaria prejudicial “deturpá-la” com concepções exógenas.

> Se a lei não lhe vinha correspondendo ao sentido exato, o caminho a seguir, então não foi, o de ir buscar lá fora o remédio. Nem o de recorrer à cópia de meios violentos que não correspondem à índole de nosso povo e ao ritmo de nossa história. Seria, muito ao contrário, reajustar a democracia brasileira dentro da nova concepção de Estado triunfante em toda parte. Mas dentro, também, do seu sentido irremediavelmente brasileiro. Ou dentro de um Brasil irremediavelmente democrático. Tudo entrou nessa democracia que é fenômeno climático (somos um país tropical), que é um fenômeno étnico (a mistura de raças), que é um fenômeno geográfico (a terra niveladora, anticentralista), que é um fenômeno social (o operário de hoje é o patrão de amanhã), que é um fenômeno psicológico (a bondade na sua acepção brasileira, tipicamente democrática).
>
> É uma democracia “ser vivo”.
>
> É uma democracia que, antes de ser uma realização político liberal, é uma razão brasileira de humanidade (RICARDO, 1938: 77, 78).

Em maio de 1938, no governo de Ademar, seria criado o Serviço de Publicidade e Propaganda do Estado de São Paulo, do qual Menotti Del Picchia seria o diretor, Francisco Pati, o vice e Osmar Pimentel, o chefe de redação. O órgão foi transformado, no final daquele mesmo ano, em Departamento de Propaganda e Publicidade, crescendo em tamanho e importância. Assim, durante o primeiro semestre de 1939, Menotti acabaria por acumular o cargo de diretor de *A Cigarra* com a direção do Departamento de Propaganda e Publicidade do Estado de São Paulo, quando esse órgão já estava sob o inteiro controle do aparelho central.[273]

Durante o governo Ademar de Barros, interventor no ano de 1938, Cassiano Ricardo, já membro da Academia Brasileira de Letras, permanece pouco tempo no Gabinete do Governo.

[273] Além disso, na segunda metade da década de 1930, para amenizar as dificuldades financeiras, Menotti decidiu tornar-se também tabelião.

> Foi com Ademar que comecei a escrever discursos para um Chefe de Governo. E achei natural, pois todos os chefes de Estado têm o seu *brain trust*.
>
> A confiança que Ademar depositava em mim, a ponto de assinar sem ler o que por mim fosse escrito, me ocasionou muita angústia. Era excessiva. Não me deixava tranqüilo em relação a mim mesmo. Mas, que fazer? (RICARDO, 1972: 73).

Em dezembro de 1939, o Departamento de Propaganda é novamente reformulado, em função da criação, no âmbito nacional, do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).[274] Para atuar nos níveis estaduais, filiais seriam criadas – os chamados "Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda" (DEIP) –, submetidos à autoridade central. Com essa última mudança, a direção do órgão em São Paulo seria transferida das mãos de Menotti Del Picchia para as de seu companheiro Cassiano Ricardo.

Ainda em 1938, durante seu governo, Cassiano é deslocado para trabalhar no Rio de Janeiro, para a elaboração de outra revista, também em rotogravura, *Brasil Novo*, do Departamento Nacional de Propaganda. Essa publicação focalizava, já no panorama nacional, as realizações do Estado Novo, com características similares à revista *S. Paulo*.

> Como supervisor de tudo, organizei-me – por designação de Lourival Fontes – numa sala da ex-Câmara dos Deputados, e foi aí que consegui – dentro de suas dependências silenciosas – preparar o primeiro fascículo em 1º de junho de 1939.
>
> Mais três fascículos saíram, as dificuldades cresciam e o remédio me foi, então, retornar a São Paulo e assumir a direção do DEIP (RICARDO, 1970: 78).

[274] Coube ao jornalista sergipano Lourival Fontes a direção da propaganda política do governo Vargas de 1934 a 1942. "Vale notar também que a partir de 1939 Lourival Fontes passou a acumular a função de diretor do DIP e a de Diretor do Conselho Nacional de Imprensa, cuja tarefa era fiscalizar a imprensa em todo território nacional" (GOMES, 1996: 126).

Figura 10: Capa da revista *Brasil Novo*, de junho de 1939.

A mesma imagem já havia sido publicada na revista *S. Paulo*. Acervo da Biblioteca Cassiano Ricardo, em S. José dos Campos, SP.

Na verdade, o primeiro fascículo de *Brasil Novo* foi editado em 10 de novembro de 1938, no primeiro aniversário do Estado Novo, como uma "publicação do Departamento Nacional de Propaganda com a colaboração do Departamento de Propaganda e Publicidade do Estado de S. Paulo", com o objetivo de documentar "todas as resultantes materiais e espirituais" do "Novo Brasil".[275] Nesse primeiro número, o golpe de 1937 é comparado ao 13 de maio de libertação da pátria brasileira, despertada em seus desejos inconscientes e instintivos. A revista descreve a visita de Getúlio a São Paulo e focaliza as realizações e o cotidiano de Ademar de Barros, com várias fotografias dos dois líderes, sempre em grandes dimensões, além dos discursos das personalidades do governo Vargas.

[275] O nome da revista *Brasil Novo* já havia sido adotado por uma revista de Porto Alegre do período modernista, em 1925. Eram seus colaboradores Graça Aranha, Rocha Pombo, Eduardo Guimarães, Ronald de Carvalho e outros (exemplar no acervo da BN-RJ).

Figura 11: Imagem de Getúlio Vargas exibida em *Brasil Novo.*

Ao lado de edifícios da capital. *Brasil Novo*, junho de 1939. Acervo da Biblioteca Cassiano Ricardo, em S. José dos Campos, SP.

Pierre Deffontaines apresenta, logo nesse primeiro fascículo, a estatística da população brasileira.

> Atualmente conta o Brasil 47 milhões de habitantes cuja composição étnica é aproximadamente a seguinte: sem dúvida menos de dois milhões de Índios, mas neste ponto os cálculos são especialmente duvidosos; 6 a 7 milhões de negros quase puros; restariam, portanto, 37 a 38 milhões de população de composição mais ou menos branca. Aqui é impossível precisar as demarcações. Nem por isso se torna menos evidente ser hoje o Brasil o mais importante país tropical de população na sua maioria branca. [...]
>
> As duas cidades principais, Rio e S. Paulo, são as maiores cidades brancas dos trópicos. São Paulo no seu total de 1.200.000 habitantes, possui, pelo menos, 1 milhão de brancos; e a cidade é justamente atravessada pelo trópico. O Rio de Janeiro, com Niterói, conta 2 milhões de habitantes, dos quais, milhão e meio, pelo menos são brancos. Assim o Brasil possui as duas únicas aglomerações tropicais em que os brancos vão além de um milhão. As outras grandes cidades da zona tropical, como Singapura, Calcutá, Cantão, Hong Kong, Manilha têm composição étnica absolutamente diversa.
>
> Eis uma das originalidades do Brasil: ser o exemplo mais típico da conquista, pelo povoamento branco, duma zona nitidamente tropical.
>
> Já não se trata aqui de possibilidade da raça branca em zona tropical e sim de resultados.

Assim como a revista *S. Paulo, Brasil Novo* é bilíngüe, com traduções simultâneas de algumas matérias. O discurso de Ademar de Barros, interventor em São Paulo, mais parece uma transcrição das idéias de Menotti e Cassiano (também no n. 1).

> A constituição de 10 de Novembro foi obra de iluminada sabedoria. Encerra a única estrutura política original, capaz de manter, conservar e defender o Brasil como uma unidade histórica, rico de um conteúdo humano inconfundível, não apenas como elemento racial, mas também como detentor de um espírito social inédito para a própria cultura do Universo. É que no Brasil se processa a "verdadeira democracia". Somos o único povo do mundo que não cultiva preconceitos de nenhuma espécie. Distingue-nos dos outros povos essa vocação para a fraternidade, na plenitude generosa do seu mais alto sentido cristão.

Como se vê, a tarefa atribuída por Menotti à revista *A Cigarra* em seu período inicial de direção – de noticiar e propagar os acontecimentos e temas relevantes para a vida de São Paulo – passa, no decorrer da década de 1930, a ser atributo dos órgãos oficiais ligados ao aparelho de Estado e por ele controlado, não só no âmbito estadual como no federal. Pelo menos é o que se confirma com a entrevista de Menotti Del Picchia, já como dirigente do Departamento de Propaganda do Estado de São Paulo, publicada em 4 de abril de 1939, pelo *Jornal da Manhã*, em São Paulo. Ele declara que o Estado moderno se tornara inconcebível sem a propaganda, pois, além de servir para vulgarizar as atividades particulares de produção, a publicidade possibilitava tornar conhecidos e transparentes os atos e o pensamento do governo, especialmente em um momento de ausência de parlamento.

A entrevista deixa também transparecer a amplitude de atuação da propaganda controlada pelo governo na época. Atuava nos jornais do interior e na área de turismo; era, ao mesmo tempo, uma redação de revista, uma agência telegráfica, uma estação de rádio e uma seção de propaganda, com desenhistas e fotógrafos. Encarregava-se da propaganda nos consulados e embaixadas e da divulgação do país no estrangeiro. O Departamento agia também no cinema, fazendo filmes sobre São Paulo e orientando outros. Nas palavras de Menotti:

> "O Departamento de Propaganda de São Paulo, – prosseguiu o nosso entrevistado, – apesar da estrita economia em que foi estruturado, desenvolve um grande trabalho.

> Tem a seu cargo o serviço da Agência Nacional neste Estado, através da qual, pelo telégrafo traz o país informado da variada atividade paulista.
>
> Incumbe-se de, semanalmente organizar e irradiar a "Hora do Brasil", fazendo assim propaganda dos valores artísticos da Paulicéia, da economia e da cultura bandeirantes e vulgarizando os atos da administração.
>
> Além disso, presta assistência ao governo por intermédio do seu serviço jornalístico, com o intuito de tornar públicos os atos do mesmo. Servindo-se do cartaz, do folheto e do livro faz propaganda de nossa produção, isso em várias línguas, a fim de ampliar os nossos mercados e tornar conhecido o esforço dos paulistas fora das nossas fronteiras.
>
> Articulado com o Departamento Nacional de Propaganda, publica a grande revista **"Brasil Novo"**, que em perfeito trabalho de rotogravura, dá ao país e ao mundo uma persuasiva resenha das iniciativas do regime de 10 de Novembro.

A revista *Brasil Novo* segue exatamente a mesma linha de sua antecessora, a revista *S. Paulo,* com o objetivo de documentar as "gigantescas iniciativas da administração federal": fotos e reportagens sobre culturas agrícolas, arte e arquitetura brasileiras (afrescos de Portinari no prédio do MEC são exibidos), poemas e textos assinados por Menotti e Cassiano ligados à raça; estudo sobre a retificação do rio Tietê em São Paulo, rodovia Santos – São Paulo, textos ilustrados sobre flores e frutas brasileiras, hospitais inaugurados pelo governo, vistas das cidades, obras na Baixada Fluminense, detalhes das culturas do café, etc. O quarto e último fascículo sairia em 1 de janeiro de 1940.[276]

[276] Não tive acesso ao fascículo III de *Brasil Novo*, mas, pelo que consta no número IV, ele teria sido dedicado a mostrar as realizações do Estado Novo apresentadas na exposição na capital federal, com maquetes e gráficos dos planos de governo, que a revista reproduziria por meio de resenhas e gráficos. O número IV procura comparar o crescimento nacional com os de outros países, para registrar a "posição real do Brasil no mundo", o que destacaria o desenvolvimento admirável do País, como campeão em várias áreas. O intuito é deixar o leitor orgulhoso e confiante de sua terra à vista das cifras apresentadas.

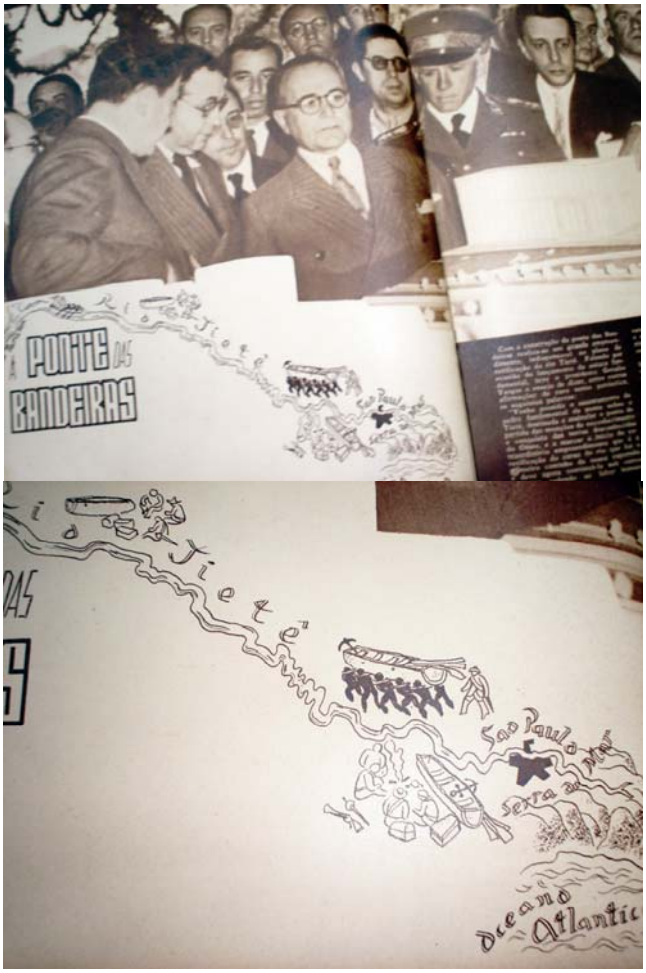


Figura 12: Revista *Brasil Novo*, de novembro de 1938, com fotografia de Getúlio Vargas, ao lado do interventor Adhemar de Barros.

No detalhe do desenho da ponte planejada sobre o rio Tietê os negros aparecem como carregadores, orientados por homem branco.

Quando se encerrou a publicação de *Brasil Novo* é que Cassiano retorna para a capital paulista, já como diretor do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda do Estado de São Paulo, substituindo Menotti Del Picchia.

> Na direção do DEIP, então instalado à Rua Xavier de Toledo, procurei fazer uma administração mais cultural que partidária. Quem me prestou, como chefe do meu gabinete, sua cooperação eficiente e dedicada, foi Marcelino Ritter, que é hoje diretor-redator-chefe d'O Estado de São Paulo. Outro companheiro dedicado foi Oswaldo Mariano, jornalista, então meu oficial de gabinete (RICARDO, 1970: 78).

Apesar de, desde a década de 1920, manter contato com políticos e personalidades importantes como jornalista e funcionário público, vale lembrar que Cassiano Ricardo só começou a escrever ensaios políticos no contexto do *Movimento Bandeira*.

A sistematização em prosa da discussão do autor de São José dos Campos sobre o problema da democracia no Brasil parece ter ocorrido de 1935 a 1940, ano marcado pelo lançamento da obra *Marcha para Oeste*, na qual procura estender o movimento bandeirante associado a São Paulo, mas sendo legítimo para o Brasil como um todo.[277] É no conjunto dos ensaios desse período que o ideário da democracia racial torna-se proeminente no pensamento do autor. Tal evidência culminará em *Marcha para Oeste*, provavelmente a obra que demonstra o maior investimento de um autor na fundamentação da existência de uma "democracia tipicamente brasileira", para o qual o argumento da harmonia racial no país é fundamental.[278]

3.7 *O Brasil no Original*

Marcha para Oeste (1940) foi antecedida pela publicação de *O Brasil no Original* (1936/1937), obra em prosa, na qual Cassiano Ricardo pretende abordar a bandeira enquanto fenômeno social e político.[279] Segundo afirmação do próprio autor, no prefácio da segunda edição de *O Brasil no Original*, o livro "nada mais é do que a interpretação social e política do 'Martim Cererê', aparecido em 1927" (1937: 5).

A obra se divide em duas partes principais e uma de caráter conclusivo, na seguinte ordem: "A bandeira caminhando no espaço", "A bandeira caminhando no tempo" e "Na encruzilhada da hora atual". O autor analisa a formação brasileira do ponto de vista geográfico (físico) e histórico, com a intenção de mostrar a contribuição de São Paulo para a construção de uma nacionalidade original no País. Ele exalta o papel da região e dos bandeirantes paulistas nas missões de conquista e fixação das fronteiras do Brasil,

[277] A obra *Marcha para Oeste* é dedicada a André Carrazoni, Menotti Del Picchia, Cândido Mota Filho, Osmar Pimentel e Oswaldo Mariano. Note-se que o ano de publicação do último livro de fôlego de Menotti Del Picchia sobre temas políticos é 1935, uma vez que *Ensaio de Exposição do pensamento Bandeirante* (s.d.) é um livreto de propaganda do movimento.

[278] Cassiano Ricardo contesta, no decorrer de toda a sua obra, a idéia da adoção dos regimes nazistas ou fascistas no Brasil, supostamente contrapondo-se à vertente integralista de Plínio Salgado e suas concepções racistas e totalitárias.

[279] De acordo com a autobiografia de Cassiano Ricardo, a obra *O Brasil no Original*, de sua autoria (primeira edição de 1935 e a segunda de 1936), despertou a atenção de Getúlio Vargas, resultando daí o convite para a direção do jornal *A Manhã* (VELLOSO, 1983: 19). No entanto, a data da primeira edição da obra é um pouco controversa. Às vezes, fala-se em 1935; às vezes, em 1936. A segunda edição é certamente de 1937.

demarcando, assim, a participação decisiva do Estado na formação nacional no decorrer do processo histórico.

A aliança da raça descobridora com a raça da terra, "sem ódio e sem preconceito de cultura", resultaria em nova forma de vida, com conseqüências inéditas para a humanidade. O mameluco teria exercido um papel decisivo na bandeira, mas as três raças contribuiriam para a expansão bandeirante. A preocupação central do autor é garantir a originalidade brasileira instintivamente delineada pela bandeira. Ao praticar a "democracia cristã", a bandeira teria deixado explícita a vocação republicana e democrática do País e delinearia um modelo instintivo de Estado a ser seguido. O bandeirismo torna-se, assim, no pensamento de Ricardo, um motivo de reflexão em nível mais amplo sobre a constituição da própria nacionalidade brasileira, ultrapassando as fronteiras paulistas.

O autor de *Martim Cererê* louva a ausência do preconceito de cultura e raça no fenômeno bandeirante. No entanto, o que caracterizaria o encontro entre as raças na bandeira, modelo exemplar segundo Cassiano Ricardo, não seria a horizontalidade, mas os altos e baixos.

> O fenômeno bandeirante não é apenas original por ser diferente do norte-americano.
>
> Mas o é também, e talvez antes de mais nada, pela soma que deram a raça das correrias marítimas e a raça telúrica que havia conquistado, poucos anos antes do descobrimento, a tupiretama selvagem.
>
> Não se trata do equilíbrio obtido entre tendências semelhantes ou forças iguais, como teria pensado Rui ao realçar as afinidades entre o marinheiro e o sertanista, querendo traçar um paralelo entre coisas tão opostas: entre o mar aberto e o sertão fechado, entre o que vinha de fora e o que era força inicial da terra, entre o andar do homem acostumado ao zig-zag dos carregadores (RICARDO, 1936/1937: 24, 25).

Cassiano procura caracterizar a bandeira como um modelo a ser seguido "em sua própria organização" (1937:34). Os parâmetros de organização da bandeira seriam constituídos por um chefe, que dirigia cada agrupamento, e, pelo menos, um escrivão e um capelão, pois "o bandeirismo foi marcadamente cristão, na luta contra tudo o que era comunismo feroz e monstruoso" (1937: 42). Segundo o autor, a repartição e a avaliação dos bens eram feitas segundo parâmetros cristãos, "o quanto poderiam ser", "nesse núcleo violentamente instintivo". O autor aponta os jesuítas como os responsáveis pelo fato de o

encontro entre raças, ou “da civilização superior com a primitiva” (1937: 62), não se degenerar em desencontro.

No capítulo “Democracia Social”, Cassiano Ricardo procura mostrar que a bandeira conformaria a base da vocação democrática brasileira. Apesar de assinalar a importância da solidariedade parental ou familiar na constituição do agrupamento bandeirante, essa não seria suficiente para a defesa dos agrupamentos e povoados em perigo, diante das ameaças de ataques selvagens. Diferentemente dos clãs, em decorrência de sua amplitude e mobilidade, a bandeira teria função social e política crucial na formação da nacionalidade.

> Além de ter sido o primeiro gérmen do nosso “self-government” ainda constitui, como veremos mais adiante, a base rude mas original da democracia étnica, econômica e social que se processaria no Brasil em futuro não remoto.

Outra coisa:

> A intensa mestiçagem no planalto não é produto histórico dos latifúndios, não. Estes não existiram nem se explicariam na época em que o que menos interessava era a organização rural de raízes tentaculosas e profundas. O que existiu, isso sim, foi a pequena propriedade, apenas necessária para as plantações variegadas e típicas que pintalgavam o arredor de Piratininga (1937: 64, 65).

Cassiano Ricardo afirma que a bandeira era composta pelo encontro das três raças, porém de forma hierarquicamente organizada.

> Mas a verdade não envelhece, como disse alguém. E, embora o elemento predominante das arrancadas tivesse sido o mameluco, cuja primeira geração é a gênese da bandeira, o caso é que esta se utilizou das três raças primitivas para a sua democracia étnica. Isso desde muito cedo, poderia eu acrescentar agora. Estas três cores mesclaram o início de nossa paisagem social e humana com pinceladas justas e admiráveis, mostrando mesmo que, já antes da luta contra o invasor, os três tipos raciais que nos servem de origem se haviam juntado harmônica e harmoniosamente em função de conquista. Com

> esta circunstância: hierarquicamente dispostos pela função que cada cor adquiriu na organização de cada grupo (1937:66).

O autor critica Gilberto Freyre por atribuir ao escravo negro o primeiro gérmen de solidariedade mais larga que a familiar, defendendo que esse gérmen há muito estaria presente na bandeira, em meio às mais diversas formas de associativismo.

> Como fenômeno social seu aspecto é o de uma vasta organização composta de um número elevado de células vivas reunidas na mesma comunhão por fins idênticos, interesses ligados e mesmos ideais. Os lucros dos apresamentos eram conquistados em comum e depois proporcionalmente divididos.
>
> Resultam disto: solidariedade mais larga do que a da família; capacidade de associação, cooperação; todos os lucros proporcionalmente divididos.
>
> E com esta vantagem: a distribuição ou divisão era feita "proporcionalmente" em rudimentar mas verdadeiro ensaio de democracia econômica, sem a qual não haveria democracia social (RICARDO, 1937: 74).

Enquanto os senhores das casas-grandes representariam a tendência portuguesa da estabilidade patriarcal, dos grupos sociais fixos, "a bandeira era a mobilidade social, levando sangue paulista e enlaçando na sua unidade étnica, o Brasil todo" (RICARDO, 1937: 97). Por meio de uma simbologia bandeirante, Cassiano procura caracterizar todo o País para propagar um modelo de administração política que seguisse o exemplo de São Paulo, segundo a sua visão, estendendo-o ao restante do Brasil. Para o autor, o modelo paulista é que seria verdadeiramente democrático e brasileiro. Ele oferecia, assim, uma justificativa possível para a mudança do eixo político e econômico para o centro-sul do Brasil, vivenciada naquele contexto, enquanto afirmava a vocação democrática brasileira associada a uma certa tradição histórica das bandeiras.

Cassiano Ricardo associa a bandeira a um Estado moderno em forma de miniatura, com seu pequeno "exército multicor anônimo". "Só um estado, embora pequenino, como o que se locomovia na bandeira poderia resistir a esse vendaval, conservando-se intacto na sua unidade e na sua estrutura social e moral" (RICARDO, 1937: 104). A bandeira é que seria o *locus* da mestiçagem, ao reunir brancos, pretos e índios, e também da convivência social democrática entre pobres e ricos, "sob a chefia do mais notável".

> A classificação hierárquica dos valores individuais, sociais e étnicos dentro de uma democracia tipicamente brasileira lá está. A condição geográfica e econômica que determina essa democracia foi estabelecida pela bandeira. Esta nos oferece, portanto, os lineamentos de um Estado democrático, social e nacionalista: um Estado moderno, baseado no culto da tradição e do heroísmo (1936/1937: 106).

A empreitada bandeirante seria caracterizada também pela harmonia entre os diferentes, proprietários e não proprietários de terra. Cassiano Ricardo cita, mais uma vez, Oliveira Vianna, contrapondo-se a ele.[280]

> De modo que se realizou aquilo a que os entendidos citam sempre como uma das mais importantes funções da bandeira: a de permitir, pela posse da terra, a classificação social desses mestiços superiores, que os preconceitos de raça e de cor subalternizam nos seus meios de origem.
>
> Mesmo os mestiços "inferiores", que conhecido sociólogo chama de "infensos à arianização" prestam extraordinário serviço, sem o saber, à criação da nacionalidade. Cabras, capangas, curibocas, cafusos, pardos e toda a população anônima que constitui o séquito da bandeira, formam a massa obscura, que não teme o perigo e que não titubeia em avançar, marcialmente, sob a ordem do chefe, contra quaisquer obstáculos, em luta contra o gentio ou contra as forças desabridas do mundo selvagem. [...]
>
> Tudo o que era material humano cabe aí. Todos os inferiores servem. A bandeira os reabilitará e classificará de novo em sua escala hierárquica bio-étnica e antropogeográfica, social e moral, psíquica e econômica. Contra o caos selvagem ela é a ofensiva de um pensamento, de uma ação ordenada, de um ímpeto que tem seu rumo a seguir o seu objetivo a realizar. Em meio dos elementos díspares e inamolgáveis, rebeldes a tudo quanto é poder disciplinador e organizador, ela é a geometria viva que tudo enquadra e retifica. Dentro dela tomam sentido útil as aparas e arestas humanas que a miscigenação jogou fora, que a metrópole abandonou sem lei, que o conflito do meio tropical dispersaram, que a terra deixou de fixar socialmente (1937: 67, 69).

[280] Por essa época, na imprensa, Cassiano é identificado não só como poeta e jornalista, mas também como sociólogo. Ver *Jornal do Comércio*, de 10.08.1941 e *A Manhã*, de 12.08.1941.

A democracia bioétnica idealizada por Cassiano Ricardo não deixa dúvidas quanto ao caráter hierárquico da reunião das raças na bandeira, marcada pela diferença. Em torno dos chefes, estão "enquadrados e disciplinados" os "elementos inferiores", mas "necessários ao organismo de que fazem parte". De uma perspectiva diferente de Oliveira Viana, Cassiano Ricardo prevê a possibilidade de aproveitamento de todos os elementos para a formação da nacionalidade, mesmo os "inferiores". Nesse sentido, o autor procura alocar os diferentes elementos raciais de uma forma não igualitária, mas como uma possibilidade dada a cada um ocupar o lugar que lhe cabe.

Segundo o autor, a democracia, enquanto fato moderno, seria um fenômeno americano. No Brasil, ela encontraria sua explicação na própria terra e na forma específica da vida social experimentada em países tropicais. Em suma, a bandeira, enquanto forma rude e original da democracia, favorecera a mestiçagem, atenuando as cores e aumentando a solidariedade das classes, e formara uma unidade liderada pelo mais notável e capaz de orientar a direção a ser seguida. A bandeira teria também o importante papel de classificar e atribuir funções aos "mestiços superiores e inferiores", que os preconceitos de cor e de raça, em outros ambientes, deixariam à margem de sua área social.

O que Cassiano procura promover, já na obra *O Brasil no Original*, com a sua defesa de uma "democracia hierarquizada" é, ao nosso ver, a naturalização de uma certa história e a legitimação das diferenças sociais, mediante diferenças biológicas, que determinariam a participação de cada raça na formação nacional. A classificação "democrática" de organização da bandeira obedeceria a critérios biológicos "naturalmente" hierarquizantes.

> O principal, a meu ver, é saber se o negro foi útil ao Brasil ou não foi, se ele influiu ou não influiu na formação do tipo original de brasileiro, se ele teve ou não aquele "momento histórico" a que alude o autor de "Raça e Assimilação" quando diz que uma raça pode mostrar-se inferior num dado momento e em outro revelar-se superior.
>
> Ora, ninguém ousaria optar pela negativa (RICARDO, 1937: 191).

O movimento bandeirante representaria, ainda, um ensaio de "democracia econômica", pelo triunfo individual e pela distribuição de lucros, "proporcionalmente" divididos para quem fizesse jus aos mesmos. O autor procura combinar governo forte com

classificação social e étnica, o que conformaria, da sua perspectiva, uma democracia realmente brasileira.

> A idéia de governo forte nasceu da bandeira. A idéia de disciplina consciente também. A classificação hierárquica dos valores individuais, sociais e étnicos dentro de uma democracia tipicamente brasileira lá está. A condição geográfica e econômica que determinou essa democracia foi estabelecida pela bandeira. Esta nos oferece, portanto, os lineamentos de um Estado democrático nacionalista (1936/1937: 212).

Por ocasião das comemorações em torno do cinqüentenário da Abolição, Cassiano Ricardo produziu um ensaio, publicado na *Revista do Arquivo Municipal* de São Paulo, no qual procurou delinear a participação do negro no bandeirismo paulista.[281] Por ser a bandeira representada como um movimento mameluco, o autor procura esclarecer a participação do negro no movimento.

Segundo o raciocínio do autor, a própria figura do português já assinalaria a presença do negro desde o período inicial da colonização, uma vez que o tráfico era praticado por Portugal na época. O autor se apóia nas observações de Anchieta, que destacara também uma presença significativa de negros no Brasil desde o final do século XVI. Do estabelecimento do transporte imediato de mercadorias para Portugal e Angola, desde a criação dos primeiros engenhos paulistas, o autor deduz a vinda imediata dos elementos de proveniência africana para São Paulo.

Nos inventários acerca dos bandeirantes, Cassiano Ricardo encontra também o testemunho da existência de índios de pele mais escura, que se identificavam por contraposição à classificação do gentio africano, documentando, mais uma vez, o papel do negro no bandeirismo. Na caçada às pedras e metais preciosos, os negros e mulatos teriam tido uma participação indiscutível, apesar de ter sido o mameluco o elemento predominante nas arrancadas bandeirantes.

Cassiano argumenta que o fato de constarem apenas brancos no rol das bandeiras não significava, obviamente, a ausência de índios e negros. O autor descreve a organização da bandeira, atribuindo ao negro o papel subalterno.

---

[281] "O negro no bandeirismo paulista", *Revista do Arquivo Municipal*, ano IV, v. XLVII, maio de 1938, São Paulo, p. 5-45.

> A bandeira se marcava por dois atributos fundamentais na sua organização: comando enérgico, dada a autoridade do cabo de tropa; e obediência consciente e incondicional dos elementos que se aglomeram em torno do chefe. [...] Pelo facto de não figurarem pretos nos róis de bandeira chegar-se-á, pois, á conclusão absurda de que eles não tomaram parte ativa nas entradas? Pois si os índios não figuram, numerosos como eram, que dizer do pequeno número de escravos negros?[...]
>
> De que valeria o comando, sem obediência da massa? E só porque houve bandeirantes anônimos chegar-se-á à conclusão de que estes nada fizeram? O que há de mais belo numa bandeira é sua parte anônima. O que há de mais belo no negro é a sua obediência, a sua resignação (1938:26).

Segundo Cassiano, mais do que um fato histórico, a bandeira é um fato social, com a constância que a caracteriza. Nesse sentido, a bandeira teria imprimido, de forma fundante, "o seu módulo na formação social brasileira. Módulo que vem até nós e é sinal de sua presença em todos os nossos atos" (1938:27).

Contra Oliveira Viana, Cassiano Ricardo afirma que a mobilidade da bandeira do planalto nada tem a ver com a presença do dólico-louro, mas dependeria, sim, de fatores particulares.

> Resulta de vários fatores que só aí se encontraram e só aí deram a soma original e inédita, geográfica e humana, social e étnica, que determinou a bandeira escoimada de qualquer semelhança com outros grupos humanos, dos que iniciaram a formação do Brasil (1938:29).

A bandeira desmentiria ainda a afirmação de que haveria aversão de parte do índio pelo preto. Pelo contrário, segundo o autor, a presença dos cafuzos na bandeira seria resultado do casamento de índios com negros, arranjado de forma "velhaca" pelo bandeirante "alcoviteiro" como meio de obter maior número de escravos. O negro contribuiria não só por meio da miscigenação como pelos valores psicológicos que imprimiria ao processo e difíceis de estimar.

> Si a civilização a predominar no Brasil fosse apenas a dos grupos fixos, característicos do litoral, não se teria realizado tão profundamente aquilo que os etnólogos chamam de miscigenação e que eu gostaria de chamar

> democracia biológica. O afro preponderaria sobre o ameríndio, quando o interessante, para nós, é que se realize aquela soma racial tão séria e tão profunda que jamais a pudéssemos decompor nem modificar (1938:29).

Cassiano contradita também Afonso de Taunay e Alfredo Ellis, que negaram a contribuição do negro ao bandeirismo e ao sertanismo.[282] Ele afirma ser o negro um dos elementos "bio-democráticos" da formação brasileira, participativo no bandeirismo. À bandeira caberia o papel de ordenar, disciplinar e retificar elementos raciais díspares e rebeldes, até mesmos os elementos inferiores que seriam aí aproveitados. "Enfim, o que desejo frisar é a fonte de onde nasceu o ímpeto bandeirante como sendo necessariamente democrática. Em meu próximo livro 'Democracia, ser vivo' este assunto virá estudado mais a fundo" (1938:38).

> A bandeira seria diferente de um quadro comunista, conformando o seu oposto, pois os ganhos seriam distribuídos de forma proporcional "aos méritos de trabalho e de poupança" de cada um. Nesse sentido, ela seria o terror dos índios e quilombolas, que tentavam impedir a "democracia étnica brasileira", por provocar o choque entre raças diferentes. A bandeira seria caracterizada pela disciplina – e "pulso de ferro" (1938:39) –, própria dos seus líderes.

Contra os quistos étnicos que impossibilitariam a nossa democracia racial, como o da "república negra", a bandeira constituiu-se em força descêntrica e niveladora. Enquanto se acentuava o regime feudal dos grupos fixos nas casas grandes, a bandeira "democratizava" a sociedade colonial, misturando os elementos e mobilizando-os para a corrida das minas (1938:44).

Cassiano Ricardo oferecia ao leitor, assim, um modelo paulista em movimento, que teria penetrado e conquistado o espaço sociogeográfico brasileiro. A bandeira por ele esboçada não é apenas desbravadora, mas avessa a preconceitos e fonte de uma nova forma de democracia.

[282] Ricardo se refere a *História Geral das Bandeiras Paulistas*, de Taunay, e a *Raça de Gigantes*, de Alfredo Ellis.

3.8 *Marcha para Oeste*

Em *Marcha para Oeste (Influência da 'Bandeira' na formação social e política do Brasil)* (1940), escrito em dois volumes, o autor retoma, desenvolve e esclarece muitos dos argumentos apresentados anteriormente. Exalta, mais uma vez, a confraternização das raças na nossa sociedade. Com base, principalmente, nessa particularidade, fundamenta o seu projeto de formação do Estado brasileiro.

A pergunta central que motiva a obra é a seguinte: "Qual dos grupos iniciais da formação brasileira é que deu origem à nossa democracia?" O autor argumentará, de forma repetitiva, em favor da associação entre as modalidades de miscigenação e de relações sociais específicas que ele localiza na "Bandeira" e a "vocação democrática" do País.

Ao associar o fenômeno da bandeira às origens do Estado brasileiro, logo no prefácio, o autor afirma que só uma autoridade forte seria capaz de realizar a democracia no Brasil.[283]

> Dentro de cada agrupamento há uma sociedade típica, original. Praticam-se todos os atos da vida civil, uns sob a forma escrita e outros cujas faltas o sertão e Sua Majestade suprirão mais tarde. Lavram-se testamentos, punem-se criminosos, realizam-se atos de comércio e de aquisição de propriedades. Celebram-se missas, festas, danças, jogos. Desenrolam-se dramas formidáveis, também. Tudo aí se encontra, desde o indivíduo criador de riqueza e de beleza heróica até o Estado em sua forma larvar e viva. Há, pois, uma ordem estabelecida e a garantia dessa ordem está no chefe da bandeira (RICARDO, 1940: XIV).

Para ele, a mestiçagem, que caracterizaria a formação brasileira, operava-se mais no sentido afro ao Norte, e por isso diferente do Sul, mais no sentido ameríndio. Também a localização geográfica, a base econômica e o processo de produção peculiar a cada região tornariam diferentes os grupos litorâneos e interioranos.

Como Menotti Del Picchia, Cassiano Ricardo associa a formação e a fixação dos grupos humanos ao meio físico e atribui enorme peso à contribuição da geografia,

[283] De acordo com Mônica Pimenta Velloso (1983), de 1920 a 1940 não se verifica nenhuma transformação substantiva na obra de Cassiano Ricardo, que apresenta um pensamento uniforme ao longo das três décadas.

conformada pela bandeira, não só para a unidade brasileira como para a originalidade de sua "democracia biológica", ao misturar o sangue de todas as raças.[284] Do ponto de vista político, a sociedade brasileira caracterizar-se-ia, inicialmente, por três grupos distintos: "o feudal dos engenhos de açúcar, o comunista da região aborígene e o democrático que é o da bandeira colocado entre os dois primeiros" (RICARDO, 1940: 4).[285] Todos os grupos seriam etnicamente democráticos, mas a bandeira guardaria as suas especificidades.[286] O autor atribui à participação indígena na bandeira e, por extensão, ao mameluco a origem da mobilidade étnica e biológica do grupo, sem a qual não se realizaria a expansão do território.[287]

[284] Em *Marcha para Oeste*, Cassiano Ricardo retoma imagens já presentes em *Martim Cererê*. "Como surge o Brasil? De uma paisagem colorida, onde predominam homens e pássaros de rica plumagem. A própria palavra Brasil é vermelha como o pau de tinta que lhe deu origem. Com o drama da conquista, a imaginação do colonizador via reflexos de ouro, por toda parte. Ametistas, esmeraldas, grânulos amarelos, levam o homem pela terra adentro. Pela cor de cada uma dessas riquezas fabulosas é que se guia o conquistador quando vai atrás da serra branca, de serra verde ou do sol da terra. Todas as cores raciais na paisagem humana" (Cassiano Ricardo, apud LENHARO, 1986:57).

[285] Cassiano associa primitivismo e comunismo. Para o autor, não haveria grupo mais contrário ao comunismo que a bandeira. "Biologicamente, o comunismo é impedido pela mestiçagem e pela hierarquização das cores nas especializações de funções (mais subjetiva que objetiva) que se processa na bandeira. Economicamente pela distribuição proporcional e classificação social pela posse da terra" (RICARDO, 1940, v. II: 91).

[286] Para o autor, a família, o clã patriarcal e a bandeira, associados a três tipos sociais fundamentais, respectivamente, o senhor de engenho, o cacique e o cabo da tropa, constituirão as três unidades fundamentais da organização social e política brasileira com estrutura peculiar. "Das três zonas de fixação: a do grupo ameríndio, a do grupo terra a dentro e a do grupo costeiro, ou dos engenhos. Uma tomada pelo comunismo primário das tribos, outra pelo feudalismo do grupo branco-africano dos engenhos e a terceira bem marcada entre os dois e ocupada pelo grupo branco-ameríndio do alti-plano (em sua forma estática) e da bandeira (sua forma dinâmica e ofensiva). A sociedade nascia unificada por vários motivos, pois que toda ela se processaria sob o regimen da família patriarcal e híbrida na sua composição, dados os elementos raciais que a especificaram na sua origem. Cristãmente também, porque engenho e bandeira têm o seu capelão. Sobre base agrária também; mas diversificada desde logo, na estrutura social e étnica desses grupos localizados em diferentes zonas de fixação e através de processos também diferentes de produção " (1940: 11). A criação de gado estaria sempre presente como atividade do grupo conquistador, porém teria pouca capacidade de agregação populacional, e nesse sentido seria uma atividade "antidemocrática". "Assim, o grupo pastoril ou da criação de gado se nos apresenta etnicamente democrático (as boiadas eram conduzidas por índios, pretos e brancos) economicamente democrático (a democracia do couro), mas espacial e demograficamente antidemocrático (população rarefeita e grande propriedade). O grupo agrário do litoral ou da indústria do açúcar também se nos apresenta etnicamente democrático (dada a miscigenação que encurtou distâncias sociais entre a casa grande e a senzala), mas antidemocrático em razão: a) da sua economia feudal, entrosada no capitalismo europeu; c) da monocultura com que 'aristocratizou'a produção agrícola e d) da importação e emprego, em larga escala, do braço africano que o tornou o mais escravocrata dos grupos sociais" (1940: 23).

[287] Questiona o autor: "Geograficamente, de onde nasceu a bandeira? Nasceu do planalto, a cavaleiro do sertão. Do planalto dinâmico, incompatível com a economia sedentária dos latifúndios. Estes eram mais explicáveis e, portanto, mais encontradiços, no litoral estático. Em outras palavras: a bandeira nasceu de um ponto geográfico democratizante. E deu-nos, em réplica, e graças a sua estupenda mobilidade horizontal, uma geografia democrática, porque anti-totalitária. Nessa geografia não está, apenas, a ossatura do nosso destino. Está também o lineamento físico da federação e o habitat intransferível da nossa democracia 'ser vivo'." (RICARDO, 1940: 38) A bandeira exerceria um papel democratizante, intermediário entre o comunismo tribal indígena e o feudalismo do litoral, ligado ao regime dos engenhos (1940: 57).

> A mobilidade da bandeira não era fábula, nem precisaria ser procurada em outros meios de origem, mas estava no índio. Explicava-se como forma nativa ou atávica, era o ímpeto mameluco e nada mais. [...]
>
> A mestiçagem com o índio (homo primitivus migratorius) é que esclarece, portanto, a mobilidade do grupo intra-serra. Em contato com o selvagem, e embora em luta com ele, o bandeirante adquire também uma enorme capacidade de "regressão" ao primitivo (mobilidade cultural) adotando-lhes os costumes e os métodos de vida (RICARDO, 1940: 28, 29).

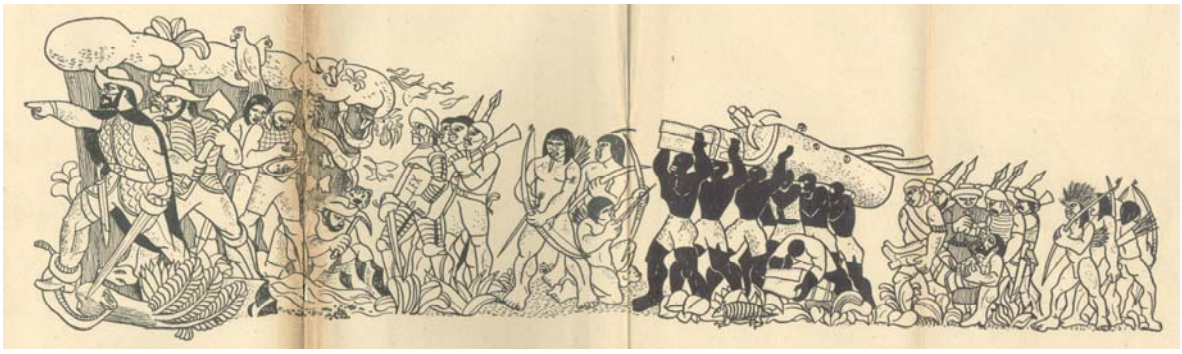


Figura 13: Bandeira representada por Livio Abramo, em *Marcha para Oeste*, de Cassiano Ricardo (1940).

Os bandeirantes são os líderes brancos; os índios exercem o papel de guerreiros vigilantes; e os negros são meio de transporte, representados reunidos em um só grupo (*Marcha para Oeste*, 1940).

Diante do processo de escravização, que atingiu tanto índios quanto negros, apóia-se em Gilberto Freyre para argumentar que tal processo era intrínseco à expansão colonial e à conquista.[288] Para o modernista paulista (1940: 91), a escravidão seria resultado da superioridade de um indivíduo sobre os outros, em um mesmo ambiente cultural.[289]

[288] Cassiano se diz inspirado em Gilberto Freyre ao escrever *Marcha para Oeste*. "Confesso mesmo que a idéia de escrever esse modestíssimo ensaio me veio à cabeça por causa de uma afirmação do ilustre autor de 'Casa Grande & Senzala' a respeito da nossa democratização social pela mestiçagem" (1940, v. I, XVIII).

[289] Como nota Mônica Velloso, as funções na bandeira seriam distribuídas, segundo Cassiano Ricardo, conforme tendências étnicas ou biopsicológicas, de acordo com as personalidades dos indivíduos e das raças, pois os anseios de liberdade seriam subjetivos e variáveis. "Ora, este homem livre, consciente de sua liberdade e em condições de exercê-la, Cassiano Ricardo o encontra no elemento branco, cuja 'especialidade psicológica' é o comando. Assim, ele é o fundador do Estado, o dominador e o denominador comum capaz de promover a integração nacional. O índio e o negro são os 'heróis anônimos' que inconscientemente contribuem para a construção da nacionalidade brasileira, alicerçada na 'biodemocracia'. A sua escravidão pela Bandeira não se constitui, portanto, violentação da sua individualidade e sentimento, na medida em que a Bandeira respeita o seu 'ser cósmico'. Cassiano Ricardo procura mostrar que, na escravidão, a propriedade econômica não se dissocia da sentimental, fato que torna o regime de trabalho forçado perfeitamente compatível com a liberdade individual. O sentimento é que promove a libertação do indivíduo; não importam as condições objetivas que são puramente circunstanciais" (VELLOSO, 1983: 137).

> A classificação social se fazia, de resto, à custa de escravos. Era preciso ter 4 escravos para obter uma légua de terras. Para iniciar a nova sociedade, uns teriam que subir nas costas dos outros. Mas quem serviu de primeiro degrau foi o índio. Pintores, ferreiros, carpinteiros possuíam os seus escravos. A escravatura não era uma separação linear entre ricos e pobres. Pois até os pobres precisavam de escravos. Até os mendigos pediam esmolas de rede, nos ombros de dois escravos (1940: 84).

De outro lado, contrapondo-se a *Casa Grande e Senzala* (1933), de Gilberto Freyre, Cassiano afirma que a bandeira representaria a democratização da sociedade colonial, caracterizada pela pequena propriedade e pela policultura, em constante mobilidade sociogeográfica, étnica e biológica, e não somente pela "simples miscigenação".[290] Contradita a associação da democracia à idéia de propriedade imobiliária ligada à aristocracia e aos engenhos, regime de grupos fixos da região litorânea.[291]

> A origem democrática do Brasil está na miscigenação, pois. Se assim fosse (estou escutando esta objeção) todos os grupos iniciais da colônia seriam democráticos porque em todos eles se processou a mestiçagem. Mas a diferença começa em que esta mestiçagem se fez mais decisivamente com africanos no norte e no litoral, e com aborígines no sul e no planalto. Ora, na formação dos grupos é preciso atender à complexidade dos grupos étnicos e sociais. O ponto de partida para a democratização pela mestiçagem tem que ser procurado, assim, no grupo humano que, não só pela miscigenação e pela localização geográfica como também por outras razões que se reunissem às primeiras fosse o mais democrático e o único em tais condições é o de Piratininga.

---

[290] Para uma análise da polêmica de Cassiano Ricardo não só com Gilberto Freyre, mas também com Oliveira Vianna, conferir Lenharo (1986), principalmente as páginas 64 a 66 e 123.

[291] Cassiano Ricardo vê como "relativo" o processo de escravização: "Aliás, nada pode haver de mais relativo, de mais discutível do que a escravatura do índio. Dada a natureza andeja do íncola, a sua escravização na bandeira seria muito menos penosa do que na lavoura ou no serviço dos próprios jesuítas. O maior número de escravos nem sempre quis dizer maior escravização. O próprio número dispersa os seus efeitos, tornando-a mais problemática. Sob o ponto de vista psicológico, há mais escravidão em sujeitar um índio (um só índio) ao trabalho da lavoura do que vinte índios ao mesmo mister. [...]

A liberdade do índio é quase sinônimo de movimento. Se o deixam em movimento ele não sentirá tão viva a escravidão. No preto, a escravidão não pode ser encarada apenas sob o ponto de vista biológico, senão também do ângulo do sentimento e maior compreensão da personalidade e seus atributos morais. [...]

Haverá maior escravidão onde haja maior sacrifício sensível de liberdade. Uma liberdade que me interessa pode deixar de interessar a outro indivíduo, atendendo-se a fatores culturais e psicológicos diversos.

Não há liberdade; há homens livres." (RICARDO, 1940: 194, 196, 197) O autor localiza na lavoura a vocação do negro (1940, v. II: 7).

> Explico o que quis dizer. A democratização social que sofria, no litoral e no norte, a restrição tão séria da monocultura, do latifúndio e do escravocratismo, não encontrava o mesmo empecilho no grupo do planalto: muito ao contrário, este se desenvolveu sobre base agrária diferente, que era a policultura; praticando a pequena propriedade em larga escala, nos pequenos sítios que cercavam o arredor de Piratininga; sem o menor apego à propriedade latifundiária, pois o seu objetivo econômico era o das pedras verdes, da prata e do ouro; diminuindo os males do escravocratismo pela mobilidade biológica, econômica e geográfica (1940, v. I: 95, 96)

Do ponto de vista sociológico, a miscigenação com o branco representaria para o indígena a oportunidade de se classificar melhor. O fundamento da "democracia biológica" seria a inexistência, ou o encurtamento, das distâncias sociais determinada por essa mestiçagem. Aliás, de antemão, Cassiano Ricardo procurava distinguir entre "comunismo racial" (1940:15) e "democracia biológica", o primeiro corrigido pela hierarquização das cores, presente na modalidade de mistura das raças constitutiva da formação brasileira.[292]

> Encurtamento de distâncias sociais não quer dizer, entretanto, comunismo ou igualitarismo. Não quer dizer supressão das fronteiras individuais ou do próprio

[292] Em uma passagem curiosa que ilustra o pensamento de Cassiano Ricardo, o autor contradiz de forma crítica a perspectiva durkheimiana para a explicação dos fatos sociais, ao mesmo tempo em que reafirma o "indivíduo" em sua dimensão biológica como a base para a compreensão da formação da sociedade brasileira e de seus tipos étnicos: "As bandeiras (fatos históricos) são as datas, os roteiros, e os episódios históricos desse fenômeno bandeira. Constituem, pois, os seus dados biográficos. Mas qual era a realidade social do planalto? A miscigenação (democratização biológica) determinava a democratização social. Isso não impedia a ação do meio social no sentido de 'superiorizar' os tipos étnicos. Muito ao contrário, o meio social isento de preconceitos de cor só existe em virtude dessa 'democratização biológica'. Sem esta, o grupo social que resultou daí seria outro, não só morfológica como funcionalmente. A superiorização dos tipos étnicos estaria impossibilitada, em seu espírito brasileiro. De modo que, antes de mais nada, a superiorização do tipo étnico brasileiro depende dessa 'democratização social' pela 'democratização biológica'. Sem mameluco não teria havido bandeira; sem democratização biológica não teria havido mameluco. Quando se diz, portanto, que a causa determinante de todo fato social 'deve ser procurada entre os fatos sociais antecedentes' ou que 'as causas verdadeiras das formas de vida social, contrariamente a todas as aparências, são sempre sociais' não se compreende aí o grupo social brasileiro dentro do qual é preciso considerar não somente as causas sociais de sua forma de vida mas também alguma coisa que preexiste e que acompanha essa forma de vida social; é o elemento biológico da miscigenação como fator de democratização social. Pode-se fazer como pretende certo teorista do 'fato social com a sua razão de ser em si mesmo', completa abstração da geografia ou dos meios de produção, mas não se pode abstrair o fato social de sua raiz bioétnica. Vá lá que se diga: a geografia age sobre o mundo mas o homem domina a geografia. Não se dirá: a miscigenação agiu sobre o homem, mas este dominou a miscigenação.

A sociedade é feita de indivíduos vivos, antes de tudo. Um fato social, considerado em si mesmo, sem influir no destino humano e sem receber a influência de fatores intra-sociais e extra-sociais, nunca passará de uma abstração durkeimaníaca... A miscigenação, por sua vez, é um processo 'vivo' de democratização social, próprio do nosso país. O hibridismo étnico da sociedade brasileira em sua origem não encontra coisa semelhante em nenhum agrupamento humano" (RICARDO, 1940: 104).

> indivíduo, ao ponto de ficar esse estandardizado pela concepção igualitária. O espaço entre os indivíduos é tão indispensável como o ar que respiramos.
>
> Claro que a democratização social pela mestiçagem pressupõe miscigenação eugênica e não cacogênica. Pessimistas inveterados preferiam ver, em lugar de uma democracia biológica, a inferiorização do mestiço (1940: 97).

Em São Paulo, existiria, já na bandeira, uma formação republicana, gérmen da modalidade da "democracia política" na região, não sendo novidade do século XIX. Segundo o autor, em Piratininga já haveria a república, tendo em vista a sua independência dos poderes da colônia, aos quais contrariava freqüentemente e se opunha com o seu "self government".

> No litoral estavam florindo os barões, condes, viscondes, marqueses, o diabo a quatro em assunto de aristocracia. A república de Piratininga não admitiu tais coisas e assim se caracterizou em contraposição à sociedade e ao regimen feudal do açúcar que era o maior viveiro de privilégios e mercês reais. O plebiscito, que é a chancela da verdadeira república, aí se pratica várias vezes, quando o povo decide o seu destino (1940: 179).

Figura 14: Ilustração de Livio Abramo em *Marcha para Oeste* (1940).
O bandeirante aparece no alto do canavial, observando o trabalho dos negros e índios. Um negro aparece atrás dos dois índios na fila de carregadores no canavial.

Na parte final do primeiro volume de *Marcha para Oeste,* o autor reafirma a participação do negro no bandeirismo. Para ele, os primórdios da colonização já registrariam a entrada dos africanos no Brasil. Os negros tomariam parte no bandeirismo, desempenhando

importante papel, principalmente na descoberta dos metais preciosos. Nesse sentido, Ricardo contradita novamente Afonso de Taunay e Alfredo Ellis, para os quais o elemento africano ou seria alheio ao sertanismo ou quase não participara do bandeirismo.[293] Segundo Cassiano Ricardo, a bandeira começaria mameluca e terminaria africana.

> Falar em negro, no período aurífero era o mesmo que falar em cana de açúcar no Nordeste ou, mais tarde, em café no vale do Paraíba. Na época do bandeirismo minerador, negro e ouro andavam juntos. Sem negro não haveria Pernambuco, disse alguém. Estou inclinado a dizer a mesma coisa quanto ao bandeirismo: sem negro não haveria ouro das minas (1940:262).

Figura 15: As três raças de Livio Abramo em *Marcha para Oeste* (1940).
As três raças são representadas e o trabalho braçal é associado ao elemento africano.

Cassiano não concordava com os autores que diagnosticavam que a situação do negro pudesse ser analisada em termos de inferioridade social.

> Incluir, como pretendeu alguém, a profissão de motorista entre as profissões "inferiores" que o negro exerce, para provar que ele é inferior sociologicamente [sic] é desconhecer, entre outras coisas, a afirmação de Keysserling, para quem a profissão de chofer é a mais representativa do homem moderno.[294]
>
> Dizer também que o negro é inferior por exercer a profissão de foguista nas estradas de ferro em nada o diminui. Algum escravocrata de mau humor terá

[293] O capítulo final do primeiro volume de *Marcha para Oeste*, sobre a participação do negro na bandeira, é a reprodução, com muitas modificações, de um artigo publicado por Cassiano Ricardo na *Revista do Arquivo Municipal* de São Paulo, em maio de 1938, por ocasião das comemorações do Centenário da Abolição, já no contexto do Estado Novo, comentado neste trabalho anteriormente.

[294] Cassiano Ricardo faz uma objeção com relação à situação de inferioridade sociológica do negro: "No negro, a aspiração de se classificar melhor não rima suficientemente com a sua mobilidade vertical. O sedentarismo que lhe é próprio impede ou dificulta essa mobilidade. Mas isso redunda apenas não numa questão de inferioridade mas de hierarquia em que cada um se classifica pelo próprio esforço, pouco importando a cor" (RICARDO, 1940: 273).

> dito que “negro só pra fogão”. No entanto, negro foguista ou pra fogão é tão lógico como negro lavrador. Se o negro casa com a terra pelo sedentarismo agrícola a raça negra é a que consegue chegar mais perto do fogo: é a noiva do fogo. Aliás, nada mais absurdo do que estabelecer uma classificação de profissões, que seriam inferiores umas e superiores outras, no país que não reconhece privilégios de classe, e numa terra cujos chefes bandeirantes foram, todos, operários. Tais privilégios de profissão seriam verdadeiros disparates numa república cujas melhores condecorações são os calos que cada um de nós traz na mão (RICARDO, 1940: 273, 274).

Cassiano Ricardo abre o segundo volume de *Marcha para Oeste* com o capítulo “O Grupo em Movimento e a Hierarquização das Cores”. Procura, mais uma vez, caracterizar o grupo bandeirante pela divisão do trabalho em função de cada cor, pelo aproveitamento de todos os elementos humanos, mesmo os aparentemente “inúteis ou até prejudiciais”, pela classificação dos mestiços, pela posse da terra e pela hierarquização em função do próprio esforço. O critério de utilização dos elementos humanos seria aplicado em virtude das qualidades de cada um, tendo em vista a “psicologia diferencial das raças”. Pelo fato de cada cor ter o seu “papel” no grupo, atribui a cada uma delas um “momento funcional” próprio, todas ligadas por uma “aliança cromática profunda” (1940, v. II: 5).

Para o autor, democracia quer dizer hierarquia. “Não é possível pensar em democracia sem a organização hierárquica da sociedade, que possibilita a utilização de todos os valores humanos pela capacidade viva de cada um, e não pela igualdade abstrata, irracional ou estandartizada”. (1940, v. II: 3) De acordo com Cassiano Ricardo, a hierarquização não seria impedimento para a mobilidade social, já que uma raça se fundia com a outra, uma classe ultrapassava a outra. A bandeira permitia aos índios e negros ocuparem até posições de comando “por delegação do próprio branco” (1940, v. II: 3).[295]

A bandeira teria como espaços fundamentais a cidade, o campo e o sertão, uma vez que não haveria bandeiras provenientes dos latifúndios. Da região interiorana viria a luta contra o litoral, responsável pelo surgimento dos sujeitos políticos.

[295] O autor afirma que a escravidão foi um mal necessário que favoreceu a miscigenação: “Prova de que a democracia biológica resultou, em grande parte, do próprio regimen escravocrata. Prova de que a escravidão foi um mal necessário, mesmo sob o ponto de vista bio-democrático ou apenas biológico. A cruza do índio com preto foi obtida por padres e bandeirantes escravocratas. Queriam estes escravizar o índio mas estavam fazendo, sem o saber, justamente o contrário; isto é, corrigindo a separação de cores e suprimindo a distância racial entre

> Dessa paisagem humana e social resultariam o índio confederacionista, o negro republicano, o branco centralista no comando da bandeira e no presidencialismo urbano. O mestiço democrático resolve todas as tendências pela confraternização e pelo federalismo, misturando o centralismo do branco, o espírito associativo do negro e a independência do índio numa soma admirável (1940, v. II: 5).

Para o autor, a "mediação" seria uma constante na formação brasileira. O jesuíta, o bandeirante, o judeu, Anchieta, Fernão Dias Pais e a poligamia, todos esses personagens e instituições, teriam exercido o papel de mediadores na solução de conflitos, no apaziguamento e na conciliação de contrários. "Quando falhasse aquele equilíbrio de antagonismos de que fala Gilberto Freyre, entraria a mediação. Num equilíbrio de antagonismos, um antagonismo alimenta o outro. Na mediação, os antagonismos se destroem pacificamente" (1940, v. II: 19). A nossa democracia, ancorada na miscigenação, teria o valor não de uma democracia vigente por força de uma idéia, por imposição legal ou por fraternidade social, mas pelo sentido de ser "democrático pelo sangue e pela alma" (1940, v. II: 20).[296]

A bandeira teria atuado como mediadora contra manifestações extremistas que poderiam levar à fragmentação da unidade nacional. No combate aos "quistos étnicos", a bandeira agiria como um agente integrador, incorporando-os na sua democracia biológica.

> Não obstante, a bandeira foi o terror dos índios e dos quilombolas, todas as vezes que aborígenes e negros queriam impedir a democracia étnica brasileira, de que ela era a imagem viva e integral. Isto é, toda vez que o choque se estabelecia entre raças diferentes, a bandeira era a força que reduzia tais quistos étnicos recalcitrantes a uma expressão comum, neutralizando a ação unilateral de um contra o outro. Tal a bandeira contra os bárbaros do recôncavo baiano (Matias Cardoso), tal a bandeira contra o

índio e preto. Prova de que a mestiçagem é uma reação bio-democrática da raça contra uma condição anti-democrática" (RICARDO: 1940, v. II: 14).

[296] Cassiano Ricardo aproxima o ideário da democracia dos fenômenos da natureza. Segundo o autor, o topázio, a turmalina e berilo seriam "jóias democráticas", em contraposição ao diamante, uma preciosidade "aristocrática" (1940, v. II: 47). O café também é tido pelo autor como "bebida democrática". "No gole de café se igualam, nas fazendas, senhores e escravos. O maior orgulho do pobre é oferecer um gole de café ao patrão ou à visita importante, dizendo que isso é homenagem de gente pobre. O café está no salão, na choupana, no escritório, no hospital" (1940, v. II: 185). Além disso, assim como Menotti Del Picchia, Cassiano atribui "valor aos mitos". Para ele, foi a credulidade em certos mitos que orientou os bandeirantes em suas buscas pelo sertão. "Se o mito não tivesse razão de ser em nenhum outro país do mundo, tê-la-ia no Brasil e da maneira mais irretorquível" (RICARDO, 1940, v. II: 69).

> Estado Negro (Domingos Jorge Velho). Aqui é que se percebe bem a ação do grupo bandeirante na formação bio-democrática do país (1940, v. II: 95).

A bandeira seria contra tudo que impedisse o avanço democrático no País. “Numa palavra: contra o feudalismo do litoral resultante da monocultura escravocrata e latifundiária e contra o comunismo tribal do *hinterland*, a democratização do bandeirismo” (1940, v. II: 113). Para Cassiano, muitos dos episódios vivenciados pelos bandeirantes serviriam como exemplo e modelo para o Estado moderno.

> A lei atual desconhece a distinção de cor, de credo, de origem, mas antes que a lei o fizesse já o grupo bandeirante irmana, classifica, harmoniza e hierarquiza todas as cores na composição social, para o mesmo objetivo econômico e humano. O Estado moderno combate os quistos étnicos e outra coisa não fez a bandeira contra o quisto negro dos palmares e contra o quisto vermelho do Recôncavo. E quando nacionalizarmos as nossas fronteiras atuais, estamos apenas repetindo o gesto dos nossos maiores que marcaram, no mapa, as fronteiras geográficas dentro das quais se processaria o nosso destino.
>
> A bandeira, portanto, indica os lineamentos de um Estado forte, democrático e nacionalista; um Estado moderno, baseado no culto da tradição e do heroísmo (1940, v. II: 127).

Note-se que é a própria “bandeira” que hierarquiza, a mesma que simbolizará o Estado no pensamento do autor. Cassiano Ricardo se considera defensor de um individualismo moderno, mas sua concepção de indivíduo é bastante específica. O autor combina individualismo com determinações de ordem biológica e o aproxima do conceito de raça. Na mestiçagem estaria a possibilidade de solução de muitos dos problemas sociais e políticos que o autor constata em sua época, desde que engendrasse “valores novos”, na forma de valorização e hierarquização dos “novos tipos humanos e sociais a que deu origem” (1940, v. II: 239). A democracia biológica é que determinaria tanto a democracia racial quanto a democracia social e a democracia econômica.

> Bem ou mal, sou dos que aceitam (e haverá quem não aceite?) a base biológica da sociedade que é “feita de indivíduos vivos”. Ora, se cada indivíduo, em tese, já é uma realidade “única e irreversível” na história humana e se o individualismo continua a ser, para o Brasil, uma questão vital

> de riqueza e de beleza, a questão "indivíduo" será, pois, pelo menos para nós, uma realidade biológica irredutível, com seu corretivo original na própria bondade típica do brasileiro. [...]
>
> Nas relações da democracia biológica com a econômica predomina o caboclo com sangue das três raças e que produz mais que o branco; nas relações da democracia biológica com aquilo que se poderia chamar democracia geográfica, predomina o mameluco que superou o branco em nossa expansão territorial; nas relações da democracia biológica com a social, predomina o mulato político da cidade, mais político do que o branco. [...]
>
> A democracia biológica determina a racial: a presença de várias raças num só grupo humano, mesmo puras, sem conflito umas com as outras. E determina a democracia social, pelo encurtamento das distâncias raciais. E determina a econômica, na classificação dos mestiços superiores pela posse da terra. É o mestiço quem vai criar a riqueza, conquistando os meios de produção (RICARDO, 1940, v. II: 239, 241).

Cassiano Ricardo não concordava com aqueles que constatavam a existência de preconceito racial no Brasil.

Em artigo publicado no *Estado de S. Paulo*, em 29 de março de 1939 (página 4), intitulado "Linha de Cor", Mario de Andrade procura posicionar-se em relação à discussão sobre a presença do preconceito racial no País. Segundo Andrade, o preconceito se revelaria por meio da documentação folclórica, em suas quadrinhas e ditados, que, para além do preconceito de classe, mostrariam preconceitos de cor. O autor seleciona uma série de provérbios que provariam a distância entre negros e brancos no Brasil.[297]

> Os ecos ainda tradicionais da campanha abolicionista, a conseqüente libertação dos escravos, a numerosa falange de negros ou mestiços valiosos que somos forçados a incorporar à nossa galeria de grandes homens para que esta se valorize mais convincentemente, e finalmente um novo preconceito de liberalismo que de tudo isso nos veio faz a espécie de "ariano" brasileiro dar sem nenhuma reserva a sua mão a um negro, seriam provas concludentes de que não existe no Brasil linha de cor. Mas se formos suscitar a pulsação

[297] Exemplos citados por Mário de Andrade: "Negro em pé é um toco; dormindo, é um porco"; "Negro não nasce, aparece"; "Negros, criá-los e depois vendê-los; mulatos, criá-los e depois matá-los", dentre muitos outros.

> mais íntima de nossa vida social e familiar, encontraremos entre nós uma linha bastante nítida, embora o preconceito não atinja nunca, entre nós, as vilanias sociais que pratica nas terras de influência inglesa. Mas, sem essa vilania, me parece indiscutível que o branco no Brasil concebe o negro como um ser inferior.

Apesar de Mario de Andrade manter a dupla imagem na percepção do problema do preconceito racial no Brasil ao comparar o caso brasileiro com outros países, Cassiano contesta, em *Marcha para Oeste*, a posição do autor de *Macunaíma* ao se referir ao artigo citado.

> O melhor jeito de provar o preconceito, dizem outros, é buscá-lo na documentação folclórica. Nem tanto, pois o próprio negro é que inventou muito dito referente à sua cor.
>
> *"Negro de Luva*
>
> *sinal de chuva"*
>
> Não foi branco quem o disse, foi preto primeiro.
>
> [...]
>
> No arco-íris de cores raciais que é o Brasil existe mais uma razão para a preferência de cor, não para o preconceito. Há tanta cor e tanta entre-cor que nós as podemos preferir, como numa exposição ou num mostruário. Ainda mais num país onde a riqueza de cor é o casamento admirável entre o homem, cheio do primitivismo que lhe ficou do negro e do índio (visualistas) e a natureza tropical que é uma festa de cor.
>
> Não há, pois, a "color line". Os preconceitos de cor são, como observa Artur Ramos, muito mais atenuados aqui do que nos Estados Unidos (RICARDO, 1940, v. II: 246,247).

Uma dimensão marcante nas obras de Cassiano Ricardo é o uso generalizado de adjetivos que acompanham a palavra *democracia*. Cresce em *Marcha para Oeste* o número de adjetivos que acompanham o termo, quando o autor acrescenta, além da expressão *democracia geográfica*, a defesa da preservação de uma *democracia sentimental* ou de uma *democracia agreste* no Brasil.

> Não há mais democracia. O que há são democracias. No plural e cada vez mais em maior número: democracia imperial, democracia coroada, democracia científica, democracia corporativa, democracia bandeirante, democracia igualitária, democracia burguesa e liberal... Não faltará mais alguma? Se a sabedoria contida no "vox populi, vox Dei" tem razão se ser, e se o povo é a substância viva da democracia, Deus é democrático por excelência. [...]
>
> Si se realiza uma democracia liberal ou jurídica, mas não se realiza a econômica, pouco importarão as leis democráticas. Si se realiza a democracia econômica mas não a social, pouco adiantarão as teses sobre economia dirigida. Resultado é que há, sempre crescendo mais, um erro de soma na manipulação jurídica da palavra que terá nascido só para conciliar governo com sentido humano de sociedade. Que adiantariam essas democracias todas, postas de acordo umas com as outras na mesma soma jurídica si não lhes juntasse uma democracia biológica ou racial? Faço a mesma pergunta em termos mais corriqueiros: que adiantaria uma democracia de partidos quando houvesse o ódio de raça dividindo os homens dentro da comunhão? (RICARDO, 1940, v. II, 254, 257).

Assim, tanto no pensamento de Menotti Del Picchia como no de Cassiano Ricardo a formação social brasileira e a democracia aparecem condicionadas a duas determinações centrais de ordem naturalista: a biologia e a geografia. Essa perspectiva dialogará com as produções literárias e poéticas anteriores e posteriores desses autores relativas ao desenvolvimento de suas carreiras.

Enquanto o pensamento democrático na Grécia de Clístenes era motivado por um rompimento com prerrogativas naturais e sociais, pelo advento de uma cultura igualitária, o de Menotti Del Picchia, assim como o de Cassiano Ricardo, tomava a natureza como preceito e fundamento da democracia. Aliás, como foi visto nos capítulos anteriores, a natureza representou inicialmente para esses autores um imperativo no campo estético, antes mesmo de se apresentar como uma variável a ser considerada e analisada no campo político. Não por acaso nossos poetas caminham para um paradoxo que engendraria a defesa ou a manutenção de uma "democracia racial" ou uma "democracia étnica" no Brasil.

Figura 16: Mapa do Brasil de Livio Abramo, em *Marcha para Oeste*, de Cassiano Ricardo, publicado em 1940.

4 ENTRE A NOITE E O AMANHÃ

Bebi democracia como se bebe um copo de leite numa manhã primaveril. (Cassiano Ricardo, 1942.)

4.1 *São Paulo de Ontem, de Hoje e de Amanhã*

Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia participaram ativamente da propaganda ideológica do Estado Novo. Como colaboradores e organizadores dos periódicos e dos programas de difusão do regime, exerceram papel relevante no debate e na seleção dos temas mais importantes da agenda oficial de propaganda. O primeiro semestre de 1941 é um período bastante movimentado para ambos em termos de planejamento e lançamento de jornais e revistas que possibilitassem espaço para a propaganda cultural e as realizações do governo de Getúlio Vargas.

Nesse período, é intensa a circulação desses autores nas redações de jornais, revistas e produções afins, associados aos grupos que assumiram a tarefa de difundir o projeto político, ao mesmo tempo em que formulavam e propagavam as representações, as crenças e os valores que orientariam a construção do Estado liderado por Vargas.

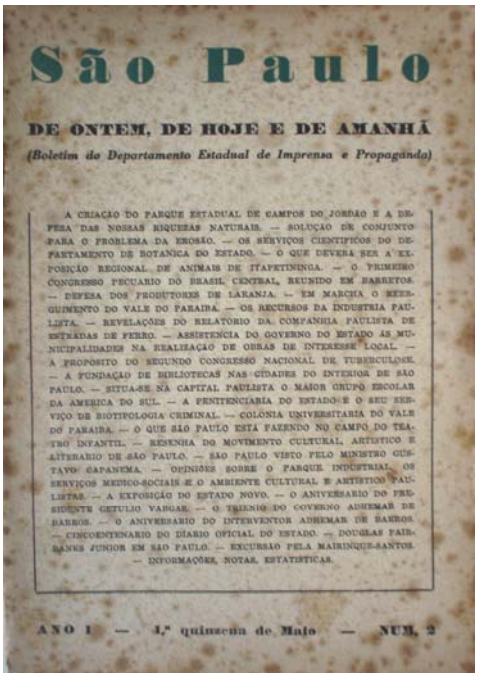
São Paulo de Ontem, de Hoje e de Amanhã começou a circular na segunda quinzena de abril de 1941, durante o período em que Cassiano Ricardo dirigia o Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda.[298] De distribuição gratuita, os fascículos integravam a publicação oficial do DEIP, sob a direção do autor de *Marcha para Oeste*.[299]

---

[298] Mostrar conexões entre o passado, o presente e o futuro será um expediente freqüente do discurso dos ideólogos do Estado Novo.

[299] A publicação estatal era impressa na Empresa Gráfica "Revista dos Tribunais", que trouxe a lume várias obras dos autores modernistas. A história da editora começa com o lançamento, em 1912, do periódico *Revista dos Tribunais*, sob a liderança do advogado Plínio Barreto, com imediata aceitação no mercado jurídico. Na década de 1920, já como editora, a empresa afirmou-se como líder na publicação de livros na área de direito. No final da década, será transformada pelos advogados-jornalistas Noé de Azevedo e Nelson Travassos em "Empresa Gráfica Revista dos Tribunais". Noé de Azevedo, o novo proprietário, havia adquirido o equipamento gráfico das mãos de Monteiro Lobato, quando Lobato declarou falência, em 1925. No contexto da Segunda Guerra, ocorre nova expansão da gráfica, que passa a fazer a impressão de obras de outras editoras, tornando-se a maior gráfica brasileira na época. Como foi visto no capítulo 2, Noé de Azevedo teve contato com Cassiano Ricardo desde a volta do último para São Paulo, depois de sua passagem pelo Rio Grande do Sul, quando se tornou redator da coluna jurídica do *Correio Paulistano*, enquanto Noé redigia a do *Estado de S. Paulo.* A obra de Cassiano Ricardo *Marcha para Oeste* (1940) também foi impressa na Empresa Gráfica da "Revista dos Tribunais" para a livraria José Olympio Editora.

Esse boletim, de caráter informativo, como “espelho fiel da vida paulista”, a “trabalhar noite e dia” pelo progresso do País, tinha por objetivo descrever, de forma panorâmica, as realizações e os empreendimentos do governo de São Paulo, tal qual a revista *São Paulo*, da década anterior, porém não pelo uso prioritário de recursos visuais, mas de exposições gerais sobre temas ligados à organização pública implementada durante o Estado Novo. O editorial manifesta a intenção de contribuir, por meio dessa divulgação, “para maior e melhor entendimento entre os filhos de Piratininga e os seus irmãos dos demais” estados e, conseqüentemente, revigorar os laços da unidade nacional.



São Paulo

DE ONTEM, DE HOJE E DE AMANHÃ

(Boletim do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda)

A CRIAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DE CAMPOS DO JORDÃO E A DEFESA DAS NOSSAS RIQUEZAS NATURAIS. — SOLUÇÃO DE CONJUNTO PARA O PROBLEMA DA EROSÃO. — OS SERVIÇOS CIENTIFICOS DO DEPARTAMENTO DE BOTANICA DO ESTADO. — O QUE DEVERA SER A EXPOSIÇÃO REGIONAL DE ANIMAIS DE ITAPETININGA. — O PRIMEIRO CONGRESSO PECUARIO DO BRASIL CENTRAL, REUNIDO EM BARRETOS. — DEFESA DOS PRODUTORES DE LARANJA. — EM MARCHA O REERGUIMENTO DO VALE DO PARAIBA. — OS RECURSOS DA INDUSTRIA PAULISTA. — REVELAÇÕES DO RELATORIO DA COMPANHIA PAULISTA DE ESTRADAS DE FERRO. — ASSISTENCIA DO GOVERNO DO ESTADO AS MUNICIPALIDADES NA REALISAÇÃO DE OBRAS DE INTERESSE LOCAL. — A PROPOSITO DO SEGUNDO CONGRESSO NACIONAL DE TUBERCULOSE. — A FUNDAÇÃO DE BIBLIOTECAS NAS CIDADES DO INTERIOR DE SÃO PAULO. — SITUA-SE NA CAPITAL PAULISTA O MAIOR GRUPO ESCOLAR DA AMERICA DO SUL. — A PENITENCIARIA DO ESTADO E O SEU SERVIÇO DE BIOTIPOLOGIA CRIMINAL. — COLÔNIA UNIVERSITARIA DO VALE DO PARAIBA. — O QUE SÃO PAULO ESTA FAZENDO NO CAMPO DO TEATRO INFANTIL. — RESENHA DO MOVIMENTO CULTURAL, ARTISTICO E LITERARIO DE SÃO PAULO. — SÃO PAULO VISTO PELO MINISTRO GUSTAVO CAPANEMA. — OPINIÕES SOBRE O PARQUE INDUSTRIAL. OS SERVIÇOS MEDICO-SOCIAIS E O AMBIENTE CULTURAL E ARTISTICO PAULISTAS. — A EXPOSIÇÃO DO ESTADO NOVO. — O ANIVERSARIO DO PRESIDENTE GETULIO VARGAS. — O TRIENIO DO GOVERNO ADHEMAR DE BARROS. — O ANIVERSARIO DO INTERVENTOR ADHEMAR DE BARROS. — CINCOENTENARIO DO DIARIO OFICIAL DO ESTADO. — DOUGLAS FAIRBANKS JUNIOR EM SÃO PAULO. — EXCURSÃO PELA MAIRINQUE-SANTOS. — INFORMAÇÕES, NOTAS, ESTATISTICAS.

ANO I — 1.ª quinzena de Maio — NUM. 2

Figura 1: *São Paulo de Ontem, de Hoje e de Amanhã*, ano I, 1ª quinzena de maio, 1941.

Exemplar pertencente ao acervo do IEB – USP.

Cada fascículo procurava descrever as mais diversas realizações do governo e divulgar o desenvolvimento das atividades estaduais em todas as modalidades, desde os produtos agrícolas cultivados até os empreendimentos governamentais voltados para o incentivo à produção de livros e o desenvolvimento cultural, apresentando, ainda, descrições sobre o projeto de construção da Biblioteca Pública, em andamento. Procurava legitimar o programa do governo e demonstrar o progresso da região e do Brasil em todas as direções.

> Destinando-se a ampla distribuição – dentro e fora das fronteiras do Estado – este boletim propõe-se a realizar um trabalho de divulgação das coisas

> paulistas dentro de um critério realista e anti-retórico. Mesmo os problemas que envolvem matéria de ordem técnica obedecerão a esse critério, e serão expostos em linguagem simples e accessível. [...]
>
> Contribuir, através desse trabalho de divulgação, para maior e melhor entendimento entre os filhos de Piratininga e os seus irmãos dos demais Estados, é também colaborar objetivamente para uma obra de aproximação cujo fruto mais belo é o progressivo revigoramento dos laços que formam a unidade nacional. Nem podia ser outra a finalidade deste boletim, que aparece sob o signo da hora de renovação que marca novos rumos para o futuro de S. Paulo e do Brasil. (n. 1; p. 3).

O boletim exibia dados sobre os diversos tipos de indústria em implantação, a arrecadação nacional de imposto de renda (com as cifras da participação de São Paulo, Distrito Federal e demais estados), índices demográficos diversos, os bancos oficiais e o movimento financeiro no Estado, crescimento urbano, transportes, agricultura, educação e instituições de ensino etc., que testemunhariam a vitalidade econômica e social de São Paulo e do País, além de dados históricos sobre aspectos diversos do desenvolvimento da capital paulista.[300]

Ainda no primeiro número, o boletim do DEIP justifica a ação governamental de suprimir os jornais em língua estrangeira, em nome do nacionalismo, ao mesmo tempo em que informa sobre decreto assinado pelo presidente Vargas favorecendo a integração dos filhos de estrangeiros.

> A constante política norteadora do regime inaugurado a 10 de novembro de 1937 tem sido a de um salutar espírito de nacionalismo – marco de uma nova era em que se coloca, acima de interesses partidários ou de simples preocupações regionais, a idéia de Pátria. Todos os atos do Poder Central visam, em última análise, a unificação brasileira.
>
> O perigo das idéias exóticas desapareceu, suplantado que foi por essa consciência da brasilidade. O regionalismo estéril cedeu lugar a uma cogitação mais elevada: agrupar esforços em benefício da Nação.
>
> Somos um povo com uma só finalidade: amar o Brasil (n. 1, p. 17).

[300] Em alguns números de 1942 e 1943 o boletim publicará uma breve história de cada um dos principais jornais e das rádios de São Paulo.

O espectro de informações, coberto pelas descrições de tônica sempre nacionalista, é, de fato, bastante amplo: ao mesmo tempo, anuncia a estatística policial-criminal de São Paulo, o serviço de combate à lepra e o número de novos leitos no hospital que o governo mantém em São José dos Campos. Seguem-se informações sobre a "Liga das Senhoras Católicas", os objetivos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, e a discoteca pública municipal. O informativo procura de todas as formas atualizar o leitor com a programação cultural, as resenhas literárias e as conferências, além de notas sobre as academias de letras.[301]

No número 2, anuncia-se a "Exposição Nacional do Estado Novo", no Parque Antártica, cujo objetivo é informar a população sobre as realizações do Poder Público nos diversos setores e comprovar a "harmonia" que permeava a organização política brasileira no período getulista.[302]

O número 3, da segunda quinzena de maio de 1941, traz um informativo sobre a *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, editada pelo Departamento de Cultura, dirigida na época por Francisco Patti e secretariada por Sergio Milliet, que também terá sua propaganda circulando em outros números. Além disso, destaca-se a importância da "Coleção Brasiliana", da Cia. Editora Nacional, e de outros títulos relacionados aos estudos brasileiros editados pela Livraria José Olympio, como algumas das obras de Gilberto Freyre, *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, e *Marcha para Oeste*, de Cassiano Ricardo.[303]

Informes políticos também circulam no boletim. No número 3, consta a notícia da solicitação da exoneração do interventor federal em São Paulo, Adhemar de Barros, substituído por Fernando Costa. O número 4, da segunda quinzena de junho de 1941, anuncia a mudança de Cassiano Ricardo para o Rio de Janeiro.[304]

---

[301] O quinzenário paulista *Planalto*, descrito a seguir, tem a propaganda do seu primeiro número nas páginas finais do segundo boletim do DEIP, mostrando a articulação entre os produtores das duas publicações.

[302] Organizada pelo DIP, primeiramente no Rio de Janeiro, a fim de cobrir e comemorar os dez primeiros anos da era Vargas, em São Paulo a exposição foi complementada pelas iniciativas de Adhemar de Barros no âmbito estadual. Com vistas a reproduzir um "retrato sintético" do Brasil e integrar o escopo estatal com o federal, o objetivo final da grande exposição, segundo o periódico, era possibilitar um "espetáculo de confraternização brasileira". Formada por vinte pavilhões, a decoração dos *stands* em São Paulo ficou sob o encargo de artistas como Paim, Belmonte e Oswald de Andrade Filho, dentre outros (cf. p. 32, 33).

[303] O boletim informa também que planeja convidar intelectuais de renome para fazer conferências de caráter cultural em São Paulo. Na lista de futuros convidados estão citados: Gilberto Freyre, Arthur Ramos, Tristão de Athayde, Mário de Andrade, Sérgio Buarque de Holanda, Manuel Bandeira, José Lins do Rego, Cecília Meireles, Lúcia Miguel Pereira e Carlos Drummond de Andrade, dentre outros.

[304] O número 4 veicula uma síntese histórica do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e do Instituto Butantã (p.15-17).

> Convidado o Sr. Cassiano Ricardo para exercer altas funções junto ao governo federal, foi nomeado para substituí-lo no cargo de diretor geral do DEIP, o professor Cândido Motta Filho.
>
> O novo diretor do DEIP foi empossado pelo Secretário do governo, sr. Luiz de Sampaio Arruda a 16 de junho na Secretaria do Palácio do Governo (p. 28).

Novamente, são os ex-integrantes do Grupo Verde-Amarelo que assumem a responsabilidade de direcionar e controlar a propaganda governamental, nos âmbitos estadual e federal.[305]

No número 6, da segunda quinzena de julho, estampa-se a propaganda do Monumento das Bandeiras, de Victor Brecheret, com uma síntese da história do projeto, desde a sua concepção. Planejada para ser localizado na entrada do Parque Ibirapuera, a construção do monumento encontrava-se parada havia três anos, segundo o boletim. Com o apoio do governo de São Paulo, o escultor reiniciara as atividades de construção do monumento de vulto, todo em granito.

> O monumento constará de elementos que compõem a bandeira, precedidos por dois chefes a cavalo, um português e um índio-guia. Fixando o sentido da solidariedade que cimentava o grupo, o artista idealizou uma barca na qual vários bandeirantes, sacrificados por doenças ou flechas traiçoeiras vão sendo carregados fraternalmente pelos companheiros. Na entrada do parque Ibirapuera serão colocadas mais duas figuras: um chefe-índio, ao lado de uma onça abatida, e a mãe-índia, tendo ao lado uma anta (p. 30).

Mais do que simples informativos sobre a era Vargas, esses impressos permitem entrever a efervescência dos espaços de sociabilidade criados com o objetivo de promover a propaganda e a difusão do projeto de Estado colocado em movimento. O cruzamento das

[305] No IEB-USP, há exemplares do Boletim do DEIP até final do ano de 1947, quando a instituição se transformara em DEI (Departamento Estadual de Informações). A partir de 1942, no entanto, a publicação vai ficando cada vez mais incerta, tornando-se, por vezes, semestral. No n. 25, já em agosto de 1947, há um artigo intitulado "Interferência Biotipológica na Educação", de um professor da Escola Normal, informando sobre uma "nova ciência", a Biotopologia, que permitiria "retirar do substrato orgânico, que a ciência dos *tipos* tão claramente oferece à perquirição, sua estrutura psicológica" (p. 4-6; grifo da publicação). Pautando-se em medidas raciais, o autor apresenta um quadro para ser utilizado por educadores "para fins seletivos", uma classificação preliminar dos tipos étnicos em São Paulo, local de "etnias variadíssimas".

fontes e dados das publicações possibilita a constatação de temas recorrentes, que remetem ao progresso de São Paulo em todos os âmbitos, linhas estratégicas de atuação e intervenção social, ao difundirem programas culturais e induzirem determinadas linhas de leituras sobre a realidade socioeconômica do País.

4.2 *Planalto*

Planalto, um "quinzenário de cultura", foi lançado em 15 de maio de 1941, em São Paulo, sob a direção de Orígenes Lessa.[306] Reunindo muitos colaboradores que participaram do movimento modernista, a revista parece ter sido estimulada pela possibilidade de recuperar e valorizar o trabalho de seus expoentes, transcorridos quase vinte anos após a Semana de Arte Moderna de 1922.

[306] O secretário e o gerente que assinavam a publicação eram Wilson Velloso e Carlos B. Teixeira, respectivamente. O Conselho Diretor era composto de onze membros: Cândido Motta Filho, Cassiano Ricardo, Cleomenes Campos, Francisco Patti, José Carlos Pereira de Souza, Menotti Del Picchia, Oswald de Andrade, Rubens do Amaral, Rubens Borba de Moraes, Sud Mennucci e Sérgio Milliet. Muitos membros da Academia Paulista de Letras, portanto. A lista de colaboradores efetivos foi composta por quarenta intelectuais. Mário de Andrade será um assíduo colaborador, com vários estudos sobre história da música e também com seus poemas.

O n. 15, de 15.12.42, publica o elogio de um jornalista baiano, Almir Matos, de "O Imparcial", a *Planalto*, como um veículo de divulgação da cultura brasileira para as demais localizações, que primaria pelas idéias e pelo arranjo gráfico, comparando-o com o suplemento carioca "Autores e Livros". "Dois jornais de cultura – PLANALTO, quinzenário paulista, e **Autores e Livros**, suplemento literário de *A Manhã* – integram-se esplendidamente nessa compreensão do bom, oportuno, inteligente e sincero jornalismo cultural" (grifos da publicação).

No n. 16, de 11.1943, quando se faz um balanço do periódico, em espírito de consagração, comenta-se:

"Nomes ilustres de São Paulo e de todo o Brasil contribuíram para o maior brilho de nossas colunas, assinando páginas que honram a nossa cultura e o nosso meio literário e artístico.

E de fora do Brasil, da Argentina e da Venezuela, de Costa Rica e do Uruguai, de todos os quadrantes, com a sua colaboração ou com a sua simpatia, escritores e artistas moços e velhos trouxeram-nos estímulo e animação.

'Planalto' não pretendia ser uma bandeira regional. Nem pretendia restringir-se às nossas fronteiras. Queria ser uma mensagem de fraternidade, um gesto cordial do pensamento moço estendido a todos os homens de boa vontade. Esse desejo e esse gesto encontraram eco."

Em suas memórias, Cassiano Ricardo se considerou um dos fundadores de *Planalto*.

Planalto

QUINZENÁRIO DE CULTURA

"O VERDADEIRO SENTIDO DA BRASILIDADE ESTÁ NA MARCHA PARA O OESTE".

ANO I — NUMERO 3 | SÃO PAULO (BRASIL), 15 DE JUNHO DE 1941 | PREÇO DESTE NUMERO EM TODO O BRASIL 1$000

Tarsila, a Mulher Inesquecível

RELATO MUITO FIEL DA INFANCIA, VIAGENS, VIDA, PAIXÕES E OUTROS ACONTECIMENTOS COM UMA PINTORA BRASILEIRA E OUTRAS HISTORIAS DIGNAS DE SER CONTADAS

Sangirardi Jr.

Sumário

Figura 2: Tarsila do Amaral, na revista *Planalto,* ano I, n. 3, 15.6.41.

Planalto foi um periódico que procurou reavivar a importância do movimento modernista, com novas publicações de autoria e sobre seus expoentes. A manchete e a reportagem sobre a pintora Tarsila do Amaral são uma amostra desse propósito, ao apresentar aos leitores um relato sintético e romanceado da vida da pintora. Acervo pertencente à Biblioteca do IEB – USP.

Logo na página de abertura, como vinheta em cada número, estampa-se o ideal a nortear a produção do periódico: "O verdadeiro sentido da brasilidade está na marcha para o oeste".[307] No editorial de estréia, ficam expressos os objetivos da publicação: uma produção de São Paulo, mas que não se restringisse às fronteiras da região, pois procuraria projetar e divulgar a obra dos escritores paulistas para outras plagas. As pretensões regionalistas são rejeitadas nos objetivos explícitos do jornal: "Planalto não tem sentido regional. Planalto é para nós o símbolo da integração dos homens de S. Paulo no Brasil, construindo o Brasil".

[307] Segundo Alcir Lenharo: "Procede do discurso de Vargas a afirmação de que a conquista da brasilidade seria ultimada através da interiorização do país: 'O verdadeiro sentido da brasilidade é a marcha para oeste'. Já se encontra manifesta a idéia de oposição ao litoral enquanto evocação da presença estrangeira e espaço simbólico de sua influência desnacionalizadora – afirmação que seria muito mais radicalizada a seguir pelos intelectuais intérpretes. No discurso de 1939, proferido em São Paulo, o ditador explicitou um dos determinantes do movimento interiorizador: 'Caminhamos para a unidade, marchamos para o Centro, não pela força de preconceitos doutrinários, mas pelo fatalismo de nossa definição racial.' Fica assim evidenciada a proposta da teoria da miscigenação pelos pensadores 'autoritários' como lastro de fundação do ser brasileiro, assim como se explicita a definição racial do brasileiro como resultado de uma oposição ao outro, o estrangeiro" (LENHARO, 1986:56).

Integrar São Paulo no conjunto brasileiro é, assim, um dos sentidos orientadores declarados pelos produtores do jornal. *Planalto* seria a "palavra-símbolo" dos homens que participaram da obra das bandeiras, uma palavra de "colaboração, compreensão, de fraternidade" para com o resto do País, por meio da voz dos artistas.[308]

O periódico discute os mais variados temas, desde o processo de democratização do ensino e o papel da universidade até as manifestações artísticas das mais diversas regiões do mundo. O jornalista Rubens do Amaral, por exemplo, deixa entrever em seu artigo de estréia a larga possibilidade de mobilização conceitual em torno do termo "democracia" entre os intelectuais na época.[309] Diz o autor, em "A Reforma Fundamental":

> Não nos transportemos a Bizâncio para discutir o que é democracia. Aceitemos a definição francesa de Napoleão, hoje também italiana com Mussolini e alemã com Hitler, sem que isso importe em adesão ao totalitarismo: democracia é o regime em que todos, independente de privilégios de sangue ou de casta, têm oportunidades iguais. O alvo visado era a princípio somente a política. Hoje abrange os setores econômicos e sociais. Isto é, um regime é democrático si abre caminho para o êxito aos valores individuais, qualquer que seja o seu ponto de partida (n. 1, p. 6).

Para o escritor, o importante seria garantir a renovação e a mobilização das camadas sociais com a "circulação das elites". A correção do sistema educacional em todos os níveis seria fundamental para garantir a melhoria das condições culturais da população nacional.

A presença da figura do negro é uma constante desde o primeiro número de *Planalto*.[310] Os negros são representados como participantes da história e da cultura

---

[308] *Planalto* também era impresso pela Empresa Gráfica "Revista dos Tribunais" Ltda e distribuído em diversos estados brasileiros e na América Latina, como se vê. Mereceria um estudo bem mais exaustivo, apesar de não ser este o objetivo de sua abordagem no contexto deste trabalho. No acervo do IEB, localizei 21 números do periódico. O último número, de 15 de março de 1942, ficou sob a direção de Menotti Del Picchia. É mais um dos muitos periódicos pouco pesquisados e de fundamental importância para a compreensão do imaginário atuante durante o Estado Novo.

[309] Rubens do Amaral (1890-1964), que teve longa atuação como jornalista e crítico, era primo do poeta Amadeu Amaral. No final da década de 1920, chefiava a redação do *Diário de São Paulo*, quando foi por ele cedida uma página para publicação da "segunda dentição" da revista *Antropofagia*, articulada por Oswald de Andrade, Oswaldo Costa, Jaime Adour da Câmara e Raul Bopp (publicada de março a agosto de1929). Foi também membro da Academia Paulista de Letras.

[310] Muitos são os artigos sobre questão racial no periódico. Conferir, além dos citados, no n 2, de 30.5.41, "Melting-Pot"; no n. 4, de 1-7-41, "A Influência Negra na Religião no Brasil"; no n. 6, de 1.8.41, "Marabaxo (dança de negro)" e "Vozes da África"; no n. 11, de 15.10.41 "A África Pitoresca Mosaico da Guiné"; no n. 12, de 1.11.1941, "Psicologia do Cafuné" (comentário crítico de Sergio Milliet sobre a obra homônima de Roger Bastide); etc. As manchetes fazem freqüentes referências ao mito das três raças. Uma entrevista com José Lins do Rego, por exemplo, sobre a obra *Água Mãe* tem como chamada a frase do autor: "O meu novo livro é a

brasileiras. Ocupam a agenda temática do jornal nos poemas, nos contos, nas discussões de cunho científico, nas ilustrações.[311] No número 3, de 15.6.1941, por exemplo, são publicados poemas de Raul Bopp sobre o tema (“Negro”, “Favela n. 2, “Mãe Preta” e “Urucungo”).

Mãe Preta

– Mãe preta, me conta uma história.

– Então fecha os olhos, filhinho:

“Longe, longe

era uma vez o congo

Depois...”

*

Os olhos da preta velha pararam.

Ouviu barulho de mato no fundo do sangue.

Um dia

Os coqueiros debruçados naquela praia vazia.

Depois o mar que não acaba mais.

– Depois...

– Ué mãezinha, porque você não acaba o resto da história?

---

história das três mães brasileiras”. De outro lado, o poeta e dramaturgo negro Paulo Gonçalves recebe atenção do periódico, porém em manchetes do tipo “Paulo Gonçalves, Poeta Ariano”. Outro intelectual negro que colabora é Fernando Góes. O autor escreve sobre Arthur Ramos e Castro Alves, também enfocando esses escritores do ponto de vista do resgate sobre a situação do negro no Brasil. No n. 15, de 15.12.41, são publicados “4 poemas negros de Jorge de Lima”; no n. 18, de 1.2.42 anuncia-se: “O PROBLEMA DO NEGRO EM SÃO PAULO” com “Oportuníssimos depoimentos de grandes figuras da vida cultural brasileira (Donald Pierson, Sergio Milliet, Roger Bastide, Oscar Egídio de Araújo, Luis Amaral)” em “*O Observador Econômico e Financeiro* de janeiro”, o que mostra o quanto o tema estava na ordem do dia. No n. 21, de 15 de março de 1942, há um artigo de Nestor Erickson (do IHG do Rio Grande do Sul) sobre o negro na Guerra dos Farrapos.

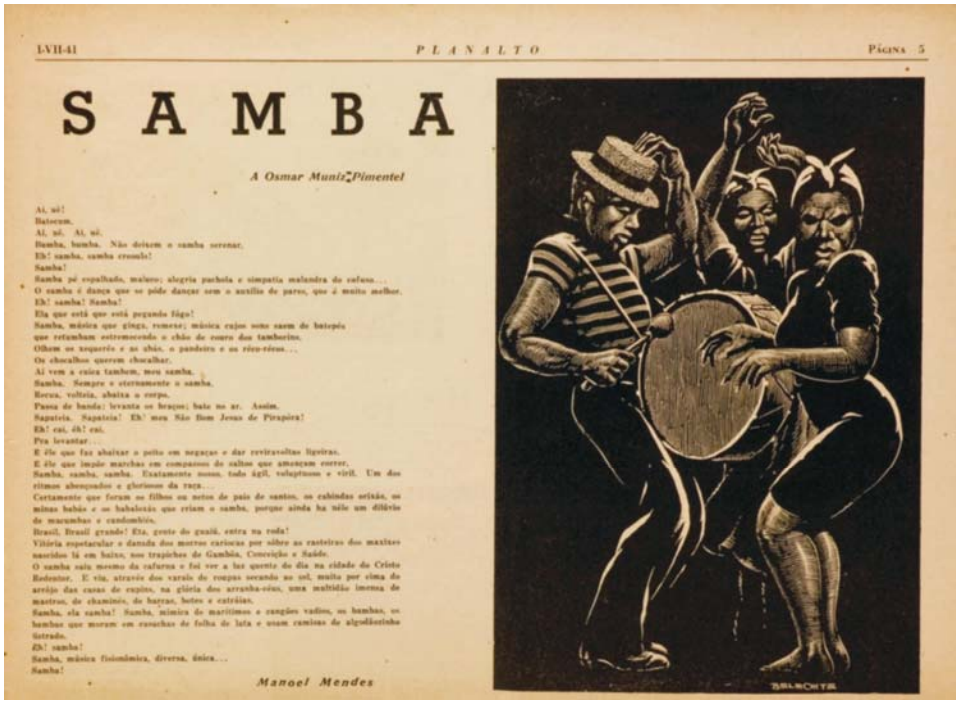
[311] Muitos são os ilustradores que colaboram com o periódico: Di Cavalcanti em vários números, Belmonte, Tarsila, Clóvis Graciano e outros.

Figura 3: Ilustração de Di Cavalcanti, para os poemas de Raul Bopp, em *Planalto,* de 15.6.1941.

Exemplar pertencente ao acervo do IEB-USP.

As imagens e os símbolos associados aos negros são repetidamente tristes e sombrios ou ligados à pobreza e à miséria. A música negra e a religião são apresentadas pelo viés do pitoresco. Por exemplo, apresenta-se um poema em ritmo de samba. Trabalho braçal e negro andam juntos.

> Brasil dos escravos
>
> Brasil dos negros tão indispensáveis!:
>
> – que vão às compras
>
> – que socam pilão
>
> – que tecem rendas
>
> – que raspam mandioca
>
> – que sabem acalantos
>
> – que enfeitiçam de preguiça a língua brasileira
>
> Negros que estão em todas as casas e em toda a vida do Brasil.
>
> Os olhos estão comovidos diante do passado (Mario da Silva Brito, n. 3, p. 24, 15.6.41).



LVII-41 PLANALTO Página 5

S A M B A

A Osmar Muniz Pimentel

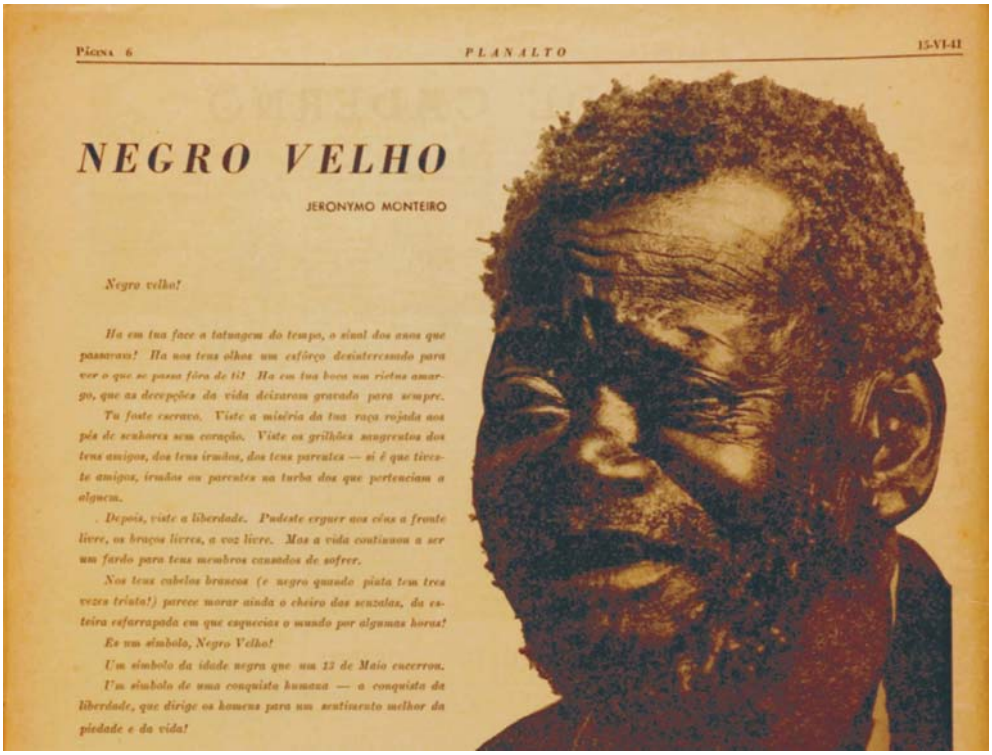
Manoel Mendes

Figura 4: Ilustração de Belmonte, para um poema de Manoel Mendes, dedicado a Osmar Pimentel em *Planalto,* n. 4, 1.7.1941.

Exemplar pertencente à biblioteca do IEB/USP.

Imagens com analogias panteístas entre relevo/corpo/raça estão presentes:

> Serra da barriga!
>
> Barriga de negra-mina!
>
> As outras montanhas se cobrem de neve, de
>
> [nuvem, de verde!
>
> E tu, de Loanda, de panos-da-costa, de argolas,
>
> [de contas, de quilombos! (Jorge de Lima, n. 15, p. 9, de 15.12.41).



Página 6 PLANALTO 15-VI-41

NEGRO VELHO

JERONYMO MONTEIRO

Negro velho!

Ha em tua face a tatuagem do tempo, o sinal dos anos que passaram! Ha nos teus olhos um esforço desinteressado para ver o que se passa fóra de ti! Ha em tua bocca um ricto amargo, que as decepções da vida deixaram gravado para sempre.

Tu foste escravo. Viste a miséria da tua raça rojada aos pés de senhores sem coração. Viste os grilhões sangrentos dos teus amigos, dos teus irmãos, dos teus parentes — si é que tiveste amigos, irmãos ou parentes na turba dos que pertenciam a alguem.

Depois, viste a liberdade. Pudeste erguer aos céus a fronte livre, os braços livres, a voz livre. Mas a vida continuou a ser um fardo para teus membros cansados de sofrer.

Nos teus cabellos brancos (e negro quando pinta tem tres vezes tristo!) parece morar ainda o cheiro das senzalas, da esteira esfarrapada em que esqueceias o mundo por algumas horas!

Es um símbolo, Negro Velho!

Um símbolo da idade negra que um 13 de Maio encerrou.

Um símbolo de uma conquista humana — a conquista da liberdade, que dirige os homens para um sentimento melhor da piedade e da vida!

Figura 5: Retrato de um negro, com rosto marcado e entristecido, veiculado em *Planalto*, em 15.6.1941.

Exemplar pertencente ao acervo do IEB-USP.

O periódico também discute o problema da assimilação dos imigrantes no estado, como no número publicado em 15 de junho de 1941, em que se abordam a situação e alguns momentos históricos dos judeus no País.

> Estabelecendo-se o europeu na faixa litorânea, expulsou o índio, o genuíno autóctone, a "raça pura" do Brasil, para os confins do *hinterland*. Criou-se, assim, uma situação sui-gêneris, em que o Brasil passou a ser o laboratório para uma experiência de assimilação racial. A invasão do branco e conseqüente perseguição contra os indígenas resultaram em maior mobilidade social dos grupos, influindo na fusão e mistura das raças. [...]
>
> O Brasil se apresenta nas Américas como um laboratório de transfusão de sangue de primeira ordem. A tolerância do povo e das leis, a nossa aversão pela discriminação de raças (de fato, no interior ninguém precisa com exatidão o termo "raça": sempre o confunde com a nacionalidade – *seu italiano*, ou *seu portuga*, *seu russo*, são termos indiscriminadamente empregados) o capacita a, talvez dentro de um século, apresentar uma raça homogeneamente histórica (grifo da publicação) (n. 3, p. 7 e p. 10).

Nesse trecho, o autor se refere ao "laboratório de experiências" de assimilação racial brasileiro para tratar do caso específico de São Paulo.[312] Porém, o jornalista parece, nesse caso, referir-se de forma mais direta ao processo de mistura dos imigrantes europeus com caboclos.[313] Parece persistir em desconsiderar a participação negra, por ser inexpressiva na região paulista. Nesse sentido, fica assinalada a possibilidade de concepção de um projeto histórico de "democracia racial" baseado na miscigenação, na mistura e na fraternidade, porém sem a participação do negro.

O debate literário também encontra seu espaço cativo em *Planalto*. Menotti Del Picchia, por exemplo, no número de estréia, comenta seu próprio romance *Salomé* e sua repercussão entre o público. Vale a pena assinalar o contraste entre sua opinião na década de 1920, quando afirmava que a crítica seria uma função aristocrática, com a década de 1940, quando afirma a crítica como atributo popular.[314]

---

[312] Cf. em *Planalto*, n. 2 (p.4), o uso da expressão "melting pot" referida ao cruzamento de imigrantes e caboclos, e não com os negros.

[313] Cf. também n. 2, p.4, quando o autor fala em "melting pot", sem fazer alusão à participação dos negros no processo de mistura.

[314] Em 1940, Menotti Del Picchia publicou *Salomé*, considerado por Mário de Andrade seu melhor romance. O livro parece não ter sido bem recebido pela crítica, tendo fraca repercussão imediata. No primeiro número de *Planalto*, Menotti revida as críticas a *Salomé* de Múcio Leão, Agostinho de Campos e Álvaro Lins, e comenta o sentido do romance. Anteriormente, Menotti escrevera chateado para Mário de Andrade, que, além de avaliar de modo positivo o livro, respondeu amigavelmente ao colega de profissão:

"*Rio 30.8.1940:*

Menotti

Pronto: já escrevi sobre Salomé no domingo 28, leu? Sobre o Manuel não escreverei tão cedo. Creio que esperarei as eleições da Academia. O livro dele tem algumas falhas que me desagradam e que terei de apontar. Não quero de nenhuma maneira 'influenciar'.

Não gostei do tom da carta que você me mandou, amargo, meio irritado contra tudo e todos. Não me pareceu específico da sua personalidade. Deve ser algum 'vento sêco de mau sestro e spleen' que soprou sobre você. Deixe êle passar, não vale a pena. Aliás, é mais ou menos explicável a sua melancolia diante do que você chamou da 'campanha de silêncio'contra <u>Salomé</u>, dos intelectuais brasileiros. Procurei explicar isso no meu artigo. Há uma incompatibilidade curiosa entre você e <u>alguns</u> (alguns, não todos) os intelectuais brasileiros. Note que num Manuel Bandeira não, pois nas 'Noções de Literatura' ele trata você em absoluto pé de igualdade com os que mais estima, eu, Prudente, Sergio Buarque de Holanda etc. Até se refere mais a voce que ao Gilberto Freyre, apenas citado numa enumeração, e que é amigo e das maiores admirações brasileiras dele. Acho que você exagera.

Mande me dizer o que achou da minha crítica, com toda a sinceridade. Também fui sinceríssimo e o que não gostei, disse com franqueza. O seu achincalhe dos modernistas achei detestável, indigno da natural generosidade de você.

No mais, vivo. Sem muito gôsto, mas vivo. Lembranças minhas para a nossa grande Antonieta e mais sua "digna filha", a nossa também queridíssima Helena. E êste meu abraço do,

Mario de Andrade".

(Grifos do autor.) (Acervo da Casa de Menotti Del Picchia, em Itapira, SP).

O mais interessante a assinalar nessa passagem do lançamento e das críticas a *Salomé*, no que se refere ao tema deste trabalho, é que a encarnação do panteísmo místico de Menotti Del Picchia, marcante no romance, passa a ser criticado, na ocasião, por alguns comentadores, como falseamento da realidade.

> O único crítico imparcial e supremo é o "Povo". Geralmente imaginamos ser o "povo" a massa inculta, iletrada, prosaica, que atulha as cidades e os campos. Puro engano. Essa massa é um imenso filtro de cultura (n. 1, p. 21).

Cassiano Ricardo publica, em 15 de junho de 1941, o artigo intitulado "O 'Bandeirismo' e o Elemento Espanhol no Planalto", em que retoma a questão da contribuição espanhola para a bandeira em Piratininga. A epopéia bandeirante é caracterizada como um fenômeno definitivamente original no contexto brasileiro.[315] O antagonismo entre espanhóis e piratininganos terminaria por contribuir para a conquista.[316] Aliás, Cassiano assinala que, conforme também afirmara Carvalho Franco, a origem da palavra *bandeirizar* seria, ela mesma, espanhola.[317]

> Ao contrário, fica o espanhol, colaborando de dois modos: pelo ódio que despertou ao piratiningano e que tanto influiu no desenho psicológico do grupo em marcha; e pela colaboração direta que o seu contingente demográfico e o seu espírito de aventura trouxeram à irrupção do fenômeno bandeirante (no. 3, p. 12-13).

No número 5, de 15.7.1941, merece ser destacado o artigo de Sergio Milliet (p. 4), que discute a obra *Região e Tradição*, de Gilberto Freyre, e associa o regionalismo paulista ao grupo Verde-Amarelo.

---

[315] O irmão de Cassiano Ricardo, Aristides Ricardo, publicou um artigo no n. 12, de 1.11.1941, sobre a criminalidade infantil. Também no n. 12, há outro artigo de Cassiano: "O negro tomou parte no bandeirismo?". A argumentação do autor é bem similar à apresentada por ele sobre o mesmo tema no final da década de 1930 e exposta no capítulo anterior.

[316] Cassiano Ricardo se refere a Paulo Prado, na obra *Paulística*, que ressaltara o ódio ao espanhol na disposição para as arrancadas bandeirantes. Para Cassiano o próprio "amor ao fabuloso" nos paulistas seria herança do espanhol, assim como o "ódio" e a ambição teriam sido produtivos para os avanços das bandeiras.

[317] *Planalto* (de 1.7.41, p. 22) também noticia a transferência de Cassiano Ricardo para a direção de *A Manhã*. Com isso, a participação e o domínio dos três dos principais antigos verde-amarelos no sistema de propaganda e comunicação da época se estenderam para os mais diversos veículos. Em 7 de novembro de 1941, por exemplo, Cândido Motta Filho, como diretor geral do DEIP de São Paulo, convocou Menotti Del Picchia para uma alocução pela Rádio-Excelsior, em comemoração ao aniversário do Estado Novo. "O DEIP conta com a nobre e preciosa colaboração de Vossa Excelência que compreende, em todos os seus múltiplos aspetos a obra extraordinária de construção nacional levada a efeito pelo Presidente Getúlio Vargas, com a fundação do Estado Novo" (carta pertencente ao acervo da Casa de Menotti Del Picchia, em Itapira, SP). O contato entre os elementos do grupo permanece constante. Na entrevista publicada em *Planalto*, de Cassiano Ricardo, concedida a Silveira Peixoto, o repórter informa que estando em São Paulo, Cassiano utilizava a sala de Osmar Pimentel no DEIP.

> Em verdade Gilberto Freyre anota as afinidades que o ligaram desde logo a alguns modernistas do sul e assim parece que aos excluídos da lista se destina a insinuação de internacionalismo literário. Isso equivale a esquecer a função nacionalizante do grupo verde-amarelo que, com Cassiano Ricardo, Menotti Del Picchia, Plínio Salgado e Motta Filho à frente reagiram contra quaisquer influências francesas na nossa literatura. Sem negar a importância do movimento de Recife, é necessário entretanto frisar que no sul também se tentou construir na base dos assuntos brasileiros, das tradições regionais. Gilberto Freyre esquece aliás o papel de Antonio de Alcântara Machado no drama de nossa renovação. Língua e assunto regionais foram por ele tratados com mão de mestre e sua influência das mais sensíveis no modernismo brasileiro.

Como o periódico recebe contribuições de outros estados, no número 10, de 01.10.1941, será publicado um artigo de Nestor Ericksen, secretário do *Correio do Povo,* de Porto Alegre, sobre as primeiras entradas de negros no Rio Grande do Sul.[318]

[318] O autor afirma, assim como Cassiano Ricardo, no que se refere a São Paulo, a participação efetiva dos negros na colonização do sul do Brasil. "As primeiras entradas de negros no Rio grande do Sul, embora não existam documentos esclarecedores a respeito em nossos arquivos históricos, se verificaram, pelo que se presume – e abalizados investigadores o afirmam – durante a fase de exploração de Maldonado pelos desbravadores portugueses, admitindo-se, contudo, que a fixação dos escravos africanos somente se tivesse efetivado, realmente, entre nós, durante as instalações dos currais e estâncias, encerrando o ciclo agitado das bandeiras conquistadas.

Quando se travaram, pois, os primeiros choques entre os habitantes primitivos da terra e os pioneiros da penetração, assegurando ao governo de Portugal a posse definitiva desta rica área do território, já os negros haviam perlustrado o solo riograndense como soldados destemidos, integrando as milícias reais."

Em 1.10.41, no artigo, "Quistos Raciais" (sem assinatura), discute-se o "preocupante" problema da concentração de italianos em São Paulo: "Há tempos falou-se no mal das grandes aglomerações de uma só raça. Seja-me lícito citar um nome que os acontecimentos levaram como levam outras coisas mais que nomes, o de Rodrigo Silva, que foi aqui ministro da Agricultura. Este ministro tinha por muito recomendado aos encarregados da colonização que intercalassem as raças, não uma contra outras, mas todas com a do país, a fim de impedir o predomínio de nenhuma." Política essa que o artigo admite como uma boa solução para o problema.

Figura 6: Ilustração de Noemia para poemas de Menotti Del Picchia na revista *Planalto,* publicados em 1.11.41.

O desenho coloca o tema da formação racial brasileira harmoniosa no centro de um cenário tropical e dos poemas de Menotti Del Picchia, alguns publicados na década de 1920. Exemplar pertencente ao acervo do IEB-USP.

No mesmo número, Sérgio Milliet, ao comentar a obra do acadêmico da APL Otoniel Mota, *Do Rancho ao Palácio,* retoma novamente o debate sobre a presença do negro em São Paulo. Ambos, autor e crítico, concordam que a participação do negro no processo colonial na região foi tardia, ao contrário do que afirmara Cassiano Ricardo. Até o primeiro quartel do século XVIII, a terra paulista seria caracterizada, segundo os dois primeiros, somente pela presença de índios, portugueses e descendentes.

> Então o café introduz o negro, com a riqueza e a necessidade de braços, e as levas se sucedem até a abolição. A partir desse momento já pouco ou nada exprime a influência do negro na nossa formação. O que não quer dizer que ela não esteja aumentada agora, depois das leis restritivas à entrada dos estrangeiros. Essa a tese que defendo e considero a mais documentável. Bem sei que escritores do valor de Gilberto Freyre e Cassiano Ricardo a criticam. Respeito-lhes a opinião mas não me sinto convencido. Seus argumentos ou são de caráter regional, como no caso de Gilberto Freyre, ou de caráter sentimental, como no caso de Cassiano Ricardo. Não resistem à copiosa documentação em contrário. Engenhosíssimo, em verdade, me parece o ensaio deste último escritor acerca do "negro no bandeirismo" (*Revista do*

> *Arquivo Municipal*, v. XLVII, p. 5), mas baseia-se em grande parte nas possíveis confusões a que se presta a palavra *negro* amiúde encontrada nas atas e nos inventários. Mesmo porém que se aceite como indiscutível a interpretação de Cassiano Ricardo e que se admita ter sido a participação do negro no bandeirismo muito importante, permanece de pé a diminuta influência do negro em face das influências singularmente mais consideráveis do índio a princípio e do imigrante mais tarde (p. 12).

Em *Planalto,* Rubens do Amaral já constatava, em 1941, um problema de "genocídio estatístico" em São Paulo. No caso em questão, tratar-se-ia dos caboclos, e não dos pardos, momento no qual também se verificaria, para alguns analistas, a possibilidade do desaparecimento dos pretos do território paulista. Segundo o autor, o orgulho de possuir o sangue tupi ou tapuia nas veias faria com que os estatísticos confundissem lusos com caboclos, "todos igualmente brancos", o que acarretaria como conseqüência uma falta de condições do recenseamento em avaliar quem seriam os brancos puros e os lusos ameríndios.

> As nossas estatísticas sofrem de um mal a estas alturas já insanável: dividem a população em brancos, pardos e pretos, ignorando a contribuição índia, como fator imponderável. Não existe para os estatísticos, o mestiço do branco com o índio, que fica sendo numericamente branco.
>
> [...]
>
> Quando muito, contaremos os negros e os mulatos escuros. Os mulatos claros, esses tenderão cada vez mais a serem contados entre os brancos, por decisão sua e consenso dos demais. (n.8, 1.11.1941, p.8)

A comparação com o caso dos Estados Unidos surge no artigo em meio aos números que mostrariam o aniquilamento do negro paulista, com tendência ao desaparecimento em pouco tempo. As altas taxas de mortalidade verificadas sob todos os aspectos na população levariam a inferências que apontariam, indubitavelmente, para o seu fim na região.

> Seria da mais alta importância a comparação entre a situação do negro e do caboclo, ambos vindos de estágios primitivos da civilização, ambos mergulhados na ignorância e na miséria, ambos colocados frente a frente

> com o competidor alienígena na cidade e na roça. Não há estatísticas, porém, dos caboclos. Os censos os declaram brancos...
>
> [...]
>
> Todos esses dados comprovam a inferiorizarão do negro em São Paulo, seja ela de causas climáticas e raciais, sejam de causas sociais e econômicas. Porque não suporte grandes altitudes na ourela da faixa tropical, incompatível o negro com o frio; ou porque, vindo da escravidão, não tenha força para vencer as resistências do meio, continuando pobre, morando mal e comendo pouco, – o fato aí está. É o aniquilamento.

Dentre os trabalhos sobre questão racial que têm destaque em *Planalto,* dois merecem ser citados, tendo em vista a autoridade científica atribuída aos estrangeiros em suas pesquisas em ciências sociais no Brasil na década de 1940: Roger Bastide e Donald Pierson. O último constata a diminuição dos negros na paisagem brasileira, diante da tendência geral para amalgamar e assimilar todas as minorias étnicas no Brasil. Não haveria aqui segregação espacial deliberada, pois a distribuição racial, em termos de ocupação do espaço (localização residencial), teria causas não só econômicas como culturais (apego dos negros aos cultos fetichistas). Apesar de reconhecer a existência de discriminação e preconceito, o pesquisador americano afirma que os "mores" originários brasileiros permitiriam a ascensão e o reconhecimento social dos negros por parte da comunidade.

> Particularmente significativo é o fato de estar o negro *como unidade racial*, aparentemente desaparecendo do Brasil – como está desaparecendo o índio antes dele – embora provavelmente tenham sido importados para o Brasil mais africanos que para qualquer outra região do Novo Mundo. A tendência geral em toda a história brasileira parece ter sido para absorver no *stock* europeu predominante, gradativa mas inevitavelmente, todas as minorias étnicas.
>
> É verdade que o número de mestiços está aumentando, mas esse aumento parece trazer decréscimo do elemento africano e não do europeu. Nem está se desenvolvendo no Brasil um *stock* relativamente permanente de mestiços como os Macaneses da China, os Goaneses da Índia, ou os *Cape Coloured* no Sul da África. Ao contrário, os mestiços parecem estar absorvendo gradativamente os negros, enquanto eles mesmos estão sendo cada vez mais incorporados ao *stock* europeu dominante (1.2.1942, n. 18, p. 1 e 2).

O artigo de Roger Bastide, “A África em Surdina”, é de bastante interesse para toda a discussão sobre o problema racial no escopo deste trabalho, pois faz uma retomada, do ponto de vista histórico, da situação social do negro desde o período pré-republicano e assume como eixo central de análise a poesia produzida pelos escritores de cor no País. Em meio a um debate ligado às condições sociais de luta pela igualdade por esses sujeitos, a habilidade literária é vista historicamente no Brasil por Bastide como um instrumento de procura de ascensão e mobilidade social. A poesia afro-brasileira teria um caráter bastante específico, diante das condições particulares de vida dessas populações no Brasil. Na produção poética afro-brasileira, o autor constata o traço panteísta, porém este não seria uma especificidade da poética afro-brasileira, sendo prática generalizada.

> É mais difícil de encontrar em Hermes Fontes, em quem corre apenas uma gota de sangue negro, traços tão profundos da mentalidade africana.[319] Sei muito bem que se poderia definir a poesia cósmica desse escritor que se exprime, em *Gênese*, com tanta força e beleza, violenta e apaixonada, como sendo uma poesia africana, porque anima as cousas, a pedra, a árvore, o riacho, porque considera toda realidade como uma realidade viva e poder-se-ia mesmo mesmo (sic) encontrar certos textos que justificam essa interpretação, certos versos que parecem uma confissão da permanência em seu cérebro de uma hereditariedade animista:
>
> *Nesta contemplação de fetichista, ansioso,*
>
> *Idólatra e cristã, ajoelho e me persigno,*
>
> diz ele algures, falando de sua visão de mundo. Mas essa animação dos seres brutos, essa antropomorfizacão das plantas não é alguma coisa própria do africano; é uma tendência comum a todos os poetas, seja qual for a sua origem étnica, Vítor Hugo, por exemplo, tanto quanto Fontes. Além disso, esse animismo, se quiser a todo preço falar de animismo, essa atribuição de vida à matéria e de sentimento ao vegetal, não se liga aqui, como em D`Oliveira, ao espiritismo, mas a uma filosofia científica ou pretendida como tal, a uma certa concepção da evolução considerada como uma aspiração, um arrojo criador, um impulso vital procurando formas cada vez mais perfeitas, partindo do plasma primitivo:

[319] Hermes Fontes nasceu no Sergipe, em 1888, e cometeu suicídio no Rio de Janeiro, em 1930. Formado em direito, não exerceu a profissão, mas colaborou em jornais e revistas de vários estados. Sua poesia de estética simbolista foi expressa em seu livro G*ênese*, publicado em 1913.

Da água ao líquen, do musgo às arvores, a vida

Desdobra-se, evolui, tende a ascender;

Buscam todos tocar a esfera inatingida

Do humano ser [320] (15.12.1941, n. 15, p. 1 e 2).

Roger Bastide deixa aqui uma pista sobre as concepções que nortearam os poetas parnasianos quando assumiram o panteísmo como forma expressiva em um contexto de acomodação ao cientificismo. Como procurei salientar em capítulos anteriores, os poemas de Menotti Del Picchia e de Cassiano Ricardo, além de estarem associados a uma "filosofia científica ou pretendida como tal", como mostrou Bastide, têm como característica central, a partir da fase nacionalista, sobretudo o fato de se constituírem como um sistema ao qual as diversas raças entram como elementos poéticos que exercem funções análogas às das diferentes matérias tomadas por forças anímicas. Nesse sentido, a religiosidade e a espiritualização do mundo entra simultaneamente pela porta dos fundos da poética de Menotti e Cassiano, permitindo a possibilidade de transição entre os diversos campos semânticos.

4.3 *Cultura Política*

No início da década de 1940, Cassiano Ricardo não era um novato na reflexão e divulgação de suas idéias sobre os problemas e a formação do Estado Nacional, pois já desenvolvia tais atividades desde os últimos anos da década anterior. O autor tratara do tema em seu discurso de posse na ABL, em seu trabalho à frente da revista *Brasil Novo*, em sua

[320] O poeta citado é o paraibano Peryllo D'Oliveira, autor de *Canções que a Vida me Ensinou*, que, segundo Roger Bastide, já trataria do tema da igualdade das raças, ao propor um "evangelho do amor", extraído do cristianismo, em que todos seriam irmãos. Esse evangelho seria a saída do poeta para a miséria da condição humana, exposto em poemas como:

Seres e coisas, sexos, cores, raças,

ideais e religiões, com o teu poder congraças,

numa concórdia fraternal

Como se pode perceber, a poesia do parnasiano Hermes Fontes é bastante próxima à poética de Cassiano Ricardo e de Menotti Del Picchia em fases semelhantes.

É bom adiantar ainda que Roger Bastide deposita a especificidade de uma poética afro-brasileira, não na visão cósmica dos poetas de cor, mas no uso da chamada *palabra*, expressão africana que designaria o poder criador de idéias pela inteligência e pelo uso espontâneo da fala, mas não cabem aqui maiores digressões sobre o tema.

participação nas comemorações dos cinqüenta anos da abolição, com a pesquisa sobre a participação do negro no bandeirismo paulista, e no ensaio publicado na revista *Cultura Política*.[321]

No número de estréia da revista, em março de 1941, Cassiano Ricardo explicitara sua percepção sobre a possibilidade e a fecundidade da idéia de estender de forma sistemática o simbolismo construído sobre o bandeirismo no âmbito paulista para o Governo Federal, encabeçado por Getúlio Vargas. A começar pelo título, "O Estado Novo e seu sentido bandeirante", o artigo procura demonstrar as afinidades entre o regime criado em 10 de novembro de 1937 e o sentido social e político do bandeirismo. Um e outro seriam momentos de evolução de um Estado Nacional, próprios da formação histórica brasileira. O autor retoma no artigo a argumentação desenvolvida na obra *Marcha para Oeste*, mas cita também as palavras de Getúlio Vargas que expressariam e legitimariam a vocação bandeirante do regime:

> É o próprio fundador do Estado Novo, o presidente GETULIO VARGAS, quem nos diz: "Mais do que uma simples imagem, é uma realidade urgente e necessária galgar a montanha, transpor o planalto e expandir-nos no sentido das latitudes. Retomando o trilho dos pioneiros que plantaram, no coração do continente, em épica e vigorosa arremetida, os marcos das fronteiras territoriais, precisamos de novo suprimir obstáculos, encurtar distâncias, abrir caminhos e estender as fronteiras econômicas, consolidando, definitivamente, os alicerces da Nação" (grifo do autor) (RICARDO, 1941: 129).

É interessante notar nessa fase do pensamento de Cassiano Ricardo que o rompimento com o liberalismo chegara a tal extremo em sua busca de agir "brasileiramente" de acordo com a nossa suposta realidade e contra todas as formas de "ideologias exóticas" que o autor chega a afirmar que "as instituições políticas 'nascem', não são inventadas" (RICARDO in *Cultura Política*, I, 1941:128). As instituições são comparadas a "formas vivas" provenientes do próprio ambiente, a despeito da vontade humana, em uma argumentação calcada em um forte determinismo de cunho naturalista.

No artigo de abertura do primeiro número de *Cultura Política*, Almir de Andrade, o diretor da revista, inaugura no periódico a discussão sobre o conceito de democracia no

[321] Para uma análise mais detalhada de *Cultura Política*, ver GOMES (1988; 1996), especialmente os capítulos 4 e 5 de *História e Historiadores* (1996), que são dedicados à revista. Para a análise aqui levada a cabo, examinamos de forma preliminar as revistas do primeiro ano, ou seja, os números publicados em 1941.

regime de Vargas e também associa à democracia a metáfora de "uma instituição viva".[322] O autor afirma que a democracia representa um ideal de solidariedade humana, vislumbrado também pelo Brasil, pois conformaria uma ordem social que não levaria em consideração as distinções de raça, classe ou condições econômicas. Por ser um ideal, no entanto, a democracia estaria necessariamente sujeita a interpretações e precisaria ser vista de forma realista e adequada às condições nacionais (cf. ANDRADE, p. 5-8).

Andrade prega, ainda, a união de todas as regiões brasileiras e define como objetivo da revista espelhar o pensamento do chefe de governo, que encarnaria a liderança e a responsabilidade sobre os destinos da nação. À autoridade, ao poder pessoal e à personalidade do líder é que seriam atribuídas as fontes da organização do Estado. "Um Chefe de Estado é um órgão de coordenação, de interpretação e de direção, sem o qual nada se poderá fazer" (ANDRADE, n. 6, agosto de 1941: 175). Daí a ênfase, pelo menos nos primeiros números da revista, na obra publicada pelo próprio Getúlio Vargas, *A Nova Política do Brasil*, citada repetidamente e analisada pelos colaboradores do mensário.

Um dos objetivos da revista *Cultura Política* era, portanto, servir de expressão do pensamento do líder da nação. No discurso dos autores que apoiaram o regime de Vargas pós-1937, é evidente a oposição entre igualitarismo (nos termos do ideário liberal e democrático) *versus* nacionalismo. Para eles, a idéia de um princípio igualitário que unificasse socialmente os indivíduos era não só contrária à "realidade natural" e à "experiência humana" como oposta a um conceito racional de organização e ordem hierárquica. Uma autêntica representação das forças sociais só poderia estar estruturada em corporações organizadas, por suas "funções naturais", no corpo estatal/social, em acordo com os anseios próprios da nação. De outro lado, a vontade pessoal de Vargas unificaria o corpo da nação.

> O credo da uniformidade política universal promanara do cosmopolitismo humanitário e equalitário do século XVIII. A idéia nacional, vencedora em nossos dias como expressão máxima da filosofia política destinada a orientar a humanidade do período histórico que se inicia, preconiza o princípio diametralmente oposto de que cada povo, sendo uma entidade sociológica peculiar, deve elaborar as suas instituições sociais e políticas, obedecendo apenas à inspiração do gênio nacional (AMARAL, *Cultura Política* I: 167).

[322] Segundo Lúcia Lippi de Oliveira, "Almir de Andrade foi durante o Estado Novo, e principalmente no período que dirigiu a revista *Cultura Política* (1941-1945), um dos principais ideólogos do regime de 1937" (Oliveira, 1982:31).

Azevedo Amaral vai situar o pensamento de Getúlio como uma defesa da tradição brasileira associada ao critério nacionalista e ao realismo sociológico. Tal pensamento oporia às "ficções da democracia formal" o "conceito racional de uma ordem hierárquica", em que "as forças ativas da sociedade, concretizadas nas corporações organizadas, exerçam a sua função natural" (AMARAL in *Cultura Política,* I, 1941:168). Note-se novamente na citação o imperativo naturalista, pois ele estará diretamente articulado à proposta de estabelecimento de uma democracia hierárquica (isto é, segundo uma ordem supostamente natural), que será um dos pilares centrais para a compreensão do discurso que orientou o programa do Estado Novo, também ligado, implicitamente, ao ideário e ao significado da democracia racial para esses autores. A idéia de uma hierarquia estabelecida segundo uma ordem que propiciasse oportunidade e destaque para os melhores tipos raciais permanece subliminar na perspectiva adotada pelos ideólogos do governo Vargas.

Um dos textos apresentados no número de estréia de *Cultura Política*, tomado como documento histórico que demonstraria a profundidade das raízes do nosso sentimento de igualdade racial, é um trecho retirado do livro de Oliveira Lima, *O Movimento de Independência*, publicado em 1922, em que o autor procura demonstrar que o movimento de "democratização social" no Brasil, via mestiçagem, datava dos primórdios coloniais. Lima assinala ainda que a possibilidade de degenerescência da raça branca nos trópicos havia sido corrigida pelos cruzamentos. *Cultura Política* assim apresenta o texto de Oliveira Lima:

> Mostra Oliveira Lima o espírito da sociedade brasileira há cento e vinte anos atrás, no que diz respeito ao que poderíamos chamar a sua "democratização étnica". [...] O nacionalismo brasileiro não alimenta preconceitos de raça; deixaria de ser "brasileiro" no dia em que o alimentasse. O nosso incessante caldeamento racial tem sido, talvez, a nossa maior experiência humana. Ela ensinou-nos a valorizar o homem pelo homem, sem distinções de origem ou de sinais hereditários (*Cultura Política,* I, p. 202).

Em julho de 1941, é Gilberto Freyre quem terá o seu ponderado elogio ao governo getulista publicado na revista *Cultura Política*. Freyre destacará o papel inédito de Getúlio Vargas na história dos governantes brasileiros ao buscar formas novas de soluções para os problemas nacionais, por meio de novas técnicas administrativas e de governo, marcadamente sobre bases sociológicas e econômicas calcadas na experimentação social, e não apenas na

política. Segundo Freyre, Vargas seria o "menos bacharelesco" (1941: 125) de todos os governantes brasileiros.

Em agosto de 1941, são transcritos extratos de entrevistas do próprio Vargas, "fonte do pensamento diretor e inspirador de nossa vida pública" (p. 152), ao jornal *La Prensa e La Nación*, de Buenos Aires, entrevista que recebe, em *Cultura Política*, o título de "A democracia brasileira diante da América e do mundo". Na entrevista, Vargas afirma combater no seu governo "os antagonismos de classe" e "as infiltrações extremistas", dissolventes da "verdadeira solidariedade cristã", além dos "preconceitos regionalistas", desfavoráveis ao nivelamento dos estados brasileiros. Logo a seguir, Almir de Andrade faz a análise do conteúdo desse pronunciamento de Vargas (cf. "Democracia Social e Econômica", p. 160-175, n. 6, agosto de 1941).

> Com o Presidente Getúlio Vargas, a base da técnica do governo deixou de ser puramente política: deslocou-se para as soluções sociológicas e econômicas. A própria democracia brasileira deixou de ser uma democracia puramente política, para orientar-se no sentido de uma *democracia social e econômica* (grifo do autor) (p. 167).

No número de novembro de 1941, o pensamento de Getúlio Vargas, externado na entrevista, é mais uma vez citado. Vale assinalar a presença das adjetivações à palavra *democracia*, retomada do próprio discurso do chefe de governo, por seus comentadores.

> "É mais uma democracia econômica que política e por isso apresenta, simplificado, o mecanismo adequado de consulta e de controle da opinião pública".
>
> "Dentro da nossa realidade, construímos uma democracia realista e funcional" (VARGAS, *apud* MÜLLER, in *Cultura Política* 9, novembro de 1941: 16).[323]

[323] Nesse artigo, afirma João Pedro Müller: "No campo social a *Democracia Autoritária* veio ao encontro dos interesses vitais das classes desprotegidas, reconhecendo-lhes direitos primordiais, impedindo que continuassem a ser objeto de exploração das classes mais afortunadas. Aí está o Direito Trabalhista Brasileiro como argumento irrefutável àqueles que não vêm [sic] aqui uma Democracia" (grifo nosso) (*Cultura Política,* n. 9, p. 15). Por ser a edição comemorativa do quarto aniversário do Estado Novo, traz na abertura o elogio de Getúlio Vargas à revista.

Note-se que o discurso em torno de um projeto de consolidar uma democracia econômica no Brasil em detrimento da democracia política é generalizado no período, apesar de ser o termo "democracia econômica" pouco utilizado posteriormente, ao contrário do uso a que se prestará a expressão "democracia racial", que reencontrou espaço no vocabulário nos períodos posteriores ao Estado Novo.

4.4 *A Manhã*

Enquanto *Cultura Política* encarregava-se de analisar mais detidamente o pensamento de Getúlio Vargas em artigos mais longos, o jornal *A Manhã* expressava, na maioria das vezes, por meio de textos mais rápidos, as idéias, os pronunciamentos e as atividades cotidianas do presidente.

A Manhã foi editado pela mesma empresa que produzia o jornal *A Noite*, dirigida por um militar, o "superintendente coronel" Luiz Carlos da Costa Neto, ou seja, pela Superintendência do Acervo da Brazil Railway, de propriedade da União Federal. Como primeiro jornal que surgiu após a implantação do Estado Novo, este diário matinal foi também encarregado de traduzir a orientação política do novo regime. Daí a larga publicidade e os estímulos iniciais que recebeu. É importante salientar que um dos diretores da empresa dirigida por Costa Neto era, na época, o gaúcho André Carrazoni, velho amigo de Cassiano Ricardo.[324]

A trajetória de André Carrazoni é, certamente, das mais sugestivas. Nascido em Santana do Livramento, publicou seu primeiro livro de poesias, de inspiração parnasiana, antes de completar vinte anos. Como estudante em Porto Alegre, foi colaborador em diversos jornais. Além de ter sido o companheiro de Cassiano contra a ditadura borgista, na década de 1920, no Rio Grande do Sul, André Carrazoni pertenceria ao grupo simbolista de Raul Bopp, antes de apoiar a renovação modernista, apesar de suas ponderações sobre os méritos do parnasianismo. No meio da década de 1920, Carrazoni muda-se para o Uruguai, mas retorna a Porto Alegre, novamente como jornalista.

[324] O outro diretor de *A Manhã* era Cipriano Lage. Cassiano dirigiu também o Departamento Cultural da Rádio Nacional.

É um dos primeiros a avaliar positivamente a Revolução de 1930 e passa a investigar as possibilidades de mudança sociocultural e de desenvolvimento nacional propiciadas por ela (cf. MORAES LEITE, 1972: 311-312).[325] Durante a década de 1930, trabalha no Rio de Janeiro em diversos jornais, além de colaborar com publicações para os "Diários Associados", de Assis Chateaubriand. Torna-se ainda um dos principais biógrafos de Getúlio Vargas. A carteira de trabalho de Cassiano Ricardo como diretor de *A Manhã* será assinada por André Carrazoni, na condição de empregador, tendo em vista a função que exercia como diretor da empresa "A Noite".[326]

A estréia do jornal *A Manhã* aconteceu no sábado, 9 de agosto de 1941. O destaque do primeiro número é a entrada de Getúlio Vargas para a Academia Brasileira de Letras, ocupando a vaga de Alcântara Machado, em evento ocorrido pouco antes da estréia do jornal, em 7 de agosto de 1941.[327]

Segundo noticiário de *A Noite*, do Rio de Janeiro, de 8 de agosto de 1941, a candidatura de Getúlio Vargas foi levantada pelos já acadêmicos Cassiano Ricardo, Ribeiro Couto, Mucio Leão, Olegário Mariano e Gustavo Barroso, recebendo os votos também de Pedro Calmon e de Oliveira Vianna. De outro lado, os escritores Menotti Del Picchia, Martins de Oliveira e Basílio de Magalhães haviam renunciado a suas candidaturas na ocasião em favor de Vargas. Como é possível conferir, são os acadêmicos articuladores da candidatura nomes ligados à produção dos jornais governistas, seja como dirigentes ou colaboradores.

Getúlio Vargas, em seu discurso de posse na instituição, expressa o intento de associar os membros da ABL à obra de reconstrução nacional a que se propõe, reconhecendo à Academia uma função política entre as demais finalidades do Estado (cf. p. 4, 11.10.1941). O próprio discurso de posse de Getúlio Vargas sugere o estreitamento de relações entre a literatura e a política no período em que ingressou na academia.

Com efeito, Vargas assinala o contraste entre o momento de fundação da academia, quando se verificava a separação entre os estudos do "espírito" em oposição à análise e atuação sobre a "realidade", com a ocasião de seu próprio ingresso, de aproximação entre as duas esferas. Essa diminuição de distância entre a "impassibilidade marmórea" dos literatos

---

[325] Além de poeta, Carrazoni será conhecido na época principalmente como crítico e jornalista.

[326] Cf. Arquivos pessoais do autor pertencentes à Fundação Cassiano Ricardo, em São José dos Campos, SP.

[327] Centrei as pesquisas para este capítulo na página de editoriais do jornal *A Manhã* (p. 4), na qual os intelectuais colaboradores e Cassiano Ricardo expressavam diariamente suas idéias políticas em artigos de opinião, sobre assuntos os mais variados. Consultei também, em certos números, outras páginas de interesse para este trabalho.

e os homens "de ação" registrar-se-ia, segundo o novo acadêmico, pela admissão crescente de profissionais liberais, juristas, historiadores, políticos e "até industriais" na academia.[328]

A ascensão acadêmica de Vargas está diretamente associada ao trabalho dos ideólogos do Estado Novo no sentido da sacralização da figura do presidente e líder da nação, a quem caberia encarnar as virtudes do novo sistema de governo. A preocupação em identificar Vargas com a "cabeça" e o "espírito" do novo sistema será visível nas publicações oficiais patrocinadas pelo governo.

Por meio do ritual acadêmico, a aura concedida pela atividade literária, tomada como propícia pelos escritores e socialmente consagrada, sobretudo pelos parnasianos, encarna-se simbolicamente na personalidade do presidente da República. A condição de um acadêmico-presidente ou de um "presidente acadêmico" propiciava ao poder constituído outra forma de acesso à sagração por meio das honrarias literárias, para além da dimensão religiosa. "A sacralização da política visava dotar o Estado de uma legitimidade escorada em pressupostos mais nobres que os tirados da ordem política, funcionando como escudo religioso contra as oposições não debeladas" (LENHARO, 1986:18). Além de todo o amparo do aparato religioso evidenciado por Alcir Lenharo, Getúlio contou ainda com a proteção da aura letrada.[329]

Os números subseqüentes à estréia de *A Manhã* procuram coletar as declarações que documentariam a boa recepção do matutino pela imprensa corrente e pelo público como um todo. O jornal busca associar à imprensa uma função pública exercida por uma inteligência atrelada ao Estado e defensora da ordem, ao contrário do liberalismo, segundo a visão do periódico, que teria dissociado os intelectuais do Estado.[330]

Desde o primeiro número, quando publica o programa do jornal, Cassiano Ricardo atribui ao matutino que dirigirá o papel "de colaborar na formação da consciência brasileira, na defesa do nosso sistema de vida e no combate às ideologias malsãs e forasteiras

---

[328] O discurso de Getúlio assume um tom patriótico com a retomada da obra de seu antecessor, o paulista Alcântara Machado, a quem associa a personalidade de um "amoroso da terra, profundamente enraizado em solo pátrio". Cita ainda a biografia de Brasílio Machado, escrita pelo filho também acadêmico, cujo pai tanto lutara pelo retorno do "espiritualismo cristão, promotor da unidade da terra" (cf. Revista da Academia Paulista de Letras, 12.03.1944, p. 59-74).

[329] De outro lado, as atividades poética e literária passariam por um contínuo processo de "dessacralização".

[330] Cf. "A função social da imprensa", artigo de Francisco Campos (p. 4, n. 1, 9.8.1941). "Por isso, reconhece a nossa constituição que a imprensa exerce uma função pública, mas, exatamente porque exerce uma função pública, a imprensa não pode inspirar-se em outras idéias senão aquelas que conduzem ao bem público e à conservação do Estado".

que pretendem violentar a índole de nosso povo". As novas instituições do Estado Novo viriam para reajustar o Brasil em suas realidades sociais, econômicas e políticas.[331]

Muitas vezes, enfatiza-se a competência do diretor do jornal para o exercício dessa função: "Cassiano Ricardo, da Academia Brasileira de Letras, valor positivo e consagrado da nossa cultura, como poeta, sociólogo e jornalista". O jornal apresentou também um pequeno currículo de Cassiano, associando-o ao nacionalismo modernista de cunho nativista (cf. no. 3, de 12.09.1941, p. 2).

As colunas que articulam bandeirismo e governo Vargas só não ressurgem no diário em raros números[332]. A pedagogia da repetição é um dos artifícios mais utilizados pelo jornal, que martela as mesmas idéias sempre com novos adereços e roupagens. Da mesma forma, a discussão sobre o "tipo" de democracia adequada ao chamado "sentido da realidade brasileira" ocupa inúmeras páginas do jornal, como veremos a seguir.[333]

Uma coluna diária, denominada "Marcha para o oeste", foi introduzida no jornal. Procurava demonstrar a preocupação do governo com o interior do País, o chamado "sertão brasileiro", um dos temas retomados pelo modernismo desde, pelo menos, a metade da década de 1920. Acompanhada cotidianamente por uma ilustração do mapa do Brasil e miniaturas que caminham em direção ao interior, ao mesmo tempo em que uma locomotiva adentra em direção a oeste, a ilustração reforça a percepção de uma hierarquia racial na qual os negros são representados como trabalhadores braçais. Sua posição na fila, sempre atrás dos líderes, também destaca uma representação de subserviência. Mesmo o elemento indígena é representado como guardião da marcha e colocado à frente dos negros no ordenamento racial sugerido, quando estes assumem a função de carregadores ou "meio de transporte", operação que, subliminarmente, faz referência à animalidade.

---

[331] Segundo Cassiano Ricardo, *A Manhã* foi o primeiro jornal brasileiro a incluir em suas páginas um suplemento literário.

[332] Além da geografia, a construção de uma história do Brasil é uma preocupação permanente no jornal (GOMES, 1988). Na coluna "Perguntas brasileiras", o jornal promovia diariamente enquetes sobre fatos da história do Brasil, convidando o leitor à pesquisa sobre aproximadamente cinco questões. No dia seguinte, o jornal publicava as respectivas respostas às perguntas formuladas (veja, como exemplo, "Perguntas Brasileiras n. 309", de 11.08.1942, p. 2, com "AS RESPOSTAS ÀS PERGUNTAS DE ONTEM: 1- Para estabelecer uma cidade, nos primórdios da colonização do Brasil, as primeiras providências consistiam no levantamento do pelourinho, significando a justiça, e na construção de casas para o governo e a igreja."; etc... Logo abaixo apareciam "AS PERGUNTAS DE HOJE: 1- Como se chamava o fundador da Colônia do Sacramento?"; etc...).

[333] Ver, nesse sentido, não só os inúmeros artigos de Cassiano Ricardo, freqüentemente na página 4, assim como de outros autores, muitas vezes, anônimos.

Figura 7: Mapa idêntico ao utilizado por Cassiano Ricardo para ilustrar a obra *Marcha para Oeste* (1940), reproduzido cotidianamente no jornal *A Manhã* (1941-1945).

A ilustração é de Livio Abramo. Recortado de *A Manhã*, de 09.08.1941, p. 8. Exemplar pertencente ao acervo da Casa de Rui Barbosa – RJ.

A imagem de uma sociedade em movimento no sentido do interior do País é também resultado de uma operação de personificação da nação, entidade que adquire vida e se

adentra rumo a oeste.[334] Nessa coluna, procura-se associar cotidianamente ao governo Vargas o "sentido heróico das bandeiras" que visariam *integrar* as populações sertanejas na unidade nacional. Segundo o jornal, o programa de ação bandeirante seria a síntese do novo regime. As viagens e os empreendimentos de Vargas pelo interior são associados às conquistas bandeirantes.

> Teve o Presidente Getúlio Vargas, na sua viagem ao interior do Mato Grosso, mais uma oportunidade de reafirmar o sentido de uma nova política no Brasil.
>
> Essa política, de sadio e enérgico nacionalismo, tem como principal objetivo, descobrir o país a seus próprios habitantes, abrindo estradas que nos permitam chegar às mais surpreendentes fontes de uma riqueza ainda não conhecida inteiramente.
>
> Dentro do sertão, onde jamais a presença de um chefe de governo havia sido noticiada, o presidente Getúlio Vargas cria poderosos recursos de trabalho e encontra motivos para fortalecer o orgulho da raça e aumentar confiança nos destinos da terra americana. [...]
>
> O Presidente Getúlio Vargas, relembrando os antigos bandeirantes [...] está fortalecendo as raízes da nossa nacionalidade, irradiando por toda parte os princípios de uma sábia política construtiva ("Marcha para o oeste", 12.08.1941, p. 2).[335]

Além de continuar combatendo "os extremismos da esquerda e da direita", todo o simbolismo articulado nos anos anteriores por Cassiano no sentido de extrair da epopéia bandeirante a essência do projeto de Estado, inicialmente associado ao "espírito paulista", teve a possibilidade de ser transferido para articular o imaginário e a unidade nacional proposta pelo Estado Novo de Vargas, juntamente com o apoio às políticas por ele implementadas.

---

[334] Segundo Alcir Lenharo: "O espaço físico unificado constitui o lastro empírico sobre o qual os outros elementos constitutivos da Nação se apóiam: a unidade étnico-cultural, a unidade econômica, política, o sentimento comum de ser brasileiro. O solo da nação constitui-lhe pois uma qualidade natural primordial" (Lenharo, 1986:57).

[335] Dessa forma, um dos motes do jornal será a definição do sentido da civilização brasileira, apoiando-se, inúmeras vezes, no discurso de Getulio Vargas: " 'O verdadeiro sentido da brasilidade é o rumo ao oeste' – disse o presidente Getúlio Vargas, definindo o sentido da grande cruzada incluída no programa do Estado Nacional". O jornal insistirá em afirmar que o Brasil, do ponto de vista político, já se constituía como uma unidade (conferir, pouco menos de um ano depois do lançamento, em 01.07.1942, p. 4).

> Dentro do programa da marcha para o oeste, o próprio Presidente Getúlio Vargas equacionou, através de sua obra pessoal de levantamento direto das realidades nacionais, várias iniciativas de vulto que foram tomadas, entre as quais a fundação de Goiânia, criação de colônias agrícolas, proteção à família, no sentido de estimular a proliferação nativa, construção de diversas artérias ferroviárias, reorganização administrativa da estrada Madeira-Mamoré, assistência direta do governo federal aos municípios, que reconquistaram os seus antigos forais, etc. ("Marcha para o oeste", 20.08.1941, p. 8).[336]

Note-se ainda nas citações a associação freqüente entre nação e saúde, artérias e vias de comunicação, fórmulas que trazem subjacente uma reflexão sobre o País como "corpo" social a ser tratado via receituário político, após o diagnóstico que identificava a crise nacional na oposição litoral *versus* sertão.

> A "Cruzada Rumo ao Oeste" vai se transformar na ideologia de governo articulada pelo jornal. Cassiano Ricardo passa a escrever em defesa da "confraternização", como alternativa às opções liberais e totalitárias, ambas exóticas e, por isso, contrárias à afirmação de uma identidade nacional. A implantação de ideologias forasteiras representaria uma violência à índole do povo e a sua autenticidade. Haveria, segundo o programa proposto pelo jornal, um "Brasil permanente", cuja tradição deveria servir como único alimento para a vida espiritual da pátria. "A missão do Estado moderno – sabem-nos todos – não é tornar os homens mais livres, senão mais felizes".[337]

---

[336] Outra preocupação freqüente do jornal é direcionada para os espaços brasileiros despovoados: "Desse modo o programa de rumo ao oeste é o reatamento da campanha dos construtores da nacionalidade, dos bandeirantes e dos sertanistas, com a integração dos modernos processos de cultura. Precisamos promover esta arrancada, sob todos os aspectos e com todos os métodos, a fim de sanar os vácuos demográficos de nosso território e fazer com que as fronteiras econômicas, coincidam com as fronteiras políticas. Este é o nosso imperialismo. Não ambicionamos um palmo de território que não seja nosso, mas temos um expansionismo que é o de crescermos dentro das nossas próprias fronteiras" (p. 4, de 01.07.1942). Nesse sentido, a cidade de Goiânia representou um dos principais empreendimentos do governo em direção ao povoamento do oeste. "A nova capital do Estado – Goiânia – é um monumento que se ergue em pleno "hinterland" brasileiro. É uma grande cidade que está sendo construída obedecendo aos mais modernos planos urbanísticos. Ela será o eixo da marcha para o Oeste" (p. 4, de 01.07.1942).

[337] Jornal *A Manhã*, "'A Manhã' e seu programa", 09.8.1941, p. 4.

Menotti sempre contribui com sua coluna de variedades para o jornal dirigido pelo companheiro. Em 09.09.1941, p. 4, no artigo: "O Exército e o Estado Novo", analisa as realizações das forças armadas na vigência do Estado Novo.

> Eu já escrevera alhures que, no Brasil – país novo, descentralizado pela mecânica nas suas áreas territoriais e pela escassez de sua população, muito rarefeita em certas zonas – somente o Exército ia exercendo duas primaciais funções: a da unificação espiritual e a da compulsória educação e instrução do homem rústico.

Em 11.09.1941 (p. 4), Djacir Menezes defendia a prevalência de uma democracia "funcional e orgânica", expressão citada como proveniente do próprio Getúlio Vargas, para fixar o traço essencial do regime.[338] O tema da "marcha para o oeste" passa a ser associado diretamente à figura do presidente, por ser, segundo o jornal, expressão da "vontade" do povo brasileiro. Em 1943, o mesmo autor volta a elogiar a lucidez de Getúlio no que se refere à compreensão da democracia demonstrada nos discursos do presidente, autor da formulação abaixo:

> O Brasil nunca deixou de ser, sob o novo regime, uma democracia, mesmo porque, mais que nas palavras e nas convenções legais das democracias parlamentares, esse regime atende aos interesses do povo e consulta as suas tendências, através das organizações sindicais e associações produtivas.[339]

Metáforas organicistas são largamente utilizadas para explicar o desenvolvimento do povo brasileiro. A unidade nacional é comparada a um organismo e a caracterização da democracia é pensada como imanente às condições desse organismo. A política após a

---

[338] P. 4.

[339] "O Novo Conceito de Democracia", p. 4, 20.02.1943. Em 28 de março de 1943, no artigo "Eugenia e Democracia", Octavio Domingues, escreve outro artigo associando os temas, em que a exigência de critérios seletivos, no pensamento de certos autores, com base em características inatas, fica mais evidente. "Os deveres de um cidadão, hoje, numa democracia, são encargos tão pesados que somente seres humanos moral e intelectualmente evoluídos, alcançam facilmente o sentido deles. E, com eles se conformam, porque nessa sociedade, assim constituída é que terão expansão vitoriosa todos seus *dons inatos*, necessários para o trabalho livre, para a conquista de seus ideais como indivíduos. A vasa humana, ao contrário, é formada de seres cuja vida é uma constante luta contra as leis sociais. Ora, *a Eugenia pugna justamente para que os humanos inferiores*, que são os que compõem essa vasa na sociedade – sejam levados a não gerar, ou a gerar menos intensamente, afim de que a população laboriosa não tenha de arrastar esse peso morto de infelizes, cujos meios de subsistência é nulo ou deficiente, devido à sua capacidade física ou intelectual para o trabalho. [...] *A democracia é, portanto, a salvaguarda necessária para a Eugenia*", cita o autor. (grifos nossos.) Octavio Domingues (1897-1972) foi um dos estudiosos das teorias de Mendel no Brasil, com diversos estudos na área de eugenia.

Revolução de 1930 e a "evolução" dessa política no sentido do golpe de 1937 são avaliadas como etapas necessárias ao desenvolvimento do Brasil.

> Foi necessário o movimento de 10 de novembro de 1937 para repor a revolução de 1930 no verdadeiro caminho: o de ligar indissoluvelmente o estado e a nação fazendo de um a vontade mesma da outra, a expressão de suas energias, o realizador de suas necessidades, o coordenador de suas forças na grande obra de reconstrução material, social e moral do país (sem autoria, 16.09.1941, p. 4).

A vida nacional é repetidamente comparada a um sistema corpóreo, sujeito aos mesmos problemas de um organismo vivo. O jornal expressa freqüentemente sua preocupação com a harmonia entre a estrutura estatal e uma certa unanimidade nacional que eliminasse o jogo partidário perturbador. Em 23 de setembro de 1941, por exemplo, defende a neutralidade do Brasil e expõe as razões pelas quais o País dever-se-ia manter afastado da guerra, expressa o autor.[340]

> O momento brasileiro é de confraternização e não de torcidas liberais ou totalitárias.
>
> As ideologias exóticas são verdadeiras infecções. Quem se contamine por uma ideologia exótica deixa de pensar brasileiramente. E quem deixa de pensar brasileiramente deixa, "ipso facto", de ser brasileiro. Porque pátria é espírito. E a pior forma de se perder uma pátria é perdê-la espiritualmente (Cassiano Ricardo, p. 4, 23.09.1941).
>
> A Constituição de 1934 será bombardeada pelo jornal pelo seu cunho liberal e irrealista, por ser representativa de "velhos princípios" e por estar cheia de lacunas, deficiências que a Constituição de 1937, por sua vez, "fruto de patriótica observação" da realidade do País, conseguiria sanar. A democracia social brasileira teria por objetivo central acabar com o divórcio entre a realidade e as velhas Constituições do País.

Cassiano mantém no jornal a sua opinião sobre a importância das fábulas e mitos como elementos de expressão tão relevantes como a história de um povo documentalmente

[340] A partir de 1942, o discurso veiculado pelo jornal sofrerá uma mudança perceptível, com o alinhamento político do Brasil com os norte-americanos.

certificada. No artigo "Não há mentiras nas fábulas", retoma temas de *Martim Cererê* e elogia a postura de Getúlio Vargas sobre o assunto.

> Releia-se a luminosa oração do sr. Getúlio Vargas. Lá está este pedacinho de ouro: "As lendas da Amazônia mergulham raízes profundas na alma da raça e a sua história, feita de heroísmo e viril audácia, reflete a majestade trágica dos prélios travados contra o destino" (p. 4, 12.10.1941).

Menotti Del Picchia também atribuía papel fundamental ao misticismo. Em artigo de 26 de novembro de 1941 de *A Manhã*, ao comentar o inquérito de Edgard Cavalheiro sobre a visão dos intelectuais contemporâneos, afirma que um dos valores constantes dos quais a humanidade jamais abriria mão, por ser identificador do homem seria o misticismo.[341] Elabora, de forma sintética, um parecer sobre a igualdade e a justiça.

> Os bens devem ser eqüitativamente distribuídos entre todos. O critério de "equidade" importa num critério de diferenciações do tipo desses bens, uma vez que a desigualdade biológica e fatal das criaturas jamais permitirá uma distribuição idêntica desses bens entre todos. Isso apenas quer dizer que uma maior justiça social determinará um constante esforço de aperfeiçoamento cultural das criaturas, no intuito de dar-lhes um mais fácil acesso a esses bens. A igualdade não deve ser processada pelo corte horizontal da sociedade, obedecendo o ideal de Calígula, mas pela elevação dos humilhados e ofendidos, dos que vivem imersos na indigência e na ignorância; por uma obra social ativa e redentora.

Uma preocupação perceptível de Cassiano Ricardo como diretor foi mobilizar os valores intelectuais brasileiros no sentido da "retomada do espírito bandeirante" de conquista. Pesquisas sobre "a história brasileira" deveriam ser, para o autor, a fonte para o conhecimento das raízes nacionais, o que levaria à fixação de um estilo de vida legítimo. Continuando a campanha para a conclusão urgente do monumento à epopéia dos bandeirantes, afirma o

[341] P. 4. O inquérito de Edgard Cavalheiro recebeu o nome de *Testamento de Uma Geração*. Foi composto de entrevistas com vários escritores brasileiros das mais diversas áreas com opiniões a respeito de problemas recorrentes na agenda da época.

jornal: “Anchieta é algo mais que o criador de uma cidade; foi ele que imprimiu aos primórdios da vida brasileira o sentido de nossa civilização”.[342]

O empenho de Cassiano Ricardo em trazer para o jornal a colaboração dos mais respeitados intelectuais da época é notório. Desde o início da publicação, nomes ilustres, como ministros de Estado, acadêmicos e intelectuais, marcam presença. No sentido de avaliar a importância que Cassiano Ricardo atribuía à participação dos mais diversos intelectuais, basta conferir as edições comemorativas a cada aniversário do jornal *A Manhã*.

Antes do primeiro aniversário da publicação, escreve Cassiano Ricardo para Oliveira Vianna:

> Rio, 19 de maio de 1942
>
> Prezado Dr. Oliveira Viana,
>
> No dia 9 de Agosto deste ano, transcorrerá o primeiro aniversário da fundação de A Manhã. É pensamento da direção desta folha, dar, como comemoração do fato, uma grande edição, de quatro ou cinco cadernos dos habituaes, de 16 páginas. Um desses cadernos deverá constar de 16 estudos de assuntos vários, de modo a formar o seu conjunto uma espécie de balanço do estado cultural do Brasil dos nossos dias.
>
> A relação dos temas que desejamos incluir nesse balanço é a que se segue, e a apresentamos acompanhada dos nomes dos escritores escolhidos para escreverem taes trabalhos:[343]

---

[342] 26.07.1942, p. 4.

[343] Oliveira Vianna não publicou o artigo sobre o tema solicitado naquele ano. Às vésperas do segundo aniversário do jornal (em 8 de agosto de 1943), no entanto, publica um longo artigo intitulado “O Homem brasileiro e o mundo de amanhã” (p. 15). Mário de Andrade também não apresentou o trabalho em 1942. No entanto, já nesse primeiro aniversário registra-se a presença de vários outros colaboradores, com algumas modificações nos assuntos ou títulos inicialmente propostos. Ao final, os artigos que representaram o balanço comemorativo do primeiro ano do jornal foram: “Reflexões sobre a História do Brasil”, por Afonso Arinos de Melo Franco; “Nota sobre a Evolução Religiosa no Brasil”, Tristão de Athayde; “As Artes Plásticas no Brasil”, Manoel Bandeira; “O Brasil, sua Democracia e os Problemas da Cooperação Intelectual”, Ribeiro Couto; “O Brasil e a Raça”, Roquete Pinto; “Roteiro de Duas Gerações”, Mucio Leão; “Esquematização da História Militar no Brasil”, Gustavo Barroso; “Quinze Variações Sobre a Música Brasileira”, Renato Almeida; “Rui Barbosa, Esse Desconhecido”, Motta Filho; “Significação da Agricultura na Evolução Brasileira”, Apolônio Sales (Ministro da Agricultura); “A propósito da Política do Brasil na América”, por Gilberto Freyre. No aniversário de 1943, Cândido Motta Filho publicou também “A democracia brasileira e os fundamentos constitucionais das liberdades humanas”, no qual, a despeito da defesa do constitucionalismo, elogia o governo de Getúlio.

A edição seguinte ao primeiro aniversário, anuncia as congratulações recebidas pelo periódico provenientes do ministro Marcondes Filho, já titular da pasta do trabalho e interino da Justiça, por intermédio do seu oficial de gabinete, que visitou e cumprimentou Cassiano Ricardo pela passagem do primeiro aniversário de *A Manhã*. O jornal agradece ainda os cumprimentos, por telegrama, de Gustavo Capanema; embaixador Jefferson Caffery;

Afonso Arinos de Melo Franco – Uma concepção da História do Brasil

Apolonio Sales – Política agricola do Brasil

Gilberto Freyre – A sociologia no Brasil

Gustavo Barroso – Historia militar do Brasil

Manuel Bandeira – As artes plásticas no Brasil

Mario de Andrade – Historia da musica no Brasil

Mota Filho – A concepção política do Estado Novo

Mucio Leão – Ensaio sobre a literatura brasileira

Oliveira Viana – A política corporativista do Brasil

Ribeiro Couto – Historia do panamericanismo brasileiro

Tristão de Athayde – Evolução religiosa do Brasil

Vinicius de Moraes – Historia do cinema brasileiro

Pires do Rio – O combustível na economia brasileira

Roquete Pinto – Antropologia brasileira.[344]

Abelardo Vergueiro César (secretário da Justiça do Estado de São Paulo); diretor do DIP, major Coelho dos Reis, Dr. Andrade Queiroz, membro da Casa Civil da Presidência da República, do ministro do Supremo Tribunal, Aníbal Freire, do acadêmico Alcides Maia, de Casper Líbero, do acadêmico Pedro Calmon e do escritor Carlos Drummond de Andrade, dentre outras diversas personalidades e órgãos de imprensa (p. 2, 11.08.1942).

Já no aniversário seguinte (notícia de 10.08.1943, p .8), na redação d'A MANHÃ, registram-se novamente muitas visitas, com uma mesa de doces aos convidados. "Dentre as pessoas que nos vieram trazer os seus cumprimentos pela passagem de nosso 2º aniversário de fundação destacamos os seguintes nomes dr. Luiz Vergara, secretário da Presidência da Republica; dr. André Carrazzoni, diretor de "A Noite"; sr. Meton Trindade, representando o ministro Marcondes Filho; dr. Álvaro Maia, interventor no Amazonas; dr. Alfredo Pessoa, diretor da Divisão de Divulgação de Departamento de Imprensa e Propaganda; sr. Ole Just, em nome do ministro da Noruega; Castelar de Carvalho de "A Noite"; Acadêmico Leandro de Gois, representante da revista "Época" da Faculdade Nacional de Direito; e o Grêmio Paraense; Gerardo Godinho, da Caixa Econômica do Rio de Janeiro; Aloísio Marques, funcionário do Supremo Tribunal Militar; Orlando Luz, da Cia. Brahma; Carlos de Andrade Souza, do departamento Nacional do Café; Luiz Bento de Souza, Levly Idelfmam, dr. Leite Martinho, Nelson Cabral, Luiz Marques, Carlos Pereira de Menezes, Alcio de Abreu, Eratóstenes Daliro Menezes, Wilson Brandão, Aluizio Guanabara de Freitas, dr. Geraldo Sterling". Costa Neto também esteve presente.

[344] Finaliza a missiva o diretor de *A Manhã*:

"Ao prezado amigo ficou reservado como viu, o estudo referente á A plitica corporativista do Brasil (sic). Esperamos poder contar com a sua colaboração tão valiosa, que tanto virá enriquecer o numero comemorativo do nosso primeiro aniversário.

As condições que oferecemos são as seguintes: o estudo deverá ter vinte paginas datilografadas, em dois espaços, vindo acompanhado de fotografias alusivas ao texto, de modo a encher exatamente uma página de A Manhã: precisamos ter em mãos os originaes no dia 15 de Julho o mais tardar: a remuneração do trabalho é de 500$000, pagos depois da publicação do numero comemorativo.

Caso queira dar-nos a honra de sua colaboração, peço ao presado amigo o obsequio de uma rapida resposta.

Atenciosamente,

Cassiano Ricardo."

No balanço que apresenta aos leitores sobre o direcionamento que havia implementado ao jornal, Cassiano justifica a ênfase atribuída ao papel dos especialistas, técnicos, funcionários e estudiosos na discussão dos problemas públicos fundamentais para o País. O jornal publicava diariamente duas entrevistas com profissionais capazes de discorrer sobre economia, finanças, geografia, cultura ou defesa nacional.

> Entendemos também que a colaboração de um jornal como este deve refletir amplamente as idéias da nacionalidade; por isso, no nosso corpo de colaboradores, em que se encontram alguns dos nomes mais ilustres na literatura, na sociologia e na história pátria, estão representadas tendências diversas do pensamento brasileiro; e cada um deles, com a maior liberdade, tem contribuído para dar à nossa conduta a sua vigorosa expressão.
>
> Podemos orgulhar-nos também dos nossos suplementos literários de domingo: "Autores e Livros" e "Pensamento da América". O primeiro, organizado com um propósito de tornar-se, como já se tornou, um repositório bio-bibliográfico dos mais úteis, verdadeiro guia pratico da nossa literatura, pelo caráter de antologia que tomou cada número, sempre dedicado a uma determinada figura da nossa vida mental; e o segundo como um instrumento de divulgação de pensadores, novelistas, poetas, sociólogos e historiadores dos demais países do continente, de modo que a sua coleção, ao fim de algum tempo, venha a constituir também um roteiro de indicações, destinado a estimular o conhecimento, mais minucioso e mais completo, da criação espiritual nas Américas (Cassiano Ricardo, "Nosso primeiro aniversário", 9 de agosto de 1942, p. 4).

Os autores católicos são constantes colaboradores. Não só Tristão de Athayde como Jorge de Lima procuram harmonizar a religião com a política, a vida espiritual com a condição humana carnal, a temporalidade com a eternidade. Em 23.07.1942 (p. 4), Jorge de Lima, ao analisar a falência do liberalismo e do cientificismo, associa ao cristianismo a possibilidade de regeneração humana. Diz o autor: "É necessário voltar, pois, a um eugenismo cristão. E toda a ação equilibrada, corpo e espírito reajustados, tempo e eternidade coordenados, contemplação e dinamismo entrelaçados, datam de Cristo".[345] Aliás, é

[345] Em 07.01.1943, no artigo "Catolicismo e totalitarismo", o jornal coloca a necessidade de harmonizar o construto estatal com o catolicismo: "A fórmula nipônica – o indivíduo não é uma entidade, senão que depende da comunidade, nascido do Estado e sustentado por ele – e a da Itália fascista.

necessário ressaltar que eugenismo e racismo são noções opostas no pensamento de Jorge de Lima, pois o autor enfatiza algumas diferenças entre esses conceitos.

> Ora, como o racismo acena a sua gente com o ideal perfeitamente humano de conseguir uma população mais sã, mais isenta de deformidades físicas e mentais, mais dotadas de virtudes biologicamente herdadas, parece à primeira vista que racismo e eugenia são a mesma coisa. Puro engano; quer a eugenia uma humanidade de pessoas normais, boas e verdadeiramente fraternais entre si; e o racismo, ao contrário, oferecendo à sua numerosa tribo o mito do arianismo ou qualquer outro mito biológico, origina no mundo a discórdia universal, a guerra, a destruição, enfim, a negação dos propósitos da eugenia. O nazismo, por exemplo, inicia o seu programa "eugênico" elegendo o alemão como genótipo único, superior em inteligência, força, e direitos congênitos a todos os demais, brasileiros, equatorianos, chineses ou patagônios. Exige, portanto, para que a boa hereditariedade se produza, uma seleção sui-generis, bastante diferente da que a eugenia requer.[346]

De acordo com Jorge de Lima, como não mais haveria raça pura, o critério de adaptação às necessidades ambientais não permitiriam o exclusivismo de nenhuma raça sobre a face da terra. De toda forma, a idéia de uma seleção hereditária com base na diferenciação dos tipos permanece como característica no pensamento de um autor que expressa idéias correntes entre seus contemporâneos.

No entanto, a variedade de opiniões reunida pelo periódico pouco tinha a ver com a tolerância e o respeito às idéias dos opositores. Na mesma página, o jornal expressa a sua posição diante das potenciais divergências com relação ao regime.

> O regime de 10 de novembro é sinônimo de Brasil uno e indivisível. Estado Novo quer dizer: nação juridicamente organizada e união completa de todos os brasileiros sob os mesmos ideais. Numa palavra – o atual regime é a própria imagem do Brasil autêntico.
>
> Se assim é, defender o regime é defender o Brasil, que mais encontrou a sua exata forma de ser. Estamos vivendo uma época em que os povos padecem de confusão ideológica, procurando uma expressão para a sua inquietude

[346] P. 4, 18.02.1943.

> social e política. Feliz, portanto, é o povo que já encontrou o seu caminho, pacificou os seus conflitos e resolveu os seus problemas fundamentais.
>
> [...]
>
> "Dissentir é trair", afirmou o sr. Oswaldo Aranha, em seu notável discurso de há poucos dias.
>
> Tem toda a razão o nosso chanceler.
>
> Manter-se alguém fora da comunhão nacional não é apenas trair o regime: é trair os ideais do Brasil, de que esse regime é a expressão, a força e o poder.
>
> ("Defender o Brasil, defendendo o regime", s/ ass., p. 4, 9.8.1942).

Curioso é o artigo em defesa do indianismo que Gilberto Freyre apresenta por ocasião do primeiro aniversário de *A Manhã*: "A Propósito da Política do Brasil na América" (p. 28). Além de atribuir ao elemento indígena a essência da particularidade do homem na América, o autor valoriza as concepções de Cassiano Ricardo sobre o bandeirismo. Elogiará, em seguida, a consciência de Getúlio Vargas em relação aos problemas sociológicos nacionais.

> Mas uma afirmativa pode ser feita: que a raiz ameríndia mais profunda de vida, de cultura, de caráter dá aos povos da América mais enriquecidos pela assimilação de valores indígenas maior autenticidade à sua condição de americanos: melhor integração na natureza americana. Ecologicamente são mais americanos do que os outros: aqueles cuja civilização européia repousa sobre o extermínio, a negação ou a desmoralização de valores indígenas. Daí o bandeirismo, a tradição bandeirante, a mística bandeirante ou sertanista – da qual o sr. Cassiano Ricardo, em ensaio recente, destaca aspectos esquecidos de considerável importância – ter para o Brasil uma significação nacional e não apenas regional; um significado vivo e não apenas histórico. Daí, também, o significado vivo para o Brasil da cultura regional amazônica que está sendo estudada em alguns dos seus aspectos mais expressivos pelo sr. Gastão Cruls.
>
> A contemporização do português com os valores indígenas e com os dos africanos já familiarizados com os trópicos é que tornou possível o fato de levantar-se hoje no Brasil a maior civilização moderna e, socialmente, a mais democrática, nos trópicos.
>
> [...]

> Aceito o fato, que é nítido e evidente, de ser o elemento indígena – bem aproveitado ou não pelo colonizador europeu, às vezes quase exterminado por ele e reduzido a estilhaços – o elemento mais largamente generalizado como lastro cultural de uma comunidade americana em que as fronteiras nacionais perdem suas cores mais vivas para empalidecerem em traços de caracterização apenas regional de zonas de maior ou menor influência européia ou africana sobre a base comum indígena [...]. E essa Indo-américa se apresenta aos olhos de quem a considere, não já com olhos de antropologista social ou de sociólogo, mas de político cultural, como um conjunto humano e de cultura com deveres de lealdade recíproca baseada sobre a consciência de raízes, interesses e destinos comuns.

Não só a literatura como também a antropologia e a sociologia deveriam se aproximar da política, como deixa entrever o texto de Gilberto Freyre. O sociólogo pernambucano, em diversos artigos publicados, já vinha enaltecendo a mestiçagem como traço característico da formação brasileira.

> "Não creio – dizia Couty em 1891 – que exista exemplo de um amalgamento de raças mais brusco e completo de que o brasileiro". E sem acreditar no desaparecimento próximo do negro no Brasil – cuja importância numérica calculava dever estender-se a vários séculos – salientava a predominância do mestiço como um dos fatos mais característicos da vida brasileira no fim do século XIX, insinuando um extenso mestiçamento moral entre nós, além do de sangue. Idéias ou sugestões que teriam larga repercussão sobre os publicistas brasileiros mais esclarecidos da época.
>
> Não terá sido tão brusco quanto pareceu ao arguto observador francês o processo de amalgamento de raças e – acrescente-se – de interpenetração de culturas e de classes no Brasil.
>
> No princípio do século XIX já o surpreendera Koster em plena atividade.
>
> [...]
>
> Através dos indivíduos de cor elevados socialmente, elevaram-se as raças por eles representadas. As honras excepcionais conferidas a Henrique Dias, por exemplo, refletiram-se na face de todo o afro-brasileiro; as concedidas a Camarão reverteram em glória para toda a raça indígena.

> "Uma certa familiaridade entre os chefes dos diferentes corpos – diz Koster – deve resultar de sua dedicação servindo a mesma causa, sobretudo quando a guerra é de escaramuças e de emboscadas em que os alarmas, sendo freqüentes, forçam constantemente uns a correrem em auxílio dos outros, ou quando é guerra de patriotismo contra invasores estrangeiros de religião diversa em que o ódio mortal divide dois partidos. Nestas circunstâncias são todos iguais, somente o que excede os outros em força, coragem e atividade, é superior. A mistura das raças, em conseqüência do sentimento de igualdade, não podia ser mais favorecida do que pela guerra que acabo de falar..."
>
> Refere-se à "guerra holandesa": mas, outras guerras coloniais igualmente contra hereges, facilitaram no Brasil a confraternização de brancos com índios, pretos e mestiços ("Ainda um velho tema", Gilberto Freyre, 11.07.1942, p. 4).

É com o contexto da Segunda Guerra que se torna ainda mais oportuna a ênfase numa suposta fraternidade racial brasileira. O "Suplemento Panamericano", do jornal *A Manhã*, publicado em 27.09.1942, é inteiramente dedicado à questão racial. Tem como chamada de abertura uma frase de Roquette Pinto: *"O 'problema das raças' não existe no Brasil. Negros, índios, mestiços ou brancos, todos gozam mais ou menos das mesmas considerações sociais que só dependem do grau de instrução ou de riqueza"*.

No mesmo número do suplemento, em "Um manual do perfeito mestiço", Gilberto Freyre volta a enaltecer a mestiçagem.[347] Para ele as realizações brasileiras seriam uma demonstração da capacidade dos mestiços para a organização nacional. Seria tão difícil separar o brasileiro do mestiço em sua época quanto o fora em outros tempos separar o brasileiro do católico.

> O Sr. Assis Chateaubriand acertadamente salientou o absurdo de haver entusiastas do chamado "credo racista" entre um povo como o brasileiro, na sua quase totalidade mestiço. Há anos que procuro destacar tal absurdo.
>
> [...]
>
> Pergunto às vezes a mim mesmo porque o velho Rebouças – que foi entre nós o tipo do mulato digno e superior, consciente de sua cor e de suas origens africanas – não deixou aos brasileiros para educação e exemplo dos

[347] O artigo de Gilberto Freyre foi transcrito de *O Jornal*, de 19 de setembro de 1942, para o suplemento mensal de *A Manhã*, dirigido pelo acadêmico da ABL Ribeiro Couto.

> mestiços mais claros ou mais escuros do que ele – creolos, mulatos, caboclos, cafusos, laranjas, assas, sararás – uma espécie de *Manual do Perfeito Mestiço*? Um manual que fosse um livro de iniciação cívica – do brasileiro na sua condição de mestiço, nos seus direitos e deveres, nas suas realizações e possibilidades de homem de vários sangues – Um manual que mostrasse, como ele, Rebouças, magnificamente mostrou na sua vida profissional e na particular, que o homem honesto pode conciliar a condição de mestiço com o melhor dos cavalheirismos e o mais puro dos brasileirismos. Pois foram mestiços alguns dos nossos mais finos gentis-homens dos nossos mais autênticos heróis, dos nossos mais altos poetas, homens de ciência e artistas. (grifo do autor).[348]

Nessa época, as vantagens atribuídas ao Brasil por sua condição de País mestiço eram bem conhecidas pelas autoridades. Em visita do ministro da guerra, general Eurico Gaspar Dutra, à Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, o presidente da CSN, Guilherme Guinle, enfatiza a necessidade da "união de todas as vontades, e o congraçamento de todas as energias e inteligências, sem quaisquer distinções de classes, para que não sejamos surpreendidos por golpes irreparáveis". Conclama a comunhão entre civis e militares,[349] e invoca uma afirmação de Licínio Cardoso:[350]

> Raça de mestiços, oriundos de mesclas as mais nefastas, latinos pela religião de costumes e pela educação de idéias, americanos pela vida de ação, nós, os brasileiros – teremos, talvez, no mundo, de cumprir uma grande missão, qual a de deixar patente a teoria falaciosa das raças puras e a fantasia enganadora dos climas frios como os mais benéficos para o desenvolvimento do homem:

---

[348] Repare no discurso de Gilberto Freyre a distinção entre mulatos superiores, que pressupõe a categoria subliminar dos mulatos inferiores, sem sair de um referencial racista de classificação. Curiosamente, em meio a classificações raciais, o autor introduz entre os mestiços o termo "laranja", aparentemente um significado cambiante, pois remete simultaneamente à cor e à psicologia, via sinônimo de pessoa simples, ingênua e sem importância.

[349] Guilherme Guinle (1882-1960), engenheiro civil e empresário carioca, foi o nome escolhido por Getúlio Vargas para presidir a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em abril de 1941. A resolução governamental de desenvolver a área siderúrgica no Brasil ocorreu no início do Estado Novo, após uma viagem do major Edmundo Macedo Soares e Silva (1901-1989) ao exterior, com vistas a exportar o minério de ferro produzido no País. Em 1940, foi criada a comissão executiva de um Plano Siderúrgico Nacional, já presidida pelo empresário carioca. No final da década de 1930, Guilherme Guinle exercera também o cargo de vice-presidente do Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda.

[350] Vicente Licínio Cardoso (1890--1931) formou-se em engenharia pela Escola Politécnica do Rio, mas interessou-se pela área de sociologia e história. Ficou mais conhecido pelo lançamento de uma obra coletiva, com a qual contribuiu Oliveira Vianna, intitulada *À Margem da História da República*, lançada em 1924.

> e, teremos então, legado aos pósteros a realidade de uma civilização com o característico de idéias e sentimentos rejuvenescidos.
>
> Que assim seja![351]

Em 22 de agosto de 1942, Menotti Del Picchia estréia como diretor do jornal *A Noite*, de São Paulo, também sob a superintendência de Costa Netto. Promete ser "fiel ao programa que traçou o popular vespertino A NOITE, da Capital Federal". Como parte da "família" da empresa, com publicações distribuídas por todo o território nacional, assume o intuito de seguir o exemplo do jornal carioca, tornando-se um jornal de multidões. Propagar para todos as virtudes econômicas progressistas, de civismo e de harmonia próprias do espírito comunitário, inerente ao Estado de São Paulo, é um dos objetivos expressos pelo editorial no primeiro número.

Em meio às notícias dos campos de batalha na Europa, em plena Segunda Grande Guerra, uma edição extraordinária no mesmo dia, com enorme fotografia de Getúlio Vargas, noticia a entrada do Brasil, contra a Alemanha e a Itália, no conflito mundial.

É uma nota do próprio Costa Neto que identifica para os leitores o diretor escolhido para liderar a publicação, associando-o ao parceiro Cassiano Ricardo, ambos legítimas expressões paulistas.

> A NOITE de S. Paulo é de S. Paulo. Seu diretor é uma das mais ilustres figuras da terra bandeirante, companheiro de outro paulista ilustre que já no Rio de Janeiro dirige um de nossos órgãos de imprensa. Seus redatores, repórteres, auxiliares de todos os serviços, são pessoas radicadas em S. Paulo e obreiras de seu engrandecimento. (N° 1, capa, ed. Extraordinária).

O jornal *A Manhã*, assim como a revista *Cultura Política*, procura associar as idéias centrais que orientam e simbolizam o Estado Novo ao pensamento ou à cabeça de seu líder. Nesse sentido é que Cassiano Ricardo fará rasgado elogio à pesquisa biográfica de André Carrazoni sobre o presidente, por demonstrar, já no período juvenil de Getúlio Vargas,

---

[351] O discurso é reproduzido no jornal *A Manhã*, em 09.8.1942, com destaque e fotografia do evento na capa do jornal, sob o título: "Devemos ao presidente Getúlio Vargas a solução integral ao problema da siderurgia". Logo na edição seguinte, no artigo "O Exército e o engrandecimento nacional", um longo trecho do discurso do presidente da CSN, Guilherme Guinle, incluindo a passagem citada, é reproduzido como se fossem palavras do coronel Ary Pires, não se sabe se por engano ou propositadamente (p. 4, terça-feira, 11.08.1942). As atividades técnicas da Cia Siderúrgica Nacional eram dirigidas na época pelo já coronel Edmundo Macedo Soares e Silva.

a contestação do líder às teorias da superioridade racial e ter feito o seu libelo contra as doutrinas racistas, tão condenáveis.[352]

No artigo "O 'racismo'de hoje e o estudante de 1906", publicado em 27 de setembro de 1942 (p. 4), o autor de São José dos Campos informa sobre o "magnífico" livro do gaúcho Carrazoni, *Perfil do Estudante Getúlio Vargas,* do qual cita trechos. Cassiano considera "proféticas" as afirmações juvenis de Getúlio, citando ainda o antropólogo Franz Boas, que demonstrara cientificamente a verdade das idéias de Vargas e a fecundidade dos povos mestiços.

De fato, na obra citada de André Carrazoni, mais especificamente no capítulo "Contra o mito das raças superiores", encontram-se as palavras transcritas em *A Manhã*, por Cassiano Ricardo, retiradas do discurso proferido pelo presidente brasileiro quando estudante.

Carrazoni relata que em agosto de 1906, quando surgiu um incidente entre a classe acadêmica e o governo estadual, a cidade de Porto Alegre preparava-se para receber a visita do presidente eleito da República, Afonso Pena. A entidade representativa da classe acadêmica, julgando-se melindrada, declarou que ficaria ausente dos programas oficiais. No entanto, o grupo procurou assegurar uma demonstração de apreço pelo presidente Afonso Pena com um discurso proferido pelo estudante Getúlio Vargas. Sem transmitir ao visitante o mal estar que reinava, o jovem Vargas teria feito uma brilhante explanação, segundo Carrazzoni, a 15 de agosto daquele ano.

> Em outro trecho do discurso, o bacharelando Getúlio Vargas verberou a teoria da superioridade de certas raças, antecipando-se no repúdio aos princípios étnicos que, em tempos próximos, iam constituir o arcabouço de uma falsa ciência. Nas expressões candentes do estudante esboça-se a condenação formal ao conjunto de idéias que modelariam, na sua sistematização megalômana, o mito racista dos dias atuais. Trata-se, concluía o orador, com veemência – de "blague sociológica de alguns publicistas europeus, que procuram torcer as conclusões da ciência, para adaptá-la aos seus sonhos de rapacidade internacional". Tais teoristas, prosseguia, com surpreendente intuição de um problema que adquiriria extraordinária acuidade, num futuro imediato "tomam as condições de progresso de alguns povos como irrefragável prova de superioridade, sem se lembrarem de que essas nações, a que concedem hoje a primazia, se acharam, em épocas

[352] Getúlio Vargas manteve durante seu governo uma posição ambígua com relação ao racismo. Apesar de nunca ter apoiado de maneira explícita o nazi-fascismo na prática apoiou a deportação de judeus para a Europa. No plano das relações internacionais, manteve-se ambíguo até a entrada do Brasil na guerra em 1942. Até então, equilibrou-se politicamente entre os dois pólos em luta, arvorando-se uma posição de neutralidade no conflito.

> recuadas, em deplorável estado de inferioridade relativamente a outras hoje desaparecidas na voragem dos tempos".
>
> O libelo científico contra a moderna doutrina racista não encontraria argumentos mais demolidores do que essas palavras, pronunciadas pelo bacharelando Getúlio Vargas, em 1906... (CARRAZONI, 1943:42).[353]

Em 11 de janeiro de 1943, dá-se a estréia de *A Noitinha*, suplemento literário semanal de *A Noite*, também sob a direção de Menotti Del Picchia, cujo objetivo era revitalizar a vida literária paulista. *A Noitinha* parece ter surgido em substituição ao quinzenário *Planalto*, pois Menotti cita as "saudosas e rútilas páginas" do último, expressão da "mocidade bandeirante", desaparecidas há pouco tempo.[354]

É Osmar Pimentel quem explicita os objetivos do novo semanário, na capa do suplemento, no artigo "Sobre Escritores Paulistas", que estampa também "Torre de Babel", versos antigos de Menotti[355]. "Vive-se aqui uma vida material tão atropelada que mesmo os moços parecem não ter tempo de valorizar as cousas da inteligência pondo-lhes esse apelido sutil que é 'mercadoria espiritual'", afirma Pimentel.

> Da mesma forma que no periódico circulante no Rio de Janeiro, o jornal de São Paulo publica artigos que defendem que o Estado Novo é uma instituição democrática.
>
> O Estado Novo é essencialmente uma organização de tipo incontestavelmente democrático. A adoção do princípio autoritário como postulado básico da organização estatal não contradita a fisionomia democrática do regime.

---

[353] De André Carrazzoni, *Perfil do Estudante Getúlio Vargas* – 4ª edição – Editora A NOITE – Rio de Janeiro (março de 1943). Apresentação de Gustavo Capanema (66 páginas).

[354] Pelo "Sumário" do primeiro número de "A Noitinha" é possível avaliar o conteúdo e os colaboradores do suplemento: "Programa – Sobre escritores de São Paulo – Osmar Pimentel; Torre de Babel – (versos antigos) – Menotti Del Picchia. LIVROS E AUTORES; Sobre literatura infantil – Viegas Neto; Um romance histórico sobre o café; Arquivo e Noticiário. MOTIVOS POPULARES; Literatura popular brasileira – Mario Neme; O Folclore da erva mate. TEMAS SOCIAIS E ECONÔMICOS; São Paulo e o café no começo do século; Os republicanos paulistas e a abolição – Fernando Góes. VALORES DO PASSADO; Escobar, um homem da província – Olímpio de Sousa Andrade. Nota histórica sobre Santos. CULTURA POLÍTICA; Uma lição de Alberto Torres; O regime nacional; Fronteiras econômicas e fronteiras políticas. TODA A AMÉRICA; Radiografia de la Pampa – Enrique Martinez Estrada; Toda a América – Ronald de Carvalho. O CONTO NACIONAL; Joaquim Mironga – Afonso Arinos. O CONTO ESTRANGEIRO; Olhos mortos de sono – Anton Tchecoff (sic); Ficcionistas russos do século 19. REPORTAGEM DA CIDADE; A tradição da Igreja dos Remédios . – Argeu Ramos. MÚSICA E MÚSICOS; A discoteca pública paulista através das suas realizações – Armando Pacheco; Freitas Vale, animador da arte paulista; Livros sobre musica. MOMENTO INTERNACIONAL; A guerra e a criança inglesa – Katharine Roberts. NO MUNDO DA CIÊNCIA; A herança do gênio e da demência." In: "A Noitinha" (Suplemento Semanal de "A Noite" de S.Paulo) – Ano 1, n. 1, segunda feira, 11 de Janeiro de 1943, p. 1.

[355] Os versos de Menotti são localizados e datados como de 1916, na Fazenda da Capoeira de Mello – Itapira.

> Acreditamos que entre as idéias de autoridade e democracia não existe nenhum antagonismo. Tanto na lógica da sua teoria como em face da experiência histórica do regime democrático, o conceito do Estado Autoritário integra-se harmoniosamente. Aliás, as condições peculiares das sociedades contemporâneas são de molde a tornar tão necessários os governos autoritários que, se estes fossem inadaptáveis ao regime democrático, seria a democracia que teria de ser sacrificada porque o autoritarismo se tornou uma questão de salvação coletiva nas circunstâncias do mundo atual[356]. (*In:* "A Noitinha" - Suplemento Semanal de "A Noite" de São Paulo – Ano 1, n. 1, segunda feira, 11 de Janeiro de 1943, p. 6).

Além disso, como diretor do jornal, Menotti reforça a idéia de uma "democracia universal", que nasceria simultaneamente à fundação de São Paulo.

> O colégio é um pacto de paz. É símbolo da fusão das raças. Surge, com ele, mais que uma pátria nova, um novo sentido da democracia universal: a fraternidade humana, que ilidirá os preconceitos de cor, de credo e de origem.
>
> Com a partícula com que, nessa manhã garoenta, Manuel de Paiva comungou, transfundiu-se a alma da terra na alma da futura nacionalidade. Operou-se o milagre da criação de um novo mundo." [...]
>
> De um formidável antagonismo – da Fé, que é renúncia, e da Cobiça, que é violência de vida – surgirá uma Nação. Os dois princípios opostos se completarão, longe de se anularem. [...] O antropófago se fará cristão e o cristão será o caçador de homens, o integralizador da raça. São Paulo gera-se do prodígio de um absurdo. Somente o absurdo é heróico.
>
> Anchieta surgiu fatalizado para criar a contradição fecunda. Humanizando o íncola, desumaniza-o. Torna-o, de força inconsciente e primitiva da terra em violência unificadora da pátria recém-nada. O que esposa a doutrina da fraternidade se transmuda em feitor de escravos. (MENOTTI DEL PICCHIA, "25 de Janeiro de 1554" – capa de "A Noitinha" – Ano 1, n. 3, Segunda Feira, 25 de Janeiro de 1943).

No autoritarismo residiria, portanto, para Menotti o princípio político capaz de produzir a unidade entre forças antagônicas, "harmonizando" contradições formadoras da

[356] O trecho publicado com o título "O Regime Nacional" foi extraído da obra de Azevedo Amaral, "O Estado Autoritário e a Realidade Nacional", conforme identificação no periódico.

nacionalidade brasileira: fraternidade e violência. Menotti Del Picchia contrapõe a democracia brasileira a uma concepção universalista de democracia. Dessa forma, o autor procura redefinir e atribuir novos significados à palavra, que vai se acoplando, pouco a pouco, a múltiplos sentidos.

> É interessante, assinalar que, no que se refere a esse conjunto de periódicos, tanto aqueles produzidos no Rio de Janeiro como os de São Paulo, os temas dos artigos dialogam entre si constantemente, seja pela presença dos mesmos autores, seja pelas propagandas veiculadas de um em outros, seja pela própria estrutura das publicações em termos de comparação temática. Não parece exagero afirmar que as publicações ligadas ao poder exercido pelo governo do Estado Novo, tanto no âmbito estadual como no federal, por meio do exercício profissional de seus intelectuais-jornalistas, podem ser vistas como um sistema de idéias atuantes em todas as instâncias da propaganda, fornecendo um referencial hegemônico via utilização da máquina pública.
>
> Em 4 de abril de 1943, como diretor de *A Noite*, de São Paulo, Menotti Del Picchia é entrevistado por um repórter de *A Manhã*, que promovia um inquérito entre os intelectuais sobre o dever do escritor e a posição da inteligência brasileira em face da guerra. O jornal faz uma síntese da trajetória de Menotti e fornece, em seguida, a entrevista coletada que sistematiza certas relações entre arte, cultura e política. Menotti evoca a imagem do "escritor-soldado", a travar sua batalha contra o fascismo e o comunismo. O autor associa ainda democracia e cristianismo, e formula a frase (grifada) que servirá como manchete para a reportagem.
>
> – "Acho que *o Brasil pode fornecer ao mundo a fórmula suprema da verdadeira democracia*, expressa pela realização da fraternidade, porque o Brasil, na fusão harmoniosa das suas etnias, realiza o supremo preceito de Cristo: "Amai-vos uns aos outros".
>
> Não temos barreiras de classes, de castas, nem preconceitos de cor, de credo ou de fortuna. A idéia de uma Pátria de irmãos, sem vincadas diferenciações entre ricos e pobres, – composta por cidadãos amplamente amparados pelo Estado, está na própria estrutura do Estado Nacional, organização baseada numa ampla justiça social, e nos princípios sadios do nacionalismo.

Outra preocupação demonstrada por *A Manhã* em vários artigos é com o sistema educacional brasileiro, diretamente associado às oportunidades de ascensão social dos indivíduos e ao desenvolvimento do sistema democrático. Em 12.10.1941, p. 4, expressa o jornal *A Manhã*:

> O aparelhamento escolar – desde as unidades rurais isoladas até as universidades – é o único instrumento de realização democrática. Filhos de ricos ou de pobres, todos os jovens têm direito à educação e, se superiormente dotados, merecem o amparo efetivo do Estado. Um menino pobre, que se mostrou, no grupo escolar ou no ginásio, possuir inteligência excepcional encontra num país democrático de verdade, amparo direto do Estado para que, de acordo com sua vocação, continue os seus estudos.
>
> Agindo assim o sistema escolar – principalmente as universidades – efetivam o que nos tratados se chama de "circulação das elites" ou "social mobility". (sem assinatura)

Mais uma vez o modelo americano é o parâmetro comparativo, pois sua história forneceria exemplos de possibilidade de seleção dos mais capazes e trabalhadores, apesar de o modelo não ter êxito completo.

> Hoje as condições sociais e políticas da América do Norte já não são as mesmas. A igualdade perante as urnas – que outrora premiava apenas os fortes, os capazes, os cultos – tornou-se ineficiente. O processo da seleção democrática deve ser outro, pondera Conant.[357] Deve ser feito através das universidades.
>
> [...] Colocando as universidades ao alcance de todos os jovens brasileiros; estimulando e amparando os estudantes pobres com isenção de taxas, com bolsas de estudo, etc, – o regime inaugurado em 37 em nossa pátria vem realizando, sem alarde, a verdadeira democracia.

A discussão sobre o desenvolvimento democrático, seus vícios e virtudes, sobre suas alternativas, e principalmente, sobre a especificidade da democracia brasileira vai ser a

[357] O intelectual americano citado no artigo é um professor da Universidade de Harvard.

base de vários artigos de colaboradores do jornal. O tema ocupa uma cadeira cativa durante todo o período em que Cassiano Ricardo dirige o periódico.[358]

Um ideal democrático limitado às particularidades tomadas como apropriadas à formação brasileira (naturais e históricas) orientará o discurso de *A Manhã*, por intermédio da figura de seu diretor, no sentido de legitimar e justificar certas características do governo Vargas, como a defesa de um "governo forte". A prática democrática nos moldes brasileiros levaria a uma democracia social, modelo de inspiração para o mundo.

> Praticando, hoje, uma verdadeira democracia cristã e social, o Brasil antecipa o ideal de justiça a que chegará o mundo, depois de tão dura prova.
>
> Instituindo o governo forte, sem tolher o mais dinâmico espírito de iniciativa, manteve o individualismo americano em toda a sua razão de ser, apenas condicionado aos limites do bem público.
>
> Ao racismo, que semeia ódios mortais, opõe o Brasil o seu amor por todas as raças. A técnica da violência, tão em voga em certos climas liberais ou totalitários, responde o Brasil com a técnica da bondade. E isso num momento em que os filósofos atormentados estão dizendo que "só a bondade poderá salvar o mundo".[359]

Na trilha de Oliveira Vianna, diversos autores associaram a democracia à participação coletiva, por meio da atividade das classes – ou seja, de cidadãos agindo como membros das corporações. Uma vez que a democracia de partidos favoreceria os conflitos e a violência, no pensamento de Vianna, essa participação coletiva seria "a pedra de toque" de uma verdadeira organização democrática. Nesse sentido, o sociólogo fluminense afirma que o Estado Novo é mais democrático que os anteriores. Também segundo o pensamento do próprio Getúlio Vargas, o modelo liberal deveria ser substituído por um Estado estruturado sobre bases econômicas.

> Na nova democracia brasileira – que não foi decalcada de nenhum tratado de direito publico estrangeiro, mas induzida da observação das nossas peculiaridades humanas e sociais – o processo de participação coletiva do

[358] Um dos autores mais citados para fundamentar a argumentação desses jornalistas é mesmo Oliveira Vianna.

[359] p. 4, 26.08.41, "Vale a pena morrer pela democracia?" Em 09.11.1941, Cassiano repete a idéia de que o Estado Novo não suprimiu o individualismo, apenas o subordinaria ao bem público. Para o autor, nada teria o novo regime de fascista ou socialista, pois não anularia o indivíduo em fórmulas estatais, igualitárias ou utópicas. ("O Estado Novo e o Brasil", p. 4, 09.11.1941).

> povo no governo, isto é, na gerência dos seus próprios negócios, é muito maior e muito mais expressivo que no tempo do demo-liberalismo.
>
> [...]
>
> "Esta participação das classes que produzem nos negócios públicos – diz Oliveira Viana nos seus "Problemas de política objetiva" – não é, porém, a participação "individual" que cada um dos elementos destas classes possa ter. Esta participação individual é a de qualquer cidadão, seja das classes que produzem, seja das classes que não produzem.[360]

Em 21 de setembro de 1941, Cassiano Ricardo defende a manutenção da "neutralidade" e independência do Brasil em face da Segunda Guerra Mundial. Argumenta que os ideais brasileiros de harmonia e fraternidade para com os demais países seriam assim mantidos. Afirma não mais haver reformas sociais e políticas a serem pleiteadas no País.[361] Em 14 de dezembro de 1941, fundamenta a rejeição do País à guerra e reafirma sua posição de "neutralidade" no conflito na ausência de preconceitos de cor, própria à formação social brasileira.

> Se detestamos a guerra – por mais sedutoras que sejam certas teorias de "regeneração pela aglutinação" – a guerra como fenômeno biológico – não podemos dar o nosso apoio a países que fazem da guerra uma profissão. Se somos um povo sem preconceitos de cor e de raça, fundando a nossa cultura na assimilação de todas as cores e no amor por todas as raças, claro que seríamos um povo suicida se negássemos essa condição à luz da qual se processa o nosso destino, para endeusar os povos que, bem ou mal, fizeram do racismo o fundamento da vida guerreira e nacionalista.[362]

4.5 Por uma democracia à brasileira

Vários são os artigos nos quais Cassiano Ricardo defende a prevalência dos ideais democráticos calcados em uma realidade verdadeiramente nacional. Em 16 de novembro de

[360] p. 4, 03.07.1942, "A pedra de toque da democracia", sem assinatura.
[361] p. 4, 21.09.1941, " 'Torcidas' e Torcedores".
[362] P. 4, 14.12.1941, "Meditação sobre a hora presente".

1941, por exemplo, retoma a idéia de representar o Estado Novo a "verdadeira democracia brasileira".

> Só agora, conseguimos realizar a nossa verdadeira democracia; isto é, reajustar o Estado brasileiro às nossas origens, ao ritmo de nossa história, à índole do nosso povo e ao sentido da mais bela forma de convivência social, que é a brasileira, fecundada no amor por todas as raças, sem preconceitos de cor, de credo e de origem. Essa democracia vinha sendo deturpada, falsificada pelo Estado liberal que dividia os brasileiros em facções e classes, em regiões e partidos, semeando o ódio entre irmãos e cavando bem fundo a desunião nacional.[363]

Cassiano Ricardo torna-se um *expert* em metáforas que associam a democracia a imagens interioranas brasileiras, ao originário da terra, as fazendas, a nutrição, a natureza, enfim. A relação entre política e natureza é acionada por meio do casamento entre instituições sociais e os produtos da própria terra, como se a discussão sobre a democracia fosse uma questão que passasse pela mesma ordem. O Brasil teria oferecido ao mundo uma interpretação do fenômeno democrático, fornecendo uma fórmula "quase" autóctone de democracia.

> Bebi democracia como se bebe um copo de leite numa manhã primaveril.
>
> [...]
>
> Mal sabia que essa palavra não era de origem crioula. Vinha de longe, inventada sabe Deus com que intuito. Corrida de outros países, só no Brasil ela terá encontrado, entretanto, o seu refúgio natural. Explicada, teorizada sob mil feições contraditórias, aqui viria a ser qualquer coisa de superior a tais explicações. Sinônimo de bondade brasileira...
>
> * * *
>
> Não nutrimos ódio ao judeu como na Alemanha; não temos prevenção contra o negro, como nos Estados Unidos; não conhecemos a divisão de classes, entre nobres e plebeus, como na Inglaterra; nunca tivemos a violenta batalha entre o proletário e o burguês, como na Rússia. Somos, enfim, o único do mundo onde se pratica a verdadeira democracia ensinada por Cristo aos homens – amai-vos uns aos outros.

[363] p. 4, 16.11.1941, " A hora exata e o caminho certo".

* * *

> Não se trata de um simples caso de "naturalismo democrático". Ao lado dessa forma ativa, mas natural, de nossa democracia, existe a contribuição que lhe trouxeram as reações históricas contra as injustiças reinóis – as derramas, as espoliações, a luta contra os emboabas, o ouro que desenfeudava os engenhosos, as ideologias do século XVIII e, afinal, todas as revoluções que fizemos em nome da liberdade, da Independência e da República.[364]

Enquanto a avaliação do sistema democrático nas chamadas "velhas democracias" mostraria extremada lentidão e falta de agilidade no processo decisório, no Brasil desenvolvera-se um sistema virtuoso que encontrara suas raízes na própria formação histórica.

> Felizmente para os destinos do Brasil, a formação de castas ou classes não se verificou: Sempre houve e sempre haverá uma elite dirigente. Esta elite, porém, é recrutada em todos os ângulos nacionais e em toda a escala social. O preconceito exerce mínima influência. A fusão opera-se espontânea. As oportunidades encontram-se ao alcance do maior número em todas as categorias de atividade. Há um sentimento brasileiro bem marcado; seja no coração do mais humilde sertanejo, seja no espírito do homem culto. Entendendo-se entre si de um extremo a outro do país, guardando o mesmo nível moral por força dos idênticos vínculos religiosos, só um deslocamento econômico muito pronunciado, determinando a opulência em certas regiões e o empobrecimento em outras, poderia criar um problema diferencial. Mas nem mesmo este caso é provável, pois que em toda a parte há possibilidade para ambiente de prosperidade.
>
> *Há mesmo efusão sentimental. E dela participam, por igual, o rico e o pobre, o ignorante e o intelectual, o humilde e o poderoso. Esta é que é a verdadeira força nacional que forma o substrato da alma brasileira*[365] (grifo nosso).

Daí um dos maiores méritos do Estado Novo relacionar-se, segundo seus ideólogos, ao feito de produzir a emergência da verdadeira vocação democrática do País,

[364] "O Leite da Democracia", Cassiano Ricardo, p. 4, 04.07.1942.
[365] "Unidade brasileira", 05 de julho de 1942, p. 4, sem assinatura.

"substrato da alma brasileira", em moldes próprios, expressa pela chamada "democracia social", e que serviria de inspiração para o mundo.[366]

> Se o novo regime brasileiro não é liberal, nem fascista ou comunista, que são fórmulas políticas inteiramente superadas, apesar de vigentes em várias nações, que regime é ele? poderia perguntar alguém. Muito simples a resposta: o Estado Novo realiza uma democracia social brasileira.
>
> Ao invés de se enquadrar nas doutrinas forasteiras e exóticas, o Estado Novo se inspirou em princípios que, além de cristãos, são típicos do povo brasileiro e que já existiam desde o início da nossa formação. Estavam apenas deformados por uma ficção jurídica que não correspondia ao nosso estilo de vida e de convivência humana.
>
> O regime de dez de novembro é profundamente democrático porque dá ao povo, através das classes organizadas, uma participação efetiva e direta na direção dos negócios públicos; porque proporciona a todos os brasileiros – sem distinção de classe, de raça, de religião – oportunidades iguais para alcançar na administração, nas forças armadas, nas industrias e no comércio, nas letras e nas artes – os primeiros lugares. Realiza portanto a "social mobility", que é a pedra de toque dos verdadeiros regimes democráticos; porque leva a todas as classes, principalmente às humildes, às desprotegidas da sorte e da fortuna, o amparo do Estado.
>
> Pelo fato mesmo de ser democrático, o Estado Novo é "social". Isto é: estabelece o primado do social sobre todos os outros valores econômicos e políticos. Na nova ordem jurídica brasileira confere-se aos interesses coletivos, sociais, uma notável preponderância sobre todos os outros.[367]

---

[366] Segundo o jornal, era essa a maneira de enfrentamento da chamada "questão social" no Brasil. Em 07.07.1943, p. 4, no artigo "O fundador do direito social brasileiro", *A Manhã* publica transcrição do artigo de *La Razion*, de Buenos Aires, no qual o Brasil figura como um exemplo a ser refletido por todos os outros povos americanos. "Mas o que já foi realizado e o que o Ministério do Trabalho, de excepcional importância jurídico-social-econômica, vem elaborando em vista da convivência harmônica das classes sociais, em que prevalece o bem da coletividade, em lugar dos velhos apetites e desejos de classes e privados, permitem dizer que o presidente Getulio Vargas, num país em que a questão social não era grave, mas tinha uma inegável realidade, vem desenvolvendo, inspirado por sua constante preocupação pelo futuro da Nação, um programa adequado às necessidades e possibilidades econômicas da mesma. Já se tornou convicção entre seus compatriotas com um prudente realismo, que a pujança efetiva e virtual do Brasil poderá conduzir a progressos promissores e antes quase que imprevisíveis, se com ordem e disciplina caso se faça sempre prevalecer o interesse social sobre os direitos individuais exclusivistas".

[367] p. 4, 30.07.1942.

A comparação com a democracia na América do Norte serve de mote para a apologia que fará Cassiano Ricardo ao nosso sistema.

> Somos duas democracias, não há duvida. Nossas realidades, porém, são ainda agrestes e misteriosas. Sem nenhum luxo jurídico. Talvez incompatíveis com os vastos sistemas políticos de que orgulham outros povos. Se há, porém, diferenças contra nós, haverá outras em nosso favor. Trata-se de diferenciações que apenas enriquecem o entendimento recíproco dos países que se querem bem e se amam. Não faz muitos dias, por exemplo, o vice-presidente Wallace, em luminosa mensagem aos brasileiros, nos aponta a "democracia genética", características do nosso país, como sendo a mais bela sugestão para o mundo futuro – a da igualdade absoluta de todos os sangues. Antes, era outro analista percuciente como Luc Durtain (cito um europeu, de propósito) quem observava a amorosa camaradagem entre a máquina e as forças primitivas da natureza brasílica, dizendo que, nesse ponto, não ocorria aqui o fenômeno, tá bem marcado, nos Estados Unidos (*le terrible monde vertical*, como ele próprio o diz) que é o da dissociação causada por uma excessiva civilização mecânica.[368]

No artigo "O Brasil já encontrou a sua solução", Cassiano volta a enaltecer a política brasileira no sentido de combater a injustiça social.[369] O autor propõe a harmonização entre individualismo e coletivismo.

> Já um mexicano ilustre, o sr. José de Vasconcelos, por exemplo, alude a isso quando trata da "raça cósmica", dizendo que o Brasil realiza o "homem síntese", pela soma das aspirações universais.
>
> [...]
>
> Numa palavra, poderíamos dizer que ao racismo cruel, mito caduco e enterrado pelos modernos estudos de antropologia cultural, opõe o Brasil o seu amor por todas as raças.

[368] Cassiano Ricardo, p. 4, 04.07.1943 , no artigo "Independence Day", ao discorrer sobre o significado da data da Independência norte-americana no contexto da Segunda Grande Guerra e a aproximação e cooperação entre Brasil/Estados Unidos, por meio do acordo firmado por Roosevelt e Getúlio Vargas. Por ocasião do dia da Independência norte-americana, *A Manhã* publicou oito páginas destinadas a mostrar diferentes aspectos da cultura norte-americana. "Por essa forma queremos associar-nos à obra de aproximação espiritual entre os dois povos amigos" (sem assinatura) (p. 4, 02.07.1943)

[369] 21.03.1943, p. 4.

> [...]
>
> Se a justiça social foi um meio de evitar a luta de classes, o primado do executivo não só foi o meio de realizar a justiça social – que pressupõe uma maior interferência do Estado nos conflitos do capital e do trabalho, na assistência aos trabalhadores, no amparo aos fracos e humildes; foi também, – fique bem esclarecido este ponto – um meio de combater o totalitarismo e a hipertrofia do poder.
>
> [...]
>
> E não será essa democracia social, ao lado da econômica e da genética, uma outra sugestão para o mundo futuro?

Em 30 de maio de 1943, em "A Guerra e o Estado Nacional", Cassiano Ricardo novamente projeta, não só para o país, mas para o mundo futuro, o ideal que seria preconizado pela formação democrática brasileira.

> Tudo indica, pois, que o mundo de amanhã não será liberal, nem fascista, nem comunista.
>
> Será um mundo novo, fundado na justiça social que passou a ser a pedra de toque das cogitações em torno da paz que há de vir, uma vez extirpados da face da terra os monstros totalitários.
>
> Pois, sem pretender dar lição a outros povos já havíamos fundado a democracia social brasileira – que os acontecimentos da guerra estão confirmando admiravelmente e que tornou anacrônicos o fascismo e o comunismo, já de si tão hediondamente anti-americanos.

Nesse artigo, Cassiano condenou o Estado Liberal por ter permitido a penetração do integralismo e do comunismo no Brasil e assinalou a coragem do Estado Novo em declarar as duas ideologias "exóticas" fora da Lei.[370] Para o autor, a luta contra os totalitarismos representaria uma luta em prol da democracia. A questão para ele seria "qual a espécie de democracia pela qual nos batemos"? [371] Uma democracia à brasileira seria a "espécie" ideal preconizada pelo poeta de *Martim Cererê*.

---

[370] Em 02.06.1943, em "O Brasil e a ordem futura" (p. 4), sem autoria, enfatiza-se a condição do País como um local onde não existiriam "minorias raciais".

[371] "Idéias Políticas", 27.06.1943, p. 4.

4.6 A inconstância dos mestiços

Para avaliar a situação paradoxal com o qual os autores da década de 1940 lidavam ao discutirem o problema das desigualdades sociais, em um contexto em que o conceito de raça interferiria na percepção da realidade social, pode-se recortar as opiniões que dois clássicos das ciências sociais brasileiras emitiam no jornal dirigido por Cassiano Ricardo na época.

Oliveira Vianna, em 02.07.1943 (p. 4), no artigo "O problema social da pequena propriedade", ao comentar a obra de um autor não nomeado e ao usá-la como mote para defender a diminuição da classe proletária nos grandes centros e expandir a classe dos pequenos proprietários no campo, argumenta:

> É discutível se a miséria pode ser considerada um fenômeno puramente originado de causas sociais. Parece-me que devemos também contar as causas de ordem biológica, especialmente as provindas da má hereditariedade, que gera as disgenias e as cacogenias. Não chego, por isto mesmo, no otimismo do autor, que acredita na possibilidade de uma sociedade sem miséria. Creio que a miséria é eterna como o mundo.
>
> [...]
>
> Comove-me, de certo, o senso de justiça ver o nulo ou o disgênico na indigência do seu "slum" ou do seu "mocambo": comove-me ou sensibiliza-me muito mais o indivíduo capaz desaproveitado na sua superioridade e obrigado a viver no seu slum ou na sua "favela", confundido com o nulo ou disgênico nas mesmas condições de inferioridade. Esta é que seria a miséria injusta – porque a miséria oriunda da má organização social. Esta é que é a miséria corrigível, a miséria reparável, a miséria eliminável pela ação conjugada do Estado e das iniciativas privadas.
>
> [...]
>
> O centro do problema social do nosso povo está nisto, criar as condições sociais, econômicas e espirituais que permitam à nossa vasta massa proletária dos campos e das cidades – dos campos principalmente –, esta pacifica ascensão e capilaridade dos seus elementos mais bem dotados e capazes.
>
> Dizem bem os americanos quando dizem que não basta assegurar aos homens um regime de *fair play*, que é o da "igualdade das oportunidades,

> mas, também, um regime de igualdade de ponto de partida" (*equality of start*). Ora, entre os meios com que podemos assegurar esta igualdade de ponto de partida a todo individuo capaz, notem bem: capaz, está a pequena propriedade. Nesta luta pela extinção da miséria, que é, no fundo, todo o problema social, devemo-nos encaminhar por ai, assegurando, tanto quanto possível, aos milhões proletários brasileiros, – vivem nas suas favelas urbanas, ou nas suas choças no sertão –, uma casa barata ou um lote de terra.[...]
>
> No nosso país, o problema, justamente por isto, tem uma solução natural e é a que lhe está apontando o próprio emigrante, vindo das regiões super-povoadas e super-industrializadas do globo: a difusão sistemática da pequena propriedade pela colonização intensiva do nosso interior deserto. Povoar os nossos grandes "vácuos" demográficos do interior ("marcha para o Oeste"), organizar a pequena propriedade territorial e o pequeno urbanismo, pondo o conforto da civilização ao alcance das populações rurais – eis a diretriz da nossa política social. Nada há aqui que justifique nem a solução coletivista dos países do velho mundo, atormentados pela pletora demográfica, nem a eliminação das nossas classes ditas burguesas, principalmente da representada pela grande propriedade territorial a que, seja dito de passagem, devemos a maior e a melhor parte de nossa grandeza econômica, social e política.

Nota-se a dificuldade de Oliveira Vianna em separar o racial do social. A divisão concebida pelo autor em termos de superioridade e inferioridade racial, tornaria necessário para que se estabelecesse uma política social justa, separar o joio do trigo em termos de capacidade hereditária superior ou inferior para o desenvolvimento.[372] O autor salienta o

[372] Oliveira Vianna parece ter tido uma dificuldade incontornável em rejeitar os determinismos raciais na interpretação dos fenômenos sociológicos. Em 9 de setembro de 1942, Donald Pierson enviou-lhe uma longa carta, em resposta aos seus questionamentos sobre o assunto, com muitas referências bibliográficas para tentar dissuadir o autor fluminense da idéia da superioridade racial dos europeus. Afirma Donald Pierson: "*Meu ilustre amigo seems to take the position that cultural potentiality is a matter of race – at least to a certain degree – and can therefore be transmitted from generation to generation. It seems to me that this theory is progressively been shown untenable. For one thing, the concept of 'race' is somewhat ambiguous and, therefore, before one can discuss the matter at all, it must be carefully defined and there is still a considerable lack of agreement even among specialists. […] Personally, I prefer the theory that cultural accomplishment is determined by contact and isolation (in its various forms: geographic, structural, habitudinal, psychic). […] The fundamental force here involved is that of communication which in final analysis, is the determining force which produces 1) personalities, 2) societies, 3) cultures. It seems to me highly important that one rarely finds an ethnological field worker who believes that the folk group which he knows bests is inferior in psychic ability to Europeans. This was my own impression of the Bahian 'Africanos'. The theory of European superiority seems to be held primarily by those whose intimate contact is only with European culture*". (Grifos do autor.) (Acervo da Casa de Oliveira Vianna). Como se vê, apesar do esforço de Pierson em fundamentar seus argumentos em oito ou dez laudas, Vianna persistiu com seus pontos de vista sobre os determinismos biológicos. Os determinismos raciais, em desuso entre os cientistas europeus e norte-americanos, perseveram no pensamento de Oliveira Vianna.

adjetivo *capaz*, o que pressupõe o seu oposto, ou seja, o problema dos "incapazes", para o qual não contempla solução, uma vez que a explicação é arremessada para o terreno da natureza ou para a ordem racial (disgenia).

Em artigo publicado poucos dias depois, ao abordar o problema da formação educacional da população e principalmente das elites brasileiras, Oliveira Vianna volta à discussão sobre o mérito. Coloca novamente sob a responsabilidade da hereditariedade a possibilidade de melhor desempenho individual e do desenvolvimento da própria democracia. Na impossibilidade de educar as massas, o autor propõe que o investimento educativo estatal se desloque para as elites, situadas no ensino secundário ou superior. Eugenia e democracia surgem associadas no pensamento de Oliveira Vianna.

> Daí o problema da formação e organização das elites ser um problema capital no Estado Moderno.
>
> [...]
>
> Dentro dos quadros de um tal regime, está claro que é para o problema do ensino secundário, técnico-profissional e superior que há de se deslocar o centro de interesse de qualquer política de educação. Por que? Porque, no Estado Moderno, o objetivo final dos sistemas educativos não é propriamente educar as massas, como costumavam dizer os demagogos liberais; mas, sim, preparar elites que as eduquem.
>
> [...]
>
> Por isto mesmo, o grande problema que uma organização nacional de ensino tem a resolver é colocar nas elites dirigentes, quaisquer que elas sejam – ou locais, municipais, estaduais, nacionais; ou políticas, administrativas, econômicas, literárias, científicas, profissionais – os verdadeiros valores que as massas possuem em seu seio (e a ciência mostra que não são poucos) gerados pelo eugenismo das suas matrizes ou pelos acidentes felizes da hereditariedade.
>
> [...]
>
> Difundam os governos o ensino primário de qualquer maneira e por qualquer forma, ou dando às massas a instrução integral, como querem outros, ou limitando-se a apenas ensiná-las a ler, escrever e contar, como querem outros, talvez com mais acerto: mas, o ensino secundário e superior, este tem que ser tratado a sério pelos responsáveis da administração do país e atacado com o propósito de resolvê-lo à altura das superiores exigências do momento.

> Dele, como já disse, é que saem as elites dirigentes. Ora, a formação das elites, as grandes como as pequenas, as nacionais como as locais, as de cultura como as do trabalho e da economia, é hoje uma condição sine qua de salvação para as democracias que não estão dispostas a morrer.
>
> Oliveira Vianna, "O Estado Moderno e o Problema das Elites", 16.07.1943, p. 4.

Gilberto Freyre também operava a distinção entre mestiços superiores e mestiços inferiores (eugênico *versus* disgênico), como é possível avaliar pelo artigo abaixo.

> Aluísio de Azevedo fez seu bocado de sociologia no romance "O Mulato" (1881). Estudou aí um caso interessantíssimo de mestiço eugênico, educado na Europa e sexualmente atraente, em luta – de modo nenhum procurada por ele – com seus competidores brancos: competidores em torno de situações sociais desejadas por todos.
>
> Procurou Aluísio dar toda a evidência à superioridade do mestiço sobre a maioria dos seus competidores brancos. Antecipou-se nessa apologia – permitida ou autorizada hoje pela ciência – a estudiosos mais ostensivamente científicos do assunto e pôde ser aproveitado por outros, em estudos acerca do declínio da sociedade patriarcal no Brasil sob a ação de varias influências: uma delas, a miscigenação.
>
> [...]
>
> Antes de Aluísio, no "O Mulato", o autor de "Cacaualista" empreendeu ousadamente a reabilitação do mestiço brasileiro de branco com negro, e antecipando-se a Silvio Romero e a José Veríssimo, Inglês de Souza opusera ao tipo convencionalmente literário de índio brasileiro em contato com a civilização – o índio de José de Alencar – um caboclo doente e preguiçoso.
>
> Para Herculano, como para Silvio Romero, as raças cruzadas é que deviam ser consideradas as raças "atualmente aproveitáveis no Brasil para os árduos trabalhos que o país necessita".
>
> Aos ouvidos do Brasil de 1876 deve ter soado como um escândalo a tese do romance de Inglês de Souza: a de que a principal reserva e esperança de força, de inteligência, de autonomia para o Brasil estaria, por muito tempo, não no branco, nem no índio, nem – é claro – no negro – mas no mestiço, no brasileiro cruzado, no próprio brasileiro mulato. Tese a que Silvio Romero daria tanto relevo – um relevo, às vezes, quase demagógico – e que encontraria em J. B. de

> Lacerda, Alberto Torres, Roquete Pinto, Antonio Austregesilo, Arthur Ramos, Álvaro Ferraz, quem lhe desse apoio mais objetivo, ou mais cientifico; quem reunisse, sob critério novo e através de novos métodos de análise e de interpretação do "homo brasiliensis", evidências fortes e incisivas a seu favor. Evidências fornecidas pelo desenvolvimento do Brasil em grande nação com líderes de suas várias atividades – para não falarmos na maioria do povo – que são, muitos deles, expressões tão vigorosas – de capacidade de iniciativa, de criação e de realização do mestiço – quanto o "tenente" mulato do "Cacaualista", de Inglês de Souza ("Um precursor" – Gilberto Freyre, 03.07.1943, p. 4).

Com efeito, se no plano da representação é possível admitir a possibilidade da superioridade de um "mulato" em relação a seus concorrentes, seja ele "escuro" ou "mais claro", como fazer para reconhecer tal característica "racial" no plano da realidade ou da empiria? Pelos caracteres físicos ou psicológicos? Somente pelo retorno ao registro literário, via representacional predominante, no caso da formação da nacionalidade brasileira.

É preciso assinalar que no conjunto racial brasileiro Gilberto Freyre descarta o branco, o índio e, de forma enfática, também o negro, transformando o cruzamento em uma exigência obrigatória e "real", porque social. Se parece fácil atribuir ao mestiço "a principal reserva de esperança e força", difícil se torna conciliar com outra pergunta: *Qual mestiço*? Se no sul autores como Cassiano Ricardo atribuíram o papel de herói ao caboclo, para Gilberto Freyre seu lugar deveria ser ocupado pelo mulato.

Ainda que em certo momento Gilberto Freyre "negocie" com o indianismo de Cassiano e afirme encontrar-se no indígena a "área comum" de formação do americanismo, o elemento central da "miscigenação democratizadora" para Freyre reside definitivamente no mulato. Ou seja, a possibilidade de uma "democracia racial" é pensada por esses autores tomando-se como elementos centrais "mestiços" diferentes.[373] Não faria sentido cobrar desses autores um consenso em torno de uma resposta. Melhor mesmo é reiterar com a pergunta: *Qual superior*?

[373] O problema da discussão sobre a implantação de uma democracia social no Brasil, no pensamento de Cassiano Ricardo, remete à leitura que o modernista de São José faz da obra de Oliveira Vianna. Quando Vianna falece, em 1954, Cassiano afirma ter sido o autor de *Populações Meridionais do Brasil* um mestre de brasilidade, no que se refere ao retrato do País em termos de formação social e étnica. Afirma o autor de São José dos Campos: "A psicologia do nosso povo, os ensaios de interpretação mais lúcidos que já se fizeram sobre os elementos que entraram em nossa democracia social, foi Oliveira Vianna quem os traçou. Não apenas para satisfazer a sua vocação de sociólogo, mas principalmente para servir aos que, na configuração do nosso arcabouço político ou na defesa do nosso estilo de vida, ou ainda nos trabalhos dos congressos e no gabinete dos estadistas nem sempre olhavam o Brasil brasileiramente. Não foi sem razão que ele próprio, certa vez, disse não conhecer, nem mesmo entre os habitantes da Papuásia, elemento humano mais refratário ao meio em que vive do que o brasileiro culto" (*Revista da ABL*, Anais de jan.a jun. de 1954, p. 19).

4.7 Marcha para o oeste

Além de Gilberto Freyre, já citado, a obra *Marcha para Oeste*, de Cassiano Ricardo, recebeu elogios dos mais variados colaboradores de *A Manhã*. Gustavo Barroso, por exemplo, afirma compartilhar de suas idéias e sugere até ter antecipado algumas delas, desenvolvidas posteriormente pelo amigo em sua monumental obra.[374]

> O pensamento sociológico de Cassiano Ricardo no seu livro vai mais longe. Ele coloca a Bandeira na raiz da gênese do Estado, nas linhas gerais deste reveladas pelo grupo bandeirante. [...]
>
> Através do tempo e das lutas, dois pensamentos de homens de letras assim se cruzam e se completam. Por isso, li os dois volumes do meu amigo Cassiano Ricardo mais do que com admiração pelo escritor, forrado hoje de erudito e de pensador, com mais alguma coisa do que admiração e a ela superior em tudo, com viva emoção, emoção de brasileiro que sente na Lição das Bandeiras, na Marcha para Oeste, o remédio heróico para a salvação da sua Pátria.
>
> Felicito-me por ter pregado um dia idéias que venho achar mais iluminadas e desenvolvidas neste livro. Felicito Cassiano Ricardo por ter pensado e realizado essa grande obra, grande em tudo. E felicito o Brasil por tê-la inspirado e recebido como uma palavra de fé nos duros tempos que vamos atravessando (Gustavo Barroso, p. 4, "Marcha para Oeste", 07.07.1942).

É interessante assinalar que a repercussão de *Marcha para Oeste* tem uma duração prolongada. Afonso Arinos, outro importante colaborador de *A Manhã*, relembra sua amizade com Cassiano Ricardo desde quando era articulista escolhido pelo fundador do jornal *A Manhã*. Além de citar obras poéticas, Arinos ressalta a importância da obra em prosa de nosso autor. Note-se que atribui a sua lei anti-racista às idéias presentes na obra de Cassiano Ricardo.

[374] Gustavo Barroso nasceu em 1888, na cidade de Fortaleza. Formado em direito, dedicou-se ao jornalismo e ocupou cargos políticos. Fez estudos na área literária e escreveu ensaios sobre folclore. No início da década de 1930, tornou-se membro da Academia Brasileira de Letras e ingressou na "Ação Integralista Brasileira". Nesse movimento, destacou-se por defender idéias anti-semitas.

> Um dos aspectos que a crítica não enfatizou suficientemente no exame da "Marcha para o Oeste" é a presença do negro nas bandeiras.[375] Até hoje, a sociedade bandeirante, ou melhor, aquela sociedade itinerante que se deslocava geograficamente levando consigo os elementos essenciais de uma sociedade estável, porque o que caracteriza a bandeira é esse aspecto de estabilidade itinerante – eles levavam escrivães, levavam tabeliães, levavam às vezes padres; mas o interessante é que eles levavam muitos negros e os negros tiveram uma participação eminente na formação das bandeiras paulistas. Não foram só os mamelucos, não foram só os paulistas de quatrocentos anos, não foram só os Almeidas Távoras – foram também os negros. *E isso me interessou quando eu estava fazendo estudos sobre a minha lei anti-racista. Foi em Cassiano Ricardo que fui encontrar essas referências: a presença atuante do negro nas bandeiras.* (Grifo meu.) (Revista da ABL, v. 127, jan. a jun. 1974, p. 13,14).[376]

Como é sabido, o jurista Afonso Arinos de Melo Franco (1905–1990), além de parceiro de Cassiano Ricardo na redação de *A Manhã*, foi o autor da Lei Nº 1.390, de 3 de julho de 1951, a chamada "Lei Afonso Arinos", contra a discriminação racial, tomada freqüentemente como exemplo e demonstração do nosso sistema legal tradicionalmente anti-racista, que vigorou até 1985.[377]

É em torno do par autoritarismo *versus* democracia que vai ocorrer a polêmica entre Cassiano Ricardo e Sobral Pinto, entre setembro e outubro de 1943, o primeiro como diretor de *A Manhã* e o segundo como colunista do *Jornal do Comércio*, sobre a natureza do regime constitucional implantado pelo golpe de 10 de novembro de 1937.

Segundo a versão de Sobral Pinto, a polêmica foi antecedida pelo Congresso Jurídico Nacional, organizado pela Ordem dos Advogados do Brasil. Além de receber inicialmente o apoio governista, na Capital federal, o congresso foi presidido pelo ministro da Justiça, Alexandre Marcondes Filho, também ministro do Trabalho.[378]

---

[375] A confusão entre o título *Marcha para oeste*, obra de Cassiano, e "marcha para o oeste" (expressão do Estado Novo) é generalizada entre os autores, que tomam uma coisa pela outra.

[376] "Sessão de saudade dedicada à memória do acadêmico Cassiano Ricardo", na Academia Brasileira de Letras, em 1974, já citada no capítulo 2.

[377] A Lei "Afonso Arinos", sancionada por Getúlio Vargas em 1951, foi revogada pela Lei 7.437, de 20 de dezembro de 1985, denominada "Lei Cao", recebendo a anterior uma nova redação.

[378] Alexandre Marcondes Filho substituiu Waldemar Falcão no Ministério do Trabalho do governo estado-novista em 1941. Em 17 de julho de 1942, tornou-se também ministro interino da Justiça, para, em abril de 1943, assumir a pasta efetivamente. Segundo Angela de Castro Gomes: "A escolha de Marcondes Filho e sua posse em 29 de dezembro de 1941 têm uma importância de uma decisão política de largo alcance. Marcondes era um bem sucedido advogado paulista especializado em direito comercial – falências como destaque. Seu tradicional escritório era conhecido e freqüentado pela nata do empresariado de São Paulo, ao que se acrescentava sua amizade com o jornalista Assis Chateubriand, proprietário da cadeia dos Diários Associados. Não se tratava, portanto, de um homem que tivesse a política do trabalho como seu *métier*. Ligado à política paulista perrepista durante os anos 20, fora membro do Centro

> O acúmulo das duas pastas (Trabalho e Justiça), ao mesmo tempo que dava um conteúdo político maior à administração das questões trabalhistas, lançou Marcondes como um personagem político central na condução do processo político nacional, uma vez que é exatamente este o papel do ministro da Justiça (GOMES, 1988:200).

Indignados com o não deferimento para a realização de sessões plenárias pelo presidente congressista e ministro do Trabalho e da Justiça, muitos juristas abandonaram a assembléia, dentre eles o prestigioso advogado Pedro Aleixo, que se deslocara de seu estado natal, Minas Gerais, para o congresso. Pedro Aleixo é homenageado com um almoço pelos juristas desistentes. Durante a honraria, Sobral Pinto profere um discurso de saudação ao jurista mineiro, no qual procura caracterizar "a verdadeira ordem política democrática", que circulará pela imprensa (PINTO, 1943:14).

Do ponto de vista do católico Heráclito Sobral Pinto, a discussão passaria por uma maior análise e compreensão dos conceitos de autoridade e de liberdade. Pinto avaliou que para o progresso em direção a uma democracia orgânica, o princípio da autoridade governamental deveria agir no sentido de levar cada membro a se integrar em benefício da comunidade. A democracia que interessaria ao Brasil seria a que aspirasse "harmonizar, numa ordem jurídica estável, o exercício pleno da autoridade pública com o respeito intransigente ao direito individual de cada um dos cidadãos honestos" (PINTO, 1943: 24). O respeito à liberdade e aos direitos individuais deveria ser resguardado.

Criticando a atitude dos apoiadores de Pedro Aleixo, Cassiano Ricardo reagirá em *A Manhã*, acusando-os, apesar de não citar nomes, de falta de patriotismo. No artigo de 5 de setembro de 1943 (p. 4), "O Saudosismo e o Combate ao Fascismo", Cassiano critica o antigo sistema liberal e o Parlamento brasileiro:

> Quem assistiu à algazarra de uma Câmara funcionando, nos moldes do velho sistema, é que pode ter exata idéia do absoluto pouco caso com que se aprovavam as leis.

Paulista ao lado de homens como Menotti Del Picchia, Roberto Moreira e outros. Desde a Revolução de 30 afastara-se da atuação política, dedicando-se à advocacia. Somente no final de 1941 foi reconduzido à cena pública, como um nome que era sobretudo uma forte garantia de aliança com o setor empresarial, em especial o de São Paulo. Amigo pessoal de Roberto Simonsen, então presidente da FIESP, Marcondes assegurava ao empresariado um fácil acesso ao Ministério do Trabalho, que era também da Indústria e Comércio" (GOMES, 1988:199, 200).

> Se já a constituição de 24 de fevereiro era uma obra prima de sabedoria jurídica, mas... de ignorância nacional, que dizer da falsificação cotidiana da democracia pelo parlamento patolante e palrador.[379]

Em meio a réplicas seqüenciais dos dois jornalistas, Cassiano termina por desafiar Sobral Pinto a definir o regime vigente no Brasil pós 1937, ao que Sobral Pinto responde, de forma incisiva, que a Carta de 1937 "não realiza o ideal da *democracia orgânica*, preconizado pela Igreja de Jesus-Christo" (1943:30) (grifo do autor). Sobral Pinto acaba por afirmar que a Constituição de 1937 não foi verdadeiramente baseada nas realidades sociais brasileiras.

> O Sr. Pontes de Miranda esclarece, com efeito, que a influência do Direito Constitucional europeu, de natureza socialista-autoritária, foi imensa nos legisladores de 1937. Se, então, Rui Barbosa errou porque transplantou, em 1890, o regime presidencial norte-americano para o nosso território; os legisladores atuais merecem, tal qual aquele, crítica idêntica dos homens coerentes, porque, também eles, transplantaram, em 1937, para o nosso país, o regime socialista-autoritário, então no apogeu do seu prestígio no seio do pensamento europeu daquela época (PINTO, 1943:32).

Para Sobral Pinto, seria inconcebível um regime democrático que não admitisse oposição. O autor acusa Cassiano Ricardo de traidor de sua missão literária porque teria recorrido à força coatora do DIP, conseguindo proibi-lo, por meio de coerção à direção do *Jornal do Comércio*, de discutir publicamente o tema da natureza das instituições brasileiras.[380] Isso, para Sobral, constituiria mais uma prova de que o regime não era democrático. Acusando Cassiano Ricardo de "simulador de cultura", "impulsionado, talvez, pela 'vontade de agradar a burguesia, a qual constrói as famas e distribui as honras'"

---

[379] Em outro artigo, "O Apóstolo e seus equívocos", de 29 de setembro de 1943 (p. 4), afirma Cassiano Ricardo: "Diz ele [Sobral Pinto] que a referida homenagem foi uma 'manifestação decente de alguns homens livres a esse outro homem livre' que é o ex-presidente da antiga Câmara.
Pois não somos, no Brasil, todos homens livres?"

[380] Sobral afirma ter sido silenciado pelo órgão do governo, a despeito das inúmeras correspondências às autoridades competentes que enviou, das denúncias realizadas e dos apoios recebidos: "A opressão que se exerce, neste momento, sobre o meu pensamento, nobre e desinteressado, por ser expressão da Igreja de Jesus - Christo, pode amanhã se exercer, também, com o mesmo arbítrio soberano, sobre todo o pensamento cultural brasileiro". (PINTO, 1943:7) Em *Marcha para Oeste*, Cassiano já havia se posicionado em relação a postura ideológica do regime implantado em 1937: "O Novo regime tem uma ideologia, como não pode deixar de ser. Ou impõe essa ideologia ou volta a ser liberal". (*apud* LENHARO, 1986:54)

(1943:35-37) e julgando-se ele próprio ofendido em suas funções, o jurista terminou por extinguir a sua coluna no *Jornal do Comércio* naquela ocasião.

As dificuldades em permanecer como diretor do jornal *A Manhã* foram crescendo no último ano do Estado Novo. No início de 1945, tornaram-se freqüentes nas publicações do Rio e de São Paulo reportagens contra o governo de Getúlio Vargas.[381] A carta de Múcio Leão, diretor do suplemento "Autores e Livros", ao retirar-se do cargo, testemunha o esforço mal sucedido de Cassiano Ricardo de manter-se à frente do jornal no final do período ditatorial de Vargas. Em 17 de março de 1945, escreve Múcio Leão a Cassiano Ricardo:

> Nunca deixei de ver em você – e esta justiça é necessário que todo Brasil lhe faça – senão o espírito de um homem profundamente amigo do Brasil, querendo a pacificação de todas as correntes, desejando o desaparecimento de todas as incompreensões e de todas as intolerâncias. "A Manhã" nesse ponto de vista, foi, desde o começo, um grande modelo. Para o seu corpo de redatores ou de colaboradores entraram jornalistas, ensaístas, romancistas, poetas, homens de pensamento de todas as tendências, de todas as côres. O que você unicamente queria era o talento, e é com a maior ufania que devo lembrar hoje o periodo mais alto da vida de "A Manhã", quando em suas colunas colaboravam um Roquete Pinto e um Oliveira Viana, um Gilberto Freyre e um Ribeiro Couto, um Manuel Bandeira e um Afonso Arinos de Melo Franco, e ainda Vinícius de Moraes, Murilo Mendes, tantos outros.

A carta do acadêmico deixa entrever, para além da admiração por Cassiano Ricardo como diretor do jornal, a formação de um grupo em torno de um propósito comum, traduzido na implementação do diálogo entre autores em torno de temas afins, ao menos durante um certo período de existência do jornal. Ao fim daquele tempo, Múcio Leão constata a retirada dos colaboradores em virtude da postura e da orientação política do jornal. O autor defendeu que *A Manhã* fosse separada de *A Noite*, organizando-se autonomamente. Caso contrário, a subordinação ao governo ao qual estava sujeito aquele jornal o condenaria à execração política.

[381] A relação de Getúlio com a imprensa foi também ambígua. "Vargas procurou conquistar os representantes da imprensa de duas maneiras: reprimindo-os e adulando-os. Ajudou na construção do novo prédio da Associação Brasileira de Imprensa e nela foi recebido como 'conselheiro', 'o melhor dos amigos' e o maior benfeitor da casa (O Estado de S. Paulo, 18.1.1942)" (CAPELATO, 1988:50).

> E em tal caso ouso dizer-lhe que não houve nada de deserção. [...]
>
> "A Manhã", que tinha chegado a possuir a propriedade de um amplo, valioso edifício na rua Evaristo da Veiga, foi desapossada desse imóvel, em benefício de "A Noite". "A Manhã foi transferida de sede, passando, você com seu grupo de quatro ou cinco redatores principais, a trabalhar todos juntos, num exíguo gabinete incomodo de"A Noite", um gabinete réles, que se abria para os pardieiros mal cheirosos da Saúde...[...]
>
> Enfim, nunca vi com meus olhos um sistema de perseguição tão bem traçado e tão bem levado adiante como o que fizeram contra o nosso jornal.

Cassiano afasta-se de *A Manhã* em julho de 1945. O acirramento das relações entre governo e imprensa, apesar de todo o esquema de censura montado e do apoio de tantos intelectuais, foi o maior indício de que a era do Estado Novo estava se encerrando. Vargas retornaria, mas as circunstâncias seriam outras. No entanto, o aparato ideológico colocado em movimento pelo aparelho de Estado havia criado raízes. Só mesmo o esquecimento em relação ao conjunto de significados que ali circularam seria capaz de tornar possível o retorno, sob outras formas, de certos mitos ali alimentados, dentre eles o ideário da democracia racial no Brasil.

Figura 8: Cassiano Ricardo sorri e observa o presidente Getúlio Vargas.

Legenda original: "Cassiano Ricardo despede-se de Getúlio Vargas. Logo depois o Poeta viajaria para a França onde, em Paris, desempenharia as funções de Diretor do Escritório Comercial (Brasil – França)." Foto pertencente ao acervo da Fundação Cassiano Ricardo em S. José dos Campos, SP.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preocupação em discutir os problemas, os impasses sociais e as soluções em uma sociedade situada nos trópicos como a nossa, tomando-se como mote a nossa formação racial singular, é argumento antigo entre os mais diversos escritores que se debruçaram sobre o assunto. Tal associação constitui-se como um eixo central em torno do qual se congregaram representações sobre a formação de uma certa identidade brasileira em diversos períodos históricos, não sendo propriamente uma particularidade de certos autores ou de épocas específicas. Nesse sentido, o tema da raça não constitui uma exclusividade referida às obras de certos autores ou, tampouco, firma-se como característica de uma só época em específico.

Após a Proclamação da República, que significou a adoção de um modelo político liberal, ao menos do ponto de vista formal, um dos discursos correntes entre as oligarquias estaduais no poder assumiria o sistema democrático como um modelo virtuoso e apropriado a uma civilização como essa, transplantada para os trópicos. A admiração pelo desenvolvimento alcançado por nações democráticas, como os Estados Unidos, colocaria o tema da democracia na ordem do dia, uma vez que a situação socioeconômica da nação era freqüentemente comparada com os demais países da constelação internacional em busca de soluções e do progresso para o Brasil.

De outro lado, a contínua entrada dos imigrantes em um cenário de um grande contingente de ex-escravos e de afrodescendentes faria com que o debate sobre os impasses da democratização no País fosse reiteradamente associado à questão racial. Afinal, como poderia o Estado deixar de lado o "problema racial" e falar em democratização em um país com tão grande número não só de negros como de mestiços?

No período entre guerras, o racismo científico pessimista presente no pensamento de autores brasileiros como Nina Rodrigues e, mais freqüente, na virada para o século XX, foi aos poucos contraposto à convicção de que a sociedade caminhava para o branqueamento de sua população, solução entrevista por muitos escritores que se puseram a refletir sobre o fator racial em meio ao debate político em torno da imigração no Brasil.[382]

[382] Dentre os autores que acreditaram no branqueamento futuro estão Sílvio Romero e, um pouco mais tarde, João Baptista de Lacerda (1911). Oliveira Vianna também aderiu à discussão sobre o problema racial como um dos defensores da tese de que a epiderme branca predominaria. Em obra publicada em 1922, *A Evolução do Povo Brasileiro*, o autor reafirma a superioridade da raça branca, nas suas diversas famílias. Esse autor também postula a tendência a sua predominância, uma vez que hierarquicamente superior aos índios e negros. "Quando duas ou mais raças, de desigual fecundidade em tipos superiores, são postas em contacto num dado meio, as raças menos fecundas estão condenadas, mesmo na hipótese da igualdade do ponto de partida, a serem absorvidas, ou, no mínimo,

O período posterior à Revolução de 1930 no Brasil caracterizou-se pela intensificação da discussão sobre os novos moldes das relações entre Estado e sociedade, tendo em vista as grandes transformações operadas não só nacionalmente como em nível mundial.[383] É conhecida a intensa participação e influência dos intelectuais na gestão das idéias durante o governo de Getúlio Vargas, cuja administração ficou também marcada pela tentativa de estabelecer a mediação entre o conhecimento intelectual e a gestão política.[384] O problema da heterogeneidade racial na formação sócio-histórica brasileira foi exaustivamente discutido.

> É nesse contexto [anos 30] que uma série de intelectuais ligados ao poder público passam a pensar em políticas culturais que viriam ao encontro de uma "autêntica identidade brasileira". [...] É só com o Estado Novo que projetos oficiais são implementados no sentido de reconhecer na mestiçagem a verdadeira nacionalidade (SCHWARCZ, 1998:193).

Como solução para o impasse, o discurso oficial passaria a idealizar um representante local, portador de uma identidade cultural e nacional genuinamente brasileira: o mestiço.

Após a implantação do Estado Novo, a situação não seria diferente. Segundo Angela de Castro Gomes, o debate em torno da questão racial no Brasil, discussão já clássica desde o século XIX, foi uma das vias diretoras do empreendimento estado-novista, que assumiu a tarefa de formular uma solução síntese para o problema racial. A autora destaca a associação da "democracia racial" com a ideologia de governo estabelecido por Getúlio Vargas (1996). Para ela, o empreendimento levado a cabo pelo regime torna o período

---

dominadas pela raça de maior fecundidade. Esta gera os senhores; aquela, os servidores. Esta, as oligarquias dirigentes; aquelas, as maiorias passivas e abdicatórias" (VIANNA, 1922/1956: 153).

[383] No nível internacional, após a Primeira Guerra, o racismo nazista persistia em tentar legitimar o argumento da inferioridade racial e hereditária dos negros e judeus, divulgando e ressaltando a centralidade do argumento racial para a agenda internacional (SKIDMORE,1989: 192).

[384] Para uma discussão ampla sobre a questão ver, *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)* (MICELI, 1979/2001). Para uma análise mais localizada da ação do Ministério da Educação e Saúde de Gustavo Capanema, ver *Tempos de Capanema* (SCHWARTZMAN, BOMENY e COSTA, 1984). Como afirma Sergio Miceli: "O processo de cooptação dos intelectuais pelos aparelhos do Estado não se esgota na relação entre suas biografias e a trajetória intelectual e política que cumpriram, entre os trunfos de que dispunham e suas orientações ideológicas, nem muito menos na relação entre os princípios que norteiam sua produção intelectual e suas práticas políticas. Cumpre também apreender os diversos níveis de sua atuação no âmbito 'público' e averiguar o quanto suas tomadas de posição intelectuais e políticas se devem às injunções de toda ordem que interferem no trabalho específico que desenvolvem. Por mínima que seja, a autonomia relativa de qualquer aparelho justifica uma análise de sua dinâmica interna, nem que se chegue apenas a delimitar o alcance e os limites dessa autonomia" (2001: 296,297).

privilegiado "para perceber como o Estado Novo foi um momento estratégico para a construção do mito da democracia racial brasileira, e mais precisamente ainda, de que maneira tal mito se articulou a uma certa versão da história do Brasil" (GOMES, 1996: 192).

Do ponto de vista teórico, a entrada sistemática da influência do pensamento anti-racista do antropólogo Franz Boas e do culturalismo norte-americano nos então chamados "estudos sociais" no Brasil, destacando uma série de argumentos de cunho científico para o combate ao racismo ou ao "mito da inferioridade" de certas raças, seria bem recebida pelos autores que procuravam uma nova saída para o problema racial no contexto brasileiro.[385]

Tais argumentos procuravam enfatizar, basicamente, a proeminência do conceito de cultura em detrimento do conceito de raça como substituição fundamental para a compreensão da diversidade no desenvolvimento de povos e comportamentos nos vários continentes. O conceito de "cultura" tornar-se-ia central para colocar a discussão em torno da formação e do papel do Estado e da sociedade brasileira em novos termos. Seria a perspectiva culturalista que permitiria a autores como Gilberto Freyre, Arthur Ramos, Roger Bastide e Donald Pierson uma interpretação positiva da mestiçagem racial e cultural no Brasil.[386] Isso sem esquecer a nova voga modernista, a qual apostou na idéia da miscigenação, porém numa perspectiva mais afinada com "nossa realidade". Nesse sentido, a mestiçagem surgia como a saída mais alentada e "coadunada" com as especificidades locais.

A disseminação da concepção de que o País constituiria um exemplo ímpar de irrestrita mestiçagem e convivência harmônica entre as raças, em que o preconceito racial, se não ausente, teria uma fraca expressão, seria atribuída principalmente ao enorme impacto e repercussão que alcançaria a interpretação sociológica de Freyre nos anos 1930, a partir da publicação de *Casa Grande & Senzala* (1933), que abordava de forma inovadora o papel do negro e a relação entre senhores e escravos na formação da sociedade e da cultura brasileiras.

---

[385] Um exemplo dessa nova forma de abordar a questão está no papel que Gilberto Freyre atribui, na obra *Casa Grande e Senzala* (1933/1989), ao regime alimentar deficiente e instável do brasileiro para a explicação das características físicas. "Muito da inferioridade física do brasileiro, em geral atribuída toda à raça, ou vaga e muçulmanamente ao clima, deriva-se do mau aproveitamento dos nossos recursos naturais de nutrição" (FREYRE, 1933/1989: 32).

[386] É nesse sentido que Gilberto Freyre adotaria uma postura crítica ao pensamento de Vianna, ao mostrar que a obra do último estava permeada de "preconceitos ideológicos" (CÂNDIDO *in* HOLANDA, 1988: xxxix). Gilberto Freyre vê, diferindo-se de autores anteriores, na larga miscigenação brasileira uma "vantagem" (1933/1989:47) e valoriza a contribuição da ascendência africana para a mistura que geraria a beleza e o vigor físico encontrados no país. "Muito do que Euclides [da Cunha] exaltou como valor da raça indígena, ou sub-raça formada pela união do branco com o índio, são virtudes provindas antes da mistura das três raças que da do índio com o branco; ou tanto do negro quanto do índio ou do português" (1989:45).

> Trata-se de uma época privilegiada, quando ocorre uma transição nas abordagens sobre a questão racial, na medida em que o debate fundado na sociobiologia ganha nova roupagem, incorporando o discurso culturalista de Franz Boas. Gilberto Freyre, ao discutir os estudos dos autores racistas, formula uma interpretação do Brasil como uma sociedade constituída, na base, por uma democracia racial, resultado da interpenetração de várias etnias e culturas em harmonia. Interpenetração essa conseguida graças a uma organização social desenvolvida no trópico, tendo por base o patriarcalismo, sustentáculo de relações sociais nunca marcadas pelo antagonismo (RUGAI BASTOS, 1987:140).

O modelo impregnou de tal maneira a representação oficial do Estado que não só se criou o "Dia da Raça" como converteu a capoeira em esporte oficial e passou o candomblé à condição de religião legalmente reconhecida. De outro lado, tanto Freyre como outros autores trataram de difundir essa imagem, que mais e mais aderiu a uma caracterização nacional e particular.

No entanto, posteriormente, verificou-se a crítica sistemática à concepção de que o Brasil representaria um exemplo de país com preconceitos raciais atenuados, se não inexistentes. Ou seja, a crítica aos fundamentos da existência de democracia racial no Brasil origina-se no interior dos próprios estudos sociológicos e seria direcionada prioritariamente à obra de Gilberto Freyre.[387]

> Em 1964, no contexto do rompimento da democracia brasileira justamente em nome da preservação dos valores e ideais democráticos, estava finalmente madura a idéia de que a "democracia racial", mais que um ideal, era um mito – um mito racial, para usarmos as palavras de Freyre. O autor dessa expressão foi justamente alguém que já dialogava criticamente com a obra e as idéias de Freyre desde o início de sua formação acadêmica: Florestan Fernandes (GUIMARÃES, 2001: 154).

[387] Aliás, sempre que se fala na chamada "democracia racial brasileira", principalmente no meio acadêmico, Gilberto Freyre ainda é o nome mais citado dentre os autores que teriam contribuído para a cristalização dessa percepção. Antonio Sergio Guimarães inaugura a pesquisa sobre a cunhagem do termo "democracia racial": "Os estudiosos das relações raciais no Brasil ficam sempre intrigados com a origem e a disseminação do termo 'democracia racial'. A começar pelo simples fato de que a expressão, atribuída a Gilberto Freyre, não é encontrada em suas obras mais importantes, bem como não aparece na literatura a não ser tardiamente, nos anos 1950" (2001: 147).

A crítica levada a cabo por Florestan Fernandes, após o desenvolvimento do projeto de pesquisa financiado pela UNESCO no Brasil, no início dos anos 1950, visava principalmente denunciar tanto a falácia do "mito da democracia racial", sustentada durante as décadas anteriores por Gilberto Freyre, como a existência de um racismo velado persistente na sociedade brasileira desde o período escravista.[388]

> A convicção de que as relações entre "negros" e "brancos" corresponderiam aos requisitos de uma democracia racial não passa de um mito. Como mito, ela se vinculava aos interesses sociais dos círculos dirigentes da "raça dominante", nada tendo que ver com os interesses simétricos do negro e do mulato. Por isso, também, não operava como uma força social construtiva, de democratização dos direitos e garantias sociais na "população de cor". Inscrevia-se, contrariamente, entre os mecanismos que tendiam a promover a perpetuação, em bloco, de relações e processos de dominação que concentravam o poder nas mãos dos mencionados círculos dirigentes da "raça branca", como sucedera no recente passado escravista (FERNANDES, 1978: 262,263).

A partir da década de 1960, o uso da expressão "mito da democracia racial" generalizou-se na literatura acadêmica, estimulando diversos trabalhos, no geral, com o objetivo de denunciar a falácia mítica, em xeque pela presença evidente do racismo e/ou referindo-se à obra de Gilberto Freyre enquanto objeto de análise.

> A predominante caracterização ortodoxa do Brasil como uma democracia racial passou a ser um mero mito para os revisionistas, que começaram a falar na "intolerável contradição entre o mito da democracia racial e o real predomínio da discriminação contra negros e mulatos" (VIOTTI da COSTA, 1977: 228).[389]

Thales de Azevedo, por exemplo, no contexto da década de 1970, coloca o problema nos seguintes termos:

---

[388] Para uma história do projeto UNESCO no Brasil, ver MAIO (1997).

[389] Entre os revisionistas no Brasil, Emília Viotti da Costa (1977: 228) cita: L. A. Costa Pinto, Florestan Fernandes e Roger Bastide, Guerreiro Ramos, Thales de Azevedo, Fernando Henrique Cardoso e Otávio Ianni. Entre os autores americanos: Richard Morse, Marvin Harris, Bertham Hutchinson, Charles Wagley e Carl Degler.

> Mas há também outra ordem de motivos: a persistência de processos e de fenômenos aparentemente sem importância. É o que parece suceder com a democracia racial. Duas coisas muito curiosas ocorrem com relação a essa instituição. De um lado, constitui o maior motivo de orgulho nacional: não há nada que se invoque tão frequentemente e com tanta ênfase, como prova da ausência de preconceitos e de tensões em nossa sociedade. Constitui provavelmente a mais sensível nota do ideário moral no Brasil, cultivada com insistência e com intransigência. Duvidar dos fatos e dos valores de que se tece essa instituição é algo como negar um elemento substancial dos modos de ser do nosso povo. Dessa perspectiva a democracia racial seria mesmo a expressão, não apenas de uma realidade histórica mas de uma virtude própria, talvez inata e exclusiva dos brasileiros, que em nenhuma parte do mundo se reproduz com as mesmas características e a mesma espontaneidade. De outro lado, os fatos se repetem, frequentes e ubíquos, de discriminações que no mínimo fazem supor, ao contrário daquilo, que compulsões diferentes senão opostas operam na sociedade. Mas a recusa em tomar conhecimento desses incidentes e a examiná-los como possíveis indicadores de preconceitos limita as oportunidades de examinar cientificamente a questão (AZEVEDO, 1975: 7, 8).

Um momento de considerável reafirmação e repercussão das críticas ao ideário da democracia racial deu-se com os estudos de Carlos Hasenbalg (1979), que, com base em pesquisas estatísticas aprofundadas, evidenciou obstáculos intransponíveis à ascensão social e econômica dos negros no Brasil. As conclusões do autor vieram acompanhadas de uma argumentada denúncia contra o mito da “democracia racial” no País.[390]

> Se o ideal de branqueamento transformou-se na sanção ideológica do contínuo de cor desenvolvido durante a escravidão, o mito da “democracia racial” brasileira é indubitavelmente o símbolo integrador mais poderoso criado para desmobilizar os negros e legitimar as desigualdades raciais vigentes desde o fim do escravismo (1979:241).

[390] Nesse sentido, ver também os estudos de Carlos Hasenbalg, em parceria com Nelson do Valle Silva (1988).

Apesar das inúmeras retomadas posteriores, a discussão sobre o tema permaneceu relevante em diversos contextos.[391]

> Tendo a ler Freyre e antropologia social dos anos quarenta e cinqüenta, escrita em sua maior parte na Bahia e em Pernambuco, como parte de uma reação cultural da "brasilidade" bem nascida – o modo primeiro de imaginar a nacionalidade – ao desafio cultural que representava a mudança de eixo econômico e cultural em direção aos estados de migração recente. Neste sentido, a idéia de "democracia racial" tal como reinterpretada pela antropologia de Gilberto Freyre (1933) pode ser considerada um mito fundador de uma nova nacionalidade (GUIMARÃES, 1997: 51).

Outra ocasião de acirramento da discussão sobre o chamado "mito da democracia racial" ocorreu com a polarização entre Peter Fry e Michael Hanchard, que discordaram a respeito do sentido que a palavra *mito* adquire no contexto racial no País. Conseqüentemente, assumiram diferentes entendimentos sobre as relações entre negros e brancos aqui vivenciadas ou sobre uma suposta democracia nas relações raciais brasileiras. Peter Fry, no artigo "Por que o Brasil é diferente?", defendeu que o mito da democracia racial deveria ser abordado de uma perspectiva antropológica.[392] Segundo o autor:

> Quando Hanchard e outros descrevem a democracia racial como mito, fazem isso porque entendem os mitos como sendo falsos. Reúnem e organizam as indiscutíveis provas do preconceito, da discriminação, e da desigualdade de base racial no Brasil com o intuito de desmascarar o "mito" da igualdade e da harmonia. Os antropólogos, porém, costumam ser mais benevolentes para com os mitos. Admitem que eles não são inverdades, produto de equívocos que devem ser desmascarados e denunciados pela superioridade do saber ocidental, mas, antes, sistemas ordenados de pensamento social, que

[391] Vários são os autores que empreenderam interpretações sobre o "mito da democracia racial no Brasil", desde que Florestan Fernandes manifestou a crítica a essa concepção na obra *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* (1965). Além das interpretações citadas no decorrer deste texto, podemos lembrar ainda os estudos de Carlos Guilherme Mota (1998) e, ainda, Jessé Souza (2000) e Thomas Skidmore (2001), ambos tomando como mote o "mito da democracia racial" e a obra de Gilberto Freyre.

[392] Lilia Schwarcz também sugere que o "mito da democracia racial" seja analisado de uma perspectiva antropológica. Diz a autora: "Limitar a questão racial a um problema exclusivamente econômico pouco resolve. Afirmar que a raça se esconde na classe é entender só parte da questão. Talvez seja mais produtivo enfrentar o mito, o 'mito da democracia racial' e entender por que ele continua a repercutir e a ser re-significado entre nós" (2000: 35). Para uma análise mais recente sobre o tema, consultar a *Revista USP* (dez./jan./fev. 2005-2006 – Dossiê Racismo), na qual a autora apresenta uma retomada sobre o assunto.

> consagram e expressam percepções fundamentais sobre a vida social. Entender a democracia racial e seus corolários não mais como "impedimentos" à consciência racial, mas como fundamento do que de fato significa a raça no Brasil, leva a uma radical mudança de ênfase (1996: 180).

Michael Hanchard faz a crítica da postura de Peter Fry, acusando a perspectiva metodologicamente individualista de sua argumentação, ao separar o significado antropológico das interações inter-raciais de suas implicações políticas.

> O que isso sugere sobre a antropologia de Fry, tanto em termos pessoais quanto sociais, é que, enquanto ele é bastante competente ao discutir as permutações da mistura cultural, da mestiçagem e da interação sob circunstâncias politicamente remotas, por outro lado ele silencia sobre as questões de poder e privilégio na dinâmica racial, tanto na sua própria vida quanto nas vidas de brasileiros negros e de pele escura, aqueles cuja natureza "outra" (*otherness*) impede o seu acesso aos empregos, à educação e à auto-estima. Portanto, isso não é nenhuma surpresa para mim, e sim para Fry, que ultimamente defende a democracia racial no Brasil, já que ele não possui quaisquer meios conceituais ou teóricos para analisar a dominância e a subordinação, a repressão e a resistência dentro dos parâmetros das interações culturais (1997:168).

A palavra *mito* aparece freqüentemente nos textos acadêmicos como sinônimo de ideologia, no sentido marxista de "falsa consciência" ou ilusão fundada nas aparências, uma vez que as desigualdades sociais e econômicas entre negros e os demais grupos tornam a existência do racismo no Brasil evidente, a despeito dos discursos que negam ou não assumem o preconceito. "O conceito de democracia racial é uma poderosa construção ideológica cujo principal efeito tem sido manter as diferenças inter-raciais fora da arena política, mantendo-as como conflito latente" (HASENBALG, *apud* GUIMARÃES, 1997: 53).[393]

Apesar das constantes tentativas de contraditar o discurso sobre a existência de relações raciais harmoniosas no Brasil, tal narrativa encontrou acolhida em outros planos, pois parece internalizada certa concepção culturalista dos anos 1930 que imprime à percepção das

[393] Thales de Azevedo (1975: 34, 35) usa as expressões *ideologia da democracia racial* e *mito da democracia racial*. Roberto DaMatta produziu uma conhecida interpretação em torno da "fábula das três raças" (1987/1993:58-85) ou "mito das três raças"(1993: 69), que foi inspiradora para muitas interpretações posteriores.

relações raciais vivenciadas no Brasil caráter singular, uma vez que a miscigenação generalizada marcaria a nossa formação.[394]

> Parece que nos encontramos na encruzilhada deixada por duas interpretações. Entre Gilberto Freyre, que construiu o mito, e Florestan Fernandes, que o desconstruiu, oscilamos bem no meio das duas representações, igualmente verdadeiras. No Brasil convivem *sim* duas realidades diversas: de um lado, a descoberta de um país profundamente mestiçado em suas crenças e costumes; de outro, o local de um racismo invisível e de uma hierarquia arraigada na intimidade (SCHWARCZ, 1998: 241) (Grifo da autora.).

Este estudo foi orientado pela tentativa preliminar de compreender a recorrência do tema da "democracia racial" não só nos discursos dos cientistas sociais brasileiros desde a década de 1930 como também nos casos em que esse discurso transcenderia as fronteiras acadêmicas. Não se trata aqui, porém, de justificar a discussão em torno da noção de democracia racial atual unicamente a partir de sua "gênese" ou de retomar a questão calcada em subsídios retirados do passado.

A intenção que motivou o trabalho foi pesquisar e analisar a estrutura conceitual que presidiria a construção poética, literária e política do chamado "mito da democracia racial" brasileira tomando-se como parâmetro de investigação as trajetórias profissionais e as obras de Menotti Del Picchia e de Cassiano Ricardo. É certo que estes não foram autores clássicos, que teriam demarcado espaços e concepções hegemônicas acerca do tema. No entanto, as atuações freqüentes em veículos de divulgação relevantes na imprensa da época faz deles representantes de uma certa mentalidade que apostou não só na idéia de democracia como no ideário da democracia racial enquanto particularidade brasileira. Nesse sentido, procuramos destacar que naquele contexto os escritos de Menotti e Cassiano evidenciam o fato de que a "democracia racial" não significava necessariamente igualdade social.

---

[394] Muitos autores acabaram, por motivos diversos, tomando parte no debate. Tal é o caso de Fábio Wanderley Reis, que no seminário internacional "Multiculturalismo e Racismo: O Papel da Ação Afirmativa nos Estados Democráticos Contemporâneos", patrocinado pela Secretaria dos Direitos da Cidadania do Ministério da Justiça, Brasília, 4 a 6 de julho de 1996, proferiu a palestra "O mito e o valor da democracia racial". Afirma o autor: "[...]tomada como caracterização da *meta* a ser buscada, a ideologia da democracia racial revela-se não apenas adequada: ela é mesmo insubstituível, precisamente por afirmar uma condição em que as diferentes características raciais se tornam irrelevantes. Como meta, ela é claramente superior, por essa razão, ao modelo de sociedade que transparece como tendência ou resultado provável da valorização e da afirmação aguerrida – eventualmente beligerante – de diferentes identidades raciais como tal."(REIS, 2000: 406) (Grifo do autor.)

As trajetórias dos autores foram tomadas como canais para a investigação dos processos sociais que serviriam de substrato à produção das obras e que permitiriam construir de maneira analítica suas circunstâncias, assim como acompanhar a própria cronologia do processo de transformação das idéias. Particularmente nas décadas de 1930 e 1940, constata-se um período de grande efervescência cultural, em que o processo de gestação e amadurecimento dessas idéias encontra-se em andamento.

Assim, tomou-se a discussão em torno da viabilidade da democracia no Brasil, tema presente nos pensamentos de Menotti Del Picchia e de Cassiano Ricardo, como uma chave para a compreensão da estrutura do debate sobre as relações raciais durante as décadas de 1930 e 1940. A interpretação depreendida do contexto serviria como forma de acesso ao entendimento da circularidade que orienta a discussão acadêmica em torno do problema racial brasileiro já em outros contextos.

É bom enfatizar que foi assumida uma perspectiva de que uma visão mais completa sobre o modo como operaria o "mito da democracia racial" no pensamento brasileiro só poderia ser produzida por uma leitura que considerasse os pontos de vista de várias versões complementares, relacionais e dialógicas, não podendo emergir de uma leitura partidária dos valores defendidos por meio de qualquer uma das versões em particular.

Procurou-se, preliminarmente, recuperar certas especificidades no contexto social de Menotti e Cassiano que se articulariam e desembocariam na entrada desses autores na temática racial. A recuperação do instrumental poético corrente no contexto social dos mesmos tornou-se fundamental para a compreensão da arquitetura conceitual que abrigou o tema e o respectivo processo social em andamento.

De saída, para efeitos analíticos, procurou-se estabelecer as relações do discurso sobre o tema racial por meio da pesquisa de outros temas ou motivos conectados em suas obras que, em conjunto, presidiriam certa ordem intelectual. Assim, buscou-se delimitar o que se poderia chamar de constituição do "campo ideológico" no qual Menotti Del Picchia e Cassiano Ricardo foram formados e que funcionaria como fonte dos parâmetros norteadores a moldarem as percepções e as afirmações desses poetas sobre uma suposta fraternidade racial brasileira. Tratou-se também de investigar as operações lingüísticas, as analogias e as variações entre termos que poderiam ser extraídos das argumentações desses autores. Isto é, quais seriam as bases de sustentação e como se organizariam as afirmações de Menotti e Cassiano em torno do chamado "mito da democracia racial no Brasil", conferindo "racionalidade" ao ponto de vista elaborado e defendido por esses poetas.

Constatou-se certa obediência aos preceitos formais parnasianos nas primeiras obras de Menotti Del Picchia, mitigados, no entanto, por alguns resquícios de expressão romântica e de elementos naturalistas. Sem deixar de observar a vida por um prisma de beleza plástica e de eternidade, o autor abre espaço para incorporar também elementos fugazes de cultura popular. Sua escrita incorpora uma visível atração por questões locais em suas novelas e romances, incluindo crimes vivenciados com um olhar jornalístico, decorrente de suas atividades profissionais, e impregnado pelo determinismo de uma percepção naturalista da existência. Nessa perspectiva, a figura de Juca Mulato mostra-se central, uma vez que no poema citado, a despeito de sua reverência ao parnasianismo, o autor insere o mestiço em seu contexto de sociabilidade, de maneira a produzir a sua "naturalização". Lança mão de certos artifícios poéticos, de analogias ou de diálogos entre a personagem e a pedra, a terra, os vegetais e seu cavalo, herói esboçado em um clima romântico de narração.

Enfatize-se, já no conjunto de obras publicadas por Menotti Del Picchia até 1925, uma ambigüidade fundamental. Em sua poesia de cunho romântico/parnasiano, marcada pela presença de um forte lirismo, como no poema *Juca Mulato*, o mestiço se afigura naturalizado, próximo às personagens idílicas criadas pelo romantismo. Quando o autor escreve contos e novelas, nos moldes da literatura realista, o mestiço reaparece, porém configurado sob os traços de um ser degenerado. Este fato assinala o convívio de dois modelos literários que não se coadunam inteiramente um com o outro, mas que são simultâneos nos discursos sobre a raça e a mestiçagem: o discurso romântico e o discurso realista. O discurso realista tenderia a associar o negro e o mestiço a doenças, a crimes, a desequilíbrio emocional e a morte. O discurso romântico situaria o mestiço como manifestação de um mundo natural idealizado. Pelo menos é o que se depreende da leitura das obras de Menotti Del Picchia.

De outro lado, registraram-se aspectos panteístas recorrentes na literatura de Menotti Del Picchia e de Cassiano Ricardo que não devem ser menosprezados. As obras de Cassiano indicaram a importância de se analisar o símbolo de Pan, reinterpretado no contexto modernista. Esse símbolo, por sua conexão com o culto à natureza, seria posteriormente associado ao discurso em torno da constituição de uma autoctonia brasileira.

A transformação de sentimentos abstratos e de aspectos do mundo natural em fenômenos animados com capacidade de viva atuação permeia a maior parte dos poemas catalogados. Metáforas de ordem corpórea também foram freqüentemente registradas em imagens que descrevem os fenômenos naturais e os corpos sob o filtro dos sentimentos e de emoções pessoais.

O panteísmo presente nos poemas ofereceu um caminho para o estabelecimento de certas relações "cosmogônicas" entre o mundo natural – composto pelos reinos mineral, vegetal e animal – e o mundo social, perceptíveis nas obras desses autores. A incorporação do panteísmo implicou ainda, por parte deles, a adição e adequação de percepções metafísicas imbuídas de determinismos próprios à época em que seus poemas foram publicados. Essa "visão de mundo" interferiria na interpretação que os autores apresentam sobre a formação racial brasileira. Seus poemas carregariam o paradoxo de se submeter a uma expressão estética parnasiana, marcada por exigências formais e de impessoalidade, em um contexto político de busca da identidade nacional.

Quando assumiram o Movimento Verde-Amarelo, em meados da década de 1920, a transposição do aparato literário anterior para criar e elaborar uma identidade brasileira, por meio da apropriação de uma "nova poética", seria mediada por uma prática parnasiano-panteísta que acabaria interferindo na expressão sociopolítica que Menotti e Cassiano desenvolveriam nos anos seguintes.

É importante assinalar que o sistema classificatório, articulado em termos de analogias entre as diversas categorias dos três reinos naturais, atua no imaginário, como o que poderíamos denominar uma "configuração cosmológica". Essa configuração estabelece percepções e correlações no nível da organização social, da psicologia e da ética. Cada categoria se define no conjunto segundo uma ordem própria e em virtude da rede de relações na qual está inserida, o que permite estabelecer articulações de sentido com todo um universo de percepções e de experiências sociais sobre o mundo compartilhado.

O trabalho procura destacar que, nos quadros do sistema narrativo de Menotti Del Picchia e de Cassiano Ricardo, com suas intenções próprias e sua linguagem poética, a noção de *raça* passa a atuar articulada em relação a outros planos de seu pensamento. Nesse sentido, procuramos mostrar que essa categoria vai operar no pensamento desses autores, o que se torna mais evidente com o acúmulo da leitura dos poemas de Cassiano Ricardo na fase nacionalista, menos como conceito do que como parte de um *sistema cognitivo*, que vai propiciar "conhecimento" sobre o mundo como um todo, compreendido pela visão de conjunto dos reinos (animal, vegetal e mineral) e de suas espécies e fenômenos naturais, via analogia entre nomes/cores/matérias/raças. Daí a sedução que esse tipo de artifício exerce no leitor, uma vez que permite a transposição de um reino (ou de campos semânticos diferenciados) a outro e, simultaneamente, possibilita a justaposição dos mesmos.

A preocupação com a unidade nacional suscita também uma reflexão sobre os fatores de permanência e a identidade que a coletividade deveria assumir com vistas a esse

objetivo, segundo o pensamento desses autores. Nesse sentido, a reflexão sobre a identidade tem como contraface uma reflexão sobre a alteridade que se articula em torno da figura do negro. A forma como o negro é posicionado e as analogias e metáforas que se estabelecem em torno dos "brasileiros de cor" acabam por contribuir para aumentar o distanciamento entre brancos e negros, uma vez que aos africanos é associada a imagem da noite, do sombrio, do sofrimento, da dor, do fúnebre, enfim. A mestiçagem representaria aqui a possibilidade de superação desse sistema de metáforas negativas que se articulam em torno dos elementos provenientes da África.

No caso de certas defesas da formação racial brasileira como sustentação simbólica de um projeto de estabelecimento de um Estado Nacional, a idéia da harmonia entre as raças atuará como justificativa para a introdução de normas externas que integrariam o indivíduo socialmente. Ou seja, a formação nacional seria ancorada em uma ordem natural/racial que, concomitantemente, ordenaria e legitimaria outra ordem hierárquica rígida. Ora, o que define o grau de superioridade e, até, de "humanidade" nas teorias racistas é a participação no "patrimônio genético" do branco europeu, parâmetro esse que passaria a interferir em um projeto de implantação do Estado.

Num sistema em que a mestiçagem é tornada símbolo de identificação da nacionalidade, a rejeição e o afastamento do negro perde o caráter de negação fanática, sem afastá-lo totalmente, porém inserido no imaginário por meio de certos mecanismos específicos de aceitação e rejeição. Sua participação no grupo é consentida desde que orientada segundo os parâmetros provenientes de uma ordem cosmológica ou "mítica", que não abriria mão do ordenamento hierárquico baseado em analogias com a pureza e a "virtude" do branco. Talvez o sentido da tolerância racial nesse sistema se coloque nestes termos: a raça é parte do sistema, ainda que o negro na escala social seja tomado como o elemento mais distante, e por isso seja entendido como o "outro".

Dessa forma, nessa ideologia, o mestiço assume um papel mais amplo do que o simples resultado do cruzamento biológico: ele permite a reflexão sobre a possibilidade de passagem do negro ao branco, do escravo ao senhor, da classe servil para a classe dominante, da periferia ao centro. Simultaneamente, tomado como figura das margens e da possibilidade de integração, assume um lugar proeminente no pensamento desses autores, pois rejeitar a mestiçagem tem como contrapartida negar a possibilidade de refletir sobre a unidade da nação.

A abordagem dos ensaios de Menotti e Cassiano na década de 1930 possibilita interpretar o pensamento desses autores tomando-se como ponto de partida a ambigüidade de seus posicionamentos em relação à adoção do regime democrático pelo Estado brasileiro.

No pensamento de Menotti Del Picchia, a diversidade racial surge no contexto como um obstáculo a ser futuramente superado. De outro lado, a democracia política propriamente dita é, aos olhos do autor, um "mito" explorado pelas oligarquias. A "democracia étnica" lhe parece uma vantagem herdada da "tradição de fraternidade brasileira". Até 1935, Menotti parece ter visto o fascismo, obviamente ambientado em território nacional, como o regime mais adequado ao País. Posteriormente, por ocasião do Movimento Bandeira, o autor se engaja em um novo projeto de nacionalismo, que exigia uma postura crítica com relação ao fascismo e ao comunismo. A violência não é de todo destituída de valor no pensamento do autor, pois, algumas vezes, Menotti a associa de forma positiva à tradição brasileira. A tentativa de situar as particularidades de São Paulo e de destacar a competência de suas lideranças para assumir as rédeas do País fica visível nos periódicos dirigidos por esses autores.

Para Cassiano Ricardo, 1935 também traz uma perceptível mudança em suas atividades. É a partir desse ano que o autor assume a releitura do bandeirismo como modelo para o delineamento de um novo Estado Nacional, introduzindo, assim, o modelo paulista como cerne da proposta. Por ocasião do golpe de 1937, os dois "modernistas" apoiaram o expediente de Getúlio Vargas e logo se engajaram como propagandistas do novo regime.

Sem descuidar de alertar para a presença do negro em São Paulo e assumindo a idéia da democracia racial com uma peculiaridade brasileira a ser valorizada, Cassiano elabora um modelo calcado na miscigenação que pudesse ser um espelho para a organização social brasileira. Nesse modelo, aos negros, tomada a sua natureza como sedentária, são atribuídos papéis subalternos. As cores constituem-se como parâmetro funcional no modelo de organização social hierárquica legado pela tradição bandeirante, segundo o pensamento do autor de São José dos Campos. Além de hierarquia baseada no trabalho (GOMES, 1988:227), o corpo político proposto por Cassiano previa uma hierarquização baseada na raça. A proposta do autor vincula-se à idéia de organizar a sociedade brasileira com base em uma suposta "natureza" de sua história.

Com o Movimento Bandeira, torna-se claro o objetivo dos dois autores de pensar a identidade paulista nas suas peculiaridades. Eles acabaram elaborando um projeto que intentava transformar São Paulo no centro da vida cultural e política do País. O bandeirismo de Menotti e Cassiano foi uma maneira de estender a reflexão para o Brasil como um todo, sem subtrair de São Paulo a condição de centro da nacionalidade. No pensamento dos dois poetas, a inclusão dos negros como tema de suas preocupações faz parte da passagem

paulatina de uma reflexão mais localizada em São Paulo para indagações mais amplas de cunho nacionalista que abarcaram o problema da construção da identidade nacional.

A leitura dos ensaios políticos da dupla registra ainda o intenso diálogo que Menotti e, principalmente, Cassiano estabeleceram com autores como Oliveira Vianna e Gilberto Freyre. No início da década de 1940, a intenção de reunir como colaboradores das páginas do jornal *A Manhã* os intelectuais mais representativos da reflexão sobre a nacionalidade fica evidente pela linha administrativa assumida por Cassiano Ricardo.

Mediante uma pesquisa não exaustiva realizada pelo jornal, centrada principalmente na página 4 do periódico, onde se localizam os principais editoriais e artigos de opinião, é possível perceber que estabeleceu-se aí um campo de debates extremamente rico para a compreensão da orientação ideológica do governo Vargas, pois diversos artigos tratam da formação do Estado e da própria imagem da nacionalidade. Para além da orientação ideológica do jornal, muitos artigos mostram a seleção de temas e debates relevantes para a história do pensamento brasileiro, propiciando rico material para o desenvolvimento de futuras pesquisas.

O perfil de Cassiano Ricardo como diretor de *A Manhã* ressalta ainda as qualidades do escritor como propagandista de um modelo hierárquico de democracia racial no Brasil. O estudo dos artigos escritos nesse periódico mostra o entrelaçamento das formulações poéticas do autor com a elaboração de um sistema ideológico orientador do regime.

Nesse contexto, nos ensaios de Cassiano Ricardo a recorrência que o autor coloca na agenda da época sobre a necessidade de tornar expressiva a constatação de uma democracia tipicamente brasileira é surpreendente. Basta observar o número de adjetivos que ele e seus contemporâneos experimentaram acoplar à palavra *democracia* nos artigos de *A Manhã*. Cassiano procura evidenciar e exibir a “beleza” do espetáculo democrático que o Brasil ofereceria ao mundo, em contraste com o estado belicoso das demais nações envolvidas na Segunda Guerra.

O jogo de adjetivações experimentado em torno da palavra *democracia* implica operações de aproximação e de distanciamento entre conceitos. Simultaneamente, implica a percepção de autonomia dos mesmos. Com efeito, ao estabelecermos a fusão entre democracia e raça, passamos a analisar o conceito de raça por sua independência em relação a outros planos da vida coletiva: ao social, ao econômico e ao político. Paradoxalmente, nesse caso, a tentativa de fusão entre os termos acarreta uma autonomização na percepção dos fenômenos sociais, mas também a sua descaracterização. Dessa forma, torna-se muito difícil constatar e definir claramente a presença do racismo.

Nos artigos dos colaboradores do jornal *A Manhã*, a distinção entre mestiços superiores e mestiços inferiores coloca em relevo a permanência da hierarquia reconstituída no próprio interior da idéia de mestiçagem. Como foi salientado, Gilberto Freyre avalizaria essa idéia corrente na época. Nesse sentido, eugenia e democracia surgem como dois sistemas complementares, em que um apóia e possibilita o desenvolvimento do outro. De outro lado, escritores católicos, como Jorge de Lima, compartilhariam a idéia de ser a eugenia uma ciência não só compatível com o sistema democrático como necessária ao seu desenvolvimento.[395] Cultura e natureza não se separariam; o Estado permanece com uma decorrência da ordem natural, em um contexto político em que o autoritarismo do governo de Getúlio Vargas dominava a cena política.

Os escritos de Cassiano Ricardo apresentam, ademais, o desenvolvimento de muitos argumentos contrários à introdução da democracia representativa no Brasil. Da mesma forma, nas obras e nos artigos jornalísticos de Menotti Del Picchia os argumentos da harmonia histórica entre as raças no Brasil, da "democracia étnica", da "democracia racial" ou da "democracia social", vistas como intrínsecas à formação histórica brasileira, são acionados no sentido de dispensar ou revelar como falseamento qualquer defesa dos ideais democráticos e igualitários no País. As versões desses dois autores apresentam-se como complementares e suplementares nesse sentido.

Ao contrário do que se pode supor, os autores enfocados oferecem uma interpretação sobre a "democracia racial" em que o determinismo racial se articula com a idéia de democracia.[396] De forma alguma as características raciais são tomadas por eles como irrelevantes na organização social. Pelo contrário, a organização social seria, ela mesma, decorrente de determinismos raciais naturais, dos quais uma reflexão sobre a formação do Estado não poderia abdicar, segundo o entendimento desses autores. Não por acaso a ênfase se estabelece na necessidade de liderança por parte dos "melhores" elementos do grupo. Daí também a preocupação desses autores com a formação e circularidade das elites.

---

[395] Esse tipo de operação de fusão entre termos de campos opostos, como democracia e melhoria dos tipos raciais, nos permitiria especular qual poderia ser o significado de um "racismo democrático", formulação simétrica e inversa, que lançaria luz na amplitude do paradoxo colocado pelo uso da expressão "democracia racial".

[396] Bruno Latour caracteriza a modernidade mediante a constatação da proliferação dos híbridos. A hipótese de Latour "é que a palavra 'moderno' designa dois conjuntos de práticas totalmente diferentes que, para permanecerem eficazes, devem permanecer distintas, mas que recentemente deixaram de sê-lo. O primeiro conjunto de práticas cria, por 'tradução', misturas de gênero entre seres completamente novos, híbridos de natureza e cultura. O segundo cria, por 'purificação', duas zonas ontológicas inteiramente distintas, a dos humanos, de um lado, e a dos não-humanos, de outro. Sem o primeiro conjunto, as práticas de purificação seriam vazias ou supérfluas. Sem o segundo, o trabalho de tradução seria freado, limitado ou mesmo interditado." (1994: 16)

Ao analisar a revista *Cultura Política*, veículo de propaganda do regime de Getúlio Vargas, Angela de Castro Gomes assinala no periódico a identificação da idéia de "fusão" racial com a de "democracia racial", como uma operação intelectual cuja pretensão era absorver numa totalidade sem conflitos a diversidade e a desigualdade. "Isso significava, em primeiro lugar, não só que a sociedade brasileira tinha um conteúdo democrático que lhe era 'intrínseco', mas também que esse 'sentimento' nada devia às teorias liberais européias e à idéia de cidadania por ela construída" (GOMES, 1996: 194). Pelo panorama esboçado por Angela Gomes, a revista *Cultura Política*, dirigida por Almir de Andrade, assumiu um discurso em torno da democracia racial bastante similar ao do jornal *A Manhã*, dirigido por Cassiano Ricardo, de 1941 a 1945.

Ao abordar mais de perto as versões de Menotti Del Picchia e de Cassiano Ricardo, procurou-se destacar a hipótese de que as concepções de harmonia e de democracia étnica, racial ou social no pensamento desses autores não se restringem a uma operação de simples fusão, mas de seleção dos elementos étnicos mais capazes. Ao tomar como interlocutores não só Oliveira Vianna como Gilberto Freyre, permanece em seus imaginários a diferenciação hierárquica entre "mestiços inferiores" e "mestiços superiores", resultado de uma seleção de fundo biológico, operada desde o período bandeirante.

Não por acaso uma das expressões mais recorrentes no pensamento de Cassiano Ricardo é "democracia biológica", com sentido equivalente a "democracia racial". É essa forma de hierarquização "biorracial" que vai se constituir como o "padrão étnico" de organização do Estado no imaginário do autor, uma vez que, segundo sua visão, os lineamentos de um modelo de Estado adequado ao Brasil seriam fornecidos pela bandeira**.** Além disso, a metáfora organicista, recorrente no pensamento dos dois modernistas tratados, sugere o intuito de alocação dos indivíduos segundo as aptidões e capacidades específicas de cada elemento racial.

Também se procurou sugerir que o ideário da democracia racial não pode ser analisado como um momento isolado ou tardio nos pensamentos de Menotti Del Picchia ou de Cassiano Ricardo, pois perpassa as trajetórias dos dois autores de uma maneira mais ampla. Os dados biográficos desses autores permitem inferir que a concepção da existência de relações raciais harmoniosas repercutiu nacionalmente, de maneira inédita, quando foi assumida enquanto ideologia de formação do Estado brasileiro, legitimada pela importância dos cargos que Menotti Del Picchia e Cassiano Ricardo alcançaram no setor de comunicações e pela proximidade do último com o poder político central no início dos anos de 1940. Nesse

sentido, tal ideologia é inseparável da história do Estado Novo no Brasil. A sua propagação e abrangência não podem ser dissociadas do poder do Estado naquele período.

Como se viu pela leitura das obras de Menotti Del Picchia e de Cassiano Ricardo, o discurso em torno da democracia racial brasileira em São Paulo também não pode ser descolado da questão dos interesses oligárquicos em conflito, das demandas políticas governamentais e da enxurrada de protestos contra a democracia liberal no Brasil, no contexto da crise dos anos de 1920-1930. Visando encontrar uma "solução" para o problema, vários autores argumentaram contra a adoção de um modelo liberal e advogaram a sua inadequação à realidade do País em prol de um Estado forte e autoritário. As diferentes posições defendidas pelos dois autores enfocados parecem representar soluções alternativas a um ideário democrático liberal ou igualitário.

A defesa e o discurso em torno da democracia racial no Brasil, por sua forma de inserção, parecem ter-se tornado, no contexto de conflito sociopolítico dos anos de 1920-1930, parte da estratégia dos autores modernistas tratados não só para conformar uma identidade contrastiva em relação aos grupos concorrentes como para propor um projeto "democrático" para o Brasil em moldes específicos. Afinal, tal discurso visava excluir outras propostas alternativas de desenvolvimento da democracia para o País, debate de grande amplitude na época. O que esses autores procuraram a partir dos modelos que adotaram foi dissociar a prática democrática dos ideais igualitários e universalistas, tomados por eles como "utópicos" e distantes de uma "realidade brasileira".

Nesse sentido, o contexto lingüístico de multiplicação de adjetivos que acompanham a palavra *democracia*, principalmente na versão de Cassiano Ricardo, permite, de saída, abrir a análise do ideário da democracia racial, deslocando o eixo do problema para a interpretação dos textos e dos símbolos que esses carregam de uma forma relacional e comparativa.

A versão de Menotti Del Picchia mostra a tentativa de aproximação, já em 1927, da idéia de *caldeamento racial* com a idéia de *democracia*. Em 1935, o autor aproxima *democracia* de *etnia*, e surge a expressão *democracia étnica*, agora no contexto de publicação da obra *Soluções Nacionais*, quando procura mostrar a particularidade da formação social brasileira. Além disso, contrasta a viabilidade da democracia no País com a sua diversidade racial, realçando a oposição entre os termos *democracia* e *raça*.

Como foi visto, no pensamento de Cassiano Ricardo a expressão *democracia racial* aparece em oposição a *racismo*, associado pelo autor aos regimes totalitários e, paralelamente, a *comunismo racial*, que ele identifica existir também nas tribos indígenas

brasileiras e nos quilombos.[397] Diferencia, assim, democracia racial de "igualitarismo racial". O número de adjetivos que acompanham o termo *democracia* se multiplica em sua versão: o autor fala em "democracia orgânica", "democracia sentimental", "democracia agreste", "democracia genética" e "democracia econômica", dentre outras adjetivações.[398] No entanto, uma das expressões mais recorrentes em suas obras é *democracia biológica*, amparada igualmente na noção de *raça*.

Diante de tal multiplicidade, vale especular um pouco sobre a razão pela qual a expressão *democracia racial* prevaleceu sobre as demais como símbolo identificador da nação brasileira e ganhou o eixo das discussões posteriores sobre as relações raciais no Brasil. Em outras palavras, o que se pretende perguntar é: Por que a expressão *democracia racial* neste e em certos contextos lingüísticos possui um valor especial?

Uma resposta possível pode ser aventada por meio da análise das categorias que formam a expressão de um ponto de vista conceitual. Na tradição rousseauniana da discussão sobre democracia, contra a qual Menotti Del Picchia e Cassiano Ricardo se colocam, o termo assume o valor de igualdade. De outro lado, o termo *raça* se associa à idéia de diferença de origem, de classificação ou de hierarquia, ao reunir três ou mais elementos díspares (brancos, índios, negros e mestiços) na sociedade brasileira.[399] Ora, a expressão "democracia racial" representa a junção de um par de opostos, aparentemente pertencentes a campos semânticos heterogêneos, formando o eixo que orientou e ainda orienta a discussão de diversos autores ao procurarem nomear – ou seja, classificar – a experiência e discutir as relações raciais no Brasil, seja por sua afirmação, seja por sua negação, tal e qual as percebem e desejam que sejam percebidas.

---

[397] Cassiano Ricardo atribuía a Rousseau as idéias que dariam origem ao liberalismo e ao comunismo. "Num plano cultural, e enquanto Rousseau deformava o índio para a criação de sua teoria, que deu origem ao liberalismo e ao comunismo, a bandeira constituía o melhor desmentido a essa tese, pois fazia ver ao mundo a 'realidade humana' do selvagem corrigindo a falsa visão do romantismo político e literário" (RICARDO, 1940, v. II: 262).

[398] Os trabalhos desses autores permitem levantar uma coleção de adjetivos que acompanham a palavra democracia: *democracia imperial, democracia igualitária, democracia social e nacionalista, democracia social e instintiva, democracia "ser vivo", democracia cristã, democracia geográfica, democracia coroada, democracia científica, democracia corporativa, democracia bandeirante, democracia funcional*, dentre outros.

[399] O próprio Cassiano Ricardo reconhece estar utilizando uma conceituação particular do termo *democracia*, quando trata dos grupos humanos que formaram a sociedade brasileira como grupos distintos aos quais associa a idéia de divisão: "Esta divisão dos grupos humanos que iniciaram a vida social brasileira é indispensável, para se saber qual deles é que deu origem à democracia (democracia no sentido em que tomo esta palavra)" (RICARDO, 1940: 4). O termo *raça*, por sua vez, aparece associado tanto à diversidade quanto à unidade. Algumas vezes, o último termo é utilizado por Menotti e Cassiano no sentido de homogeneidade, quando os autores pensam o Brasil como uma nação miscigenada, em direção à formação de *uma* "raça futura". De qualquer forma, sua origem seria atribuída no Brasil à mistura dos três elementos diferentes: branco, índio e negro.

Lévi-Strauss dedica às categorias ambíguas, posicionadas como mediadores entre oposições binárias, uma atenção a mais. O poder metafórico e o caráter polissêmico de certos símbolos podem ser detectados e residem mesmo nessa ambigüidade.[400] Ora, a *democracia racial* não é senão um desses símbolos transbordantes de valor significativo, por servir como um meio, ou uma tentativa, de transcender a oposição entre democracia e raça. A relação entre oposições binárias adquire novo sentido em um sistema significativo socialmente compartilhado, que mobiliza outros pares de opostos, de forma metafórica. Se quiserem, cultura e natureza, idealismo e empirismo/realismo, liberdade e autoridade, igualdade e hierarquia, inclusão e exclusão, utopia e realidade, ideologia e mito, num quadro cultural mais abrangente.

Retirada de um contexto específico, a expressão *democracia racial* pode, de modo paradoxal, designar tanto as simetrias como as hierarquias assentadas na noção de raça, ou de diversidade racial, em um sistema social que se pretenda democrático. Tanto possibilita expressar uma realidade social "naturalizada" de raças hierarquicamente organizadas segundo "seu próprio esforço", como querem Menotti e Cassiano, quanto um quadro de "igualdade racial" utópico.[401] Enfocando a expressão por um prisma menos usual – e é na inversão desse argumento que Menotti Del Picchia e Cassiano Ricardo tentam driblar a noção de democracia no sentido de igualdade –, enquanto o sistema democrático não encontrar uma maneira de dissolver as desigualdades sociais assentadas na noção de raça não será também democracia. Será, quando muito, uma "democracia racial", isto é, uma democracia condicionada pela variável *raça*.

Se comparada à expressão *democracia biológica*, a expressão *democracia racial* pode ocultar ou revelar, dependendo do ponto de vista do leitor, com muito maior eficácia, a idéia de uma "hierarquia eugênica", presente, por exemplo, no pensamento de Cassiano Ricardo, como tentei demonstrar com o recorte de sua versão. Permite ainda associar ao Brasil, "país da morenidade, da miscigenação e dos contrastes", a imagem ambígua de uma

---

[400] No entanto, uma dimensão que não pode ser deixada de lado ao se pretender abordar o problema de como proceder a uma análise dos "mitos" em sociedades históricas diz respeito à necessidade de uma certa contextualização de cada versão abordada. Nesta proposta, distante de uma análise que tenha como contrapartida a desistoricização do mito, cada versão, ao ser contextualizada em relação à época e ao pensamento do próprio autor que a veicula, pretende ter o seu caráter histórico assinalado: "Não existe princípio geral, diligência dedutiva, que permita antecipar os acontecimentos contingentes de que é feita a história de cada sociedade, as características particulares de cada ambiente que a rodeia, as significações imprevisíveis que ela escolhe dar a este ou aquele aspecto de seu habitat, entre todos aqueles que poderia ter escolhido também para lhes conferir um sentido". (LÉVI-STRAUSS, 1994: 151).

[401] Redefinir a expressão *democracia racial*, caracterizando-a como mito ou ideologia, com o objetivo de desmascarar ou reverenciar a sua especificidade, por meio de juízos valorativos, pode ter como contrapartida o aumento da capacidade multiplicativa desse ideário em novas versões, que não cessam de reaparecer, uma vez que a expressão é, por definição, imprecisa. De outro lado, desaconselhar o seu uso ou sugerir a sua proibição, transformando-a em *tabu*, não é senão acentuar o seu caráter significativo.

democracia racial, sem necessariamente precisar o significado atribuído a ela. Nesses termos, ou seja, haja vista a sua polissemia, tornam-se mais compreensíveis a ampla possibilidade de re-significação da expressão nos mais variados textos e contextos e a persistência da discussão em torno da democracia racial brasileira em uma história das Ciências Sociais no Brasil, seja como realidade a ser decifrada, seja como ideal a ser perseguido.

Da leitura das obras de Menotti e Cassiano extrai-se que o ideário em torno da democracia racial surge como uma elaboração política própria a um contexto, a expressão mais acabada do modo como esses autores procuraram integrar politicamente as raças nos diversos planos da realidade social. Ressalte-se o fato de que essa proposta de integração não é equalizadora, pois pretende atribuir a cada um o lugar que sua capacidade lhe permitiria. Em termos de organização social, não se trata de refletir sobre a possibilidade de oferecer as mesmas condições sociopolíticas a todos, mas de estabelecer condições para que os "mais capazes", os "melhores", os "racialmente superiores" sobressaiam.

Nesse sentido, o ideário em torno da "democracia racial", nem mesmo enquanto representação, poderia ser interpelado como um eixo seguro a nortear um projeto de convivência harmônica entre as raças, uma vez que a igualdade perseguida estaria pontuada permanentemente pela noção de raça. Mesmo se assumida uma perspectiva estruturalista de abordagem do "mito da democracia racial", esse ideário não poderia ser tomado como possibilidade de redenção em relação aos prováveis conflitos raciais na sociedade brasileira. Como mostra Lévi-Strauss, o objeto do mito é explicitar as contradições relevantes para determinadas sociedades.

> Se é verdade que o objeto do mito é resolver uma contradição, tarefa irrealizável quando a contradição é real, um número teoricamente infinito de camadas será criado, cada qual diferente da que a precedeu. O mito se desenvolverá em espiral, até que o impulso intelectual que o produziu seja esgotado (LÉVI-STRAUSS, 1985: 264).

Em lugar de visar à não contradição, a expressão "democracia racial" opera por meio de noções e enunciados ambíguos. Tal construto, por si só, carrega, fundamentalmente, algo problemático e indecidido. Não traz, portanto, a solução para superar a oposição entre democracia e raça. Tampouco pode ser visto como uma promessa de solução para o problema das desigualdades raciais brasileiras. A expressão se situa em um espaço entre os dois termos, utilizando "uma linguagem na qual é menos o que está dito do que a forma como se diz que

vai trançar, opor, fazer ecoar, e produzir jogos de reflexos no próprio interior da linguagem, de forma que nada nunca é definitivo" (VERNANT, 2001: 375).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Guilherme de. *Nós*. São Paulo: Oficinas D' O Estado de São Paulo, 1917.

_____. *Raça*. São Paulo: Typographia Paulista de José Napoli e Comp., 1925.

_____. *Do sentimento nacionalista na poesia brasileira.* (These de Concurso). São Paulo: Typographia da Casa Garraux, 1926.

ALVES, Henrique L. Menotti em face do modernismo. *In*: *Boletim Bibliográfico*. Biblioteca Mário de Andrade, Departamento de Cultura. São Paulo, Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura do Município de São Paulo, v. XXVIII, p. 67-75, out./nov./dez. 1971.

AMARAL, Aracy A. *Tarsila:* sua obra e seu tempo. São Paulo: Editora 34/EDUSP, 2003.

ANDRADE, Mario de. *Clan do jaboti*. São Paulo: Estabelecimento Gráfico Eugenio Cupolo, 1927.

ARANHA, Graça. *A esthetica da vida*. Rio de Janeiro: Garnier, 1921.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz. Casa-grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

AZEVEDO, Thales de. *Democracia racial:* ideologia e realidade. Petrópolis: Vozes, 1975.

BANN, Stephen. *As invenções da historia:* ensaios sobre a representação do passado. São Paulo: Editora UNESP, 1994.

BARBOSA, João Alexandre. Linguagem & realidade do modernismo de 22. *In*: *A metáfora critica*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

BARREIRINHAS, Yoshie Sakiyama Barreirinhas Introdução, seleção e organização. *Menotti Del Picchia o gedeão do modernismo:* 1920/1922. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/ Secretaria de Estado de Cultura – São Paulo, 1983.

BASTOS, Elide Rugai. Gilberto Freyre e a questão nacional. *In*: MORAES, Reginaldo; ANTUNES, Ricardo; FERRANTE, Vera B. (Orgs.). *Inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p.43-76.

_____. A questão racial e a revolução burguesa. *In*: D'INCÃO, Maria Ângela (org). *O saber militante.* Ensaios sobre Florestan Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e Terra/UNESP, 1987, p. 140-150.

BESSA, Virgínia de Almeida. *Um bocadinho de cada coisa:* trajetória e obra de Pixinguinha história e música popular no Brasil dos anos 20 e 30. 2005. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em História Social – FFLCH/USP. São Paulo, 2005.

BITTENCOURT, Tânia Mara Mota. *Arquitetura sanatorial:* São José dos Campos. São José dos Campos: Unida Artes Gráficas Editora, 1998.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Editora Cultrix, 1994.

_____. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CALMON, Pedro. *História da Faculdade Nacional de Direito:* (1891-1920). Rio de Janeiro: 1940.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade:* estudos de teoria e historia literária. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975.

_____. O significado de raízes do Brasil. *In*: HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Oympio, 1988.

_____. Dialética da malandragem. *In*: *O discurso e a cidade*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1998.

_____. Prefácio. *In*: CHASIN, José. *O integralismo de Plínio Salgado*. Belo Horizonte: UNA Editora, 1999.

CAPELATO, Maria Helena R.. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Contexto Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

CARRAZONI, André. *Perfil do estudante Getúlio*. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1943.

CASTRO FARIA, Luiz. *Oliveira Viana:* de Saquarema à Alameda São Boaventura, 41 – Niterói o autor, os livros, a obra. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo:* ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937). Bauru: EDUSC, 1999.

CHAUI, Marilena. *Cultura e democracia*. O discurso competente e outras falas. São Paulo: Editora Moderna, 1981.

CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica*: antropologia e literatura no século XX. José Reginaldo Santos Gonçalves (Org.). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Antropologia do Brasil:* mito, história e etnicidade. São Paulo: Brasiliense. 1987.

DAMATTA, Roberto. *Relativizando* – uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

_____. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Rocco. 1997.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette:* mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DETIENNE, Marcel. *A invenção da mitologia*. Rio de Janeiro: EDUNB/José Olímpio Editora. 1992.

_____. O mito de Orfeu no mel. *In*: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História:* novos objetos. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1986.

DIAS, Augusto. *Um tempo na vida em São José dos Campos*. São José dos Campos: JAC Gráfica e Editora, 2000.

DIAS, Romualdo. *Imagens de ordem*: a doutrina católica sobre autoridade no Brasil (1922-1933). São Paulo: Editora da UNESP, 1996.

DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa.* São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. São Paulo: Perspectiva. 1972.

ELLIS JÚNIOR, Alfredo. *Raça de gigantes*. A civilização do planalto paulista. São Paulo: Editorial Hélios/Novissima, 1927.

_____; PICCHIA, Menotti Del. *O thesouro de Cavendish*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1928.

FARIA, Daniel Barbosa Andrade. *O mito modernista*. 2004. Tese (Doutorado) Departamento de História da UNICAMP, Campinas, 2004.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1965/1978.

_____. *Circuito fechado:* quatro ensaios sobre o "poder institucional". São Paulo: HUCITEC, 1976.

FERREIRA, Antonio Celso. *A epopéia bandeirante:* letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940). São Paulo: Editora UNESP, 2002.

FREYRE, Gilberto. *Bahia de todos os santos e de quase todos os pecados*. [s.l.n.], 1926.

_____. *Casa grande & senzala:* formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: Record, 1933/1989.

_____. *O mundo que o português criou*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1940.

_____. *Sugestões em torno da ciência e da arte da pesquisa social*. Recife: Ministério da Educação e Cultura, 1969.

FRY, Peter. Por que o Brasil é diferente?. *In*: *Revista Brasileira de Ciências Sociais,* n. 31. São Paulo, ANPOCS, 1996.

_____. *A persistência da raça.* Ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África austral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GUELFI, Maria Lucia Fernandes. *Novíssima:* contribuição para o estudo do modernismo. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros – USP, 1987.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Cia das Letras. 1987.

GOLDMANN, Lucien. *A sociologia do romance*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro, Edições Vértice, 1988.

_____. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1996.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. 1997. Tese (Livre Docência) apresentada ao Departamento de Sociologia da FFLCH/USP, São Paulo, 1997.

_____. Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito. *In*: *Novos Estudos CEBRAP*, n. 61, São Paulo, 2001.

_____. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Editora 34, 2002.

_____. Intelectuais negros e formas de integração nacional. *In*: *Estudos Avançados* Dossiê o negro no Brasil. São Paulo, IEB/USP, v. 18, n. 50, jan./abr. 2004.

HANCHARD, Michael. 'Americanos', brasileiros e a cor da espécie humana: uma resposta a Peter Fry. *In*: *Revista USP*, n. 31, São Paulo, 1996.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2005.

HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____; SILVA, Nelson do Valle. *Estrutura social, mobilidade e raça*. São Paulo: Vértice/IUPERJ, 1988.

_____. Entre os mitos e os fatos: racismo e relações raciais no Brasil. *In*: MAIO, Marcos; SANTOS, Ricardo (Org). *Raça, ciência e sociedade.* Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Centro Cultural Banco do Brasil, 1998.

HILL, Jonathan. *Rethinking history and mity:* indigenous south america perspectives on the past. Illinois: University of Illinois Press, 1988.

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1984.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Cobra de vidro*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

_____. *Capítulos da literatura colonial*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000.

LACERDA, João Batista. *Sur les metis au Brésil*. Paris: Imprimerie Devougue, 1911.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metáforas da vida cotidiana.* São Paulo: Educ – Editora da PUC-SP/Mercado das Letras, 2002.

LEACH, Edmund. *As idéias de Lévi-Strauss*. São Paulo: Editora Cultrix/EDUSP, 1973.

LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro*. São Paulo: FFCL/USP, 1992.

LENHARO, Alcir. *A sacralização da política*. Campinas: Papirus/Editora da Unicamp, 1986.

LÉPINE, Claude. A imagem do negro brasileiro. *In*: D'INCÃO, Maria Ângela (Org). *O saber militante:* ensaios sobre Florestan Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.129-139.

LEVI, Darrell E. *A família prado*. São Paulo: Cultura 70, 1977.

LEVINE, Robert M. *O regime de Vargas os anos críticos*, 1934-1938. São Paulo: Editora Nova Fronteira, 1980.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.

_____. *Antropologia estrutural dois*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987.

_____. *O pensamento selvagem*. Campinas: Papirus Editora, 1989.

_____. *O cru e o cozido*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

_____. *O olhar distanciado*. São Paulo: Edições 70, 1994.

LIMA, Yone Soares de. *A ilustração na produção literária São Paulo* – década de vinte. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros – USP, 1985.

LIMA, Oliveira. A evolução da literatura brasileira. *In*: *Revista de Portugal*. Porto: Lugan & Genelioux Editores, v. I, n. 6, p. 643-667, out. 1889.

MACHADO, Antonio de Alcântara. *Pathé-baby*. São Paulo: Editorial Hélios, 1926.

MAIO, Marcos Chor. *A história do projeto UNESCO:* estudos raciais e ciências sociais no Brasil. 1987. Tese (Doutorado) IUPERJ, Rio de Janeiro, 1987.

MALINOWSKI, Bronislaw. O papel do mito na vida. *In*: DURHAM, Eunice (Org.) *Malinowski* (Coleção Grandes Cientistas Sociais). São Paulo: Ática, 1986.

MARIN, Louis. *Sublime Poussin*. São Paulo: EDUSP, 2000.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia.* São Paulo: EDUSP, 1974. v. I.

MENDES, Ricardo. A revista S. Paulo: a cidade nas bancas. *In*: *Imagens*, UNICAMP, (3): 91-97, dez. 1994.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil* (1920-1945). São Paulo: Difel, 1979.

_____. *Imagens negociadas:* retratos da elite brasileira (1920-40) São Paulo: Cia das Letras, 1996.

_____. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

_____. *Nacional estrangeiro:* história social e cultural do modernismo artístico em São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. Experiência social e imaginário literário nos livros de estréia dos modernistas de São Paulo. *In*: *Tempo Social* Revista de Sociologia da USP, v. 16, n. 1, p. 167-207, jun. 2004.

MONTERO, Paula. O V centenário entre o mito e a história. *In*: MONTERO, Paula (Org.). *Entre o mito e a história*. Petrópolis: Vozes, 1996.

MONTEIRO, Amilton Maciel. *Cassiano:* fragmentos para uma biografia. São José dos Campos: UNIPAV, 2003.

MORAES, Eduardo Jardim de. *A brasilidade modernista:* sua dimensão filosófica. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MORAES LEITE, Ligia Chiappini. *Modernismo no Rio Grande do Sul:* materiais para seu estudo. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1972.

MOREIRA, Luiza Franco. *Meninos, poetas e heróis* - aspectos de Cassiano Ricardo do modernismo ao Estado Novo. São Paulo: EDUSP, 2001.

MORAES, João Quartim de. Oliveira Vianna e a democratização pelo alto. *In*: BASTOS, Élide Rugai; MORAES, João Quartim de. *O pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1991.

MOTA, Carlos Guilherme. Cultura brasileira ou cultura republicana. *In*: *Estudos Avançados*, v. 4, n. 8, 1990.

_____. *Ideologia da cultura brasileira 1933.1974* (Pontos de partida para uma revisão histórica). São Paulo: Ática, 1994.

MOTTA FILHO, Candido. *Introdução ao estudo do pensamento nacional* (o romantismo). São Paulo: Editorial Hélios/Novíssima, 1926.

_____. *Alberto Torres e o thema da nossa geração*. São Paulo: Schimidt Editor, 1931.

_____. *A vida de Eduardo Prado*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1967.

ODALIA, Nilo. *As formas do mesmo:* ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Tradição e política: o pensamento de Almir de Andrade. *In*: OLIVEIRA, Lucia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria Castro. *Estado Novo:* ideologia e poder. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, p. 31-47.

_____. *A questão nacional na primeira república.* São Paulo: Brasiliense. 1990.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense. 1994.

PAES, José Paulo. *Canaã e o ideário modernista.* São Paulo: EDUSP, 1992.

PALLARES-BURKE, Maria Lucia Garcia. *Gilberto Freyre:* um vitoriano nos trópicos. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

PECCININI, Daisy. *Brecheret* – a linguagem das formas. São Paulo: Instituto Victor Brecheret, 2004.

PEIXOTO, Silveira. *Falam os escritores*. São Paulo: Edições Cultura Brasileira, 1940.

PELLEGRINI, Sandra Brecheret. *Noticias de Brecheret*. São Paulo: Almed, 2000.

PEREIRA, João Batista Borges. Raça e classe social no Brasil. *In*: D'INCÃO, Maria Ângela. (Org.). *O saber militante.* Ensaios sobre Florestan Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e Terra. São Paulo: UNESP, 1987, p.151-160.

PIVA, Luiz Guilherme. *Ladrilhadores e semeadores,* a modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920-1940). São Paulo: Editora 34, 2000.

POCOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. Sérgio Miceli (Org.). São Paulo: EDUSP, 2003.

PRADO, Antonio Arnoni. *1922 – Itinerário de uma falsa vanguarda:* os dissidentes, a semana e o integralismo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

PRADO, Eduardo e outros. *III centenario do veneravel Joseph de Anchieta*. Paris/Lisboa: Aillaud e Cia Casa Editora, 1900.

_____. MACHADO, Brasílio; NABUCO, Joaquim. *Conferências anchietanas*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1979.

QUELUZ, Gilson Leandro. Utopia e modernismo conservador no romance "Cummunká" de Menotti Del Picchia. *Revista de História* [12], João Pessoa, jan./jun. 2005.

REIS, Elisa P.. O estado nacional como Ideologia: o caso brasileiro. *In*: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1988.

REIS, Fábio Wanderley. O mito e o valor da democracia racial. *In*: *Mercado e utopia:* teoria política e sociedade brasileira. São Paulo: EDUSP, 2000.

RIBEIRO, José Antonio Pereira. *Guilherme de Almeida:* poeta modernista. São Paulo, Traço Editora, 1983.

ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. 3. ed. Nelson Romero (Org.), prefácio. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943. t. 1.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

SALGADO, Plínio. *O extrangeiro.* Chronica da vida paulista. São Paulo: Editorial Hélios, 1926.

_____. *A anta e o curupira.* São Paulo: Editorial Hélios, 1927.

_____. *A voz do oeste* (romance-poema da época das bandeiras). São Paulo: Editora Voz do Oeste/MEC, 1934/1978.

_____. *Obras completas*. São Paulo: Editora das Américas, 1955. v. 19.

_____. *Obras Completas*. São Paulo, Editora das Américas, 1956. v. 20.

SCHWARCZ, Lilia M. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia M. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. *In*: *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 4.

_____. Questão racial e etnicidade. *In*: MICELI, S.. (Org.). *O que ler na ciência social brasileira* (1970-1995). Antropologia. São Paulo: Editora Sumaré/ANPOCS/CAPES, 1999. v. I.

_____. Raça como negociação – sobre teorias raciais em finais do século XIX no Brasil. *In*: FONSECA, M.N.S. (Org.). *Brasil afro-brasileiro*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2000.

_____. *Memorial*. Concurso de titularidade, departamento de antropologia/FFLCH, São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004.

_____. Na boca do furacão. *In*: *Revista USP*. Racismo I, São Paulo, n. 68, dez./jan./fev. 2006.

_____; STARLING, Heloisa. Lendo canções e arriscando um refrão. *In*: *Revista USP Racismo I*, São Paulo, n. 68, dez./jan./fev. 2006.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena M. B.; COSTA, Vanda M. R. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: EDUSP, 1984.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco* – raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. Temas e metodologias nos estudos das relações raciais brasileiras. *In*: *Novos Estudos CEBRAP* n. 60, 2001.

SILVA BRITO, Mario da. *Poesia do modernismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

SIQUEIRA, Jairo César de. *Nossa cidade de São José dos Campos*. São José dos Campos: Fundação Cassiano Ricardo, 1991.

SOBRAL PINTO. *Do primado do espírito nas polêmicas doutrinárias* (as iras do sr. Cassiano...). Rio de Janeiro: Jornal do Commercio - Rodrigues e C., 1943.

SOUZA, Jessé. Democracia racial e multiculturalismo: a ambivalente singularidade cultural brasileira. *In*: *Estudos Afro-Asiáticos*. n. 38, 2000.

STOLCKE, Verena. Brasil: uma nação vista através da vidraça da raça. *In*: *Revista de Cultura Brasileira*. Espanha, Embajada de Brasil en España, 1998.

STURARI, Marlene. *De Pero Vaz de Caminha a Menotti Del Picchia:* alguns motivos endêmicos na literatura de viagens dos séculos XVI e XVII e no modernismo. 2006. Dissertação (Mestrado) FFLCH. São Paulo, 2006.

TAYLOR, Anne Christine. L'americanisme tropical: une frontière fossile de l'ethnologie? *In*: RUPP-EISENREICH, B. (Org.). *Histoires de l'antrhropologie:* XVI – XIX siècles. Paris: Klinksieck, p. 213-233.

TORRES, Alberto. *A organização nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914.

_____. *O problema nacional brasileiro:* introdução a um programa de organização nacional. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *O mito da originalidade brasileira*: a trajetória intelectual de Cassiano Ricardo (dos anos 20 ao Estado Novo). Dissertação (Mestrado) PUC. Rio de Janeiro, 1983.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. *Das arcadas ao bacharelismo* (150 anos de ensino jurídico no Brasil). São Paulo: Editora Perspectiva, 1977.

VERNANT, Jean-Pierre. *Entre mito e política*. São Paulo: EDUSP, 2001.

VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*: história, organização, política. São Paulo: Monteiro Lobato, 1920.

_____. *A evolução do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1922/1956.

_____. *Raça e assimilação*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1932/1934.

VIARO, Mário Eduardo Viaro. *Por trás das palavras*. Manual de etimologia do português. São Paulo: Editora Globo, 2003.

VIOTTI DA COSTA, Emília. O mito da democracia racial no Brasil. *In*: *Da monarquia à república:* momentos decisivos. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A inconstância da alma selvagem* – e outros ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

WAIZBORT, Leopoldo. Influencias e invenções na sociologia brasileira. Desiguais porém Combinados. *In*: MICELI, Sergio. *O que ler na ciência social brasileira 1970-2002*. São Paulo: ANPOCS/Sumaré, 2002.

OBRAS DE MENOTTI DEL PICCHIA

DEL PICCHIA, Menotti. *Poemas do vício e da virtude*. São Paulo: [s.n.], 1913.

_____. *Juca mulato*. 2. ed. São Paulo: Typographia Ideal Heitor Canton, 1919.

_____. *Juca mulato*. 3. ed. São Paulo: Casa Editora O Livro, 1921.

_____. *Juca mulato*. 4. ed. São Paulo: Monteiro Lobato e Cia Editores, 1923.

_____. *Moysés poema bíblico*. São Paulo: [s.n.], 1917/1933.

_____. *Flamma e argila* – romance. São Paulo: Casa Editora O Livro, 1921.

_____. *Lais* – romance. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira Editora, 1921/1931.

_____. *O pão de moloch*. São Paulo: Typographia Piratininga, 1921.

DEL PICCHIA, Menotti. *A mulher que pecou.* Novela. São Paulo: Monteiro Lobato e Cia Editores, 1922.

_____. *O nariz de Cleópatra*. São Paulo: Editorial Hélios, 1923. Monteiro Lobato e Cia Editores.

_____. *Dente de ouro*. São Paulo: Monteiro lobato e Cia Editores, 1923. Romance de costumes nacionaes.

_____. *Dente de ouro*. São Paulo: Coleção Saraiva, [197-].

_____. *O crime d'aquela noite...* São Paulo: Editora Monteiro Lobato, 1924.

_____. *Chuva de pedra*. São Paulo: Editorial Helios/Novissima, 1925.

_____. *Toda nua*. São Paulo: Editorial Hélios, 1926.

_____. *A outra perna do sacy:* contos. São Paulo: Edição da Sociedade Distribuidora dos Bons Livros de Autores Nacionais/Série Novíssima, 1926.

_____. *Por amor do Brasil*. São Paulo: Editorial Hélios, 1927. (Discursos parlamentares)

_____. *Republica dos Estados Unidos do Brasil*. São Paulo: Editorial Hélios, 1928. Poemas.

_____. *O amor de Dulcinéa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1928.

_____. *A crise da democracia*. São Paulo: São Paulo Editora Ltda, 1931. (Pesquisas de Política e de Sociologia Contemporâneas).

_____. *A revolução paulista:* através de um testemunho do gabinete do governador. São Paulo: [s.n.], 1932.

_____. *A tormenta.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932. (Romance).

_____. *O despertar de São Paulo* (episódios do séc. XVI e do séc. XX na terra bandeirante). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933.

_____. *Jesus:* tragédia sacra. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.

_____. Prefácio. *In*: *As verdadeiras memórias de Cecília de Volanges*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934.

_____. *Soluções nacionais*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1935.

_____. *Viagens de João Peralta e Pé de Moleque*. São Paulo: Comp. Melhoramentos de São Paulo, 1933.

_____. *No país das formigas:* novas aventuras de João Peralta e Pé de Moleque. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1936.

_____. *Ensaio de exposição do pensamento Bandeirante*. São Paulo: Departamento de Publicidade da Bandeira, 1937.

DEL PICCHIA, Menotti. *Obras completas de Menotti Del Picchia*. São Paulo: A Noite Editora, 1946. v. 1. Contos, v.2. Poemas, v. 3. Novelas.

_____. *Salomé*. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1940.

_____. *Poemas:* Juca Mulato; As máscaras; Angustia de D. João; Amor de Dulcinéa. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946.

_____. *Cummunká.* São Paulo: Livraria Martins Editora, 1938.

_____. *Novelas:* Um drama; Flama e argila; A outra perna do saci; O homem e a morte. São Paulo, A Noite Editora, [194-]. (Obras Completas v. III).

_____. *Poemas sacros:* Moisés e Jesus. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1958.

_____. *Kalum:* o mistério do sertão. Rio de Janeiro: Saraiva, 1951.

_____. *Obras completas de Menotti Del Picchia*: o árbitro (e outros contos). São Paulo: Livraria Martins Editora, 1958.

_____. *A filha do inca.* São Paulo: Livraria Martins Editora, 1958.

_____. *Sob o signo de Polímnia* (Discursos). Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1959.

_____. *O Deus sem rosto*. São Paulo: Martins Editora, 1969.

_____. *A longa viagem.* 1ª etapa. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1972.

_____. *A longa viagem*. 2ª etapa. Da revolução modernista a revolução de 1930. São Paulo: Livraria Martins Editora/Conselho Estadual de Cultura, 1972.

_____. *O gedeão do modernismo*: 1920/22. BARREIRINHAS, Yoshie Sakiyama (Introd., seleção e org.). São Paulo: Secretaria de Estado de Cultura/Editora Civilização Brasileira, 1983.

_____. Prefácio. *In*: JORGE, Fernando. *Vida e poesia de Olavo Bilac*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

OBRAS DE CASSIANO RICARDO

RICARDO, Cassiano. *Dentro da noite*. São Paulo: [s.n.], 1915.

_____. *O evangelho de Pan*. São Paulo: Casa Duprat, 1917.

_____. *Jardim das hespérides*. São Paulo: [s.n.], 1920.

_____. *Atalanta* (a mentirosa de olhos verdes). São Paulo: Casa Mayença, 1923.

_____. *Borrões de verde amarelo*. São Paulo: Editorial Hélios/Novissima, 1925.

RICARDO, Cassiano. *Vamos caçar papagaios*. São Paulo: Editorial Hélios/Novissima, 1926.

_____. *Vamos caçar papagaios*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

_____; SALGADO, Plínio; PICCHIA, Menotti Del. *O curupira e o carão*. São Paulo: Editorial Hélios, 1927.

_____. *Martim Cererê:* ou o Brasil dos meninos, dos poetas e dos heróis. São Paulo: Editorial Hélios, 1928.

_____. *A mentirosa de olhos verdes.* 2. ed. São Paulo: Editorial Hélios, 1928.

_____. *Canções de minha ternura*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1930.

_____. *Deixa estar, jacaré*. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1931.

_____. *O Brasil no original*. São Paulo: Bandeira Editora, 1937.

_____. *Recepção de Cassiano Ricardo na academia brasileira a 28 de dezembro de 1937*. Discurso do recipiendário e resposta de Guilherme de Almeida. São Paulo: Bandeira Editora, 1938.

_____. O negro no bandeirismo paulista. *In*: *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, Departamento de Cultura, a. IV, v. XLVII, p. 5-45, maio 1938.

_____. *A academia e a poesia moderna*. São Paulo: E. G. Revista dos Tribunais, 1939.

_____. *Marcha para oeste*. A influencia da "bandeira" na formação social e política do Brasil. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora. 1940. v. 1. (Coleção Documentos Brasileiros).

_____. *Marcha para oeste.* A influencia da "bandeira" na formação social e política do Brasil. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1940. v. 2.

_____. *Marcha para oeste.* A influencia da "bandeira" na formação social e política do Brasil. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1959. v. 3.

_____. *A poesia na técnica do romance.* São Paulo: Ministério da Educação e Cultura, 1953.

_____. A função dos mitos no bandeirismo. *In*: *Revista do Livro*, a. III, v. 12, p. 9-29, dez. 1958.

_____. *22 e a poesia de hoje*. Tese (aprovada por aclamação no IIº Congresso de Critica e Historia Literária.) São Paulo, Edições INVENÇÃO, 1961.

_____. *O indianismo de Gonçalves Dias*. São Paulo: Edição do Conselho Estadual de Cultura, 1964.

_____. De "Juca mulato" a "O Deus sem rosto". *In*: PICCHIA, Menotti Del. *O Deus sem rosto*. São Paulo: Martins Editora, 1969, p. 9-24.

_____. *Viagem no tempo e no espaço* (memórias). Rio de Janeiro, Livraria Olympio Editora, 1970.

RICARDO, Cassiano. *Arte & independência*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1973.

_____. *Martim Cererê.* 23. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2006.

OBRAS CONSULTADAS

BRAGA, Theophilo. *Visão dos tempos* – epopéia da humanidade. Porto: Casa Editora, 1894. t. I a IV. Obras Poéticas Completas.

BRANDÃO, Wellington. *Bonecos de pano*. São Paulo: Editorial Hélios, 1926.

CAMPOS, Cleomenes. *De Mãos Postas*. São Paulo: Editorial Hélios, 1926.

_____. *Coração encantado*. São Paulo: Editorial Hélios, 1926.

CEZAR, Osório. *Contribuição ao estudo do symbolismo mystico nos alienados*. São Paulo: Editorial Hélios, 1927.

CONSTANTINO, Antonio. *Este é o canto da minha terra*. São Paulo: Editorial Hélios , 1927.

FREITAS, Paulo. *O gaúcho*. São Paulo: Editorial Hélios, 1927.

FERREIRA, Rocha. *Morrer na véspera*. São Paulo: Editorial Hélios, 1926.

FONSECA, Antonio Carlos da. *A garganta do diabo* – contos. São Paulo: Editorial Hélios, 1926.

GOMES, Yaynha Pereira. *Volúpia maternal* – romance. São Paulo: Editorial Hélios, 1927.

GONÇALVES, Paulo. *A comedia do coração*. São Paulo: Editorial Hélios, 1927. (Peça em Três Actos)

JESUS, Dário de. *Aspectos regionaes paulistas* (ensaios de psychologia rural). São Paulo: Editorial Hélios, 1926.

_____. *De pé no chão...* São Paulo: Editorial Hélios, 1926. (Ensaios de Psychologia Rural).

LOUBRAND, Aldebar. *Noites do Paraguay*. São Paulo: Editorial Hélios, 1927.

MOREIRA, Albertino. *Pedro famalição e cia*. São Paulo: Editorial Hélios, 1927.

MOTTA, A. L. Silveira. *No país das tartarugas.* São Paulo: Editorial Hélios, 1927. (Aspectos Amazônicos) Novella.

MONTEIRO, Zenon Fleury. *A margem dos carirys*. São Paulo: Editorial Hélios, 1926.

NOGUEIRA, Mello. *O ermitão que se fez diabo* – contos. São Paulo: Editorial Hélios, 1928.

_____. *O espelho mágico e outras chronicas*, São Paulo: Editorial Hélios, 1926.

PEREIRA, João Octaviano de Lima. *O município de São Paulo e os seus bens dominicaes*. São Paulo: Editorial Hélios, 1927.

PRADO, Armando. *Sem rei nem Roque*. São Paulo: Editorial Hélios, 1926.

SATURNINO, Pedro. *Boitatás*. São Paulo: Editorial Hélios, 1926.

SALGADO, Plínio. *O conto nacional*. O isidoro. a. I, n. I, ago. 1926. São Paulo: Editorial Hélios, 1926.